



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1729

Sexta-feira - 24 de Abril de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	4	Itapiranga.....	191	São Joaquim	497
Alto Bela Vista.....	5	Itapoá	191	São José.....	498
Antônio Carlos	6	Ituporanga	212	São José do Cedro.....	506
Arroio Trinta.....	7	Jacinto Machado	212	São Lourenço do Oeste.....	507
Balneário Rincão	8	Joacaba.....	213	São Miguel do Oeste.....	507
Bela Vista do Toldo.....	9	Lages	278	Schroeder.....	508
Biguaçu	14	Laguna	285	Serra Alta	530
Blumenau	20	Lauro Muller	285	Sombrio.....	534
Bom Retiro	37	Lebon Regis	286	Tigrinhos	547
Braço do Trombudo.....	39	Leoberto Leal.....	286	Timbó	548
Brusque.....	40	Luzerna	290	Três Barras	555
Caçador.....	43	Macieira.....	309	Trombudo Central.....	556
Camboriú.....	43	Mafra	310	Tunápolis.....	562
Campo Alegre	44	Maracajá	311	Urussanga	563
Campos Novos.....	51	Maravilha.....	314	Videira.....	564
Canoinhas.....	63	Massaranduba.....	314	Vitor Meireles.....	565
Capinzal	85	Meleiro	327	Xaxim.....	578
Catanduas.....	92	Modelo	329		
Chapadão do Lageado	93	Monte Carlo	331	Consórcios	
Cocal do Sul.....	94	Morro da Fumaça	331	CIGA	579
Concórdia	95	Navegantes.....	333	CIS/AMARP.....	581
Cordilheira Alta	105	Nova Trento	338	CVC.....	582
Coronel Freitas.....	106	Novo Horizonte	339		
Correia Pinto.....	107	Ouro Verde.....	340		
Corupá	109	Paial.....	341		
Curitibanos	110	Palhoça	342		
Faxinal dos Guedes.....	117	Palmitos	442		
Forquilha.....	121	Papanduva.....	444		
Fraiburgo.....	124	Passo de Torres.....	446		
Frei Rogério	126	Passos Maia	456		
Galvão.....	127	Penha.....	457		
Garopaba.....	131	Peritiba.....	461		
Garuva	133	Pinheiro Preto	462		
Gaspar	135	Pomerode	464		
Governador Celso Ramos	139	Ponte Serrada	467		
Guaraciaba	139	Porto União.....	469		
Guaramirim.....	140	Pouso Redondo	476		
Guarujá do Sul	142	Presidente Castello Branco.....	477		
Herval d'Oeste	142	Rio dos Cedros.....	483		
Ibiam	145	Rio do Sul.....	478		
Ilhota	151	Salto Veloso	485		
Imarui	152	Santa Rosa do Sul	486		
Imbituba	153	Santa Terezinha do Progresso	487		
Indaial.....	157	Santiago do Sul.....	488		
Iomerê	158	São Bento do Sul.....	489		
Ipumirim	158	São Carlos	494		
Irineópolis	160	São Domingos.....	494		
Itá	188	São João do Oeste	495		
Itaiópolis	190	São João do Sul	497		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Charles R. Schwambach - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Leandro Rateke, Marcus V. da Silveira e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br



Ponte Serrada SOLIDÁRIA

Colabore com as vítimas do tornado

Conta Corrente para doações:

Banco do Brasil:

Agência: 2479-1

Conta Corrente: 13881-9

Defesa Civil de Ponte Serrada

CNPJ: 15.364.703/0001-76

Informações: (49) 8427-0191 ou 9968-1101

#JuntosSomosMaisFortes



XANXERÊ SOLIDÁRIA

DOE ÀS VÍTIMAS DO TORNADO

CONTA CORRENTE OFICIAL PARA DOAÇÕES
BANCO DO BRASIL

AGÊNCIA 0586-X CONTA: 2.015-X

CNPJ: 83.009.860/0001-13

PARA TRANSFERÊNCIAS INTERNACIONAIS
USE O CÓDIGO ABAIXO

IBAN: BR8600000000005860000020150C1

INFORMAÇÕES: (49) 3441-8500

Incubus



PREFEITURA DE
XANXERÊ
xanxere.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

LEI Nº 2.347/2015

LEI Nº 2.347/2015 - DE 22 DE ABRIL DE 2015

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL PARA A COOPERATIVA ESCOLA JOVENS ESTUDANTES LTDA - CEJEL, DO CEDUP - CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PROFESSOR JALDYR BHERING FAUSTINO DA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção social para a Cooperativa Escola Jovens Estudantes Ltda - CEJEL, do Centro de Educação Profissional Professor Jaldyr Bhering Faustino da Silva - CEDUP, Município de Água Doce, com o objetivo de cooperação técnica financeira, visando a criação de vagas no ensino médio profissionalizante, na área de agropecuária, para os habitantes do Município, nos termos do inciso IV, do artigo 214, da Constituição Federal.

Art. 2º. O valor da subvenção social de que trata o artigo 1º é de R\$ 15.000,00(quinze mil reais), os quais serão repassados da seguinte forma:

11/05/2015 - R\$ 5.000,00

10/06/2015 - R\$ 5.000,00

10/07/2015 - R\$ 5.000,00

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei serão empenhadas para pagamento por conta da seguinte dotação orçamentária:

05 - SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES

01 - DEPTO. DE ENSINO

12.362.0011.2.026 - MANUT. ENSINO MÉDIO C.E.A.

3.3.50.00.00.0679/73 - Transferências Instit. Privadas s/Fins Lucrativos

Art. 4º. A entidade beneficiada deverá apresentar regularidade funcional e fiscal no ato de recebimento das parcelas, bem como prestar contas na forma da Lei Municipal nº 1.812/2009.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 22 de abril de 2015.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 154/2015

PORTARIA Nº 154/2015 de 22 de abril de 2015

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária VIVIANE ATAIDE BITTENCOURT, inscrito sob CPF nº 053.967.699-39, funcionária no cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, a partir de 22/04/2015 a 21/05/2015, período 13/14.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 22 de abril de 2015

Novelli Sganzerla

Prefeito

Camila Raquel Macagnan

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 155/2015

PORTARIA Nº 155/2015 de 22 de abril de 2015

"DESISTÊNCIA DE VAGA TEMPORÁRIA DO CONCURSO PÚBLICO 015/2014"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conferir desistência tácita, por não comparecimento no prazo legal, do Concurso Público 015/2014, de Elaine Massignani, referente ao cargo em caráter temporário de Orientador Escolar, conforme Convocação em anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 22 de abril de 2015

Novelli Sganzerla

Prefeito

Camila Raquel Macagnan

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.020 DE 23 DE ABRIL DE 2015

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL, COM A RESPECTIVA CLASSIFICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; e

Considerando, a conclusão de todas as fases relativas ao Concurso Público nº 01/2015, nos termos do respectivo Edital de publicação;

Considerando a ampla publicidade dada aos resultados e aos atos, em todas as fases do Concurso público, inclusive, garantindo aos concorrentes o direito ao contraditório e a ampla defesa;

Considerando a regularidade de todos os atos e a observância às normas editalícias e aos princípios administrativos aplicáveis à matéria, especialmente daqueles expressos no caput do art. 37 da Constituição Federal;

Considerando, por fim, a existência de recurso pendente de julgamento referente ao cargo de Agente Comunitário de Saúde;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado de forma parcial, o resultado final, com a respectiva classificação, do Concurso Público nº 001/2015, nos termos do anexo único, parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º. A homologação do resultado final para o cargo de Agente Comunitário de Saúde, ocorrerá somente após a decisão final do recurso protocolado sob o nº 04, datado de 30 de março de 2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 23 de abril de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas publicações

PORTARIA Nº 046, DE 22 DE ABRIL DE 2015

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de Janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde a Servidora Pública Municipal, VANESSA DA SILVA COSTA, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE no período de sessenta (60) dias, a contar de 17 de abril à 15 de junho de 2015, conforme atestado médico expedido em 17 de abril de 2015 pela Dra. Eliciane Gutierrez CRM SC 9068.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município no período de 17 de abril à 16 de maio de 2015, sendo que o restante do período será reembolsado pela Previdência Social (INSS).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Alto Bela Vista/SC, 22 de abril de 2015.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável Pelas Publicações

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 005/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 005/2015 FMS
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015 FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando a aquisição de climatizador e fogão a gás, destinados ao Fundo Municipal de Saúde de Alto Bela Vista, de acordo com as normas consoantes na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, no que couber, com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e de conformidade com as normas elencadas neste Edital. E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até à 8h50 do dia 11 de maio de 2015, em sessão pública com abertura prevista para às 9h da mesma data, dirigida por pregoeiro designado, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital e informações, pelo telefone (49) 3455-9022 e na internet, no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br>, link "licitações"

Alto Bela Vista (SC), em 23 de abril de 2015.
Catia Tessmann Reichert
Prefeita Municipal.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 006/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 006/2015 FMS
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2015 FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS para possível aquisição de materiais para procedimentos médico-hospitalares, destinados ao Fundo Municipal de Saúde, de acordo com as normas consoantes na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, no que couber, com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e de conformidade com as normas elencadas neste Edital. E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até à 8h50 do dia 12 de maio de 2015, em sessão pública com abertura prevista para às 9h da mesma data, dirigida por pregoeiro designado, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital e informações, pelo telefone (49) 3455-9022 e na internet, no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br>, link "licitações"

Alto Bela Vista (SC), em 23 de abril de 2015.
Catia Tessmann Reichert
Prefeita Municipal.

Antônio Carlos**PREFEITURA****PORTARIA N 256/2015**

PORTARIA Nº 256/2015.
Admiti ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Admitir, em caráter temporário, ALESSANDRA BASEI, para o cargo de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA - 20H, a partir de 27 de abril de 2015 a 18 de dezembro de 2015, para atuar no CEIM Coração de Jesus, como Professor II, com criança especial.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 23 de abril de 2015.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 24 de abril de 2015.

Arroio Trinta

PREFEITURA

CONTRATO Nº 0029/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS- Nº 0029/2015
AULAS DE MÚSICA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, ESTADO DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua XV de Novembro, 26, centro, inscrito no C.N.P.J. sob nº 82.826.462.0001-27, neste ato representado pelo Prefeito Municipal ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s/n, Centro, Município de Arroio Trinta - Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado o senhor JÚNIOR ADRIANO CARMINATTI, Brasileiro, solteiro, estudante, residente e domiciliado na Rua Porto Alegre 55, Bairro Centro, Tangará - SC, portador do CI sob nº 4.249.922 e CPF sob nº 040.850.629-64, de agora em diante denominada CONTRATADO, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, doravante denominado processo, e que se regerá pela Lei n.º. 8666/93 combinada com a redação da lei n.º 8.883/94, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA -DO OBJETO

O objeto do presente Contrato é a prestação dos serviços através de ATUAR NAS AULAS DE MÚSICA NAS ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA JACY FALCHETTI E CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA FABIANA NUNES POSSATO COM CARGA HORÁRIA DE 30 HORAS SEMANAIS.

Dias de atuação: Quinta e sexta feira;

Horários: 7:45 às 17:15. OBS.: na quinta feira ensaiar coral da escola das 17:30 às 19:30 horas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

Pela prestação dos serviços, a Contratante pagará ao Contratado o valor total de R\$13.455,00(TREZE MIL QUATROCENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS), dividido em 9(nove) parcelas de R\$1.495,00(UM MIL QUATROCENTOS E NOVENA E CINCO REAIS). O pagamento será efetuado até o 5º dia útil de cada mês, mediante apresentação de relatório apresentado pelo Setor de Esportes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

O prazo do presente Contrato é de 15 de abril de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DOTAÇÕES

As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento do exercício de 2015, conforme segue:

220 - 1 . 2004 . 12 . 361 . 12 . 2.26 . 1 . 339000 Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, desde que presente o interesse público.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira - SC, para dirimir as dúvidas que possam advir da presente contratação, com renúncia

expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por assim estarem certos e ajustados, fazem o presente Contrato em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que a tudo assinam.

Arroio Trinta - SC, 15 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

CNPJ 82.826.462/0001-27

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

JÚNIOR ADRIANO CARMINATTI

CPF sob nº 040.850.629-64

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

RONIVAN BRANDALISE

CPF: 027.783.989-02

MICHEL JÚNIOR SERIGHELLI

CPF: 000.077.349-21

CONTRATO Nº 0029/2015

CONTRATADO: JÚNIOR ADRIANO CARMINATTI

OBJETO: AULAS DE MÚSICA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS

VALOR: R\$13.455,00

CONTRATO Nº 0029A/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS- Nº 0029A/2015
ESCOLINHA DE TÊNIS DE MESA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, ESTADO DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua XV de Novembro, 26, centro, inscrito no CNPJ sob nº 82.826.462.0001-27, neste ato representado pelo Prefeito Municipal ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s/n, Centro, Município de Arroio Trinta - Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado o senhor SAPO DOIDO ENSINO E ESTIMULAÇÃO PSICOMOTORA, com CNPJ sob nº 19.837.638/0001-01, com sede na Rua Josifina Henn, nº 144, Bairro São Cristóvão, Cidade de Videira - SC, neste ato representada por AUGUSTO TIAGO CORRÊA, portador do CI sob nº 5.393.169 e CPF sob nº 068.222.429-45, de agora em diante denominada CONTRATADO, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, doravante denominado processo, e que se regerá pela Lei n.º. 8666/93 combinada com a redação da lei n.º 8.883/94, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

- DO OBJETO

O objeto do presente Contrato é a prestação dos serviços através de PARA ATUAR COM ESCOLINHAS DE TÊNIS DE MESA NA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA JACY FALCHETTI COM CARGA HORÁRIA DE DEZ HORAS SEMANAIS.

DIA DE ATUAÇÃO: QUARTA FEIRA;

HORÁRIOS: 7:45 ÀS 17:15. OBS.: ACOMPANHAR ATLETAS EM DIAS DE COMPETIÇÕES.

TUDO CONFORME PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

Pela prestação dos serviços, a Contratante pagará ao Contratado o valor total de R\$4.536,00(QUATRO MIL QUINHENTOS E TRINTA E SEIS REAIS), dividido em 9(nove) parcelas de R\$504,00(QUINHENTOS E QUATRO REAIS). O pagamento será efetuado até o

5º dia útil de cada mês, mediante apresentação de relatório apresentado pelo Setor de Esportes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

O prazo do presente Contrato é de 15 de abril de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DOTAÇÕES

As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento do exercício de 2015, conforme segue:

220 - 1. 2004. 12. 361. 12. 2.26. 1. 339000 Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, desde que presente o interesse público.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira - SC, para dirimir as dúvidas que possam advir da presente contratação, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por assim estarem certos e ajustados, fazem o presente Contrato em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que a tudo assinam.

Arroio Trinta - SC, 15 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

CNPJ 82.826.462/0001-27

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

SAPO DOIDO ENSINO E ESTIMULAÇÃO INFANTIL LTDA - ME

CNPJ 19.837.638/0001-00

AUGUSTO TIAGO CORRÊA

CPF sob nº 068.222.429-45

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

RONIVAN BRANDALISE

CPF: 027.783.989-02

MICHEL JÚNIOR SERIGHELLI

CPF: 000.077.349-21

CONTRATO Nº 0029A/2015

CONTRATADO: AUGUSTO TIAGO CORRÊA

OBJETO: ESCOLINHAS DE TÊNIS DE MESA

VALOR: R\$4.536,00

Balneário Rincão

SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO

AVISO DE PREGÃO 013/SAMAE/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/SAMAE/2015

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Data e horário da sessão de abertura: 07/05/2015 às 15:00 hrs.

Local: Samae de Balneário Rincão/SC, situado na Rua Paraná, 389, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.

Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente, aquisição de materiais hidráulicos para saneamento básico para uso Samae do Município de Balneário Rincão - SC durante o ano de 2015.
Fone/Fax: (48) 3468- 7800 email:licitacao.samaebr@gmail.com

Balneário Rincão, 23 de abril de 2015.

Pregoeira

Renata Daros Torres

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

ALTERAÇÃO DATA AUDIÊNCIA PÚBLICA ALTERAÇÃO DATA AUDIENCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal, comunica a toda a população de Bela Vista do Toldo, que foi alterada a data para a realização da Audiência Pública para apresentação da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, a qual seria realizada dia 27 de abril de 2015, sendo transferida para 28 de abril de 2015 as 15h30min na sede da Câmara Municipal de Vereadores de Bela Vista do Toldo, na Rua Leopoldo Koch, s/n, centro.

Desde já agradece e conta com a participação de toda comunidade.

Gilberto Damaso da Silveira
Prefeito Municipal

LEI 1.073

LEI Nº 1.073/2015, DE 14 DE JANEIRO DE 2015.

"CONCEDE REPOSIÇÃO SALARIAL, CONSIDERANDO AS DETERMINAÇÕES E EXIGÊNCIAS CONTIDAS NOS ARTIGOS 18, 19, 20, 21, 22 E 23 DA LRF - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E NO ARTIGO 7º, IV DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica concedida, reposição salarial de 6,23 % (seis vírgula vinte e três por cento) na remuneração dos servidores públicos municipais, do Poder Executivo e Legislativo, referente ao período de janeiro a dezembro de 2014.

Parágrafo Único: A reposição concedida no "caput" deste artigo foi adotada seguindo o INPC acumulado do período 01/2014 à 12/2014.

Art. 2º. O salário mínimo a ser pago aos servidores municipais, a partir de 01/01/2015, nos termos da Legislação Federal que modificou o salário mínimo nacional será reajustado e pago conforme o salário mínimo nacional em vigência.

Art. 3º. As despesas desta Lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 14 de janeiro de 2015.
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, na data supra.

LEI 1.074

LEI Nº 1.074/2015, DE 29 DE JANEIRO DE 2015.

"ALTERA O CAPUT DO ARTIGO 3º DA LEI MUNICIPAL Nº 1.026/2014 DE 20 DE MARÇO DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica alterado o "caput" do artigo 3º da Lei Municipal nº 1.026 de 20 de março de 2014, o qual passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal de Saúde, autorizado ao pagamento de recursos pecuniários de até R\$ 700,00 (setecentos reais) mensais, para gastos com alimentação aos médicos participantes do projeto Mais Médicos Para o Brasil e atuante no Município de Bela Vista do Toldo - SC.

Art. 3º. As demais disposições permanecem inalteradas.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 29 de janeiro de 2015.
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, na data supra.

LEI 1.075

LEI Nº 1.075/2015, DE 29 DE JANEIRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo - Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 292.500,00 (duzentos e noventa e dois mil e quinhentos reais), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	04.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	R\$
Unidade Orçamentária	04.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
28-20.606.0004-1.005	1.005	Aquisição de Caminhões, Tratores, Máquinas e Implementos	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0742	Aplicações Diretas	292.500,00
TOTAL GERAL			292.500,00

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar o valor de R\$ 292.500,00 (duzentos e noventa e dois mil e quinhentos reais), referente à Abertura de Crédito Adicional Suplementar por conta de Contrato de Repasse nº 808640/2014/MAPA realizado junto à Caixa Econômica Federal.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 29 de janeiro de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, na data supra.

LEI 1.076

LEI Nº 1.076/2015, DE 29 DE JANEIRO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo - Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 27.665,25 (Vinte e sete mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e vinte e cinco centavos), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	04.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	R\$
Unidade Orçamentária	04.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
28-20.606.0004-1.005	1.005	Aquisição de Caminhões, Tratores, Máquinas e Implementos	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0742	Aplicações Diretas	27.665,25
TOTAL GERAL			27.665,25

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar o valor de 27.665,25 (Vinte e sete mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e vinte e cinco centavos), referente à Abertura de Crédito Adicional Suplementar por conta de Contrato de Repasse nº 389.484-60/2012-MAPA realizado junto ao SIAFI.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 29 de janeiro de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, na data supra.

LEI 1.077

LEI Nº 1.077/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo - Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 213.000,00 (Duzentos e treze mil reais), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$
Unidade Orçamentária	08.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
62-20.606.0004-1.005	1.005	Ações de Média e Alta Complexidade	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0702	Aplicações Diretas	213.000,00
TOTAL GERAL			213.000,00

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 213.000,00 (Duzentos e treze mil reais), conforme abaixo especificado:

ÓRGÃO	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$
Unidade Orçamentária	08.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
14-10.302.0008-1.011	1.011	Aquisição de Ambulância	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0832	Aplicações Diretas	110.000,00
ÓRGÃO	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade Orçamentária	08.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
15-10.301.0008-2.027	2.027	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
Dotação	3.1.90.00.00.00.00.00.0702	Aplicações Diretas	103.000,00
TOTAL GERAL			213.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 02 de março de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, na data supra.

LEI 1.078

LEI Nº 1.078/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo - Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	04.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	R\$
Unidade Orçamentária	04.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	

04-20.606.0004-1.005	1.005	Contribuições a Entidades	
Dotação	3.3.50.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	50.000,00
TOTAL GERAL			50.000,00

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO	04.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	R\$
Unidade Orçamentária	04.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
27-20.606.0004-1.005	1.005	Aquisição de Caminhões, Tratores, Máquinas e Implementos	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0738	Aplicações Diretas	50.000,00
TOTAL GERAL			50.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 02 de março de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, na data supra.

LEI 1.079

LEI Nº 1.079/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo - Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$
Unidade Orçamentária	08.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
44-10.303.0008-2.029	2.029	Ações de Assistência Farmacêutica	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0702	Aplicações Diretas	60.000,00
TOTAL GERAL			60.000,00

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), conforme abaixo especificado:

ÓRGÃO	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$
Unidade Orçamentária	08.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
34-10.301.0008-2.028	2.028	Ações de Atenção Básica	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0818	Aplicações Diretas	60.000,00
TOTAL GERAL			60.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 02 de março de 2015.
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, na data supra.

RESOLUÇÃO DO CMDCA DE Nº 05/2015, DE 09 DE ABRIL DE 2015.

Resolução do CMDCA DE Nº 05/2015, de 09 de abril de 2015.
Dispõe sobre o processo de escolha dos conselheiros tutelares do município de Bela Vista do Toldo, Santa Catarina, para o processo unificado a realizar-se no primeiro domingo do mês de outubro de 2015, nos termos da Lei nº 12.696, de 25 de julho de 2012, e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS da Criança e do Adolescente - CMDCA, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.023, de 20 de março de 2014 e seu Regimento Interno e a deliberação, por unanimidade, dos Conselheiros presentes na Assembléia Extraordinária realizada no dia 09 de abril de 2015, e

considerando QUE:

Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente regulamentar o processo de escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como convocá-lo na forma da Lei nº 1.081, de 27 de março de 2015 e do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA;

O processo eleitoral será organizado mediante Resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, CMDCA, sob a fiscalização do Ministério Público, nos termos do art. 139, da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, ECA, com redação alterada pela Lei nº 12.696, de 25 de julho de 2012, e na forma estabelecida na Lei Municipal nº 1.081, de 27 de março de 2015;

A Resolução nº 170, de 10 de dezembro de 2014, do CONANDA.
A Resolução nº 152, de 09 de agosto de 2012, do CONANDA.

RESOLVE:

Artigo 1º - Da inscrição:

§1º - Ao realizar a inscrição, o candidato deverá apresentar original e cópia dos seguintes documentos:

- I - Certidão de nascimento ou casamento legível;
- II - Cédula de Identidade;
- III - Comprovante de inscrição no CPF;
- IV - Uma foto 5 x 7 atual (menos de 90 dias);
- V - Carteira do Trabalho (se tiver);
- VI - Comprovante de residência atual;
- VII - Título e quitação eleitoral ou comprovante de justificação, para os candidatos de ambos os sexos e para os do sexo masculino, certificado de reservista ou de dispensa da incorporação (Leis ns. 4.375/1964 e 4.754/1965 e Decreto n. 57.654/1966);
- VIII - Diploma, histórico escolar ou certidão que comprove grau de instrução exigido;
- IX - Certidão negativa de antecedentes criminais e Atestado de idoneidade moral, expedidas pelos Foros das Justiças Federal e Estadual dos locais de residência do candidato nos últimos 05 (cinco) anos;
- X - Para os Conselheiros Tutelares que estão se candidatando à reeleição, Certidão de Inteiro Teor emitida pelo Setor de Recursos

Humanos da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo.

Artigo 2º - Aprovar o modelo de ficha de inscrição apresentado na assembléia;

Artigo 3º - Instituir Comissão Especial Eleitoral com o objetivo de conduzir o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, composta por duas fases eliminatórias: inscrição e eleição dos candidatos aprovados;

Artigo 4º - Integram a Comissão Especial Eleitoral os seguintes: Márcia Greschechen Pereira: titular e Maria Roselene Lessak: suplente (Representantes da APAE); Aline Maria Kohler Kuyavsk: titular e Sorlene G. Vieira Schermack: suplente (Representantes da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda); Arilda Mielke: titular e Ana Carolina Zan: suplente (integrantes alheios ao Conselho aprovados em plenária, conforme a Lei Municipal Nº 1.081 de 27 de março de 2015).

§1º - A Comissão Especial Eleitoral será coordenada pela presidenta do CMDCA, a Sra. Maria Tereza Schiessl Alves Santos;

§2º - Não poderão fazer parte da Comissão, os conselheiros que concorrerão ao processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ou que possuam cônjuge, companheiro, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, como: filhos, pais, irmãos, enteados, padrasto, madrasta ou tios, que irão participar do processo;

§3º - Caso algum membro do CMDCA venha a tornar-se impedido por conta do disposto no §2º deste artigo, será afastado da Comissão, sendo substituído por qualquer outro conselheiro, inclusive suplente;

Artigo 5º - Compete a Comissão Eleitoral:

§1º - Realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;

§2º - Estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras do processo de eleição, por parte dos candidatos ou à sua ordem;

§3º - Analisar e decidir, em primeira instância, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

§4º - Providenciar a confecção das cédulas de votação, conforme modelo a ser aprovado;

§7º - Solicitar, junto ao Comando da Polícia Militar, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais de votação e apuração dos votos;

§8º - Divulgar, após a apuração, o resultado oficial da votação;

§9º - Resolver os casos omissos.

Artigo 5º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Bela Vista do Toldo, 09 de abril de 2015.
Maria Tereza Schiessl Alves Santos
Presidente do CMDCA

RETIFICAÇÃO DO ANEXO I DO EDITAL CMDCA Nº 01/2015

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - EDITAL ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR - ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015.

Retificação de Edital CMDCA nº 01/2015

RETIFICAÇÃO DO ANEXO I DO EDITAL CMDCA Nº 01/2015

1Do Cargo e das Vagas

Onde Lê-se: "3. O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo."

Leia-se: "3. Os conselheiros tutelares empossados em 2013 terão

mandato até a posse daqueles escolhidos no primeiro processo de escolha com data unificada, que ocorrerá em 2015, conforme disposição constante da Lei nº 8.069, de 1990, com as alterações advindas da Lei nº 12.696, de 2012.

3.1. "O mandato dos conselheiros tutelares empossados em 2013, cuja duração ficará prejudicada, não será computado para fins de participação no processo de escolha subsequente que ocorrerá em 2015."

3.3 Da propaganda Eleitoral

Onde Lê-se: "3.3.3 É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos."

Leia-se: "3.3.3 É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos."

3.4 Da Eleição

Onde Lê-se: "3.4.6 O eleitor votará uma única vez em um dos cinco candidatos constantes na cédula, sendo nula a cédula que contiver mais de um nome assinalado ou que tenha qualquer tipo de inscrição que possa identificar o eleitor."

Leia-se: "3.4.6 O eleitor votará uma única vez em um dos candidatos constantes na cédula, sendo nula a cédula que contiver mais de um nome assinalado ou que tenha qualquer tipo de inscrição que possa identificar o eleitor."

3.5 Do Voto

Onde Lê-se: "3.5.1.1 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município até três meses antes da eleição."

Leia-se: "3.5.1.1 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município."

3.8 Da Apuração

Onde Lê-se: "3.8.6.1 Persistindo o empate considerar-se-á o candidato mais idoso."

Leia-se: "3.8.6.1 Persistindo o empate considerar-se-á o candidato mais velho."

Bela Vista do Toldo, 13 de abril de 2015.

MARIA TEREZA SCHIESSL ALVES SANTOS

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE BELA VISTA DO TOLDO/SC

Biguaçu

PREFEITURA

CONVÊNIO Nº. 004/2015 - FMS

CONVÊNIO Nº 004/2015

CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BIGUAÇU/SC, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A BENEFICENCIA CAMILIANA DO SUL VISANDO A EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE.

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE BIGUAÇU inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.308/0001-53, neste ato representado pelo Prefeito Municipal RAMON WOLLINGER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 019.850.619-88 e do RG nº 2.954.911, residente e domiciliado na Rua: Avaní Maria Freiburger, nº 515, Centro, Biguaçu-SC, doravante denominada CONVENIENTE, e a BENEFICENCIA CAMILIANA DO SUL - HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU/SC, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.506.030/0017-69, com sede na Rod SC 408, Km 97, s/n, Bairro Vendaval, Biguaçu/SC, CEP 88160-000, doravante denominada CONVENIADA, neste ato representada por seu representante legal Sr. Justino Scatolin, R.G. nº 1.041.412 SSP/PR, C.P.F. nº 170.252.499-04 brasileiro, administrador, tendo em vista o disposto na Constituição Federal, em especial os seus artigos 196 a 200; a Lei nº 8.080/90, regulamentada pela pelo Decreto nº 7.508/2011 e 8142/90, as normas gerais da Lei nº 8.666/93, republicada em 06/07/94, e o que dispõe a Política Nacional de Atenção Hospitalar no Sistema Único de Saúde - SUS resolvem de comum acordo, celebrar o presente CONVÊNIO, cujas cláusulas seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este Convênio, decorrente do Processo de Licitação - Concorrência Pública 53/2014, tem por objeto, a transferência de recursos financeiros destinados à aquisição de materiais e equipamentos do Hospital Regional de Biguaçu, conforme relação de Materiais/Equipamentos apresentada pelo CONVENIADA e aprovada pelo CONVENIENTE - anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

A vigência do presente CONVÊNIO será de 180 dias, a contar da assinatura do presente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EDIÇÃO DE TERMOS ADITIVOS

I - Fica estabelecido que o valor a ser repassado é irrevogável.
II - Em caso de alteração e/ou inclusão de materiais e/ou equipamentos na relação deste convênio, esta deverá ser feita através de aditivo simplificado, objetivando dar maior transparência.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

Na execução do presente CONVÊNIO, os partícipes deverão observar as seguintes condições gerais:

I - As aquisições de bens duráveis realizadas pela CONVENIADA com este recurso, observado o seguinte:

1. Os bens adquiridos serão incorporados ao patrimônio da CONVENIENTE;
2. A CONVENIADA deverá formular, no mínimo, 03 (três) orçamentos para cada equipamento/material;
3. A CONVENIADA se obriga a prestar conta do valor repassado a conveniente em até 150 (cento e cinquenta) dias, a contar da assinatura do presente.
4. A CONVENIADA deve observar os padrões de qualidade ao

adquirir os equipamentos, visando à aquisição de bens adequados e atuais.

5. Caso a CONVENIADA obtenha descontos na aquisição dos bens relacionados que resultem em saldo financeiro positivo, deverá esta adquirir outros materiais/equipamentos, os quais serão definidos pela CONVENIADA e aprovados pela CONVENENTE.

6. Os bens a serem adquiridos deverão ser compatíveis com a estrutura física existente no Hospital Regional de Biguaçu, caso contrário as alterações físicas e estruturais do Hospital ocorrerão por conta da CONVENIADA.

7. Caso ocorra reajuste nos valores dos bens relacionados, impossibilitando a aquisição de todos, justificadamente, nova relação deve ser elaborada pela CONVENIADA, priorizando os materiais/equipamentos necessários para a abertura do Hospital, e aprovada pela CONVENENTE;

CLÁUSULA QUINTA - DOS ENCARGOS DA CONVENIADA

Caberá à CONVENIADA:

I. comprar todos os bens relacionados no presente;

II. aplicar integralmente os recursos financeiros provenientes deste CONTRATO na aquisição de bens para o HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU;

III. manter o CONVENENTE informado e atualizado sobre o processo de aquisição dos bens elencados;

IV. contribuir para investigação de eventuais denúncias de superfaturamento na aquisição dos bens relacionados no presente ou má aplicação da verba objeto do presente convênio;

V. responder por distorções no uso da verba objeto do presente convênio;

VI. Exigir a garantia do fornecedor e/ou fabricante.

VII. Realizar pesquisa de preços, com no mínimo 03 (três) orçamentos para cada item da relação de materiais/equipamentos.

VIII. Prestar contas do valor repassado em até 150 (cento) cento e cinquenta dias, a contar da data de assinatura do presente.

IX. Prestar esclarecimentos ou ajustes acerca da prestação de contas, caso seja solicitado pela CONVENENTE ou pela Comissão de Acompanhamento de Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DOS ENCARGOS DA CONVENENTE

Compete à Secretaria Municipal de Saúde:

I. transferir à CONVENIADA, para conta específica, os recursos previstos neste instrumento, observando o que segue:

II. instituir e garantir o funcionamento regular e adequado da Comissão de Acompanhamento de Contrato;

III. analisar e aprovar a prestação de contas apresentadas pela CONVENIADA,

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para execução do presente CONVÊNIO o CONVENENTE repassará à CONVENIADA, uma única parcela, em até 05(cinco) dias após a assinatura do presente, a importância de R\$ 2.269.839,52 (dois milhões e duzentos e sessenta e nove mil e oitocentos e trinta e nove reais e cinquenta e dois centavos).

§ 1º. A primeira parcela do presente convênio será depositada em conta específica da CONVENIADA;

§ 2º Os recursos serão repassados por força deste instrumento contratual correrá à conta de dotação orçamentária consignada no Fundo Municipal de Saúde, no caso despesa 92 do orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Biguaçu do ano de 2015.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

I. A CONVENIADA se obriga, na oportunidade da prestação de contas, além de atender a forma de prestação de contas exigida

pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina, a encaminhar à CONVENENTE os seguintes documentos comprobatórios da compra dos bens:

a) os orçamentos individualizados, comprovem o preço de mercado;

b) relatório de bens, fornecedores, valores pagos, data de pagamento;

b) as notas fiscais de aquisição dos materiais/equipamentos;

c) comprovante de pagamentos, com indicação do beneficiado, valor e forma de pagamento, encaminhando-o também à Comissão Permanente de Acompanhamento de Contrato;

II. A CONVENENTE se obriga a:

a) receber o relatório físico da CONVENIADA pela Comissão Permanente de Acompanhamento de Contrato; que realizará pré-análise da documentação física para visualizar possíveis não conformidades administrativas e/ou financeiras;

b) possibilitar à CONVENIADA a reapresentação da documentação com não conformidades administrativas corrigidas, conforme os prazos estabelecidos na oportunidade;

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

O CONVÊNIO poderá ser alterado por acordo entre as partes, objetivando a aquisição de outros materiais e/ou equipamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

Constituem motivos para rescisão do CONVÊNIO pelas partes, o não cumprimento de qualquer de suas cláusulas e condições, bem como, motivos previstos na Lei Federal nº. 8.666/93, sem prejuízo das multas cominadas na cláusula das penalidades deste Convênio e demais instrumentos correlacionados ao mesmo:

I - descumprimento de cláusulas contratuais;

II - os casos estabelecidos no art. 78, da Lei nº 8.666/93;

III - constatado superfaturamento na aquisição de qualquer um dos produtos;

IV - descumprimento do repasse financeiro pelo município ao Hospital estabelecido neste instrumento contratual.

§ 1º A inobservância, por parte da CONVENIADA, dos procedimentos de rescisão por sua iniciativa, ensejará a aplicação das penalidades previstas neste convenio e na Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

Sem prejuízo das demais sanções prevista em Lei e com fundamento nos artigos da lei 8666/93 e artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002, e garantida a ampla defesa, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

I- Advertência ou Notificação;

II- Multa;

III- Suspensão e Impedimentos;

IV- Declaração de Inidoneidade;

As penalidades dos incisos III e IV poderão ser aplicadas e assegurada a defesa prévia da CONVENIADA com abertura de respectivo processo administrativo.

As penalidades dos incisos I e II poderão ser aplicada pelo fiscal ou setor responsável do contrato sem necessidade de abertura de processo administrativos.

As penalidades previstas poderão ser aplicadas simultaneamente ou separadamente.

A aplicação dos incisos I,II,III,IV perdurará até que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante o CONVENENTE.

A reabilitação da CONVENIADA perante o CONVENENTE poderá ser requerida sempre que a CONVENIADA:

- a) Ressarcir o CONVENENTE dos prejuízos;
- b) Quitar as Multas aplicadas;
- c) Somente depois de decorrido o prazo das sanções aplicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

A Secretaria Municipal de Saúde providenciará a publicação do extrato deste instrumento contratual e seus aditivos no Diário Oficial do Município, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, conforme disposto no art. 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ELEIÇÃO DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Biguaçu para dirimir questões oriundas do presente CONVÊNIO, que não puderem ser resolvidas pelas partes e pelo Conselho Municipal de Saúde e para definir responsabilidades e sanções em caso de inadimplência.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente contrato em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Biguaçu/SC, 06 DE ABRIL DE 2014.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

JUSTINO SCATOLIN
Superintendente da Beneficência Camiliana do Sul

TESTEMUNHAS

Assinatura _____ CPF _____

Assinatura _____ CPF _____

ANEXO

Quantidade	Equipamento	Valor Unit	Valor Total
30	armário pertences 16 portas	1.500,00	45.000,00
1	arquivo de aço para prontuário com sistema de manivela	80.000,00	80.000,00
1	autoclave Mini para esterilização Rápida	60.000,00	60.000,00
10	balde a chute	300,00	3.000,00
400	balde a pedal lixeira	150,00	60.000,00
20	banco de ferro/madeira vestiário	400,00	8.000,00
1	batedeira industrial 20l	4.000,00	4.000,00
2	buffet central 8 cubas	3.500,00	7.000,00
40	cadeira para refeitório	200,00	8.000,00
20	cadeiras de banho	500,00	10.000,00
10	cadeiras de rodas até 150 kg	500,00	5.000,00
7	cama para UTI adulto	6.000,00	42.000,00
25	camas adulto com rodas grades laterais e 3 movimentos de elevação	2.000,00	50.000,00
8	carro de limpeza	260,00	2.080,00
2	Carro de lixo (fiberglass)	3.000,00	6.000,00
2	Carro de material de esterilização	2.500,00	5.000,00
8	Carro de medicação	2.100,00	16.800,00
1	Carro de roupa molhada	3.000,00	3.000,00

7	Carro para banho (fiberglass)	3.000,00	21.000,00
4	carro para transporte de alimentos	1.000,00	4.000,00
1	cilindro multifuncional	3.000,00	3.000,00
200	cobertores	40,00	8.000,00
97	Computador (desktop- básico)	2.000,00	194.000,00
3	Computador (notbook)	2.000,00	6.000,00
1	datashow	2.000,00	2.000,00
1	computador (servidor de dados)	8.000,00	8.000,00
100	criado mudo com mesa para refeição acoplada	450,00	45.000,00
3	Detector fetal	900,00	2.700,00
4	enceradeira industrial	1.500,00	6.000,00
120	Escada com 2 degraus	60,00	7.200,00
1	fogão industrial 6 bocas	2.000,00	2.000,00
9	fogareiro elétrico 2 bocas	350,00	3.150,00
3	forno microondas	350,00	1.050,00
1	geladeira de inox 6 portas	7.000,00	7.000,00
37	hamper	300,00	11.100,00
500	lençóis	25,00	12.500,00
500	sobrelençóis	30,00	15.000,00
1	liquidificador industrial	700,00	700,00
3	lixeira 100 litros	300,00	900,00
1	lixeira 50 litros	150,00	150,00
70	lixeira clínica	150,00	10.500,00
6	lixeira reciclável conjunto	1.500,00	9.000,00
1	Maquina + gabinete máquina de costura	1.300,00	1.300,00
1	máquina de café industrial	2.000,00	2.000,00
1	mesa de manipulação de alimentos	670,00	670,00
1	nasofibrocópio	250.000,00	250.000,00
10	poltrona de 3 lugares	500,00	5.000,00
5	prancha passante com sistema rolante	2.500,00	12.500,00
1	quadro branco	300,00	300,00
8	refrigerador 220w 260 litros	1.000,00	8.000,00
24	refrigerador frigobar 80 litros	700,00	16.800,00
10	respirador / ventilador pulmonar infantil	50.000,00	500.000,00
10	respirador/ ventilador pulmonar adulto	50.000,00	500.000,00
2	serra de gesso.	800,00	1.600,00
28	suporte de água elétrico	400,00	11.200,00
132	suporte de soro fixo em paredes	100,00	13.200,00
500	toalhas de banho	30,00	15.000,00
300	travesseiros	35,00	10.500,00
50	tv 32 polegadas	700,00	35.000,00
10	tv 42 polegadas	1.400,00	14.000,00
1	veículo sedan 4 portas com direção hidráulica	50.000,00	50.000,00
4	beliche	1.500,00	6.000,00
10.939,52	Cortinas hospitalares	1,00	10.939,52
11.000,00	Trilhos para cortinas	1,00	11.000,00
	TOTAL		2.269.839,52

DECRETO Nº 063/2015

DECRETO Nº 063/2015 DE 23 DE ABRIL DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária Anual de 2015 da Unidade Gestora Prefeitura.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32, inciso II, da Lei Municipal nº 3.514/2014 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais) por conta do superávit financeiro apurado no Balanço do Exercício de 2014, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária Anual de 2015, Lei Municipal nº 3.530/2014:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1901.28.845.0000.0006	Devolução de Recursos de Convênios	135.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	135.000,00
3.3.20.00	Transferências à União	135.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	135.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 23 de abril de 2015.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária**DECRETO Nº 064/2015**

DECRETO Nº 064/2015 DE 23 DE ABRIL DE 2015.

Institui e compõe a Comissão Intersectorial para Elaboração e Acompanhamento do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo do município de Biguaçu/SC e da outras providências.

Ramon Wollinger, Prefeito do município de Biguaçu/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Biguaçu, vem instituir a Comissão Intersectorial para Elaboração e Acompanhamento do Plano Municipal Decenal de Atendimento Socioeducativo e sua composição.

Art. 1 Institui a Comissão Intersectorial de Elaboração e Acompanhamento do Plano Municipal Decenal de Atendimento Socioeducativo, em consonância com as diretrizes da Lei Nacional n. 12.594/2012, que cria o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo SINASE, o qual regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional.

Art. 2 A Comissão é composta dos seguintes seguimentos e seus respectivos representantes:

Secretaria Municipal de Assistência Social
Débora Manes Pelegrini
Gabriela Silveira
Shirley Terezinha Fraga
Secretaria Municipal de Educação
Alice Maria Borba
Josiane Vieira

Secretaria Municipal de Saúde

Patrícia Anderson da Silva
Saritty Rocha de Azambuja

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação Tecnológica

Patrícia Antônio de Faria Sombrio

Secretaria de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer

Fernando Nunes da Cunha

Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente

Ana Paula Medeiros e Silva Vicente

Maximiliano Faria

Conselho Tutelar

Dilmar Franchini

Charles Edgar Hofmann

Conselho Municipal de Assistência Social

Rosinha Meister Arnold

Simone Pereira Marçal

Art. 3 Compete à Comissão Intersectorial do Atendimento Socioeducativo as seguintes atribuições:

I - Elaborar o Plano Municipal Decenal de Atendimento Socioeducativo;

II - Contribuir para a sensibilização e mobilização de setores do governo e da sociedade civil em torno da temática juventude em cumprimento de medida socioeducativa;

III - Interagir com os diversos programas setoriais, órgãos, entidades executoras de políticas públicas que tratem das questões familiares dos adolescentes;

IV - Denunciar aos órgãos competentes a ocorrência de negligência no atendimento e acompanhamento do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa;

V - Contribuir para o levantamento e a consolidação das informações, subsidiando o órgão gestor municipal na operacionalização e na avaliação das ações implantadas e na implementação das políticas públicas voltadas para o adolescente em conflito com a Lei;

VI - Articular estratégias com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VII - Garantir a discussão coletiva das ações inerentes às medidas socioeducativas no âmbito municipal, fortalecendo a convivência com a pluralidade de ideias e troca de experiências, visando a obtenção de consenso em prol da qualidade dos serviços e dos valores democráticos;

VIII - Assegurar a transparência à sociedade do funcionamento e os atendimentos socioeducativos;

IX - Promover, desenvolver e articular a política de defesa dos direitos do adolescente em conflito com a lei;

X - Elaborar e pactuar normas e regras com referência ao SINASE;

XI - Promover a articulação da rede para efetiva implementação dos Planos Individuais de Atendimento (PIAs).

Art. 4 O Plano deverá ser submetido à deliberação e aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 5 Fica designada a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação para às funções executivas e de gestão do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo.

Art. 6 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogam-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 23 de abril de 2015.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

REPUBLICAÇÃO TP 99/2015 PMB E OUTROS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

REPUBLICAÇÃO DA TP 99/2015 PMB

Devido à falta de empresas interessadas no Processo de Licitação TP 99/2015 PMB, que tem como objeto a contratação de empresa para ministrar curso de capacitação dos servidores do centro de processamento de dados da Prefeitura Municipal de Biguaçu, conforme termo de referência, parte integrante deste edital. Recurso PNAFM a mesma fica republicada para a seguinte data:

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS DE PREÇOS: dia 14/05/2015, até 13:45 horas.

ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS: dia 14/05/2015, às 14:00 horas.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Biguaçu, 24 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPAL DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

RETIFICAÇÃO DA TP 106/2015 PMB

Comunicamos às empresas interessadas na TP 106/2015 PMB, que tem como objeto "a contratação de empresa especializada em serviços de mão de obra e fornecimento de material para a reforma do telhado do Grupo Escolar Municipal Célia Lisboa dos Santos, localizada no Morro da Boa Vista, nesta Municipalidade, de acordo com projeto, memorial descritivo, cronograma físico financeiro e planilha orçamentária, parte integrante deste edital", que fica alterado o item 8.2 do edital (DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À CAPACIDADE TÉCNICA) e item 8.4.1, passando a ter a seguinte redação: **ITEM 8.2 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À CAPACIDADE TÉCNICA:** 8.2.1 Certificado de Registro e regularidade da empresa (Certidão Pessoa Jurídica) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, dentro do seu prazo de validade, bem como de seu registro Responsável Técnico (Certidão Pessoa Física).

8.2.2 Atestado de capacidade técnica, emitida por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente acervado no CREA, atestando que a empresa licitante já executou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto licitado: "contratação de empresa especializada em serviços de mão de obra e fornecimento de material para a reforma do telhado do Grupo Escolar Municipal Célia Lisboa dos Santos, localizada no Morro da Boa Vista, nesta Municipalidade, de acordo com projeto, memorial descritivo, cronograma físico financeiro e planilha orçamentária, parte integrante deste edital".

a) Todos os atestados deverão se referir a serviços concluídos e

executados nos prazos previstos contratualmente, com no mínimo as especificações constantes no subitem 8.2.2.

b) Os atestados deverão ser emitidos em papel timbrado da concedente, datado e assinado.

8.2.3 Atestado (s) que comprove que o profissional responsável técnico realizou serviços na área da construção civil, ou seja, tenha executado obra(s) conforme o objeto deste edital e seus anexos.

8.2.3.1 Este atestado deverá estar vinculado à certidão de acervo técnico do CREA ou CAU e acompanhado da mesma.

8.2.3 A empresa deverá indicar o profissional que será o responsável técnico pela contratação.

8.2.4 Declaração do licitante que concorda com todos os termos e condições do presente edital e dos seus anexos, obtendo para si, sob sua própria responsabilidade, os riscos e ônus e todas as informações que possam ser relevantes e necessárias para a elaboração da proposta e adjudicação da obra, se vencedora da licitação.

8.2.6 - Declaração ou Certidão Negativa de Infração ao disposto no Art. 7, Inciso XXXIII, da Constituição federal de 1988, que trata da proibição do trabalho infantil, preferencialmente expedida pela delegacia Regional do Trabalho.

8.2.7 - Declaração do licitante que atesta que todos os equipamentos, ferramentas, máquinas e caminhões usados para a execução dos serviços é de responsabilidade da empresa.

8.2.8 - Atestado de Visita Técnica e conhecimento dos Serviços: Esta declaração será expedida, após a visita técnica feita pela empresa proponente que deverá ser o profissional (Engenheiro Civil ou Arquiteto pertencente ao quadro permanente da Empresa) com o Engenheiro da Secretaria de Educação. Deverá ser agendada com o engenheiro responsável da PMB através do fone 048-32798047 para a referida visita, sob pena de inabilitação.

8.4.1 - Prova de inscrição no cadastro geral de contribuintes (CNPJ) com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias; (poderá ser emitida via internet).

Fica excluído os itens 8.4.7 e 8.4.8 do edital.

Diante do exposto o referido processo será aberto na seguinte data:

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS:

Até às 15:15 horas, do dia 13/05/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA:

Às 15:30 horas, do dia 13/05/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura

As demais cláusulas do Edital permanecem inalteradas.

Biguaçu, 23 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 128/2015 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GRADES DE FERRO PARA AS INSTITUIÇÕES EBM PROFESSOR DONATO ALÍPIO DE CAMPOS, EBM MANOEL ROLDÃO DAS NEVES E CEIM PÁSCOA RÉGIS.

EMPRESA CONTRATADA: CLAUDEMIR AIRES ME

VALOR: R\$ 7.650,00 (sete mil seiscentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA: 31/12/2015

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

07.01.2.018.33.90.30.24.00.00.00

07.01.2.026.33.90.30.24.00.00.00

JUSTIFICATIVA: Tal solicitação se faz necessária pois há salas que necessitam de uma segurança maior pois guarda materiais de alto custo e também documentos dos alunos.. Optou-se por Dispensa de Licitação, tendo em vista que os valores totais previstos para a aquisição desse objeto para o ano de 2014 não ultrapassarão o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), possibilitando assim a realização de Processo de Dispensa de Licitação de acordo com o

art.24, II da Lei 8.666/93.

II- para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 27.5.98).

O contratado apresentou todas as certidões negativas no prazo de validade, bem como a Secretaria Municipal de Agricultura apresentou 03 (três) orçamentos cujos documentos encontram-se acostados ao Processo. O valor contratado encontra-se dentro do praticado no mercado.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 133/2015 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GRAMA SINTÉTICA PARA PRAÇAS DE RESPONSABILIDADE DA SECETUL - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER.

EMPRESA CONTRATADA: PAEMI COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA EPP

VALOR: R\$ 11.970,00 (onze mil novecentos e setenta mil reais).

VIGÊNCIA: 31/12/2015

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 13.01.33.90.39.99.00.00.00

FUNDAMENTO LEGAL:

Art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94. É dispensável a licitação:

V- quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.

JUSTIFICATIVA:

Em razão da falta de empresas interessadas em participar do processo de Licitação CV 115/2015 (LOTE 02) o qual a não se pode realizar nova licitação, tendo em vista que não há tempo hábil, pois a inauguração do Parque Infantil se dará no dia 16/05/2015 e o prazo de entrega da grama sintética é de mais ou menos 30 (trinta) dias.

O contratado apresentou todas as certidões negativas no prazo de validade, bem como o valor contratado encontra-se dentro do praticado no mercado.

Biguaçu, 20 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 30/2015 - FMS

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 30/2015 - FMS

OBJETO: CONFECÇÃO DE EXEMPLARES EDUCATIVOS SOBRE A DENGUE E FEBRE CHIKUNGUNYA PARA DISTRIBUIÇÃO À POPULAÇÃO.

CONTRATADA: EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA.

VALOR: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, I, da Lei nº 8.666/93. In verbis:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

JUSTIFICATIVA: Considerando a importância em mobilizar a população sobre os principais cuidados para evitar a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*; Considerando que a dengue e a febre chikungunya possuem o mesmo agente transmissor e que os casos de ambas as doenças vem avançando por todo o país; Considerando que a contratada tem exclusividade na edição, publicação, distribuição e comercialização dos exemplares que se pretende confeccionar para distribuição nos trabalhos que serão realizados nas redes de ensino do município. Opta-se por adquirir o material através da modalidade em apreço, qual seja inexigibilidade de licitação.

Biguaçu, 10 de abril de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Por delegação - Leandro Adriano de Barros
Secretário de Saúde

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.096/2015

LEI Nº 8.096, DE 16 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO E ALTERA O ANEXO I DA LEI Nº 7.902, DE 04 DE OUTUBRO DE 2013 (PPA).

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento da Administração Direta do Município, até o valor de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais) na seguinte dotação orçamentária:

13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

1307 - Diretoria de Desenvolvimento de Projetos

Atividade 13.07.15.451.0005.2281 - Manut. Ativ. Des. de Projetos
Modalidade 4.4.90 (487) Aplicações Diretas R\$ 72.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º desta Lei correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

1301 - Administrativo do Gabinete

Atividade 13.01.15.451.0006.1163 - Estudos e Elab. Projetos
Modalidade 4.4.90 (464) Aplicações Diretas R\$ 72.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Fica aumentada no Anexo I - Metas e Prioridades, da Lei nº 7.902, de 04 de outubro de 2013, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o Quadriênio 2014/2017, a seguinte ação:

Órgão: 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

Unidade: 07 - Diretoria de Desenvolvimento de Projetos

Código: 13.07.15.451.

Programa: 0005 - Morar com Qualidade

Ação: 2281 - Manut. Ativ. Desenvolvimento de Projetos

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 72.000,00

Art. 4º Para atender o disposto no artigo 3º desta Lei, fica reduzida no Anexo I - Metas e Prioridades, da Lei nº 7.902, de 04 de outubro de 2013, a seguinte ação:

Órgão: 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

Unidade: 01 - Administrativo do Gabinete

Código: 13.01.15.451

Programa: 0006 - Blumenau 2050

Ação: 1163 - Estudos e Elaboração de Projetos

Produto: Ação Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 72.000,00

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de abril de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.607/2015

DECRETO Nº 10.607, DE 13 DE ABRIL DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 8.060, de 15 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

29 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

2901 - Fundo Municipal de Assistência Social

Atividade 29.01.08.244.0010.2159 - Man. Imp. Serv. Prot. Esp. Alta Comp. c/ Fam.

Modalidade 3.3.50 (89)Transf. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 135.000,00
Fonte de Recursos 0635.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de abril de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.664/2015

PORTARIA Nº 18.664, DE 16 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA ARNOLDO PAHL PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE SEGURANÇA ALIMENTAR, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR

ARNOLDO PAHL, para o exercício do cargo em comissão de Gerente de Segurança Alimentar, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, no dia 15 de abril de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de abril de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.665/2015

PORTARIA Nº 18.665, DE 16 DE ABRIL DE 2015.

EXONERA ALEXANDRA ZAMBONETI DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE CONTROLE PATRIMONIAL, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEDEAD.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento no art. 46, "I" da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

EXONERAR

ALEXANDRA ZAMBONETI, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Controle Patrimonial, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, nomeada pela Portaria nº 18.448, de 17 de fevereiro de 2015, a contar de 17 de abril de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.666/2015

PORTARIA Nº 18.666, DE 16 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO - COPLAN.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 5º, da Lei Complementar nº 836, de 19 de dezembro de 2011, e em atendimento ao Memorando SEPLAN/COPLAN nº 008/2015, de 13/02/2015, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 836, de 19 de dezembro de 2011, para compor o Conselho Municipal de Planejamento Urbano - COPLAN:

EVANDRO LUIZ SCHÜLER e JONAS DIETER OEHELMANN, representantes titular e suplente, respectivamente, da Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Médio Vale do Itajaí, em substituição a JEFFERSON MAZOTTO e LEANDRO CRISTOFOLINI, nomeados pelas Portarias nº 15.563, de 02/04/2012 e 15.803, de 06/06/2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.667/2015

PORTARIA Nº 18.667, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

DISPENSA CRISTIANO REICHERT DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, com a redação dada pelo art. 37-A da Lei Complementar nº 870,

de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, resolve:

DISPENSAR

o servidor público municipal CRISTIANO REICHERT, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, da função gratificada de confiança de Coordenador de Serviços Externos de Topografia, FGC-50%, concedida pela Portaria nº 18.366, de 19/01/2015, no dia 19 de abril de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.668/2015

PORTARIA Nº 18.668, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

EXONERA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

EXONERAR

OSVALDO MACHADO, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Sinalização, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SESUR, nomeado pela Portaria nº 16.855, de 11/04/2013, no dia 17 de abril de 2015;

CLARITA BALLOTIN PRIGOL, do cargo de provimento em comissão de Gerente Administrativo Financeiro, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SESUR, nomeada pela Portaria nº 17.727, de 14/04/2014, no dia 17 de abril de 2015;

JORGE LUIZ KRAUSS, do cargo de provimento em comissão de Assessor de Medições, símbolo CC-4, na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SESUR, nomeado pela Portaria nº 16.642, de 05/02/2013, no dia 17 de abril de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.669/2015

PORTARIA Nº 18.669, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE CARGOS EM COMISSÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e alterações

posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR

CRISTIANO REICHERT, para o exercício do cargo em comissão de Gerente de Sinalização, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, no dia 20 de abril de 2015;

JORGE LUIS KRAUSS, para o exercício do cargo em comissão de Gerente Administrativo Financeiro, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, no dia 20 de abril de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.670/2015

PORTARIA N. 18.670, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

DISPENSA A SERVIDORA DAGMAR MARLA ZIMMERMANN DA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR NO ÂMBITO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FAEMA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o OFÍCIO FAEMA JDCCO n. 009/2015, de 26 de março de 2015, resolve:

DISPENSAR

DAGMAR MARLA ZIMMERMANN, servidora pública municipal estável, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Procuradoria-Geral do Município - PROGEM, da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar no âmbito da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, designada pela Portaria nº 17.466, de 14 de janeiro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.672/2015

PORTARIA Nº 18.672, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

EXONERA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

EXONERAR

MAURO JOSÉ QUINTINO, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Apoio ao COMEN, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, nomeado pela Portaria nº 16.641, de 05/02/2013, no dia 17

de abril de 2015;

JORGE LUIZ ZUNINO, do cargo de provimento em comissão de Assessor de Fiscalização de Região 1, símbolo CC-4, na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SESUR, nomeado pela Portaria nº 16.642, de 05/02/2013, no dia 17 de abril de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.673/2015

PORTARIA Nº 18.673, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA WIEGAND LINK PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE APOIO AO COMEN, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR

WIEGAND LINK, para o exercício do cargo em comissão de Gerente de Apoio ao COMEN, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, no dia 23 de abril de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 29.115/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.115, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA O RETORNO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EVANI APARECIDA ALBANO DE OLIVEIRA AO EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE ADMINISTRATIVO, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.049, de 23/07/2013, resolve:

AUTORIZAR

o retorno da servidora pública municipal EVANI APARECIDA ALBANO DE OLIVEIRA, ao exercício do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEDEAD, a contar de 13 de março de 2015, conforme Processo Administrativo nº 2015/03/001936.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de abril de 2015.
RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 29.139/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.139, DE 13 DE ABRIL DE 2015.

CEDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL
SILVANA CRISTINA HASKEL A SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.049, de 23/07/2013, resolve:

CEDER

com ônus para o Município, a servidora pública municipal SILVANA CRISTINA HASKEL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Turismo - SECTUR, à Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, a contar de 20 de abril de 2015, de acordo com o Processo Administrativo nº 2015/03/002126.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de abril de 2015.
RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 29.152/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.152, DE 16 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA O AFASTAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LUZIA JACINTA FISTAROL SOARES DO EXERCÍCIO DO CARGO, PARA REALIZAR ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA PELA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.048, de 23/07/2013, resolve:

AUTORIZAR

O afastamento da servidora pública municipal LUZIA JACINTA FISTAROL SOARES, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Educador, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, com remuneração, para realizar estágio obrigatório do Curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, com início em 23 de março de 2015 e término previsto para 06 de abril de 2015, em jornada parcial de trabalho, totalizando 10 dias alternados, conforme Processo Administrativo nº 2015/03/002009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de abril de 2015.
RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 29.153/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.153, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

CEDE O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL
DJALMA JOSÉ DOS SANTOS À CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.175, de 13/11/2013, e mediante Termo de Cooperação firmado entre o Município e a Câmara Municipal de Blumenau datado de 16 de janeiro de 2015, resolve:

CEDER

com ônus para o Município e mediante ressarcimento, o servidor público municipal DJALMA JOSÉ DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Administrador, lotado na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, a fim de exercer suas funções junto à Câmara Municipal de Blumenau, a contar de 22 de abril de 2015, de acordo com o Processo Administrativo nº 2015/04/003041.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 22 de abril de 2015.
RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 4710/2015 - ISSBLU

PORTARIA Nº 4710/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARILDA APARECIDA DE SOUZA GOMES.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar nº 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar nº 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar nº 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar nº 839, de 19 de dezembro de 2011, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, à

MARILDA APARECIDA DE SOUZA GOMES servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 4.645,75 (Quatro mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e setenta e cinco centavos), a partir de 23 de março de 2015, conforme Processo nº 01427/02/2015.

Blumenau, 20 de março de 2015.

ELÓI BARNI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4711/2015 - ISSBLU

PORTARIA Nº 4711/2015

RETIFICA A PORTARIA Nº 4636/2015 QUE CONCEDEU APOSENTADORIA POR IDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA HELENA CENSI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar nº 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

RETIFICAR,

A Portaria nº 4636/2015, de 18 de fevereiro de 2015, que

concedeu aposentadoria à servidora pública municipal MARIA HELENA CENSI, quanto aos proventos, que passam de R\$ 1.407,68 (Mil, quatrocentos e sete reais e sessenta e oito centavos), para R\$ 1.408,11 (Mil, quatrocentos e oito reais e onze centavos), a partir de 23 de fevereiro de 2015.

Blumenau, 20 de março de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4712/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4712/2015

REVERTE A CONCESSÃO DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NILZETE MUSSOLINE DE ALMEIDA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, e em observância ao disposto no artigo 32, da Lei Complementar n.º 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

REVERTER

a aposentadoria por invalidez concedida à NILZETE MUSSOLINE DE ALMEIDA, pela Portaria N.º 886/2006, de 1 de março de 2006, tendo em vista a insubsistência dos motivos determinantes constatados através de Laudo Pericial.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo efeitos a partir de 6 de abril de 2015.

Blumenau, 23 de março de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4713/2015 - ISSBLU

PORTARIA Nº 4713/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL VIVIEN IVETE BAEHR.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 839, de 19 de dezembro de 2011, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

VIVIEN IVETE BAEHR, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 3.798,51 (Três mil, setecentos e

noventa e oito reais e cinquenta e um centavos), a partir de 1 de abril de 2015, conforme Processo nº 01444/02/2015.

Blumenau, 26 de março de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4714/2015 - ISSBLU

PORTARIA Nº 4714/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LILIAN WOLF SZPOGANICZ.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 839, de 19 de dezembro de 2011, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

LILIAN WOLF SZPOGANICZ, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 1.905,58 (Mil, novecentos e cinco reais e cinquenta e oito centavos), a partir de 1 de abril de 2015, conforme Processo nº 01510/03/2015.

Blumenau, 26 de março de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4715/2015 - ISSBLU

PORTARIA Nº 4715/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL TANIA REGINA CASAS ITTNER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 839, de 19 de dezembro de 2011, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

TANIA REGINA CASAS ITTNER, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário,

com proventos integrais e mensais de R\$ 3.381,01 (Três mil, trezentos e oitenta e um reais e um centavo), a partir de 1 de abril de 2015, conforme Processo nº 01619/03/2015.

Blumenau, 26 de março de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4716/2015 - ISSBLU

PORTARIA Nº 4716/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL GILDA PEROSSO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 839, de 19 de dezembro de 2011, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

GILDA PEROSSO, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 3.949,57 (Três mil, novecentos e quarenta e nove reais e cinquenta e sete centavos), a partir de 1 de abril de 2015, conforme Processo nº 01540/03/2015.

Blumenau, 26 de março de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4717/2015 - ISSBLU

PORTARIA Nº 4717/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL TARCISIO LINS ARCOVERDE.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de TARCISIO LINS ARCOVERDE, servidor público municipal, ocupante do cargo de Professor, lotado na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, o tempo de contribuição prestado ao CBMERJ - Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, no período de 12/03/1990 a 01/04/1992, um total de 750 (setecentos e cinquenta) dias, correspondente a 2 (dois) anos, e 20 (vinte) dias, de efetivo exercício, vinculado ao Serviço

Público Estadual, conforme Processo n.º 01668/03/2015.

Blumenau, 26 de março de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4718/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4718/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JOCELINA MARIA DA SILVA ZEDRA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR IDADE,

De acordo com os artigos 4.º, inciso III, § 2.º, e 28, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 7.º, § 1.º, do mesmo diploma legal, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 2º, inciso I, anexo I, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 40, §§ 1.º, inciso III, alínea "b", e 3º, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional 41, de 19 de dezembro de 2003, à

JOCELINA MARIA DA SILVA ZEDRA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos proporcionais e mensais de R\$ 830,38 (Oitocentos e trinta reais e trinta e oito centavos), a partir de 1 de abril de 2015, conforme Processo n.º 01600/03/2015.

Blumenau, 26 de março de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4719/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4719/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA INES WIGGERS SIMON.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de MARIA INES WIGGERS SIMON, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00038/15-0, em 19/02/2015, prestado à Prefeitura Municipal de Blumenau, no período de 01/03/1990 a 31/12/1990, um total de 300 (trezentos) dias, correspondente a 10 (dez) meses, conforme Processo n.º 01661/03/2015.

Blumenau, 26 de março de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4720/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4720/2015

ALTERA A PORTARIA N.º 3916/2013 QUE CONCEDEU PENSÃO TEMPORÁRIA À BRYAN ALVES DA SILVA E LETÍCIA ALVES DA SILVA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000,

CONSIDERANDO, a decisão proferida pelo Juiz de Direito da 2ª Vara da Família desta Comarca, nos Autos nº 0026115-40.2013.8.24.0008, e

CONSIDERANDO, o artigo 18. São beneficiários das pensões, inciso I, alínea c, da Lei complementar 308, de 22 de dezembro de 2000,

ALTERAR,

A Portaria N.º 3916/2013, de 1 de novembro de 2013, que concedeu pensão temporária à BRYAN ALVES DA SILVA e LETÍCIA ALVES DA SILVA, filhos menores da servidora pública municipal GISLAINE VIEIRA, falecida em 13 de outubro de 2013, alterando para pensão vitalícia e temporária, sendo 50% (cinquenta por cento) para GILBERTO ALVES DA SILVA, beneficiário da pensão vitalícia, no valor de R\$ 451,14 (Quatrocentos e cinquenta e um reais e quatorze centavos), e temporária 25% (vinte e cinco por cento) para BRYAN ALVES DA SILVA, no valor R\$ 225,57 (Duzentos e vinte e cinco reais e cinquenta e sete centavos), e 25% (vinte e cinco por cento) para LETÍCIA ALVES DA SILVA, no valor R\$ 225,57 (Duzentos e vinte e cinco reais e cinquenta e sete centavos), até completarem a maior idade, cota esta que se reverte para o beneficiário da pensão vitalícia, de acordo com artigo 23, inciso V, combinado com o artigo 24, inciso II, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, totalizando R\$ 902,28 (Novecentos e dois reais e vinte e oito centavos), a contar de 26 de março de 2015.

Blumenau, 26 de março de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4721/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4721/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LUZIA KRUEGER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR IDADE,

De acordo com o artigo 4.º, inciso III, § 2.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 7.º, § 1.º, do mesmo diploma legal, com redação determinada pela

Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 839, de 19 de dezembro de 2011, e artigo 40, §§ 1.º, inciso III, alínea "b", e 3º, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional 41, de 19 de dezembro de 2003, à

LUZIA KRUEGER, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos proporcionais e mensais de R\$ 1.057,14 (Mil, cinquenta e sete reais e quatorze centavos), a partir de 1 de abril de 2015, conforme Processo n.º 01497/03/2015.

Blumenau, 27 de março de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4722/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4722/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LIZETE SCHMITZ.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 839, de 19 de dezembro de 2011, artigo 1.º, § único, da Lei Complementar n.º 119, de 31 de maio de 1996, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

LIZETE SCHMITZ, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 4.120,33 (Quatro mil, cento e vinte reais e trinta e três centavos), a partir de 1 de abril de 2015, conforme Processo nº 01603/03/2015.

Blumenau, 27 de março de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4723/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4723/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CLARICE ESTER KRAUSS GUERNER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de CLARICE ESTER KRAUSS GUERNER, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00379/14-3, em 12/11/2014, prestado à Prefeitura Municipal de Blumenau, no período de 25/02/1985 a 05/02/1995, um total de 3626 (três mil, seiscentos e vinte e seis) dias, correspondente a 9 (nove) anos, 11 (onze) meses, 11 (onze) dias, conforme Processo n.º 01670/03/2015.

Blumenau, 30 de março de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4724/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4724/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ERNANDE DOS SANTOS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR IDADE,

De acordo com os artigos 4.º, inciso III, § 2.º, e 28, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 7.º, § 1.º, do mesmo diploma legal, com redação determinada pelo artigo 1º, da Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 2º, inciso II, anexo II-A, 54, e 64, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, artigo 2.º, da Lei Complementar n.º 2, de 11 de julho de 1990, combinado com o artigo 94, § 1.º, da Lei Complementar n.º 1, de 4 de junho de 1990, e artigo 40, §§ 1º, inciso III, alínea "b", e 3º, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, a

ERNANDE DOS SANTOS, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, lotado na PROEB - Fundação Promotora de Exposições de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos proporcionais e mensais de R\$ 830,38 (Oitocentos e trinta reais e trinta e oito centavos), a partir de 6 de abril de 2015, conforme Processo n.º 01552/03/2015.

Blumenau, 31 de março de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4725/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4725/2015

CONCEDE O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA,

Nos termos dos artigos 9.º, § único, e 10, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, aos servidores públicos municipais:

MATRÍCULA	NOME	INÍCIO	TÉRMINO
200247	ANDREIA APARECIDA ALVES	24/03/2015	08/06/2015
133256	ANGELITA BARBOSA RAMOS	21/03/2015	05/04/2015
000387	AUGUSTO REITER	23/10/2014	02/03/2015
190292	CLEUSE APARECIDA FARIAS KRUEGER	19/03/2015	24/04/2015
215848	CRISTIANA CRISTOVÃO	25/03/2015	10/04/2015
225339	ELCI APARECIDA DOMINGUES DE SOUZA	24/03/2015	10/04/2015
200506	IRIA WILL	24/03/2015	10/07/2015
228184	IVANICE KOHLER	17/03/2015	02/04/2015
196045	JANE ELISA CALZADO DA ROCHA	24/03/2015	08/05/2015
224260	JESSICA ACHTERBERG	24/03/2015	10/07/2015
009740	JOSE ANTONIO HENRIQUES LAMONICA	19/03/2015	02/04/2015
000265	JOSE FABIANO MIREIDER	06/03/2015	20/03/2015

229407	LETICIA CIDRAL SILVEIRA	24/03/2015	27/03/2015
228257	LIGIA KNISS DE SOUZA	19/03/2015	05/06/2015
218944	LILIAN ROSI GERTNER DA SILVA STEIN	17/03/2015	15/05/2015
229801	MARIA IVANETE BRICK FOPPA	21/03/2015	08/05/2015
139912	MARLI NOWASK DICKMANN	19/03/2015	17/04/2015
202703	MARLI OLENDINA STIEHLER	25/03/2015	12/06/2015
228729	MAURICIO MORASTONI	18/03/2015	30/04/2015
136735	ODELITA DURDA	25/03/2015	10/04/2015
177172	OSNI JACINTO	22/03/2015	28/05/2015
195839	PATRICIA MARTINS LARGURA	25/03/2015	10/04/2015
100684	PAULINO IGNACIO JACQUES NETA	24/03/2015	22/05/2015
153397	PAULO SERGIO BERNARDI	20/03/2015	08/05/2015
174440	RENILDA BREY VIEIRA	22/03/2015	06/05/2015
203564	ROSEMARIE DOLORES FRANCO	24/03/2015	08/05/2015
224766	SALETE KOGLER	21/03/2015	06/04/2015
228725	SEBASTIAO TADEU WOLF DA COSTA	20/03/2015	20/04/2015
130001	SONIA BELIDA PACHER	17/03/2015	17/04/2015
224987	SUELI PANINI VALCANIA	25/03/2015	09/06/2015
192570	SUELY INES AVI MITTAG	26/03/2015	11/05/2015
193155	TATIANA FERREIRA DOS SANTOS	24/03/2015	08/05/2015
221511	TATIANE MORBACH DA CUNHA	24/03/2015	25/03/2015
105252	VALTRUDES LORENTINO BABEL	19/03/2015	04/05/2015
219380	VANIA RIZZOTTO TILLMANN	19/03/2015	19/03/2015
115940	WILSON ANTONIO ADÃO	26/03/2015	28/05/2015
000079	ZILMAR ANTONIO SARTORTT	24/03/2015	01/04/2015

Blumenau, 31 de março de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4726/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4726/2015

PRORROGA O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA CONCEDIDO ATRAVÉS DAS PORTARIAS N.ºS 4682/2015 4709/2015 E 4708/2015.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

PRORROGAR O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA,

MATRÍCULA	NOME	INÍCIO	TÉRMINO
207896	APARECIDA DONIZETI MARTINS	17/03/2015	25/05/2015
209384	DIVA SALETE DE OLIVEIRA DOS SANTOS	14/03/2015	17/04/2015
211265	DOLORES REGINA ALVES PADILHA	21/03/2015	22/05/2015
203742	DORLI IDA DA SILVA	27/03/2015	24/04/2015
201332	ELENIR MARIA CONSTANTINO DA SILVA	23/03/2015	01/06/2015
195006	ELIANE CESTARI	24/03/2015	30/06/2015
192996	ELISABETH MARIA BRANCO	17/03/2015	15/04/2015
011223	ISRAEL MELO ALENCAR	28/03/2015	18/05/2015
224928	JOICE DOS SANTOS SPEROTTO	25/03/2015	24/04/2015
013021	JORGE LUIZ MASSANEIRO	21/03/2015	19/06/2015
206083	MARILDE VICENTE	21/03/2015	17/04/2015
229954	MARINA RIBEIRO OLIVEIRA	21/03/2015	27/03/2015

228535	MARLENE DIAS HUSCHELR	26/03/2015	24/04/2015
229890	NADIA JAMIL SALEH KAWAKUBO	20/03/2015	03/06/2015
191922	NELI TEREZINHA DAL CORDOVO SANTOS	21/03/2015	10/07/2015
196851	NILSA TERESINHA HENDGES	27/06/2015	24/09/2015
229438	PATRICIA DAMAS POLLEHEIN	21/03/2015	06/04/2015
206300	RITA DE CASSIA ANDRADE	19/03/2015	08/04/2015
191256	ROSANE SALVADOR RODRIGUES	21/03/2015	24/04/2015
225886	SANDRO CHAVES VIVIAN	24/03/2015	12/06/2015
217530	SHEILA PRATIS HUSCHER	19/03/2015	15/05/2015
229933	SIMONE FLORES MARTINS	20/03/2015	08/04/2015
173339	VIVIANE MASSANEIRO JOAQUIM	19/03/2015	08/06/2015

Blumenau, 31 de março de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4727/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4727/2015

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A JUNTA MÉDICA OFICIAL DO INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BLUMENAU - ISSBLU QUE SE REUNIRÁ NO DIA 1 DE ABRIL DE 2015 ÀS 16H30MIN.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

NOMEAR,

nos termos do Artigo 68 C, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

Dr. RAFAEL DE FRANCESCHI, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Blumenau, Dra. LETÍCIA BENITES COLVARA, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Blumenau, Dra. GIOVANA ELENIR MERINI DE FRANCESCHI, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Blumenau, para compor a Junta Médica Oficial do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, que se reunirá no dia 1 de abril de 2015, às 16h30min.

Blumenau, 31 de março de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4728/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4728/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DAURO DE ALMEIDA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU-Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 2º, inciso VIII, anexo VIII, 54, 55, 59, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, artigo 2.º, da Lei Complementar n.º 2, de 11 de julho de 1990, combinado com o artigo 94, § 1.º, da Lei Complementar n.º 1, de 4 de junho de 1990, artigo 102, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, combinado com o artigo 39, inciso I, § 3.º, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redações acrescidas pelas Leis Complementares n.os 680, de 6 de março de 2008, e 839, de 19 de dezembro de 2011, e artigo 6º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, a

DAURO DE ALMEIDA, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Guarda de Trânsito, lotado no SETERB-Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 5.626,05 (Cinco mil, seiscentos e vinte e seis reais e cinco centavos), a partir de 6 de abril de 2015, conforme Processo n.º 01596/03/2015.

Blumenau, 31 de março de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4729/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4729/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ANICETO LUIZ MUND.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72, incisos I, II, e III, alíneas "a", e "b", § 1.º, e 28, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 7.º, § 1.º, do mesmo diploma legal, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 18,19, e 20, da Lei Complementar n.º 744, de 19 de março de 2010, combinado com os artigos 27, e 28, da Lei Complementar n.º 746, de 19 de março de 2010, e artigo 2º, § 1º, incisos II, da Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, a

ANICETO LUIZ MUND, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Jornalista, lotado na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos reduzidos e mensais de R\$ 8.568,39 (Oito mil, quinhentos e sessenta e oito reais e trinta e nove centavos), a contar de 6 de abril de 2015, conforme Processo n.º 01389/02/2015.

Blumenau, 31 de março de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4730/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4730/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RUBENS JAEGER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 73-B, incisos I, II, e III, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 568, de 20 de fevereiro de 2006, artigos 18, 19, e 20, da Lei Complementar n.º 744, de 19 de março de 2010, combinado com os artigos 27, 28, e 57, da Lei Complementar n.º 746, de 19 de março de 2010, e artigo 3.º, incisos I, II, e III, da Emenda Constitucional n.º 47, de 5 de julho de 2005, a

RUBENS JAEGER, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, lotado na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime

Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 7.180,30 (Sete mil, cento e oitenta reais e trinta centavos), a partir de 8 de abril de 2015, conforme Processo n.º 01519/03/2015.

Blumenau, 1 de abril de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4731/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4731/2015

CONCEDE REAJUSTE AOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, incisos I, II, e IV, da Lei Complementar nº 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000,

CONSIDERANDO a publicação da Resolução FURB Nº 07/2015, de 27 de março de 2015,

RESOLVE,

Art. 1º Reajustar, em 7,75 % (sete vírgula setenta e cinco por cento), os proventos de aposentadoria e pensão, dos servidores inativos e pensionistas que possuíam vínculo com a FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a partir de 1 de março de 2015.

Blumenau, 1 de abril de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4732/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4732/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA CHRISTINA DE SOUZA MEDEIROS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de MARIA CHRISTINA DE SOUZA MEDEIROS, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00407/14-7, em 05/12/2014, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Walter Vanderlin Ruviaro	01/06/1983 a 31/08/1983

José Antonio Mallmaann	01/12/1984 a 31/07/1985
Katia de Mello	01/11/1986 a 31/12/1986
Prefeitura Municipal de Blumenau	28/03/1988 a 12/01/1998

Totaliza o tempo de 3965 (três mil, novecentos e sessenta e cinco) dias, correspondente a 10 (dez) anos, 10 (dez) meses, e 15 (quinze) dias, conforme Processo n.º 01683/03/2015.

Blumenau, 1 de abril de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4733/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4733/2015

RETIFICA A PORTARIA N.º 4665/2015 QUE CONCEDEU APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JORGE FREIRE LEAL.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000,

CONSIDERANDO o reajuste salarial de 7,75% (sete vírgula setenta e cinco por cento), conforme Resolução 007/2015, de 27 de março de 2015, e alteração dos anuênios de 21% (vinte e um por cento) para 22% (vinte e dois por cento)

RETIFICAR,

A Portaria N.º 4665/2015, de 2 de março de 2015, que concedeu aposentadoria por tempo de contribuição a JORGE FREIRE LEAL, servidor público municipal, aposentado no cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na FURB Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, alterando os proventos integrais e mensais de R\$ 11.449,75 (Onze mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e setenta e cinco centavos), para R\$ 12.441,07 (Doze mil, quatrocentos e quarenta e um reais e sete centavos), a partir de 2 de março de 2015.

Blumenau, 2 de abril de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4734/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4734/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELIANA STEIN.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004,

artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, artigo 26, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, combinado com o artigo 39, inciso IV, § 3.º, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redações determinadas pelas Leis Complementares n.os 732, de 19 de outubro de 2009, e 839, de 19 de dezembro de 2011, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

ELIANA STEIN, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 3.363,16 (Três mil, trezentos e sessenta e três reais e dezesseis centavos), a partir de 6 de abril de 2015, conforme Processo n.º 01503/03/2015.

Blumenau, 2 de abril de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4735/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4735/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL TARCISIO LINS ARCOVERDE.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de TARCISIO LINS ARCOVERDE, servidor público municipal, ocupante do cargo de Professor, lotado na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, o tempo de contribuição prestado ao Ministério da Marinha - Comando do Primeiro Distrito Naval, no período de 10/02/1988 a 28/02/1989, um total de 383 (trezentos e oitenta e três) dias, correspondente a 1 (um) ano, e (dezoito) dias, de efetivo exercício, vinculado ao Serviço Militar, conforme Processo n.º 01668/03/2015.

Blumenau, 2 de abril de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4736/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4736/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARLI CORREA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar

nº 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar nº 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 2º, inciso I, anexo I, 54, e 64, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 6º, seus incisos, da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, à

MARLI CORREA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais R\$ 2.009,97 (Dois mil, nove reais e noventa e sete centavos), a partir de 6 de abril de 2015, conforme Processo n.º 01695/04/2015.

Blumenau, 2 de abril de 2015.
ELÓI BARNI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4737/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4737/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ISABEL MARIA LEAL.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de ISABEL MARIA LEAL, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00009/15-0, em 19/01/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Empresa Guaratuba Ltda. – ME	12/01/1983 a 04/04/1983
Prefeitura Municipal de Blumenau	14/03/1985 a 01/02/1994

Totaliza o tempo de 3326 (três mil, trezentos e vinte e seis) dias, correspondente a 9 (nove) anos, 1 (um) mês, e 11 (onze) dias, conforme Processo n.º 01713/04/2015.

Blumenau, 6 de abril de 2015.
ELÓI BARNI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4738/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4738/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RENATO ESPANHOL DE BARROS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de RENATO ESPANHOL DE BARROS, servidor público municipal, ocupante do cargo de Cirurgião Dentista, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, o tempo de contribuição prestado a Prefeitura Municipal de Curitiba, no período de 08/11/1985 a 18/04/1991, um total de 1339 (mil, trezentos e trinta e nove) dias, correspondente a 3 (três) anos, 8 (oito) meses e 4 (quatro) dias, de efetivo exercício, vinculado a Prefeitura Municipal de Curitiba, conforme Processo n.º 121477/2014.

Blumenau, 10 de abril de 2015.
ELÓI BARNI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4739/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4739/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CARLOS RUBIO COELHO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de CARLOS RUBIO COELHO, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00044/15-0, em 09/04/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	13/10/1972 a 01/03/1973 24/12/1975 a 03/08/1976
Indústria Têxtil Cia. Hering	08/05/1974 a 13/11/1975
Tintas Hering S.A.	16/10/1978 a 23/04/1979
Universal Leaf Tabacos Ltda.	08/01/1986 a 06/02/1986
Prefeitura Municipal de Blumenau	10/03/1986 a 05/06/1995

Totaliza o tempo de 4508 (quatro mil, quinhentos e oito) dias, correspondente a 12 (doze) anos, 4 (quatro) meses, e 8 (oito) dias, conforme Processo n.º 01539/03/2015.

Blumenau, 10 de abril de 2015.
ELÓI BARNI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4740/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4740/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SUZANA TERESINHA COPPETTI MIOZZO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de SUZANA TERESINHA COPPETTI MIOZZO, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00165/13-5, em 11/07/2013, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Associação Congregação de Santa Catarina	01/03/1984 a 27/06/1988
Sociedade Civil Rio Branco de Educação Ltda.	01/09/1988 a 30/06/1989
Escola Primeiro Passo Sociedade Civil Ltda.	01/08/1989 a 28/11/1990
Secretaria de Educação e Cultura Acre	01/01/1989 a 01/02/1991

Totaliza o tempo de 2458 (dois mil, quatrocentos e cinquenta e oito) dias, correspondente a 6 (seis) anos, 8 (oito) meses, e 28 (vinte e oito) dias, conforme Processo n.º 01707/04/2015.

Blumenau, 10 de abril de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4741/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4741/2015

REVERTE A CONCESSÃO DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOÃO MARIA VARELA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, e em observância ao disposto no artigo 32, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

REVERTER

a aposentadoria por invalidez concedida à JOÃO MARIA VARELA, pela Portaria N.º 1099/2006, de 11 de dezembro de 2006, tendo em vista a insubsistência dos motivos determinantes constatados através de Laudo Pericial.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo efeitos a partir de 4 de maio de 2015.

Blumenau, 15 de abril de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4742/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4742/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANGELA MARIA RODRIGUES LOPES.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de ANGELA MARIA RODRIGUES LOPES, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00001/15-9, em 12/01/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau	26/08/1985 a 11/04/1986
Escola de Natação Gonçalves da Luz Ltda.	01/04/1988 a 28/04/1989
Academia Master Fitness Club Ltda. – ME.	01/09/1989 a 05/08/1991
Contribuinte Individual	01/05/1989 a 31/08/1989
Prefeitura Municipal de Blumenau	16/03/1990 a 31/12/1990 11/03/1991 a 31/12/1991 11/02/1992 a 04/10/1992

Totaliza o tempo de 1833 (mil, oitocentos e trinta e três) dias, correspondente a 5 (cinco) anos, e 8 (oito) dias, conforme Processo n.º 01727/04/2015.

Blumenau, 15 de abril de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4743/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4743/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL AUGUSTA RODRIGUES DA SILVA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de AUGUSTA RODRIGUES DA SILVA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão N.º 55/2014, de 17/01/2014, expedida pelo IPREV - Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina, nos períodos de 26/06/1984 a 30/09/1986, um total de 827 (oitocentos e vinte e sete) dias, correspondente a 2 (dois) anos, 3 (três) meses, e 7 (sete) dias, conforme Processo n.º 01723/04/2015.

Blumenau, 15 de abril de 2015.
ELÓI BARNI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4744/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4744/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CLAUDIA CRISTINE JAHN.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 839, de 19 de dezembro de 2011, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

CLAUDIA CRISTINE JAHN, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 6.559,03 (Seis mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e três centavos), a partir de 20 de abril de 2015, conforme Processo nº 01497/03/2015.

Blumenau, 16 de abril de 2015.
ELÓI BARNI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4745/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4745/2015

RETIFICA A PORTARIA N.º 4683/2015 QUE CONCEDEU APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DAGMAR BAUMGARTEL.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

RETIFICAR,

A Portaria nº 4683/2015, de 9 de março de 2015, que concedeu

aposentadoria à servidora pública municipal DAGMAR BAUMGARTEL, quanto aos proventos, que passam de R\$ 830,38 (Oitocentos e trinta reais e trinta e oito centavos), para R\$ 881,05 (Oitocentos e oitenta e um reais e cinco centavos), a partir de 10 de março de 2015.

Blumenau, 16 de abril de 2015.
ELÓI BARNI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4746/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4746/2015

ALTERA OS PROVENTOS DE APOSENTADORIA CONCEDIDO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LENI MARTINS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

CONSIDERANDO a decisão do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, relatório de Instrução n.º 683/2015, resolve:

Alterar os proventos de aposentadoria da servidora pública municipal LENI MARTINS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, que passa a perceber os proventos de R\$ 830,38 (Oitocentos e trinta reais e trinta e oito centavos), a partir 1 de maio de 2015.

Blumenau, 17 de abril de 2015.
ELÓI BARNI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4747/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4747/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARILDA TAVARES.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de MARILDA TAVARES, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00048/14-5, em 14/04/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Omino Hering S.A. – Confecções	01/03/1980 a 01/10/1986
Sociedade Divina Providência	01/12/1986 a 28/02/1987

Cia. Latino Americana de Medicamentos	15/04/1987 a 20/07/1988
Lancaster Ltda.	01/08/1988 a 31/05/1993
Rigor Assessoria Contábil e Informática S/C Ltda.	04/04/1994 a 13/07/1994
Gelre Trabalho Temporário S.A.	06/09/1994 a 05/12/1994
SESI - Serviço Social da Indústria	28/12/1994 a 19/01/1994

Totaliza o tempo de 4934 (quatro mil, novecentos e trinta e quatro) dias, correspondente a 13 (treze) anos, 6 (seis) meses, e 9 (nove) dias, conforme Processo n.º 01744/04/2015.

Blumenau, 20 de abril de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4748/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4748/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VALDEMAR PAUL.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de VALDEMAR PAUL, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Saneamento, lotado no SAMAE- Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00190/10-5, em 20/10/2010, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Souza Cruz S.A.	29/03/1977 a 20/05/1977
Electro Aço Altona S.A.	25/05/1977 a 25/03/1988
Casa Grande Moceis e Decorações Ltda.	02/01/1989 a 31/01/1989
Irmãos Marchiori Transportes Ltda.	06/02/1989 a 29/04/1989
Fundação Hospitalar de Blumenau	24/05/1989 a 20/11/1989
NLLSS Serviços de Segurança Ltda.	27/11/1989 a 02/08/1993
Cremer S.A.	17/02/1994 a 04/02/1996
Premiere Organização e Serviços Ltda.	01/04/1997 a 16/12/1997

Totaliza o tempo de 6623 (seis mil, seiscentos e vinte e três) dias, correspondente a 18 (dezoito) anos, 1 (um) meses, e 23 (vinte e três) dias, conforme Processo n.º 01751/04/2015.

Blumenau, 20 de abril de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4749/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4749/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EVELY RUTHZATZ.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de EVELY RUTHZATZ, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20721001.1.00046/97-2, em 12/08/2013, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Fundação Blumenauense de Estudos Têxteis	18/05/1977 a 03/05/1979
Casa Royal S.A. – Indústria e Comércio	16/07/1979 a 13/10/1979
Algamarin Comércio de Produtos de Beleza Ltda.	01/04/1980 a 18/04/1980
Cobra Tecnologia S.A.	05/05/1980 a 14/08/1990
Prefeitura Municipal de Blumenau	11/10/1991 a 31/12/1991 11/02/1992 a 31/12/1992 14/02/1993 a 31/12/1993 17/02/1994 a 31/12/1994 15/02/1995 a 02/04/1995
Sociedade Educacional Blumenauense	01/03/1996 a 18/08/1996
Secretaria do Estado da Educação de Santa Catarina	01/10/1991 a 31/12/1991 28/02/1992 a 31/12/1992

Totaliza o tempo de 5849 (cinco mil, oitocentos e quarenta e nove) dias, correspondente a 16 (dezesesseis) anos, e 9 (nove) dias, conforme Processo n.º 01746/04/2015.

Blumenau, 20 de abril de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4750/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4750/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL VERA LÚCIA KLOCK BERKENBROCK.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de VERA LÚCIA KLOCK BERKENBROCK, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00182/14-5, em 15/04/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Carlito Klock	01/09/1980 a 20/03/1984
Prefeitura Municipal de Blumenau	22/03/1984 a 21/02/1994
Colégio Dr. Blumenau Ltda. – EPP	02/06/1986 a 15/01/1987
Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil	21/08/1989 a 19/12/1989
Fundação Educacional de Santa Catarina	01/03/1989 a 31/10/1989

Totaliza o tempo de 4915 (quatro mil, novecentos e quinze) dias, correspondente a 13 (treze) anos, 5 (cinco) meses, e 20 (vinte) dias, conforme Processo n.º 01733/04/2015.

Blumenau, 20 de abril de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4751/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4751/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL TERESINHA APARECIDA MARCOS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de TERESINHA APARECIDA MARCOS, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00011/15-4, em 29/01/2015, prestado às

seguintes entidades:

Empresa	Período
Cooperativa de Produção e Abastecimento do Vale do Itajaí	26/01/1982 a 19/01/1983
Flamingo Ltda.	01/02/1983 a 30/04/1983
Muller Comércio de Vestuário Ltda. – ME	01/11/1984 a 28/03/1986
Santa Luzia Confecções Indústria e Comércio Ltda.	02/06/1986 a 17/03/1987
Confecções Helo Ltda.	12/12/1987 a 10/08/1989
Novo Mundo Comércio e Representações Ltda. – ME	12/07/1990 a 07/12/1993

Totaliza o tempo de 3103 (três mil, cento e três) dias, correspondente a 8 (oito) anos, 6 (seis) meses, e 3 (três) dias, conforme Processo n.º 01747/04/2015.

Blumenau, 20 de abril de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

CÂMARA MUNICIPAL**REPUBLICAÇÃO DA RESOLUÇÃO MD Nº 2.299**

RESOLUÇÃO MD Nº 2.299

DETERMINA PONTO FACULTATIVO NA CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica determinado ponto facultativo, no dia 20 de abril de 2015, na Câmara Municipal de Blumenau, como medida de economicidade.

Art. 2º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 8 DE ABRIL DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS

1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

Bom Retiro**PREFEITURA****386.04.15 - P. DES. PROF. MOACIR T. JUNIOR**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 386/15 de 16.04.15

Designa Professor Contratado em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Moacir Teixeira Junior, para atuar como Professor Educação Física 20 horas semanais no Ginásio de Esportes Nenzinho, no período de 15 de abril com término no dia 30 de abril de 2015, até a homologação do Concurso Público, em virtude de sua classificação em 1º lugar na Processo Seletivo 02/2015 para Contratação de Professor ACT - Educação Física, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
16 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

387.04.15 - P. FÉRIAS LOURIVAL G. CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 387/15 de 16.04.15

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil Quinze) ao funcionário Lourival Galdino da Cruz, Ocupante do cargo de Trabalhador Braçal, Padrão I - Nível 1, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, para gozá-las a contar de 15 de abril com término no dia 16 de maio de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
16 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

388.04.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ANGELITA AP. S. VIEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 388/15 de 22.04.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 22 de abril de 2015, a funcionária Angelita Aparecida de Souza Vieira, ocupante do cargo de Pedagoga - Padrão I - Nível 9, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social - CRAS.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
22 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

389.04.15 - P.LIC. MOT. P. FAM. OLAVIO ROVARIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 389/15 de 22.04.15

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, no dia 16 de abril de 2015, ao funcionário Olávio Rovaris, ocupante do cargo de Assistente Administrativo - Padrão 1 - Nível 6, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
22 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

390.04.15 - P. NOM. PATRICIA DA CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 390/15 de 22.04.15

Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro - SC:

Resolve:

Nomear por concurso Patrícia da Cruz, nos termos da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 1º lugar no Concurso Público n.º 001/2015, para exercer o cargo de Farmacêutica/Bioquímica - Padrão I - Nível - 9 do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, a contar do dia 22 de abril de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
22 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES
Prefeito Municipal

PADILHA DARIO CESAR LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

ERRATA PP 10/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC
ERRATA MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015

O Município de Bom Retiro vem a público retificar Edital Pregão Presencial 10/2015 de 14 de abril de 2015, para Aquisição de Pneus para veículos/máquinas da Frota Municipal. EXCLUIR DO EDITAL A LETRA "F" DO ITEM "11.1.3 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA":

f) Documentação do fabricante com garantia de mínimo de 5 anos para pneus.

Bom Retiro, 23 de abril de 2015.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 08.2015

MENSAGEM DE VETO Nº 01 DO SR. PREFEITO MUNICIPAL DE BOM RETIRO

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 08/2015, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2015.

SENHORA PRESIDENTE,
Cumprimentando-a cordialmente, acusamos o recebimento da Redação Final nº 1128/15 referente ao Projeto de Lei nº 08/2015 de 05/02/2015 que "FIXA OS VALORES PARA DIÁRIAS DE VIAGENS E AJUDA DE CUSTO AOS AGENTES POLÍTICOS E SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE BOM RETIRO, ESTABELECE CRITÉRIOS PARA SUA CONCESSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" alterado pelas emendas supressivas, apresentadas pelos ilustres Vereadores e comunicamos TEMPESTIVAMENTE (Art. 71 da Lei Orgânica Municipal) que ele está sendo VETADO TOTALMENTE por razões de manifesta inconstitucionalidade.

RAZÕES DO VETO - MANIFESTA INCONSTITUCIONALIDADE.

Expomos, nessa oportunidade, as razões do veto a fim de que possa esta Casa Legislativa proceder a sua apreciação e, em havendo aquiescência de Vossas Excelências quanto à matéria vetada o projeto seja arquivado.

De início, insta esclarecer que analisando os termos do projeto aprovado em relação ao encaminhado pelo Executivo, verifica-se que este recebeu "emendas supressivas" no § 3º do Art. 2º; Art. 4º e Art. 5º, que irão acarretar AUMENTO DE DESPESA com o pagamento de diárias, impedindo assim ao Poder Executivo de cumprir com seu plano de redução de custos e despesas, que tem por objetivo o restabelecimento do equilíbrio financeiro no âmbito da Administração Pública Municipal, instituído através do Decreto nº 07/2015 de 02 de fevereiro de 2015, o que não pode ocorrer, pelos motivos que serão aqui apontados.

Verifica-se que com as emendas supressivas o Projeto de Lei aprovado pela egrégia Câmara de Vereadores PROVOCA AUMENTO DE DESPESA, a ser suportada pelo Poder Executivo. Pois, desta feita o Poder Legislativo está impondo ao Poder Executivo a realização de despesas que poderiam deixar de ser efetuadas caso o Projeto de Lei nº 08/2015 fosse aprovado no seu texto original.

Desta forma, temos que, há inconstitucionalidade na proposição em comento, na medida em que há ofensa ao Art. 2º da Constituição Federal, visto que os Poderes Legislativo e Executivo são independentes e harmônicos entre si.

De acordo com os princípios Constitucionais e também a Lei Orgânica do Município, elegeram em seu Art. 3º a harmonia e a independência de seus Poderes - Legislativo e Executivo como um de seus pilares.

Atendendo ao princípio constitucional, os artigos 65, incisos IV e V, 67, inciso I, 95, incisos III, VI e XI, todos da Lei Orgânica deste Município prescrevem:

Art. 65. Compete privativamente ao Prefeito a iniciativa dos projetos de lei que disponham sobre:

(...)

IV - organização administrativa, matéria orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração;

V - criação, estruturação e atribuições dos órgãos da administração pública municipal.

(...)

Art. 67. Não será admitida emenda que implique no aumento de despesa prevista:

I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito.

(...)

Art. 95. Ao Prefeito compete privativamente:

(...)

III - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica;

(...)

VI - vetar, no todo ou em parte, projetos de lei;

(...)

XI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração municipal, na forma da lei;

É notório que a Lei Orgânica Municipal conferiu legitimação privativa ao Chefe do Executivo para que pudesse iniciar o processo legislativo naqueles assuntos alcançados pelas suas ATRIBUIÇÕES EXCLUSIVAS, não se admitindo nos seus projetos a alteração de artigos que provoquem o aumento de suas despesas.

O Prefeito Municipal é, além do Chefe do Poder Executivo, também o Chefe da Administração Pública local, por cujos interesses têm

que zelar, e só ele está em condição de saber quais são esses interesses e como agir para resguardá-los. Ora, se a exclusividade é conferida também quanto à regulamentação dos interesses referentes à matéria reservada, claro está que o poder de emenda do Legislativo encontra aí um limite de atuação. Pois, temos por certo que a inserção de emendas que, por sua natureza, descaracterizam e desnaturam a vontade do titular da iniciativa, constitui afronta ao ordenamento jurídico-constitucional. A extrapolação dos limites do poder de emenda atinge o Texto Constitucional em seus alicerces, em suas vigas mestras representadas pelos princípios constitucionais norteadores de todo o sistema. As emendas apresentadas pelo Legislativo, ao projeto de lei de autoria do Poder Executivo, desfiguraram e desnaturaram a vontade do Chefe do Poder Executivo Municipal, inviabilizando por diversos motivos a sua aplicabilidade, portanto, estão maculadas de inconstitucionalidade e ilegalidade, por ofensa ao princípio da separação e harmonia entre os Poderes.

Assim, temos que as emendas aprovadas por esta Casa Legislativa revelam-se como inconstitucionais, contrariando de maneira frontal os mais primários princípios que regem nosso ordenamento jurídico.

O regramento contido no inciso I, do art. 67 da Lei Orgânica Municipal, que não admite aumento da despesa prevista nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal.

Com relação ao assunto, é do saudoso HELY LOPES MEIRELLES o seguinte ensinamento:

(...)

Negar sumariamente o direito de emenda à Câmara é reduzir esse órgão a mero homologador da lei proposta pelo prefeito, o que nos parece incompatível com a função legislativa que lhe é própria. Por outro lado, conceder à Câmara o poder ilimitado de emendar a proposta de iniciativa exclusiva do prefeito seria invalidar o privilégio constitucional estabelecido em favor do Executivo (grifos nossos).

Para arrematar, corroborando as razões expendidas, colaciona-se decisão do egrégio SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL:

(...) as matérias reservadas à iniciativa do Poder Executivo somente podem ser objeto de emenda na hipótese de não representarem aumento de despesas. Parâmetro de observância cogente pelos Estados da Federação, à luz do princípio da simetria. (ADI1304 / SC; Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA; julg. 11/03/2004; Tribunal Pleno; pub. DJ 16-04-2004, PP-00052)

Noutro ângulo de análise, verifica-se inconstitucionalidade na Proposição por ofender o Art. 37 da Constituição da República e da Lei Orgânica Municipal, uma vez que todos os dispositivos determinam que as atividades administrativas de quaisquer dos Poderes devem total obediência aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Por todo o exposto, Senhora Presidente e Senhores Vereadores, é que, à luz do regramento previsto no art. 95, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, apresentamos o VETO TOTAL do Projeto de Lei n.º 08/2015 emendado e aprovado pelos senhores Edis, devolvendo a matéria ao necessário reexame dessa Egrégia Casa Legislativa, no aguardo de que, a partir de nova apreciação, as razões apresentadas possam ser acolhidas, com a manutenção do presente veto para o arquivamento do aludido Projeto de Lei.

Bom Retiro, 16 de abril de 2015.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 6 2015 – SRP FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 10/2015

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 6/2015 - SRP FMS

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 08h30min do dia 08.05.2015, estará selecionando a melhor proposta para AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MONTAGEM, BALANCEAMENTO E ALINHAMENTO PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRAÇO DO TROMBUDO, informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 24 abril de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 08 2015 FMS

EXTRATO DE CONTRATO 08/2015 FMS

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

CNPJ 11.481.782/0001-44,

Sito a Rua Leopoldo Joenck, 119

Braço do Trombudo - SC.

Contratada: ILÁRIA VOIGT

CPF: 936.164.579-04

sito a Rua Tamandaré, 173, Centro

braço do Trombudo - SC

Objeto: Locação de imóvel mobiliado, de acordo com a Lei Municipal n. 0791/2014 de 16/04/2014..

Valor: R\$ 5.802,03 (cinco mil, oitocentos e dois reais e três centavos)

Vigência até 31.12..2015.

Data da assinatura: 23.04..2015

Charles Rafael Schwambach - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 37/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 37/2015

PREGÃO PRESENCIAL 12/2015

Contrato que entre si celebram o Município Braço do Trombudo e a empresa CPM-Central de Pesquisas & Marketing Ltda, CNPJ: 02.295.493/0001-60. Objeto DESENVOLVIMENTO DE UM PROGRAMA INTEGRADO PARA MELHORAR A HUMANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, O ATENDIMENTO AOS CIDADÃOS E A INOVAÇÃO NA GESTÃO DE PESSOAS (avaliações dos serviços públicos, reuniões técnicas, relatórios do monitoramento, grupos de estudos com palestras e manuais com o conteúdo do estudo). Data: 17/04/2015. Valor do Objeto: R\$ 30.800,00.

Assinada Charles Rafael Schwambach - Cargo Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL 16/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO 22/2015

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 16/2015 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 08h30min do dia 22.04.2015, estará selecionando a melhor proposta para Registro de Preços visando à contratação de serviços de Laboratório especializado em análises de água tratada, (em conformidade com as especificações da portaria Nº 2914 do Ministério da Saúde de 12/12/2011), sendo que as coletas serão realizadas na Estação de tratamento de Água (ETA) Braço Novo e Serril, Município de Braço do Trombudo, informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 22 de Abril de 2015.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal.

Brusque**PREFEITURA****PORTARIA Nº 684/2015**

PORTARIA Nº 684/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Considerar estável o(a) servidor(a) ULISSES CANQUERINI SILVA, nomeado(a) pela portaria nº 7486/2011 para ocupar o cargo de provimento efetivo de Enfermeiro.

Paragrafo único - A estabilidade que trata este artigo, se dá com fulcro no Art. 26 § 2º da LC 147/2009 e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 10/06/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de março de 2015.
DIEGO FAGUNDES
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Publica-se e registra-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

DANIEL FELÍCIO
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 959/2015

PORTARIA Nº 959/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Considerar estável o(a) servidor(a) KEILA TAISE KUHN nomeado(a) pela portaria nº 7484/2011 para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professora.

Paragrafo único - A estabilidade que trata este artigo, se dá com fulcro no Art. 26 § 2º da LC 147/2009 e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01/06/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de abril de 2015.
CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Publica-se e registra-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

DANIEL FELÍCIO
Diretor de Recursos Humanos

EDITAL Nº 001/2015 FMAC - PARECER DA COMISSÃO
EDITAL DO FUNDO MUNICIPAL DE APOIO À CULTURA 001/2015
PARECER DA COMISSÃO DE ANÁLISE APÓS RECURSOS

A Comissão de Análise do Fundo Municipal de Apoio à Cultura, responsável pela avaliação dos projetos em seus aspectos formal de preenchimento, compatibilidade de custos orçamentários com os valores de mercado, bem como a legalidade e autenticidade dos documentos acostados, declara habilitados, após os recursos, os seguintes projetos:

Proponente	Projeto	Modalidade
Aldonei da Silva Lopes	Contos e cantos brusquenses: outras histórias	Literatura
Aldonei da Silva Lopes	Monólogo Teatral Duas Faces	Artes Cênicas
André Carlos Gomes	88350-000 - Um tributo ao Rock Brusquense	Música
André Visconti	Claviceps Purpúrea - "Escadas do Céu"	Música
Débora da Luz Scheffer	Livro Falado	Literatura
Edinéia Pereira da Silva Betta	Fragmentos da História da Moda em Brusque	Artes Populares
Grupo Amigo de Canto Alemão	Jantar dançante do Grupo Amigo de Canto Alemão	Música
Guilherme Kempt Rodrigues	CD André & Guilherme Em Estúdio	Música
José Roberto Cercal	Poesia exposta	Literatura
Larissa Maria Fischer	O amor é contemporâneo	Artes Integradas
Louise Clemente	Gravação do CD e Oficina Vocal do Quinteto Canto Daqui	Música
Luciana Paza Tomasi	Cantando, dançando e contando Histórias	Artes Cênicas
Rodrigo Zen	Curadoria - Referências e interferências entre moda, design e arte	Literatura
Sérgio Luis de Azevedo Júnior	Beco do Aprendiz	Artes Visuais
Sérgio Luiz Westrupp	Atividades e jogos musicais - Uma abordagem lúdica da teoria e da percepção musical para a sala de aula e demais contextos de aprendizado coletivo	Música
Taiana Steffen Eberle	Revista APAE 60 anos	Literatura
Tatiane Krüger Niebuhr	Cantos da terra	Música

Michel Gartner Belli
 Superintendente da Fundação Cultural de Brusque

EXTRATO CONTRATO Nº 046/2015
EXTRATO CONTRATO Nº 046/2015

Espécie: Contrato nº 046/2015, entre o Município de Brusque e a Multiplos Serviços e Obras Ltda EPP, em 22/04/2015. Objeto: Execução de Obras de Passeio Público com Acessibilidade na Rua Azambuja (Segunda Etapa). Valor: R\$ 286.865,39. Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Tomada de Preços nº 001/2015. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses. Signatários: Jaison Homero de Oliveira Knoblauch e Everson Clemente.

EXTRATO CONTRATO Nº 047/2015
EXTRATO CONTRATO Nº 047/2015

Espécie: Contrato nº 047/2015, entre o Município de Brusque e a Auto Eletro Baterias Ltda, em 22/04/2015. Objeto: Prestação de serviços de mecânica preventiva e corretiva para a administração municipal - LOTE 3 - Serviço de mão de obra elétrica para caminhões e caminhonete diesel, incluindo serviço de guincho, leva e traz e fornecimento de peças. Valor: R\$ 450.000,00. Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 004/2015. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses. Signatários: Cristiano Bittencourt e Valdir Debatin.

EXTRATO CONTRATO Nº 048/2015
EXTRATO CONTRATO Nº 048/2015

Espécie: Contrato nº 048/2015, entre o Município de Brusque e a Brusque Auto Center Ltda ME, em 22/04/2015. Objeto: Prestação de serviços de mecânica preventiva e corretiva para a administração municipal - LOTE 4 - Serviço de alinhamento/balanceamento, cambagem e montagem de pneus. Valor: R\$ 25.980,00. Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 004/2015. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses. Signatários: Cristiano Bittencourt e Marcelo Tiecher Zimmermann.

EXTRATO CONTRATO Nº 049/2015
EXTRATO CONTRATO Nº 049/2015

Espécie: Contrato nº 049/2015, entre o Município de Brusque e a Oficina do Zeca Reparadora Automotiva Eireli EPP, em 22/04/2015. Objeto: Prestação de serviços de mecânica preventiva e corretiva para a administração municipal - LOTE 2 - Serviço de mão de obra funilaria e pintura para caminhões e máquinas, incluindo serviço de guincho, leva e traz e fornecimento de peças. Valor: R\$ 235.000,00. Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 004/2015. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses. Signatários: Cristiano Bittencourt e José Heil Júnior.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 020/2015
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 020/2015

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 020/2015, em 22/04/2015. Objeto: Aquisição de calhas e descidas de alumínio, com mão-de-obra de instalação. Valor: R\$ 58.998,00. Origem: Pregão nº 009/2015. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Cristiano Bittencourt.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 021/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 021/2015

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 021/2015, em 22/04/2015.
Objeto: Aquisição de madeiras. Valor: R\$ 168.939,00. Origem: Pregão nº 013/2015. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93.
Signatário: Cristiano Bittencourt.

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 07/2015

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO nº 07/2015, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E A FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BRUSQUE - UNIFEBE. Objeto: transferência de recursos para a execução do Programa de Bolsa de Estudo, instituído pela Lei Municipal nº 3625/13, que visa a concessão de bolsas de estudo parciais para formação de profissionais na rede municipal de ensino do Município de Brusque. Valor: R\$ 74.070,00. Prazo de vigência: o convênio vigorará da data de sua assinatura até o final do primeiro semestre letivo de 2015, podendo ser prorrogado a critério das partes. Pelo Município de Brusque, Paulo Roberto Eccel, e Secretária da Educação, Gleusa Luci Fischer. Pela Fundação Educacional de Brusque - FEBE, Günther Lothar Pertschy, Presidente. Data: 27 de março de 2015.

PORTARIA Nº 716/2015

PORTARIA Nº 716/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Considerar estável o(a) servidor(a) VANESSA SEVERIANO PEREIRA, nomeado(a) pela portaria nº 7750/2011 para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo.

Paragrafo único - A estabilidade que trata este artigo, se dá com fulcro no Art. 26 § 2º da LC 147/2009 e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 16/11/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de março de 2015.
CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Publica-se e registra-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

DANIEL FELÍCIO
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 741/2015

PORTARIA Nº 741/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Considerar estável o(a) servidor(a) KENYA SUELLEN FABIANI, nomeado(a) pela portaria nº 7808/2012 para ocupar o cargo de provimento efetivo de Arquiteto.

Paragrafo único - A estabilidade que trata este artigo, se dá com fulcro no Art. 26 § 2º da LC 147/2009 e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 13/02/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de março de 2015.
CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Publica-se e registra-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

DANIEL FELÍCIO
Diretor de Recursos Humanos

Caçador**PREFEITURA****ERRATA - PUBLICAÇÃO PROC. Nº 41-2015 – PR – 25-2015 - PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

ERRATA - PUBLICAÇÃO PROC. Nº 41-2015 - PR - 25-2015 - PREFEITURA

EDITAL: Pregão Presencial nº 25/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GENÊROS ALIMENTÍCIOS, ABAIXO RELACIONADOS, PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENTIDADES FILANTRÓPICAS.

ONDE SE LÊ: Os envelopes de proposta e documentação deverão ser entregues no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, ou preferencialmente no Setor de Licitações e Contratos, no máximo até às 14:00 horas do dia 06 (seis) de MAIO de 2015 para abertura no mesmo dia às 14:10 horas, ocasião em que se dará início ao credenciamento e à abertura dos envelopes.

LEIA-SE: Os envelopes de proposta e documentação deverão ser entregues no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, ou preferencialmente no Setor de Licitações e Contratos, no máximo até às 14:00 horas do dia 11 (onze) de MAIO de 2015 para abertura no mesmo dia às 14:10 horas, ocasião em que ocasião em que se dará início ao credenciamento e à abertura dos envelopes.

Maiores Informações e o edital Completo poderão ser obtidos na Coordenação de Licitações e Contratos da Prefeitura do Município de Caçador, SC, através do email: licitacacaopmc@cacador.sc.gov.br, telefone: (049) 3666.2432 ou pelo site www.cacador.sc.gov.br das 13:00 às 19:00 horas.

Caçador, 23 de abril de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito do Município de Caçador

Camboriú**PREFEITURA****IL 003/2015 - FUNDESB**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

INEXIGÊNCIA LICITATÓRIA Nº. 003/2015 - FUNDESB

Data: 23/04/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE CARREGADEIRA NEW HOLLAND/GBACK L220 PERTECENTE A FROTA DA SECRETARIA DE SANEAMENTO BÁSICO.

Valor total: R\$ 3.636,80 (Três Mil Seiscentos e Trinta e Seis Reais e Oitenta Centavos).

Secretaria: Secretaria Municipal de Saneamento Básico.

Contratada: SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUCAO LTDA

Embasamento legal: Artigo 25, inciso "I", da lei Federal 8666/1993, e demais alterações posteriores.

Camboriú, 23 de Abril de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 032/2015 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 032/2015-PMC

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COZINHA E LIMPEZA PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 13 (Treze) de Maio de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 23 de Abril de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA PREGÃO ELETRÔNICO 42/2015

RESUMO DA ATA

(Pregão Eletrônico nº 42/2015)

Às 10:00 do dia 23/04/2015, reuniu-se a Pregoeira Oficial deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de pneus 1000x20 para os caminhões da frota municipal.

A ata completa está disponível no site Cidade Compras (<http://www.cidadecompras.com.br/1/>), administradora dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre - SC e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://goo.gl/nWhzho>.

Pregoeira e Equipe de Apoio

ATA PREGÃO ELETRÔNICO 44/2015

RESUMO DA ATA

(Pregão Eletrônico nº 44/2015)

Às 14h do dia 23/04/2015, reuniu-se a Pregoeira Oficial deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de computadores, notebooks e impressoras para a rede municipal de ensino.

A ata completa está disponível no site Cidade Compras (<http://www.cidadecompras.com.br/1/>), administradora dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre - SC e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://goo.gl/nWhzho>.

Pregoeira e Equipe de Apoio

CONVÊNIO Nº 13/2015

CONVÊNIO Nº 13/2015.

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC. E A ASSOCIAÇÃO DE ARTISTAS ARTESÃO E PRODUTORES RURAIS DE CAMPO ALEGRE - "ASSOCIAÇÃO MÃOS DO CAMPO".

CONCEDENTE: Município de Campo Alegre, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, CEP: 89294-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, representado por seu Prefeito Municipal Sr. RUBENS BLASZKOWSKI, brasileiro, casado, agente político, com mesmo endereço profissional.

CONVENENTE: ASSOCIAÇÃO DE ARTISTAS ARTESÃO E PRODUTORES RURAIS DE CAMPO ALEGRE - "ASSOCIAÇÃO MÃOS DO CAMPO", pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF

sob nº 05.530.070/0001-75, com sede na Rua Ernesto Afonso Scheide, nº 1437, Bairro Belo Horizonte, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pela sua Presidente Srª. HERMA SCHWARZ HEINZEN, brasileira, viúva, portadora do CPF/MF nº 294.452.999-49.

Os conveniados acima qualificados, ambos subordinados às normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Municipal nº 4.268 de 12 de Março de 2015, mutuamente se outorgam as seguintes cláusulas do presente Convênio:

Cláusula Primeira - OBJETO

O objeto de presente Convênio para a Manutenção das Atividades, realização de Cursos para os Associados e para a Comunidade em Geral, ASSOCIAÇÃO DE ARTISTAS ARTESÃO E PRODUTORES RURAIS DE CAMPO ALEGRE - "ASSOCIAÇÃO MÃOS DO CAMPO", situada neste Município de Campo Alegre/SC.

Cláusula Segunda - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE deverá Prestar Contas do valor recebido, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento, junto ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

A Prestação de Contas será instruída com os seguintes documentos:

I	Processo de concessão;
II	Cópia dos comprovantes das despesas realizadas;
III	Extrato da conta corrente e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
IV	Contratos se houver;
V	Cópia das ordens bancárias, das transferências eletrônicas ou dos cheques emitidos;
VI	Demonstrativo detalhado das horas técnicas efetivamente realizadas nas contratações de serviços, especialmente os de assessoria e assistência, de consultoria, de capacitação e promoção de seminários e congêneres, indicando o profissional, sua qualificação, a data, o número de horas trabalhadas e o valor;
VII	Relatório de cumprimento do objeto/finalidade;
VIII	Relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos, se houver e indicação de sua localização;
IX	Relação dos serviços prestados se houver;
X	Relação dos treinados ou capacitados, se houver;
XI	Relação com o nome, número do CPF/MF, endereço e telefone dos beneficiados, em caso de doação;
XII	Fotografias dos bens permanentes adquiridos e das obras executadas se houver;
XIII	Comprovante de devolução dos bens remanescentes, conforme previsto no Termo de Convênio, se for o caso;
XIV	Manifestação do Controle Interno do Conveniente quanto à regular aplicação dos recursos no objeto do Convênio; e
XV	Comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver.

A Prestação de Contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis do CONVENIENTE.

É obrigatório o depósito dos recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques ou transferências.

Os cheques deverão ser reproduzidos por processo de fotocópias simples, deverão integrar a Prestação de Contas ao CONCEDENTE. Os comprovantes de ordens bancárias e transferência eletrônica de numerário para pagamento das despesas, deverão integrar a

Prestação de Contas ao CONCEDENTE.

Os recursos financeiros repassados poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva Prestação de Contas.

O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos na Lei Municipal nº 4.268 de 12 de Março de 2015, acarretarão na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal de Campo Alegre/SC.

O saldo não aplicado dos recursos financeiros será obrigatoriamente devolvido ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., juntamente com a prestação de contas.

São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos, o Presidente e o Tesoureiro do CONVENIENTE.

Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas com despesas correntes a partir da publicação da Lei nº 4.268 de 12 de Março de 2015.

Cláusula Terceira - DO VALOR

O CONCEDENTE repassará ao CONVENIENTE Contribuição de até R\$ 2.475,00 (dois mil quatrocentos e setenta e cinco reais), em 04 (zero quatro) parcelas de igual valor nos meses: Março, Junho, Setembro e Novembro do corrente ano.

Cláusula Quarta - PRAZOS DE EXECUÇÃO

A execução do presente objeto inicia-se da assinatura deste Convênio e encerra-se com a aprovação total da Prestação de Contas pelo Controle Interno.

Cláusula Quinta - CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

As despesas decorrentes deste Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 02.01.04122.0003.2.009-335041.00 - CONTRIBUIÇÕES - GABINETE DO PREFEITO.

Cláusula SEXTA - FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO

A execução do Convênio deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Agente do Controle Interno deste Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E SUA PRORROGAÇÃO

O presente Convênio inicia-se da assinatura deste e encerra-se em 31 de Dezembro de 2015.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido, de pleno direito por manifestação por escrito por qualquer das partes ora contratantes, ficando isenta a parte que manifestou tal vontade, no pagamento de qualquer indenização, a qualquer título que for.

Cláusula NONA - FORO LEGAL

Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir qualquer dúvida ou solucionar qualquer conflito surgido do presente Convênio. Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Campo Alegre/SC, 12 de Março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

herma schwarz heinzen

ASSOCIAÇÃO DE ARTISTAS, ARTESÃO

E PRODUTORES RURAIS DE CAMPO

ALEGRE "ASSOCIAÇÃO MÃOS DO CAMPO"

TESTEMUNHAS

Nome: JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

CPF/MF: 005.522.529-21

Assinatura:

Nome: JOSÉ LUIS SILVA

CPF/MF: 304.385.869-72

Assinatura:

CONVÊNIO Nº 14/2015

CONVÊNIO Nº 14/2015.

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC. E A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE SÃO MIGUEL.

CONCEDENTE: Município de Campo Alegre, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, CEP: 89294-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, representado por seu Prefeito Municipal Sr. RUBENS BLASZKOWSKI, brasileiro, casado, agente político, com mesmo endereço profissional.

CONVENIENTE: "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE SÃO MIGUEL", pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.065.128/0001-82, com sede na Rod. SC-418, snº, Localidade de São Miguel, Município de Campo Alegre/SC, neste ato representada pela sua Presidente Srª. LUCI BRAND MUNHOZ, brasileira, casada, portadora do CPF/MF nº 902.512.299-04.

Os conveniados acima qualificados, ambos subordinados às normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Municipal nº 4.267 de 12 de Março de 2015, mutuamente se outorgam as seguintes cláusulas do presente Convênio:

Cláusula Primeira - OBJETO

O objeto de presente Convênio para a Manutenção das Atividades Educacionais e Sociais na Comunidade de São Miguel, por intermédio de atividades artesanais, "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE SÃO MIGUEL", situada na localidade de São Miguel neste Município de Campo Alegre/SC.

Cláusula Segunda - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE deverá Prestar Contas do valor recebido, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento, junto ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

A Prestação de Contas será instruída com os seguintes documentos:

I	Processo de concessão;
II	Cópia dos comprovantes das despesas realizadas;
III	Extrato da conta corrente e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
IV	Contratos se houver;
V	Cópia das ordens bancárias, das transferências eletrônicas ou dos cheques emitidos;
VI	Demonstrativo detalhado das horas técnicas efetivamente realizadas nas contratações de serviços, especialmente os de assessoria e assistência, de consultoria, de capacitação e promoção de seminários e congêneres, indicando o profissional, sua qualificação, a data, o número de horas trabalhadas e o valor;
VII	Relatório de cumprimento do objeto/finalidade;

VIII	Relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos, se houver e indicação de sua localização;
IX	Relação dos serviços prestados se houver;
X	Relação dos treinados ou capacitados, se houver;
XI	Relação com o nome, número do CPF/MF, endereço e telefone dos beneficiados, em caso de doação;
XII	Fotografias dos bens permanentes adquiridos e das obras executadas se houver;
XIII	Comprovante de devolução dos bens remanescentes, conforme previsto no Termo de Convênio, se for o caso;
XIV	Manifestação do Controle Interno do Conveniente quanto à regular aplicação dos recursos no objeto do Convênio; e
XV	Comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver.

A Prestação de Contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis do CONVENIENTE.

É obrigatório o depósito dos recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques ou transferências.

Os cheques deverão ser reproduzidos por processo de fotocópias simples, deverão integrar a Prestação de Contas ao CONCEDENTE. Os comprovantes de ordens bancárias e transferência eletrônica de numerário para pagamento das despesas, deverão integrar a Prestação de Contas ao CONCEDENTE.

Os recursos financeiros repassados poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva Prestação de Contas.

O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos na Lei Municipal nº 4.267 de 12 de Março de 2015, acarretarão na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal de Campo Alegre/SC.

O saldo não aplicado dos recursos financeiros será obrigatoriamente devolvido ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., juntamente com a Prestação de Contas.

São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos, o Presidente e o Tesoureiro do CONVENIENTE.

Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas com despesas correntes a partir da publicação da Lei nº 4.267 de 12 de Março de 2015.

Cláusula Terceira - DO VALOR

O CONCEDENTE repassará ao CONVENIENTE Contribuição de até R\$ 2.475,00 (dois mil quatrocentos e setenta e cinco reais), em 05 (zero cinco) parcelas de igual valor nos meses: Março, Maio, Julho, Setembro e Novembro do corrente ano.

Cláusula Quarta - PRAZOS DE EXECUÇÃO

A execução do presente objeto inicia-se da assinatura deste Convênio e encerra-se com a aprovação total da Prestação de Contas pelo Controle Interno.

Cláusula Quinta - CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

As despesas decorrentes deste Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 02.01.04122.0003.2.009-335041.00 - CONTRIBUIÇÕES - GABINETE DO PREFEITO.

Cláusula SEXTA - FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO

A execução do Convênio deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Agente do Controle Interno deste Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E SUA PRORROGAÇÃO

O presente Convênio inicia-se da assinatura deste e encerra-se em 31 de Dezembro de 2015.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido, de pleno direito por manifestação por escrito por qualquer das partes ora contratantes, ficando isenta a parte que manifestou tal vontade, no pagamento de qualquer indenização, a qualquer título que for.

Cláusula NONA - FORO LEGAL

Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir qualquer dúvida ou solucionar qualquer conflito surgido do presente Convênio. Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Campo Alegre/SC, 12 de Março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCI BRAND MUNHOZ

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE SÃO MIGUEL

TESTEMUNHAS

Nome: JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

CPF/MF: 005.522.529-21

Assinatura:

Nome: JOSÉ LUIS SILVA

CPF/MF: 304.385.869-72

Assinatura:

CONVÊNIO Nº 15/2015

CONVÊNIO Nº 15/2015.

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC. E A ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA CEDROS.

CONCEDENTE: Município de Campo Alegre, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, CEP: 89294-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, representado por seu Prefeito Municipal Sr. RUBENS BLASZKOWSKI, brasileiro, casado, agente político, com mesmo endereço profissional.

CONVENIENTE: "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA CEDROS", pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.859.679/0001-22, com sede na Rua Cel. Veríssimo de Souza Freitas, nº 566, Bairro Cascatas, Município de Campo Alegre/SC, neste ato representada pela sua Presidente Srª. IVETE MARIA LOPES ALEXANDRE, brasileira, casada, portadora do CPF/MF nº 311.330.109-20.

Os conveniados acima qualificados, ambos subordinados às normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Municipal nº 4.268 de 12 de Março de 2015, mutuamente se outorgam as seguintes cláusulas do presente Convênio:

Cláusula Primeira - OBJETO

O objeto de presente Convênio para a Manutenção das Atividades da Associação, proporcionado o desenvolvimento de Ações Culturais e Sociais, previstas no Estatuto da Associação, para com a Comunidade da Vila Cedros, atividades estas a serem realizadas por intermédio da ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA CEDROS,

situada no Bairro Cascatas, neste Município de Campo Alegre/SC.

Cláusula Segunda - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE deverá Prestar Contas do valor recebido, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento, junto ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

A Prestação de Contas será instruída com os seguintes documentos:

I	Processo de concessão;
II	Cópia dos comprovantes das despesas realizadas;
III	Extrato da conta corrente e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
IV	Contratos se houver;
V	Cópia das ordens bancárias, das transferências eletrônicas ou dos cheques emitidos;
VI	Demonstrativo detalhado das horas técnicas efetivamente realizadas nas contratações de serviços, especialmente os de assessoria e assistência, de consultoria, de capacitação e promoção de seminários e congêneres, indicando o profissional, sua qualificação, a data, o número de horas trabalhadas e o valor;
VII	Relatório de cumprimento do objeto/finalidade;
VIII	Relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos, se houver e indicação de sua localização;
IX	Relação dos serviços prestados se houver;
X	Relação dos treinados ou capacitados, se houver;
XI	Relação com o nome, número do CPF/MF, endereço e telefone dos beneficiados, em caso de doação;
XII	Fotografias dos bens permanentes adquiridos e das obras executadas se houver;
XIII	Comprovante de devolução dos bens remanescentes, conforme previsto no Termo de Convênio, se for o caso;
XIV	Manifestação do Controle Interno do Conveniente quanto à regular aplicação dos recursos no objeto do Convênio; e
XV	Comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver.

A Prestação de Contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis do CONVENIENTE.

É obrigatório o depósito dos recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques ou transferências.

Os cheques deverão ser reproduzidos por processo de fotocópias simples, deverão integrar a Prestação de Contas ao CONCEDENTE. Os comprovantes de ordens bancárias e transferência eletrônica de numerário para pagamento das despesas, deverão integrar a Prestação de Contas ao CONCEDENTE.

Os recursos financeiros repassados poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva Prestação de Contas.

O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos na Lei Municipal nº 4.268 de 12 de Março de 2015, acarretarão na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal de Campo Alegre/SC.

O saldo não aplicado dos recursos financeiros será obrigatoriamente devolvido ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., juntamente com a Prestação de Contas.

São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos, o Presidente e o Tesoureiro do CONVENIENTE.

Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas com despesas correntes a partir da publicação da Lei nº 4.268 de 12 de Março de 2015.

Cláusula Terceira - DO VALOR

O CONCEDENTE repassará ao CONVENIENTE Contribuição de até R\$ 2.475,00 (dois mil quatrocentos e setenta e cinco reais), em 04 (zero quatro) parcelas de igual valor nos meses: Março, Junho, Setembro e Novembro do corrente ano.

Cláusula Quarta - PRAZOS DE EXECUÇÃO

A execução do presente objeto inicia-se da assinatura deste Convênio e encerra-se com a aprovação total da Prestação de Contas pelo Controle Interno.

Cláusula Quinta - CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

As despesas decorrentes deste Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 02.01.04122.0003.2.009-335041.00 - CONTRIBUIÇÕES - GABINETE DO PREFEITO.

Cláusula SEXTA - FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO

A execução do Convênio deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Agente do Controle Interno deste Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E SUA PRORROGAÇÃO

O presente Convênio inicia-se da assinatura deste e encerra-se em 31 de Dezembro de 2015.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido, de pleno direito por manifestação por escrito por qualquer das partes ora contratantes, ficando isenta a parte que manifestou tal vontade, no pagamento de qualquer indenização, a qualquer título que for.

Cláusula NONA - FORO LEGAL

Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir qualquer dúvida ou solucionar qualquer conflito surgido do presente Convênio. Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Campo Alegre/SC, 12 de Março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI IVETE MARIA LOPES ALEXANDRE
Prefeito Municipal ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES
DA VILA CEDROS

TESTEMUNHAS

Nome: JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

CPF/MF: 005.522.529-21

Assinatura:

Nome: JOSÉ LUIS SILVA

CPF/MF: 304.385.869-72

Assinatura:

CONVÊNIO Nº 16/2015

CONVÊNIO Nº 16/2015.

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC. E A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA SCHEIDE.

CONCEDENTE: Município de Campo Alegre, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, CEP: 89294-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, representado por seu Prefeito Municipal Sr. RUBENS BLASZKOWSKI, brasileiro, casado, agente político, com mesmo

endereço profissional.

CONVENIENTE: "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA SCHEIDE", pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 73.777.781/0001-07, com sede na Rua Ernesto Afonso Scheide, nº 132, Bairro Belo Horizonte, Município de Campo Alegre/SC, neste ato representada pela sua Presidente Sr^a. EMÍDIA JACI DA SILVA FRISCIANO, brasileira, casada, portadora do CPF/MF nº 014.348.419-28.

Os conveniados acima qualificados, ambos subordinados às normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Municipal nº 4.268 de 12 de Março de 2015, mutuamente se outorgam as seguintes cláusulas do presente Convênio:

Cláusula Primeira - OBJETO

O objeto de presente Convênio para a Manutenção das Atividades da Associação, proporcionado o desenvolvimento de atividades Artesanais, Culturais e Oficinas para desenvolver habilidades para geração de renda, previstas no Estatuto da Associação, para com a Comunidade da Vila Scheide, atividades estas a serem realizadas por intermédio da ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA SCHEIDE, situada no Bairro Belo Horizonte, n Município de Campo Alegre/SC.

Cláusula Segunda - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE deverá Prestar Contas do valor recebido, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento, junto ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

A Prestação de Contas será instruída com os seguintes documentos:

I	Processo de concessão;
II	Cópia dos comprovantes das despesas realizadas;
III	Extrato da conta corrente e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
IV	Contratos se houver;
V	Cópia das ordens bancárias, das transferências eletrônicas ou dos cheques emitidos;
VI	Demonstrativo detalhado das horas técnicas efetivamente realizadas nas contratações de serviços, especialmente os de assessoria e assistência, de consultoria, de capacitação e promoção de seminários e congêneres, indicando o profissional, sua qualificação, a data, o número de horas trabalhadas e o valor;
VII	Relatório de cumprimento do objeto/finalidade;
VIII	Relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos, se houver e indicação de sua localização;
IX	Relação dos serviços prestados se houver;
X	Relação dos treinados ou capacitados, se houver;
XI	Relação com o nome, número do CPF/MF, endereço e telefone dos beneficiados, em caso de doação;
XII	Fotografias dos bens permanentes adquiridos e das obras executadas se houver;
XIII	Comprovante de devolução dos bens remanescentes, conforme previsto no Termo de Convênio, se for o caso;
XIV	Manifestação do Controle Interno do Conveniente quanto à regular aplicação dos recursos no objeto do Convênio; e
XV	Comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver.

A Prestação de Contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis do CONVENIENTE.

É obrigatório o depósito dos recursos em conta individualizada e

vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques ou transferências.

Os cheques deverão ser reproduzidos por processo de fotocópias simples, deverão integrar a Prestação de Contas ao CONCEDENTE. Os comprovantes de ordens bancárias e transferência eletrônica de numerário para pagamento das despesas, deverão integrar a Prestação de Contas ao CONCEDENTE.

Os recursos financeiros repassados poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva Prestação de Contas.

O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos na Lei Municipal nº 4.268 de 12 de Março de 2015, acarretarão na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal de Campo Alegre/SC.

O saldo não aplicado dos recursos financeiros será obrigatoriamente devolvido ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., juntamente com a Prestação de Contas.

São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos, o Presidente e o Tesoureiro do CONVENIENTE.

Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas com despesas correntes a partir da publicação da Lei nº 4.268 de 12 de Março de 2015.

Cláusula Terceira - DO VALOR

O CONCEDENTE repassará ao CONVENIENTE Contribuição de até R\$ 2.475,00 (dois mil quatrocentos e setenta e cinco reais), em 04 (zero quatro) parcelas de igual valor nos meses: Março, Junho, Setembro e Novembro do corrente ano.

Cláusula Quarta - PRAZOS DE EXECUÇÃO

A execução do presente objeto inicia-se da assinatura deste Convênio e encerra-se com a aprovação total da Prestação de Contas pelo Controle Interno.

Cláusula Quinta - CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

As despesas decorrentes deste Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 02.01.04122.0003.2.009-335041.00 - CONTRIBUIÇÕES - GABINETE DO PREFEITO.

Cláusula SEXTA - FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO

A execução do Convênio deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Agente do Controle Interno deste Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E SUA PRORROGAÇÃO

O presente Convênio inicia-se da assinatura deste e encerra-se em 31 de Dezembro de 2015.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido, de pleno direito por manifestação por escrito por qualquer das partes ora contratantes, ficando isenta a parte que manifestou tal vontade, no pagamento de qualquer indenização, a qualquer título que for.

Cláusula NONA - FORO LEGAL

Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir qualquer dúvida ou solucionar qualquer conflito surgido do presente Convênio. Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Campo Alegre/SC, 12 de Março de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

EMIDIA JACI DA SILVA FRISCIANO
ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES
DA VILA SCHEIDE

TESTEMUNHAS
Nome: JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
CPF/MF: 005.522.529-21
Assinatura:

Nome: JOSÉ LUIS SILVA
CPF/MF: 304.385.869-72
Assinatura:

DECRETO Nº 8.975 DE 23 DE ABRIL DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.975 DE 23 DE ABRIL DE 2015
DISPÕE SOBRE RESCISÃO A PEDIDO DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir a pedido o Contrato o Temporário firmado com IVONETE DOS SANTOS, no Cargo Público de Professor IV, na Função de Professor de Matemática, Registro no Sistema sob nº 955442, a partir de 23 de Abril de 2015.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC, 23 de Abril de 2015.
SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 24/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.976 DE 23 DE ABRIL DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.976 DE 23 DE ABRIL DE 2015
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO POR MOTIVO FALECIMENTO.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Decreta:

Art.1º) Exonerar por motivo de falecimento o Servidor Público Municipal GIOVANI JOSÉ TOMAZ, Cargo Público Agente Operacional III, Função Agente de Manutenção, Matrícula Funcional nº

000477, Registro no Sistema sob nº 954483, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras a partir de 16 de Abril de 2015.

Art.2º) Fica declarada a vacância do cargo Público de Agente Operacional III, Função de Agente de Manutenção, a partir de 16 de Abril de 2015.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 16 de Abril de 2015.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC, 23 de Abril de 2015.
SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 24/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.977 DE 23 DE ABRIL DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.977 DE 23 DE ABRIL DE 2015
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DECLARA VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, em seu Artigo 208, incisos VII; XII e XIV e Art. 207, Inciso IX; Decreta:

Art.1º) Fica exonerado, em razão de penalidade aplicada pelo Processo Administrativo Disciplinar nº 1122/2014, o Servidor Público Municipal - IVO DRANKA DZIEDCZ, matriculada funcional nº 000706, Registro no Sistema sob nº 955152, ocupante do Cargo de Motorista, exercendo a função de Motorista de Veículos Leves, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único - A exoneração de que trata este artigo se dá em razão de conduta tipificada no art. Artigo 208, incisos VII; XII e XIV e Art. 207 Inciso IX da Lei Complementar Municipal de nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

Art.2º) Fica declarada a vacância do cargo público de Motorista ocupado pelo Servidor Público Municipal exonerado pelo presente Decreto.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC, 24 de Abril de 2015.
SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br

diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 24/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PREGÃO 5/2015 FMAS

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPO ALEGRE-SC
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO (presencial) Nº 05/2015 - FMAS

Objeto: Aquisição de 200 (duzentas) cestas básicas (devidamente montadas) para doação a famílias em vulnerabilidade social, devidamente cadastradas no Serviço Social do Município de Campo Alegre.

- MENOR PREÇO GLOBAL (soma de todos os itens).

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Valor Unit. Estimado (R\$)
01	200	PCT	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL 5 KG	11,00
02	200	PCT	AÇUCAR REFINADO 5 KG	9,50
03	200	PCT	ARROZ PARBOILIZADO 5 KG	11,00
04	200	PCT	MACARRÃO MASSA SÊMOLA 1 KG	4,00
05	200	LATA	ÓLEO DE SOJA 900 ML	3,19
06	200	PCT	BISCOITO DOCE SORTIDO 800G	6,00
07	200	PCT	LEITE EM PÓ INTEGRAL, 400 G	8,50
08	200	PCT	CAFÉ COM SELO DE PUREZA ABIC 500 G	7,45
09	200	PCT	FARINHA DE MILHO 1 KG	2,50
10	200	PCT	SAL REFINADO 1 KG	1,49
11	200	PCT	FLOCOS DE MILHO PRÉ COZIDOS 500 G (polentina)	1,96
12	200	POTE	MARGARINA VEGETAL COM SAL 500 G	3,29
13	200	POTE	DOCE DE FRUTAS CREMOSO 400 G	3,00
14	200	LATA	EXTRATO DE TOMATE 350 G	3,00
15	200	PCT	FEIJÃO PRETO 1 KG	4,00
16	200	UND	SABÃO EM PEDRA	1,65
VALOR UNITÁRIO DE CADA CESTA BÁSICA				81,53
VALOR TOTAL PARA AS 200 CESTAS (sendo que cada cesta conterá 1 unidade de cada produto descrito).....				R\$ 16.306,00

- Data/horário/local entrega envelopes documentação/propostas: até as 09 horas e 45 minutos, do dia 07/05/2015, no protocolo da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- Data/horário/local para início da realização da sessão pública do Pregão: 07/05/2015, às 10 horas, no prédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 92.00 - Fundo Municipal de Assistência Social; Unidade: 92.01 - Manutenção das Atividades Sociais; Função: 8 - Assistência Social; Subfunção: 244 - Assistência Comunitária; Programa: 0100 - Proteção e Atendimento Integral à Família PAIF; Projeto: 2.950 - Manutenção e Coordenação das Atividades do serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família; Elemento de Despesa: - 3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa

Jurídica; Recurso: 00.01.0488 - Transferências do FNAS - Código Reduzido: 13.

- Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br, no ícone "Licitação" / "Pregão" / "05/2015 - FMS".

- A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 23 de abril de 2015.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE PP Nº19/2015.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2015.

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 06 de Maio de 2015 às 14:00 HORAS, na sala de reuniões da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL tendo como objeto a REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 08h30min às 11h00 e das 13h30min às 17h00 horas, diariamente.

Campos Novos, 23 de Abril de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal..

PORTARIA 1000/15

PORTARIA Nº 1000/15 de 06/04/15
EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) MARILIA FAGUNDES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar a pedido o (a) servidor MARILIA FAGUNDES do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2015.

COMUNIQUE - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
06 de abril de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 1004/15

PORTARIA Nº 1004/15 DE 16/04/15
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MAURO DE SOUZA OLIVEIRA

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário MAURO DE SOUZA OLIVEIRA,

para exercer o cargo de AUXILIAR DE OBRAS, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
16 de abril de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 1005/15

PORTARIA Nº 1005/15 de 16/04/2015
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ANNY CAROLINI DE SOUZA GONÇALVES RAYSEL

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ANNY CAROLINI DE SOUZA GONÇALVES RAYSEL do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
16 de abril de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 1006/15

PORTARIA Nº 1006/15 DE 16/04/15
EXONERA POR FALECIMENTO O (A) SERVIDOR (A) ROBERTO CARLOS DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por falecimento o (a) servidor (a) ROBERTO CARLOS DA SILVA, conforme certidão de óbito nº 108357 01 55 2015 4 00025 131 0006361 11, retroagindo seus efeitos a 02 de abril de 2015.

COMUNIQUE - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
16 de abril de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 1010/15

PORTARIA Nº 1010/15 de 22/04/15

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SILVANA APARECIDA DE ARRUDA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, SILVANA APARECIDA DE ARRUDA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13 de abril de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de abril de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 1011/15

PORTARIA Nº 1011/15 de 22/04/15

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ALDETE DA SILVA SOUZA TONIELLO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ALDETE DA SILVA SOUZA TONIELLO para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13 de abril de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de abril de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 1012/15

PORTARIA Nº 1012/15 de 22/04/15

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO REGIANE VARELA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, REGIANE VARELA para exercer

o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de abril de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de abril de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 1013/15

PORTARIA Nº 1013/15 de 22/04/15

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARILIA FAGUNDES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, MARILIA FAGUNDES para exercer o cargo de PROFESSOR LEIGO, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de abril de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de abril de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 1014/15

PORTARIA Nº 1014/15 de 22/04/15

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO VATUZI ALVES VIEIRA WEBER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, VATUZI ALVES VIEIRA WEBER para exercer o cargo de PROFESSOR LEIGO, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de abril de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de abril de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 1015/15

PORTARIA Nº 1015/15 de 22/04/15

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANDREIA LUCHETTA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ANDREIA LUCHETTA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de abril de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 1016/15

PORTARIA Nº 1016/15 de 22/04/15

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO EDNA LUZIA DA SILVA JORRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, EDNA LUZIA DA SILVA JORRA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 30 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de abril de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 1036/15

PORTARIA Nº 1.036/2015 DE 23/04/2015

PROMOVE ABERTURA DE SINDICANCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

NELSON CRUZ, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, Inciso VIII da Lei Orgânica;

Considerando a solicitação da Diretoria do Hospital Dr. José Athanazio protocolada em 13 de abril do corrente ano, sob nº 1369;

Considerando o disposto no artigo 151 do Estatuto dos Servidores

Públicos Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores efetivos nomeados pela Portaria nº 280/2015 de 09/02/15 para constituírem Comissão de Sindicância, incumbida de apurar, no prazo de 60 (sessenta) dias, as possíveis irregularidades no atendimento/internação da paciente Ana Carolina Luchini, ocorrido no dia 10 de abril do corrente ano, nas dependências do Hospital, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Registre-se, Publique-se, Intime-se.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em 23/04/2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 317/15

PORTARIA Nº 317/15 de 24/02/15

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) SABRINA ECCO ZIBETTI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor SABRINA ECCO ZIBETTI do cargo de PSICOLOGA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
24 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 363/15

PORTARIA Nº 363/15 de 24/02/15

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR TITULAÇÃO A SERVIDORA QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, conforme Art. 38 da Lei Complementar nº 10 de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora CLARICE RODRIGUES ARRUDA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, gratificação por titulação, referente à conclusão do Curso de Graduação em TECNOLOGO EM GESTÃO PÚBLICA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente

Portaria em,
24 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 364/15

PORTARIA Nº 364/15 de 24/02/15
CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR TITULAÇÃO A SERVIDORA QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, conforme Art. 38 da Lei Complementar nº 10 de 2011.
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora LUANA DEBASTIANI, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Apoio Administrativo, gratificação por titulação, referente à conclusão do Curso de Graduação em TECNOLOGO EM GESTÃO PÚBLICA.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
24 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 365/15

PORTARIA Nº 365/15 de 24/02/15
CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR TITULAÇÃO A SERVIDORA QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, conforme Art. 38 da Lei Complementar nº 10 de 2011.
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora ANA PAULA BITTENCOURT WALTER, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Operacionais, gratificação por titulação, referente à conclusão do Curso de Graduação em TECNOLOGO EM GESTÃO PÚBLICA.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
24 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 366/15

PORTARIA Nº 366/15 de 24/02/15
CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR TITULAÇÃO A SERVIDORA QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, conforme Art. 38 da Lei Complementar nº 10 de 2011.
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora ROSANGELA APARECIDA CANONICA, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Operacionais, gratificação por titulação, referente à conclusão do Curso de Graduação em TECNOLOGO EM GESTÃO PÚBLICA.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
24 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 367/15

PORTARIA Nº 367/15 de 24/02/15
CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR TITULAÇÃO A SERVIDORA QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, conforme Art. 38 da Lei Complementar nº 10 de 2011.
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora LUCIA FRANCISCA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Apoio Administrativo, gratificação por titulação, referente à conclusão do Curso de Graduação em TECNOLOGO EM GESTÃO PÚBLICA.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
24 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 368/15

PORTARIA Nº 368/15 de 24/02/15
CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR TITULAÇÃO AO SERVIDOR QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, conforme Art. 38 da Lei Complementar nº 10 de 2011.
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor JORGE ALEX MORAES, ocupante do

cargo efetivo de Operador de Máquinas, gratificação por titulação, referente à conclusão do Curso de Graduação em TECNOLOGO EM GESTÃO AMBIENTAL.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
24 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 369/15

PORTARIA Nº 369/15 de 24/02/15

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR TITULAÇÃO A SERVIDORA QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, conforme Art. 38 da Lei Complementar nº 10 de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à servidora KARLA MORENA APARECIDA STEFANES GONÇALVES, ocupante do cargo efetivo psicóloga, gratificação por titulação, referente à conclusão do Curso de Pós Graduação "latu sensu" em SAÚDE PÚBLICA COM ÊNFASE EM SAÚDE DA FAMÍLIA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
24 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 43/15

PORTARIA Nº 43/15 DE 19/02/15

EXONERA POR FALECIMENTO O (A) PENSIONISTA (A) TEREZINHA DE ALMEIDA PEDROSO ROSSI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por falecimento o (a) pensionista (a) TEREZINHA DE ALMEIDA PEDROSO ROSSI, conforme certidão de óbito nº 107797 01 55 2015 4 00034 232 0010287 31, retroagindo seus efeitos a 26 de janeiro de 2015.

COMUNIQUE - SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
19 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 434/15

PORTARIA Nº 434/15 de 27/02/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) OTACIR MARCIANO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) OTACIR MARCIANO referente ao período aquisitivo de 07/11/13 a 06/11/14 a serem gozadas no período de 02/03/15 a 31/03/15.

COMUNIQUE - SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 742/15

PORTARIA Nº 742/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO PATRICIA BALESTRIN

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, PATRICIA BALESTRIN para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 749/15

PORTARIA Nº 749/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO REGINA MARIA THIBES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, REGINA MARIA THIBES para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 752/15

PORTARIA Nº 752/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO RITA DE CACIA PENAFORTE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, RITA DE CACIA PENAFORTE para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 755/15

PORTARIA Nº 755/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ROBSON ANDREY GRANEMANN

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ROBSON ANDREY GRANEMANN para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 758/15

PORTARIA Nº 758/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ROSANI CARNIEL FRANÇA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ROSANI CARNIEL FRANÇA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 765/15

PORTARIA Nº 765/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ROSELY DE FATIMA DONATTI STRADIOTTI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ROSELY DE FATIMA DONATTI STRADIOTTI para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 767/15

PORTARIA Nº 767/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ROSENIR DAS NEVES SAURIN BRUGNERA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ROSENIR DAS NEVES SAURIN BRUGNERA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 769/15

PORTARIA Nº 769/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ROSMARI DOS SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ROSMARI DOS SANTOS para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
27 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 853/15

PORTARIA Nº 853/15 de 06/03/15

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) FRANCIELLI DE OLIVEIRA KUNEN

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor FRANCIELLI DE OLIVEIRA KUNEN do cargo de PROFESSORA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de março de 2015.

COMUNIQUE - SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
09 de março de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 854/15

PORTARIA Nº 854/15 de 06/03/15

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA ALINE LILIAN BONCKEWITZ

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar a pedido a servidora ALINE LILIAN BONCKEWITZ do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM COMUNITÁRIO. Retroagindo seus efeitos a 03 de março de 2015. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE - SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
06 de março de 2015
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 855/15

PORTARIA Nº 855/15 DE 09/03/15

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JAIANE RAYZEL

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário JAIANE RAYZEL, para exercer o cargo de ASSISTENTE SOCIAL, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 02 de março de 2015.

COMUNIQUE - SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
09 de março de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 868/15

PORTARIA Nº 868/15 de 16/03/15

EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) DAYANE GAVAZZONI CHIOCCA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar a pedido o (a) servidor DAYANE GAVAZZONI CHIOCCA do cargo de ODONTÓLOGO COMUNITÁRIO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de março de 2015.

COMUNIQUE - SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente

Portaria em,
16 de março de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 892/15

PORTARIA Nº 892/15 DE 18/03/15
CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE À JUREMA GARCIA DOS SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e tendo em vista o que consta no Benefício de nº 1568893660 junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social,

RESOLVE:

Conceder aposentadoria por idade a servidora JUREMA GARCIA DOS SANTOS, de acordo com o art. 54 da Lei Complementar 003/00 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campos Novos, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, retroagindo seus efeitos a 17 de março de 2015.

Registre-se, Comunique-se, Publique-se.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
18 de março de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 895/15

PORTARIA Nº 895/15 DE 19/03/15
EXONERA ELOIR CARVALHO DE MATOS FERREIRA DO CARGO EM COMISSÃO DE SECRETARIA ESCOLAR DO CEIM MARILENE RUPP BAGATINI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar ELOIR CARVALHO DE MATOS FERREIRA do cargo em comissão de ELOIR CARVALHO DE MATOS FERREIRA, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 15 de março de 2015.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
19 de março de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 896/15

PORTARIA Nº 896/15 de 20/03/15
NOMEIA A SERVIDORA ELOIR CARVALHO DE MATOS FERREIRA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE AUXILIAR DE DIREÇÃO DA CRECHE MUNICIPAL JUBILEU DE PRATA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora ELOIR CARVALHO DE MATOS FERREIRA, para o cargo em comissão de AUXILIAR DE DIREÇÃO na Creche Municipal Jubileu de Prata. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de março de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
20 de março de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 897/15

PORTARIA Nº 897/15 de 20/03/15
EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA DULCIMARA EVA CARLOTTO MOCELIN,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar a pedido a servidora DULCIMARA EVA CARLOTTO MOCELIN do cargo de auxiliar de serviços gerais. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 18 de março de 2015.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
20 de março de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 898/15

PORTARIA Nº 898/15 de 20/03/15
EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA MARTA ITAROTY TORMEN RIGO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar a pedido a servidora MARTA ITAROTY TORMEN RIGO do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 19 de março de 2015.

COMUNIQUE - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
20 de março de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 899/15

PORTARIA Nº 899/15 de 20/03/15
EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA MARIA LUIZA PEREIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar a pedido a servidora MARIA LUIZA PEREIRA do cargo de GARI. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 19 de março de 2015.

COMUNIQUE - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
20 de março de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 900/15

PORTARIA Nº 900/15 DE 20/03/15

REDUZ CARGA HORÁRIA DO SERVIDOR JOAO CARLOS SILVA AROMI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Reduzir temporariamente para 20 horas a carga horária semanal do servidor JOAO CARLOS SILVA AROMI, Professor, retroagindo seus efeitos a 12 de março de 2015.

COMUNIQUE - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
20 de março de 2015
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 901/15

PORTARIA Nº 901/15 DE 24/03/15
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO EDEGAR PEGORARO

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário EDEGAR PEGORARO, para exercer o cargo de OPERADOR DE MAQUINAS, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 16 de março de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
24 de março de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 902/15

PORTARIA Nº 902/15 de 23/03/15
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO VANUSA FATIMA FACIN CAMASSOLA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando que a funcionária REJANE RIBEIRO, encontra-se no auxílio doença,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, VANUSA FATIMA FACIN CAMASSOLA para exercer o cargo de PROFESSOR LEIGO, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
23 de março de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 906/15

PORTARIA Nº 906/15 DE 24/03/15
NOMEIA LOIRENO TESSER PARA O CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADOR DE ATIVIDADE OPERACIONAL,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear LOIRENO TESSER, para o cargo em Comissão de COORDENADOR DE ATIVIDADE OPERACIONAL, junto a Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 09 de março de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
24 de março de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 928/15

PORTARIA Nº 928/15 de 31/03/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JOSE LUIZ ZORTEA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JOSE LUIZ ZORTEA referente ao período aquisitivo de 01/03/13 a 28/02/14 a serem gozadas no período de 01/03/15 a 30/03/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
31 de março de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 929/15

PORTARIA Nº 929/15 de 31/03/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ATILIO PINTO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ATILIO PINTO referente ao período aquisitivo de 01/03/14 a 28/02/15 a serem gozadas no período de 18/12/14 a 17/01/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
31 de março de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 930/15

PORTARIA Nº 930/15 de 31/03/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) CARLOS JUNIOR FARRAPO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) CARLOS JUNIOR FARRAPO referente ao período aquisitivo de 16/02/12 a 09/06/13 a serem gozadas no período de 17/03/15 a 16/04/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
31 de março de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 932/15

PORTARIA Nº 932/15 de 31/03/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) VILMAR MARTINS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) VILMAR MARTINS referente ao período aquisitivo de 01/08/11 a 31/07/12 a serem gozadas no período de 10/03/15 a 09/04/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
31 de março de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 935/15

PORTARIA Nº 935/15 de 31/03/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) LEONARDO CARPES DE OLIVEIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) LEONARDO CARPES DE OLIVEIRA referente ao período aquisitivo de 01/03/14 a 28/02/15 a serem gozadas no período de 02/03/15 a 31/03/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
31 de março de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 936/15

PORTARIA Nº 936/15 de 31/03/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) DONIZETE FRANCISCO DE ASSIS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) DONIZETE FRANCISCO DE ASSIS referente ao período aquisitivo de 10/03/13 a 09/03/14 a serem gozadas no período de 02/03/15 a 31/03/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
31 de março de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 937/15

PORTARIA Nº 937/15 de 31/03/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) SOLENI RIETER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) SOLENI RIETER referente ao período aquisitivo de 01/03/14 a 28/02/15 a serem gozadas no período de 06/04/15 a 05/05/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
31 de março de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 945/15

PORTARIA Nº 945/15 de 31/03/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) LILIANA APARECIDA DELAVI DA MAIA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) LILIANA APARECIDA DELAVI DA MAIA referente ao período aquisitivo de 01/03/14 a 28/02/15 a serem gozadas no período de 19/12/14 a 18/01/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
31 de março de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 953/15

PORTARIA Nº 953/15 de 31/03/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) CARMEN LUCIA CARDOZO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) CARMEN LUCIA CARDOZO referente ao período aquisitivo de 01/03/14 a 28/02/15 a serem gozadas no período de 19/12/14 a 18/01/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
31 de março de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 965/15

PORTARIA Nº 965/15 de 31/03/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) CEZAR JOAO FAEDO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) CEZAR JOAO FAEDO referente ao período aquisitivo de 20/02/14 a 19/02/15 a serem gozadas no período de 22/12/14 a 20/01/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
31 de março de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 996/15

PORTARIA Nº 996/15 de 06/04/15

EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) LUCIANA PIZATTO DA CRUZ

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar a pedido o (a) servidor LUCIANA PIZATTO DA CRUZ do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2015.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
06 de abril de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 997/15

PORTARIA Nº 997/15 de 06/04/15
EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) ANDREIA LUCHETTA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar a pedido o (a) servidor ANDREIA LUCHETTA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2015.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
06 de abril de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 998/15

PORTARIA Nº 998/15 de 06/04/15
EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) ANDREIA PRATES PERTUSSATI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar a pedido o (a) servidor ANDREIA PRATES PERTUSSATI do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2015.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
06 de abril de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 999/15

PORTARIA Nº 999/15 de 06/04/15
EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) PRISCILLA STRAMOSK

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar a pedido o (a) servidor PRISCILLA STRAMOSK do cargo

de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2015.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
06 de abril de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 05/2015

RESOLUÇÃO Nº 5/2015
ALTERA VALOR DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO A TODOS OS FUNCIONÁRIOS ATIVOS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65, I, do Regimento Interno, e art. 58 da LOM

RESOLVE:

Art. 1º. O valor do Auxílio Alimentação instituído na Resolução Nº 3/2014 de 15/04/2014, passará a ser de R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais) a todos os servidores ativos do Poder Legislativo.

Art. 2º. As despesas decorrentes desta Lei, correrão a conta da dotação orçamentária consignada sob a seguinte rubrica:

Projeto/Atividade: 2.072

Manutenção das Atividades da Câmara Municipal de Vereadores 6 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 1º de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC, em 23 de abril de 2015.

Nelson Carafa
Presidente da Mesa

SAMAE - CAMPOS NOVOS

EXT. CT. 14/2015

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA

Termo do terceiro aditivo ao contrato cno nº. 11/2012
CONTRATO CNO - 14/2015

DATA DE ASSINATURA: 17 de Abril de 2015.

OBJETO: Locação, manutenção, e atualização do software de Materiais e Patrimônio.

VALOR: Fica alterado o valor mensal para R\$ 429,34 (Quatrocen-
tos e vinte e nove reais e trinta e quatro centavos.

PRAZO: 18.04.2015 à 17.04.2016.

Campos Novos - SC, 17 de Abril de 2015.

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

DIRETOR DO SAMAE

Canoinhas

PREFEITURA

ANULAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO N.º PMC 09/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 78/2014

TOMADA DE PREÇOS N.º 09/2014

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna pública a anulação do TOMADA DE PREÇOS N.º 09/2014, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA A CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE EVENTOS NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Motivo: Necessidade de alteração no projeto para adequação da obra aos requisitos do BRDE. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

DECRETO Nº 074/2015

DECRETO Nº. 074/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o resultado da análise apresentada pela Comissão Sindicante nomeada pela Portaria nº221/2015; e

CONSIDERANDO a necessidade da realização do cancelamento dos Restos a Pagar, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados no exercício 2012 inscritos em Restos a Pagar - Processados, nos balanços gerais do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, conforme relação presente no Anexo Único do presente Decreto.

Parágrafo Único. O cancelamento de créditos empenhados inscritos em restos a pagar de que trata este artigo, faz-se necessário tendo em vista que a despesa decorrente do respectivo empenho não se efetivara no exercício de 2012 e, segundo análise da Comissão Sindicante nomeada pela Portaria nº221/2015, trata-se de parcela não executada e passível de cancelamento.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 06/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

ANEXO ÚNICO - DECRETO Nº074/2015

ENTIDADE 01 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS			
RECURSO 158 – RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0003999/12	20/12/2012	AWS – PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA – ME	2.305,13
		TOTAL	2.305,13

DECRETO Nº 075/2015

DECRETO Nº. 075/2015

RATIFICA DECRETO Nº. 239/2013 LOTEAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

RATIFICAR

Art. 1º - Fica ratificado o Decreto nº. 239/2013, que aprovou o Loteamento denominado "GONCHOROWSKI" procedido por EVERTON CESAR GONCHOROWSKI, de um terreno com área de 32.857,50m² (trinta e dois mil oitocentos e cinquenta e sete metros e cinquenta décimos quadrados), situado na Estrada Alfredo Schumacher no Bairro Alto da Tijuca, neste município, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº36.597, conforme requerimento protocolado sob o número 5938, contendo 46 lotes;

I - A distribuição dos 46 lotes fica do seguinte forma:

a) Lote nº 01 com área de 1.967,80 m², lote nº 02 com área de 420,00 m², lote nº 03 com área de 420,00 m², lote nº 04 com área de 420,00 m², lote nº 05 com área de 420,00 m², lote nº 06 com área de 420,00 m², lote nº 07 com área de 450,00 m², lote nº 08 com área de 450,00 m², lote nº 09 com área de 6.117,70 m², todos pertencentes a quadra 1717.

b) Lote nº 01 com área de 450,00 m², lote nº 02 com área de 420,00 m², lote nº 03 com área de 420,00 m², lote nº 04 com área de 420,00 m², lote nº 05 com área de 420,00 m², lote nº 06 com área de 420,00 m², lote nº 07 com área de 420,00 m², lote nº 08 com área de 420,00 m², lote nº 09 com área de 420,00 m², lote nº 10 com área de 420,00 m², lote nº 11 com área de 450,00 m², lote nº 12 com área de 450,00 m², lote nº 13 com área de 450,00 m², lote nº 14 com área de 420,00 m², lote nº 15 com área de 420,00 m², lote nº 16 com área de 420,00 m², lote nº 17 com área de 420,00 m², lote nº 18 com área de 420,00 m², lote nº 19 com área de 420,00 m², lote nº 20 com área de 420,00 m², lote nº 21 com área de 420,00 m², lote nº 22 com área de 420,00 m², lote nº 23 com área 450,00 m², lote nº 24 com área 450,00 m², todos pertencentes a quadra 1718.

c) Lote nº 01 com área de 567,00 m², Lote nº 02 com área de 523,25 m², Lote nº 03 com área de 517,40 m², Lote nº 04 com área de 512,85 m², Lote nº 05 com área de 508,95 m², Lote nº 06 com área de 504,40 m², Lote nº 07 com área de 499,20 m², Lote nº 08 com área de 494,00 m², Lote nº 09 com área de 487,50 m², Lote nº 10 com área de 482,30 m², Lote nº 11 com área de 407,00 m², Lote nº 12 com área de 412,00 m² e lote nº 13 com área de 386,45 m², todos pertencentes a quadra 1719.

Art. 2º - Fica reservado ao Município a propriedade do lote 01 da quadra 1717 como Área Institucional com uma área de 1.967,80 m², o qual deverá ser doado a Prefeitura do Município de Canoinhas por escritura pública, conforme prevê a Lei Federal nº. 6.766 e o Art. 31 da Lei Complementar nº. 022 de 16/01/2008.

Art. 3º - Fica reservado para a Área Verde com uma área de 6.117,70 conforme exigência do Art. 32 da Lei Complementar nº 022 de 16/01/2008 e da Instrução Normativa nº 03 da FATMA.

Art. 4º - Fica reservado ao Município, a propriedade da área destinada a abertura de ruas com uma área de 5.209,70 m², a qual

deverá ser doada a Prefeitura do Município de Canoinhas, efetivando-se por ocasião do Registro do Loteamento em pauta, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, conforme Art. 31 da Lei Complementar 022 de 16/01/2008.

Art. 5º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico e aferição dos dados.

Art. 6º - O presente Loteamento está adstrito ao cumprimento das obrigações previstas no Art. 60 da Lei Complementar 22/2.008, sendo que após atendidas essas obrigações será expedido o Alvará de Operação nos termos do Art. 62 da Lei Complementar 22/2.008.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 07/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 076/2015

DECRETO Nº. 077/2015

RATIFICA DECRETO Nº. 048/2014 LOTEAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

RATIFICAR

Art. 1º - Fica ratificado o Decreto nº. 048/2014, que aprovou Loteamento Urbano denominado "LOTEAMENTO VALLE ARAUCÁRIA" procedido por FABIANO ZANIOLO FREITAS, de um terreno com área de 22.979,17m² (vinte e dois mil, novecentos e setenta e nove metros e dezessete décimos quadrados), situado na Rua Antônio Liller no Bairro Alto das Palmeiras, neste município, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 36.725, conforme requerimento protocolado sob o número 7188/2013;

Art. 2º - A distribuição dos lotes por quadra fica do seguinte forma:

a) Lote nº 22 com área de 485,37m², lote nº 23 com área de 561,46m², lote nº 24 com área de 2.220,91m², lote nº 25 com área de 928,89m² sendo Área Institucional, lote nº 26 com área de 619,87m² e lote nº 27 com área de 1.160,00m² sendo Área Verde, todos pertencentes à quadra nº 16.

b) Lote nº 06 com área de 578,31 m² sendo Área Institucional, lote nº 07 com área de 420,00m², lote nº 08 com área de 420,00 m², lote nº 09 com área de 420,00 m², lote nº 10 com área de 420,00 m², lote nº 11 com área de 420,00 m², lote nº 12 com

área de 420,00 m2, lote nº 13 com área de 435,00 m2, lote nº 14 com área de 435,00 m2, lote nº 15 com área de 435,00 m2, lote nº 16 com área de 435,00 m2, lote nº 17 com área de 435,00 m2, lote nº 18 com área de 435,00 m2, lote nº 19 com área de 435,00 m2, lote nº 20 com área de 435,00 m2, lote nº 21 com área de 435,00 m2 e lote nº 22 com área de 432,00 m2, todos pertencentes à quadra nº 1700.

c) Lote nº 11 com área de 385,08m2, lote nº 12 com área de 391,74m2, lote nº 13 com área de 398,47m2, lote nº 14 com área de 405,80m2, lote nº 15 com área de 412,22m2, lote nº 16 com área de 419,14m2, lote nº 17 com área de 426,05m2, lote nº 18 com área de 432,46m2 e lote nº 19 com área de 400,20m2, todos pertencente à quadra nº 1701.

Art. 3º - Fica reservada ao Município a propriedade das Áreas Institucionais constituídos pelos lotes 25 da quadra nº 16 e lote 06 da quadra nº 1700 com uma área total de 1.507,20 m2, os quais deverão ser doados a Prefeitura do Município de Canoinhas por escritura pública, conforme prevê a Lei Federal nº. 6.766 e a Lei Complementar nº 022 de 16/01/2008.

Art. 4º - Fica reservado para a Área Verde o lote nº 27 da quadra 16 com um total de área de 1.160,00 m2 conforme prevê a Lei Complementar nº 022 de 16/01/2008 e a FATMA/SC.

Art. 5º - Fica reservado ao Município, a propriedade da área destinada a abertura de ruas numa área de 5.886,20 m2, a qual deverá ser doada a Prefeitura do Município de Canoinhas, efetivando-se por ocasião do Registro do Loteamento em pauta, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca.

Art. 6º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o loteamento demarcado, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico e aferição dos dados.

Art. 7º - O presente loteamento está adstrito ao cumprimento das obrigações previstas no Art. 60 da Lei Complementar 22/2.008, sendo que após atendidas essas obrigações será expedido o Alvará de Operação nos termos do Art. 62 da Lei Complementar 22/2.008.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 07/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 077/2015

DECRETO Nº. 077/2015

RATIFICA DECRETO Nº. 048/2014 LOTEAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município

e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

RATIFICAR

Art. 1º - Fica ratificado o Decreto nº. 048/2014, que aprovou Loteamento Urbano denominado "LOTEAMENTO VALLE ARAUCÁRIA" procedido por FABIANO ZANIOLO FREITAS, de um terreno com área de 22.979,17m² (vinte e dois mil, novecentos e setenta e nove metros e dezessete decímetros quadrados), situado na Rua Antônio Liller no Bairro Alto das Palmeiras, neste município, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 36.725, conforme requerimento protocolado sob o número 7188/2013;

Art. 2º - A distribuição dos lotes por quadra fica do seguinte forma:

a) Lote nº 22 com área de 485,37m², lote nº 23 com área de 561,46m², lote nº 24 com área de 2.220,91m², lote nº 25 com área de 928,89m² sendo Área Institucional, lote nº 26 com área de 619,87m² e lote nº 27 com área de 1.160,00m² sendo Área Verde, todos pertencentes à quadra nº 16.

b) Lote nº 06 com área de 578,31 m2 sendo Área Institucional, lote nº 07 com área de 420,00m2, lote nº 08 com área de 420,00 m2, lote nº 09 com área de 420,00 m2, lote nº 10 com área de 420,00 m2, lote nº 11 com área de 420,00 m2, lote nº 12 com área de 420,00 m2, lote nº 13 com área de 435,00 m2, lote nº 14 com área de 435,00 m2, lote nº 15 com área de 435,00 m2, lote nº 16 com área de 435,00 m2, lote nº 17 com área de 435,00 m2, lote nº 18 com área de 435,00 m2, lote nº 19 com área de 435,00 m2, lote nº 20 com área de 435,00 m2, lote nº 21 com área de 435,00 m2 e lote nº 22 com área de 432,00 m2, todos pertencentes a quadra nº 1700.

c) Lote nº 11 com área de 385,08m2, lote nº 12 com área de 391,74m2, lote nº 13 com área de 398,47m2, lote nº 14 com área de 405,80m2, lote nº 15 com área de 412,22m2, lote nº 16 com área de 419,14m2, lote nº 17 com área de 426,05m2, lote nº 18 com área de 432,46m2 e lote nº 19 com área de 400,20m2, todos pertencente à quadra nº 1701.

Art. 3º - Fica reservada ao Município a propriedade das Áreas Institucionais constituídos pelos lotes 25 da quadra nº 16 e lote 06 da quadra nº 1700 com uma área total de 1.507,20 m2, os quais deverão ser doados a Prefeitura do Município de Canoinhas por escritura pública, conforme prevê a Lei Federal nº. 6.766 e a Lei Complementar nº 022 de 16/01/2008.

Art. 4º - Fica reservado para a Área Verde o lote nº 27 da quadra 16 com um total de área de 1.160,00 m2 conforme prevê a Lei Complementar nº 022 de 16/01/2008 e a FATMA/SC.

Art. 5º - Fica reservado ao Município, a propriedade da área destinada a abertura de ruas numa área de 5.886,20 m2, a qual deverá ser doada a Prefeitura do Município de Canoinhas, efetivando-se por ocasião do Registro do Loteamento em pauta, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca.

Art. 6º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o loteamento demarcado, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico e aferição dos dados.

Art. 7º - O presente loteamento está adstrito ao cumprimento das obrigações previstas no Art. 60 da Lei Complementar 22/2.008, sendo que após atendidas essas obrigações será expedido o Alvará de Operação nos termos do Art. 62 da Lei Complementar

22/2.008.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 07/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 078/2015

DECRETO Nº. 078/2015

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 615,00 m² (Seiscentos e quinze metros quadrados), procedido por MICHELE BUENO KOTKOSKI, situado na Rua Irmã Maria Albertina Bischof, no Bairro Água Verde, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 28.354, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 07 com área de 307,50 m² e lote nº 75 com área de 307,50 m², ambos pertencentes à quadra nº 1.657, conforme requerimento protocolado sob nº. 298/2015.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 09 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 09/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 080/2015

DECRETO Nº. 080/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com art.66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; resolve:

NOMEAR COMISSÃO ORGANIZADORA DA 20ª FESMATE - FESTA ESTADUAL DA ERVA-MATE

Art. 1º - Ficam nomeados os abaixo relacionados, para comporem a Comissão Organizadora da 20ª FESMATE - FESTA ESTADUAL DA ERVA-MATE - 2015:

PRESIDENTE: Edmilson Luiz Verka

COORDENADOR: Marcelo Tokarski

TESOURARIA: Carmen Noemberg E ARGOS JOSÉ BURGARDT

SECRETÁRIA: SIMONE MERY ADUR

Coordenações DE ÁREAS

EXPOFEIRA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇO

- JAMES MIGUEL LANKE

- MARCELO TOKARSKI

- SIMONE MERY ADUR

- ANDRIELLE DE GOSS

- ILDEMAR JOSÉ WEINERT

EXPOSIÇÃO E WORKSHOP AGROPECUÁRIA

- JOÉRCIO MIELKE

- MAYARA PADILHA DA SILVA

- MARCOS DANIEL MARKIV

- ARNALDO SOARES

- JEFFERSON MORTEAN GONÇALVES

- RENATO LEANDRO

- JAMES MIGUEL LANKE

DIVULGAÇÃO E COMUNICAÇÃO

- JUCELLI CRISTINA MOREIRA

- CARLOS EDUARDO VIPIESKI

- WILSON MURARA JÚNIOR

- JULIANA HAUFFE RODRIGUES

ATIVIDADES CULTURAIS, ARTÍSTICAS E ESPORTIVAS

- VIVIANE MARIA BUENO BORGES DE SOUZA

- LUCIANE ZUCCO

- GERSON DOBROCHINSKEI

- CARLOS EDUARDO VIPIESKI

ESTRUTURA E SHOWS

- EDMILSON LUIZ VERKA

- MARCELO TOKARSKI

- JEFERSON MORTEAN GONÇALVES

CONTROLE DE COMÉRCIO AMBULANTE

- SAUL DAVID VAILATE

- CLEONICE DA SILVEIRA VOIGT

LIMPEZA DO PARQUE

- ADINOR DA SILVA

- MARILENE FIGURA GONÇALVES

- RODRIGO LEITHOLD

- MÁRCIO LUIS WERKA

ESTACIONAMENTO E SEGURANÇA

- NELSON DOS REIS SILVA

- NELSON VARELA DE OLIVEIRA

- LOURIVAL SCHIPITOSKI

PLANEJAMENTO

- GILSON LUIZ GUIMARÃES
- CLEISON TARCISIO FUCK
- LILIANE TAIS GROSSKOPF
- FÁBIO LUIZ PACKER DE LIMA

INFRAESTRUTURA DO PARQUE

- BENEDITO THERÉZIO DE CARVALHO
- FERNANDO LUIZ DE OLIVEIRA
- NELSON VARELA DE OLIVEIRA
- JOSÉ MÁRIO RIBEIRO
- JAMES MIGUEL LANKE
- GILSON LUIZ GUIMARÃES

ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA /VIGILÂNCIA SANITÁRIA

- TELMA REGINA BLEY
- LUIS ANSELMO CHAGAS
- VIVIANE APARECIDA STANGE
- Conselho Tutelar

GASTRONOMIA

- HAMILTON WENDT
- JOÃO ARY KRAUTCHYCHYN
- MARCELO TOKARSKI
- FERNANDO LUIS TOKARSKI

COORDENAÇÃO DA ESCOLHA DA RAINHA

- ELEIÇÃO
- DIRCÉLIA LEANDRO DOS SANTOS LIMA
- FRANCIANE BRAUTL NOVAK
- SALETE PALHANO DE ANDRADE

TRANSPORTE

- SILVONEI REGINALDO ROMANOVSKI
- DANIELLE LUDKA

LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS

- PAULO CÉSAR SAFANELLI
- ALICE MARA PAULO

ASSESSORIA JURIDICA

- IVAN GILBERTO KRAUSS
- MARINA HAAG
- DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO

ORNAMENTAÇÃO E EMBELEZAMENTO DO PARQUE

- MARILI DE FÁTIMA PEREIRA ECKER
- ÂNGELA MARIA SOARES
- SIMONE MERY ADUR
- MARINA NISHIMORI OLESCOWICZ
- RODRIGO LEITHOLD

Art. 2º - A referida comissão deverá prestar contas da 20ª FESMATE - Festa Estadual da Erva - mate, 60 (sessenta) dias após o seu encerramento.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrato.

Canoinhas/SC, 09 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 09/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 081/2015

DECRETO Nº. 081/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da realização do cancelamento dos Restos a Pagar, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados no exercício 2014, inscritos em Restos a Pagar - Processados, nos balanços gerais do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, conforme relação presente no Anexo Único do presente Decreto.

Parágrafo Único. O cancelamento de créditos empenhados inscritos em restos a pagar de que trata este artigo, faz-se necessário tendo em vista que a despesa decorrente do respectivo empenho será objeto de reempenhamento em fonte de recursos ordinária.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 13/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

ANEXO ÚNICO - DECRETO Nº081/2015

ENTIDADE 01 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS			
RECURSO 144 – CONVÊNIOS ESTADO – MANUTENÇÃO			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0003432/14	29/08/2014	RETÍFICA MOTOCAR LTDA	6.161,23
0003434/14	29/08/2014	RETÍFICA MOTOCAR LTDA	7.575,87
0005244/14	30/12/2014	RETÍFICA MOTOCAR LTDA	12.014,32
		TOTAL	25.751,42

DECRETO Nº 082/2015

DECRETO Nº. 082/2015

ALTERA O DECRETO Nº 003/2014 DE 14/01/2014, QUE INSTITUIU O CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE CANOINHAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 165 da Lei Complementar nº 0008, de 26 de dezembro de 2005:

DECRETAR

Art. 1º - Fica retificado o inteiro teor do Decreto 003/2014 de 14/01/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica instituído o Conselho Municipal de Contribuintes do Município de Canoinhas, que terá a seguinte composição:

I - PRESIDENTE:

a) Efetivo: DIOGO CARLOS SEIDEL;

a1) Suplente: DOUGLAS ANTÔNIO CONCEIÇÃO.

II - CONSELHEIROS REPRESENTANTES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS:

a) Efetivo: ROBERTO IVAN LUDKA;

a1) Suplente: BRUNA GRISANG;

b) Efetivo: LUIS GUSTAVO VIEIRA DE BRITO;

b1) Suplente: PAULA CRISTINA DA SILVA.

I - CONSELHEIROS REPRESENTANTES DOS CONTRIBUINTES:

a) Efetivo: HILARIO DORNELIS BOSSE JUNIOR - SINDICONT (Sindicato dos Contabilistas de Canoinhas e Região);
a1) Suplente: SIMONE RIBEIRO BOSSE - SINDICONT (Sindicato dos Contabilistas de Canoinhas e Região);
b) Efetivo: ALFREDO LANG SCULTETUS - ACIC (Associação Comercial e Industrial de Canoinhas);
b1) Suplente: LUIZ ALBERTO PACHECO DE MIRANDA LIMA - CREA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina).

Art. 2º - Fica designada MARINA HAAG, OAB/SC nº25.933, Advogada do Município para representar a Fazenda Municipal nos trabalhos do Conselho Municipal de Contribuintes, segundo o disposto no art. 170 da Lei Complementar nº0008/2005.

Art. 3º - Fica designado JOSÉ MARCOS CARVALHO, para atuar como Secretário Geral do Conselho Municipal de Contribuintes, visando proceder para com os trabalhos de expediente do Órgão segundo o disposto no art. 168 da Lei Complementar nº 0008/2005."

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 14/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 083/2015

DECRETO Nº. 083/2015

PONTO FACULTATIVO

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Em virtude do feriado de Tiradentes (21/04/2015), fica considerado Ponto Facultativo nas repartições públicas municipais o dia 20/04/2015 (segunda-feira).

Art. 2º - As atividades junto ao Paço Municipal iniciarão normalmente às 08:00 horas do dia 22 de abril de 2015 (Quarta - feira).

Art. 3º - O disposto no artigo 1º não se aplica aos serviços essenciais.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 14/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 084/2015

DECRETO Nº. 084/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a supressão de valor realizada através do Décimo Oitavo Termo Aditivo ao Termo de Contrato nº19/2011;

CONSIDERANDO a necessidade da realização do cancelamento dos Restos a Pagar, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados no exercício 2011, inscritos em Restos a Pagar - Não Processados, nos balanços gerais do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, conforme relação presente no Anexo Único do presente Decreto.

Parágrafo Único. O cancelamento de créditos empenhados inscritos em restos a pagar de que trata este artigo, faz-se necessário tendo em vista que a despesa decorrente do respectivo empenho não ocorrerá em sua integralidade, haja vista o décimo oitavo termo aditivo ao Termo de Contrato nº19/2011 que tratou da supressão de valores do respectivo contrato.

Art. 2º. Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados no exercício 2011, inscritos em Restos a Pagar - Processados, nos balanços gerais do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, conforme relação presente no Anexo Único do presente Decreto.

Parágrafo Único. O cancelamento de créditos empenhados inscritos em restos a pagar de que trata este artigo, faz-se necessário tendo em vista que à época ocorrera liquidação de forma duplicada, sendo o efetivo pagamento realizado através das liquidações de números 143/2012 e 144/2012, respectivamente através do pagamento de restos de números 187/2012 e 188/2012.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 14/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

ANEXO ÚNICO - DECRETO Nº084/2015

I) CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 01 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS			
RECURSO 130 – RECURSOS ORDINÁRIOS			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
000979/11	24/02/2011	Habitark Engenharia Ltda	7.422,24
		TOTAL	7.422,24

II) CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS:			
ENTIDADE 01 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS			
RECURSO 157 – RECURSOS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
000978/11	24/02/2011	Habitark Engenharia Ltda [Ordem de Pagamento nº8497/2011]	4.286,59
		TOTAL	4.286,59

III) CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS:			
ENTIDADE 01 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS			
RECURSO 130 – RECURSOS ORDINÁRIOS			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
000979/11	24/02/2011	Habitark Engenharia Ltda [Ordem de Pagamento nº8498/2011]	428,66
		TOTAL	428,66

DECRETO Nº 085/2015

DECRETO Nº. 085/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da realização do cancelamento dos Restos a Pagar, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados no exercício 2014, inscritos em Restos a Pagar - Processados, nos balanços gerais do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, conforme relação presente no Anexo Único do presente Decreto.

Parágrafo Único. O cancelamento de créditos empenhados inscritos em restos a pagar de que trata este artigo, faz-se necessário tendo em vista que a despesa decorrente do respectivo empenho será objeto de reempenhamento em fonte de recursos ordinária.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 14/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

ANEXO ÚNICO - DECRETO Nº085/2015

ENTIDADE 01 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS			
RECURSO 144 – CONVÊNIOS ESTADO – MANUTENÇÃO			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0005243/14	30/12/2014	RETÍFICA MOTOCAR LTDA	985,68
		TOTAL	985,68

DECRETO Nº 086/2015

DECRETO Nº. 086/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

LUIZ ALBERTO RINSCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.536 de 15/04/2015, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.536 de 15/04/2015, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
 Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
 Função 15: Urbanismo
 Subfunção 452: Serviços Urbanos
 Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo
 Atividade 2.022 - Manutenção da Sec. Mun. de Obras e Desenv. Urbano
 4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 60.000,00
 Recursos 10000 - Recursos Ordinários

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
 Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
 Função 15: Urbanismo
 Subfunção 452: Serviços Urbanos
 Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo
 Atividade 2.023 - Manut. de ruas, estradas, praças, jardins, pontes e bueiros
 3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 60.000,00
 Recursos 10000 - Recursos Ordinários

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINSCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 087/2015

DECRETO Nº. 087/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

LUIZ ALBERTO RINSCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.538 de 15/04/2015, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.538 de 15/04/2015, no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação
 Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação
 Função 12: Educação
 Subfunção 361: Ensino Fundamental
 Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação
 Atividade 1.001 - Construções, ampliações e reformas de escolas
 4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 90.000,00
 Recursos 10100 - Rec. Imp. e de Transf. Imp. - Educação

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação
 Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação
 Função 12: Educação
 Subfunção 361: Ensino Fundamental
 Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação
 Atividade 1.081 - Construções de quadras cobertas
 4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 90.000,00
 Recursos 10100 - Rec. Imp. e de Transf. Imp. - Educação

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINSCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 088/2015

DECRETO Nº. 088/2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DE CONVENIO COM A UNIÃO E DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

LUIZ ALBERTO RINSCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.539 de 15/04/2015, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.539 de 15/04/2015, no valor de R\$ 1.234.669,06 (um milhão, duzentos e trinta e quatro mil, seiscentos e sessenta e nove reais e seis centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
Função 15: Urbanismo
Subfunção 452: Serviços Urbanos
Programa 06: Ações eficientes em obras e urbanismo
Projeto 1.015 - Pavimentação e recuperação de ruas e estradas
4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 33.015,82
Recurso 23400 -Transf. de Convênios União - Outros - Investimento

II)
Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
Função 15: Urbanismo
Subfunção 452: Serviços Urbanos
Programa 06: Ações eficientes em obras e urbanismo
Projeto 1.088 - Reurbanização do Loteamento Vila Verde
4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 782.961,28
Recurso 23400 -Transf. de Convênios União - Outros - Investimento

III)
Órgão 23: Secretaria Municipal de Habitação
Unidade 23.01: Secretaria Municipal de Habitação
Função 16: Habitação
Subfunção 482: Habitação Urbana
Programa 18: Moradia para todos
Projeto 1.005 - Construção de Casas Populares
4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 418.691,96
Recurso 23400 -Transf. de Convênios União - Outros - Investimento

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar os recursos provenientes Termo de Compromisso nº352.264-22/2011/PAC II firmado entre o Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal e o Município de Canoinhas no valor de R\$ 1.234.669,06 (um milhão, duzentos e trinta e quatro mil, seiscentos e sessenta e nove reais e seis centavos).

Art. 3º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, de acordo com o artigo 3º da Lei 5.539 de 15/04/2015, no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento

Urbano

Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços Urbanos

Programa 06: Ações eficientes em obras e urbanismo

Projeto 1.088 - Reurbanização do Loteamento Vila Verde

4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 45.000,00

Recurso 10000 - Recursos Ordinários

Art. 4º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
Função 15: Urbanismo
Subfunção 452: Serviços Urbanos
Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo
Atividade 2.023 - Manut. de ruas, estradas, praças, jardins, pontes e bueiros
3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 45.000,00
Recursos 10000 - Recursos Ordinários

Art. 5º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, de acordo com o artigo 5º da Lei 5.539 de 15/04/2015, no valor de R\$ 436.000,00 (quatrocentos e trinta e seis mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 09: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
Unidade 09.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
Função 20: Agricultura
Subfunção 606: Extensão Rural
Programa 106: Assistência ao pequeno produtor rural
Projeto 3.007 - Construção da Unidade de Distribuição de Alimentos
4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 436.000,00
Recurso 23400 -Transf. de Convênios União - Outros - Investimento

Art. 6º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar os recursos provenientes Contrato de Repasse 398.191-19/2012 - OGU/MDS, no valor de R\$ 436.000,00 (quatrocentos e trinta e seis mil reais).

Art. 7º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, de acordo com o artigo 7º da Lei 5.539 de 15/04/2015, no valor de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 09: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
Unidade 09.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
Função 20: Agricultura
Subfunção 606: Extensão Rural
Programa 106: Assistência ao pequeno produtor rural
Projeto 3.007 - Construção da Unidade de Distribuição de Alimentos

4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 28.000,00
Recurso 10000 - Recursos Ordinários

Art. 8º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 09: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
Unidade 09.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
Função 20: Agricultura
Subfunção 606: Extensão Rural
Programa 4: Desenvolvimento sustentável
Projeto 2.016 - Assistência ao pequeno produtor rural
3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 28.000,00
Recurso 10000 - Recursos Ordinários

Art. 9º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 10º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 089/2015

DECRETO Nº. 089/2015

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 480,00 m² (Quatrocentos e oitenta metros quadrados), procedido por KELLI REJANE KOHLER E JOSÉ FERREIRA DE SOUZA, situado na Rua Saulo de Carvalho, no Bairro Jardim Esperança, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 6.501, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 20 com área de 240,00 m² e lote nº 28 com área de 240,00 m², ambos pertencentes à quadra nº 216, conforme requerimento protocolado sob nº. 2816/2015.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e

do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 16/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 090/2015

DECRETO Nº. 090/2015

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 853,00 m² (Oitocentos e cinquenta e três metros quadrados), procedido por MARIANA NOGUEIRA CAVALCANTE E OUTROS, situado na Rua Emilio Scholtz, no Bairro Jardim Esperança, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 18.113, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 22 com área de 222,00 m², lote nº 23 com área de 222,00 m², lote nº 24 com área de 203,00 m² e lote nº 25 com área de 206,00 m², todos pertencentes à quadra nº 210, conforme requerimento protocolado sob nº. 2926/2015.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 17/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

ERRATA DA PUBLICAÇÃO REALIZADA NESTE VEÍCULO, NA PÁGINA N.º 89 DA EDIÇÃO N.º 1722 DO DIA 13/04/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
ERRATA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC, torna público que na publicação realizada neste veículo, na página n.º 89 da Edição n.º 1722 do dia 13/04/2015, com o título publicação da anulação da tomada de preços n.º 06/2014:

- 1- Onde lia-se, Processo Licitatório n.º 40/2014, leia-se, Processo Licitatório n.º 78/2014;
- 2- Onde lia-se, Tomada de Preço n.º 06/2014, leia-se, Tomada de Preço n.º 09/2014;
- 3- Onde lia-se, Reforma do Galpão de Gastronomia, leia-se, Construção do Centro de Eventos.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

LEI Nº 5533/2015

LEI Nº. 5.533 DE 01/04/2015
"DENOMINA VIA PÚBLICA DE MIGUEL OSNI BILESCKI"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte

LEI

Art. 1º - Fica denominada de Rua Miguel Osni Bilescki a via pública que tem seu início no lado esquerdo da Rua Flávio Haensch, no Bairro Boa Vista, nesta cidade de Canoinhas.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 01 de abril de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 01/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5534/2015

LEI Nº. 5.534 DE 01/04/2015
DENOMINA ESTRADA ROBERTO LINZMEIER

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte

LEI

Art. 1º - Fica denominada de Estrada Roberto Linzmeier a via pública que tem seu início na Rua Germano Raabe (-26.135270, -50.395999), no Distrito de Márcilio Dias, seguindo até intersecção (-26.144767, -50.419259) com a estrada que liga a Rua Guilherme Gonchoroski à localidade e Taunay.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 01 de abril de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 01/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5535/2015

LEI Nº. 5.535 DE 06/04/2015
AUTORIZA O ABONO DE PRODUTIVIDADE PARA EQUIPES DO PMAQ-AB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizado ao Município de Canoinhas, o pagamento do Abono PMAQ para coordenadores e membros de equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF), participantes do 2º Ciclo do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB), instituído pela Portaria MS/GM nº 1.654, de 19 de julho de 2011.

Art. 2º - O Abono PMAQ será concedido aos coordenadores envolvidos no desenvolvimento do PMAQ-AB e aos membros das equipes de ESF que aderirem ao programa, de acordo com os critérios do PMAQ-AB e durante sua vigência.

Art. 3º - O Abono será correspondente à classificação obtida através da Avaliação Nacional Externa, realizada pelo PMAQ-AB, tendo os seguintes valores:

- I - para DESEMPENHO INSATISFATÓRIO: não haverá gratificação;
- II - para DESEMPENHO REGULAR: não haverá gratificação;
- III - para DESEMPENHO BOM ou ACIMA DA MÉDIA: Abono no valor de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais) para cada coordenador e Abono no valor de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) para cada membro da equipe de ESF;
- IV - para DESEMPENHO ÓTIMO ou MUITO ACIMA DA MÉDIA: Abono no valor de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais) para cada coordenador e Abono no valor de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais) para cada membro da equipe de ESF;
- V - para o coordenador geral do Programa, vinculado à gestão de saúde, o valor de repasse deverá ser o mesmo previsto para o coordenador cuja equipe obter a melhor média do município.

§ 1º - Quando um novo profissional aderir às Equipes e/ou Coordenações durante a vigência do PMAQ, ele fará jus ao Abono somente após sua equipe passar por nova avaliação, e de acordo com a classificação obtida pela mesma.

§ 2º - Excepcionalmente, entre a adesão das equipes ao PMAQ-AB e a primeira classificação emitida pela Avaliação Nacional Externa do PMAQ-AB, o valor obtido não será contabilizado para fins de Abono.

§ 3º - A Avaliação Nacional Externa, para fins de recebimento do Abono especial de que trata esta lei, é realizada pelo órgão competente do governo federal, conforme trata Portaria MS/GM, Nº 1654 de 19 de julho de 2011, e a concessão do Abono, dar-se-á em única oportunidade e parcela, de acordo com os resultados obtidos na referida Avaliação, mediante a confirmação dos repasses

financeiros ao Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas.

Art. 4º - Os servidores avaliados que fizerem jus ao Abono PMAQ-AB, caso o Município tenha recebido o repasse da União até o dia 30 de novembro do corrente ano, receberão obrigatoriamente o valor referente o Abono no mês de dezembro de 2015, somente podendo ser pago em mês posterior no caso de atraso do repasse.

Art. 5º - A Coordenação Geral ficará por conta do(a) enfermeiro(a) Coordenador(a) da Estratégia de Saúde da Família no município. A coordenação da equipe ficará por conta do enfermeiro(a) da equipe de ESF participante do PMAQ-AB.

Art. 6º - Entre o vigor da primeira Avaliação Nacional Externa e a solicitação da próxima avaliação externa, os coordenadores deverão praticar a Política Nacional de Saúde, visando à melhoria do acesso e da qualidade dos serviços, assim como, cumprir com as atribuições individuais e coletivas dentro da equipe, com objetivo de colaborar na execução do PMAQ-AB e demais atribuições da ESF.

Art. 7º - A produtividade - PMAQ-AB será devida aos servidores em efetivo exercício na coordenação e equipes de Saúde da Família, exceto nos casos de:

I - Servidor em Licença Prêmio;

II - Servidor em Licença sem vencimento;

III - Servidor que praticar falta grave no exercício de suas atribuições, receber qualquer advertência da chefia imediata quanto ao exercício irregular de suas atribuições, estiver respondendo a processo disciplinar instaurado por comissão de sindicância da Prefeitura Municipal de Canoinhas ou instaurado por qualquer munícipe denunciando atendimento irregular do profissional, sendo lhe assegurado o contraditório e a ampla de defesa no referido processo;

IV - Servidor em afastamento com ou sem ônus, para outro órgão ou administração direta, autarquias e fundações a nível municipal, estadual ou federal.

Art. 8º - O pagamento do Abono de Produtividade - PMAQ-AB será reduzido proporcionalmente nos seguintes casos e respectivas proporcionalidades:

I - Servidor com uma advertência, caso em que serão descontados 50% do valor total anual;

II - Servidor com duas advertências, caso em que serão descontados 100% do valor total anual;

III - Servidor com falta em meio dia, que totalizam 04 horas, caso em que serão descontados 10% do valor total anual.

IV - Servidor com falta em um dia, que totalizam 08 horas, caso em que serão descontados 20% do valor total anual;

V - Servidor com falta em 02 (dois) dias, que totalizam 16 horas, caso em que serão descontados 50% do valor total anual;

VI - Servidor com falta em 03 (três) dias, que totalizam 24 horas, caso em que serão descontados 100% do valor total anual;

Art. 9º - O Abono PMAQ-AB instituído por esta Lei, dado o seu caráter eventual, não será incorporada ao vencimento ou à remuneração do servidor, bem como corresponde à parcela não integrante do salário de contribuição.

Art. 10 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 06 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 06/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5536/2015

LEI Nº. 5.536 DE 15/04/2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços Urbanos

Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo

Atividade 2.022 - Manutenção da Sec. Mun. de Obras e Desenv. Urbano

4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 60.000,00

Recursos 10000 - Recursos Ordinários

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços Urbanos

Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo

Atividade 2.023 - Manut. de ruas, estradas, praças, jardins, pontes e bueiros

3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
..... 60.000,00

Recursos 10000 - Recursos Ordinários

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 15 de abril de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5537/2015

LEI Nº. 5.537 DE 15/04/2015

"AUTORIZA O REPASSE DE SUBVENÇÃO SOCIAL A ENTIDADES E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover repasse no exercício financeiro de 2015, a título de subvenção social as entidades abaixo relacionadas:

I - Cooperativa-Escola dos Alunos do Colégio Agrícola "Vidal Ramos" - COOPESA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 78.253.515/0001-90, até o valor de R\$ 45.750,00 (quarenta e cinco mil e setecentos e cinquenta reais), visando custear despesas com a manutenção da Entidade, como despesas com alimentação e moradia dos alunos de baixa renda, ainda subsidiar projetos desenvolvidos com finalidades práticas-pedagógicas, buscando assim dar o aporte necessário à maximização do ensino profissionalizante a jovens desta municipalidade, sendo em contrapartida oferecida pela entidade ao Município até 27 (vinte e sete) vagas de internato e semi-internato para alunos de baixa renda, cuja indicação recai sobre o concedente, em regime integral (100% do valor da bolsa) e/ou semi-integral (50% do valor da bolsa), sendo os recursos provenientes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, sendo que as despesas constantes neste inciso serão custeadas através de recursos ordinários do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural, Atividade - 2016, dotação 108 - 3.3.90.00.00.00.00.01.000.

II - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover o repasse, a título de subvenção, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), à ASSOCIAÇÃO DOS DOADORES DE SANGUE DA REGIÃO DE CANOINHAS - ADOSAREC, inscrita no CNPJ nº. 79.376.919/0001-34 e reconhecida como entidade pública pela Lei Estadual nº. 9.073 de 17/05/1993 e pela Lei Municipal nº. 2.457 de 09/04/1992, com o objetivo de cobrir parcialmente as despesas de manutenção da entidade, sendo que a rubrica orçamentária a ser utilizada, será 3350.00.00.00.00.00.0010.000, referente a Secretaria Municipal de Assistência Social, recursos ordinários - dot. 84;

III - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover o repasse, a título de subvenção, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), à ASSOCIAÇÃO PRÓ VIDA - CASA MATER RAINHA DA PAZ, inscrita no CNPJ nº. 20.475.535/0001-26, e reconhecida como entidade pública pela Lei Municipal nº. 5.517 de 13 de março de 2015, com o objetivo de cobrir parcialmente as despesas de manutenção da entidade, sendo que a rubrica orçamentária a ser utilizada, será 3350.00.00.00.00.00.0010.000, referente a Secretaria Municipal de Assistência Social, recursos ordinários - dot. 84;

IV - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a

promover o repasse, a título de subvenção, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), à REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE CANOINHAS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 83.786.400/0001-00, com o objetivo de cobrir parcialmente as despesas de manutenção da entidade, sendo que a dotação orçamentária a ser utilizada, será 339000000000000023850, referente ao Fundo Municipal de Saúde, Rec. Mac. - Dot. 40;

V - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover o repasse, a título de subvenção, no valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), à Associação de Recuperação e Prevenção de Alcoolismo e Outras Drogas - ARAD - Comunidade Terapêutica Caminho do Sol, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 73.318.941/0001-41, destinado ao custeio de despesas gerais para a manutenção das atividades da entidade, visando dar o aporte necessário ao atendimento aos dependentes químicos, sendo que a dotação orçamentária a ser utilizada, será dotação: 46, Fundo Municipal de Saúde, 335000000000000010200, Rec. Ordinários/saúde;

Art. 2º. Os valores a ser objeto de repasse as entidades constantes no artigo 1º poderão ser repassados em parcela única ou ainda dividido em parcelas, a critério do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º. A partir do momento em que, individualmente, não forem cumpridos os objetivos e finalidades da Entidade, não forem cumpridos os Planos de Aplicações apresentados, ou não forem apresentadas às prestações de contas, será suspenso o repasse do recurso incondicionalmente.

Parágrafo Único: A suspensão motivada de repasses sujeita os responsáveis pela Entidade inadimplente às sanções cíveis e criminais correspondentes.

Art. 4º. É vedada a realização de despesas em data anterior ou posterior à assinatura do termo de ajuste a ser firmado entre esta Municipalidade e a Entidade Beneficiária, nos termos do art. 35 da Instrução Normativa TCE nº14/2012, devendo obrigatoriamente, quando aplicável, todas as despesas seguirem o ditado nos artigos 58 a 70 da Lei Federal 4.320/64.

§1º. As prestações de contas do recurso recebido deverá obrigatoriamente seguir as normas gerais de contabilidade pública, a Lei Federal nº4.320/64, a Lei nº8.666/93 e suas alterações, a Lei Complementar nº101/2000 e ainda, no que couber, as Instruções Normativas de números 13 e 14, e suas alterações, expedidas pelo egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

§2º. Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias para a apresentação da prestação de contas pela Entidade, contados do ingresso do recurso em conta bancária específica para movimentações financeiras provenientes de convênios com esta municipalidade.

Art. 5º. As despesas constantes na presente Lei serão custeadas através das respectivas dotações orçamentárias.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de abril de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5538/2015

LEI Nº. 5.538 DE 15/04/2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação
Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação
Função 12: Educação
Subfunção 361: Ensino Fundamental
Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação
Atividade 1.001 - Construções, ampliações e reformas de escolas
4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 90.000,00
Recursos 10100 - Rec. Imp. e de Transf. Imp. - Educação

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação
Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação
Função 12: Educação
Subfunção 361: Ensino Fundamental
Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação
Atividade 1.081 - Construções de quadras cobertas
4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 90.000,00
Recursos 10100 - Rec. Imp. e de Transf. Imp. - Educação

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 15 de abril de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5539/2015

LEI Nº. 5.539 DE 15/04/2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DE CONVENIO COM A UNIÃO E DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 1.234.669,06 (um milhão, duzentos e trinta e quatro mil, seiscentos e sessenta e nove reais e seis centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
Função 15: Urbanismo
Subfunção 452: Serviços Urbanos
Programa 06: Ações eficientes em obras e urbanismo
Projeto 1.015 - Pavimentação e recuperação de ruas e estradas
4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 33.015,82
Recurso 23400 -Transf. de Convênios União - Outros - Investimento II)
Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
Função 15: Urbanismo
Subfunção 452: Serviços Urbanos
Programa 06: Ações eficientes em obras e urbanismo
Projeto 1.088 - Reurbanização do Loteamento Vila Verde
4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 782.961,28
Recurso 23400 -Transf. de Convênios União - Outros - Investimento III)
Órgão 23: Secretaria Municipal de Habitação
Unidade 23.01: Secretaria Municipal de Habitação
Função 16: Habitação
Subfunção 482: Habitação Urbana
Programa 18: Moradia para todos
Projeto 1.005 - Construção de Casas Populares
4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 418.691,96
Recurso 23400 -Transf. de Convênios União - Outros - Investimento

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar os recursos provenientes Termo de Compromisso nº352.264-22/2011/PAC II firmado entre o Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal e o Município de Canoinhas no valor de R\$ 1.234.669,06 (um milhão, duzentos e trinta e quatro mil, seiscentos e sessenta e nove reais e seis centavos).

Art. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
Função 15: Urbanismo
Subfunção 452: Serviços Urbanos
Programa 06: Ações eficientes em obras e urbanismo
Projeto 1.088 - Reurbanização do Loteamento Vila Verde
4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 45.000,00
Recurso 10000 - Recursos Ordinários

Art. 4º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2014 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
Função 15: Urbanismo
Subfunção 452: Serviços Urbanos
Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo
Atividade 2.023 - Manut. de ruas, estradas, praças, jardins, pontes e bueiros
3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 45.000,00
Recursos 10000 - Recursos Ordinários

Art. 5º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R\$ 436.000,00 (quatrocentos e trinta e seis mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 09: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
Unidade 09.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
Função 20: Agricultura
Subfunção 606: Extensão Rural
Programa 106: Assistência ao pequeno produtor rural
Projeto 3.007 - Construção da Unidade de Distribuição de Alimentos
4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 436.000,00
Recurso 23400 -Transf. de Convênios União - Outros - Investimento

Art. 6º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar os recursos provenientes Contrato de Repasse 398.191-19/2012 - OGU/MDS, no valor de R\$ 436.000,00 (quatrocentos e trinta e seis mil reais).

Art. 7º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na

Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 09: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
Unidade 09.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
Função 20: Agricultura
Subfunção 606: Extensão Rural
Programa 106: Assistência ao pequeno produtor rural
Projeto 3.007 - Construção da Unidade de Distribuição de Alimentos
4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 28.000,00
Recurso 10000 - Recursos Ordinários

Art. 8º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 09: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
Unidade 09.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
Função 20: Agricultura
Subfunção 606: Extensão Rural
Programa 4: Desenvolvimento sustentável
Projeto 2.016 - Assistência ao pequeno produtor rural
3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 28.000,00
Recurso 10000 - Recursos Ordinários

Art. 9º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 15 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5540/2015

LEI Nº. 5.540 DE 15/04/2015

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER DESCONTO A TÍTULO DE INCENTIVO SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica o Município de Canoinhas, por intermédio do Fundo

Rotativo Habitacional do Município de Canoinhas - FROHAB, autorizado a conceder desconto a título de incentivo social, descontos do valor da avaliação do imóvel sem benfeitorias, de propriedade do Município, referente ao Loteamento Santa Cruz.

§1º - O referido Loteamento Santa Cruz compreende 290 lotes, já distribuídos aos contemplados conforme requisitos previstos na lei municipal que instituiu o FROHAB.

I - Para os contratos com quitação superior a 50% (cinquenta por cento) dos valores previstos no instrumento contratual, será concedido 50% (cinquenta por cento) de desconto sobre o débito pendente, para pagamento a vista do saldo contratual;

II - Para os contratos com quitação inferior a 50% (cinquenta por cento) dos valores previstos no instrumento contratual, será concedido 30% (trinta por cento) de desconto sobre o débito pendente para pagamento a vista do saldo contratual;

§ 2º - O desconto mencionado na presente lei, incidirá sobre o valor constante nos respectivos contratos, devidamente corrigido conforme índices oficiais.

§ 3º - O desconto a ser concedido está vinculado ao percentual de parcelas pagas no dia que a presente lei entrar em vigor.

Art. 2º - Aos moradores deste loteamento que se encontram em situação irregular, poderão regularizar desde que preencham os requisitos da Resolução nº 01/2007 do FROHAB.

Art. 3º - Os benefícios contidos na presente lei vigorarão pelo período de 180 dias, podendo ser prorrogado por ato do chefe do Poder Executivo Municipal, mediante recomendação do conselho gestor do FROHAB.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 15 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5540/2015

LEI Nº. 5.540 DE 15/04/2015

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER DESCONTO A TÍTULO DE INCENTIVO SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica o Município de Canoinhas, por intermédio do Fundo Rotativo Habitacional do Município de Canoinhas - FROHAB, autorizado a conceder desconto a título de incentivo social, descontos do valor da avaliação do imóvel sem benfeitorias, de propriedade do Município, referente ao Loteamento Santa Cruz.

§1º - O referido Loteamento Santa Cruz compreende 290 lotes, já distribuídos aos contemplados conforme requisitos previstos na lei municipal que instituiu o FROHAB.

I - Para os contratos com quitação superior a 50% (cinquenta por cento) dos valores previstos no instrumento contratual, será concedido 50% (cinquenta por cento) de desconto sobre o débito

pendente, para pagamento a vista do saldo contratual;

II - Para os contratos com quitação inferior a 50% (cinquenta por cento) dos valores previstos no instrumento contratual, será concedido 30% (trinta por cento) de desconto sobre o débito pendente para pagamento a vista do saldo contratual;

§ 2º - O desconto mencionado na presente lei, incidirá sobre o valor constante nos respectivos contratos, devidamente corrigido conforme índices oficiais.

§ 3º - O desconto a ser concedido está vinculado ao percentual de parcelas pagas no dia que a presente lei entrar em vigor.

Art. 2º - Aos moradores deste loteamento que se encontram em situação irregular, poderão regularizar desde que preencham os requisitos da Resolução nº 01/2007 do FROHAB.

Art. 3º - Os benefícios contidos na presente lei vigorarão pelo período de 180 dias, podendo ser prorrogado por ato do chefe do Poder Executivo Municipal, mediante recomendação do conselho gestor do FROHAB.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 15 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5541/2015

LEI Nº. 5.541 DE 15/04/2015

"ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº. 5.518 DE 13 DE MARÇO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica alterado o caput do artigo 1º da Lei Municipal nº. 5.518 de 13 de março de 2015, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a cessão de uso à Polícia Militar do Estado de Santa Catarina - PMSC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.931.550/0001-51, de um veículo Fiat Pálio Fire, veículo novo zero km, com capacidade para 05 pessoas, Chassi: 9BD17102LF5975527."

Art. 2º - Os demais dispositivos da Lei Municipal nº. 5.518 de 13 de março de 2015 permanecem inalterados.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5542/2015

LEI Nº. 5.542 DE 15/04/2015

"PERMISSÃO E AUTORIZAÇÃO DE USO"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Município de Canoinhas, através de ato do Poder Executivo, a permitir a utilização do imóvel desta municipalidade devidamente matriculado sob nº 11.879 junto ao Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, para o Jeep Clube Canoinhas, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com CNPJ nº 79.376.927/0001-80, que tem finalidade recreativa, esportiva, artística e cultural, para que possa exercer suas atividades sobre a referida área.

Art. 2º - A presente permissão de uso é por tempo indeterminado, podendo ser revogada quando da necessidade ou interesse do Município.

Art. 3º - Fica o Jeep Clube Canoinhas responsável civil, criminal e administrativamente por todas as ações decorrentes do uso da área em suas atividades.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5543/2015

LEI Nº. 5.543 DE 15/04/2015

"ALTERA A LEI Nº. 5.189, DE 30/10/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica alterado o artigo 1º, em seu inciso I, da Lei nº. 5.189, de 30/10/2013, passando a vigorar com a seguinte redação:

"I. Concessão de até 600 m³ (seiscentos metros cúbicos) de pedra brita número três (bica corrida) e/ou rachão, podendo incluir o transporte do material citado se adquirido pela beneficiária e, horas-máquina necessárias para a devida distribuição e acabamento das vias existentes".

Art. 2º. Os demais dispositivos da Lei nº. 5.189, de 30/10/2013

permanecem inalterados.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 343/2015

PORTARIA Nº. 343/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da lei Orgânica do Município, a Lei 3.280 de 19/02/2001 e a Lei 3.804 de 18/03/2005; Resolve:

NOMEAR PARA EXERCER CARGO ELETIVO

Art. 1º. Fica nomeada para exercício de cargo eletivo DAIANE KARINE WENDT, para exercer o cargo de Conselheiro Tutelar junto à Secretaria Municipal do Assistência Social, no período de 22/04/2015 a 09/01/2016, conforme Ata do Fórum de Eleição do Conselho Tutelar 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 344/2015

PORTARIA Nº. 344/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Complementar nº 0038/2011 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada para a EBM Presidente Castelo Branco, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional NATHALY APARECIDA DE SOUZA BAUER, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 016/SME/2015, iniciando as suas atividades

a partir de 22/04/2015, conforme comunicação interna nº 197/SME/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 345/2015

PORTARIA Nº. 345/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.307/1990 e da Lei Municipal nº 5.139/2013 resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Orientador Social, para atuar no Centro de Referência da Assistência Social - CRAS - Região I, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, a profissional CRISTIANE CORRÊA, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2014, inscrita sob nº. 42976, e convocado conforme Edital nº 022 de 01 de abril de 2015, iniciando as suas atividades a partir de 23/04/2015, conforme comunicação interna nº 099/SEMAS/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 346/2015

PORTARIA Nº. 346/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada a pedido LEILA ADRIANA RODRIGUES FERREIRA, concursada no cargo de Servente - Lar do Idoso, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 17/04/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 01/2015

CONCORRÊNCIA Nº 1/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/15

HOMOLOGAÇÃO: 23/04/15

CONTRATADO: SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA, COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO E FUNDOS MUNICIPAIS. VALOR DA DESPESA: R\$ 46.885,00 (quarenta e seis mil oitocentos e oitenta e cinco reais)

DATA: 23/04/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

CONCORRÊNCIA Nº 1/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/15

HOMOLOGAÇÃO: 23/04/15

CONTRATADO: PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA, COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO E FUNDOS MUNICIPAIS. VALOR DA DESPESA: R\$ 246.757,01 (duzentos e quarenta e seis mil setecentos e cinquenta e sete reais e um centavo)

DATA: 23/04/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

CONCORRÊNCIA Nº 1/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/15

HOMOLOGAÇÃO: 23/04/15

CONTRATADO: BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA, COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO E FUNDOS MUNICIPAIS. VALOR DA DESPESA: R\$ 38.588,55 (trinta e oito mil quinhentos e oitenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos)
DATA: 23/04/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

CONCORRÊNCIA Nº 1/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/15

HOMOLOGAÇÃO: 23/04/15

CONTRATADO: M. MOBILE EIRELI

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA, COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO E FUNDOS MUNICIPAIS. VALOR DA DESPESA: R\$ 274.619,85 (duzentos e setenta e quatro mil seiscentos e dezenove reais e oitenta e cinco centavos)
DATA: 23/04/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

CONCORRÊNCIA Nº 1/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/15

HOMOLOGAÇÃO: 23/04/15

CONTRATADO: REI DAS EMBALAGENS LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA, COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO E FUNDOS MUNICIPAIS. VALOR DA DESPESA: R\$ 95.009,66 (noventa e cinco mil e nove reais e sessenta e seis centavos)
DATA: 23/04/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº PMC 12/2015

TOMADA DE PREÇO Nº 12/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/15

HOMOLOGAÇÃO: 23/04/15

CONTRATADO: CAZAMUSA CONSTRUCAO CIVIL EIRELI CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA AFONSO KOHLER, COM EXTENSÃO DO TRECHO 1 DE 197,12 METROS E TRECHO 2 COM EXTENSÃO DE 397,69 METROS, E RUA SERGIO GAPSKI, COM EXTENSÃO TOTAL DE 505,60 METROS, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.076.547,93 (um milhão setenta e seis mil quinhentos e quarenta e sete reais e noventa e três centavos)
DATA: 23/04/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº PMC 09/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Processo Licitatório n.º 71/2015

Inexigibilidade de Licitação n.º 09/2015

O Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80 sito à rua Felipe Schmidt n.º 10 - Centro, comunica, contratação através de Inexigibilidade de Licitação. Artigo 25, I, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Objeto: Contratação das emissoras de radiodifusão em frequência modulada (FM), Fundação Expansão Cultural Rádio e TV Canoinhas e Radio Pantera LTDA, para prestação de serviços relativos à divulgação de atos da Administração Pública Municipal, conforme previsto no edital de Chamada Pública n. 04/2015.

Contratadas: FUNDAÇÃO EXPANSÃO CULTURAL RÁDIO E TV CANOINHAS ao valor de R\$ 42.672,00 (Quarenta e dois mil, seiscentos e setenta e dois reais), sendo divididos da seguinte forma: - 1.920 Spots radiofônicos com duração de 30 segundos à R\$ 17,00 cada. - 64 Entrevistas com duração de 10 minutos à R\$ 156,75 cada; e RADIO PANTERA LTDA, ao valor de R\$ 42.672,00 (Quarenta e dois mil, seiscentos e setenta e dois reais), divididos mensalmente da seguinte forma: - 1.200 Spots radiofônicos com duração de 30 segundos à R\$ 27,90 cada. - 32 Entrevistas com duração de 10 minutos à R\$ 287,25 cada.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº PMC 18/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 69/2015

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. PMC 18/2015

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 14/05/2015, às 14h15min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA A PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA SEXTAVADA E DRENAGEM PLUVIAL DA RUA ESMAEL CUNHA, TRECHO ENTRE AS RUAS JULIO BUDANT NETO E THEODORO HUMENHUCK, COM 187,53 METROS DE EXTENSÃO, E EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA A PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA SEXTAVADA E DRENAGEM PLUVIAL DA RUA MIGUEL SCHIESSL SOBRINHO, TRECHO ENTRE AS RUAS JULIO BUDANT E THEODORO HUMENHUCK, COM 187,53 METROS DE EXTENSÃO, COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSARIO. Recebimento de propostas até as 14h00min do dia 14/05/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

**PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇO N.º
PMC 20/2015**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 72/2015
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. PMC 20/2015

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 15/05/2015, às 14h15min, licitação para CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR COM 242,35M², SITUADA NA AVENIDA MOISES DAMASO DA SILVEIRA, NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES OURO VERDE, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 14h00min do dia 15/05/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

TERMO DO CONVÊNIO Nº 07/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS/SC

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Termo do Convênio nº 07/2015 PARTICIPES: A Prefeitura do Município de Canoinhas, por meio do Fundo Municipal de Assistência Social e a Associação Canoinhense de Deficientes –ACD. OBJETO: O objeto do presente convênio consiste no repasse de recurso financeiro destinado a auxiliar na manutenção das atividades da Associação Canoinhense de Deficientes – ACD. VALOR DO CONVÊNIO: R\$ 36.392,08 (trinta e seis mil, trezentos e noventa e dois reais e oito centavos), podendo serem repassados pelo município em parcela única ou ainda divididos em parcelas VIGÊNCIA: De 01 ano a partir desta Publicação. SIGNATÁRIOS: Sr. Luiz Alberto Rincoski Faria , pela Prefeitura do Município de Canoinhas e Sr. José Clever Pereira Gomes, pela Associação Canoinhense de Deficientes – ACD.

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 39/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/1

Total dos Itens Vencedores: 89.000,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 62/2015

Licitação.....: 39/2015 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM SEGURANÇA HUMANA DESARMADA NO PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES OURO VERDE.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	-	15137	-	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA NO PARQUE MUN. DE EXPOSIÇ	-	Unidade: UN		
11589	INVIOSAT SEGURANÇA LTDA EPP	INVIOSAT	8.000	0,0000	11.125,0000	89.000,00	Venceu	1 *****
15925	LUPA SEGURANÇA LTDA	LUPA	8.000	0,0000	11.131,2500	89.050,00	Perdeu	2

Canoinhas, Em

PAULO CESAR SAFANELLI - Pregoeiro(a)
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK - EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS - EQUIPE DE APOIO
MARCIANO FERNANDES CORREA - EQUIPE DE APOIO
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - 28.754/SC
VANESSA LANGER - CRC/SC 028524/O-0

Capinzal

PREFEITURA

CIALAR PROCESSO LICITATÓRIO 0001/2015 PREGÃO PRESENCIAL 0001/2015 AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0001/2015
Pregão Presencial Nº 0001/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos, alimentação especial e produtos de higiene e limpeza, para o atendimento das crianças acolhidas

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 14:00 horas, para abertura da Seção às 14:05 horas do dia 11/05/2015.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.
TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 24 de abril de 2015.
ELISÂNGELA BAGNOLIN
Diretora de Compras e Licitações

FMS PROCESSO LICITATÓRIO 0015/2015 PREGÃO PRESENCIAL 0007/2015 AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0015/2015
Pregão Presencial Nº 0007/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para realização de sessões de fisioterapia, para pacientes atendidos pela Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 11/05/2015.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.
TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49)

3555-8740.

Capinzal, 24 de abril de 2015.
ELISÂNGELA BAGNOLIN
Diretora de Compras e Licitações

FUMREBOM TERMO ADITIVO 002/2015 C11

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUMREBOM-FUNDO MUNIC. DE REEQ. DE BOMB.DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Aditivo Nº.....: TA 002/2015 C11 - Contrato Nº: 0011/2014	
Contratante...: FUMREBOM-FUNDO MUNIC. DE REEQ. DE BOMB.DE CAPINZAL	
Contratada....: M.A.J. CONSTRUÇOES E REFORMAS LTDA - ME	
Valor.....: 17.282,65 (dezesete mil duzentos e oitenta e dois reais e sessenta e cinco centavos)	
Vigência.....: Início: 10/04/2015 Término: 04/05/2015	
Licitação.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2014 Processo_Licitatório.....: 0009 / 2014	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: Objeto do presente TERMO ADITIVO é o aditamento do valor de R\$ 17.282,65 (dezesete mil, duzentos e oitenta e dois reais e sessenta e cinco centavos), pela inclusão na obra, em conformidade com a solicitação, justificativas, parecer técnico e parecer jurídico em anexo, e, ainda, a autorização legal prevista no Artigo 65 do § 1º, da lei 8.666/93.	
Capinzal, 23 de Abril de 2015	

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0090/2015 PREGÃO PRESENCIAL 0056/2015 AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0090/2015
Pregão Presencial Nº 0056/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de materiais para demarcação viária para aplicação em processo mecânico (máquinas apropriadas) ou manual (rolo ou trincha), para atender as necessidades de pintura, manutenção e melhorias da sinalização horizontal viária em Vias Urbanas do Município

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 08/05/2015.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.
TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 24 de abril de 2015.
ELISÂNGELA BAGNOLIN
Diretora de Compras e Licitações

**PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0091/2015 PREGÃO
PRESENCIAL 0057/2015**
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0091/2015
Pregão Presencial Nº 0057/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para contratação de horas/homem, para serviço de mão-de-obra especializada para prestação de serviço de assistência técnica e manutenção corretiva em aparelhos eletrodomésticos e eletroeletrônicos, das Secretarias e Fundos

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 14:00 horas, para abertura da Seção às 14:05 horas do dia 07/05/2015.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.
TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 24 de abril de 2015.
ELISÂNGELA BAGNOLIN
Diretora de Compras e Licitações

**PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0092/2015 PREGÃO
PRESENCIAL 0058/2015**
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0092/2015
Pregão Presencial Nº 0058/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de materiais de construção e ferramentas, para execução de diversas atividades relacionadas a Secretaria de Infraestrutura (consertos, limpezas, reformas, reformas, reparos na Área de Lazer, Rodoviária Municipal, praças, semitérios, manutenção da área Urbana e Interior do Município)

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 14:00 horas, para abertura da Seção às 14:05 horas do dia 08/05/2015.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala

de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.
TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 24 de abril de 2015.
ELISÂNGELA BAGNOLIN
Diretora de Compras e Licitações

**PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0093/2015 PREGÃO
PRESENCIAL 0059/2015**
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0093/2015
Pregão Presencial Nº 0059/2015

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realizar serviços de Vigilância e Monitoramento de alarme, em diversos locais do município, conforme Anexo III.

Observação:

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente ser protocolados no Setor de Protocolo até às 09:05 horas do dia 12/05/2015, para abertura da Seção às 09:05 horas do mesmo dia.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, no Setor de Licitações, Rua Carmello Zócoli, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.
TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8744.

Capinzal, 24 de abril de 2015.
ELISÂNGELA BAGNOLIN
Diretora de Compras e Licitações

PMC TERMO ADITIVO 001/2015 C120

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº.....: TA 001/2015 C120 - Contrato Nº: 0120/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada....: TERRAPLANA M.M & CIA LTDA - ME

Valor.....: 5.000,00 (cinco mil reais)

Vigência.....: Início: 23/04/2015 Término: 30/03/2016

Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 40/2015 Processo_Licitatório.....: 00063 / 2015

Recursos.....: Dotação:

Objeto.....: O objeto do presente Termo Aditivo é o aumento das quantidades em até 25%, de acordo com o artigo 65 do § 1º, da lei 8.666/93; acrescendo o valor do contrato original em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Conforme solicitação e parecer jurídico em anexo.

Capinzal, 23 de Abril de 2015

PMC TERMO ADITIVO 001/2015 C226

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº.....: TA 002/2015 C226 - Contrato Nº: 0226/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
Contratada....: LAR CONSTRUÇOES E INCORPORACOES LTDA
Valor.....: 0,00 (zero)
Vigência.....: Início: 23/04/2015 Término: 31/12/2015
Licitação.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 12/2014 Processo_Licitatório.....: 000142 / 2014
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: Objeto do presente TERMO ADITIVO é a prorrogação da vigência do contrato original, com termo final na data de 31/12/2015, conforme solicitação da empresa responsável, da secretaria responsável e parecer jurídico em anexo.

Capinzal, 23 de Abril de 2015

PORTARIA 095/2015

PORTARIA Nº 095, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Maria Regina Lopes de Castro Milesqui, matrícula nº 324280/10, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Belisário Pena, em vaga excedente.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 02 de fevereiro a 20 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 096/2015

PORTARIA Nº 096, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Roseli Rosalen Vagner, matrícula nº 333026/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Viver e Conhecer, em vaga excedente.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 02 de fevereiro a 20 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 097/2015

PORTARIA Nº 097, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Giceli Aparecida Bergamo Dambros, matrícula nº 328952/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing, em substituição a titular Roselange Lancini Garcia, que está à disposição da Escola Municipal Belisário Pena.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 02 de fevereiro a 20 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 098/2015

PORTARIA Nº 098, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Juciane Fatima Modena Lopes, matrícula nº 330132/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Viver e Conhecer, em substituição a titular Cassia Maris Wilbert Souza, que responde pela Direção da Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 02 de fevereiro a 20 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 099/2015

PORTARIA Nº 099, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Marinês Pereira Schu, matrícula nº 324329/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing, em vaga excedente.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 02 de fevereiro a 20 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 100/2015

PORTARIA Nº 100, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Mariza Eli Dalla Maria Casara, matrícula nº 315613/22, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Viver e Conhecer, em substituição a titular Salete Savaris de Araújo, que responde pela Direção da Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 02 de fevereiro a 20 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 101/2015

PORTARIA Nº 101, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Claudia Antunes de Oliveira, matrícula nº 322059/05, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Belisário Pena, em vaga excedente.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 02 de fevereiro a 20 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 102/2015

PORTARIA Nº 102, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Daiane Kieling, matrícula nº 327573/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Ernesto Hachmann, em vaga excedente.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 02 de fevereiro a 20 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 103/2015

PORTARIA Nº 103, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Niane de Azeredo, matrícula nº 332283/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Ernesto Hachmann, para responder pela Coordenação Pedagógica desta escola.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 02 de fevereiro a 20 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 104/2015

PORTARIA Nº 104, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Andrea Aparecida Azevedo Scheuermann, matrícula nº 326623/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho, para responder pela Coordenação Pedagógica desta escola.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 02 de fevereiro a 20 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 105/2015

PORTARIA Nº 105, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Jane Regina Campioni, matrícula nº 329681/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Viver e Conhecer, em substituição a titular Salete Savaris de Araújo, que responde pela Direção da Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 02 de fevereiro a 20 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 106/2015

PORTARIA Nº 106, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Regiane Cristina de Lima Giulato, matrícula nº 332720/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Carlos Jaime da Rocha, em substituição a titular Rosangela Vitoria Rossete Scheuermann, cedida para o Apoio Pedagógico desta escola.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 02 de fevereiro a 20 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 107/2015

PORTARIA Nº 107, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em dez (10) horas semanais, da servidora Vania Schwaizer, matrícula nº 334154/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing, em vaga excedente.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 02 de fevereiro a 20 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 108/2015

PORTARIA Nº 108, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em dez (10) horas semanais, da servidora Tânia Masson, matrícula nº 333808/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Viver e Conhecer, em vaga excedente.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de trinta (30) horas semanais pelo período de 02 de fevereiro a 20 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 109/2015

PORTARIA Nº 109, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Simone Cristani Zeni Cora Godoy, matrícula nº 410028/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing, em substituição a titular Taise Maria Campioni Rostrola, designada para responder pela Coordenação Pedagógica de Séries Finais desta escola.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 02 de fevereiro a 20 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

TERMO DE CONVOCAÇÃO EDITAL 022/2011 - EDILENE TRENTIN

TERMO DE CONVOCAÇÃO
CONCURSO PÚBLICO EDITAL 22/2011

Nome: EDILENE TRENTIN

Cargo: PSICÓLOGO

MUNICÍPIO DE CAPINZAL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Carmelo Zocolli, 155, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.406/0001-07, representado neste ato, pela Diretora de Recursos Humanos da Secretaria da Administração e Finanças, Sra. Ticiane Paula Hachmann de Lacerda da Gama, residente à Linha Pellizzaro, nesta cidade, vem respeitosamente, perante Vossa Senhoria, CONVOCÁ-LO(A) para assumir a vaga na qual encontra-se classificado(a).

Conforme disposto no item XI do Concurso Público originado pelo Edital 22/2011 o (a) mesmo(a) deverá apresentar na Diretoria de Recursos Humanos num prazo de até 05 (cinco) dias, a partir do recebimento deste, cópia autenticada em cartório dos seguintes documentos:

- a) Quitação com as obrigações eleitorais e militares, este último em caso de candidato do sexo masculino, com a devida apresentação da cópia do Título de Eleitor, do comprovante de votação da última eleição; e do comprovante de quitação com o serviço militar;
- b) Habilitação para o cargo conforme exigido nos termos do Anexo I do Edital 22/2011.
- c) Documento de Identidade (RG);
- d) Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- e) Certidão de Casamento ou Nascimento;
- f) Certidão de Nascimento de Filhos;
- g) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) com número do PIS/PASEP;
- h) Comprovante de residência;
- i) Também deverá entregar:
 1. Uma (01) foto 3x4 colorida recente;
 2. Conta para recebimento de salário, apenas da CEF;
 3. Declaração de Bens atualizada com firma reconhecida em cartório;
 4. Declaração de cargo acumulado ou não com firma reconhecida em cartório;
 5. Via original do laudo médico de saúde física e mental a ser realizado por órgão credenciado pela Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento do Município de Capinzal;
 6. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único, da Lei federal nº 8.112/90 e na legislação correspondente dos estados e municípios, com firma reconhecida em cartório.

O não-cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta convocação em prazo hábil impede a nomeação do candidato, passando o mesmo a ocupar o último lugar na lista dos classificados.

Ticiane Paula H. de L. da Gama
Diretora de Recursos Humanos

SIMAE**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/13/2015**

Aviso de Licitação

Pregão Presencial Nº CAO/13/2015

Processo Licitatório Nº CAO/0149/2015

OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de hidrômetros multijatos (a base de troca).

TIPO: Menor Preço Por Item

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Até às 14:00 horas, do dia 08 de maio de 2015.

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail francieli@simaecao.sc.gov.br material@simaecao.sc.gov.br ou pelo site do SIMAE www.simaecao.sc.gov.br.

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

Capinzal/SC, 24 de abril de 2015.

Francieli da Rosa

Pregoeira

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2015

EDITAL DE EXPEDIÇÃO DE ATO CONVOCATÓRIO DE CREDENCIAMENTO

(CONFORME DETERMINAÇÃO DA LEI Nº 8.666 DE 21.06.93)

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2015

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº IN01/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO - Nº 0155/2015

OBJETO: CREDENCIAMENTO DAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COBRANÇA E/OU RECEBIMENTO DE FATURAS DE ÁGUA EMITIDAS PELO SIMAE, ATRAVÉS DO SISTEMA DE DÉBITO AUTOMÁTICO EM CONTA CORRENTE DE SEUS CLIENTES SEM EMISSÃO DE FATURA EM PAPEL, E DE FATURAS DE ÁGUA NÃO COMPENSÁVEIS COM EMISSÃO DE FATURA EM PAPEL, NAS MODALIDADES DE RECEBIMENTO, BOCA DE CAIXA, REDE DE CONVENIADOS, INTERNET E OUTROS MEIOS.

PRAZO: OS INTERESSADOS DEVERÃO SE MANIFESTAR POR ESCRITO, APRESENTANDO A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA ATÉ AS 17:30 DO DIA 25/05/2015, PARA POSTERIOR ASSINATURA DO CONTRATO.

LOCAL: ESCRITÓRIO DO SIMAE, SITO A RUA DOMINGOS OMIZOLLO, Nº 447, BAIRRO SÃO LUIZ - CAPINZAL - SC, CEP 89.665.000.

O EDITAL DE CREDENCIAMENTO PODERÁ SER RETIRADO NO ESCRITÓRIO DO SIMAE, COM A COMISSÃO DE LICITAÇÃO, SOLICITADO PELO E-MAIL francieli@simaecao.sc.gov.br material@simaecao.sc.gov.br OU PELO SITE DO SIMAE www.simaecao.sc.gov.br. MAIORES ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER PRESTADOS NO ESCRITÓRIO DO SIMAE, SITO À RUA DOMINGOS OMIZOLLO, Nº 447, BAIRRO SÃO LUIZ - CAPINZAL - SC, CEP 89.665.000, OU PELO FONE (049) 3555-1107, COM A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DAS 08:00 ÀS 12:00 E DAS 13:30 ÀS 17:30 HORAS.

CAPINZAL/SC, 24 DE ABRIL DE 2015.

FANCIELI DA ROSA

PREGOEIRA

Catanduvras

PREFEITURA

ADENDO AO EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0026/2015 - PREGÃO Nº 0020/2015

ADENDO AO EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0026/2015

EDITAL DE PREGÃO Nº 0020/2015

O Prefeito em Exercício, do Município de Catanduvras, Estado de Santa Catarina, Exmo. Sr. Alberto Broll, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e

Considerando a necessidade de transferir o início da Sessão Pública, por interesse da Administração Municipal;

TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, as seguintes alterações no edital de Pregão nº 0020/2015, conforme segue:

a) fica retificado as disposições do edital de Pregão nº 0020/2015, sobre a data da entrega do envelope de proposta/habilitação e credenciamento e data de abertura, que passa a ter a seguinte redação:

"Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação e credenciamento: até às 13h30min do dia 05 de maio de 2015;

Limite para impugnação ao edital: até às 19h00min do dia 30 de abril de 2015;

Início da Sessão Pública do Pregão: às 13h45min do dia 05 de maio de 2015."

As demais disposições do Edital permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Catanduvras - SC, 23 de abril de 2015.

Alberto Broll

Prefeito Municipal em Exercício

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

208.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 208/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 2013/2014, a LUIZ CEZAR SEBOLD, Matrícula nº 257/03, Secretário Municipal da Fazenda, na condição de Agente Político na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 2º Autorizar o servidor a gozar férias de 20 (vinte) dias no período de 22.04.2015 à 12.05.2015, acrescidas de 1/3 do abono constitucional e conversão de 1/3 em abono pecuniário, conforme arts. 46 e 78, § 3º, da LC nº. 008 de 23/12/99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 22.04.2015.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 23 de abril de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

209.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 209/2015

- CONSIDERANDO, os efeitos da Portaria nº. 208/2015 de 23.04.15.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Complementar nº 007, de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor público JOELSIO MACHADO, para responder pela Secretaria Municipal da Fazenda, no período de 22.04.2015 a 12.05.2015.

Art. 2º O servidor supra mencionado acumulará a função referida com as provenientes do Cargo Efetivo de Contador.

Art. 3º O servidor designado não receberá remuneração adicional pelo acúmulo das funções.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 22.04.2015.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 23 de abril de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

210.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 210/2015

- CONSIDERANDO, a apresentação dos Atestados Médicos, datados em 14.04.15 e 22.04.15;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º. Conceder em favor da Servidora Pública JOSIANI MACHADO DE PINHO, ocupante do cargo efetivo de Professora Anos Iniciais - 40 horas, licença para tratamento de saúde, no período de 14.04.15 a 20.04.15 (sete dias), e no período de 22.04.15 a 28.04.15 (sete dias), perfazendo um total de (quatorze dias) conforme Atestados Médicos, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 14.04.2015.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 23 de abril de 2015.º.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

211.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 211/2015

- CONSIDERANDO, a apresentação dos atestados médicos;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 70 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, II, e §§ 5º, 6º, 7º 8º 9º e 10, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º. Conceder em favor da Servidora Pública ZILÁ DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais - 40 horas, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 06.04.15 a 15.04.15 (10 dez) dias, 17.04.15 (01 um) dia, e de 22.04.15 a 24.04.15, (03 três) dias conforme Atestados Médicos, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 06.04.15.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 22 de abril de 2015.º.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

LEI Nº 0630 DE 23.04.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

LEI Nº 0630 DE 23.04.2015

Concede revisão geral anual e atualiza as tabelas de vencimento, salário e subsídio, dos Poderes Executivo e Legislativo.

Art.1º Fica autorizada a partir de 1º de abril de 2015, a revisão geral anual, de que trata o inciso X, do art. 37 da Constituição Federal, pela aplicação do índice de 6,22% (seis vírgula vinte e dois por cento) sobre o vencimento dos servidores efetivos e comissionados dos Poderes Executivo e Legislativo e do subsídio dos Agentes Políticos (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e Secretários).

§1º A reposição de que trata o caput deste artigo estende-se à remuneração paga aos servidores contratados a título temporário, aos regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT e aos membros do Conselho Tutelar.

§2º A reposição corresponde ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor-INPC, medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, referente ao período de janeiro a dezembro de 2014.

§3º Os Poderes Executivo e Legislativo ficam autorizados, mediante aplicação do índice autorizado no caput deste artigo, a atualizar as tabelas de subsídio, vencimento e salário.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações do orçamento fiscal anual do Município.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 23 de abril de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Cocal do Sul**PREFEITURA****EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/PMCS/2015**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2015

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

DETENTORA DA ATA: MEDIC VET LTDA ME

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/PMCS/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/PMCS/2015

Objeto: Registro de preços de Sementes.

Assinatura: 06/04/2015

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 24.746,00 (Vinte e quatro mil setecentos e quarenta e seis reais)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/FMAS/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2015

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

DETENTORA DA ATA: DIDÁTICA LIVRARIA E BRINQUEDOS LTDA ME

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/FMAS/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/FMAS/2015

Objeto: Registro de preços de Brinquedos Lúdicos e Pedagógicos, no atendimento ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do Município de Cocal do Sul.

Assinatura: 06/04/2015

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 27,00 (Vinte e sete reais)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/FMAS/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2015

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

DETENTORA DA ATA: REJANE COMÉRCIO DE PRODUTOS PEDAGÓGICOS LTDA ME

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/FMAS/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/FMAS/2015

Objeto: Registro de preços de Brinquedos Lúdicos e Pedagógicos, no atendimento ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do Município de Cocal do Sul.

Assinatura: 06/04/2015

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 3.341,12 (Três mil trezentos e quarenta e um reais e doze centavos)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 01/FMS/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/FMS/2015
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/FMS/2015

ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal, do Município de Cocal do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o incisos abaixo citados do art. 25 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo de Inexigibilidade de Licitação conforme segue:

Objeto: Aquisição da obra "A Fantástica Magia dos Alimentos", para trabalho educativo da Secretaria de Saúde, através de inexigibilidade de licitação, art. 25 inciso I da lei nº 8.666/93.

Fornecedor: Editora Amigos da Natureza LTDA - EPP.

Razão da Escolha do Fornecedor: Os exemplares serão utilizados para um trabalho educativo da Secretaria de Saúde. A escolha do fornecedor se deu pelo fato do mesmo ser representante comercial exclusivo da referida obra.

Valor: R\$ 2.050,00 (dois mil e cinquenta reais).

Justificativa do Preço: O valor é compatível com os preços do mercado.

Previsão Legal: Artigo 25, inciso I, da lei nº 8.666/93.

Dotação Orçamentária: 11.01.2.027.3.3.90.30.14 (55).

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Cocal do Sul, 27 de março de 2015

ADEMIR MAGAGNIN
PREFEITO MUNICIPAL

SAMAE**PREGÃO PRESENCIAL 13/2015**

AVISO DE LICITAÇÃO. O SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do Município de Cocal do Sul-SC, torna público, para conhecimento dos interessados, que às 09:30 horas do dia 11 de Maio de 2015, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL - TIPO MENOR PREÇO POR ITEM nº 13/2015, para aquisição de tubos e conexões para implantação e ampliação das redes de água e esgoto e tampões de ferro fundido para esgoto, conforme descrição no Anexo I do edital. As propostas serão recebidas a partir desta data, encerrando-se o prazo de entrega às 09:30 horas do dia 11 de Maio de 2015. A integral do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Lisboa, 520 - Bairro Jardim Bela Vista - Cocal do Sul-SC, pelo telefone (48)3447-6350, ou através do Site: www.samaecocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul-SC, 23 de Abril de 2015.

Carla Cristina Possamai Della.
Diretora do SAMAE

Concórdia**PREFEITURA****EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 26/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 26/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio SDR/CDIA - Transporte Escolar - Ensino Fundamental e Ensino Médio, no valor de R\$ 145.566,90 (cento e quarenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis reais e noventa centavos).

Concórdia SC, 20 de abril de 2015.

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo
Secretário Municipal de Finanças

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS O&S Nº 12/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 12/2015 - PMC

Obras E Serviços De Engenharia

Objeto: Contratação de serviços de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obras em regime de empreitada global (material e mão de obra), para reforma do CRAS a ser instalado na Rua Adílio Hilário Mutzemberg, Bairro Guilherme Reich, Município de Concórdia - SC neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

O recebimento dos Envelopes 01 - DOCUMENTAÇÃO será efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 27/05/2015, ÀS 16h00min.

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 25/05/2015, às 16h00min.

O recebimento do Envelope 02 - PROPOSTA deverá ser efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 27/05/2015, às 16h00min.

Abertura: dia 28/05/2015, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 23 de Abril de 2015.

LAURI GARBOSSA

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

EXTRATO 5º TA CONTRATO Nº 42/2014 -FMS

Contrato Nº : 42/2014

Aditivo Nº : 5 TA/2015

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : ITACON ENGENHARIA E OBRAS LTDA

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 1/2013

Objeto : Contratação de serviços de empresa do ramo da construção civil, em regime de empreitada global (material e mão-de-obra), para construção de edificação destinada a abrigar a Unidade de Pronto Atendimento ? UPA 24h, localizada na Rua Alexandre Lorenzetti, Loteamento Jardim Europa, Bairro Parque de Exposições, neste município, a serem executados com recursos oriundos do convênio com Governo Federal ? PAC 2 e contrapartida municipal, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo ?D? do Edital.

Vigência : Início: 15/04/2015 Término: 19/07/2015

Assinatura : 15/04/2015

Valor Acrescido R\$: 210.463,67 (Duzentos e Dez Mil, Quatrocentos e Sessenta e Três Reais e Sessenta e Sete Centavos)

Valor Suprimido R\$: 19.768,83 (dezenove mil, setecentos e sessenta e oito reais e oitenta e três centavos)

Dotação : 402 - 13.001.2103.344905198000000.03020000

PORTARIA FMEC Nº 28/2015, DE 14 DE ABRIL DE 2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA FMEC Nº 28/2015, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, c/c o disposto no art. 20 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações e no Decreto nº 5.705, de 14 de maio de 2012, e considerando as avaliações efetuadas pela Comissão especialmente designada, com a Portaria nº 5/2011, de 11 de fevereiro de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora KATLIN CARINA FELISBERTO ROSSI, ocupante do cargo de Técnico Desportivo, do Quadro de Cargos da Fundação Municipal de Esportes, Promoção Horizontal, para a Faixa de Vencimento B.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de abril de 2015.

Fundação Municipal de Esportes.

VILMAR ANTÔNIO BENTZ

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

PORTARIA Nº 27/2015, DE 14 DE ABRIL DE 2015-FMEC

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA Nº 27/2015, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989 c/c o disposto no art. 28 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 30 de novembro de 2010, no Decreto nº 3.668, de 26 de setembro de 1995, e considerando a avaliação efetuada pela Comissão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários - CPCCS, designada pelo Decreto nº 1/2011, de 3 de janeiro de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores de provimento estável do Quadro Permanente de Cargos da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, abaixo relacionados, promoção vertical, para a Faixa de Vencimento II:

Nº DE ORDEM	NOME DO SERVIDOR	CARGO
1	Edson Luis Lorenzetti	Técnico Desportivo
2	Katlin Carina Felisberto Rossi	Técnico Desportivo
3	Rafael de Almeida Ronchetti	Técnico Desportivo

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de abril de 2015.

Fundação Municipal de Esportes de Concórdia.

VILMAR ANTÔNIO BENTZ

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

BALANCETE FINANCEIRO FUNDACAO MUN DE CULTURA 02.215

FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Fevereiro / 2015



INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)					
Ordinária	8.568,89	0,00	Despesa Orçamentária (VI)	540.825,76	0,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	6.658,79	0,00	Ordinária	447.025,76	0,00
02000000 - Recursos Ordinarios	6.479,08	0,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	435.685,46	0,00
Vinculada	179,71	0,00	03000001 - Recursos Ordinários - Exerc. Anterior	8.500,00	0,00
01340000 - Transferências de Convênios - União	1.910,10	0,00	06000000 - Recursos Ordinários - Anterior Outros	2.840,30	0,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	0,00	0,00	Vinculada	93.800,00	0,00
			01080000 - Contribuição - COSIP	62.300,00	0,00
			01340000 - Transferências de Convênios - União	31.500,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)			Transferências Financeiras Concedidas (VII)		
Transf. Financeira Recebida	288.300,00	0,00	Transf. Financeira Concedida	0,00	0,00
Aportes	0,00	0,00			
Recebimentos Extraorçamentários (III)			Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		
Inscrição de restos a pagar	568.320,62	0,00	Pagamento de restos a pagar	493.244,35	0,00
Valores restituíveis	540.825,76	0,00	Valores restituíveis	465.749,49	0,00
Obrigações de Reparação a Outros Entes	27.494,86	0,00	Obrigações de Reparação a Outros Entes	27.494,86	0,00
Outras Variações Aumentativas	0,00	0,00	Outras Variações Diminutivas	0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)			Saldo em Espécie do Exercício (IX)		
	845.508,28	0,00		676.627,68	0,00
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)			TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)		
	1.710.697,79	0,00		1.710.697,79	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA, Data Emissão 23/04/2015, Hora emissão 07:46:02

Notas:

GILMAR LUIZ MONTICELLI
Ordenador de Despesa
CPF: 210.578.850-53

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

BALANCETE FINANCEIRO FUNDACAO MUN DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE 02.2015.



FUMDEMA FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Fevereiro / 2015

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	4.110,26	0,00	Despesa Orçamentária (VI)	407.903,06	0,00
Ordinária	3.090,40	0,00	Ordinária	253.587,74	0,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	2.880,71	0,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	253.003,81	0,00
02000000 - Recursos Ordinários	209,69	0,00	02000000 - Recursos Ordinários	360,00	0,00
Vinculada	1.019,86	0,00	03000001 - Recursos Ordinários - Exerc Anterior	223,93	0,00
01340000 - Transferências de Convênios - União	916,82	0,00	Vinculada	154.315,32	0,00
02890000 - Alienação de Bens Dest. Outros Programas	103,04	0,00	01340000 - Transferências de Convênios - União	19.615,32	0,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	0,00	0,00	03340000 - Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à edu	134.700,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)	100.160,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	0,00	0,00
Transf. Financeira Recebida	100.160,00	0,00	Transf. Financeira Concedida	0,00	0,00
Aportes	0,00	0,00			
Recebimentos Extraorçamentários (III)	423.398,44	0,00	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	243.091,65	0,00
Inscrição de restos a pagar	407.903,06	0,00	Pagamento de restos a pagar	227.647,76	0,00
Valores restituíveis	15.495,38	0,00	Valores restituíveis	15.443,89	0,00
Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00	Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00
Outras Variações Aumentativas	0,00	0,00	Outras Variações Diminutivas	0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	421.905,32	0,00	Saldo em Espécie do Exercício (IX)	298.573,31	0,00
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	949.574,02	0,00	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	949.574,02	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUMDEMA FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE, Data Emissão 23/04/2015, Hora emissão 07:45:22

Notas:

LEVI ELÓI DOS SANTOS
ORDENADOR DA DESPESA

ARGEU ALBIERO
Contador
CRC/SC 027453/O-2

BALANCETE FINANCEIRO FUNDAÇÃO MUN DE ESPORTES 02.2015

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Fevereiro / 2015



INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	24.698,13	0,00	Despesa Orçamentária (VI)	989.086,57	0,00
Ordinária	24.698,13	0,00	Ordinária	809.086,57	0,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	8.192,36	0,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	759.956,57	0,00
02000000 - Recursos Ordinários	16.505,77	0,00	02000000 - Recursos Ordinários	4.130,00	0,00
Vinculada	0,00	0,00	03000001 - Recursos Ordinários - Exerc Anterior	45.000,00	0,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	0,00	0,00	Vinculada	180.000,00	0,00
			01080000 - Contribuição - COSIP	180.000,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)	549.100,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	0,00	0,00
Transf. Financeira Recebida	549.100,00	0,00	Transf. Financeira Concedida	0,00	0,00
Aportes	0,00	0,00			
Recebimentos Extraorçamentários (III)	1.018.139,57	0,00	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	355.015,39	0,00
Inscrição de restos a pagar	989.086,57	0,00	Pagamento de restos a pagar	325.962,39	0,00
Valores restituíveis	29.053,00	0,00	Valores restituíveis	29.053,00	0,00
Obrigações de Reparação a Outros Entes	0,00	0,00	Obrigações de Reparação a Outros Entes	0,00	0,00
Outras Variações Aumentativas	0,00	0,00	Outras Variações Diminutivas	0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	85.591,60	0,00	Saldo em Espécie do Exercício (IX)	333.427,34	0,00
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	1.677.529,30	0,00	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	1.677.529,30	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, Data Emissão 23/04/2015, Hora emissão 07:46:37

Notas:

VILMAR ANTONIO BENTZ
Ordenador da Despesa

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ
Contadora
CRC/SC 036995/O-9

BALANCETE FINANCEIRO FUNDO MUN DE ASSISTENCIA SOCIAL 02.2015

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Fevereiro / 2015



INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)			Despesa Orçamentária (VI)		
Ordinária	67.191,64	0,00	Ordinária	1.396.352,63	0,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	1.208,37	0,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	1.091.149,36	0,00
Vinculada	65.983,27	0,00	Vinculada	305.203,27	0,00
01350001 - Programa Pess.Portadora Def. Física-PPD	11.530,40	0,00	01350001 - Programa Pess.Portadora Def. Física-PPD	23.060,80	0,00
01350002 - Programa Erradicação Trab.Infantil -PETI	65,98	0,00	01350003 - PAEFI	20,60	0,00
01350003 - PAEFI	357,17	0,00	01350004 - PAIF	61.010,62	0,00
01350004 - PAIF	4.922,90	0,00	01350005 - IGD-SUAS	60.312,23	0,00
01350005 - IGD-SUAS	24.567,85	0,00	01350006 - Fortalecimento de Vínculos	5.120,28	0,00
01350006 - Fortalecimento de Vínculos	1.581,09	0,00	01350007 - Programa ACESSUAS	69.038,35	0,00
01350007 - Programa ACESSUAS	14.036,72	0,00	01350008 - Criança e Adolescente	12.626,67	0,00
01350008 - Criança e Adolescente	607,84	0,00	01350009 - Bolsa Família	24.438,86	0,00
01350009 - Bolsa Família	533,06	0,00	01610002 - Básica Custeio	17.002,00	0,00
01610001 - Benefícios Eventuais	6.522,64	0,00	03350004 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União	16.656,01	0,00
01610002 - Básica Custeio	50,98	0,00	03350005 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União	1.080,00	0,00
01610003 - CREAS	491,64	0,00	03350007 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União	810,40	0,00
01610004 - ABRIGO	517,78	0,00	03350008 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União	12.005,00	0,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	263,20	0,00	03610001 - Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social- Benefícios	798,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)			Transferências Financeiras Concedidas (VII)		
Transf. Financeira Recebida	268.000,00	0,00	Transf. Financeira Concedida	0,00	0,00
Aportes	0,00	0,00			
Recebimentos Extraorçamentários (III)			Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		
Inscrição de restos a pagar	1.397.635,91	0,00	Pagamento de restos a pagar	199.529,30	0,00
Valores restituíveis	1.396.352,63	0,00	Valores restituíveis	198.246,02	0,00
Obrigações de Repartição a Outros Entes	1.283,28	0,00	Obrigações de Repartição a Outros Entes	1.283,28	0,00
Outras Variações Aumentativas	0,00	0,00	Outras Variações Diminutivas	0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)			Saldo em Espécie do Exercício (IX)		
	507.667,01	0,00		644.612,63	0,00
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)			TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)		
	2.240.494,56	0,00		2.240.494,56	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, Data Emissão 23/04/2015, Hora emissão 07:47:17

Notas:

LAURI GARBOSA
Ordenador da Despesa

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ
Contadora
CRC/SC 036995/O-9

BALANCETE FINANCEIRO FUNDO MUN DE INFANCIA E ADOLESCENCIA 02.2015

FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Fevereiro / 2015



INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	2.633,55	0,00	Despesa Orçamentária (VI)	60.525,00	0,00
Ordinária	1.151,69	0,00	Ordinária	30.525,00	0,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	1.151,69	0,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	30.525,00	0,00
Vinculada	1.481,86	0,00	Vinculada	30.000,00	0,00
02060001 - FIA Demais Recursos	61,08	0,00	02090000 - FIA Imposto de Renda	30.000,00	0,00
02090000 - FIA Imposto de Renda	1.417,50	0,00			
02890000 - Alienação de Bens Dest. Outros Programas	3,28	0,00			
(-) Deduções da Receita Orçamentária	0,00	0,00			
Transferências Financeiras Recebidas (II)	33.000,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	0,00	0,00
Transf. Financeira Recebida	33.000,00	0,00	Transf. Financeira Concedida	0,00	0,00
Aportes	0,00	0,00			
Recebimentos Extraorçamentários (III)	60.525,00	0,00	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	0,00	0,00
Inscrição de restos a pagar	60.525,00	0,00	Pagamento de restos a pagar	0,00	0,00
Valores restituíveis	0,00	0,00	Valores restituíveis	0,00	0,00
Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00	Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00
Outras Variações Aumentativas	0,00	0,00	Outras Variações Diminutivas	0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	142.556,31	0,00	Saldo em Espécie do Exercício (IX)	178.183,86	0,00
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	238.714,86	0,00	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	238.714,86	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA, Data Emissão 23/04/2015, Hora emissão 07:47:52

Notas:

LAURI GARBOSA
Ordenador da Despesa

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

BALANCETE FINANCEIRO FUNDO MUN DE SAÚDE 02.2015.

FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Fevereiro / 2015



INGRESSOS		Exercício Atual	Exercício Anterior	DISPÊNDIOS		Exercício Atual	Exercício Anterior
ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
Receita Orçamentária (I)		6.293.084,79	0,00	Despesa Orçamentária (VI)		36.928.740,22	0,00
Ordinária		58.281,59	0,00	Ordinária		107.012,98	0,00
02000000 - Recursos Ordinários		58.281,59	0,00	02000000 - Recursos Ordinários		107.012,98	0,00
Vinculada		6.234.803,20	0,00	Vinculada		36.821.727,24	0,00
01020000 - Receitas de Impostos de Saúde		14.696,40	0,00	01020000 - Receitas de Impostos de Saúde		6.991.661,24	0,00
01380001 - Serviço de Atend. Móvel Urgência - SAMU		45.393,60	0,00	01380001 - Serviço de Atend. Móvel Urgência - SAMU		60.087,76	0,00
01380002 - Atenção Básica		709.432,74	0,00	01380002 - Atenção Básica		1.744.287,47	0,00
01380003 - Atenção Média e Alta Comp.Amb.Hospitalar		5.059.224,66	0,00	01380003 - Atenção Média e Alta Comp.Amb.Hospitalar		27.852.508,11	0,00
01380004 - Vigilância em Saúde		317.618,60	0,00	01380004 - Vigilância em Saúde		172.757,22	0,00
01380005 - Assistência Farmacêutica Básica		87.544,22	0,00	01380006 - Medicamentos de Dispensação Excepcional		4,21	0,00
01380006 - Medicamentos de Dispensação Excepcional		4,46	0,00	03380006 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Superavit E		421,23	0,00
02880000 - Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde		601,41	0,00				
03380002 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Superavit E		287,11	0,00				
(-) Deduções da Receita Orçamentária		0,00	0,00				
Transferências Financeiras Recebidas (II)		3.500.000,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00	0,00
Transf. Financeira Recebida		3.500.000,00	0,00	Transf. Financeira Concedida		0,00	0,00
Aportes		0,00	0,00				
Recebimentos Extraorçamentários (III)		37.474.619,21	0,00	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		9.408.072,47	0,00
Inscrição de restos a pagar		36.928.740,22	0,00	Pagamento de restos a pagar		8.862.240,73	0,00
Valores restituíveis		545.878,99	0,00	Valores restituíveis		545.831,74	0,00
Obrigações de Repartição a Outros Entes		0,00	0,00	Obrigações de Repartição a Outros Entes		0,00	0,00
Outras Variações Aumentativas		0,00	0,00	Outras Variações Diminutivas		0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		3.807.592,33	0,00	Saldo em Espécie do Exercício (IX)		4.738.483,64	0,00
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)		51.075.296,33	0,00	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)		51.075.296,33	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA, Data Emissão 23/04/2015, Hora emissão 07:44:40

Notas:

ALESSANDRO VERNIZE
Ordenador de Despesa

ROSA MARIA SELA SGARABOTTO
Téc. Contábil
CRC/SC 17.218

BALANCETE FINANCEIRO PREFEITURA 02.2015.**MUNICÍPIO DE CONCORDIA**

AN 13 - Balanço Financeiro

Período de Referência: Fevereiro / 2015

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	23.854.642,95	0,00	Despesa Orçamentária (VI)	38.022.662,34	0,00
Ordinária	12.492.922,83	0,00	Ordinária	20.819.807,75	0,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	11.152.794,50	0,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	17.405.678,57	0,00
01000002 - Recursos Ordinários - FMDD	29.090,58	0,00	01000002 - Recursos Ordinários - FMDD	7.000,00	0,00
01000003 - Recursos Ordinários - FUMAS	811.093,56	0,00	01000003 - Recursos Ordinários - FUMAS	1.577.531,18	0,00
01000004 - Recursos Ordinários - FUMDEAGRO	20.582,66	0,00	01000004 - Recursos Ordinários - FUMDEAGRO	1.598,00	0,00
01000005 - Recursos Ordinários - FMHIS	847,26	0,00	01050000 - Aporte para Cobertura de Déficit Atutal ao RPPS	1.400.000,00	0,00
01830000 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	478.512,62	0,00	03000002 - Recursos Ordinários FMDD - superavit exercício anterior	3.000,00	0,00
02000000 - Recursos Ordinários	1,65	0,00	03000003 - Recursos Ordinários - Exercício anterior	425.000,00	0,00
Vinculada	14.179.634,46	0,00	Vinculada	17.202.854,59	0,00
01010000 - Receitas de Impostos de Educação	4.192.444,09	0,00	01010000 - Receitas de Impostos de Educação	2.975.632,07	0,00
01020000 - Receitas de Impostos de Saúde	2.515.465,43	0,00	01070000 - Contribuição - CIDE	50,00	0,00
01070000 - Contribuição - CIDE	904,38	0,00	01080000 - Contribuição - COSIP	1.907.300,00	0,00
01080000 - Contribuição - COSIP	483.896,67	0,00	01100000 - Convênio de Trânsito - Militar	218.614,93	0,00
01100000 - Convênio de Trânsito - Militar	52.679,66	0,00	01110000 - Convênio de Trânsito - Civil	277.742,18	0,00
01110000 - Convênio de Trânsito - Civil	52.820,46	0,00	01120000 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	343.291,34	0,00
01120000 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	89.033,90	0,00	01180000 - Transferências do FUNDEB 60%	2.614.393,80	0,00
01180000 - Transferências do FUNDEB 60%	4.591.831,19	0,00	01190000 - Transferências do FUNDEB 40%	1.263.473,17	0,00
01190000 - Transferências do FUNDEB 40%	510.203,50	0,00	01340000 - Transferências de Convênios - União	5.455,90	0,00
01340000 - Transferências de Convênios - União	287.171,87	0,00	01360000 - Salário Educação	2.453.852,82	0,00
01360000 - Salário Educação	716.322,83	0,00	01370002 - Programa Nac.Alim.Escolar - PNAE/PNAC	219.502,10	0,00
01370001 - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	1.060,00	0,00	01370003 - Programa Nac.Apoio ao Transporte - PNATE	236.119,04	0,00
01370004 - Outros Recursos do FNDE	12.505,87	0,00	01370004 - Outros Recursos do FNDE	640.000,00	0,00
013900001 - Fundo Especial do Petróleo	58.393,52	0,00	013900001 - Fundo Especial do Petróleo	3.700,00	0,00
013900002 - Outras Transf.Decor.Comp. Financeira	571.377,33	0,00	013900002 - Outras Transf.Decor.Comp. Financeira	1.813.917,82	0,00
016400001 - Transferências de Convênios - Estado	31.954,39	0,00	016200001 - Transferências de Convênios - Estado/Educação	1.204.252,47	0,00
01800000 - Outras Especificações	1.142,82	0,00	01800000 - Outras Especificações	201,96	0,00
01890000 - Alienação de Bens Dest. Outros Programas	10.426,55	0,00	03080000 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - CC	255.133,19	0,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	2.817.914,34	0,00	03180000 - Transf.fundeb - Sup. Exerc. Anter	400.531,75	0,00
			03190000 - Transf. FUNDEB 40% - Sup. Exerc. Anter	313.861,15	0,00
			03360000 - Salário-Educação- Superavit Exercício Anterior	18.012,00	0,00
			033700004 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Ed	37.816,90	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)	0,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	5.534.110,90	0,00
Transf. Financeira Recebida	0,00	0,00	Transf. Financeira Concedida	5.534.110,90	0,00
Aportes	0,00	0,00			
Recebimentos Extraorçamentários (III)	40.352.627,92	0,00	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	16.329.008,69	0,00
Inscrição de restos a pagar	38.022.662,34	0,00	Pagamento de restos a pagar	14.230.318,19	0,00
Valores restituíveis	2.110.954,68	0,00	Valores restituíveis	2.098.690,50	0,00
Obrigações de Reparação a Outros Entes	0,00	0,00	Obrigações de Reparação a Outros Entes	0,00	0,00
Outras Variações Aumentativas	219.010,90	0,00	Outras Variações Diminutivas	0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	22.688.033,56	0,00	Saldo em Espécie do Exercício (IX)	27.009.522,50	0,00
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	86.895.304,43	0,00	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	86.895.304,43	0,00



MUNICÍPIO DE CONCORDIA
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Fevereiro / 2015

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, **Unidade Responsável** MUNICÍPIO DE CONCORDIA, **Data Emissão** 23/04/2015, **Hora emissão** 07:43:32
Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE CONTRATO Nº 7/2015**

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 05/2014 - CVC

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA

CONTRATADA: EMPRESA EDITORA CONCORDIA LTDA

OBJETO: Contratação de empresa prestação de serviço de veiculação de publicidade institucional.

VALOR: R\$ 800,00 (oitocentos reais) por publicação.

CÓDIGO DO RECURSO E FONTE: 01.0101.01.031.0001.2001.33 903990

DATA DA ASSINATURA: 10.04.2014

DATA DE VENCIMENTO: 31.12.2014

FORO: Comarca de Concórdia SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 8/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 08/2015 - CVC

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA

CONTRATADA: DYS EDITORA LTDA

OBJETO: Contratação de empresa prestação de serviço de veiculação de publicidade institucional.

VALOR: R\$ 385,00 (trezentos e oitenta e cinco reais) por publicação.

CÓDIGO DO RECURSO E FONTE: 01.0101.01.031.0001.2001.33 903990

DATA DA ASSINATURA: 20.04.2015

DATA DE VENCIMENTO: 31.12.2015

FORO: Comarca de Concórdia SC

Cordilheira Alta**PREFEITURA****DECRETO Nº 190/2015**

DECRETO Nº 190/2015, DE 23 DE ABRIL DE 2015

"CONCEDE LICENÇA AO SERVIDOR MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde ao servidor Municipal, Sr.VALDEMAR N. DE MOURA, ocupante do cargo de Motorista lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 23 de abril de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Coronel Freitas

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL N° 24/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital Pregão Presencial N° 24/2015

Objeto: CONSERTO DO TRATOR JOHN DEERE SLC 5600 COD. FROTA N° 17.

Tipo: Menor Preço Global/ lote

Entrega dos envelope: até as 08:30 horas do dia 08/05/2015

Abertura dos envelopes: na sequência às 08:30 horas do dia 08/05/2015

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 24 de abril de 2015

MAURI J. ZUCCO

Prefeito Municipal

Correia Pinto

PREFEITURA

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO - PROCESSO 42/2014 PMCP - FMS - FHMCP - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 42/2014

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

Instrumento: Prefeitura 01240/2014, Social 01243/2014, Saúde 01242/2014, Hospital 01241/2014

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS, PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa SA LUZA SISTEMAS DE IMPRESSÕES E COPIADORAS.

CNPJ: 05.801.978/0001-57

Processo Licitatório nº 42/2014 - Pregão Presencial

Item	Produto	Marca	Unidade	Qtd. de meses	Qtd. de cópias	Valor página	Valor Unitário mensal	Valor total
01	01 Administração (Prefeitura) MP171SPF V4409201996	Ricoh	Mês	12	25.000	0,044	1.100	13.200,00
	01 Seplan(Prefeitura) MP171SPF V4409202075							
	01 Secretaria de Educação MP171SPF V4409202003							
	01 Secretaria de Saúde MP171SPF V4409202845							
	01 Fundo Social MP171SPF V4499307350							
	01 Fundação Hospitalar MP171 V4409203516							
	Multifuncional Laser monocromático (cópia, impressão, scanner e fax). Mínimo de 17 ppm em A4. Tamanho de papéis suportados: A5 até Ofício I / 5,5" X 8,5" a 8,5" x 14", Alimentador automático de originais (frente e verso) para cópia e scanner com capacidade de 50 folhas. Gaveta de alimentação com capacidade mínima de 250 folhas A4. Alimentador manual. Controle de cópias através de códigos de usuários (no mínimo 100 códigos de usuários). Digitalização de documentos formato: TIFF, JPEG, PDF páginas múltiplas com recursos de Placa de rede, Scan to folder. Linguagem de impressão PCL5 e 6. Impressão em duplex Cartucho de toner para no mínimo 7.000 páginas (não será aceito recargas). toner seco e componente duplo. Acompanhando o equipamento 01(um) auto-transformador de 1.500VA.							

02	<p>01 Finanças (Prefeitura) SCX6545 Z35FB1BB300140A</p> <p>01 Licitações (Prefeitura) SCX6x55X Z7EUBQBD301180N</p> <p>Multifuncional Laser monocromática (cópia, impressão, scanner e fax), mínimo 40 ppm em A4. Alimentador automático de originais (frente e verso) para cópia e scanner. Resolução 600x600dpi</p> <p>Gaveta de alimentação de 500 folhas A4.</p> <p>Controle de cópias através de códigos de usuários.</p> <p>Digitalização formato TIFF, JPEG, PDF, com recursos de Scan to e-mail, Scan to folder, Scan to FTP. Memória de 256MB. Scanner com área de digitalização principal 216mm /356mm. Resolução do scanner 600x600 dpi color.</p> <p>Linguagem de impressão PCL5 e 6 e PostScript 3.</p> <p>Cartucho de tonner para no mínimo 25.000 cópias (não será aceito recargas). Tonner seco e componente duplo.</p> <p>Acompanhando o equipamento 01(um) transformador de 1500VA.</p>	Samsung						
----	--	---------	--	--	--	--	--	--

Item	Produto	Marca	Unidade	Qtd. de meses	Qtd. de cópias	Valor página	Valor Unitário mensal	Valor total
03	<p>01 Administração (Prefeitura) MPC2050 V2205800023</p> <p>Multifuncional Laser Colorida (cópia, impressão, scanner). Mínimo de 20 ppm. Alimentador automático de originais (frente e verso) para cópia e scanner com capacidade de 50 folhas. Resolução de cópia de 600x600 dpi</p> <p>Duas (02) gavetas de alimentação papel com capacidade de 250 folhas A3 cada.</p> <p>Escala de ampliação e redução, Controle de cópias através de códigos de usuários (no mínimo 100 códigos de usuários).</p> <p>Digitalização de documentos formato de imagens: TIFF, PDF, páginas múltiplas e JPEG, com recursos de Scan to e-mail, Scan to folder, Scan to FTP. Impressão em Duplex.</p> <p>Linguagem de impressão PCL5E6 e PostScript 3. Tonner color para no mínimo 5.500 páginas e tonner preto para 10.000 páginas (não será aceito recargas). Componente duplo.</p> <p>Acompanhando o equipamento 01 (um) auto-transformador de 1.500VA</p>		Mês	12	500	0,64	320,00	3.840,00
							Total mensal	Total Geral
							1.420,00	17.040,00

Vigência: 31/12/2014 a 31/12/2015

Correia Pinto/SC 24 de abril de 2015.

VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADITIVO DE VALOR DE CONTRATO - PROCESSO 57/2013 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 57/2013
EXTRATO DE ADITIVO DE VALOR DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 067/2015

Objeto: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA ESTADOS UNIDOS, NO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, ATRAVÉS DO CONTRATO DE REPASSE N. 0370405-01/2011, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO E A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES, CONFORME ANEXOS DO EDITAL.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa A S CONSTRU-TORA LTDA

CNPJ: 00.434.177/0001-04

Valor final reprogramado: 346.362,00

Assinado em 29/01/2015

Correia Pinto/SC 24 de abril de 2015.

VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO 02/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORREIA PINTO
PREGÃO PRESENCIAL 02/2015 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Tipo: Menor preço por ITEM. Abertura dos envelopes: 08/05/2015 às 09:00 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente à matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 19:00hs, ou em www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 24 de abril de 2015.

VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES
Pregoeiro Municipal

Corupá**CÂMARA MUNICIPAL****EDITAL_001_15_PREGÃO_PRESENCIAL_SOFTWARE**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 008/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/15

- OBJETO: O objeto desta licitação consiste na LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA NAS SEGUINTE ÁREAS: CONTABILIDADE PÚBLICA, COMPRAS, PATRIMÔNIO, FOLHA DE PAGAMENTO E PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, BEM COMO CONVERSÃO DE DADOS, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO DE USUÁRIOS, SUPORTE TÉCNICO OPERACIONAL APÓS IMPLANTAÇÃO, JÁ INCLUSIVE ALTERAÇÕES LEGAIS E MANUTENÇÕES CORRETIVAS, SE HOUVER, conforme especificações Termo de Referência ANEXO I.

- APRESENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO DAS LICITANTES: Dia 08/05/2015 às 08h30min (oito horas e trinta minutos), com tolerância de 5 minutos.

- ABERTURA DA SESSÃO OFICIAL DO PREGÃO PRESENCIAL: Dia 08/05/2015 às 09h00min (nove horas). Não havendo expediente na data supra citada, a data limite para recebimento das propostas comerciais e a abertura da sessão estarão prorrogadas para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário.

- LOCAL PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: Sala das Comissões da Câmara de Vereadores de Corupá, com sede à Rua Padre Vicente Schmitz, n.º 45, Centro, Corupá – SC.

- CONSULTAS AO EDITAL: Pela internet, no site desta Câmara, no endereço www.camaradecorupa.com.br e também na forma física, junto à Comissão de Licitação da Câmara de Vereadores de Corupá, no mesmo endereço citado acima para a realização do Pregão.

- ESCLARECIMENTOS: Através do e-mail: licitacao@camaradecorupa.com.br, ou através do telefone/fax (47) 3375-1145.

Corupá (SC), 17 de abril de 2015.

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 83/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 83/2015

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA REPOSIÇÃO NAS MÁQUINAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E OBRAS E VEÍCULO DO 2º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 11/05/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 11/05/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 20 de Abril de 2015.

José Antonio Guidi Diego Sebem Wordell
Prefeito Municipal Pregoeiro

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 84/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 84/2015

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração para a AQUISIÇÃO DE TINTAS PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA E MATERIAIS PARA CONFECÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 11/05/2015, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 11/05/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas classificadas no Setor de Licitações e Contratos, e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

Curitibanos, 22 de Abril de 2015.

José Antonio Guidi Diego Sebem Wordell
Prefeito Municipal Pregoeiro

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 82/2015

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 82/2015

REFERENTE: Contrato de rateio firmado entre o Município de Curitibanos e o COINCO, com o valor total de R\$ 536.460,00 (Quinhentos e trinta e seis mil e quatrocentos e sessenta reais).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO TENDO EM VISTA O CONTRATO DE RATEIO COM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO CONTESTADO - COINCO, REFERENTE A COLETA DE RESÍDUOS, OPERAÇÃO E ATERRO, CONFORME EXIGÊNCIA LEGAL, TENDO COMO AMPARO LEGAL O ART. 24 INCISO XXVI LEI 8.666/93..

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 Inciso XXVI - na celebração de contrato de programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação;"

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso XXVI da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 17 de Abril de 2015.

Diego Sebem Wordell Cristina Melo Menegotto
Presidente da Comissão Membro

Talita Daiane Schwinden
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso V dou como aprovada.

Curitibanos, 17 de Abril de 2015.

Claudio Vieira França
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a compra e venda mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 17 de Abril de 2015.

Jose Antonio Guidi
Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 85/2015

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 85/2015

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Município de Curitibanos e o Consórcio Intermunicipal Catarinense CIMCATARINA, de forma gratuita.

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DO PROGRAMA DE LICITAÇÕES COMPARTILHADAS - PROLICITA, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO XXVI DA LEI 8.666/93, CONFORME DOCUMENTAÇÃO E PARECER JURÍDICO EM ANEXO.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 - É dispensável a licitação de:
"XXVI - na celebração de contrato de programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para a

prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação;"

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso XXVI da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitiba, 22 de abril de 2015.
Diego Sebem Wordell Cristina Melo Menegotto
Presidente da Comissão Membro

Talita Daiane Schwinden Corrêa
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso XXVI dou como aprovada.

Curitiba, 22 de abril de 2015.
Claudio Vieira França
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a compra e venda mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 22 de abril de 2015.
Jose Antonio Guidi
Prefeito Municipal

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO200 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato200 /2015

Contrato Nº.: 200/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: RBS-ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S/A.
Valor : 9.976,00 (nove mil novecentos e setenta e seis reais)
Vigência : Início: 05/03/2015 Término: 05/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2015
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26)

Objeto : PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, NA IMPRENSA ESCRITA COM VEICULAÇÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, CONFORME ANEXO I DO EDITAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO201 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato201 /2015

Contrato Nº.: 201/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: AGROPECUARIA E PLANEJAMENTO MARTINS LTDA
Valor : 8.585,28 (oito mil quinhentos e oitenta e cinco reais e vinte e oito centavos)
Vigência : Início: 05/03/2015 Término: 05/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2015
Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, AS SECRETARIAS DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, 2º BBM DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO202 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato202 /2015

Contrato Nº.: 202/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: CASA GLOBAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP
Valor : 30.482,89 (trinta mil quatrocentos e oitenta e dois reais e oitenta e nove centavos)
Vigência : Início: 05/03/2015 Término: 05/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2015
Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, AS SECRETARIAS DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, 2º BBM DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO203 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato203 /2015

Contrato Nº.: 203/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada....: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA
Valor : 14.950,00 (quatorze mil novecentos e cinquenta reais)

Vigência : Início: 05/03/2015 Término: 05/03/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2015

Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, AS SECRETARIAS DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, 2º BBM DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO204 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato204 /2015

Contrato Nº.: 204/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada....: PIATÁ COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA - ME

Valor : 1.272,09 (um mil duzentos e setenta e dois reais e nove centavos)

Vigência : Início: 05/03/2015 Término: 05/03/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2015

Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, AS SECRETARIAS DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, 2º BBM DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO205 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato205 /2015

Contrato Nº.: 205/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada....: SOUZA SELL COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME

Valor : 463,73 (quatrocentos e sessenta e três reais e setenta e três centavos)

Vigência : Início: 05/03/2015 Término: 05/03/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2015

Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, AS SECRETARIAS DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, 2º BBM DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO206 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato206 /2015

Contrato Nº.: 206/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada....: SC CÓPIAS LTDA

Valor : 283,80 (duzentos e oitenta e três reais e oitenta centavos)

Vigência : Início: 05/03/2015 Término: 05/03/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 152/2014

Recursos : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (4)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIGITALIZAÇÃO PARA DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL REFERENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2013, PARA O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E FUNREBOM, REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINANCEIROS DE 2012 E 2013, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO207 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato207 /2015

Contrato Nº.: 207/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada....: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME

Valor : 30,80 (trinta reais e oitenta centavos)

Vigência : Início: 05/03/2015 Término: 05/03/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 266/2014

Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),
2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DOS FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUN. DE SAÚDE, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO, DEP. DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUN. DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTE E OBRAS, SETOR DE CARTEIRA DO TRABALHO E PROTOCOLO RECEITA FEDERAL, PROCON, CORPO BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO208 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato208 /2015

Contrato Nº.: 208/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: SUPER VAREJAO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA ME
Valor : 92,00 (noventa e dois reais)
Vigência : Início: 05/03/2015 Término: 05/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 266/2014
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),
2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DOS FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUN. DE SAÚDE, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO, DEP. DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUN. DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTE E OBRAS, SETOR DE CARTEIRA DO TRABALHO E PROTOCOLO RECEITA FEDERAL, PROCON, CORPO BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO209 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato209 /2015

Contrato Nº.: 209/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: Bozzano e Bozzano LTDA - ME
Valor : 14,70 (quatorze reais e setenta centavos)
Vigência : Início: 05/03/2015 Término: 05/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),
2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO210 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato210 /2015

Contrato Nº.: 210/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: DIAL DEPARTAMENTOS LTDA - ME
Valor : 24,87 (vinte e quatro reais e oitenta e sete centavos)
Vigência : Início: 05/03/2015 Término: 05/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),
2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO211 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato211 /2015

Contrato Nº.: 211/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: ELMO PAPELARIA LTDA - ME
Valor : 101,68 (cento e um reais e sessenta e oito centavos)
Vigência : Início: 05/03/2015 Término: 05/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),
2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO212 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato212 /2015

Contrato Nº.: 212/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME
Valor : 68,18 (sessenta e oito reais e dezoito centavos)
Vigência : Início: 05/03/2015 Término: 05/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),
2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO213 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato213 /2015

Aditivo Nº : 213/2015 - Contrato Nº.: 2/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: STANG & STANG LTDA
Valor : 5.161,47 (cinco mil cento e sessenta e um reais e quarenta e sete centavos)
Vigência : Início: 05/03/2015 Término: 05/01/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 268/2014
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),
2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91),
2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : ADITIVO DE VALOR REFERENTE A AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM, TENDO EM VISTA O REAJUSTE DE 6,27% AUTORIZADO PELO GOVERNO FEDERAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO214 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato214 /2015

Contrato Nº.: 214/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: DIPAR DISTRIB. DE PAPEIS E REV. LTDA
Valor : 828,00 (oitocentos e vinte e oito reais)
Vigência : Início: 05/03/2015 Término: 05/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),
2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO215 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato215 /2015

Contrato Nº.: 215/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITÓRIO LTDA - ME
Valor : 1,90 (um real e noventa centavos)
Vigência : Início: 05/03/2015 Término: 05/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),
2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO216 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato216 /2015

Aditivo Nº : 216/2015 - Contrato Nº: 3/2015
Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: STANG & STANG LTDA
Valor : 6.742,37 (seis mil setecentos e quarenta e dois reais e trinta e sete centavos)
Vigência : Início: 05/03/2015 Término: 05/01/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 268/2014
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),
2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91),
2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : ADITIVO DE VALOR REFERENTE A AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL COMUM, TENDO EM VISTA O REAJUSTE DE 3,96% AUTORIZADO PELO GOVERNO FEDERAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO217 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato217 /2015

Contrato Nº.: 217/2015
Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: DA CAZ AUTO PEÇAS LTDA.
Valor : 13.540,00 (treze mil quinhentos e quarenta reais)
Vigência : Início: 06/03/2015 Término: 06/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 270/2014
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (30),
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32),
2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),
2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89),
2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MECÂNICA DOS VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS, PESADOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, VICINAIS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, CORPO DE BOMBEIRO MILITAR, POLÍCIA MILITAR, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO218 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato218 /2015

Contrato Nº.: 218/2015
Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: FERREIRA E SERAFINI AUTO ELÉTRICA LTDA
Valor : 15.930,00 (quinze mil novecentos e trinta reais)
Vigência : Início: 06/03/2015 Término: 06/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 270/2014
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (30),
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32),
2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),
2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89),
2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MECÂNICA DOS VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS, PESADOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, VICINAIS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, CORPO DE BOMBEIRO MILITAR, POLÍCIA MILITAR, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO219 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato219 /2015

Contrato Nº.: 219/2015
Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: SASSO E ORTIZ LTDA ME
Valor : 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais)
Vigência : Início: 06/03/2015 Término: 06/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 270/2014
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (30),
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32),
2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),
2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89),
2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MECÂNICA DOS VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS, PESADOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, VICINAIS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, CORPO DE BOMBEIRO MILITAR, POLÍCIA MILITAR,

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO220 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato220 /2015

Contrato Nº.: 220/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: SORDI PECAS E SERVICOS DIESEL LTDA

Valor : 54.960,00 (cinquenta e quatro mil novecentos e sessenta reais)

Vigência : Início: 06/03/2015 Término: 06/03/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 270/2014

Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (30),
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32),
2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),
2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89),
2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MECÂNICA DOS VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS, PESADOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, VICINAIS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, CORPO DE BOMBEIRO MILITAR, POLÍCIA MILITAR, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO221 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato221 /2015

Contrato Nº.: 221/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: RJ COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE LUBRIFICANTE

Valor : 40,00 (quarenta reais)

Vigência : Início: 06/03/2015 Término: 06/03/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2015

Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32),
2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62)

Objeto : AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE

TRANSPORTES E OBRAS E VICINAIS, GABINETE E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, POLICIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO223 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato223 /2015

Contrato Nº.: 223/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: TUBOS E PRE-MOLDADOS APIUNA LTDA - ME

Valor : 24.024,00 (vinte e quatro mil e vinte e quatro reais)

Vigência : Início: 06/03/2015 Término: 06/03/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 288/2014

Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84)

Objeto : AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E OBRAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO224 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato224 /2015

Contrato Nº.: 224/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: SORDI PECAS E SERVICOS DIESEL LTDA

Valor : 27.600,00 (vinte e sete mil e seiscentos reais)

Vigência : Início: 06/03/2015 Término: 06/03/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 27/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MANGUEIRAS E TERMINAIS PARA MANUTENÇÃO DAS MÁQUINAS DAS SECRETARIAS DE OBRAS E SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, PARA O ANO DE 2015, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

EXTRATO 1 CONTRATO_DIVERSOS-MEDICAMENTOS 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 0033/2015

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes

Contratado: Altermed Mat. Médico e Hospitalar Ltda.

Objeto: Aquisição de forma parcelada de medicamentos destinados a secretaria municipal de saúde de Faxinal dos Guedes.

Valor: R\$ 257.871,00 (duzentos e cinquenta e sete mil oitocentos e setenta e um reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0018/2015, na Modalidade Pregão Presencial nº 0007/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 22 de abril de 2015.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 0034/2015

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes

Contratado: Centermedi Comércio de Pro. Hosp. Ltda.

Objeto: Aquisição de forma parcelada de medicamentos destinados a secretaria municipal de saúde de Faxinal dos Guedes.

Valor: R\$ 255.465,28 (duzentos e cinquenta e cinco mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e vinte e oito centavos)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0018/2015, na Modalidade Pregão Presencial nº 0007/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 22 de abril de 2015.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 0035/2015

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes

Contratado: Cirúrgica Santa Cruz Comércio de Produtos médico Hospitalares Ltda.

Objeto: Aquisição de forma parcelada de medicamentos destinados a secretaria municipal de saúde de Faxinal dos Guedes.

Valor: R\$ 59.000,00 (cinquenta e nove mil reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0018/2015, na Modalidade Pregão Presencial nº 0007/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 22 de abril de 2015.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 0036/2015

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes

Contratado: Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda.

Objeto: Aquisição de forma parcelada de medicamentos destinados a secretaria municipal de saúde de Faxinal dos Guedes.

Valor: R\$ 89.722,00 (oitenta e nove mil setecentos e vinte e dois reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0018/2015, na Modalidade Pregão Presencial nº 0007/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 22 de abril de 2015.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 0037/2015

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes

Contratado: Dimaster Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.

Objeto: Aquisição de forma parcelada de medicamentos destinados a secretaria municipal de saúde de Faxinal dos Guedes.

Valor: R\$ 141.624,40 (cento e quarenta e um mil seiscentos e vinte e quatro reais e quarenta centavos)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0018/2015, na Modalidade Pregão Presencial nº 0007/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 22 de abril de 2015.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 0038/2015

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes

Contratado: Furini Com. Atacadista E Varejista De Produtos Farmacêuticos Ltda.

Objeto: Aquisição de forma parcelada de medicamentos destinados a secretaria municipal de saúde de Faxinal dos Guedes.

Valor: R\$ 231.624,00 (duzentos e trinta e um mil seiscentos e vinte e quatro reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0018/2015, na Modalidade Pregão Presencial nº 0007/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 22 de abril de 2015.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 0039/2015

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes

Contratado: LA Dalla Porta Junior.

Objeto: Aquisição de forma parcelada de medicamentos destinados a secretaria municipal de saúde de Faxinal dos Guedes.

Valor: R\$ 1.100.976,57 (um milhão cem mil novecentos e setenta e seis reais e cinquenta e sete centavos)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0018/2015, na Modalidade Pregão Presencial nº 0007/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 22 de abril de 2015.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 0040/2015

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes

Contratado: Prosaúde Distribuidora de Medicamentos Ltda.

Objeto: Aquisição de forma parcelada de medicamentos destinados a secretaria municipal de saúde de Faxinal dos Guedes.

Valor: R\$ 36.800,00 (trinta e seis mil e oitocentos reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0018/2015, na Modalidade de Pregão Presencial nº 0007/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 22 de abril de 2015.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 0041/2015

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes

Contratado: S & R Distribuidora Ltda.

Objeto: Aquisição de forma parcelada de medicamentos destinados a secretaria municipal de saúde de Faxinal dos Guedes.

Valor: R\$ 327.410,00 (trezentos e vinte e sete mil quatrocentos e dez reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0018/2015, na Modalidade de Pregão Presencial nº 0007/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 22 de abril de 2015.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE PÚBLICA

EXTRATO 1CONTRATO_ DIVERSOS - MERENDA ESCOLAR

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0044/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Adeval Bike Papelaria E Bazar Ltda Me

Objeto: Aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios para a alimentação escolar da rede municipal de ensino.

Valor: R\$ 2.386,00 (dois mil trezentos e oitenta e seis reais).

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0023/2015, na Modalidade Pregão Presencial nº 00011/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 16 de abril de 2015.

ODYMAR OLIVO BOMBASSARO

SECRETÁRIO MUNICIAPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0045/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: AP Oeste dist. E com. De alimentos Ltda.

Objeto: Aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios para a alimentação escolar da rede municipal de ensino.

Valor: R\$ 5.047,50 (cinco mil quarenta e sete reais e cinquenta centavos).

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0023/2015, na Modalidade

Pregão Presencial nº 00011/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 16 de abril de 2015.

ODYMAR OLIVO BOMBASSARO

SECRETÁRIO MUNICIAPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0046/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Feo e Cia Ltda Me.

Objeto: Aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios para a alimentação escolar da rede municipal de ensino.

Valor: R\$ 74.497,65 (setenta e quatro mil quatrocentos e noventa e sete reais e sessenta e cinco centavos).

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0023/2015, na Modalidade Pregão Presencial nº 00011/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 16 de abril de 2015.

ODYMAR OLIVO BOMBASSARO

SECRETÁRIO MUNICIAPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0047/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Jandira Capellaro Rodrigues e cia Ltda Me.

Objeto: Aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios para a alimentação escolar da rede municipal de ensino.

Valor: R\$ 10.979,00 (dez mil novecentos e setenta e nove reais).

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0023/2015, na Modalidade Pregão Presencial nº 00011/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 16 de abril de 2015.

ODYMAR OLIVO BOMBASSARO

SECRETÁRIO MUNICIAPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0048/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Lange Alimentos Ltda.

Objeto: Aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios para a alimentação escolar da rede municipal de ensino.

Valor: R\$ 41.381,70 (quarenta e um mil trezentos e oitenta e um reais e setenta centavos).

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0023/2015, na Modalidade Pregão Presencial nº 00011/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 16 de abril de 2015.

ODYMAR OLIVO BOMBASSARO

SECRETÁRIO MUNICIAPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0049/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Marcelo Canello Me.

Objeto: Aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios para a alimentação escolar da rede municipal de ensino.

Valor: R\$ 5.150,00 (cinco cento e cinquenta reais).

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas

vigentes, Processo Licitatório nº 0023/2015, na Modalidade Pregão Presencial nº 00011/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 16 de abril de 2015.

ODYMAR OLIVO BOMBASSARO

SECRETÁRIO MUNICIAPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0050/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Mercado Kaeka Ltda Me.

Objeto: Aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios para a alimentação escolar da rede municipal de ensino.

Valor: R\$ 14.073,20 (catorze mil setenta e três reais e vinte centavos).

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0023/2015, na Modalidade Pregão Presencial nº 00011/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 16 de abril de 2015.

ODYMAR OLIVO BOMBASSARO

SECRETÁRIO MUNICIAPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0051/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Nutri SC com. De alimentos Ltda Me

Objeto: Aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios para a alimentação escolar da rede municipal de ensino.

Valor: R\$ 9.415,50 (nove mil quatrocentos e quinze reais e cinquenta centavos).

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0023/2015, na Modalidade Pregão Presencial nº 00011/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 16 de abril de 2015.

ODYMAR OLIVO BOMBASSARO

SECRETÁRIO MUNICIAPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

EXTRATO ADT 3º TERRAMAX - FUNDAM VIGÊNCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Município de Faxinal dos Guedes

CONTRATADA: Terramax Construções e Obras Ltda.

Objeto: Contratação de empresa para realizar obras de pavimentação asfáltica de vias públicas diversas no município de Faxinal dos Guedes, incluindo materiais e mão de obra.

Número do Contrato: 0077/2014

Terceiro Termo Aditivo: Aditiva prazo de vigência

Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0017/2014 na Modalidade Concorrência Pública N.º 0002/2014 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 22 de abril de 2015.

GERALCI JOÃO AMPOLINI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

EXTRATO DE 1DISTRATO_ ANDRÉ AUGUSTO MARTINS - PROFISSIONAL EM CARDIOLOGIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 0019/2015

Contratante: Secretaria Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes

Contratado: André Augusto Martins

Objeto: Contratação de profissional especializado em cardiologia, para prestar consultas no posto de saúde de Faxinal dos Guedes.

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93 suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0012/2015, na Modalidade Tomada de Preços nº 0001/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 23 de abril de 2015.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETÁRIA MUNICIAPL DE SAÚDE PÚBLICA

EXTRATO DE CONTRATO_ 00432015 - DE MARCO LTDA - VEÍCULO FURGÃO EDUCAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 0043/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: De Marco Ltda

Objeto: Aquisição de veículo 0Km, tipo furgão para a secretaria de educação de faxinal dos Guedes.

Valor: R\$ 45.800,00 (quarenta e cinco mil e oitocentos reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93 suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0024/2015, na Modalidade Pregão Presencial nº 0012/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 16 de abril de 2015.

ODYMAR OLIVO BOMBASSARO

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

RETIFICAÇÃO DE 1 EDITAL ABRIGOS DE PASSAGEIROS E MODULOS DE PARADA DE ONIBUS

ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES

AVISO DE EDITAL E RETIFICAÇÃO DE EDITAL - PREGÃO RPESENCIAL 0016/2015- PROCESSO LICITATÓRIO 0032/2015.

O fundo municipal de saúde de Faxinal dos Guedes, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de PREGÃO RPESENCIAL 0016/2015, que trata da "AQUISIÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS/MÓDULOS DE PARADA DE ÔNIBUS PARA O MUNICÍPIO E INTERIOR DE FAXINAL DOS GUEDES", está sendo republicado a fim de atender o requisito de publicação conforme Lei 8.666/93. Faz-se também a publicação da retificação.

Ficam alterados os seguintes itens: ANEXO I

ONDE LE-SE:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QDADE	MARCA	VALOR UNT. MÁXIMO	VALOR TOTAL
01	MÓDULO DE PARADA DE ÔNIBUS TIPO CONCHA, PRÉ MOLDADA EM CONCRETO DE 1,60/2,45 X 0,60 M – VIGA PRÉ MOLDADA COM CONTAGEM DAS PARADAS DE 5 MÓDULOS.	UN	4		1.805,00	

LEIA-SE:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QDADE	MARCA	VALOR UNT. MÁXIMO	VALOR TOTAL
01	CONJUNTO DE MÓDULO DE PARADA DE ÔNIBUS TIPO CONCHA, PRÉ MOLDADA EM CONCRETO DE 1,60/2,45 X 0,60 M – VIGA PRÉ MOLDADA COM CONTAGEM DAS PARADAS DE 5 MÓDULOS.	UN	4		9.025,00	

AS DATAS PARA O RECEBIMENTO DO ENVELOPE DOS DOCUMENTOS E DA PROPOSTA PERMANECEM INALTERADAS.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Os interessados poderão adquirir o edital na íntegra de segunda a sexta feira no horário de expediente da prefeitura junto ao setor de licitações situado na AV. Rio Grande do Sul, 458 centro, Faxinal dos Guedes - SC ou através do site www.faxinal.sc.gov.br.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas.

Faxinal dos Guedes, 22 DE ABRIL de 2015.

Forquilha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 77/PMF/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 77/PMF/2015

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa especializada para cobertura de seguros de veículos diversos da Frota Oficial do Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 14 de maio de 2015 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 às 12:00; 13:00 às 17:00 horas, ou por e-mail: licitações@forquilha.sc.gov.br e processos@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 23 de abril de 2015.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

DECRETO Nº 081, DE 20 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 081, DE 20 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA POR CONCURSO, EVERALDO ENCK PARA EXERCER O CARGO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MERENDA E LIMPEZA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento imediato da vaga de Agente de Serviços Gerais - Merenda e Limpeza.

CONSIDERANDO que o nomeado em questão foi classificado no Concurso Público, Edital nº. 001/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, por concurso, EVERALDO ENCK para exercer o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - MERENDA E LIMPEZA, classificado em 33º lugar no Concurso Público, Edital n. 001/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014.

Art. 2º O servidor nomeado terá o prazo de 30 (trinta) dias para tomar posse.

§ 1º A relação de documentos, exames médicos necessários e instruções para posse do respectivo cargo poderão ser requeridos no Departamento de Pessoal do Município, situado na Av. 25 de Julho, n. 3400, Centro, Forquilha/SC;

§ 2º Se a documentação necessária para posse não for apresentada no prazo estipulado no caput, o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo no caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta

de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 20 de abril de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 20 de abril de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DE CONTRATO Nº 55/PMF/2015

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 55/2015

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHA

CONTRADADO - TECNOELETRO DELLA VECHIA LTDA EPP

OBJETO - O presente Edital tem por objetivo a aquisição, de forma parcelada, de materiais elétricos, para instalação e manutenção de luminárias para Iluminação Pública do Município de Forquilha, durante o exercício de 2015.

VALOR - R\$ 37.810,50 (trinta e sete mil oitocentos e dez reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA - 31/12/2015

DOTAÇÃO - 0701.2036.3390 (126)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 45/PMF/2015

DATA DA ASSINATURA - 02 de abril de 2015

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.082, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

LEI Nº 2.082, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

ALTERA A QUANTIDADE DE VAGAS DOS CARGOS EFETIVOS PREVISTOS NO ANEXO VII - TABELA DE PROGRESSÃO FUNCIONAL, DA LEI Nº 751, DE 20 DE SETEMBRO DE 2001, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alteradas as quantidades de vagas de cargos efetivos previstos no Anexo VII - Tabela de Progressão Funcional - Quadro Permanente, da Lei nº 751, de 20 de setembro de 2001, conforme tabela abaixo:

Grupo	Quantidade de vagas	Categoria Funcional	Amplitude de Referência	Carga Horária Semanal
ANS	12	- Enfermeiro	05 a 09	40
	05	- Engenheiro Civil		
	06	- Odontólogo	23 a 27	40
OAG	35	- Técnico em Enfermagem	08 a 12	40

Art. 2º A ampliação dessas vagas não cria o direito a imediata nomeação dos aprovados em concurso público, que ficarão sujeitos a análise da necessidade e conveniência administrativa.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 23 de abril de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 23 de abril de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 2.083, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

LEI Nº 2.083, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

autoriza o poder executivo municipal a firmar convênio com a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA CASA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a firmar convênio com a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA CASA, com endereço à Rua Vereador Matias Ricardo Paz, nº 420, Jardim Maristela, Criciúma/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 03.181.755/0001-28, cujo objeto é o atendimento de crianças e adolescentes em regime de abrigo provisório, conforme previsto na Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 - Estatuto da criança e do adolescente.

Art. 2º Para a consecução dos objetivos do convênio, fica o Poder Executivo autorizado a repassar recursos financeiros à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA CASA, que poderá ser de forma parcelada, nos termos do convênio, no valor de até R\$ 34.752,00 (trinta e quatro mil setecentos e cinquenta e dois reais).

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta das dotações vigentes no Orçamento do Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 23 de abril de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 23 de abril de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 2.083, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

MINUTA DE CONVÊNIO Nº/201..

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SÍ CELEBRAM O MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA CASA.

Convênio que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr., inscrito no CPF sob o nº xxx.999.999-00, brasileiro, casado, funcionário público, residente e domiciliado à Rua (cidade) - SC, através do FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, neste ato representado pela Sra., brasileira, casada, Função Pública Municipal, inscrita no CPF sob o nº residente e domiciliada à Rua - SC, e a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA CASA, com endereço à Rua Vereador Matias Ricardo Paz, nº 420, Jardim Maristela, Criciúma/SC, inscrita no CGC sob o nº 03.181.755/0001-28, neste ato representada por sua Diretora Presidente Sra. ISABEL CRISTINA FEIJÓ, brasileira, união estável, CPF sob o nº. 694.519.070-68, mediante as condições e termos que adiante passa a expor:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O Presente Convênio tem por objeto o atendimento de crianças em regime de abrigo provisório, conforme previsto na Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 - Estatuto da criança e do adolescente, à Associação conveniada, através de recursos provenientes do Fundo Municipal da Criança e do adolescente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

Para execução do presente Convênio, a Prefeitura transferirá à ASSOCIAÇÃO NOSSA CASA o valor total de R\$ 34.752,00 (trinta e quatro mil setecentos e cinquenta e dois reais), divididos em 10 (dez) parcelas, sendo a primeira no valor de R\$ 3.475,20 (três mil quatrocentos e setenta e cinco reais e vinte centavos), e 09 (nove) parcelas de R\$ 3.475,20 (três mil quatrocentos e setenta e cinco reais e vinte centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO NOSSA CASA

A Associação obriga-se à:

a - Receber a qualquer horário, conforme termos do presente convênio, a crianças e adolescentes encaminhadas até o número máximo de 02 (dois) atendidos. Caso ultrapassar a meta o pagamento deve ser feito proporcional.

b - Promover intercâmbio com a equipe técnica da Prefeitura e Conselho Tutelar e outros órgãos como forma de contribuir para a definição de encaminhamentos mais adequados e duradouros, o mais breve possível.

c - Promover estudo social e emitir relatórios e informes de crianças e sua família, ao Conselho Tutelar e ao Juizado da comarca do município de Forquilha.

d - Garantir o atendimento médico (para patologia de natureza de pequena gravidade) psicológico, odontológico e social de todas as crianças durante o período que se encontrem em regime de acolhimento.

e - Encaminhar as crianças durante o período de permanência no abrigo para os atendimentos acima expressados.

f - Manter em arquivo próprio toda a documentação das crianças onde constam dados de identificação, circunstância do atendimento, visitas de familiares, endereços e acompanhamento de sua formação durante o período de permanência no abrigo.

g - Garantir acesso a demais atividades desenvolvidas pela Nossa Casa, promovendo a integração comunitária enquanto perdurar a medida de acolhimento.

h - Propiciar assistência religiosa aqueles que desejarem, de acordo com suas crenças.

i - Promover a manutenção do vínculo familiar incentivando a visita dos pais ou responsáveis e familiares das crianças e acolhidas, fornecendo alimentação aos familiares, durante o momento das visitas.

j - Não receber crianças caso o Fundo Municipal Conveniado não esteja cumprindo os termos do presente convênio exceto quando forem encaminhadas através de medida judicial.

K - Cumprir com as atribuições previstas nos artigos 92 e 94 do ECA

CLÁUSULA QUARTA- DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos financeiros de que trata a cláusula terceira, deverá ser apresentada ao Fundo até 60 (sessenta) dias após o recebimento dos mesmos e a de acordo com a resolução N. TC 16/94 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, acompanhados dos seguintes documentos:

I - Balancete de Prestação de Contas (Anexo TC 28) de recursos demonstrando a receita, a despesa, e o saldo se houver, relacionando os pagamentos efetuados para credor com indicação da Nota Fiscal e número do cheque correspondente ao respectivo pagamento;

II - Documentos comprobatórios das despesas realizadas (notas fiscais) em fotocópias;

III - Extratos bancários da conta especial com a movimentação completa do período;

IV - Cópia dos cheques;

V - Comprovante de recolhimento de recursos não aplicados, quando houver, à conta bancária indicada pelo FUNDO;

VI - Declaração passada pelo ordenador de despesa, que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;

PARÁGRAFO ÚNICO - Para atender as formalidades legais, o processo de prestação de contas deve seguir as seguintes exigências:

a) DOCUMENTOS FISCAIS: deverão estar datados, com data igual ou posterior a data do crédito na conta, sem rasuras e contendo declaração(carimbo) do recebimento do produto e/ou serviços prestados.

b) DECLARAÇÃO: Art. 44, resolução TC 16/94.

c) CHEQUE: individualizado e nominal ao credor, no valor do documento fiscal, com cópia.

d) EXTRATO: a conta bancária deverá ser específica, vinculada e identificada com o nome da unidade recebedora dos recursos.

e) O repasse não será efetuado a entidade que estiver com prestação de contas em atraso.

CLAUSULA QUINTA - DAS OBRIGACOES DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE.

O FUNDO obriga-se a:

a - Todos os encaminhamentos de crianças deverão ser realizados através do Conselho Tutelar, Juizado da Infância e Juventude, Ministério Público, e sempre acompanhado por relatório dos fatos que geraram a medida de Acolhimento, contendo dados de identificação da criança (documentos), e dos familiares.

b - Caberá ao Conselho Tutelar juntamente com o Serviço Social da prefeitura deste município, promover o acompanhamento e intervenções às famílias das crianças e abrigadas enquanto perdurar a medida na busca pela reintegração familiar o mais breve possível.

c - Viabilizar meio de transporte para que as famílias possam realizar visitas aos seus filhos acolhidos em Criciúma, por, no mínimo, quatro vezes ao mês.

d - Sempre que houver necessidade de tratamento especializado fora do domicílio da Nossa Casa, todas as despesas, inclusive de transporte ocorrerão por conta do Fundo Municipal de Assistência Social.

e - Manter intercâmbio de informações permanentes com a equipe técnica da Nossa Casa, visando certificar o técnico sobre o

andamento do caso bem como os procedimentos que estão sendo adotados.

f - Consultar previamente a Nossa Casa sobre disponibilidade de vaga no abrigo.

g - Garantir o atendimento médico e odontológico (para patologia de natureza de média e grave) de todas as crianças durante o período que se encontrem em regime de acolhimento.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O prazo estabelecido para a vigência deste convênio será contado a partir de 12 (doze), meses após assinatura do convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Criciúma para dirimir quaisquer dúvidas deste Convênio.

E por estarem, as partes de acordo com as condições estabelecidas, assinam o presente Convênio em 03 (Três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que surtam os seus efeitos legais.

Forquilha/SC, xx de xxxxxxxxxx de 2015.

LEI Nº 2.084, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

LEI Nº 2.084, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 487, DE 02 DE DEZEMBRO DE 1998, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO E REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA E DA LEI Nº 876, DE 06 DE JUNHO DE 2002, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO MAGISTÉRIO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o § 1º do art. 15 e o caput do art. 26 da Lei nº 487, de 02 de dezembro de 1998, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 15.

§ 1º O prazo para a posse é de 15 (quinze) dias contado:

I - da data da publicação do ato de nomeação;

II - do término da licença ou afastamento, tratando-se de servidor municipal sujeito ao regime deste estatuto, licenciado ou legalmente afastado." (NR)

.....

Art. 26. É de 15 (quinze) dias o prazo para o servidor entrar em exercício, contados da data da posse ou do ato administrativo de provimento quando dispensada àquela." (NR)

Art. 2º Fica alterado o § 1º do art. 13 e o § 1º do art. 14 da Lei nº 876, de 06 de junho de 2002, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13.

§ 1º O prazo para a posse é de 15 (trinta) dias contado:

I - da data da publicação do ato de nomeação;

II - do término da licença ou afastamento, tratando-se de membro do Magistério sujeito ao regime deste estatuto, licenciado ou legalmente afastado." (NR)

.....

"Art. 14.

§ 1º É de 15 (quinze) dias o prazo para o membro do Magistério entrar em exercício, contados da data de posse ou do ato administrativo." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 23 de abril de 2015.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 23 de abril de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0011_2015 PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0081/2015 - PMF
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0011/2015 - PMF

Objeto: Inscrição da Secretária de Educação do município Sra. Claudete Gheller Mathias no XV Fórum Ordinário da UNDIME/SC nos dias 28 e 29 de abril de 2015 em Florianópolis - SC. Contratada: UNDIME UNIÃO DOS DIRIGENTES MUNICIP. DE EDUCAÇÃO DE SC inscrita no CNPJ sob nº 79.363.123/0001-47. Valor e pagamento: R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) até 15/05/2015. Fundamento Legal: Art. 25 "CAPUT" da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Fraiburgo(SC), 22 de abril de 2015.

Ivo Biazolo - Prefeito

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0007A_2015 RP 0004-FMS

Aviso do Pregão Presencial nº 0007A/2015 - FMS

Registro de Preços nº 0004/2015

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de Equipamentos de Proteção Individual - EPIs, para utilização das Agentes Comunitárias de Saúde, durante o período de maio a agosto de 2015. Validade da Ata de Registro de Preços: Maio a agosto de 2015. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 09:15 horas do dia 13.05.2015. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br e e-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 23 de abril de 2015.

Nilce Pinz - Secretária Municipal de Saúde

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0055_2015-PMF RP 0037

Aviso do Pregão Presencial nº 0055/2015 - PMF

Registro de Preços Nº 0037/2015 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando contratações futuras de serviços de recarga, retestes e aquisições de extintores, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e Órgãos Participantes (Sanefrai, FMS e FME). Validade da Ata de Registro de Preços: de maio a dezembro de 2015. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 14:15 horas do dia 13.05.2015. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 23 de abril de 2015.

Ivo Biazolo - Prefeito

DECRETO Nº 069/2015

DECRETO Nº 069, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

SUBSTITUI CONSELHEIRO SUPLENTE DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DE FRAIBURGO - DESENFRAI.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 1860 de 13 de dezembro de 2005, consolidada pela Lei nº 2213, de 18 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Sra. Patrícia Ceron Machado, na condição de Conselheiro Suplente para compor o Conselho de Desenvolvimento de Fraiburgo - DESENFRAI, representante do Poder Executivo Municipal, em substituição ao Sr. João Albino de Barros, mantendo-se os demais conselheiros com as mesmas atribuições.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO, SC., 23 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 070/2015

DECRETO Nº 070, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2282 de 13 de Fevereiro de 2015.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, para o exercício de 2015 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), nas seguintes dotações:

10.00 – Secretaria de Infraestrutura		
10.01 – Secretaria de infraestrutura		
15.451.0017.2.040 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0200 (268)	R\$	50.000,00
Total	R\$	50.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superavit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2014, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 23 DE ABRIL DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 0006_2015-PMF DOM

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 0006/2015 - PMF

O Prefeito torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução de pavimentação com blocos vibroprensados de concreto (paver) e prolongamento do muro de contenção, no estacionamento do Centro Educacional do bairro das Nações, nesta cidade de Fraiburgo, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL), houve a participação da empresa L B - COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI ME, enquadrada como microempresa. Quando da abertura do seu envelope de habilitação foram constatadas algumas ocorrências em que levaria a INABILITAÇÃO da proponente. Dessa forma, a Comissão decidiu pela fixação do prazo de 8 (oito) dias úteis para que a mesma apresente nova DOCUMENTAÇÃO, a teor do disposto no art. 48 § 3º da Lei 8.666/93 e item 6.10 do Edital. Ficou designada a data de 07/05/2015 às 14:00 horas para protocolo do envelope de HABILITAÇÃO, e às 14:15 horas do mesmo dia para abertura e julgamento do mesmo. A ausência da apresentação da nova documentação importará na exclusão da proponente do certame.

Fraiburgo (SC), 23 de abril de 2015.

Ivo Biazolo - Prefeito

RESULTADO TOMADA DE PREÇOS Nº 0001 SF - DOM DESERTA

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

RESULTADO

Tomada de Preços nº 0001/2015 - SANEFRAI

A Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é contratação de empresa do ramo para prestação de serviços de perfuração e instalação de poço tubular profundo, no bairro Macieira, neste Município, com profundidade prevista para 80 (oitenta) metros, para abastecimento de água dos bairros Liberata e Macieira, não houve apresentação de propostas no Processo Licitatório em epígrafe, sendo declarada DESERTA.

Fraiburgo(SC), 22 de abril de 2015.

Eloi Regalin - Presidente da SANEFRAI

Frei Rogério

PREFEITURA

DECRETO Nº. 709/2015 ABRE CRÉDITO ESPECIAL ADICIONAL NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO.

DECRETO Nº. 709/2015 DE 23 DE ABRIL DE 2015.

ABRE CRÉDITO ESPECIAL ADICIONAL NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (SC).

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito do Município de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 87, inciso IV da Lei Orgânica do município.

DECRETA:

Art. 1º - Abre Crédito adicional no orçamento vigente, no valor de R\$ 52.000,00 (Cinquenta e dois mil reais), em reforço das seguintes dotações orçamentárias.

Órgão:	02	CHEFIA DO EXECUTIVO	
Unidade:	02	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Proj./Ativ.	2.116	TRANSFERENCIAS A CONSÓRCIOS - CIMCATARINA	
141	3.3.72.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 52.000,00
	TOTAL		R\$ 52.000,00

Art. 2º - Para atender o artigo 1º será utilizado o seguinte recurso disponível, de acordo com art. 43, parágrafo 1º, inciso III da Lei 4.320/64.

§ 1º - Fica anulada parcialmente R\$ 52.000,00 (Cinquenta e dois mil reais) da seguinte dotação orçamentária do orçamento corrente:

Órgão:	02	CHEFIA DO EXECUTIVO	
Unidade:	02	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Proj./Ativ.	2.116	TRANSFERENCIAS À CONSÓRCIOS - CIMCATARINA	
21	3.3.71.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 23.500,00
Unidade:	04	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	
Proj./Ativ.	2.107	CONTRIBUIÇÃO ÀS ASSOCIAÇÃO MUNICIPAIS – CULTURAL, ESPORTIVA E OUTRAS	
87	4.4.50.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 28.500,00
	TOTAL		R\$ 52.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Frei Rogério, 23 de abril de 2015.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 818/2015 CONCEDE REVISÃO ANUAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

LEI MUNICIPAL Nº 818/2015, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

CONCEDE REVISÃO ANUAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CARGOS EM COMISSÃO, AGENTES POLÍTICOS E ELETIVOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO MUNICIPAL, E REAJUSTE SALARIAL AOS SERVIDORES EM GERAL DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica concedida revisão geral anual de 8,41% (oito vírgula quarenta e um por cento) sobre os vencimentos dos servidores efetivos em caráter estatutário, servidores celetistas, temporários, cargos em comissão e agentes políticos do Poder Executivo e Legislativo do Município de Frei Rogério.

§1º - O percentual previsto no caput corresponde ao índice acumulado do INPC nos últimos 12 (doze) meses.

§2º - A mesma reposição salarial é concedida aos agentes políticos, Prefeito, Vice Prefeito, Secretários e Vereadores do Município de Frei

Rogério.

Art. 2º. Fica concedido reajuste salarial de 3,6% (três vírgula seis por cento) sobre o vencimento dos servidores em geral do Poder Executivo e Legislativo do Município de Frei Rogério.

Parágrafo único: O reajuste salarial previsto no caput não se aplica aos agentes políticos e titulares de mandato eletivo do Poder Executivo e Legislativo do Município de Frei Rogério.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, conforme estudo de impacto financeiro que fica parte integrante da presente Lei.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir do mês de abril do corrente ano.

Frei Rogério/SC, 23 de abril de 2015.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

Galvão

PREFEITURA

DECRETOS 2015 - 088 A 101

DECRETO Nº 088/2015

DISPÕE SOBRE A REMUNERAÇÃO SALARIAL DOS CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE GALVÃO-SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 755/2013, (Art. 2, §5);

Considerando que nos meses de janeiro e fevereiro de 2015, após incidir a devida reposição editada pelo município no ano de 2014 (Decreto 055/2014 - 5,26%), a remuneração dos Conselheiros Tutelares ficou abaixo do salário mínimo nacional, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica recepcionado que nos meses de janeiro e Fevereiro de 2015, a remuneração salarial dos Conselheiros Tutelares do Município de Galvão-SC, será o valor do salário mínimo nacional, ou seja, R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais).

Art. 2º. Fica determinado que a partir do mês de março do exercício 2015, a remuneração salarial dos Conselheiros Tutelares, será aquela constante na Lei Municipal nº 755/2013 de 27/08/2013, acrescentando-se as reposições editadas nos anos de 2014 e 2015, sendo conforme discriminado abaixo:

EVENTO	ATO OFICIAL	VALOR (R\$)
Fixação da remuneração 2013	Lei nº 755/2013	700,00
Revisão Geral do Exercício 2014	Decreto 055/2014 (5,26%)	736,82
Revisão Geral do Exercício 2015	Lei Mun 814/2015 (8,00%)	795,76

Valor atualizado dos Conselheiros Tutelares a partir de março/2015	R\$ 795,76
--	------------

Art. 3º. Fica ainda, estipulado que a vinculação ao salário mínimo nacional descrita no artigo 1º do presente Decreto, é em caráter extraordinário, não sendo obrigatório vinculações futuras em caso de a remuneração dos conselheiros eventualmente estar abaixo do salário mínimo nacional.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 30 de março de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração e Gestão

DECRETO Nº 089/2015

NOMEIA SERVIDOR EM CARGO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 518/2005 de 03/11/2005 e nº 520/2005 de 22/11/2005, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o servidor João Maria Cordeiro, atualmente ocupante do cargo de Diretor Geral, nomeado para exercer o cargo em comissão de Coordenador, junto a Coordenadoria de Transportes e Obras, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, com efeitos a partir desta data.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 01 de abril de 2015.
Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário da Administração

DECRETO Nº 090/2015
NOMEIA NOVOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70 da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 203/1997 de 30/09/1997, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para comporem o Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes - CMDCA, desse município, os novos membros conforme segue:

I - REPRESENTANTES DE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS

- Secretaria Municipal de Educação
Titular - Zeli Pacheco
Suplente - Edijane Borella Almeida

- Secretaria Municipal de Saúde
Titular - Vanderlei Bez Batti
Suplente - Rozecler Capelli

- Departamento Municipal de Esportes
Titular - Gilberto Baggio
Suplente - Gilmar Alves da Silva

- Secretaria Municipal de Assistência Social
Titular - Ariane Velho dos Santos Poter
Suplente - Cristiane Nienov

II - REPRESENTANTES DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

- Pastoral do Menor
Titular - Aladia Turmina
Suplente - Matilde de Campos

- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE
Titular - Lovaine Borella Wosnes
Suplente - Dolori Turmina

- Associação de Pais e Professores - APP "E. E. Básica Verônica Sene"
Titular - Lidiane Artuso de Almeida

Suplente - Alzira Pieta Gabriel

- Associação de Pais e Professores - APP "Educação Infantil"
Titular - Geneci Pacheco Francisco
Suplente - Dilce Aparecida de Medeiros Cadore

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 01 de abril de 2015.
Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 091/2015
DECRETA PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município;

Considerando o Feriado de Tiradentes no dia 21 de abril de 2015, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais e Municipalizadas no dia 20 de abril de 2015 (segunda-feira).

§1º. Para a Secretaria Municipal de Educação não se aplicará o presente ponto facultativo.

§2º. Fica determinado que durante a realização do presente ponto, a Secretaria Municipal de Saúde deverá realizar escala de plantões entre os funcionários para o atendimento de eventuais emergências, sendo que para estes servidores não se aplicará o presente ponto facultativo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 08 de abril de 2015.
Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 092/2015
DECRETA PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município;

Considerando o Feriado de Corpus Christi no dia 04 de junho de 2015 (sexta-feira), resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais e Municipalizadas no dia 05 de junho de 2015 (sexta-feira).

§1º. Para a Secretaria Municipal de Educação, o presente ponto facultativo será aplicado o dia todo.

§2º. Fica determinado que durante a realização do presente

ponto, a Secretaria Municipal de Saúde deverá realizar escala de plantões entre os funcionários para o atendimento de eventuais emergências, sendo que para estes servidores não se aplicará o presente ponto facultativo.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 08 de abril de 2015.
Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 093/2015
DISPÕE SOBRE ENCERRAMENTO DE PRAZO PARA SERVIDOR NO-MEADO POR CONCURSO TOMAR POSSE DO CARGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 520/2005, Artigo 14º, Parágrafo 1º;

Considerando que a senhora em questão convocada no dia 11/03/2015, até a presente data não compareceu para tomar posse no cargo pelo qual restou aprovada junto ao Edital de Concurso Público 001/2014, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica encerrado o prazo para a senhora Gema Terezinha Maculan, (convocada no dia 11/03/2015), tomar posse do cargo de provimento efetivo de Orientador Educacional do Ensino Fundamental, regime jurídico estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, cargo pelo qual a mesma restou aprovada junto ao Edital de Concurso Público 001/2014.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 14 de abril de 2015.
Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 094/2015
DISPÕE SOBRE ENCERRAMENTO DE PRAZO PARA SERVIDOR NO-MEADO POR CONCURSO TOMAR POSSE DO CARGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 520/2005, Artigo 14º, Parágrafo 1º;

Considerando que a senhora em questão convocada no dia 11/03/2015, até a presente data não compareceu para tomar posse no cargo pelo qual restou aprovada junto ao Edital de Concurso Público 001/2014, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica encerrado o prazo para a senhora Andréia de Oliveira Custódio, (convocada no dia 11/03/2015), tomar posse do cargo de provimento efetivo de Orientador Educacional do Ensino Infantil, regime jurídico estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, cargo pelo qual a mesma restou aprovada junto

ao Edital de Concurso Público 001/2014.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 14 de abril de 2015.
Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 095/2015
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NÃO ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 798/2014 de 22/09/2014, resolve e,
DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 21.091,04 (vinte e um mil, noventa e um reais e quatro centavos), na seguinte dotação orçamentária:

07.01 / SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA			
Funcional/ Prog.	Projeto/Atividade	Descrição	
26.782.2601	1.015	Aquisição de Máquinas e veículos	
Classificação	Descrição	Fonte/detalha- mento	Valor R\$
4490000000	Aplicações Diretas	03.0034-000	21.091,04

Art. 2º. Para satisfazer a cobertura do crédito especificado no Artigo 1º, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício 2014, fonte de recursos 03.0038-0, no valor de R\$ 21.091,04 (vinte e um mil, noventa e um reais e quatro centavos), referente nos seguintes convênios: 791105/2013 - MDA - R\$ 5.024,39, 784896/2013 - MAPA - R\$ 11.047,22, 792460/2013 - MAPA - R\$ 5.019,43.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 14 de abril de 2015.
Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 096/2015
DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 516/2005, 520/2005 e 721/2012;

Considerando o resultado final do Edital de Processo Seletivo nº 002/2014, sendo que a servidora restou aprovada junto ao referido edital, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a senhora Paula Caroline de Campos, contratada por tempo determinado para ocupar o cargo de Professor, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuação na área de educação fundamental, com início no dia 14 de abril de 2015 e término previsto para o dia 30 de abril de 2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 14 de abril de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sergio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 097/2015
DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 516/2005, 520/2005 e 721/2012;

Considerando o resultado final do Edital de Processo Seletivo nº 002/2014, sendo que a servidora restou aprovada junto ao referido edital, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a senhora Nilse Aparecida Cazarin, contratada por tempo determinado para ocupar o cargo de Professor, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuação na área de educação fundamental, com início no dia 14 de abril de 2015 e término previsto para o dia 30 de abril de 2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 14 de abril de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sergio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 098/2015
NOMEIA SERVIDOR EM CARGO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 518/2005 de 03/11/2005 e nº 520/2005 de 22/11/2005, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a senhora Ani Pieta Canan, nomeada para exercer o cargo em comissão de Diretor Geral, Junto a Secretaria Municipal de Educação, com efeitos a partir desta data.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 14 de abril de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sergio Pacheco

Secretário de Administração

DECRETO Nº 099/2015
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 517/2005, nº 519/2005 e nº 520/2005;

Considerando o resultado final do Edital de Concurso Público nº 001/2014, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a senhora Adriana Mainardes de Oliveira, nomeada para ocupar o cargo de provimento efetivo de Orientador Educacional do Ensino Fundamental, regime jurídico estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, junto ao Município de Galvão-SC, com efeitos a partir desta data.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 16 de abril de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sergio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 100/2015
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 517/2005, nº 519/2005 e nº 520/2005;

Considerando o resultado final do Edital de Concurso Público nº 001/2014, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a senhora Nadir Lucia Toso Marinello, nomeada para ocupar o cargo de provimento efetivo de Orientador Educacional da Educação Infantil, regime jurídico estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, junto ao Município de Galvão-SC, com efeitos a partir desta data.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 16 de abril de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sergio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 101/2015
DISPÕE SOBRE A abertura de crédito adicional especial DECORRENTE DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO e dá outras providências

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas

pelo Artigo 70 da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 815/2015, resolve e,

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do exercício de 2015 do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, junto ao Fundo Municipal da Saúde, crédito adicional especial decorrente de Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), na seguinte programação:

10.01 Fundo Municipal da Saúde			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
10.301.1001	2.031	Man. Bloco Assistência Farmacêutica	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	01.0038	24.000,00
Total			24.000,00

Art. 2º. Para satisfazer a cobertura do crédito especial citado no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação do exercício 2014, Fonte de Recursos 01.0038, Receita 417213306 junto ao Fundo Municipal da Saúde, no valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Galvão-SC, 16 de abril de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sergio Pacheco
Secretário de Administração

Garopaba

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADOS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2015

HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADOS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 004/2015

FICAM HOMOLOGADOS os Resultados do Processo Seletivo, Edital n.º 004/2015, para os seguintes cargos:

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE- ÁREA 01 MICRO 01

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
001	ENEDINA DA SILVA PEREIRA

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE- ÁREA 01 MICRO 04

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
001	EDILENE DA SILVA
002	CLEONEI ROGÉRIO ROQUE

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE- ÁREA 01 MICRO 07

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
001	MARIA IZABEL LOPES
002	PATRICE GUIMARÃES TAVARES
003	RENATA GONÇALVES DOS SANTOS
004	SIRLEI SANTOS SPIER

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ÁREA 02 MICRO 07

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
001	RAFAELA MACHADO REGINALDO

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE- ÁREA 03 MICRO 03

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
001	ANA PAULA RODRIGUES PEDRO

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ÁREA 04 MICRO 01

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
001	JULIA MARIA SOARES RAGGI

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE- ÁREA 04 MICRO 02

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
001	ALETUZIA BOTELHO TORQUATO

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ÁREA 04 MICRO 04

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
001	LUCIANA ELOISA LOPES DE ABREU
002	MAIARA LOPES

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ÁREA 05 MICRO 02

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO	
001	MICHELI CRISTINA VARGAS	
002	MAIUME ACHE RODRIGUES	

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - DESCLASSIFICADOS

NOME CANDIDATO
RENATO ALEX CARDOSO PASE
OSVALDO JOSÉ CARDOSO
ROSANGELA DE FATIMA ROSA DA SILVA
FRANCINE COELHO DA SILVA
CLARICE DE ATHAYDE ANTUNES
ROSEMARI LUTZ NOGUEIRA LEDERHOS

CARGO: AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO	
001	JOSIMERE MARIA DA SILVA	
002	ADRIANA AUTA DAVID	

CARGO: ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO	
000	SEM CANDIDATO	

CARGO: MÉDICO EMERGENCISTA

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
001	IZABELLA DESSOTTI VIEIRA DA SILVA
002	ANA PAULA DE ABREU BASTOS
003	ALEXSANDRA NUNES MARTINS
004	GERMANO ANDRADE
005	CIBELE MADSEN BUBA
006	EDUARDO ILBE CASAGRANDE PERRARO
007	THALES SIMOES PIRES DE ALMEIDA
008	LUCIANO RAYMUNDO HUBER
009	FERNANDO ENGEL GERBASE
010	ANA PAULA DIAS BARBOSA
011	MARIA JULIA ROSTIROLLA
012	BRUNO MANCINI BARI
013	CHRISTOFER MORAES BALEN
014	BRUNO ROSSO BIANCHI
015	UBIRATAN PINTO GONÇALVES - DESCLASSIFICADO

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM- CAPS-

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO	
001	BENHUR DE ABREU	

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
001	ROZIMAR PACHECO MARTINS
002	LUCIANE DOS SANTOS
003	GISELLE DE SOUZA SILVA

004	CRISTINA MARTINS DA SILVA
005	MARILETE VIEIRA LOPES
006	JUCILENE VIEIRA
007	ROSIELE COSTA DUARTE
008	MARGARETE MARTINS PAUSE
009	FABIULA RODRIGUES GARCIA
010	MARIA NAZARÉ DA SILVA
011	SIMONE FEITOSA DOS REIS
012	CARLOS EDUARDO DE ABREU
013	REGINA BERNARDO JOAO
014	VALMES ADRIANA ESTEVAO SANTOS
015	ADRIANA BESSA DA SILVA
016	MARIA APARECIDA BERNADINO FERNANDES
017	TAIS CHAGAS DA VEIGA
018	MARIA IZABEL LOPES
019	ROSANGELA DE FATIMA ROSA DA SILVA

Garopaba, 23 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Homologação no DOM/SC em 24/04/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 301/2015

PORTARIA N.º 301, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor NAZARENO ADELINO DE SOUZA, Matrícula Funcional n.º 4360, referente a 2013/2014, no período de 04/05/2015 a 02/06/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 24/04/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PMG Nº 014/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo PMG nº 014/2015

Objeto: Contratação emergencial de empresa especializada para prestação de serviço de limpeza e conservação, para atender as necessidades das Secretarias de Educação, Saúde, Assistência Social e Saneamento Ambiental.

Contratada: SEPAT Multi Service - Eireli
CNPJ: 03.750.757/0001-90

Valor: R\$ 130.370,56 (cento e trinta mil, trezentos e setenta reais e cinquenta e seis centavos)

Garuva, 23 de abril de 2015.

José Chaves
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 65/2015

DECRETO Nº. 065 de 23 de abril de 2015

"Doa área de terra de propriedade do Município de Garuva a Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte do Estado de Santa Catarina".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e, embasada na Lei nº 1.713 de 28 de agosto de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica nos termos do Art. 4º da Lei Ordinária Municipal n. 1.713 de 28 de agosto de 2013, doada a Secretária de Estado de Turismo, Cultura e Esporte - Órgão Público do Poder Executivo do Estado de Santa Catarina -, inscrita no Cadastro Nacional da pessoa jurídica - CNPJ sob n. 05.521.532/0001-98, com sede à Rua Eduardo Gonçalves D'Ávila, n. 303, CEP 88.034-496, Bairro Itacorubi, Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, área de terra matriculada sob n. 2.235, perfazendo total de 5.320,13m² com as seguintes delimitações:

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice ponto 4, no limite da faixa de domínio da Rodovia BR 101 - (Auto Pista Litoral Sul), a 40,00m do eixo da pista que vai no sentido Joinville a Curitiba de coordenadas N 7119658.532 m e E 714035.772 m, deste, segue confrontando com Área B; com o seguinte rumo e distância: 83°16'26"NE com 99.53 m até o vértice ponto P2, de coordenadas N 7119646.876 m e E 713936.932 m; deste, segue confrontando com Área B; com o seguinte rumo e distância: 5°00'08"NO com 54.20 m até o vértice ponto P1, de coordenadas N 7119700.870 m e E 713932.206 m; deste, segue confrontando com Herdeiros de Hilário Ferrazza; com o seguinte rumo e distância: 84°15'28"NE com 100.00 m até o vértice ponto 3, de coordenadas N 7119710.875 m e E 714031.704 m; locado no limite da faixa de domínio a 40 m do eixo da pista que vai no sentido Joinville

a Curitiba deste, segue confrontando com a faixa de domínio da BR 101 - (Auto Pista Litoral Sul); com o seguinte rumo e distância: 4°26'38"SE com 52.50 m até o vértice inicial da descrição deste perímetro, perfazendo uma área total de 5.320,13m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, encontra-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2º A área doada tem como finalidade específica a construção de prédio(s) e instalação do Centro de Atendimento ao Turista - CAT

Art. 3º Integra como ANEXO I do presente Decreto o MEMORIAL DESCRITIVO de levantamento elaborado pelos técnicos dessa municipalidade.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto 57 de 08 de abril de 2015 e demais disposições em contrário.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 85/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 85, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

"Cria e altera cargos de provimento efetivo da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Garuva, altera e consolida os anexos I, III, V, VI, VII e IX da Lei Complementar n. 45/2009, de 15 de outubro de 2009 e dá outras providências".

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legal do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o cargo de provimento efetivo no Anexo IX da Lei Complementar n. 45/2009, de 15 de outubro de 2009:

CARREIRA	CARGO	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITO DE INVESTIDURA	TOTAL DE VAGAS
Técnico	FISCAL DE OBRAS	220 h/m	Ensino Médio – CNH categoria "AB" Curso Técnico em Edificação – Registro CREA/SC	02

§ 1º - O cargo de FISCAL DE OBRAS terá as seguintes atribuições: "Fiscalizar as obras públicas e particulares, concluídas ou em andamento, abrangendo também demolições, terraplenagens, parcelamento do solo, a colocação de tapumes, andaimes, telas, plataformas de proteção e as condições de segurança das edificações; Fiscalizar o cumprimento do Código de Obras e Edificações, do Plano Diretor Participativo e da Lei Municipal de Parcelamento do Solo; Emitir notificações, lavrar autos de infração e expedir multas aos infratores da legislação urbanística municipal; Reprimir o exercício de atividades desenvolvidas em desacordo com as normas estabelecidas na legislação urbanística municipal, as edificações clandestinas, a formação de favelas e os agrupamentos semelhantes que venham a ocorrer no âmbito do Município; Realizar vistoria para a expedição de "Habite-se" das edificações novas ou reformadas; Definir a numeração das edificações, a pedido do interessado; Elaborar relatório de fiscalização; Orientar as pessoas e os profissionais quanto ao cumprimento da legislação; Apurar as denúncias e elaborar relatório sobre as providências adotadas."

§ 2º - Fica acrescido no ANEXO V, da Lei Complementar nº 45/2009 - "Quadro de Provimento efetivo da Administração" - na categoria CARREIRA - TÉCNICO o CARGO FISCAL DE OBRAS.

Art. 2º - Fica alterado o Anexo IX da Lei Complementar n. 45/2009, acrescentando números de vagas, conforme a seguinte redação:

CARGO	VAGAS EXISTENTES	VAGAS ADICIONADAS	TOTAL DE VAGAS
FISCAL DE TRIBUTOS	02	01	03
OPERADOR DE MÁQUINA	08	01	09

Art. 3º - Fica alterado o Anexo X da Lei Complementar n. 45/2009, acrescentando números de vagas, conforme a seguinte redação:

CARGO	VAGAS EXISTENTES	VAGAS ADICIONADAS	TOTAL DE VAGAS
PROFESSOR II	105	12	117
PROFESSOR III	110	10	120

Art. 4º - Fica alterado o Anexo VI da Lei Complementar n. 45/2009, onde modifica o pré-requisito de investidura do cargo de operador de máquina, onde:

I - Se lê:

CARGO	Pré requisito de Investidura	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES
OPERADOR DE MAQUINAS	Ensino Fundamental CNH categoria "D"	Operar máquinas de construção civil, tratores e motoniveladora a fim de executar serviços relativos a serviços públicos , dentro das especificações , zelando pela conservação da máquina.

II - Passa a ler:

CARGO	Pré requisito de Investidura	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES
OPERADOR DE MAQUINAS	Ensino Fundamental CNH categoria "C"	Operar máquinas de construção civil, tratores e motoniveladora a fim de executar serviços relativos a serviços públicos , dentro das especificações , zelando pela conservação da máquina.

Art. 5º - Fica alterado o Anexo VI da Lei Complementar n. 45/2009, acrescido o cargo de Fiscal de Obras, sua descrição sumária das atribuições e pré requisitos para investidura, na forma como segue:

CARGO	Pré requisito de Investidura	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES
-------	------------------------------	-----------------------------------

FISCAL DE OBRAS	Ensino Médio – CNH categoria "AB" Curso Técnico em Edificação – Registro CREA/SC	Fiscalizar as obras públicas e particulares, concluídas ou em andamento, abrangendo também demolições, terraplenagens, parcelamento do solo, a colocação de tapumes, andaimes, telas, plataformas de proteção e as condições de segurança das edificações; Fiscalizar o cumprimento do Código de Obras e Edificações, do Plano Diretor Participativo e da Lei Municipal de Parcelamento do Solo; Emitir notificações, lavrar autos de infração e expedir multas aos infratores da legislação urbanística municipal; Reprimir o exercício de atividades desenvolvidas em desacordo com as normas estabelecidas na legislação urbanística municipal, as edificações clandestinas, a formação de favelas e os agrupamentos semelhantes que venham a ocorrer no âmbito do Município; Realizar vistoria para a expedição de "Habite-se" das edificações novas ou reformadas; Definir a numeração das edificações, a pedido do interessado; Elaborar relatório de fiscalização; Orientar as pessoas e os profissionais quanto ao cumprimento da legislação; Apurar as denúncias e elaborar relatório sobre as providências adotadas."
-----------------	--	---

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

RELAÇÃO DE INSCRITOS EDITAL 004/2015

RELAÇÃO DE INSCRITOS PARA TESTE SELETIVO ACT - EDITAL 004/2015

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	DISCIPLINA	NÃO HABILITADO NÍVEL I	HABILITADO NÍVEL II	SITUAÇÃO
00001	JULIANE FRANCINE UMLAUF	SEGUNDO PROFESSOR	X		DEFERIDO
00002	THAINA DAYANE RAZINI	SEGUNDO PROFESSOR	X		DEFERIDO
00003	MARIA MARGARIDA DE SOUZA	SEGUNDO PROFESSOR	X		DEFERIDO
00004	HIULE DANIELLE DE LIZ NETO	SEGUNDO PROFESSOR	X		DEFERIDO

00005	MARIA GABRIELLE DE SOUZA SILVANO	SEGUNDO PROFESSOR	X		DEFERIDO
00006	DEUSILEI PLANTES DE MIRA	GEOGRAFIA	X		DEFERIDO
00007	LUCIANA DA SILVA KULKAMSE	SEGUNDO PROFESSOR	X		DEFERIDO
00008	GABRIELA CRISTOFOLINI	SEGUNDO PROFESSOR	X		DEFERIDO
00009	ROSANA NUNES DE ALMEIDA LEITE	SEGUNDO PROFESSOR	X		DEFERIDO
00010	MARIA JULIA DE OLIVEIRA MARCIANO ESTEVAM	SEGUNDO PROFESSOR	X		DEFERIDO
00011	LISANDRA LACERDA DA SILVA	SEGUNDO PROFESSOR	X		DEFERIDO
00012	MARIA ANGELITA PEREIRA ALVES	SEGUNDO PROFESSOR	X		DEFERIDO
00013	MARI ESTELLA JARECKI	SEGUNDO PROFESSOR	X		DEFERIDO
00014	MARLI DE FATIMA BATISTA HIRT	SEGUNDO PROFESSOR	X		DEFERIDO
00015	ALINE LURDES SALVADOR DA ROCHA	SEGUNDO PROFESSOR	X		DEFERIDO
00016	SONIA MARIA SALOMÃO	SEGUNDO PROFESSOR	X		DEFERIDO
00017	DAVID ALEXANDRE GELLATTI BUENO	SEGUNDO PROFESSOR	X		DEFERIDO

Adriane Beatriz Moecke Galando
Presidente da Comissão
Portaria 050/2015

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO 03/2015

DECRETO Nº 3/2015

Institui o horário de expediente externo do Poder Legislativo de Garuva.

Considerando o término do horário de verão;
Considerando o melhor atendimento a população.

O Presidente da Câmara Municipal de Garuva usando de suas atribuições legais e regimentais em especial ao artigo 50 § 1º, inciso XIV e § 3º inciso II do Regimento Interno, promulgo o seguinte Decreto Legislativo.

Art. 1º - Institui o horário de expediente externo do Poder Legislativo Municipal:

Segunda-feira:
Das 14:00 as 20:00 horas.

Terça à Sexta-Feira:
Das 09:00 às 12:00 horas.
Das 14:00 as 17:00 horas

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 04/05/2015, revoga-se o Decreto 02/2015.

Gabinete do Presidente, em 23 de abril de 2015.

Reginaldo Mews Rosa

Presidente da Mesa

Gaspar

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2015

OBJETO: Aquisição de utensílios domésticos para uso nas cozinhas escolares da Rede Municipal de Ensino. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09h do dia 11/05/2015, no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, 435, Centro. ABERTURA: às 09h30min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras ou no site www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 23/04/2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2015

OBJETO: Aquisição de parque infantil e balanços para o CDI's da Rede Municipal de Ensino. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 13h30min do dia 07/05/2015, no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, 435, Centro. ABERTURA: às 13h45min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras ou no site www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 24/04/2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 065/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 065/2015

OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa para prestar serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos odontológicos nos Postos de Saúde do Município de Gaspar, com fornecimento de peças. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 13h30min do dia 08/05/2015, no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, 435, Centro. ABERTURA: às 13h45min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras ou no site www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 24/04/2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

LEI COMPLEMENTAR Nº 59 DE 15 DE ABRIL DE 2015.

LEI COMPLEMENTAR Nº 59 DE 15 DE ABRIL DE 2015

RATIFICA ALTERAÇÕES NO PROTOCOLO DE INTENÇÕES E NO ESTATUTO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica ratificada a alteração no Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, de que trata o Anexo Único da Lei Municipal nº 3.145, de 14 de outubro 2009, e Lei Complementar Municipal nº 53, de 17 de julho de 2013, nos termos do Anexo I desta Lei Complementar, autorizando-se sua consolidação ao texto original para os fins de direito.

Art. 2º Fica ratificada a alteração no Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, na forma aprovada pela Assembléia Geral da Entidade - Anexo II desta Lei Complementar, autorizando-se sua consolidação ao texto original para os fins de direito.

Art. 3º As alterações de que tratam os artigos 1º e 2º desta Lei Complementar serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, após a vigência de todas as leis de ratificação, publicadas pelos entes consorciados.

§ 1º Observado o disposto no "caput" deste artigo, o Protocolo de Intenções e o Estatuto consolidado do CIMVI serão publicados no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

§ 2º O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a firmar aditivo ao Contrato de Consórcio para sua adequação aos termos do Protocolo de Intenções consolidado.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 15 de abril de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

ANEXO I

Alterações no Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, aprovadas na 25ª Assembléia Geral Extraordinária realizada em 16/04/2014, na cidade de Timbó/SC:

"(...)

2.1 - São finalidades do Consórcio:

V - a produção de informações ou de estudos técnicos, inclusive de políticas e/ou planos básicos regionais, integrados ou não, de saneamento básico e/ou de manejo e gestão de resíduos sólidos, contemplando a coleta, reutilização, reciclagem, compostagem, recuperação e disposição final ambientalmente adequada;

13.2.4.1 - Os servidores efetivos recebidos em cessão permanecerão no seu regime jurídico e previdenciário originário, com remuneração paga pelo órgão cedente, podendo, a critério da Assembléia Geral, ser-lhes concedida gratificação complementar em razão da remuneração de mercado para função que venham a desempenhar no CIMVI, no percentual de até 100% (cem por cento) de sua remuneração mensal do órgão de origem.

13.2.4.2 - O pagamento de gratificação complementar na forma prevista no item anterior, não configura vínculo novo do servidor cedido, para fins trabalhistas, contudo o CIMVI efetuará a retenção e recolherá os encargos tributários correspondentes.

13.2.4.3 - Na hipótese do item 13.2.4 deste Protocolo de Intenções, o Ente da Federação consorciado cedente deverá assumir a manutenção dos pagamentos da remuneração regular do servidor e dos encargos, donde tais pagamentos serão contabilizados como créditos hábeis para operar compensação com obrigações previstas no contrato de rateio e/ou ressarcidos mensalmente pelo

CIMVI.

13.7.2 - Conceder-se-á:

II - Adiantamento de viagem ao empregado que se deslocar, em caráter eventual ou transitório, em objeto de serviço, para custeio das despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana.

13.7.2.1 - (revogado)

13.7.2.2 - (revogado)

13.7.2.3 - (revogado)

13.7.2.4 - Na hipótese do empregado receber adiantamento de viagem e não realizar o deslocamento, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-lo integralmente, no prazo de cinco (5) dias, e na hipótese de o empregado retornar em prazo menor que o previsto, restituirá os valores recebidos em excesso, no mesmo prazo.

13.7.2.5 - Os adiantamentos de viagem serão requeridos em formulário próprio, onde será qualificado o beneficiário e identificado à data de afastamento, trajeto e motivo da viagem. O processamento contábil para pagamento do adiantamento observará ao disposto na Lei nº 4.320/64.

13.7.6.3 - O empregado que no decorrer do período aquisitivo incidir nas hipóteses do item anterior, perderá o tempo decorrido, iniciando-se novo período aquisitivo quinquenal após a cessação do impedimento.

13.8 -

VII - Para o emprego de ENGENHEIRO SANITARISTA E/OU AMBIENTAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:

b) REQUISITO/FORMAÇÃO:

VIII -

IX - (revogado)

X - (revogado)

13.20.6 - Na hipótese do item anterior, o prazo para defesa será de dez dias, contados do dia útil seguinte a publicação do edital.

14.1.2 - O Consórcio Público poderá manter sistema de registro de preços, observado o disposto no item anterior.

16.2 -

IV - os saldos do exercício, quando vinculados a investimentos previstos no Plano Plurianual de Trabalho;

ANEXO 1 - dos empregos públicos DE CONFIANÇA

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
.....
.....	Gestor de Serviços	R\$ 6.000,00

ANEXO 2 - dos empregos públicos PERMANENTES

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
.....
.....	Engenheiro Sanitarista e/ou Ambiental
.....	Médico Veterinário

ANEXO 3 - (revogado).
(...)."

ANEXO II

Alterações no Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, aprovadas na 25ª Assembléia Geral Extraordinária realizada em 16/04/2014, na cidade de Timbó/SC:

"(...)"

Art. 2º - São finalidades deste Consórcio Público:

V - a produção de informações ou de estudos técnicos, inclusive de políticas e/ou planos básicos regionais, integrados ou não, de saneamento básico e/ou de manejo e gestão de resíduos sólidos, contemplando a coleta, reutilização, reciclagem, compostagem, recuperação e disposição final ambientalmente adequada;

Art. 45 -

§ 5º - Os servidores efetivos recebidos em cessão, na forma do § 4º deste artigo, permanecerão no seu regime jurídico e previdenciário originário, com remuneração paga pelo órgão cedente, podendo, a critério da Assembléia Geral, ser-lhes concedida gratificação complementar em razão da remuneração de mercado para função que venham a desempenhar no CIMVI, no percentual de até 100% (cem por cento) de sua remuneração mensal do órgão de origem.

§ 6º - O pagamento de gratificação complementar na forma prevista no § 5º deste artigo, não configura vínculo novo do servidor cedido, para fins trabalhistas, contudo o CIMVI efetuará a retenção e recolherá os encargos tributários correspondentes.

§ 7º - Na hipótese do § 4º deste artigo, o Ente da Federação consorciada cedente deverá assumir a manutenção dos pagamentos da remuneração regular do servidor e dos encargos, donde tais despesas serão contabilizadas como créditos hábeis para operar compensação com obrigações previstas no Contrato de Rateio e/ou ressarcidos mensalmente pelo CIMVI.

Art. 50 -

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
.....
.....	Gestor de Serviços	R\$ 6.000,00

Art. 51 -

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
.....
.....	Engenheiro Sanitarista e/ou Ambiental
.....	Médico Veterinário

Art. 52-A - Conceder-se-á:

II - Adiantamento de viagem ao empregado que se deslocar, em caráter eventual ou transitório, em objeto de serviço, para custeio das despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana.

§ 1º - (revogado)

§ 2º - (revogado)

§ 3º - (revogado)

§ 4º - Na hipótese do empregado receber adiantamento de viagem e não realizar o deslocamento, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-lo integralmente, no prazo de cinco (5) dias, e na hipótese de o empregado retornar em prazo menor que o previsto, restituirá os valores recebidos em excesso, no mesmo prazo.

§ 5º - Os adiantamentos de viagem serão requeridos em formulário próprio, onde será qualificado o beneficiário e identificado à data de afastamento, trajeto e motivo da viagem. O processamento contábil para pagamento do adiantamento observará ao disposto na Lei nº 4.320/64.

Art. 53 -

VII - Para o emprego de ENGENHEIRO SANITARISTA E/OU AMBIENTAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:

b) REQUISITO/FORMAÇÃO:

VIII -

IX - (revogado)

X - (revogado)

Art. 63 -

IV - os saldos do exercício, quando vinculados a investimentos previstos no Plano Plurianual de Trabalho;

LEI COMPLEMENTAR Nº 60 DE 15 DE ABRIL DE 2015.
LEI COMPLEMENTAR Nº 60 DE 15 DE ABRIL DE 2015.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº. 2.966, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL E DO FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL A ELE VINCULADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O artigo 2º, inciso II, alínea "d", da Lei nº 2.966, de 28 de fevereiro de 2008, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 2º O Conselho Municipal da Habitação e Interesse Social será constituído por doze membros, sendo seis representantes do Poder Executivo e seis das entidades não governamentais afins, de forma paritária, sendo indicado um titular e um suplente, a saber: (NR)

I - [...]

II - [...]

d) um representante de Instituição de Ensino atuante, no mínimo, em nível técnico; (NR)
[...]"

Art. 2º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 15 de abril de 2015.
Pedro Celso Zuchi
Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE SESSÃO PÚBLICA: PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2015 - EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR

AVISO DE SESSÃO PÚBLICA

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2015
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2015

A CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 83.543.546/0001-16, com sede na Avenida das Comunidades, nº 133, Centro, Município de Gaspar-SC, por seu Presidente, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público que a Comissão Especial de Licitação instituída e composta conforme Resolução nº 07/2015 se reunirá em Sessão Pública no dia 29/4/2015, às 14h, na Sala de Reuniões da Edilidade, com o objetivo de analisar e julgar os requerimentos de credenciamento e os documentos apresentados pela empresa Rádio Sentinela do Vale Ltda. - ME, CNPJ nº 83.747.949/0001-87, requerente nos autos do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 001/2015, Edital de Credenciamento nº 001/2015, que tem por objeto o CREDENCIAMENTO de EMPRESAS EMISSORAS DE RADIODIFUSÃO AM E FM para contratação de serviços contínuos de divulgação dos atos e ações do Legislativo. Ficam intimados os interessados em participar da Sessão Pública, em especial o representante legal da empresa citada.

Gaspar/SC, 23 de abril 2015.

José Hilário Melato

Presidente da Câmara Municipal de Gaspar

DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2015

DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2015

Autoriza a Câmara de Vereadores de Gaspar a conceder títulos de Cidadão Emérito e Cidadão Honorário.

O Presidente da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Gaspar, Estado de Santa Catarina, perante as atribuições contidas no artigo 41, inciso II, da Lei Orgânica Municipal e art. 37, inciso VII, alínea "f" do Regimento Interno,

Faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto de decreto legislativo e ele decreta:

Art. 1º Fica autorizada a concessão de título de Cidadão Emérito aos Senhores:

I - Euclides Rampelotti;

II - Jaime Spengler;

III - Renato Abelardo Beduschi;

IV - Rubens Benevenuto; e

V - Tarcisio Geraldo Theiss.

Art. 2º Fica autorizada a concessão de título de Cidadão Honorário aos Senhores:

I - Benvindo Miglioli;

II - Eduardo Pinho Moreira;

III - Evandir Joaquim;

IV - Germano Guesser;

V - Joel Reinert;

VI - Leopoldo Miglioli;

VII - Lory Ballod Beduschi;

VIII - Olavio Pereira;

IX - Rogério Mendonça; e

X - Tusnelda Soares.

Art. 3º O cerimonial de prestação das homenagens será realizado no Plenário da Câmara Municipal de Gaspar, localizada na Avenida das Comunidades, nº 133, bairro Centro, no Município de Gaspar, no dia 28 de maio de 2015, às 19 horas.

Art. 4º As demais providências e autorização de despesas ficarão por conta de ato da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Gaspar.

Art. 5º Este Decreto Legislativo entra vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Gaspar - SC, em 23 de abril de 2015.
José Hilário Melato
Presidente

Governador Celso Ramos**PREFEITURA****ERRATA DE AVISO DE LICITAÇÃO PR 25/2015**

ERRATA DE AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 25/2015

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que fará realizar licitação.

ONDE SE LÊ:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM E BIODIESEL) DESTINADOS A FROTA VEICULAR DA PREFEITURA INCLUINDO A FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

LEIA-SE:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM A FINALIDADE DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM E BIODIESEL), ÓLEOS LUBRIFICANTES E HIDRÁULICOS, SERVIÇOS DE LUBRIFICAÇÃO, LAVAÇÃO DE VEÍCULOS E CONserto E TROCA DE PNEUS DESTINADOS A FROTA VEICULAR DA PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS INCLUINDO A FROTA VEICULAR DA SECRETARIA DA SAÚDE.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 06/05/2015 até às 17h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 06/05/2015 às 17h30min.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou requisitar o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelso-ramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 22 de Abril de 2015.

Mariana de Souza Fernandes

PREGOEIRA

Guaraciaba**PREFEITURA****HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSOS 52, 53, 54.2015 PMGBA**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2015

PROCESSO Nº 52/2015 HOMOLOGAÇÃO: 23/04/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MERENDA ESCOLAR (FERMENTO QUÍMICO EM PÓ E ÓLEO DE SOJA) DESTINADOS AO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, COM RECURSOS VINCULADOS - PNAE.

CONTRATADO: A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 962,00 (novecentos e sessenta e dois reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2015

PROCESSO Nº 53/2015 HOMOLOGAÇÃO: 23/04/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO (BOLAS DE FUTSAL, FUTEBOL DE CAMPO, VOLEIBOL, ENTRE OUTROS) PARA SER UTILIZADO PELAS EQUIPES ESPORTIVAS QUE REPRESENTARÃO O MUNICÍPIO EM TREINAMENTOS E COMPETIÇÕES DENTRO E FORA DO MUNICÍPIO.

CONTRATADO: JACIR ARCONTI - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.575,30 (três mil quinhentos e setenta e cinco reais e trinta centavos)

CONTRATADO: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA - EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.997,70 (três mil novecentos e noventa e sete reais e setenta centavos)

CONTRATADO: A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.188,00 (um mil cento e oitenta e oito reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2015

PROCESSO Nº 54/2015 HOMOLOGAÇÃO: 23/04/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (CARRINHO DE BEBÊ, COLCHÕES, TRAVESSEIROS, COBERTAS, ENTRE OUTROS) PARA SER UTILIZADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL, CRECHES PROFESSOR ALDINO FETTER E PEDRO THEOBALDO RITTER.

CONTRATADO: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA - EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 5.337,50 (cinco mil trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos)

CONTRATADO: ZILMAR LAZAROTTO 45105618904
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.773,00 (dois mil setecentos e setenta e três reais)

MINUTA EDITAL DE TOMADA DE PREÇO 03.15 MÃO DE OBRA COLOCAÇÃO DE PAVER CRECHE PROF ALDINO FETTER

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABASC,
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº03/2015.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, promove Processo Licitatório nº 65/15, Edital de Tomada de Preços Nº 03/15, Objeto: MÃO-DE-OBRA COLOCAÇÃO DE PAVER NA CRECHE MUNICIPAL PROFESSOR ALDINO FETTER; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 12/05/15; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 12/05/15, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba - SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 23 de abril de 2015.
Roque Luiz meneghini,
Prefeito Municipal

Guaramirim**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2015 - PMG**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial 16/2015

Processo Licitatório: 16/2015

Tipo: Menor Preço - Por Lote

Objeto: AQUISIÇÃO IMPRIMAÇÃO CM-30, PINTURA DE LIGAÇÃO RR-2C E DE CAMADA DE REVESTIMENTO ASFÁLTICO CBUQ.

Entrega dos Envelopes: 08/05/2015 às 14h00min

Abertura dos Envelopes: 08/05/2015 às 14h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 22 de abril de 2015.

LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO RP Nº06/2015 - HSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTONIO

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial Registro de Preços 06/2015

Processo Licitatório: 06/2015

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SOROS E SOLUÇÕES

Entrega dos Envelopes: 08/05/2015 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 08/05/2015 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 23 de abril de 2015.

MÁRCIA ADRIANA PRUESSE
GESTORA DO HSA

AVISO DE RETIFICAÇÃO EDITAL PREGÃO 10/2015 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1ª RETIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 10/2015 - SRP
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2015

TIPO: Menor Preço por item

OBJETO: Aquisição de Dietas Especiais e Suplementos Alimentares A Prefeitura Municipal de Guaramirim, através de seu Prefeito Municipal Lauro Fröhlich, torna público para o conhecimento dos interessados na licitação Pregão Presencial nº 10/2015, que está promovendo RETIFICAÇÃO do Edital, nos seguintes aspectos: Alteração no descritivo do item nº 7 e 8 do Objeto do Edital da presente Licitação. Sendo assim, e por força do § 4º do art. 21 da Lei Federal nº 8.666/93, tendo em vista as alterações modificarem as características do objeto e consequentemente a formulação das propostas, esta administração pública comunica que altera a data para entrega e abertura dos envelopes, conforme segue: Dia 08 de maio de 2015 às 09h 00 min, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

O Edital com a retificação poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta, das 08:00h às 14:00h, fone (47) 3373-0247, ou via internet no endereço www.guaramirim.sc.gov.br.

Guaramirim(SC), 22/04/2015.

LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 026/2015 – PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 026/2015 - PMG.

Objeto: MÃO DE OBRA, DESLOCAMENTO E FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DA MOTONIVELADORA NEW HOLLAND 2010 PLACA MIH 5107.

Modalidade de Licitação: Dispensa de Licitação.

Fundamento Legal: Art. 24, inciso XVII, da Lei 8.666/93.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Contratado: SHARK MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA.

Valor: R\$ 13.139,15 (treze mil, cento e trinta e nove reais e quinze centavos).

Guaramirim (SC), 23 de abril de 2015.

LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Guarujá do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO - FMS 22/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARUJÁ DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 22/2015.
PROCESSO LICITATORIO Nº. 04/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2015
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADO: NEYLOR FRANCISCO SANTIN ME
OBJETO: Contratação de Laboratório Protético para moldagem e confecção de Próteses Dentárias Total e Parcial Removível, destinados aos pacientes do Fundo Municipal de Saúde do município de Guarujá do Sul.
VALOR: R\$ 51.900,00
VIGENCIA: 31/12/2015

Guarujá do Sul, SC, 23 de abril de 2015.
Vera Lurdes Segat,
Gestora do FMS.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

EXTRATO ORDEM DE SERVIÇO Nº 002/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
EXTRATO ORDEM SERVIÇO Nº 002/2015
Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste
Contratada: Andrade Construções Ltda.
OBJETO: Execução de sistema de esgotamento sanitário no município de Herval d'Oeste, com fornecimento de material e mão de obra.
Características: Execução de redes coletoras de esgoto, ligações domiciliares, caixas concentradoras de inspeção, poços de visita (PV), escavação em solo, reposição de pavimentação.
Áreas Contempladas: Bairros Santo Antonio e Nossa Senhora de Fátima
Prazo de Conclusão: 365 dias
Valor Total - R\$ 3.642.169,32

Herval d'Oeste (SC), 22 de abril de 2015.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Jucenei Silva de Andrade
Engenheiro Civil - Contratada

LEI COMPLEMENTAR Nº 328/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 328/2015.
"REFERENDA A ALTERAÇÃO DO PLANO DE CARREIRA, CARGOS E VENCIMENTOS DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA - SIMAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL, Faço saber a todos os habitantes do município de Herval d'Oeste(SC), que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º - Em atendimento ao disposto no art. 2º da Lei Municipal n. 1.903/2000, deste Município c/c ao artigo 40º da Lei Complementar 193/10 de 06 de setembro de 2010 do Município de Joaçaba, e suas alterações, fica referendada a alteração do PLANO DE CARREIRA, CARGOS E VENCIMENTOS do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto - SIMAE, promovida pela Lei Complementar n.297 de 20 de Março de 2015, do Município de Joaçaba(SC).

Art. 2º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data da sua publicação.

Herval d'Oeste (SC), 23 de abril 2015.
NELSON GUINDANI
Prefeito

ANEXO I

QUADRO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO (da LC 193 de 06/09//10, alterada pela Lei Complementar n. 221 de 03/04/2012, pela Lei Complementar n. 250/2013. de 06/09/2013 e pela Lei Complementar n. 297 de 20/03/15)

PADRÃO CÓDIGOS	CARGOS	QUANTIDADE DE VAGAS
Pd.1		
1.1	Servente	2
1.2	Auxiliar Serviços Gerais	1
Pd.2		
2.1	Vigilante	2
2.2	Auxiliar de Operações	35
Pd.3		
3.1	Auxiliar Administrativo	17
3.2	Agente Administrativo	7
Pd.4		
4.1	Encanador	11
4.2	Pedreiro	3
4.3	Mecânico de Manutenção	5
4.4	Operador de Máquinas	3
4.5	Motorista	1
4.6	Auxiliar de Informática	1
Pd.5		
5.1	Escriturário	6
5.2	Desenhista Projetista	1
5.3	Auxiliar Técnico	4
5.4	Auxiliar de Controle Operacional	3
5.5	Técnico em Segurança do Trabalho	1
5.6	Operador dos Sistemas de Abastecimento de Água	2
Pd.6		
6.1	Técnico Laboratorista	1
6.2	Operador ETA	8
6.3	Operador ETE	6
Pd.7		
7.1	Oficial Administrativo	1
7.2	Oficial Técnico	2
7.3	Oficial de Informática	1
Pd.8		
8.1	Engenheiro	3
8.2	Administrador	1
8.3	Contador	2
8.4	Químico	1

LEI COMPLEMENTAR Nº 329/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 329/2015.

“ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR NR. 292/2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d` Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Ficam criadas 02 (duas) vagas de Monitor Social para atuar no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, passando o quadro constante na Seção II do Anexo I da Lei complementar 292/2011 a ter a seguinte composição:

Art. 2º Para cobrir as despesas decorrentes da aplicação da presente Lei Complementar, serão utilizados os recursos do orçamento municipal, em cada exercício.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 23 de Abril de 2015.
NELSON GUINDANI
Prefeito

PORTARIA Nº 536/2015

PORTARIA Nº 536/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os Efeitos da Portaria nº 624/2014, pelo período de mais 01 (um) ano a contar de 22 de abril de 2015, em que é concedida Licença Sem Remuneração à Servidora ELIZIANE RODRIGUES DA SILVA (Matr. 382), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível - 7, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo XI da Lei Complementar Nº. 316/2013, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o art. 105, Inciso IV da LC Nº. 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Abril de 2015.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº CM 0132/2015**

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

R E S O L U Ç Ã O Nº CM 0132/2014

"Constitui e Nomeia integrantes da Comissão Legislativa Temporária para emissão de parecer a Proposta de Emenda Nº 008/2015 à Lei Orgânica de Herval d'Oeste e dá outras providências"

LEONARDO MASCARELLO, presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Herval d' Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída COMISSÃO LEGISLATIVA TEMPORÁRIA para emissão de parecer a Proposta de Emenda Nº 008/2015 à Lei Orgânica de Herval d'Oeste.

Art. 2º Ficam nomeados como membros titulares da Comissão Legislativa Temporária, os seguintes vereadores:

- a) DAVI JOSÉ FROZZA - Presidente
- b) JEAN PATRICK GIUSTI - Vice Presidente
- c) JUAREZ ANTONIO DE SOUZA - Relator

Art.3º A referida comissão deverá emitir parecer fundamentado dentro dos prazos determinados no Regimento Interno desta Casa.

Art. 4º Esta RESOLUÇÃO entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores, em 20 de abril de 2015.

LEONARDO MASCARELLO

Presidente

Ibiam**PREFEITURA****CONTRATO Nº 011 2015 - RH**

CONTRATO Nº 011/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Administrativo de Prestação de Serviço por tempo determinado, que entre si celebram, como contratante o município de Ibiam, CNPJ 01.612.745/0001-74, neste ato representado pelo Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal, e como contratada, a Sra. ILISANGELA ZITTERELL DO ROSÁRIO DA SILVA, brasileira, viúva, Agente de Serviços Gerais, CI 5.663.286, CPF nº 079.317.489-99, residente neste Município, mediante as seguintes cláusulas, firmam o presente contrato:

Cláusula Primeira - O Município, com amparo no inciso VII, do art. 88, alínea a, do inciso III, do art. 23, ambos da Lei Orgânica Municipal; mais o que consta no inciso VII, do § 1º, do art. 2º, da Lei Municipal nº 112, de 05.01.1999, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 283, de 03.06.2005; e, considerando a existência de vaga não ocupada em concurso público; bem como o resultado do Processo Seletivo nº 001, de 11.02.2015, homologado pelo Decreto nº 2770, de 13.03.2015; e com base no Prejulgado nº 1877, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, contrata a Sra. ILISANGELA ZITTERELL DO ROSÁRIO DA SILVA, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Gerais, com uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais a serem desenvolvidas junto a Secretaria da Educação.

Cláusula Segunda - A contratada receberá os vencimentos de R\$ 818,86 (oitocentos e dezoito reais e oitenta e seis centavos), conforme o Anexo 2, da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997 e alterações posteriores.

Parágrafo único - A contratada será regida pelo regime jurídico especial de que trata a Lei nº 112, de 05.01.1999 e filiada ao Regime Geral da Previdência Social.

Cláusula Terceira - O presente contrato passa a ter início no ato da assinatura do respectivo Contrato e término previsto até que cesse o motivo que deu causa à contratação ou ainda com o preenchimento da vaga mediante realização de Concurso Público.

Parágrafo único - Poderá haver a prorrogação do contrato, objeto deste edital, pelo prazo de 01 (um) ano, desde que não cesse o motivo que deu causa à contratação ou ainda com o não preenchimento da vaga mediante realização de concurso público, ou nos termos do artigo 3º, da Lei Municipal nº 112/99.

Cláusula Quarta - A rescisão do presente contrato poderá ocorrer antecipadamente nos casos previstos no Artigo 12, da Lei Municipal nº 112, de 05 de Janeiro de 1999.

Cláusula Quinta - Os encargos decorrentes deste contrato, serão suportados pela rubrica orçamentária:

Órgão: 02 - Chefia do Executivo

Unidade orçamentária: 0206 - Secretaria Municipal de Educação

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 1201 - Desenvolvimento Educacional

Projeto/atividade: 2026 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Elemento de Despesa: 31900000 - 0101 - Aplicações Diretas

Cláusula Sétima - O presente contrato fundamenta-se na Lei Municipal 112, de 05 de Janeiro de 1999 e alterações posteriores, Processo Seletivo - Edital nº 002, de 17 de fevereiro de 2014 e Artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal.

Cláusula Oitava - As partes elegem o foro da Comarca de Tangará para dirimir questões relacionadas a este contrato.

E por estarem, certos, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma para que produza os efeitos legais e jurídicos, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 01 de abril de 2015.
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal
CPF - 497.720.319-49

ILISANGELA ZITTERELL DO ROSÁRIO DA SILVA
CPF - 079.317.489-99

Testemunhas:
LAELCIO ANTONIO GASANIGA
CPF - 807.451.729-20

LUCIANA M. TREVISOL BALEN
CPF - 042.307.839-90

EVANDRO CARLOS DOS SANTOS
Advogado - OAB/SC 13.747

CONTRATO Nº 012 2015 - RH

CONTRATO Nº 012/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Administrativo de Prestação de Serviço por tempo determinado, que entre si celebram, como contratante o município de Ibiam, CNPJ 01.612.745/0001-74, neste ato representado pelo Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal, e como contratada, a Sra. ALINE ODORIZZI TURELLA, brasileira, solteira, Agente de Serviços Gerais, CI 6.715.321, CPF nº 108.427.479-58, residente neste Município, mediante as seguintes cláusulas, firmam o presente contrato:

Cláusula Primeira - O Município, com amparo no inciso VII, do art. 88, alínea a, do inciso III, do art. 23, ambos da Lei Orgânica Municipal; mais o que consta no inciso VII, do § 1º, do art. 2º, da Lei Municipal nº 112, de 05.01.1999, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 283, de 03.06.2005; e, considerando a existência de vaga não ocupada em concurso público; bem como o resultado do Processo Seletivo nº 001, de 11.02.2015, homologado pelo Decreto nº 2770, de 13.03.2015; e com base no Prejulgado nº 1877, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, contrata a Sra. ALINE ODORIZZI TURELLA, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Gerais, com uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais a serem desenvolvidas junto a Secretaria da Educação.

Cláusula Segunda - A contratada receberá os vencimentos de R\$ 818,86 (oitocentos e dezoito reais e oitenta e seis centavos), conforme o Anexo 2, da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997 e alterações posteriores.

Parágrafo único - A contratada será regida pelo regime jurídico especial de que trata a Lei nº 112, de 05.01.1999 e filiada ao Regime Geral da Previdência Social.

Cláusula Terceira - O presente contrato passa a ter início no ato da assinatura do respectivo Contrato e término previsto até que cesse o motivo que deu causa à contratação ou ainda com o preenchimento da vaga mediante realização de Concurso Público.

Parágrafo único - Poderá haver a prorrogação do contrato, objeto deste edital, pelo prazo de 01 (um) ano, desde que não cesse o motivo que deu causa à contratação ou ainda com o não preenchimento da vaga mediante realização de concurso público, ou nos termos do artigo 3º, da Lei Municipal nº 112/99.

Cláusula Quarta - A rescisão do presente contrato poderá ocorrer antecipadamente nos casos previstos no Artigo 12, da Lei Municipal nº 112, de 05 de Janeiro de 1999.

Cláusula Quinta - Os encargos decorrentes deste contrato, serão suportados pela rubrica orçamentária:

Órgão: 02 - Chefia do Executivo
Unidade orçamentária: 0206 - Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 1201 - Desenvolvimento Educacional
Projeto/atividade: 2030 - Manutenção da Educação Infantil
Elemento de Despesa: 31900000 - 0101 - Aplicações Diretas

Cláusula Sétima - O presente contrato fundamenta-se na Lei Municipal 112, de 05 de Janeiro de 1999 e alterações posteriores, Processo Seletivo - Edital nº 002, de 17 de fevereiro de 2014 e Artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal.

Cláusula Oitava - As partes elegem o foro da Comarca de Tangará para dirimir questões relacionadas a este contrato.

E por estarem, certos, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma para que produza os efeitos legais e jurídicos, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 01 de abril de 2015.
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal
CPF - 497.720.319-49

ALINE ODORIZZI TURELLA
CPF - 108.427.479-58

Testemunhas:
Testemunhas:
LAELCIO ANTONIO GASANIGA
CPF - 807.451.729-20

LUCIANA M. TREVISOL BALEN
CPF - 042.307.839-90

EVANDRO CARLOS DOS SANTOS
Advogado - OAB/SC 13.747

CONTRATO Nº 013 2015 - RH

CONTRATO Nº 013/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Administrativo de Prestação de Serviço por tempo determinado, que entre si celebram, como contratante o município de Ibiam, CNPJ 01.612.745/0001-74, neste ato representado pelo Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal, e como contratada, a Sra. ARIANA LOPES DE SOUZA COSTA, brasileira, casada, Servente, CI 4.785.982, CPF nº 042.925.529-24, residente neste Município, mediante as seguintes cláusulas, firmam o presente contrato:

Cláusula Primeira - O Município, com amparo no inciso VII, do art. 88, alínea a, do inciso III, do art. 23, ambos da Lei Orgânica Municipal; mais o que consta no inciso III, do § 1º, do art. 2º, da Lei Municipal nº 112, de 05.01.1999, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 283, de 03.06.2005; e, considerando o afastamento da titular do cargo a Sra. Maria Alzerinda de Souza Batista; bem como o resultado do Processo Seletivo nº 001, de 11.02.2015, homologado pelo Decreto nº 2770, de 13.03.2015; e com base no Prejulgado nº 1877, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, contrata a Sra. ARIANA LOPES DE SOUZA COSTA, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Gerais, com uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais a serem desenvolvidas junto a Secretaria da Educação.

Cláusula Segunda - A contratada receberá os vencimentos de R\$ 818,86 (oitocentos e dezoito reais e oitenta e seis centavos), conforme o Anexo 2, da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997 e alterações posteriores.

Parágrafo único - A contratada será regida pelo regime jurídico especial de que trata a Lei nº 112, de 05.01.1999 e filiada ao Regime Geral da Previdência Social.

Cláusula Terceira - O presente contrato passa a ter início no ato da assinatura do respectivo Contrato e término previsto até que cesse o motivo que deu causa à contratação (enquanto perdurar o afastamento da titular do cargo).

Cláusula Quarta - A rescisão do presente contrato poderá ocorrer antecipadamente nos casos previstos no Artigo 12, da Lei Municipal nº 112, de 05 de Janeiro de 1999.

Cláusula Quinta - Os encargos decorrentes deste contrato, serão suportados pela rubrica orçamentária:

Órgão: 02 - Chefia do Executivo
Unidade orçamentária: 0206 - Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 1201 - Desenvolvimento Educacional
Projeto/atividade: 2030 - Manutenção da Educação Infantil
Elemento de Despesa: 31900000 - 0101 - Aplicações Diretas

Cláusula Sétima - O presente contrato fundamenta-se na Lei Municipal 112, de 05 de Janeiro de 1999 e alterações posteriores, Processo Seletivo - Edital nº 002, de 17 de fevereiro de 2014 e Artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal.

Cláusula Oitava - As partes elegem o foro da Comarca de Tangará para dirimir questões relacionadas a este contrato.

E por estarem, certos, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma para que produza os efeitos legais e jurídicos, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 09 de abril de 2015.
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal
CPF - 497.720.319-49

ARIANA LOPES DE SOUZA COSTA
CPF - 042.925.529-24

Testemunhas:
Testemunhas:
LAELCIO ANTONIO GASANIGA
CPF -807.451.729-20

LUCIANA M. TREVISOL BALEN
CPF - 042.307.839-90

EVANDRO CARLOS DOS SANTOS
Advogado - OAB/SC 13.747

LEI Nº 568/2015

LEI Nº 568 DE 23 DE ABRIL DE 2015
INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL 2015 DE
IBIAM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 88, inc I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber a todos os Habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal 2015 de IBIAM - PREFI 2015, destinado a promover a regularização de créditos tributários e não-tributários do Município de Ibiam, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2014.

Parágrafo Único. O PREFI 2015 abrange créditos tributários e não-tributários de qualquer natureza, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, mesmo que discutidos judicialmente em ação proposta pelo sujeito passivo ou em fase de execução fiscal já ajuizada, e ainda os créditos decorrentes do descumprimento de obrigações acessórias, e os créditos que tenham sido objeto de parcelamentos anteriores, não integralmente quitados, mesmo que cancelados por falta de pagamento.

Art. 2º. A adesão ao PREFI 2015 dar-se-á por opção do sujeito passivo, pessoa física ou jurídica, através de requerimento, dispensado do pagamento de taxa de protocolo.

§ 1º. O prazo final de adesão ao PREFI 2015 será até 31 de julho de 2015.

§ 2º. Caberá ao Poder Executivo promover ampla divulgação e publicidade desta Lei.

§ 3º. Em sendo de interesse público, o Chefe do Poder Executivo Municipal, poderá prorrogar o prazo previsto no § 1º deste artigo até o dia 30 de setembro de 2015.

Art. 3º. Ao aderir ao PREFI 2015, o sujeito passivo deverá liquidar os créditos tributários e não-tributários à vista.

Parágrafo Único. Não produzirá efeitos o requerimento de adesão formulado sem o correspondente pagamento tempestivo da parcela única.

Art. 4º A adesão ao PREFI 2015 observará os seguintes critérios:

I - Em existindo mais de um imóvel em nome do sujeito passivo, a adesão ao PREFI 2015, em relação aos créditos tributários e não-tributários vinculados ao cadastro imobiliário, poderá ser individualizada para cada imóvel.

II - Nos casos em que o contribuinte possuir débito relativo a crédito tributário e crédito não-tributário, será emitido adesão própria para cada, ficando cada um deles sujeito ao recolhimento da taxa do Documento de Arrecadação Municipal - DAM, sobre cada dívida arrecadada.

III - A pessoa jurídica que suceder a outra será responsável pelos tributos devidos pela sucedida nas hipóteses do artigo 132 e 133 do Código Tributário Nacional e deverá solicitar convalidação da opção feita pela sucedida.

Art. 5º Para os créditos que estejam em fase de execução fiscal, são condições indispensáveis ao deferimento da adesão ao PREFI 2015:

I - a renúncia a eventuais embargos opostos à execução fiscal e desistências de recursos;

II - prévio recolhimento de todas as despesas extrajudiciais efetuadas e comprovadas;

§ 1º. A critério do Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Tangará, os processos de execução fiscal poderão permanecer suspensos enquanto perdurar os efeitos da presente Lei.

§ 2º. Será de responsabilidade exclusiva do beneficiário da presente Lei o recolhimento das custas processuais, na forma estabelecida pelo Poder Judiciário.

Art. 6º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a anistia e/ou remissão dos encargos previstos na legislação tributária, incidentes sobre os créditos tributários e não-tributários constituídos em decorrência do descumprimento de obrigações tributárias principais e acessórias, exigidos ou não por notificações fiscais, observados os seguintes percentuais:

I - 100% (cem por cento) dos juros e multas moratórias, para o sujeito passivo que aderir ao PREFI 2015 e efetuar o pagamento em parcela única até o dia 31 de julho de 2015, tudo como previsto no Artigo 2º desta Lei;

Parágrafo único. A redução de que trata o Inciso I deste artigo, não contempla a correção monetária que incidir sobre os débitos de acordo com a legislação municipal.

Art. 7º A opção pelo PREFI 2015 obriga o sujeito passivo a:

I - confissão irrevogável e irretratável dos créditos em que optou pela adesão ao PREFI 2015;

II - aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei;

III - manutenção automática dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal.

Art. 8º No caso dos tributos sujeitos a lançamento por homologação, em que não houver lançamento de crédito tributário formalizado, o contribuinte poderá realizar denúncia espontânea, e aderir ao PREFI 2015 segundo os valores por ele apurados.

Parágrafo Único. A denúncia espontânea referida no caput não inibe posterior fiscalização por parte da Administração Municipal,

hipótese em que eventuais diferenças apuradas serão lançadas de ofício, acrescidas dos encargos legais.

Art. 9º Os valores a serem recolhidos em decorrência do PREFI 2015 não recolhidos até o vencimento ou data limite de pagamento, perderão os benefícios concedidos, restabelecendo-se, em relação ao valor do débito não pago, os acréscimos legais calculados na forma da legislação aplicável.

Art. 10º Os prazos para recolhimento dos valores, objeto do PREFI 2015, somente se vencem em dia de expediente normal da repartição competente e da rede bancária, prorrogando-se, se necessário, até o primeiro dia útil subsequente.

Art. 11º O Poder Executivo fica autorizado a firmar acordos judiciais concedendo os benefícios fiscais estabelecidos na presente Lei.

Art. 12º As remissões e anistias previstas nesta Lei não autorizam, em qualquer hipótese, a restituição ou compensação de importâncias já pagas.

Art. 13º O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar, por Decreto, esta Lei.

Art. 14º As eventuais despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão consignadas no orçamento em vigor.

Art. 15º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições em contrário.

Centro Administrativo de Ibiã, 23 de abril de 2015.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO

PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e Registro:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA

SEC. MUNICIPAL ADM. E FAZENDA

PORTARIA Nº 069/2015

PORTARIA Nº 069, DE 31 DE MARÇO DE 2015

"RESCINDE, A PEDIDO, CONTRATO DE TRABALHO COM SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, considerando o Contrato de Trabalho nº 011, de 15 de abril de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar rescindido, a pedido, o Contrato de Trabalho nº 011/2014, celebrado com ILISANGELA ZITTERELL DO ROSÁRIO DA SILVA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 31 DE MARÇO DE 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 070/2015

PORTARIA Nº 070, DE 06 DE ABRIL DE 2015

"NOMEIA REPRESENTANTES DAS ENTIDADES DE CLASSE E REPRESENTATIVIDADES PARA O FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FME)"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o artigo 4º do decreto municipal nº 2764, de 05 de março de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º. O Fórum Municipal de Educação será integrado pelas seguintes representatividades:

a) Secretaria Municipal da Educação - SEMED

- Secretário(a) Municipal de Educação:

LUCIANA MACEDO TREVISOL BALEN

- Diretores Escolares da Rede Municipal de Ensino:

CATARINA MARIA DALLABRIDA BORSOI

- Secretária Escolar do CEM Eliziane Titon:

LUCILA DALMOLIM CIARNOSCHI

- Orientadora Educacional:

MÔNICA TRAGANCIN HOLLEWEGER

- Supervisora Escolar:

FÁTIMA FONTANA GONZATTO

b) Câmara Municipal de Vereadores

- Representante da Câmara Municipal:

TITULAR: ADENIR ROMANATTO

SUPLENTE: MÁRCIA APARECIDA GOMES DE OLIVEIRA

c) Conselho Municipal de Educação

- Três conselheiros titulares do COMED:

ALBERTO MILTON FONTANA

OLIVO CERON

ODETE GONÇALVES WALTER WILLE

d) Conselho Municipal do FUNDEB

- Três conselheiros titulares:

CLAUDINEI PERETTI

RODRIGO FELICETTI PEROSA

EDUARDA PIVETA GOMES DE OLIVEIRA

e) Conselho Municipal de Alimentação Escolar

- Três membros titulares do CAE.

MARINÊS BOLZANI

JULIA LAIDNES

ALDA DA SILVA

f) Representantes da Escola de Educação Básica Heriberto Hulse

- Três membros da equipe diretiva:

ELTON LUIS GONZATTO

LUCIANA LORENZETTI

ROBSON SILVA

g) Associações de Pais e Mestre - APPs

- Nomeação de três pais de alunos de cada APP

Rede Municipal:

DAIANE GRUTZMANN CHIESA RAMOS

KÁTIA VANELLI

MARIA SOLANGE DA SILVA MATOS BORSOI

Rede Estadual:
WILMAR FILIPPI
IVAIR CERON
DIVAIR FERREIRA THIBES

h) Representante dos profissionais da educação
- Nomeação de dois representantes de cada nível de escolaridade ofertado, da Rede Municipal e Estadual de Ensino.

Educação Infantil:
ELIANE MARIA PIOVESAN RECALCATTI
ITAMAR ROMANATTO

Ensino Fundamental I:
CAIO MURILO TRAGANCIN RINALDI
WALDECIRA APARECIDA TRAGANCIN DE OLIVEIRA

Ensino Fundamental II:
LUCAS GONZATTO
LUCIANA DISSEGNA

Ensino Médio:
MARCOS TOMAZ
MARCELO LUIZ RINALDI

i) Educação Especial
- Dois pais de aluno:
CLEUSA EMÍLIA SUSIN BRESSAN
LAIDES CHAGAS

j) Conselho Tutelar
- Todos os conselheiros ativos:
DÉBORA ROSSATO
IVONETE TREVISOL CRACO
MARIA DE FÁTIMA FILIPPI
MARIZANI APARECIDA RAMOS
SIMARA APARECIDA TREVISOL SLOGO

k) Ensino Superior
- Dois representantes dos alunos universitários:
DIEGO DA SILVA GUINDANI
SILVANA DA COSTA TREVISOL

l) Ensino Técnico Profissionalizante
- Dois representantes dos alunos do ensino técnico:
LUCIMAR CERON
ELAINE BASEI

m) Secretaria Municipal da Saúde

- Um representante de coordenação dos programas de saúde da família:
ERICA THOMÉ LAIDNES

- Dois representantes dos agentes de saúde:
DARIANE APARECIDA GOMES RAMOS BASEI
SILVANA REGINA BLOOT

n) Secretaria Municipal de Assistência Social
- Dois representantes:
LEILA APARECIDA RAMOS ARALDI
CRISTIANE CORDEIRO DE MORAIS

o) Secretaria Municipal da Administração e da Fazenda
- Um representante:
LÁELCIO ANTONIO GASANIGA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 06 DE ABRIL DE 2015.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 071/2015

PORTARIA Nº 071, DE 06 DE ABRIL DE 2015
"DESIGNA SERVIDOR COMO AGENTE EXECUTIVO DE TRÂNSITO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com os Decretos n.º 374/01 e 245/00, RESOLVE:

Art. 1º. Fica designado para atuar como Agente Executivo de Trânsito junto ao Órgão de Trânsito Rodoviário do Município, o Sr. Mauri Miorelli Dissegna, Secretário Municipal do Desenvolvimento Comunitário, Cultura e Esportes.

Art. 2º. As competências atribuídas ao Órgão Executivo de Trânsito, coordenadas por seu Agente Executivo designado são as constantes do Decreto 245/2000, Considerando o Convênio Firmado com a Secretaria Estadual de Segurança Pública e Defesa do Cidadão delegando competências à Polícia Militar.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria de n.º 137, de 20 de março de 2013.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 06 DE ABRIL DE 2015.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 073/2015

PORTARIA Nº 073, 08 DE ABRIL DE 2015
"CONCEDE 10 (DEZ) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, considerando a Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008 e o requerimento da servidora protocolado em 07 de abril de 2015, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora CÁCIA APARECIDA GONZATTO ARALDI, ocupante do cargo efetivo de Professor II - Nível 5 - Referência C, 10 (dez) dias de Licença Prêmio a que faz jus, referente ao período aquisitivo de 22.08.2008 a 12.09.2013.

§ 1º. O período aquisitivo da licença prêmio, mencionado no caput deste artigo, foi retardado em 22 dias, conforme determina o § 2º, do artigo 96-B, da Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008.

§ 2º. A remuneração do servidor, durante o período da Licença mencionada no caput deste artigo, será de acordo com o § 2º, do art. 96-D, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008.

Art. 2º. A servidora usufruirá a Licença Prêmio no período de 08 a 17 de abril de 2015.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 08 DE ABRIL DE 2015.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 074/2015

PORTARIA Nº 074, DE 08 DE ABRIL DE 2015
"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal; ; considerando os artigos 59 a 64, da Lei federal nº 8.213, de 24 de Julho de 1991, combinado com o Decreto Federal nº 3.048, de 06 de Maio de 1999 e alterações posteriores, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor EDSSON GOMES DE OLIVEIRA, servidor efetivo no cargo de Mecânico - Nível 4 - Referência E, Licença para Tratamento de Saúde, em consequência de acidente de trabalho.

Art. 2º. O afastamento será de conformidade com o Atestado Médico do Dr. Fabiano Scortegagna Dupczak - CRM/SC 16766 (anexo a CAT (Comunicação de Acidente de trabalho)), para o período de 01 a 14 de abril de 2015.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 08 DE ABRIL DE 2015.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 075/2015

PORTARIA Nº 075, DE 10 DE ABRIL DE 2015
"ATRIBUI EXERCÍCIO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina;

Considerando a necessidade de adequar os serviços junto a Secretaria do Desenvolvimento Comunitário, Cultura e Esportes;

Com amparo no artigo 88, incisos VII, IX e XII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica designada a Sra. JUSTINA INES DALMOLIN - SERVENTE - NÍVEL 1 - REFERÊNCIA "E", para prestar exercício junto a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Comunitário, Cultura e Esportes.

Parágrafo único. A servidora continuará percebendo os vencimentos relativos ao seu cargo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 13 de abril de 2015.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 10 DE ABRIL DE 2015.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

RESOLUÇÃO Nº 018/2015 - CODEMI
RESOLUÇÃO Nº018/2015

O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE IBIAM - CODEMI, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar Nº 025, de 24 de novembro de 2011.

CONSIDERANDO o Decreto n.º 2561, de 20 de novembro de 2013, o art. 2º, incisos I a VIII quanto às competências.

CONSIDERANDO a deliberação da reunião ordinária, visitaço "in loco" e análise dos documentos do dia 1º de Agosto de 2014.
RESOLVE:

Art.1º - Aprovar a concessão de estímulos econômicos ao Senhor Celso Maculan constituído 08(oito) horas de Retroescavadeira, 15 (quinze) horas de Motoniveladora, 150(cento e cinquenta) km de Caçamba, 20 (vinte) horas de Escavadeira Hidráulica e 20(vinte) horas de Trator de Esteira.

Art.2º A prestação de contas será de acordo com o art. 6º do Decreto nº 2561/2013.

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e CUMPRA-SE.

Ibiam, 17 de Abril de 2015.
Secretário Municipal Infraestrutura Obras e Serviços Públicos
Presidente do Conselho CODEMI

Homologada em: 17/04/2015.

Clóvis José Busatto
Prefeito Municipal de Ibiam

Ilhota**PREFEITURA****AVISO CHAMAMENTO 002 - 2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ILHOTA
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2015

CONSULTA PÚBLICA COM OBJETIVO DE COLETAR DE PROPOSTAS PARA A CONFECCÃO DO PLANO MUNICIPAL DE MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

O Prefeito Municipal de Ilhota, no uso das suas atribuições, em cumprimento ao Artigo 1º. e seu Paragrafo Único, ao Artigo 182 da Constituição Federal, aos incisos II, III, XIII do Artigo 2º, do Parágrafo 4º, Artigo 40 e ao Capítulo IV da Lei Federal 10.257 de 10 de julho de 2001, bem como o Artigo 5º da Lei Federal 12.587 de 3 de janeiro de 2012, e suas posteriores alterações, comunica a todos os cidadãos e entidades da sociedade civil que será realizada uma Consulta Pública com o objetivo de debater e coletar propostas para a confecção do Plano Municipal de Mobilidade Sustentável, na seguinte data, horário e local:

- Dia 29 de ABRIL de 2015 (quarta-feira), com início às 19:00hs, na ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ILHOTA - Rua Manoel Felizardo de Souza, s/nº, Centro.
A Consulta Pública terá como objetivo expor a metodologia adotada nos trabalhos, os temas abordados, a forma de participação da comunidade na formulação de propostas, a coleta de propostas e as datas dos próximos eventos que serão realizados pelo Município de Ilhota, sob coordenação da Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí - AMFRI, ou seu preposto, para o início do processo de confecção do Plano Municipal de Mobilidade Sustentável.

Ilhota - SC, 23 de abril de 2015.

Daniel Christian Bosi
Prefeito Municipal

Imarui

PREFEITURA

AVISO DE SUSPENSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO PMI Nº. 029/2015

A Prefeitura Municipal de Imaruí através do Prefeito Municipal Manoel Viana de Sousa torna pública a suspensão do Pregão Eletrônico 029/2015, para aquisição de trator e implementos agrícolas, por período indeterminado.

Imaruí, 17 de Abril de 2015.

Manoel Viana de Sousa

Prefeito Municipal

AVISO DE SUSPENSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO PMI Nº. 030/2015

A Prefeitura Municipal de Imaruí através do Prefeito Municipal Manoel Viana de Sousa torna pública a suspensão do Pregão Eletrônico 030/2015, para aquisição de caminhão basculante 4x2 toco, por período indeterminado.

Imaruí, 17 de Abril de 2015.

Manoel Viana de Sousa

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 072, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO PMI Nº 072, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais), para novo item orçamentário, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDUC		
Manutenção do Ensino Fundamental		
12.361.0009-2.006		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0803	Aplicações Diretas	63.000,00
Total	63.000,00	

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da adesão ao Pregão Eletrônico n. 71/2013/FNDE/MEC; POSITIVO INFORMÁTICA S/A.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 073, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO PMI Nº 073, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 509.086,57 (quinhentos e nove mil e oitenta e seis reais e cinquenta e sete centavos), para novo item orçamentário, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDUC		
Construção, Reforma, Ampliação de Unid. Escolares - Fundamental		
12.361.0009-1.005		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0802	Aplicações Diretas	509.086,57
Total	509.086,57	

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do cadastro de obra PAC 2- Construção de Quadra Coberta com Vestiário - Projeto FNDE.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de abril de 2015.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 074, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO PMI Nº 074, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 184.513,63 (cento e oitenta e quatro mil quinhentos e treze reais e sessenta e três centavos), para novo item orçamentário, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDUC		
Construção, Reforma, Ampliação de Unid. Escolares - Creches		
12.365.0009-1.037		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0801	Aplicações Diretas	184.513,63
Total	184.513,63	

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do cadastro de obra PAC 2 - Cobertura de Quadra Escolar Pequena - Projeto FNDE.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de abril de 2015.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Chefe de Gabinete

LEI Nº 4.548, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

LEI Nº 4.548, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a conceder auxílio financeiro à Associação Beneficente Ebenezer de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a repassar para a Associação Beneficente Ebenezer, inscrita no CNPJ sob o nº 79.680.336/0001-00, o valor de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), sendo pago em 9(nove) parcelas mensais de R\$ 1.500,00(hum mil e quinhentos reais).

Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o "caput" observará a situação financeira da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º O auxílio financeiro a que se refere o Art. 1º destina-se à cobertura de parte das despesas referente à manutenção das atividades desenvolvidas pela referida Associação.

Art. 3º A entidade beneficiada fica obrigada a prestar contas, com referência à aplicação do recurso repassado pelo Poder Público Municipal, no prazo de 30(trinta) dias após o recebimento do mesmo.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município do valor repassado.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 22 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

PORTARIA PMI/GGP Nº 243/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 243, de 22 de abril de 2015.

Dispõe sobre a nomeação de servidor de carreira em função gratificada de Coordenador de Arrecadação e Lançamento, do órgão superior correspondente, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, ainda com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor de carreira abaixo descrito, na função gratificada de Coordenador de Arrecadação e Lançamento, conforme expresso.

COORDENADOR – LC nº 4.514/2015				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Nomeação
Coordenador de Arrecadação e Lançamento	SEFAZ	Adécio Duarte de Oliveira	472.331.419-91	23/04/2015

Art. 2º O servidor de carreira nomeado para a função gratificada de Coordenador, perceberá gratificação de 33% (trinta e três por cento) de seu salário base, nos termos do Art. 31, § 2º, II da LC nº 4.514/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de 23 de abril de 2015.

Imbituba, 22 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 244/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 244, de 23 de abril de 2015.

Dispõe sobre a nomeação de Diretora de Atos Contratuais, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Sra. CRISTIANE XAVIER DE LIMA, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 620.095.089-04, para exercer o cargo de Diretora de Atos Contratuais junto a Procuradoria Geral do Município - PGM, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de 04 de maio de 2015.

Imbituba, 23 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2015 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PMI

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica, que fica anulado o Processo Licitatório nº 41/2015, na modalidade de Pregão Presencial nº 28/2015, devido o não comparecimento de interessados caracterizando a licitação como deserta.

Imbituba, 24 de abril de 2015.

Dilson Petrassen Junior

Pregoeiro Oficial

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2015 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PMI

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica, que fica anulado o Processo Licitatório nº 42/2015, na modalidade de Pregão Presencial nº 29/2015, devido o não comparecimento de interessados caracterizando a licitação como deserta.

Imbituba, 24 de abril de 2015.

Dilson Petrassen Junior

Pregoeiro Oficial

CÂMARA MUNICIPAL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 017/15

Ato da Presidência nº 017/15

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 12ª Sessão Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 27 de Abril de 2015 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
047	PLC nº 340/2015	17/04/15	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Acrescenta dispositivos da Lei Complementar nº 3.019, de 28 de dezembro de 2006, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
048	PL nº 4.698/2015	22/04/2015	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Executivo Municipal a conceder Auxílio Financeiro ao CTG 13 Guapos e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
049	PL nº 4.699/2015	22/04/2015	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Altera a redação do art. 2º da Lei nº 4.536, de 1º de abril de 2015.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
050	PL nº 4.700/2015	22/04/2015	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Executivo Municipal a efetuar despesas para a realização das Festividades Alusivas ao Aniversário de Emancipação Político-Administrativa do Município de Imbituba.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	PR nº 004/2015	23/04/2015	Legislativo Municipal	Mesa Diretora	Dispõe sobre a realização de Sessão Solene comemorativa ao 57º aniversário de Emancipação Político-Administrativa do Município de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	Única

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 23 de abril de 2015.

Indaial

PREFEITURA

CONTRATO Nº 080/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 080/2015

CONTRATADA: BANCO BRADESCO S/A

OBJETO DO CONTRATO: O credenciamento de instituições financeiras para recolhimento de tributos municipais, em documentos no padrão FEBRABAN, através de suas agências e/ou conveniadas em abrangência nacional, sendo a estimativa anual de 150.000 (cento e cinquenta mil) documentos de cobrança.

PRAZO: 31 de março de 2015 até 31 de março de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 31/03/2015.

CONVÊNIO Nº 008/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONVÊNIO Nº 008/2015

CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO DOS APICULTORES DE INDAIAL - API.

OBJETO DO CONTRATO: O presente convênio visa a promoção da campanha de mudas frutíferas, que acontecerá no dia 10 de julho de 2015, das 08:00 horas até as 17:00 horas, nas dependências da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento.

A finalidade deste convênio é promover a venda de mudas frutíferas a comunidade Indaialense.

PRAZO: As partes estabelecem que este convênio de parceria terá validade de 20 de abril de 2015 até 20 de julho de 2015, renovado por igual período se não houver manifestação contrária de qualquer uma das partes.

ASSINATURA: 25/03/2015.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 073/2015

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Licitatório nº 073/2015.

Inexigibilidade nº 011015-10430

Objeto: Contratação de apresentações artísticas para encontros de grupos da 3ª idade.

Entrega dos envelopes: 23/04/2015

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 074/2015

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Licitatório nº 074/2015.

Tomada de Preços nº 005/2015-10430

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de recuperação e colocação de pavimento tipo paralelepípedo, lajota e afins.

Entrega dos envelopes: 12/05/2015 as 09:15h.

Abertura das propostas: 12/05/2015 as 09:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

Iomerê

PREFEITURA

EDITAL DE ESCOLHA CONSELHEIROS TUTELARES 01/2015

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

Edital 01/2015

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Iomerê-SC.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos através do site www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 23 de abril de 2015

Sibele M. Fiorentin

Presidente do Conselho Municipal da Criança e Adolescente

Ipumirim

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 248/2015 DE 20 DE ABRIL DE 2015.

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE ZELADORA PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 002/2002, que Dispõe sobre o Plano de Carreira e remuneração para os Servidores do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

CONTRATA

NATALINA CORREA DE ALBUQUERQUE, sob a Matrícula 2422-8, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 2.139.945 e do CPF 433.359.699-87, para ocupar o cargo em caráter temporário de Zeladora, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, nível salarial Nível 10, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional Claudino Locatelli, para o período de 20/04/2015 até a volta da titular Maria Salete Cristani que esta em licença.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 20/04/2015.

Ipumirim - SC, 20 de abril de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 249/2015 DE 20 DE ABRIL DE 2015.

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO MEMBRO DO MAGISTERIO PUBLICO MUNICIPAL PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

CONTRATA

MARCIA BENVENUTTI, sob a Matrícula 2423-6, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.163.228 e do CPF 026.736.319-25, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 20 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional Claudino Locatelli, para o período de 20/04/2015

a 05/06/2015.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 20/04/2015.

Ipumirim - SC, 20 de abril de 2015.
Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 250/2015 DE 20 DE ABRIL DE 2015.

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO MEMBRO DO MAGISTERIO PUBLICO MUNICIPAL PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

CONTRATA

ANDREIA VITTO, sob a Matrícula 2424-4, com domicílio na Cidade e Município de Concórdia, Carteira de Identidade nº. 3.942.181 e do CPF 051.968.579-23, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 20 horas semanais, lotação: Departamento de Cultura, para o período de 20/04/2015 a 20/12/2015.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 20/04/2015.

Ipumirim - SC, 20 de abril de 2015.
Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 251/2015 DE 23 DE ABRIL DE 2015.

EXONERA SERVIDORA NOMEDA POR CONCURSO PUBLICO POR APOSENTADORIA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

CLEOCIR MARIA SOSTER, Matrícula 713-7, com domicílio na Cidade e Município de Concórdia, Carteira de Identidade nº. 1146232-9 e do CPF 477.054.699-87, com nomeação para o cargo de Agente de Vigilância Epidem. e Ambiental, constante no Anexo II, Grupo B - Serviços Técnicos Profissionais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002., nível salarial Nível 90, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria , a presente portaria produzirá efeitos a partir de 30 de abril de 2015.

Ipumirim - SC, 23 de abril de 2015.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 32/2015,PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2015/PM

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 32/2015

VALDIR ZANELLA - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 09:00:00 horas do dia 08/05/2015, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 08/05/2015. Objeto da licitação: contratação de empresa para prestação de serviço, para a realização de levantamentos com o tema: diagnóstico da Criança e do Adolescente, conforme plano de trabalho anexo ao edital. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (049) 3438-3400, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 23/04/2015

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

Irineópolis

PREFEITURA

ATA RP PROC 26/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO 26/2014

PREGÃO PRESENCIAL 13/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 26/2014, Pregão Presencial nº 13/2014, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Reinaldo Stasiak e Sra. Andressa Bendlin - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 320/2014 e Sra. Cassiana Lais Brand; Sr. Pedro Arana- representante da empresa Fusão Comércio de Produtos Odontológicos Ltda - EPP; Sr. Ramon Francisco Andrade - representante da empresa Silmes Comércio de Produtos Odontológicos Ltda ME; Sr. Luiz Carlos Guimaraes - representante da empresa Odontomedi Produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda - ME e Sr. Rafael Gustavo Kohler - representante da empresa Olimed Material Hospitalar Ltda. A empresa Tata Comercio de Equipamentos para Saúde, Odonto-Médico Ltda ME. encaminhou seus envelopes através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, SEDEX SF 97701701 5 BR. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Fusão Comércio de Produtos Odontológicos Ltda - EPP; Silmes Comércio de Produtos Odontológicos Ltda ME; Odontomedi Produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda - ME e Olimed Material Hospitalar Ltda. seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas. A empresa Tata Comércio de Equipamentos para Saúde Odonto-Médico Ltda ME, foi desclassificada por não apresentar as guias da proposta com carimbo de identificação da empresa. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 26/2014, Pregão Presencial nº 13/2014, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Reinaldo Stasiak e Sra. Andressa Bendlin - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 320/2014 e Sra. Cassiana Lais Brand; Sr. Pedro Arana- representante da empresa Fusão Comércio de Produtos Odontológicos Ltda - EPP; Sr. Ramon Francisco Andrade - representante da empresa Silmes Comércio de Produtos Odontológicos Ltda ME; Sr. Luiz Carlos Guimaraes - representante da empresa Odontomedi Produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda - ME e Sr. Rafael Gustavo Kohler - representante da empresa Olimed Material Hospitalar Ltda. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pela empresa: Fusão Comércio de Produtos Odontológicos Ltda - EPP; Silmes Comércio de Produtos Odontológicos Ltda ME; Odontomedi Produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda - ME e Olimed Material Hospitalar Ltda e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 06 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Fusão Comércio de Produtos Odontológicos Ltda

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
001	Kit	Acabamento granulação fina e ultrafina	02	Microdont	60,00	120,00
002	Unidade	Acido gel fosfórico 37% - frasco com 2,5 ml	50	Biodinamica	5,10	255,00
010	Pacote	Alginato tipo II livre de poeira com 410g	80	Dencril	23,90	1.912,00
017	Caixa	Anestésico cloridrato de lidocaína e fenilefrina injetável c/ 50 un 1,8 ml	85	Sswhite	50,00	4.250,00
022	Frasco	Antisséptico bucal sem álcool 2lt	10	Reymer	43,50	435,00
023	Pacote	Babador impermeável descartável 33X47cm cor branco com 100 unidades	100	Biodinamica	15,60	1.560,00
032	Unidade	Broca 701 haste longa	05	Jota	11,40	57,00
033	Unidade	Broca 702 haste curta	05	Jota	11,40	57,00
034	Unidade	Broca 702 haste longa	05	Jota	11,40	57,00
035	Unidade	Broca 703 haste longa	05	Jota	11,40	57,00
043	Unidade	Broca baixa rotação nº 1	80	Jota	7,80	624,00
044	Unidade	Broca baixa rotação nº 2	130	Jota	7,80	1.014,00
045	Unidade	Broca baixa rotação nº 4	130	Jota	7,80	1.014,00
046	Unidade	Broca baixa rotação nº 6	170	Jota	7,80	1.326,00
047	Unidade	Broca baixa rotação nº 8	160	Jota	7,80	1.248,00
048	Unidade	Broca carbide alta rotação nº 04	20	Jota	8,45	169,00

049	Unidade	Broca carbide alta rotação nº 06	20	Jota	8,45	169,00
052	Unidade	Broca zekria 28mm	30	Jota	45,00	1.350,00
053	Unidade	Broca zekria 29mm	10	Jota	48,50	485,00
056	Kit	Cimento de ionomero de vidro R cor A2 - líquido 8 ml, pó 10 gr	02	FGM	39,90	79,80
060	Pacote	Cunha de madeira odontológica colorida com 100	10	AAF	22,50	225,00
061	Pacote	Cunha para resina transparente com 20 unidades	02	TDV	23,50	47,00
064	Frasco	Digluconato de clorexidina 2% 100ml	04	FGM	23,95	95,80
065	Kit	Disco para polimento de resina com 100 tdv kit com mandril	05	TDV	85,50	427,50
072	Caixa	Escova dental com cerdas macias adulto com 100 unidades	30	DK	120,00	3.600,00
076	Unidade	Espátula inserção fio retrator 113 serrilhado	03	Prisma	102,00	306,00
083	Caixa	Fio de sutura agulhado de seda 4-0 com 24 unidades	15	Technofio	44,00	660,00
085	Rolo	Fio retrator gengival nº 000 250cm extra fino	03	FGM	30,00	90,00
090	Frasco	Fluoreto de sódio 2% gel	25	Maquira	13,20	330,00
091	Unidade	Forceps adulto nº 151	01	ABC	42,60	42,60
092	Frasco	Formocresol 10 ml	03	Biodinamica	6,10	18,30
094	Unidade	Grau de borracha para alginato	04	Maquira	6,60	26,40
096	Frasco	Hemostático líquido 10 ml	15	Biodinamica	33,00	495,00
097	Unidade	Hidróxido de cálcio fotopolimerizável, 01 seringa com 2g + 03 bicos aplicadores	03	Biodinamica	30,00	90,00
099	Kit	Ionomero de vidro fotopolimerizável pó 5 gr + líquido	15	SDI	148,00	2.220,00
109	Unidade	Mandril para contra ângulo para discos polimento de resina com discos pop on	02	Microdont	32,50	65,00
110	Unidade	Mandril para contra ângulo para discos polimento de resina com rosca e parafuso	06	Preven	4,98	29,88
112	Kit	Material restaurador intermediário pó e líquido – pó 38 gr e líquido 15 ml	15	Biodinamica	89,00	1.335,00
114	Kit	Material restaurador provisório para coroas e pontes, embalagem com 01 base 50g, 01 catalisador 15g e bloco de mistura	01	Densply	68,00	68,00
118	Unidade	Moldeira de metal perfurada, jogo completo nº 1, 2, 3 4, lado fora desdentada	01	Tecnodont	87,50	87,50
122	Unidade	Óculos odontológico de proteção incolor em policarbonato	04	Ssplus	9,44	37,76
123	Frasco	Óleo para lubrificação spray de alta rotação 200 ml	04	Preven	27,50	110,00
124	Frasco	Óleo para lubrificação spray de baixa rotação 200 ml	04	Preven	27,50	110,00
128	Tubo	Pasta profilática com flúor para limpeza e polimento 50 gr	15	Maquira	13,00	195,00
130	Caixa	Pastilha para revelação de placa com 120 unidades	20	Biodinamica	28,30	566,00
131	Unidade	Pedra para afiar curetas de periodontia 15X5	07	Schelble	32,10	224,70
134	Kit	Polimento de amálgama 8089	06	Microdont	42,00	252,00
135	Caixa	Ponta Enhance para polimento dental com 07 pontas sortidas	10	Microdont	69,30	693,00
136	Unidade	Ponta para ultrassom odontológico microdent nº 01	12	Microdont	180,00	2.160,00
137	Unidade	Resina composta direta micro articulada fotopolimerizável A2	01	FGM	52,50	52,50
139	Unidade	Resina composta micro hibrida a base de micro glass radiopaca fotopolimerizável 4 g A1	02	Charisma	56,00	112,00
140	Unidade	Resina composta micro hibrida a base de micro glass radiopaca fotopolimerizável 4 g A2	10	Charisma	55,80	558,00
145	Unidade	Resina composta micro hibrida a base de micro glass radiopaca fotopolimerizável 4 g OA2	22	Charisma	56,00	1.232,00
146	Unidade	Resina composta micro particulada a base de micro glass fotopolimerizável 4 g A2	03	Charisma	55,60	166,80
147	Unidade	Resina composta micro particulada a base de micro glass fotopolimerizável 4 g B2	02	Charisma	56,00	112,00
149	Kit	Selante de fossulas e fissuras fotopolimerizável matizado 5 ml com 5 seringas	05	FGM	148,00	740,00
152	Unidade	Sonda milimetrada	02	Golgran	29,60	59,20
153	Caixa	Sugador cirúrgico plástico descartável com 40 unidades	10	Maquira	51,85	518,50
156	Frasco	Ticresol formalina 10 ml	10	Biodinamica	10,70	107,00
157	Caixa	Tira de lixa para amálgama 4mm com 12 unidades	30	Preven	10,00	300,00
158	Caixa	Tira de lixa para resina com 150 unidades	30	Preven	18,35	550,50
159	Caixa	Tira de poliéster com 100 unidades	15	Kdent	4,10	61,50

TOTAL R\$						35.416,24

Odontomedi - Produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda - EPP

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
006	Caixa	Agulha gengival curta 0,3X21 mm com 100 unidades	30	Injex	31,00	930,00
007	Caixa	Agulha gengival extra curta com 100 unidades	10	Injex	32,40	324,00
011	Pacote	Algodão odontológico com 100 unidades soft	20	Ssplus	1,95	39,00
012	Pacote	Algodão odontológico rolete nº 01 com 100 unidades	200	Cremer	3,95	790,00
013	Pacote	Algodão odontológico rolete nº 02 com 100 unidades	30	Cremer	4,90	147,00
015	Caixa	Amálgama 02 porções com 50 cápsulas	15	SDI	158,00	2.370,00
016	Caixa	Anestésico articaína 4% com epinefrina 1.100.000 com 50 tubos	05	DFL	97,00	485,00
018	Caixa	Anestésico cloridrato de mepivacaína + hemitartrato de norepinefrina 2% c/50 unidades	35	DFL	73,74	2.580,90
019	Caixa	Anestésico mepivacaina 3% sem vasoconstritor 1,8 ml com 50 unidades	15	DFL	74,50	1.117,50
021	Pote	Anestésico tópico gel benzocaína com 12 gr	50	DFL	8,00	400,00
036	Unidade	Broca alta rotação 1011	80	Option	5,90	472,00
037	Unidade	Broca alta rotação 1012	75	Option	5,90	442,50
038	Unidade	Broca alta rotação 1013	30	Option	5,90	177,00
039	Unidade	Broca alta rotação 1090	30	Option	5,90	177,00
040	Unidade	Broca alta rotação 1091	30	Option	5,90	177,00
041	Unidade	Broca alta rotação 1092	30	Option	5,90	177,00
042	Unidade	Broca alta rotação 1093	30	Option	5,90	177,00
050	Unidade	Broca maxicut 1503	02	American	82,00	164,00
054	Frasco	Cariostático 10 ml	05	Iodontosul	22,50	112,50
057	Kit	Composição de hidróxido de cálcio radiopaca com 01 tubo pasta base 13g + 01 tubo pasta catalizadora 11g + 01 bloco de mistura	15	Technew	41,20	618,00
059	Unidade	Creme dental 90 gr	600	Ice Fresh	2,30	1.380,00
062	Unidade	Cureta de dentina nº 17	03	Golgran	9,30	27,90
063	Galão	Desinfetante hospitalar de artigos semi cítricos 5lt	03	Rioquímica	98,00	294,00
066	Kit	Disco soft-lex 19590 ½ polegada com mandril	03	3M	176,00	528,00
070	Unidade	Escova de dedo massageadora para bebê	180	Med Fio	11,30	2.034,00
071	Unidade	Escova de Robson	120	Preven	2,10	252,00
073	Caixa	Escova dental com cerdas macias infantil com 100 unidades	30	Med Fio	117,00	3.510,00
077	Unidade	Espátula nº 24 flexível	01	Golgran	14,00	14,00
078	Unidade	Espátula para resina com ponta de titâneo dupa nº 2	05	Prisma	54,00	270,00
079	Unidade	Espelho bucal nº 05	80	Iodontosul	6,50	520,00
080	Unidade	Espelho de mão tamanho grande modelo molar	10	D'Express	37,70	377,00
081	Caixa	Esponja de fibrina com 10 unidades	03	Technew	26,30	78,90
084	Rolo	Fio dental encerado com 100 metros	2.600	Preven	3,50	9.100,00
088	Frasco	Fluoreto de fosfato acidulado gel 1,23% frasco com 200 ml	35	Iodontosul	5,00	175,00
089	Frasco	Fluoreto de sódio 0,2% líquido 1000 ml	80	Iodontosul	14,00	1.120,00
098	Frasco	Hidróxido de cálcio pó 10 gr	15	Biodinamica	8,00	120,00
102	Unidade	Lima 21mm 1ª série	03	Injecta	41,00	123,00
113	Kit	Material restaurador provisório com eugenol reforçado por polímeros para forramento de cavidades sob restauração de amálgama pó 38g + líquido 15ml	04	Biodinamica	73,00	292,00
119	Unidade	Moldeira descartável em cera para aplicação de flúor tamanho M	50	Preven	0,79	39,50
120	Unidade	Moldeira descartável em cera para aplicação de flúor tamanho P	50	Preven	0,79	39,50
125	Frasco	Otosporin 10 ml	10	FQM	16,00	160,00
126	Caixa	Papel carbono para articulação 20x100mm com 12 unidades	35	Angelus	6,00	210,00

127	Frasco	Pasta maisto 10 gr	05	Iodontosul	29,90	149,50
129	Caixa	Pasta zinco enólica 120g	02	Lysanda	47,40	94,80
133	Caixa	Pincel microbrush com aplicador descartável com 100 unidades	50	Kg	12,00	600,00
138	Unidade	Resina composta direta micro particulada fotopolimerizável A3	04	Durafill	52,81	211,24
142	Unidade	Resina composta micro hibrida a base de micro glass radiopaca fotopolimerizável 4 g A3.5	08	Charisma	55,90	447,20
144	Unidade	Resina composta micro hibrida a base de micro glass radiopaca fotopolimerizável 4 g B2	08	Charisma	56,00	448,00
148	Unidade	Resina fotopolimerizável flow A2	13	FGM	31,00	403,00
150	Frasco	Solução 0,5% de hipoclorito de sódio – líquido de Dakin – 1000 ml	02	Rioquímica	6,13	12,26
151	Frasco	Solução de clorexidina 0,12% 01 litro, para bochechos	12	Reymer	41,49	497,88
160	Frasco	Verniz com flúor 10 ml + 01 fr solvente	15	FGN	29,90	448,50
TOTAL R\$						35.854,58

Silmes Comércio de Produtos Odontológicos Ltda - EPP

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
003	Unidade	Adesivo monocomponente frasco com 6 ml	20	FGM	103,00	2.060,00
004	Unidade	Afastador odontológico de metal 17 cm	01	LM	22,00	22,00
005	Frasco	Água oxigenada 01 litro	07	Vicpharma	5,50	38,50
008	Caixa	Agulha gengival longa com 100 unidades	25	Injex	33,80	845,00
009	Frasco	Alcool 70% 1000 ml	180	Flops	6,08	1.094,40
014	Caixa	Amálgama 01 dose com 50 cápsulas	10	SDI	137,50	1.375,00
020	Caixa	Anestésico mepivacaina com noradrelina 2% c/ 50 un 1,8 ml tubete cristal	115	DFL	77,00	8.855,00
024	Unidade	Broca 1032 tronco cônica invertida	30	Fava	5,95	178,50
025	Unidade	Broca 1033 tronco cônica invertida	30	Fava	5,95	178,50
026	Unidade	Broca 1034 tronco cônica invertida	30	Fava	5,95	178,50
027	Unidade	Broca 1035 tronco cônica invertida	30	Fava	5,95	178,50
028	Unidade	Broca 2200F	02	Fava	5,95	11,90
029	Unidade	Broca 3083 ponta diamantada	04	Fava	5,95	23,80
030	Unidade	Broca 3118 acabamento	10	Fava	5,95	59,50
031	Unidade	Broca 3168 acabamento	10	Fava	5,95	59,50
051	Unidade	Broca zekria 23mm	30	Medin	39,80	1.194,00
055	Caixa	Cimento de hidróxido de cálcio pasta base + catalizador 24 gr radiopaco	02	Technew	37,12	74,24
058	Pacote	Compressa de gaze hidrófila 7,5X7,5 cm com 13 fios com 500 unidades	220	Gazetex	22,30	4.906,00
069	Caixa	Embalagem auto selante para esterilização 90X260 com 100 unidades	180	Harbo	24,50	4.410,00
074	Unidade	Escova limpa broca	02	Preven	8,12	16,24
075	Unidade	Escovódromo: bancada em metaflon e tubo de aço carbono com pintura eletrostática epóxi com 03 lavatórios de polipropileno, 03 torneiras metálicas, 03 tubos extensivos alongáveis de polipropileno, 01 painel trio palhacinhos com motivos de saúde bucal medindo 0,60X1,20 mt e 04 espelhos	04	Dexpress	4.200,00	16.800,00
087	Rolo	Fita adesiva para autoclave 19mmX30mt	30	Ciex	3,85	115,50
101	Caixa	Lâmina para bisturi nº 15 com 100 unidades	10	Solidor	18,90	189,00
115	Unidade	Material restaurador provisório sem eugenol 25g ph neutro com aplicação em endodontia, dentística e prótese	03	Caithec	16,00	48,00
116	Unidade	Matriz metálica 0,05X5X500mm	50	Preven	1,99	99,50
117	Unidade	Matriz metálica 0,05X7X500mm	50	Preven	1,99	99,50
121	Pote	Obturador provisório branco 25 gr	10	Caithec	17,20	172,00
141	Unidade	Resina composta micro hibrida a base de micro glass radiopaca fotopolimerizável 4 g A3	08	Kulzer	56,00	448,00

143	Unidade	Resina composta micro hibrida a base de micro glass radiopaca fotopolimerizável 4 g B1	08	Kulzer	56,00	448,00
TOTAL R\$						44.178,58

Olimed Material Hospitalar Ltda

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
067	Caixa	Embalagem auto selante para esterilização 150X250 com 100 unidades	80	Vedamax	35,30	2.824,00
068	Caixa	Embalagem auto selante para esterilização 200x330 com 100 unidades	100	Vedamax	51,00	5.100,00
082	Caixa	Fio de sutura agulhado de nylon 4-0 com 24 unidades (agulha 20 mm 3/8)	25	Technew	22,35	558,75
086	Rolo	Fita adesiva branca para odonto 19mmX30mt	30	Ciex	3,10	93,00
093	Pacote	Gorro branco descartável feminino 100 unidades	15	Olimed	6,18	92,70
095	Caixa	Haste flexível de plástico com algodão tipo cotonete com 100 unidades	50	Higie Topp	2,93	146,50
100	Caixa	Lâmina para bisturi nº 12 com 100 unidades	10	Advantive	19,00	190,00
103	Caixa	Luva cirúrgica com pó estéril nº 8 com 50 pares	05	Maxitex	45,00	225,00
104	Caixa	Luva cirúrgica com pó estéril nº 8,5 com 50 pares	10	Maxitex	45,00	450,00
105	Caixa	Luva de látex para procedimento extra pequena com 100 unidades	20	Nugard	14,00	280,00
106	Caixa	Luva de látex para procedimento grande com 100 unidades	20	Nugard	14,00	280,00
107	Caixa	Luva de látex para procedimento média com 100 unidades	200	Nugard	14,00	2.800,00
108	Caixa	Luva de látex para procedimento pequena com 100 unidades	300	Nugard	14,00	4.200,00
111	Caixa	Máscara cirúrgica com elástico tripla camada e filtro com 50 unidades	50	Olimed	4,79	239,50
132	Unidade	Pinça curva para algodão nº 7	10	ABC	8,80	88,00
154	Pacote	Sugador de saliva descartável com 40 unidades	200	Ssplus	3,18	636,00
155	Unidade	Tesoura cirúrgica 15 cm reta ponta fina	02	ABC	13,50	27,00
TOTAL R\$						18.230,45

Irineópolis, 23 de abril de 2015.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal de Irineópolis

ATA RP PROC 27/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO 27/2014

PREGÃO PRESENCIAL 14/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 27/2014, Pregão Presencial nº 14/2014, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Reinaldo Stasiak e Sra. Andressa Bendlin - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 320/2014 e Sra. Cassiana Lais Brand; Sr. Pedro Luiz Sedrez - representante da empresa Cointer Material Médico Hospitalar Ltda; Sr. Antao Cordova Pereira - representante da empresa Altermed Material Médico Hospitalar Ltda; Sr. Luiz Carlos Guimaraes - representante da empresa Odontomedi Produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda - ME; Sr. Rafael Gustavo Kohler - representante da empresa Olimed Material Hospitalar Ltda; Sr. Diego Gili representante da empresa Biomed Material Medico Hospitalar Ltda - ME; Pedro Arana - representante da empresa Fusão Comercio de Produtos Odontológicos Ltda - EPP; Ramon Francisco Andrade - representante da empresa Metromed Comercio de Material Médico Hospitalar Ltda e Elton Rodrigues Borges - representante da empresa Plasmedic Comércio de Materiais para uso Médico e Laboratorial Ltda. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Onde a empresa Plasmedic Comércio de Materiais para uso Médico e Laboratorial Ltda não atendeu o item 5 subitem 5.1 alínea "b" do edital, sendo assim desclassificada. Em seguida foi realizada a classificação da proposta das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Cointer Material Médico Hospitalar Ltda; Altermed Material Médico Hospitalar

Ltda; Odontomedi Produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda - ME; Olimed Material Hospitalar Ltda; Biomedi Material Medico Hospitalar Ltda - ME; Fusão Comercio de Produtos Odontológicos Ltda - EPP; Metromed Comercio de Material Médico Hospitalar Ltda e Plasmedic Comércio de Materiais para uso Médico e Laboratorial Ltda. seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 27/2014, Pregão Presencial nº 14/2014, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Reinaldo Stasiak e Sra. Andressa Bendlin - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 320/2014 e Sra. Cassiana Lais Brand; Sr. Antao Cordova Pereira - representante da empresa Altermed Material Médico Hospitalar Ltda; Sr. Luiz Carlos Guimaraes - representante da empresa Odontomedi Produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda - ME; Sr. Rafael Gustavo Kohler - representante da empresa Olimed Material Hospitalar Ltda; Sr. Diego Gili representante da empresa Biomedi Material Medico Hospitalar Ltda - ME; Pedro Arana - representante da empresa Fusão Comercio de Produtos Odontológicos Ltda - EPP; Ramon Francisco Andrade - representante da empresa Metromed Comercio de Material Médico Hospitalar Ltda e Elton Rodrigues Borges - representante da empresa Plasmedic Comércio de Materiais para uso Médico e Laboratorial Ltda. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Odontomedi Produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda - ME; Olimed Material Hospitalar Ltda; Biomedi Material Medico Hospitalar Ltda - ME; Fusão Comercio de Produtos Odontológicos Ltda - EPP; Metromed Comercio de Material Médico Hospitalar Ltda e Plasmedic Comércio de Materiais para uso Médico e Laboratorial Ltda. e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 06 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. A empresa Altermed Material Médico Hospitalar Ltda foi INABILITADA no item 6 subitem 6.4 alínea "c" do edital, manifestando intenção de recurso. De acordo com a Lei 8666/93 Art. 109 Inciso I abre-se o prazo de 05(cinco) dias úteis. Os demais representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Biomedi Material Médico Hospitalar Ltda. - ME

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
007	Unidade	Abocath nº 24 com dispositivo de segurança	800	Polymed	1,58	1.264,00
011	Unidade	Agulha descartável 13X4,5	8.000	Import	0,05	400,00
012	Unidade	Agulha descartável 20X5,5	5.000	Import	0,05	250,00
013	Unidade	Agulha descartável 25X6	7.000	Import	0,05	350,00
017	Unidade	Agulha descartável 40X12	5.000	Import	0,05	250,00
019	Frasco	Alcool gel 70% com 1000 ml	40	Q limpa	7,00	280,00
024	Unidade	Aparelho completo para inalação adulto com cachimbo, extensão e máscara, 220V	10	Daru/Ne-bular	114,30	1.143,00
026	Pacote	Atadura de crepom 13 fios – 3mX08cm – pacote com 12 unidades	700	Biotextil	3,10	2.170,00
027	Pacote	Atadura de crepom 13 fios – 3mX10cm – pacote com 12 unidades	400	Biotextil	4,63	1.852,00
028	Pacote	Atadura de crepom 13 fios – 3mX12cm – pacote com 12 unidades	700	Biotextil	4,65	3.255,00
029	Pacote	Atadura de crepom 13 fios – 3mX15cm – pacote com 12 unidades	500	Biotextil	5,79	2.895,00
030	Pacote	Atadura de crepom 13 fios – 3mX20cm – pacote com 12 unidades	300	Biotextil	7,60	2.280,00
036	Unidade	Bolsa coletora de urina sistema fechado 2000 ml	400	Starmed	2,60	1.040,00
047	Unidade	Caneta clínica tipo lanterna	10	Supermedy	7,86	78,60
064	Unidade	Detector fetal digital de mesa, garantia mínima de 01 ano	03	MD/ FD3000D	550,00	1.650,00
070	Unidade	Escova cervical	3.000	Adlin	0,17	510,00
072	Unidade	Esfigmomanômetro infantil com velcro	10	Premum	49,00	490,00
075	Unidade	Espéculo vaginal descartável médio	1.000	Adlin	1,00	1.000,00
077	Unidade	Estetoscópio com mangueira simples	20	Supermedy	7,86	157,20
083	Rolo	Fita adesiva branca 16X50	200	Eurocel	2,25	450,00
089	Frasco	Fixador citológico 100 ml	60	Adlin	5,49	329,40
091	Rolo	Gaze 91mmX91mt 13 fios	80	Biotextil	19,57	1.565,60
094	Unidade	Infusor 2 vias com clamp	500	Vitalgold	0,59	295,00
095	Unidade	Infusor 4 vias com clamp	80	Vitalgold	1,02	81,60
096	Caixa	Lâmina fosca 26X76 com 50 unidades	60	Adlin	2,55	153,00
097	Caixa	Lâmina para bisturi reta nº 15 com 100 unidades	03	Advantive	15,60	46,80
098	Caixa	Lâmina para bisturi reta nº 22 com 100 unidades	03	Advantive	15,60	46,80
099	Caixa	Lâmina para bisturi reta nº 23 com 100 unidades	03	Advantive	15,60	46,80
116	Unidade	Máscara de oxigênio com reservatório adulto	80	MD Macro-sul	9,14	731,20
117	Unidade	Máscara de oxigênio com reservatório infantil	30	MD Macro-sul	9,14	274,20
122	Unidade	Negatoscópio de 02 corpos	03	TAM	335,00	1.005,00

123	Unidade	Otoscópio	06	MD Mark II	225,00	1.350,00
124	Unidade	Oxímetro de dedo	06	Rossmax SB100	265,40	1.592,40
131	Unidade	Pinça cheron descartável 15 cm	40	Adlin	0,88	35,20
138	Unidade	Reanimador manual adulto com máscara	02	MD Macro-sul	132,20	264,40
139	Unidade	Reanimador manual neonatal com máscara e reservatório	01	MD Macro-sul	132,20	132,20
140	Unidade	Reanimador manual pediátrico com máscara e reservatório	02	MD Macro-sul	132,20	264,40
142	Galão	Sabonete líquido perfumado 05 litros	12	Lírio do Campo	21,00	252,00
145	Pacote	Saco para lixo hospitalar branco leitoso 100 litros com tarja de identificação com 100 unidades	10	Nekplast	35,80	358,00
147	Pacote	Saco para lixo hospitalar branco leitoso 40 litros com tarja de identificação com 100 unidades	80	Nekplast	18,15	1.452,00
150	Pacote	Saco para lixo preto 40 litros com 100 unidades	100	Embast	14,14	1.414,00
152	Pacote	Saco para lixo preto 60 litros com 100 unidades	100	Embast	20,71	2.071,00
174	Unidade	Sonda foley 2 vias nº 18 siliconada	60	Starmed	2,20	132,00
183	Unidade	Sonda uretral nº 06	400	Med Sonda	0,51	204,00
192	Unidade	Tala de papelão G	80	Biomedi	0,60	48,00
193	Unidade	Tala de papelão M	50	Biomedi	0,47	23,50
194	Unidade	Tala de papelão P	80	Biomedi	0,30	24,00
195	Unidade	Termômetro clínico digital	30	G Tech	9,79	293,70
TOTAL R\$						36.251,00

Cointer Material Médico Hospitalar Ltda

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
038	Unidade	Bolsa para colostomia 19X64mm transparente	300	Convatec	9,90	2.970,00
087	Unidade	Fita para glicemia aparelho Optium	24.000	Optium -Abbott	0,90	21.600,00
TOTAL R\$						24.570,00

Fusão Comércio de Produtos Odontológicos Ltda - ME

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
044	Unidade	Caixa para esterilização 18X08X03 em aço inox canto arredondados	07	Fami	29,25	204,75
059	Unidade	Coletor urinário de perna 750 ml	80	Advantive	8,19	655,20
068	Unidade	Equipo para soro micro gotas com injetor lateral	1.000	Medsonda	1,64	1.640,00
073	Rolo	Esparadrapo 4,5cmX12mm com 10 metros e capa protetora	200	Descarpack	2,45	490,00
129	Unidade	Pinça anatômica dente de rato reta 12 cm	06	ABC	6,20	37,20
132	Unidade	Pinça foester curva 18 cm	02	ABC	30,30	60,60
135	Unidade	Pinça mixer baby 14 cm	06	ABC	30,13	180,78
141	Unidade	Refil sabonete bico de silicone 800 ml	50	Ricie	8,09	404,50
149	Pacote	Saco para lixo preto 30 litros com 100 unidades	100	Tekplast	21,40	2.140,00
151	Pacote	Saco para lixo preto 50 litros com 100 unidades	100	Tekplast	18,35	1.835,00
180	Unidade	Sonda retal nº 24	30	Medsonda	1,33	39,90
181	Unidade	Sonda retal nº 26	30	Medsonda	1,41	42,30
182	Unidade	Sonda retal nº 30	30	Medsonda	1,41	42,30
196	Unidade	Termômetro digital de máxima e mínima com cabo extensor	06	ABC	20,50	123,00
TOTAL R\$						7.895,53

Metromed Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
014	Unidade	Agulha descartável 25X7	7.000	Solidor	0,05	350,00
015	Unidade	Agulha descartável 25X8	10.000	Solidor	0,05	500,00
016	Unidade	Agulha descartável 30X7	4.000	Solidor	0,05	200,00
021	Unidade	Almotolia plástica escura reta 500 ml	50	J. Prolab	2,55	127,50
022	Unidade	Almotolia plástica transparente reta 500 ml	50	J. Prolab	2,55	127,50
037	Unidade	Bolsa mochila Samu medicamentos 717 verde fibra resgate	01	Fibra	141,00	141,00
041	Unidade	Cabo universal para Tens - par	10	Arktus	22,00	220,00
045	Unidade	Caixa plástica organizadora com tampa 20 litros	20	Plasvale	37,00	740,00
046	Unidade	Caixa plástica organizadora com tampa 25 litros	20	Plasvale	40,00	800,00
050	Unidade	Colar cervical 4X1 em pvc	04	Ortocenter	50,50	202,00
061	Pacote	Compressa de gaze 7,5X7,5 com 13 fios – 500 unidades	1.500	Hospitex	21,00	31.500,00
062	Pacote	Compressa de gaze de viscosse estéril 7,5X7,5 13 fios com 05 unidades	1.500	MB Textil	0,67	1.005,00
069	Unidade	Escada 02 degraus em aço 40X34X40 cm	05	Olimedid	55,00	275,00
071	Unidade	Esfigmomanômetro adulto com velcro	10	Accumed	48,50	485,00
084	Rolo	Fita adesiva microporosa 2,5 cm com 10 mt com capa protetora	200	Missner	1,79	358,00
102	Unidade	Lixeira inox 13 litros com pedal	02	Brinox	114,00	228,00
103	Unidade	Lixeira plástica 13 litros com pedal cor branca	20	Plasvale	23,60	472,00
120	Par	Muleta axilar em alumínio com regulagem de altura tamanho médio	03	Mercur	51,40	154,20
121	Par	Muleta canadense fixa 312X500	03	Alo	38,20	114,60
126	Rolo	Papel kraft 60 cm largura com 15 kg	30	Kraft	66,90	2.007,00
127	Pacote	Papel toalha branco 20X22,5cm com 1.000 folhas	500	Damaspel	5,90	2.950,00
128	Unidade	Pêra de borracha para ECG (adulto)	24	Mikatos	3,30	79,20
143	Unidade	Saboneteira 800 ml	20	Dispenser	21,00	420,00
146	Pacote	Saco para lixo hospitalar branco leitoso 200 litros com tarja de identificação com 100 unidades	10	Rava	47,78	477,80
148	Pacote	Saco para lixo hospitalar branco leitoso 60 litros com tarja de identificação com 100 unidades	40	Rava	24,19	967,60
153	Unidade	Scalp nº 19 rígido	100	Lamedid	0,16	16,00
184	Unidade	Sonda uretral nº 08	2.000	Medsonda	0,51	1.020,00
185	Unidade	Sonda uretral nº 10	400	Medsonda	0,51	204,00
201	Par	Tornozeleira/caneleira 01 kg	02	Arktus	39,60	79,20
202	Par	Tornozeleira/caneleira 02 kg	02	Arktus	45,50	91,00
203	Par	Tornozeleira/caneleira 03 kg	02	Arktus	58,20	116,40
206	Par	Tornozeleira/caneleira 500 gr	02	Arktus	34,00	68,00
TOTAL R\$						46.496,00

Odontomedi - Produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda - EPP

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
001	Pacote	Abaixador de língua descartável de madeira com 100 unidades	120	Theoto	2,85	342,00
009	Frasco	Água oxigenada 1000 ml	40	Rioquímica	4,04	161,60
010	Unidade	Agulha descartável 13X3 para insulina	15.000	Injex	0,13	1.950,00
018	Frasco	Alcool 70 % com 1000 ml	200	Everest	4,95	990,00
023	Unidade	Andador articulado em alumínio 702/704	02	Mercur	121,00	242,00
039	Unidade	Cabo de bisturi 15	10	Golgran nº 3	6,75	67,50
040	Unidade	Cabo de bisturi 23	10	Golgran	6,75	67,50
042	Unidade	Cadeira de rodas 1200X1400 até 120 kg	02	Prolife Liberty Obes	586,00	1.172,00
043	Unidade	Cadeira de rodas para banho 864X1299 até 72 kg	02	Prolife Banho Simples	149,00	298,00

048	Unidade	Cateter para oxigênio tipo óculos	200	Med Sonda	0,80	160,00
057	Caixa	Coletor para perfurocortante 07 litros com 10 unidades	50	Embalalire	24,80	1.240,00
058	Caixa	Coletor para perfurocortante 13 litros com 10 unidades	50	Embalalire	34,80	1.740,00
067	Unidade	Equipo para soro macro gotas com injetor lateral	1.500	Descarpac	1,115	1.672,50
074	Pacote	Espátula de Ayres de madeira com 100 unidades	50	Theoto	4,58	229,00
076	Unidade	Especulo vaginal descartável pequeno	2.000	Adlin	0,89	1.780,00
079	Caixa	Fio de sutura 2.0 nylon com 24 unidades	12	Procure	35,50	426,00
080	Caixa	Fio de sutura 3.0 nylon com 24 unidades	12	Procure	35,50	426,00
081	Caixa	Fio de sutura 4.0 nylon com 24 un	12	Procure	35,50	426,00
082	Caixa	Fio de sutura 5.0 nylon com 24 un	10	Procure	35,50	355,00
086	Rolo	Fita para autoclave 19mmX30mt	60	Ciex	3,80	228,00
101	Rolo	Lençol de papel branco 70cm com 50 metros	400	Plumax	7,20	2.880,00
113	Caixa	Luva plástica descartável procedimento com 100 unidades	30	Luplast	3,13	93,90
130	Unidade	Pinça anatômica reta 12 cm	06	Golgran	7,69	46,14
154	Unidade	Scalp nº 21	100	Lamedid	0,16	16,00
155	Unidade	Scalp nº 23	700	Lamedid	0,15	105,00
156	Unidade	Scalp nº 25	500	Lamedid	0,16	80,00
157	Unidade	Scalp nº 27	300	Lamedid	0,16	48,00
163	Unidade	Sonda aspiração traqueal nº 04	100	Med Sonda	0,54	54,00
164	Unidade	Sonda aspiração traqueal nº 06	400	Med Sonda	0,55	220,00
165	Unidade	Sonda aspiração traqueal nº 08	200	Med Sonda	0,49	98,00
166	Unidade	Sonda aspiração traqueal nº 10	100	Med Sonda	0,51	51,00
167	Unidade	Sonda aspiração traqueal nº 12	300	Med Sonda	0,54	162,00
168	Unidade	Sonda aspiração traqueal nº 14	200	Med Sonda	0,56	112,00
169	Unidade	Sonda aspiração traqueal nº 16	100	Med Sonda	0,68	68,00
170	Unidade	Sonda foley 2 vias nº 10	100	Solidor	2,53	253,00
171	Unidade	Sonda foley 2 vias nº 12	120	Solidor	1,98	237,60
172	Unidade	Sonda foley 2 vias nº 16	100	Solidor	1,98	198,00
173	Unidade	Sonda foley 2 vias nº 18	40	Solidor	1,98	79,20
175	Unidade	Sonda nasogástrica nº 06 longa	300	Med Sonda	0,68	204,00
176	Unidade	Sonda nasogástrica nº 10 longa	50	Med Sonda	0,77	38,50
177	Unidade	Sonda nasogástrica nº 12 longa	100	Med Sonda	0,83	83,00
178	Unidade	Sonda nasogástrica nº 14 longa	100	Med Sonda	0,86	86,00
179	Unidade	Sonda nasogástrica nº 16 longa	100	Med Sonda	0,94	94,00
186	Unidade	Sonda uretral nº 12	600	Med Sonda	0,50	300,00
187	Unidade	Sonda uretral nº 14	100	Med Sonda	0,56	56,00
188	Caixa	Stopper com 500 unidades	10	Ciex	11,50	115,00
190	Unidade	Suporte para papel toalha	15	Bio Visium	25,40	381,00
TOTAL R\$						20.132,44

Olimed Material Hospitalar Ltda

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
002	Unidade	Abocath nº 14 com dispositivo de segurança	200	Laborimport	1,57	314,00
003	Unidade	Abocath nº 16 com dispositivo de segurança	200	Laborimport	1,67	334,00
004	Unidade	Abocath nº 18 com dispositivo de segurança	400	TKL	1,52	608,00
005	Unidade	Abocath nº 20 com dispositivo de segurança	400	TKL	1,52	608,00
006	Unidade	Abocath nº 22 com dispositivo de segurança	800	TKL	1,52	1.216,00
008	Unidade	Adaptador para frasco de soro 1,5mm	800	Medsonda	0,80	640,00
020	Rolo	Algodão hidrófilo 500 gr	400	Medihouse	8,82	3.528,00
031	Unidade	Bandagem triangular em algodão tamanho G	10	CR	7,50	75,00
032	Unidade	Bandagem triangular em algodão tamanho M	10	CR	5,00	50,00
033	Unidade	Bandagem triangular em algodão tamanho P	10	CR	4,00	40,00

034	Unidade	Bandeja inox retangular 37X27X4	02	Artinox	82,50	165,00
035	Unidade	Bandeja inox retangular 42X30X4	02	Artinox	90,60	181,20
051	Unidade	Colar cervical M	04	Marimar	16,20	64,80
052	Unidade	Colar cervical neonatal	02	Marimar	16,20	32,40
053	Unidade	Colar cervical P	05	Marimar	16,20	81,00
054	Unidade	Colar cervical pediátrico	02	Marimar	16,20	32,40
055	Unidade	Colchão hospitalar 500X500 44 kg	03	Ortobom	271,00	813,00
056	Unidade	Colchão piramidal 833X625 68 kg	05	Ortobom	60,50	302,50
060	Unidade	Comadre em inox 2,5 lt	02	Fami	108,00	216,00
063	Unidade	Cuba rim inox 26X12 cm	05	Fami	29,30	146,50
065	Unidade	Dispositivo para incontinência urinária com preservativo	400	Medsonda	1,23	492,00
066	Pacote	Eletrodo adesivo 5X5 com 04 unidades	20	Maxicor	12,86	257,20
078	Unidade	Estojo em polipropileno com 02 bandejas, 16 divisões, medindo 41X24,5X21,5 cm, cor branca	06	Emifran	76,50	459,00
085	Rolo	Fita adesiva microporosa 5,0 cm com 10 mt com capa protetora	200	Missner	3,11	622,00
090	Unidade	Foco auxiliar clínico ginecológico FC 300 220V, garantia mínima de 01 ano	02	Vagalumy	272,00	544,00
092	Galão	Gel para Ecg com 05 litros	05	Caithec	16,20	81,00
093	Unidade	Incentivador respiratório	05	Respiron	28,15	140,75
104	Par	Luva estéril nº 07	100	Maxitex	0,90	90,00
105	Par	Luva estéril nº 08	100	Maxitex	0,90	90,00
106	Par	Luva estéril nº 6,5	100	Maxitex	0,90	90,00
107	Par	Luva estéril nº 7,5	100	Maxitex	0,90	90,00
108	Par	Luva estéril nº 8,5	100	Maxitex	0,90	90,00
109	Caixa	Luva látex para procedimento tamanho extra P caixa com 100 unidades	50	Nugard	14,00	700,00
110	Caixa	Luva látex para procedimento tamanho grande caixa com 100 unidades	150	Nugard	14,00	2.100,00
111	Caixa	Luva látex para procedimento tamanho média caixa com 100 unidades	400	Nugard	14,00	5.600,00
112	Caixa	Luva látex para procedimento tamanho pequena caixa com 100 unidades	250	Nugard	14,00	3.500,00
114	Unidade	Manômetro para oxigênio	02	Protec	190,00	380,00
115	Unidade	Manta térmica aluminizada 2,10X1,40	80	Marimar	5,59	447,20
118	Unidade	Máscara para nebulização adulta	40	MD	3,85	154,00
119	Unidade	Máscara para nebulização infantil	40	MD	3,85	154,00
125	Unidade	Papagaio em inox	03	Fami	58,00	174,00
133	Unidade	Pinça kelly curva 12 cm	06	ABC	15,79	94,74
134	Unidade	Pinça kelly reta 12 cm	06	ABC	15,90	95,40
136	Unidade	Porta agulha mayo hegar 12 cm	05	ABC	14,80	74,00
137	Unidade	Porta lâmina em plástico individual	200	Adlin	0,85	170,00
144	Unidade	Saco coletor de urina descartável 2000 ml	300	Medsonda	0,42	126,00
158	Unidade	Seringa descartável 1 ml para insulina sem agulha	20.000	SR	0,14	2.800,00
159	Unidade	Seringa descartável 10 ml sem agulha	5.000	SR	0,20	1.000,00
160	Unidade	Seringa descartável 20 ml sem agulha	1.000	SR	0,28	280,00
161	Unidade	Seringa descartável 3 ml sem agulha	5.000	SR	0,10	500,00
162	Unidade	Seringa descartável 5 ml sem agulha	8.000	SR	0,1098	878,40
189	Unidade	Suporte para lâmpada infravermelha de mesa refletor móvel+ lâmpada 220W	01	Vagalumy	142,00	142,00
197	Unidade	Tesoura mayo reta 12 cm	06	ABC	17,55	105,30
198	Unidade	Tesoura metzbaum curva 12 cm	06	ABC	17,98	107,88
199	Unidade	Tesoura metzbaum reta 12 cm	06	ABC	18,00	108,00
200	Unidade	Tesoura spencer 12 cm	06	ABC	18,00	108,00
207	Metros	Tubo de látex garrote	50	Lemgruber	1,25	62,50
		TOTAL				32.355,17

Irineópolis, 23 de abril de 2015.
 Juliano Pozzi Pereira
 Prefeito Municipal de Irineópolis

ATA RP PROC 79/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
 PROCESSO LICITATÓRIO 79/2014
 PREGÃO PRESENCIAL 47/2014
 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 79/2014, Pregão Presencial nº 47/2014, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Reinaldo Stasiak e Sra. Andressa Bendlin - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 320/2014 Sra. Cassiana Lais Brand e Sra. Ana Maria Oneveth; Sr. Orestes Spadari- representante da empresa Modelo Pneus Ltda; Sr. Evandro Rebesco - representante da empresa Pneuforte Comércio e Recapagens Ltda; Tercio Gustavo Senff - representante da empresa Tereza Pneus Ltda. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Modelo Pneus Ltda; Tereza Pneus Ltda e Pneuforte Comércio e Recapagens Ltda. seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas. A empresa Tereza Pneus Ltda. solicitou desclassificação dos itens 07 e 08 por não atender ao solicitado no edital e a empresa Pneuforte Comércio e Recapagens Ltda solicitou desclassificação do item 07 por não atender ao solicitado no edital. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 79/2014, Pregão Presencial nº 47/2014, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Reinaldo Stasiak e Sra. Andressa Bendlin - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 320/2014 Sra. Cassiana Lais Brand e Sra. Ana Maria Oneveth; Sr. Orestes Spadari- representante da empresa Modelo Pneus Ltda; Sr. Evandro Rebesco - representante da empresa Pneuforte Comércio e Recapagens Ltda; Tercio Gustavo Senff - representante da empresa Tereza Pneus Ltda. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pela empresa: Modelo Pneus Ltda; Tereza Pneus Ltda e Pneuforte Comércio e Recapagens Ltda e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Paraná Equipamentos S.A

Item	Qtde	Unidade	Discriminação	Marca	Valor unitário	Valor total
11	02	Unidade	Pneu Convencional 7.50x16 Agrícola – 8 Lonas	Goodyear	405,00	810,00
15	02	Unidade	Pneu Convencional 10.5/80x18 – 10 Lonas	Goodyear	622,00	1.244,00
17	02	Unidade	Pneu Convencional 900x16 – 10 Lonas	Goodyear	563,00	1.126,00
18	02	Unidade	Pneu Convencional 14 x 17.5 – 10 lonas	Goodyear	1.370,00	2.740,00
19	02	Unidade	Pneu convencional 12 x 16.5 – 10 lonas	Goodyear	775,00	1.550,00

Valor total R\$ 7.470,00 (Sete mil quatrocentos e setenta reais)

Modelo Pneus Ltda

Item	Qtde	Unidade	Discriminação	Marca	Valor unitário	Valor total
02	16	Unidade	Pneu Radial 205/70 R 15	Bridgestone 8L	385,00	6.160,00
03	42	Unidade	Pneu radial 275/80 R 22.5	Firestone FS 511	1.190,00	49.980,00
04	26	Unidade	Pneu radial 185/80 R14	Firestone CV 2000 8L	275,00	7.150,00
05	08	Unidade	Pneu radial 175/70 R14	Firestone	224,00	1.792,00
07	48	Unidade	Pneu Convencional 1.000x20 Borrachudo - 16 Lonas	Pirelli RT 59	925,00	44.400,00
08	22	Unidade	Pneu Convencional 1.000x20 Liso - 16 Lonas	Pirelli CT 65	870,00	19.140,00
10	14	Unidade	Pneu Convencional 900x20 Liso - 14 Lonas	Pirelli CT 65	685,00	9.590,00
13	12	Unidade	Pneu Convencional 1.400x24 – 16 Lonas	Firestone SGG	2.178,00	26.136,00
14	08	Unidade	Pneu Convencional 17.5x25 L3 – 16 Lonas	Firestone SRG	3.470,00	27.760,00
16	02	Unidade	Pneu Convencional 12.4x24 – 8 Lonas	Firestone SAT23G	1.178,00	2.356,00
33	16	Unidade	Protetor 7.50 x 25	V.Vipa	17,90	286,40

Total R\$ 194.750,40 (Cento e noventa quatro mil, setecentos e cinquenta reais e quarenta centavos)

Pneuforte Comércio e Recapagens Ltda

Item	Qtde	Unidade	Discriminação	Marca	Valor unitário	Valor total
01	80	Unidade	Pneu Radial 175/70-13	Firestone	151,00	12.080,00
06	30	Unidade	Pneu radial 215/75 R 17.5	Firestone	652,00	19.560,00
09	24	Unidade	Pneu Convencional 900x20 Borrachudo - 14 Lonas	Pirelli RT 59	752,00	17.400,00
12	06	Unidade	Pneu 7.50 x 16 – 16 lonas - borrachudo	Pirelli RT 59	528,00	3.168,00
Total R\$ 52.208,00 (Cinquenta dois mil duzentos e oito reais)						52.208,00

Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda

Item	Qtde	Unidade	Discriminação	Marca	Valor unitário	Valor total
20	16	Unidade	Câmara de ar 1.400x24	RS	112,00	1.792,00
21	48	Unidade	Câmara de ar 1.000x20	RS	62,00	2.976,00
22	24	Unidade	Câmara de ar 900x20	RS	57,00	1.368,00
23	02	Unidade	Câmara de ar 900x16	RS	43,75	87,50
24	10	Unidade	Câmara de ar 7.50x16 – bico longo	RS	34,00	340,00
25	08	Unidade	Câmara de ar 17.5x25	RS	144,00	1.152,00
26	02	Unidade	Câmara de ar 12.4x24	RS	79,50	159,00
27	04	Unidade	Câmara de ar 10.5/80 x 18	RS	52,70	210,80
29	10	Unidade	Câmara de ar 275/80 – 22.5	RS	69,80	698,00
30	16	Unidade	Protetor 1.400x24	TOP TEC	45,40	726,40
31	48	Unidade	Protetor 1.000x20	TOP TEC	17,90	859,20
32	24	Unidade	Protetor 900x20	TOP TEC	17,90	429,60
34	08	Unidade	Protetor 17.5x25	IRBO	102,00	816,00
35	10	Unidade	Protetor 275/80 – 22.5	IRBO	27,10	271,00
Valor total R\$ 11.885,50 (Onze mil oitocentos e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos)						11.885,50

Irineópolis, 23 de abril de 2015.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal de Irineópolis

EDITAL DE ELEIÇÃO Nº001/2015 - CT

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

EDITAL 001/2015 CMDCA

PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, - CMDCA do município de Irineópolis - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal de 647/92 de 27 de novembro de 1992, torna público o presente EDITAL DE CONVOCAÇÃO para o Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar do município de Irineópolis em Data Unificada, para o quadriênio 2016/2019, aprovado de acordo com a Resolução n. 003/2015 de 17 de abril de 2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Irineópolis - SC, Resolução nº 170, de 10 de Dezembro de 2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA.

CONSIDERANDO o disposto na Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e Adolescente - ECA.

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1837 de 23 de Abril de 2015, que "Atualiza a Política de Atendimento da Criança e do Adolescente, estabelece a estrutura e o funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA) e do Conselho Tutelar (CT) e da outras providências"

CONSIDERANDO a Resolução nº 170, de 10 de Dezembro de 2014 do CONANDA que altera a Resolução nº 139, de 17 de março de 2010 para dispor sobre o processo de escolha em data unificada em todo o território nacional dos membros do Conselho Tutelar.

CONSIDERANDO a Resolução Nº 003/2015, DE 23 DE ABRIL DE 2015, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA que regulamenta o processo de eleição dos membros do Conselho Tutelar do município de Irineópolis - SC, e dá outras providências.

Torna público, para conhecimento dos interessados, o edital de regulamento da eleição para membros do Conselho Tutelar do município de Irineópolis/SC, conforme os itens que seguem:

1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O presente edital visa divulgar as normas, datas e procedimentos para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do

município de Irineópolis, que será composto por 05 (cinco) membros titulares e seus respectivos suplentes, de acordo com a Resolução nº 170, de 10 de dezembro de 2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA.

1.2 Os Conselheiros Tutelares serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos cidadãos, aptos a votar, do município de Irineópolis, na data de 04 (quatro) de outubro de 2015, sendo que a posse dos eleitos e suplentes ocorrerá no dia 10 (dez) de janeiro de 2016, realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Irineópolis e fiscalizado pelo Ministério Público da comarca.

1.3 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Irineópolis instituirá uma Comissão Especial Eleitoral para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Irineópolis.

1.4 O processo de escolha de membros para o Conselho Tutelar de Irineópolis ocorrerá com o número mínimo de 10 (dez) pretendentes devidamente habilitados.

1.5 Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Irineópolis poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas.

2 - DO CARGO, DAS VAGAS E DO VENCIMENTO MENSAL

2.1 O presente edital trata da oferta de 05 (cinco) vagas para Conselheiro Tutelar do Município de Irineópolis/SC com carga horária de 40 horas semanais de trabalho.

2.2 O candidato deverá comprovar os requisitos mínimos exigidos para a investidura no cargo pretendido.

2.3 A vaga, o vencimento mensal e carga horária são apresentados na tabela a seguir:

Cargo	Nº de Vagas	Carga Horária	Vencimento Mensal
Conselheiro Tutelar	05	40h semanais	R\$ 2.377,08 (Dois mil, trezentos e setenta e sete reais e oito centavos).

3 - DAS INSCRIÇÕES

3.1 DAS NORMAS

3.1.1 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, bem como das decisões que possam ser tomadas pela Comissão Especial Eleitoral em relação aos quais não poderá alegar desconhecimento.

3.1.2 O deferimento da inscrição dar-se-á mediante o correto preenchimento da Ficha de Inscrição e apresentação da documentação exigida em Edital.

3.1.3 O período de inscrição será do 04 (quatro) de maio de 2015 a 29 (vinte e nove) de maio de 2015, no horário das 08h30m às 11h30m e das 13h00m às 16h00m, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Comunitário, situada na Rua Bahia, nº 122 - Centro - Irineópolis - SC.

3.1.4 A inscrição será gratuita.

3.1.5 É de exclusiva responsabilidade do candidato comparecer pessoalmente no local para realização da inscrição, e realizar o correto preenchimento da Ficha de Inscrição e a entrega da documentação exigida.

3.1.6 Não serão aceitas solicitações de inscrição que não atendam rigorosamente ao estabelecido neste Edital.

3.1.7 O candidato deverá confirmar a entrega de documentação por meio de um protocolo de entrega, que será fornecido no ato

da inscrição pelo responsável.

3.1.8 Ao concluir o registro dos documentos entregues, o candidato deverá assinar o requerimento de inscrição.

3.1.9 As informações prestadas na Ficha de Inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato. Reserva-se a Comissão Especial Eleitoral o direito de excluir da eleição o candidato que não preencher o respectivo documento de forma completa e correta, bem como fornecer dados inverídicos ou falsos.

3.1.10 O descumprimento das instruções para inscrição implicará na sua não efetivação.

3.2 DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS PARA A REALIZAÇÃO DAS INSCRIÇÕES:

3.2.1 São requisitos mínimos para candidatar-se e exercer as funções de Conselheiro Tutelar:

3.2.1.1 Reconhecimento de Idoneidade moral;

3.2.1.2 Certidão negativa de antecedentes criminais;

3.2.1.3 Ter idade superior 21 anos;

3.2.1.4 Residir no Município de Irineópolis;

3.2.1.5 Estar em gozo dos direitos políticos;

3.2.1.6 Comprovar formação no ensino Superior em Ciências Humanas e Sociais;

3.2.1.7 Possuir Carteira Nacional de Habilitação;

3.2.1.8 No ato da inscrição, não poderá estar vinculado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

3.2.1.9 Proceder à entrega da documentação prevista neste Edital, nos respectivos prazos.

3.2.1.10 O Conselheiro Tutelar Titular, que tiver exercido o cargo período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do processo de escolha subsequente.

3.3 DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS E ANEXADOS NO ATO DA INSCRIÇÃO:

3.3.1 Reconhecimento de Idoneidade moral, através de Certidão negativa de antecedentes criminais;

3.3.2 Cópia da certidão de nascimento ou casamento;

3.3.3 Cópia do RG;

3.3.4 Cópia do CPF;

3.3.5 Cópia do Título de Eleitor;

3.3.6 Cópia autenticada do diploma de ensino superior nas áreas humanas e sociais;

3.3.7 Cópia da Carteira Nacional de Habilitação;

3.3.8 Comprovação de votação nas duas últimas eleições ou Certidão de Regularidade com a Justiça Eleitoral;

3.3.9 Comprovante de residência ou contrato de locação;

4 - DAS PESSOAS COM NECESSIDADE ESPECIAL

4.1 Ao candidato com necessidade especial é assegurado o direito de candidatar-se, devendo informar sua condição no ato da inscrição, bem como as condições especiais necessárias para realização da prova.

4.2 Será garantido o direito ao candidato com necessidade especial, de investidura do cargo, desde que as atribuições sejam compatíveis com a deficiência apresentada, conforme Art. 37, inciso VIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações, Decreto Federal nº 5.296/2004 e suas alterações, Lei Estadual nº 12.870/2004 e na Lei Federal nº 7.853/1989.

4.3 Será considerada pessoa com necessidade especial aquela conceituada na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que se enquadre nas categorias descritas no Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações, Decreto Federal nº 5.296/2004 e suas alterações, Lei Estadual nº 12.870/2004 e na Lei Federal nº 7.853/1989.

4.4 O candidato com necessidade especial deverá entregar no ato da inscrição o laudo médico especificando a respectiva deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, e a indicação de que ela não

impede ao candidato o exercício do cargo a que se inscreveu cuja data de expedição seja igual ou posterior à data de publicação deste Edital.

4.5 O candidato com deficiência que deixar de atender, no prazo editalício, as determinações deste Edital terá sua inscrição invalidada.

4.6 O candidato com necessidade especial participará desta eleição em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação.

4.7 Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.

5. DA HOMOLOGAÇÃO DA INSCRIÇÃO E IMPUGNAÇÕES DE CANDIDATOS:

5.1 Terminado o período de inscrição, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Irineópolis e a Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, publicará edital com o nome dos candidatos registrados, deferidos e indeferidos no site e mural da Prefeitura Municipal de Irineópolis, no endereço eletrônico, www.irineopolis.sc.gov.br, até as 17h00m do dia 8 (oito) de junho de 2015.

5.2 Após a publicação do edital com o nome dos candidatos deferidos e indeferidos, será facultado ao candidato indeferido pela Comissão Especial Eleitoral, o direito a recurso, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da referida publicação.

5.3 Passado o prazo de dois dias para recursos, o CMDCA e a Comissão Especial Eleitoral publicará edital informando o nome dos candidatos deferidos no site e mural da Prefeitura Municipal de Irineópolis, no endereço eletrônico, www.irineopolis.sc.gov.br, até as 17h00m do dia 10 (dez) de junho de 2015.

5.4 Será facultado a qualquer cidadão impugnar os candidatos no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da publicação do edital informando o nome dos candidatos deferidos, indicando os elementos comprobatórios, que deverá ser publicado em edital pela Comissão Especial Eleitoral no site e mural da Prefeitura Municipal de Irineópolis, no endereço eletrônico, www.irineopolis.sc.gov.br, até as 17h00m do dia 15 (quinze) de junho de 2015.

5.5 Passado o período de impugnação será facultado ao candidato impugnado, o direito a recurso junto a Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contadas a partir da publicação do que se trata á candidatos impugnados;

5.6 Passado o período de recurso, a Comissão Especial Eleitoral publicará no site e mural da Prefeitura Municipal de Irineópolis, no endereço eletrônico www.irineopolis.sc.gov.br, até as 17h00m no dia 18 (dezoito) de junho de 2015, a lista dos candidatos aptos a participar da prova objetiva de avaliação.

5.7 Após as decisões da Comissão Especial Eleitoral, relativas aos recursos dos candidatos em razão da impugnação, caberá recurso ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Irineópolis, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da publicação do edital no dia 18 (dezoito) de junho de 2015;

5.8 Vencidas as fases de impugnações e recursos o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Irineópolis publicará o edital final com os nomes dos candidatos habilitados a participarem da etapa da prova objetiva de avaliação, pelo site e mural da Prefeitura Municipal de Irineópolis, no endereço eletrônico, www.irineopolis.sc.gov.br, até as 17h00m do dia 25 de junho de 2015.

6 DA PROVA OBJETIVA DE AVALIAÇÃO DOS CANDIDATOS:

6.1 Aos candidatos que cumprirem os requisitos exigidos na inscrição e que não forem impugnados, aplicar-se-á uma prova objetiva de avaliação;

6.2 Das etapas do processo eleitoral, objeto deste Edital, será precedido prova objetiva de avaliação, que abrangerá questões de conhecimentos específicos sobre o Estatuto da Criança e Adolescente

- ECA, disposto na Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, com 25 (vinte e cinco) questões múltiplas e de caráter eliminatório.

6.3 A prova de caráter eliminatório e classificatório conterà 25 (vinte e cinco) questões de múltipla escolha, sendo o peso de 0,4 cada questão, sobre os conteúdos programáticos listados acima. Os candidatos deverão ter um aproveitamento igual ou superior a 60% (sessenta por cento) das questões da prova, sendo classificados os que atingirem a média da prova.

7 - DA PROVA

7.1 DO LOCAL E HORÁRIO DA PROVA OBJETIVA DE AVALIAÇÃO:

7.1.1 A prova objetiva de avaliação, citada neste Edital, será realizada no dia 05 (cinco) de Julho de 2015, no Centro de Uso Múltiplo de Irineópolis, situado na Rua Guanabará nº 288 - Centro - Irineópolis.

7.1.2. A prova, com duração máxima de 3h (três horas), será realizada no dia 05 (cinco) de Julho de 2015, no horário das 08h30m às 11h30m.

7.1.3 Chegar ao local da prova com 30 minutos de antecedência.

7.2 DAS NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA DE AVALIAÇÃO:

7.2.1 A entrada nos locais de prova só será admitida mediante a apresentação de documento oficial com foto;

7.2.2 A não apresentação de documento oficial com foto, nos termos deste Edital, impedirá o acesso do candidato ao local de prova;

7.2.3 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova objetiva de avaliação, documento oficial com foto, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar boletim de ocorrência expedido por órgão policial;

7.2.4 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e a Comissão Especial Eleitoral não assume qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação e/ou alojamento dos candidatos, quando da realização das provas;

7.2.5 O candidato deverá transcrever suas respostas para o cartão resposta, utilizando caneta esferográfica de tinta preta ou azul. As provas serão corrigidas unicamente pela marcação do candidato no cartão resposta, não sendo válidas as marcações feitas no caderno de questões;

7.2.6 Será atribuída nota 0 (zero) às respostas de questões objetivas que contenha(m):

7.2.6.1 Emenda(s) e ou rasura(s), ainda que legível (eis);

7.2.6.2 Espaço(s) não assinalado(s) no cartão resposta.

7.2.6.3 Resposta preenchida fora das especificações contidas no cartão resposta;

7.2.6.4 Resposta marcada com caneta esferográficas de tinta, cuja cor difere de azul ou preta.

7.2.6.5 Marcação com duas respostas na mesma questão;

7.2.7 A porta do prédio do local de realização da prova objetiva de avaliação será fechada, impreterivelmente, às 08h30m (oito horas e trinta minutos), de acordo com o momento exato do início de realização das provas. Recomenda-se ao candidato chegar ao local da prova objetiva de avaliação com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário estabelecido.

7.2.8 O candidato que chegar à sala de realização da prova escrita após o fechamento da porta terá sua entrada vedada e será automaticamente eliminado.

7.2.9 Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato.

7.2.10 O acesso às salas de provas de pessoas estranhas só será permitido mediante a autorização da Comissão Especial Eleitoral.

7.3 NORMAS DE SEGURANÇA DURANTE A REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA DE AVALIAÇÃO:

7.3.1 Durante a realização da prova é permitida a posse e uso unicamente dos seguintes materiais: canetas esferográficas com tinta das cores azul ou preta, lápis e borracha; documento de

identificação; caso assim deseje, água acondicionada em embalagem plástica transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo.

7.3.2 É vedada, durante a realização da prova, a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares, ou ainda qualquer equipamento elétrico ou eletrônico.

7.3.3 Também é proibida a ingestão de alimentos, uso de medicamentos e óculos escuros (salvo por prescrição médica apresentada a um fiscal de sala antes do início da prova), chapéus ou bonés.

7.3.4 Os telefones celulares e demais equipamentos devem ser entregues desligados aos fiscais da sala antes do início da prova, para serem devolvidos na saída, sob pena de eliminação do candidato.

7.3.5 A simples posse, mesmo que desligado, ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredor ou banheiros, implicará na exclusão do candidato, sendo atribuída nota zero à prova já realizada.

7.3.6 É vedado ao candidato, durante a realização da prova, ausentar-se da sala sem acompanhamento de um fiscal.

7.3.7 Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para a prova objetiva de avaliação, nem a realização de prova fora do horário e local marcados para todos os candidatos.

7.3.8 O candidato ao encerrar a prova, entregará ao fiscal de sua sala o cartão resposta, o caderno de prova com seu nome, número de inscrição e número de RG, devidamente registrados.

7.4 DO TÉRMINO DA PROVA OBJETIVA DE AVALIAÇÃO:

7.4.1 O candidato não poderá entregar seu material de prova ou retirar-se da sala de realização da prova antes de transcorridos 1 hora (uma hora) do seu início.

7.4.2 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento do candidato da sala de prova.

7.4.3 O candidato não poderá ausentar-se da sala de provas, a qualquer tempo, portando o caderno da prova e cartão resposta.

7.4.4 Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala de provas somente poderão retirar-se da sala simultaneamente.

7.5 DO CADERNO DE QUESTÕES DA PROVA OBJETIVA DE AVALIAÇÃO E DO CARTÃO RESPOSTA:

7.5.1 Para a realização da prova, o candidato receberá o caderno de questões e o cartão resposta.

7.5.2 A avaliação da prova far-se-á, exclusivamente, por meio de cartão resposta, o que anula qualquer outra forma de avaliação.

7.5.3 O candidato deverá transcrever as respostas das questões do caderno de prova para o cartão resposta.

7.5.4 O preenchimento do cartão resposta será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções dele constantes. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão resposta em caso de marcação errada ou rasura.

7.5.5 O candidato será o único responsável pelos prejuízos advindos de marcações incorretas no cartão resposta.

7.5.6 No cartão-resposta o candidato deverá registrar o número dos documentos solicitados e preencher os espaços com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

7.5.7 Não será computada questão com emenda ou rasura, ainda que legível, nem questão não respondida ou que contenha mais de uma resposta, mesmo que uma delas esteja correta.

7.5.8 Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas.

7.5.9 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Irineópolis e a Comissão Especial Eleitoral, reserva-se o direito de manter os cartões resposta e cadernos de questões da prova objetiva de avaliação por um período de 150 (cento e cinquenta) dias a contar da divulgação do resultado final, após este período o material será destruído.

7.6 DA DIVULGAÇÃO DAS QUESTÕES DA PROVA OBJETIVA DE

AVALIAÇÃO E DO GABARITO PRELIMINAR:

7.6.1 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Irineópolis e a Comissão Especial Eleitoral publicará no prazo de 02 (dois) dias, o gabarito da prova objetiva de avaliação no site e mural da Prefeitura de Irineópolis, através do endereço eletrônico, www.irineopolis.sc.gov.br, até as 17h00m do dia 07 (sete) de julho de 2015.

7.7 DOS RECURSOS E DA ANULAÇÃO DAS QUESTÕES DA PROVA OBJETIVA DE AVALIAÇÃO:

7.7.1 O candidato que tiver qualquer discordância em relação às questões da prova ou ao gabarito preliminar divulgado, poderá interpor recurso nos dias 08 e 09 (oito e nove) de Julho de 2015 até às 17h horas na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Comunitário de Irineópolis, situada a Rua Bahia, nº 122 - Centro - Irineópolis, de acordo com modelo de recurso no ANEXO III do presente edital, que levará em reunião extraordinário ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) juntamente com a Comissão Eleitoral Especial no dia 10 (dez) de Julho de 2015.

7.7.2 Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os justifiquem, sendo indeferidos os de teor inconsistente ou intempestivo.

7.7.3 Todos os recursos regulares, em formulário específico, serão analisados, sendo pertinentes, serão publicados no endereço eletrônico <http://www.irineopolis.sc.gov.br>, os pareceres emitidos pelo CMDCA. Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.

7.7.4 Não será aceito recurso via postal, via fax, via e-mail ou redes sociais, ou, ainda, fora do prazo.

7.7.5 Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos ou recurso de gabarito oficial definitivo.

7.7.6 Na hipótese de anulação de questão, a mesma será considerada como respondida corretamente por todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

7.7.7 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Irineópolis e a Comissão Especial Eleitoral, publicará no site e mural da Prefeitura Municipal de Irineópolis, através do endereço eletrônico www.irineopolis.sc.gov.br, até as 17h00m do dia 16 (dezesesseis) de julho de 2015, o gabarito oficial.

7.8 DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA PROVA OBJETIVA DE AVALIAÇÃO:

7.8.1 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Irineópolis e a Comissão Especial Eleitoral, publicará no site e mural da Prefeitura Municipal de Irineópolis, através do endereço eletrônico www.irineopolis.sc.gov.br, até às 17h do dia 17 (dezesete) de julho de 2015, a relação dos candidatos classificados na prova objetiva de avaliação e o nome dos candidatos habilitados a participarem do processo eleitoral de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Irineópolis.

8 - DO PROCESSO ELEITORAL

8.1 DA ELEIÇÃO:

8.1.1 Os membros do Conselho Tutelar e seus respectivos suplentes serão eleitos pelo voto secreto, direto, universal e facultativo dos eleitores, aptos a votar, do município de Irineópolis, em eleição realizada sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e da Comissão Especial Eleitoral designada pelo respectivo Conselho;

8.1.2 Serão considerados eleitores todos os cidadãos que possuírem título de eleitor do município de Irineópolis, o qual deverá se apresentar no ato da votação acompanhado de documento original, com foto e tiver seu nome na relação do Tribunal Regional Eleitoral - TRE.

8.1.3 O voto será direto, secreto, pessoal e intransferível.

8.1.4 Na ausência do Título de Eleitor será aceito o comprovante original da votação da última eleição municipal (outubro/2012)

- prefeito e vereador) ou da justificativa de ausência da referida eleição.

8.2 COMPETÊNCIA DA COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA DE IRINEÓPOLIS E DA COMPOSIÇÃO DA MESA ELEITORAL NO PROCESSO ELEITORAL:

8.2.1 A Comissão Especial Eleitoral instituída pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) terá o papel de órgão executor.

8.2.2 Compete a Comissão Especial Eleitoral:

8.2.2.1 Realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação vigente;

8.2.2.2 Estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

8.2.2.3 Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

8.2.2.4 Confeccionar as cédulas de votação, conforme modelo a ser aprovado;

8.2.2.5 Escolher e divulgar os locais de votação, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

8.2.2.6 Selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia da votação, na forma da resolução regulamentadora do pleito;

8.2.2.7 Solicitar, junto ao comando da Polícia Militar, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais de votação e apuração;

8.2.2.8 Obter o empréstimo de urnas comuns e o fornecimento de listas de eleitores do município de Irineópolis para o dia da votação, junto a Justiça Eleitoral da Comarca.

8.2.2.9 Resolver os casos omissos.

8.2.3 Compete à Mesa Eleitoral:

8.2.3.1 Receber os votos dos eleitores;

8.2.3.2 Resolver os incidentes verificados durante os trabalhos de votação e da apuração, encaminhando à Comissão Especial Eleitoral as questões não resolvidas;

8.2.3.3 Compor a Mesa Apuradora;

8.2.4 Compete ao Presidente da Mesa Eleitoral:

8.2.4.1 Presidir a Mesa Eleitoral de acordo com este Edital;

8.2.4.2 Instalar a Mesa Eleitoral;

8.2.4.3 Comunicar à Comissão Especial Eleitoral as ocorrências cuja solução desta depender.

8.2.5 Compete ao Secretário da Mesa Eleitoral:

8.2.5.1 Lavrar a ata de sua Mesa Eleitoral;

8.2.5.2 Executar todas as atribuições que lhe forem conferidas pelo Presidente da Mesa e, substituí-lo em seus impedimentos.

8.2.6 Compete ao Mesário Eleitoral:

8.2.6.1 Auxiliar o Presidente e o Secretário no que for solicitado;

8.2.6.2 Zelar pela observância dos procedimentos eleitorais.

8.2.7 Estão impedidos de compor as Mesas Eleitorais parentes até o terceiro grau, assim como os cônjuges, companheiros (as), sogros (as), genros, noras, cunhados durante o cunhadio, tios, sobrinhos, padrastos e madrastas dos candidatos a Conselheiros Tutelares.

8.2.8 O grau de parentesco de que trata o caput deste artigo será auferido mediante declaração dos membros da Mesa Eleitoral, colhidas no ato da sua instalação.

8.2.9 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), como órgão responsável pelo Pleito, é instância superior e final na via administrativa para julgar os recursos imitados em face às decisões da Comissão Especial Eleitoral.

8.2.10 Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), como instância final, na via administrativa:

8.2.10.1 Baixar normas e instruções que regulem o Processo Eleitoral e sua execução no que lhe compete;

8.2.10.2 Processar e julgar em grau de recurso;

8.2.10.3 Processos decorrentes de impugnações das candidaturas;

8.2.10.4 Intercorrências durante o processo eleitoral;

8.2.10.5 Processo decorrente de impugnações do resultado das eleições e demais casos decorrentes da inobservância das normas deste Edital;

8.2.10.6 Publicar o Calendário Eleitoral do Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar;

8.2.10.7 Homologar os resultados finais da Eleição do Conselho Tutelar;

8.2.10.8 Coordenar todos os procedimentos referentes à prova eliminatória, através da Comissão Especial Eleitoral por ele designada.

8.3 DA CAMPANHA ELEITORAL:

8.3.1 É vedado aos candidatos a Conselheiro Tutelar:

8.3.1.1 Abuso do poder econômico na propaganda feita através dos veículos de comunicação social, com previsão legal nos Art. 14 inciso 9º, da constituição federal, Lei Complementar nº 64/90 Lei de inelegibilidade e Art. 237, do Código Eleitoral;

8.3.1.2 Doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

8.3.1.3 Propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público, exceto, nos espaços aprovados mediante autorização por parte do proprietário, locatário ou detentor de concessão de moradia.

8.3.2 A violação de um dos itens anteriores acarretará a cassação do registro da candidatura;

8.3.3 Admite-se a realização de debates e entrevistas.

8.3.4 Será assegurada a acessibilidade aos candidatos e eleitores com deficiência.

8.4 DO PERÍODO DA CAMPANHA ELEITORAL:

8.4.1 A realização da campanha eleitoral será permitida no período de 03 (três) de agosto de 2015 a 02 (dois) de outubro de 2015.

8.4.2 É vedado a realização de campanha eleitoral anteriormente ao período no disposto acima;

8.5 DO PERÍODO DA VOTAÇÃO:

8.5.1 A votação para a escolha dos membros do Conselho Tutelar de Irineópolis dar-se-á no dia 04 de Outubro de 2015, no horário das 08h00m às 17h00m, em locais a serem definidos pela Comissão Especial Eleitoral e CMDCA e divulgados nos meios de comunicação para a população em geral com antecedência de no mínimo 30 (trinta) dias.

8.5.2 O sigilo do voto será assegurado mediante as seguintes providências:

8.5.2.1 uso de cédulas oficiais devidamente rubricadas pelo Presidente e Mesário da respectiva Mesa Eleitoral;

8.5.2.2 Isolamento do eleitor em cabine indepassável;

8.5.2.3 Emprego de urna que assegure a inviolabilidade do voto.

8.5.3 Para votar, será obrigatória a prévia identificação, através de documento com foto e apresentação de Título de Eleitor.

8.6 DA CÉDULA OFICIAL:

8.6.1 As cédulas deverão ser confeccionadas de maneira tal que, dobradas, resguardem o sigilo do voto.

8.6.2 As cédulas deverão ser impressas em papel de uma única cor.

8.7 DA ELEIÇÃO E DA VOTAÇÃO:

8.7.1. A propaganda dos candidatos deverá encerrar-se 24 (vinte e quatro) horas antes da eleição, por qualquer meio de divulgação ou comunicação, não sendo permitidos faixas e cartazes próximos aos locais de votação, não sendo admitida "boca de urna" por ação de qualquer cidadão.

8.8 DA FISCALIZAÇÃO PERANTE AS MESAS:

8.8.1 Cada candidato concorrente poderá designar 1 (um) fiscal dentre os eleitores do município, para cada local de votação, devendo requerer o credenciamento dos mesmos junto à Comissão Especial Eleitoral com antecedência de 10 (dez) dias, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Comunitário.

8.8.2 Os candidatos poderão adentrar nas salas de votação, porém não poderão permanecer por períodos indeterminados na mesma.

8.8.3 Os fiscais deverão realizar um sistema de revezamento para permanecer dentro da sala de votação, os demais deverão aguardar nas imediações do local de votação.

8.8.4 Os candidatos serão considerados fiscais natos.

8.8.5 Somente o fiscal poderá verificar alguma irregularidade e deverá comunicá-la ao Presidente da Mesa Eleitoral onde estiver atuando.

8.8.6 O Presidente da Mesa Eleitoral verificará a natureza da irregularidade apontada pelo fiscal e tomará as providências para corrigi-la, se procedentes.

8.8.7 Caso seja indeferida a irregularidade apontada pelo fiscal, o Presidente da Mesa deverá fazer constar em ata da Mesa Eleitoral.

8.8.8 Caso o Presidente da Mesa Eleitoral não consiga resolver a ocorrência verificada, deverá entrar em contato imediatamente com um membro da Comissão Especial Eleitoral para auxiliá-lo. Devendo registrar em ata as orientações recebidas e providências adotadas.

8.8.9 Não será permitida a acumulação de cargo de fiscal com o de membro da Mesa Eleitoral, ou de qualquer outro cargo decorrente da Eleição.

8.8.10 Os fiscais que atuarem perante as Mesas Eleitorais, deverão assinar as atas no encerramento dos trabalhos caso estejam presentes.

8.9 DO INÍCIO DA VOTAÇÃO:

8.9.1 Antes do início da votação os membros da Mesa Eleitoral verificarão se o lugar designado para a eleição está em ordem, assim como o material remetido pela Comissão Especial Eleitoral, a urna e a cabine de votação.

8.9.2 O Presidente da Mesa Eleitoral exibirá a urna aos presentes e, depois de ter sido constatado que a mesma se encontra vazia, a fechará com lacre rubricado pelos membros da mesa eleitoral e fiscais que se encontrarem presentes.

8.9.3 Na hora designada para o início da votação, cumpridas as exigências previstas neste edital, o Presidente da Mesa declarará iniciados os trabalhos.

8.9.4 O recebimento dos votos terá início a partir da abertura até à hora prevista para o encerramento da votação.

8.10 DO ATO DE VOTAR:

8.10.1 Observar-se-á no ato de votar o seguinte:

8.10.1.1 Antes de ingressar no recinto da cabine, o eleitor deve apresentar à Mesa Eleitoral documento original com fotografia e Título de Eleitor;

8.10.1.2 Na ausência do Título de Eleitor será aceito o comprovante original da votação da última eleição municipal (outubro/2012) ou da justificativa de ausência da referida eleição;

8.10.1.3 Os mesários registrarão na folha de controle de votação, o nome do eleitor, o número do documento com fotografia, o número do Título de Eleitor;

8.10.1.4 Após o registro, o eleitor assinará a folha de controle de votação conferindo seus dados;

8.10.1.5 A Mesa Eleitoral entregará ao eleitor a Cédula Oficial devidamente rubricada pelo Presidente da mesa eleitoral e mesário, e na ausência destes pelo Secretário da mesa eleitoral;

8.10.1.6 Se o Presidente da Mesa Eleitora ou Mesário não estiverem presentes, o Secretário da mesa deverá rubricar a Cédula Oficial e verificar qualquer vício, rasura ou danificação na mesma a inutilizará na presença de todos e registrará em ata tal ocorrência.

8.10.1.7 O eleitor escolherá um candidato de sua preferência, assinalando em espaço próprio da cédula, de modo a expressar sua

vontade;

8.10.1.8 Ao sair da cabine, o eleitor depositará na urna a Cédula Eleitoral, devidamente dobrada, na presença dos componentes da Mesa Eleitoral.

8.10.1.9 Se o eleitor, ao receber a cédula ou, ao recolher-se à cabine de votação, por imprudência, imprevidência ou desconhecimento danificar, "errar" o voto ou de qualquer forma rasurar a Cédula Oficial NÃO poderá pedir outra ao Presidente da Mesa. DEVENDO DEPOSITAR SEU VOTO NA URNA, ainda que este seja computado como inválido.

8.11 DO ENCERRAMENTO:

8.11.1 O Presidente da Mesa Eleitoral, verificando chegar à hora do encerramento da votação e existindo eleitores, distribuirá senha para votação dos presentes no recinto.

8.11.2 Encerrada a votação será elaborada a Ata pelo Secretário da Mesa Eleitoral, sendo a mesma assinada pelos demais membros da Mesa e pelo fiscal presente.

8.11.3 O encerramento da votação implica no fechamento da urna eleitoral pelo Presidente da Mesa, assinado por todos os componentes da Mesa e pelo fiscal presente ao ato, que levarão a urna até o local da apuração dos votos.

8.12 DA APURAÇÃO:

8.12.1 A apuração dos votos deverá ser centralizada em um único local, previamente divulgado pela Comissão Especial Eleitoral.

8.12.2 Para o processo de apuração dos votos, a Comissão Especial Eleitoral nomeará representantes para essa finalidade.

8.12.3 O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Irineópolis determinará a abertura da apuração, logo após o encerramento do horário da votação.

8.12.4 O Presidente da Mesa Eleitoral de votação verificará a inviolabilidade de sua urna e após, determinará a sua abertura, contará as cédulas, verificando se as mesmas coincidem com o número de votantes.

8.12.5 Cada candidato poderá contar com 1 (um) fiscal de sua indicação na mesa apuradora no processo de apuração dos votos.

8.12.6 Na fase de apuração dos votos será permitido ingresso ao recinto apenas dos candidatos, de um 1 (um) fiscal de sua indicação, os membros da Comissão Especial Eleitoral, equipe de apoio que a Comissão Especial Eleitoral previamente determinar e os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Irineópolis e representante do Ministério Público.

8.12.7 Não coincidindo o número de cédulas com o número de votantes, em uma determinada urna, será assegurada a recontagem dos votos, devendo ser registrada em ata as alterações.

8.12.8 Resolvidas as questões pela Mesa Apuradora, passar-se-á à apuração dos votos.

8.12.9 As cédulas, na medida em que forem sendo abertas, serão examinadas e lidas em voz alta por um dos componentes da Mesa Apuradora.

8.12.10 Os votos serão computados como válidos, brancos ou nulos.

8.12.11 Considerar-se-á voto válido aquele que estiver assinalado pelo eleitor em espaço próprio da cédula, de modo a expressar sua vontade;

8.12.12 Será considerado voto em branco aquele que não contiver manifestação do eleitor;

8.12.13 Serão nulas as cédulas que:

8.12.13.1 Não corresponderem ao modelo oficial;

8.12.13.2 Não estiverem devidamente rubricadas pelo Presidente da Mesa Eleitoral ou Mesário, ou o Secretário na sua ausência destes;

8.12.13.3 Contiverem expressões, frases ou sinais estranhos ao Processo Eleitoral ou não estiverem na forma que estabelece neste Edital;

8.12.14 Somente aos Membros das Mesas de Apuração será permitido o manuseio dos votos.

8.12.15 Terminada a apuração, o Secretário da Mesa lavrará a Ata dos Trabalhos, dela fazendo constar, além de outros dados que se tornarem necessários, o seguinte:

8.12.15.1 Indicação do dia, horário e local de abertura e de encerramento dos trabalhos de apuração;

8.12.15.2 Nomes dos componentes da Mesa Apuradora e suas funções e nomes dos fiscais natos e indicados presentes no ato;

8.12.15.3 Número de assinaturas constantes das folhas de votação e o número de votos encontrados na urna,

8.12.15.4 Número de votos computados a cada candidato.

8.12.16 Encerrados os trabalhos de apuração dos votos e lavrada a respectiva Ata, caberá ao Presidente da Mesa de Apuração dos votos transmitir os resultados, por escrito, à Comissão Especial Eleitoral.

8.12.17 Encerrado o trabalho de todas as Mesas de Apuração, o Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Irineópolis juntamente com a Comissão Especial Eleitoral pronunciará o resultado da apuração, declarará o encerramento dos trabalhos e providenciará a imediata lavratura da respectiva ata de encerramento que será assinada por ele, demais membros do CMDCA, membros da Comissão Especial Eleitoral, candidatos e fiscais presentes, representante do Ministério Público, e equipe de apoio.

8.13 DAS NULIDADES

8.13.1 Será considerada nula a urna da Mesa Eleitoral que comprometa sua legitimidade.

8.13.2 Não poderá a nulidade ser invocada por quem lhe deu causa.

9 - HOMOLOGAÇÃO DA ELEIÇÃO DOS CANDIDATOS AO CONSELHO TUTELAR:

9.1 Concluído os trabalhos da Comissão Especial Eleitoral lavrar-se-á a Ata respectiva que será encaminhada ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Irineópolis, com o resultado final do Pleito.

9.2 Com o resultado final do Pleito o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Irineópolis providenciará a classificação dos candidatos, homologando a eleição, através de edital, cuja publicação será realizada no site e mural da Prefeitura Municipal de Irineópolis, através do endereço eletrônico www.irineopolis.sc.gov.br, até as 17h00m do dia 5 (cinco) de outubro de 2015.

9.3 Os nomes dos candidatos eleitos como titulares e suplentes, assim como, o número de sufrágios recebidos, deverá ser publicado no diário oficial do município ou meio equivalente.

9.4 Os cinco primeiros candidatos mais votados serão considerados eleitos, ficando os demais candidatos como suplentes, seguindo a ordem decrescente de votação.

9.5 Havendo empate na votação será considerado eleito o candidato com mais idade.

9.6 O mandato será de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo eleitoral.

10 - DOS IMPEDIMENTOS PARA O EXERCÍCIO DO MANDATO:

10.1 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, sogro e genro ou nora, cunhados, durante o cunhadio, padrasto ou madrasta e enteado ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

10.2 São impedidos também de exercer a função de Conselheiro Tutelar, na forma deste Edital, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e Juventude da mesma comarca.

11 - DA POSSE DOS CONSELHEIROS TUTELARES:

11.1 Os escolhidos serão nomeados e empossados pelo Chefe do

Poder Executivo Municipal, através de termo de posse assinado onde constem necessariamente seus deveres e direitos, assim como, a descrição da função de Conselheiro Tutelar na forma do disposto no Art. 136 da Lei Federal nº 8.069/90.

11.2 Os candidatos eleitos titulares e suplentes do Conselho Tutelar deverão ser empossados até as 24 horas do dia 10 de janeiro de 2016.

11.3 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Irineópolis deverá participar da posse dos Conselheiros Tutelares.

11.4 Ocorrendo vacância no cargo, assumirá o suplente que se encontrar na ordem da obtenção do maior número de votos, o qual receberá remuneração proporcional aos dias que atuar no órgão, sem prejuízo da remuneração dos titulares quando em gozo de licenças e férias regulamentares.

11.5 No caso de inexistência de suplentes caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Irineópolis realizar processo de escolha complementar através de eleição para o preenchimento das vagas.

11.6 Deverá a municipalidade garantir a formação prévia dos candidatos ao Conselho Tutelar, titulares e suplentes eleitos, antes da posse.

11.7 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Irineópolis realizará curso de capacitação, cuja presença será obrigatória para os Conselheiros Tutelares eleitos (titulares e suplentes), no mês de novembro de 2015.

11.8 O não comparecimento dos Conselheiros Tutelares Titulares na capacitação mencionada no artigo anterior implicará na perda do direito de posse a função.

11.9 O candidato deverá apresentar, no momento da posse:

11.9.1 Prova de aptidão física e mental para o exercício da função, constante de atestado médico emitido pela Junta Médica,

11.9.2 Diploma ou certificado de conclusão de Ensino Superior conforme as áreas exigidas;

11.9.3 Declaração de bens, na forma do art. 13 da Lei 8.429/92;

11.9.4 Outros documentos necessários à investidura na função, não exigidos por ocasião do ato de inscrição no processo de escolha.

12 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 O descumprimento dos dispositivos legais previstos neste edital implicará na exclusão do candidato ao Pleito.

12.2 Os casos omissos neste Edital, serão dirimidos pela Comissão Especial Eleitoral, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Irineópolis e pelo foro da Comarca.

Irineópolis, 24 de Abril de 2015

Maria Rosa Schafaschek

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Irineópolis.

ANEXO I

Ficha de Inscrição

FICHA DE INSCRIÇÃO PARA O PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC

Nº da Inscrição:	
Nome:	
Nº RG:	Nº CPF:
Endereço:	
Cidade:	Estado:
Nº Telefone:	Nº Celular:

- () Reconhecimento de Idoneidade moral, através de Certidão negativa de antecedentes criminais;
- () Cópia da certidão de nascimento ou casamento;
- () Cópia do RG;
- () Cópia do CPF;
- () Cópia do Título de Eleitor;
- () Cópia autenticada do diploma de ensino superior nas áreas humanas e sociais;
- () Cópia da Carteira Nacional de Habilitação;
- () Comprovação votação das duas últimas eleições;
- () Comprovante de residência,

Irineópolis- SC, ____/____/____

Assinatura Candidato

Comprovante de Inscrição e Protocolo de Entrega de Documentação Exigida para a realização das inscrições ao Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar do município de Irineópolis - SC.

Edital n. 001/2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Irineópolis.

	Nº de Inscrição:
Responsável Pela Inscrição:	
Data ____/____/____	Ass Responsável:
Apresentou toda a documentação exigida:	() Sim () Não

ANEXO II

CALENDÁRIO PROGRAMÁTICO

DATA	PROGRAMAÇÃO
04/05/15 a 29/05/15	Prazo para inscrições
08/06/15	Publicação de Edital com a relação de candidatos registrados deferidos e indeferidos a próxima etapa.
10/06/15	Publicação de Edital informando o nome dos candidatos deferidos após recurso.
13/06/15 a 15/06/15	Período de impugnação de candidatos por qualquer cidadão do município de Irineópolis
15/06/15	Publicação de Edital com impugnações de candidatos
16/06/15 a 17/06/15	Período de recurso do candidato impugnado junto Comissão Especial Eleitoral.
18/06/2015	Publicação de Edital com a relação dos candidatos aptos a participar da prova objetiva de avaliação dos candidatos.
18/06/15 a 24/06/2015	Recurso ao CMDCA de Irineópolis aos candidatos impugnados
25/06/2015	Publicação de Edital Final com os nomes dos candidatos habilitados a realização da prova objetiva de avaliação.
05/07/15	Data da realização da Prova Objetiva de Avaliação.
07/07/15	Divulgação do Gabarito Preliminar na Prova Objetiva de Avaliação
08/07/15 a 09/07/15	Período de Recurso as questões da Prova Objetiva de Avaliação

16/07/2015	Divulgação do Gabarito Oficial e Final da Prova Objetiva de Avaliação
17/07/15	Publicação de Edital com a relação dos candidatos classificados na prova objetiva de avaliação a habilitados a participarem do processo eleitoral
03/08/15 a 02/10/15	Período permitido para campanha eleitoral
04/10/15	Votação dos candidatos a membros do Conselho Tutelar de Irineópolis.
04/10/15	Divulgação do resultado da eleição
05/10/15	Publicação de Edital de Classificação dos Candidatos eleitos.
10/01/16	Posse dos Conselheiros Tutelares Titulares e Suplentes ao mandato.

ANEXO III

MODELO DE RECURSO DA PROVA OBJETIVA DE AVALIAÇÃO

		N. Inscrição:	
Nome:			
CPF:		RG:	
Recurso para revisão de Prova Objetiva de Avaliação:			
Questão:			
Explicação:			
Deferimento pela Comissão Especial Eleitoral:			
() Deferido			
() Indeferido			
Justificativa:			

Data: ____/____/____

Assinatura do Candidato:

Assinatura da Comissão Especial Eleitoral:

EXTRATO DE CONTRATO Nº 11/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 11/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratada: Nelci Carvalho da Rocha Moreira.

Objeto: Locação de um imóvel de propriedade da Senhora Nelci Carvalho da Rocha Moreira, inscrita no CPF sob o n.º 035.400.649-58 e portadora da Cédula de Identidade n.º 3.411.051-8 SSP-SC, com a área de 173,15 m² (Cento e setenta e três metros e quinze centímetros quadrados), sito à Avenida 22 de julho, n.º 1633, em Irineópolis, Estado de Santa Catarina, sob a Inscrição Imobiliária n.º 1.1.0.38.0343.0.015, com mensal de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), e valor total no período de abril a dezembro de 2015 de R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais).

Vigência: abril a dezembro de 2015.

Base Legal - Processo Licitatório nº 04/2015 - Dispensa de Licitação nº. 01/2015

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 04/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 04/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 01/2015

Expirado o prazo recursal, torna público a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epígrafe e a adjudicação da proponente: Nelci Carvalho da Rocha Moreira.

Irineópolis, 23 de abril de 2015.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

LEI Nº. 1.837/2015

LEI Nº. 1.837/2015, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

“ATUALIZA A POLÍTICA DE ATENDIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, ESTABELECE A ESTRUTURA E O FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA), DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (FIA) E DO CONSELHO TUTELAR (CT) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Egrégia Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Fundo Municipal Direitos da Criança e do Adolescente (FIA) e do Conselho Tutelar e dá outras providências.

Art. 2º. O atendimento dos direitos da criança e do adolescente, no âmbito municipal, far-se-á através de:

I. políticas sociais básicas de educação, saúde, esporte, cultura, lazer, profissionalização e outras que assegurem o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social da criança e do adolescente, em condições de liberdade e dignidade;

II. o município destinará recursos e espaços públicos para programações culturais, esportivas e de lazer, voltadas à infância e adolescência.

III. serviços, programas e projetos de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que dela necessitem;

IV. serviços especiais nos termos do artigo 87, incisos III, IV e V, da Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente: a) a prevenção e atendimento médico e psicológico às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;

b) identificação e localização de pais, responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos;

c) proteção Jurídico-Social.

Art. 3º São órgãos da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente do município de Irineópolis:

I- conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II- conselho Tutelar;

III- todas as Secretarias Municipais, que atuam direta ou indiretamente com a promoção, defesa, controle e efetivação e garantia dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 4º O município deverá criar programas e serviços a que aludem os incisos II e III, do artigo 2º, desta Lei ou estabelecer, quando necessário, consórcio intermunicipal para o atendimento regionalizado, instituídos e mantidos por entidades governamentais ou não governamentais de atendimento, mediante prévia autorização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º Os programas serão classificados como de proteção ou socio-educativos e destinar-se-ão a:

a) orientação e apoio sócio familiar;

b) apoio socioeducativo e meio aberto;

c) colocação familiar;

d) acolhimento Institucional;

e) liberdade assistida;

f) semiliberdade;

g) internação.

CAPÍTULO II**DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE****Seção I****Da Natureza e Composição**

Art. 5º Fica instituído o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Irineópolis, órgão autônomo, deliberativo e controlador da política de atendimento à infância e à adolescência, vinculado ao Gabinete do Prefeito e de composição paritária.

Art.6º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é composto de 10 (dez) membros, sendo 05 (cinco) representantes de órgãos do Poder Executivo municipal e 05 (cinco) representantes de organizações da sociedade civil organizada.

§ 1º O conselheiro indicado cumprirá mandato de 2 (dois) anos, com possibilidade de ser substituído a qualquer tempo, a critério da sua representação.

a) entende-se por mandato o período entre a nomeação do conselheiro e sua desvinculação oficial, mesmo que este não tenha completado o total de 2 (dois) anos de mandato.

§ 2º Após a nomeação dos conselheiros, o Conselho deverá reunir-se no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sob a presidência do Conselheiro com mais idade, para eleição, dentre seus membros, de uma Diretoria composta por 1(um) Presidente, 1(um) Vice-Presidente, 1(um) Secretário e 1(um) Tesoureiro, com atribuições disciplinadas no Regimento Interno.

a) poderá ocorrer alternância entre sociedade civil e governo na mesa diretora, respeitado o período de 12 (doze) meses, para cada segmento.

b) a representação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será exercida por seu Presidente nos atos inerentes ao seu exercício, o qual poderá indicar outro conselheiro para lhe representar sempre que necessário.

Seção II

Do Fórum para Eleição dos Conselheiros da Sociedade Civil

Art. 7º As organizações da sociedade civil, interessadas em participar do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, habilitar-se-ão junto a comissão, composta por representantes de organizações da sociedade civil, especialmente designada pelo Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Irineópolis.

§ 1º As organizações da sociedade civil interessadas em participar do processo eleitoral deverão comprovar o registro junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Irineópolis e estar em pleno funcionamento há pelo menos 1 (um) ano.

§ 2º A atribuição de convocar o processo de escolha das organizações da sociedade civil, será de responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual designará comissão especial para conduzir o referido processo.

§ 3º A Comissão responsável pela realização do processo de eleição dos membros representantes da sociedade civil, encaminhará ao Prefeito, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, após o processo de escolha, a relação das organizações da sociedade civil que integrarão o conselho e os nomes dos conselheiros representantes titulares e suplentes por elas indicados, devendo a nomeação e posse serem efetuadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

a) será dada ciência ao Ministério Público, do processo de escolha dos membros representantes da sociedade civil, o qual será responsável pela fiscalização.

§ 4º Não poderão compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Irineópolis, na condição de representantes das organizações da sociedade civil:

- a) representantes do Judiciário, Legislativo Municipal, Ministério Público, Defensoria Pública;
- b) representantes de outros Conselhos integrantes de qualquer esfera de governo e conselheiros tutelares em exercício;
- c) representantes de órgão de outras esferas governamentais,
- d) representantes que exerçam simultaneamente função comissionada, ou detenha vínculo efetivo com a municipalidade.

Art. 8º É vedada a indicação de nomes ou qualquer outra forma de ingerência do Poder Público sobre o processo de escolha dos representantes da sociedade civil, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Seção III

Da Indicação dos Conselheiros Governamentais

Art. 9º Os 05 (cinco) conselheiros titulares e suplentes, representantes dos órgãos do Poder Executivo, Autarquias e Fundações Municipais, serão nomeadas pelo Prefeito Municipal, que poderá substituí-los a qualquer tempo.

§ 1º Os representantes governamentais deverão atuar em diferentes órgãos que direta ou indiretamente tenham relação com a execução dos direitos da criança e do adolescente.

§ 2º O número máximo de conselheiros indicados por órgão, não poderá exceder a 2 (dois) representantes titulares e respectivos suplentes.

Seção IV

Do Desempenho da Função de Conselheiros e da Perda do Mandato

Art. 10 O desempenho da função de membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Irineópolis, será considerado como serviço público relevante prestado ao município, e não será remunerado, sendo seu exercício prioritário, justificadas as ausências a qualquer outro serviço.

Art. 11 Os membros representantes da sociedade civil e do Poder Executivo, Autarquias e Fundações Municipais, poderão ter seus mandatos suspensos ou cassados quando:

I. for constatada a reiteração de faltas após 03 (três) sessões a reuniões ordinárias consecutivas ou 04 (quatro) alternadas, conforme disciplinado no regimento interno.

a) a participação do conselheiro suplente abona a falta do titular.

II. for constatada a prática de ato incompatível com a função ou com os princípios que regem a administração pública, conforme disposto no regimento interno do Conselho;

III. a cassação do mandato dos representantes governamentais e das organizações da sociedade civil junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em qualquer hipótese, demandará a instauração de procedimento administrativo específico, previsto no regimento interno do Conselho, no qual se garanta o contraditório e a ampla defesa, sendo a decisão tomada por maioria absoluta de votos dos membros do colegiado.

Art. 12 Na perda de mandato de conselheiro, titular ou suplente, o chefe do Poder Executivo ou a organização da sociedade civil respectiva, indicará seu substituto.

Seção V

Da Estrutura Administrativa

Art. 13 Cabe à administração municipal, fornecer os recursos humanos e estrutura técnica, administrativa e institucional necessários ao adequado e ininterrupto funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Seção VI

Das Atribuições do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Art. 14 São atribuições do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Irineópolis:

I. deliberar, controlar e avaliar a efetivação da política de promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, observados os preceitos expressos nos artigos 203, 204 e 227, da Constituição Federal, e da Lei Orgânica Municipal e todo o conjunto de regras da Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente;

II. acompanhar, sugerir as prioridades e avaliar a elaboração da proposta orçamentária do município, utilizando quando necessário apoio técnico nas áreas contábil e jurídica do município;

III. representar ao Ministério Público, bem como, aos demais órgãos legitimados no art. 210, da Lei Federal nº 8.069/90, visando à adoção de providências cabíveis em caso de descumprimento de alguma de suas deliberações, ameaça ou violação de direitos da criança e do adolescente;

IV. propor e acompanhar mudanças nas estruturas públicas e privadas destinadas ao atendimento da criança e do adolescente;

V. oferecer subsídios para a elaboração de leis atinentes à garantia dos direitos das crianças e adolescentes, preconizados na Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente;

VI. deliberar sobre a implementação dos programas e serviços a que se referem o Art. 2º desta Lei, bem como, sobre a criação de serviços, programas e projetos governamentais e não governamentais ou realização de consórcio intermunicipal regionalizado de atendimento;

VII. proceder a inscrição de programas de proteção e socioeducativos governamentais na forma dos Arts. 90 e 91, da Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente;

VIII. proceder o registro de entidades e inscrição dos programas não governamentais, que atuam nas áreas da formação técnico profissional metódica, atendimento, promoção, defesa e garantia dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, na forma dos Arts. 90 e 91, da Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente e legislação correlata vigente;

IX. fazer comunicação dos registros realizados referentes aos incisos VII, VIII deste artigo, ao Conselho Tutelar e a autoridade Judiciária da Infância e da Juventude;

X. incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos, pesquisas e formação continuada, no campo da promoção, proteção e defesa da infância e da adolescência;

XI. apoiar e promover campanhas educativas sobre os direitos da criança e do adolescente;

XII. promover e articular intercâmbio com entidades e órgãos públicos e privados, organismos nacionais e internacionais;

- XIII. pronunciar-se, emitir pareceres, resoluções, normativas e prestar informações sobre assuntos correlatos à promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes;
- XIV. receber petições, denúncias, reclamações, representações ou queixas, por desrespeito aos direitos assegurados às crianças e adolescentes, dando-lhes o encaminhamento devido;
- XV. deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal da Infância e do Adolescente;
- XVI. realizar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, designando Comissão Especial responsável pela realização do referido pleito, em conformidade com a legislação correlata vigente;
- XVII. reunir-se ordinariamente e extraordinariamente, conforme dispuser o Regimento Interno do Conselho;
- XVIII. elaborar e alterar o seu Regimento Interno, com a aprovação por, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total dos seus membros;
- XIX. regulamentar, no Regimento Interno, a estrutura funcional mínima composta por plenário, mesa diretora do conselho, secretaria executiva, comissões, grupos de trabalho e comitês, definindo suas atribuições;
- XX. regulamentar temas de sua competência, por resoluções aprovadas por, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total dos seus membros, inclusive o Fundo Municipal da Infância e do Adolescente;
- XXI. publicar os atos deliberativos do Conselho;

Capítulo III

Do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Seção I

Da Criação e Constituição

Art. 15 Fica instituído o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA) do município de Irineópolis.

Parágrafo único. Para efeitos de publicidade, o Fundo Municipal Direitos da Criança e do Adolescente será identificado com o nome fantasia de Fundo Municipal da Infância e Adolescência (FIA).

Art. 16 Os recursos do FIA serão assim constituídos:

- I. recursos públicos que lhes forem destinados, consignados no Orçamento da União, do Estado e do município, inclusive mediante transferências "fundo a fundo", entre essas esferas de governo;
- II. destinações de Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas, nos termos do Art. 260, do Estatuto da Criança e do Adolescente, legislação e normas correlatas;
- III. doações de pessoas físicas e jurídicas sejam elas de bens materiais, móveis e imóveis ou recursos financeiros e demais doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;
- IV. valores provenientes de multas previstas no Art. 214, do Estatuto da Criança e do Adolescente, oriundas das infrações descritas nos artigos 245 a 258 do referido diploma legal;
- V. rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capitais;
- VI. recursos advindos de convênios, contratos e acordos firmados entre o município e instituições privadas e públicas, nacionais e internacionais, federais, estaduais e municipais;
- VII. outros recursos que lhe forem destinados.

Seção II

Da Regulamentação e Gestão dos Recursos do Fundo FIA

Art. 17 A regulamentação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Irineópolis, dar-se-á através de resolução do Conselho Municipal dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 18 A gestão do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será exercida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao qual compete:

- a) estabelecer os parâmetros técnicos e as diretrizes para aplicação dos recursos.
- b) elaborar o Plano de Ação e o Plano de Aplicação dos recursos do Fundo.
- c) elaborar editais fixando os procedimentos e critérios para a

aprovação de projetos a serem financiados com recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, em consonância com o estabelecido no plano de aplicação e obediência aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade;

d) deliberar e homologar a concessão de recursos do FIA às entidades não governamentais, serviços e programas governamentais que atuem no atendimento, promoção ou defesa dos direitos das crianças e adolescentes, em conformidade com critérios e normativas estabelecidas pelo Conselho.

e) solicitar, a qualquer tempo e a seu critério, as informações necessárias ao acompanhamento, ao controle e à avaliação acerca dos recursos homologados e, quando entender necessário, auditoria pelo Poder Executivo.

f) acompanhar e avaliar a execução, desempenho e resultados financeiros do Fundo.

g) avaliar e aprovar os balancetes trimestralmente e o balancete anual do Fundo.

h) fiscalizar e publicitar os projetos desenvolvidos com os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

i) desenvolver ações relacionadas à captação de recursos para o Fundo.

j) monitorar a atualização anual do cadastro nacional dos fundos municipais dos direitos da criança e do adolescente junto a Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República;

k) monitorar as destinações e doações realizadas ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para fins de prestação de contas aos doadores e destinadores, assim como, a emissão dos recibos pelo órgão responsável pela administração e operacionalização do fundo.

Seção III

Da Operacionalização e Administração do FIA

Art. 19 A operacionalização e administração do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente serão realizadas pela Secretaria Municipal da Assistência Social ou outro órgão representativo do governo que o Chefe do Poder Executivo Municipal designar, o qual poderá vincular-se ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º A operacionalização e administração a que se alude o caput, refere-se a execução das atividades orçamentárias e contábil dos recursos do Fundo, a saber:

- I. registrar os recursos orçamentários do Fundo;
- II. responsabilizar-se pela abertura, em estabelecimento oficial de crédito, de contas específicas destinadas à movimentação das receitas e despesas do Fundo;
- III. manter o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeito no município, nos termos das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e normas correlatas;
- IV. elaborar balancetes trimestrais e anuais relativos ao Fundo, encaminhando para apreciação, avaliação e deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, assim como, aos órgãos de controle e fiscalização interna e externa, em conformidade com a legislação vigente;
- V. liberar os recursos a serem aplicados em benefício das crianças e adolescentes, nos termos das Resoluções, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- VI. executar todas as atividades administrativas, contábeis e financeiras, com vistas a operacionalizar as ações atinentes aos objetivos do Fundo, conforme deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- VII. encaminhar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a Declaração de Benefícios Fiscais (DBF), em conformidade com legislações que dispõem sobre esta matéria.

§2º O Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente deve constituir unidade orçamentária própria e ser parte integrante do orçamento público municipal

§3º Devem ser aplicadas à execução orçamentária do Fundo as mesmas normas gerais que regem a execução orçamentária da

União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Seção IV

Da Aplicação dos Recursos

Art. 20 Os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverão ser aplicados de acordo com as reais demandas e prioridades, para o atendimento à criança e ao adolescente, através do financiamento de ações relativas a:

§1º Realização de estudos, pesquisas e diagnósticos municipais sobre a situação das crianças e adolescentes.

§2º Financiamento de projetos apresentados por entidades não governamentais e programas governamentais, registrados e inscritos junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conformidade com as normas gerais que regem a execução orçamentária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em relação ao repasse de recursos.

§3º Apoio a programa de incentivo à guarda e adoção, em conformidade com o Art. 34, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

§4º Realização de eventos, campanhas educativas e publicações, visando a garantia dos direitos da criança e do adolescente.

§5º Realização de pagamento para a consecução de serviços técnicos, de comunicação, divulgação e publicação do interesse do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§6º Apoio aos serviços de localização de desaparecidos que afetam diretamente crianças e adolescentes.

§7º Financiamento de ações de proteção à criança e adolescente em situação de risco social e pessoal, cuja necessidade de atenção extrapola o âmbito de atração das políticas sociais básicas.

§8º Apoio e promoção de programas e projetos de capacitação continuada voltada a promoção, proteção e garantia dos direitos da criança e do adolescente.

§9º Pagamento de consultoria e assessoria técnica para realização de eventos e formação continuada dos Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e de profissionais que atuam no Sistema de Garantia de Direitos, para garantir o pleno funcionamento do Conselho;

§10. Financiamento das ações previstas no Plano de Aplicação Financeira, aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Capítulo IV

Do Conselho Tutelar

Seção I

Da Criação do Conselho Tutelar

Art.21 Fica instituído o Conselho Tutelar de Irineópolis, órgão municipal de caráter permanente e autônomo, não jurisdicional encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, com funções precípuas de planejamento, supervisão, coordenação e controle das atividades que constituem sua área de competência, conforme previsto na Lei nº 8.069/1990 e integrante da Administração Pública Municipal.

Art.22 Fica instituída a função pública de conselheiro tutelar do Município de Irineópolis, que será exercida por 5 (cinco) membros escolhidos pela população local com mandato de 4(quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha. Parágrafo único. O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar de Irineópolis constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

Seção II

Da Manutenção do Conselho Tutelar

Art.23 A Lei Orçamentária Municipal deverá estabelecer, dotação específica para implantação, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar, incluindo:

- I. despesas do processo de escolha dos conselheiros tutelares;
- II. custeio com remuneração e formação continuada;
- III. custeio das atividades inerentes as atribuições dos conselheiros,

inclusive para as despesas com adiantamentos e diárias, quando necessário deslocamento para outros municípios, em serviço;

IV. manutenção geral da sede, necessárias ao funcionamento do órgão.

Art. 24 O Conselho Tutelar funcionará em local de fácil acesso, que ofereça acessibilidade e contará ainda com as seguintes garantias mínimas ao seu funcionamento:

I. placa indicativa da sede;

II. salas mobiliadas para atendimento individual pelos conselheiros tutelares, equipadas com computador com acesso à internet, sendo no mínimo 01(um) com impressora;

III. sala para recepção e atendimento ao público;

IV. sala para os serviços administrativos com computador com acesso à internet com impressora;

V. cozinha e área de serviço;

VI. uma linha telefônica fixa e, no mínimo, um telefone móvel;

VII. veículo exclusivo para desempenho das atribuições dos conselheiros tutelares;

VIII. mobiliário e material de expediente adequado ao funcionamento do órgão.

Art. 25. Cabe ao Poder Executivo Municipal fornecer ao Conselho Tutelar os meios necessários para sistematização de informações relativas às demandas e deficiências na estrutura de atendimento à população de crianças e adolescentes, tendo como base o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA), ou sistema equivalente.

Parágrafo único. Cabe aos órgãos públicos responsáveis pelo atendimento de crianças e adolescentes, com atuação no município, auxiliar o Conselho Tutelar na coleta de dados e no encaminhamento das informações relativas às demandas das políticas públicas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Seção III

Do Funcionamento do Conselho Tutelar

Art.26 A sede do Conselho Tutelar permanecerá aberta ao público, das 08h00 às 12h00 e das 13h às 17h, sem prejuízo do atendimento ininterrupto à população.

Parágrafo único. Poderá o Poder executivo municipal, em acordo com deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o colegiado do Conselho Tutelar, estabelecer, através de emissão de decreto municipal, horário diferenciado ao previsto no caput, sem prejuízo do atendimento ininterrupto à população e em conformidade com a carga horaria prevista no Art.27, desta Lei.

Art. 27 O conselheiro tutelar fica sujeito à jornada de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho distribuídas em atividades na sede do órgão, incluindo os plantões.

§1º Caberá aos conselheiros tutelares registrar o cumprimento da jornada normal de trabalho, de acordo com as regras estabelecidas ao funcionalismo público municipal.

§2º Todos os membros do Conselho Tutelar serão submetidos à mesma carga horária semanal de trabalho, bem como, aos mesmos períodos de plantão ou sobreaviso, sendo vedado qualquer tratamento desigual, o que não impede a divisão de tarefas entre os conselheiros, para fins de realização de suas atividades.

Art. 28 As decisões em relação às atribuições do Conselho Tutelar serão tomadas pelo seu colegiado, conforme dispuser o Regimento Interno.

Parágrafo único. O exercício da autonomia do Conselho Tutelar não isenta seu membro de responder pelas obrigações funcionais e administrativas junto ao órgão ao qual está vinculado.

Seção IV

Do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar

Art. 29 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Irineópolis, ocorrerá em consonância com o disposto no § 1º do Art. 139 da Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 30 Os conselheiros tutelares serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos cidadãos do município de Irineópolis, em procedimento estabelecido nesta lei e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizado pelo Ministério Público.

§1º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente instituirá a Comissão Especial Eleitoral, que deverá ser constituída por conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, observada a composição paritária entre os mesmos.

a) Municipal dos Direitos da poderão compor a Comissão Especial Eleitoral, até 2 (dois) integrantes alheios ao Conselho, a título de colaboradores, desde que aprovados pela plenária do Conselho.

b) a constituição e atribuições da Comissão Especial Eleitoral deverão constar em resolução emitida pelo Conselho Criança e do Adolescente.

§2º O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

§ 3º A candidatura será individual e cada eleitor apto a participar do processo citado poderá votar em apenas 1(um) dos candidatos, não sendo admitida a composição de chapas.

§ 4º Podem votar os cidadãos maiores de dezesesseis anos, que possuam título de eleitor, no município, até 3 (três) meses antes do processo de escolha.

§ 5º A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 (dez) de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

Art. 31 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será organizado mediante edital de Convocação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma desta Lei sem prejuízo no disposto na legislação nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente e demais legislações.

§1º O edital a que se refere o caput deverá ser publicado com antecedência mínima de 6 (seis) meses antes da realização da eleição.

§2º A divulgação do processo de escolha deverá ser acompanhada de informações sobre as atribuições do Conselho Tutelar e sobre a importância da participação de todos os cidadãos, na condição de candidatos ou eleitores, servindo de instrumento de mobilização popular em torno da causa da infância e da adolescência, conforme dispõe o art. 88, inciso VII, da Lei nº 8.069, de 1990.

Art. 32 O processo de eleição para o Conselho Tutelar ocorrerá com o número mínimo de 10 (dez) pretendentes devidamente habilitados.

§1º Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas.

§2º Em qualquer caso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá envidar esforços para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes.

Seção V

Dos Requisitos à Candidatura

Art. 33 Somente poderão concorrer ao pleito os candidatos que preencherem os seguintes requisitos:

I. reconhecida idoneidade moral;

II. idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III. residir no município;

IV. estar no gozo dos direitos políticos;

V. comprovar formação no Ensino Superior em ciências humanas e sociais;

VI. possuir Carteira Nacional de Habilitação;

VII. no ato da inscrição, não poderá estar vinculado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VIII. proceder a entrega da documentação prevista no edital de convocação.

Art. 34 O conselheiro tutelar titular, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do processo de escolha subsequente.

Seção VI

Da Avaliação Documental, Impugnações e da Prova

Art. 35 Terminado o período de registro das candidaturas, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, publicará edital com o nome dos candidatos registrados, deferidos e indeferidos.

§1º Após a publicação do edital de que trata o caput, será facultado ao candidato indeferido pela comissão, o direito a recurso, no prazo de 2 (dias) dias úteis, a contar da referida publicação.

§2º Passado o prazo previsto no §1º a Comissão Especial Eleitoral publicará edital informando o nome dos candidatos deferidos.

§3º Será facultado a qualquer cidadão impugnar os candidatos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da publicação do edital previsto no §2º, indicando os elementos probatórios.

§4º Passado o período de impugnação, será facultado ao candidato impugnado, o direito a recurso junto a Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 2 (dias) dias úteis, contados da publicação de que trata o §3º.

§5º Passado o período de recurso, no prazo de 2 (dias) dias úteis, a Comissão Especial Eleitoral publicará a lista dos candidatos aptos a participar da prova de avaliação do processo eleitoral, em conformidade com o Art. 43 desta lei.

Art. 36 Das decisões da Comissão Especial Eleitoral, relativas aos recursos dos candidatos em razão da impugnação, caberá recurso ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação a que se refere o §5º do Art.41.

Art. 37 Vencidas as fases de impugnação e recurso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará edital com os nomes dos candidatos habilitados a participarem da etapa da prova de avaliação.

Seção VII

Da Prova de Avaliação dos Candidatos

Art. 38 Os candidatos habilitados ao pleito, passarão por prova de conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, com questões múltiplas e de caráter eliminatório.

§1º A aprovação do candidato terá como base a nota igual ou superior a 6,0 (seis).

§2º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, deverá definir os procedimentos para elaboração, aplicação, correção e divulgação do resultado da prova.

Art. 39 Será facultado aos candidatos, interposição de recurso junto a Comissão Especial Eleitoral, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, após a publicação do resultado da prova.

Parágrafo único. Passado o prazo de recurso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, publicará edital no prazo de 5 (cinco) dias úteis, com o nome dos candidatos habilitados a participarem do processo eleitoral.

Seção VIII

Da Campanha Eleitoral

Art. 40 É vedado aos candidatos:

I. abuso do poder econômico na propaganda feita através dos veículos de comunicação social, com previsão legal nos Art. 14, § 9º, da Constituição Federal, Lei Complementar nº 64/90 Lei de Inelegibilidade e Art. 237, do Código Eleitoral;

II. doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

III. propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público, exceto, nos espaços privados mediante autorização por parte do proprietário, locatário ou detentor de concessão de moradia.

Art. 41 A violação do disposto no Art.40 desta lei, acarretará a cassação do registro da candidatura.

Art. 42 Admite-se a realização de debates e entrevistas.

Seção IX

Da Votação e Apuração dos Votos

Art. 43 Os locais de votação serão definidos pela Comissão Especial Eleitoral e divulgados com no mínimo, 30(trinta) dias de antecedência.

Art. 44 A Comissão Especial Eleitoral poderá obter junto a Justiça Eleitoral o empréstimo de urnas eletrônicas, bem como, providenciar a elaboração de software, observada as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral.

§1º Na impossibilidade de aquisição de urnas eletrônicas, a Comissão Especial Eleitoral, poderá obter junto a Justiça Eleitoral o empréstimo de urnas comuns e o fornecimento das listas de eleitores a fim de que a votação seja feita manualmente;

§2º A Comissão Especial Eleitoral poderá determinar o agrupamento de urnas para efeito de votação, atento à facultatividade do voto e às peculiaridades locais.

§ 3º Será de responsabilidade da Comissão Especial Eleitoral a confecção e distribuição de cédulas para votação, em caso de necessidade.

Art. 45 À medida que os votos forem sendo apurados, os candidatos poderão apresentar impugnações que serão decididas pelos representantes nomeados pela Comissão Especial Eleitoral, ouvido o Ministério Público.

§1º Cada candidato poderá contar com 1 (um) fiscal de sua indicação para cada local de votação, previamente cadastrado junto a Comissão Especial Eleitoral.

§2º No processo de apuração será permitida a presença do candidato e mais 1 (um) fiscal por mesa apuradora.

§3º Para o processo de apuração dos votos, a Comissão Especial Eleitoral nomeará representantes para essa finalidade.

Seção X

Dos Impedimentos para o Exercício do Mandato

Art. 46 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homo afetiva, sogro e genro ou nora, cunhados, durante o cunhadio, padrasto ou madrasta e enteado ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

Parágrafo único. Estende-se o impedimento do conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma comarca.

Seção XI

Da Proclamação do Resultado, da Nomeação e Posse

Art. 47 Concluída a apuração dos votos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proclamará e divulgará o resultado da eleição.

§1º Os nomes dos candidatos eleitos como titulares e suplentes, assim como, o número de sufrágios recebidos, deverá ser publicado no diário oficial do município ou meio equivalente.

§ 2º Os 5 (cinco) primeiros candidatos mais votados serão

considerados eleitos, ficando os demais candidatos como suplentes, seguindo a ordem decrescente de votação.

§3º O mandato será de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo eleitoral

§4º Havendo empate na votação será considerado eleito o candidato com mais idade.

§5º Os escolhidos serão nomeados e empossados pelo chefe do Poder Executivo Municipal, através de termo de posse assinado onde constem necessariamente seus deveres e direitos, assim como, a descrição da função de Conselheiro Tutelar na forma do disposto no Art. 136 da Lei Federal nº 8.069/90.

§6º Ocorrendo a vacância no cargo, assumirá o suplente que se encontrar na ordem da obtenção do maior número de votos, o qual receberá remuneração proporcional aos dias que atuar no órgão, sem prejuízo da remuneração dos titulares quando em gozo de licenças e férias regulamentares.

§7º No caso da inexistência de suplentes, caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar processo de escolha complementar através de eleição para o preenchimento das vagas.

§8º Deverá a municipalidade garantir a formação prévia dos candidatos ao Conselho Tutelar, titulares e suplentes eleitos, antes da posse.

Seção XII

Das Atribuições do Conselheiro Tutelar

Art.48 Compete ao Conselho Tutelar exercer as atribuições constantes, em especial, no Art. 136 da Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente, obedecendo aos princípios da administração pública conforme o disposto no Art. 37 da Constituição Federal.

Art. 49 Além das atribuições estabelecidas na Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente incumbe também ao Conselho Tutelar:

I. receber petições, denúncias, declarações, representações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados às crianças e adolescentes, dando-lhes o encaminhamento devido;

II. elaborar seu regimento interno, em prazo não superior a 6 (seis) meses após a posse, visando normatizar o funcionamento administrativo do órgão;

III. encaminhar seu regimento interno para publicação no site da prefeitura municipal de Irineópolis, assim como, afixá-lo em local visível na sede do órgão e encaminhá-lo ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. a) Ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente fica facultado o envio de propostas de alterações no regimento interno apresentado pelo Conselho Tutelar.

IV. encaminhar relatório trimestral ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao Ministério Público e ao juiz da Vara da Infância e da Juventude, contendo a síntese dos dados referentes ao exercício de suas atribuições, bem como, as demandas e deficiências na implementação das políticas públicas, de modo que sejam definidas estratégias e deliberadas providências necessárias para solucionar os problemas existentes;

V. articular ações para o estrito cumprimento de suas atribuições de modo a agilizar o atendimento junto aos órgãos governamentais e não governamentais encarregados da execução das políticas de atendimento de crianças, adolescentes e suas respectivas famílias;

VI. observar as normas e princípios contidos na Constituição, na Lei Federal nº 8.069, de 1990, na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, promulgada pelo Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990, bem como, nas Resoluções do CONANDA e demais legislações pertinentes;

VII. participar de eventos relacionados a política de atendimento a criança e ao adolescente e, em especial, naqueles relacionados a formação continuada.

Art. 50 No caso de atendimento de crianças e adolescentes de comunidades remanescentes tradicionais, o Conselho Tutelar deverá:

I. submeter o caso à análise de organizações sociais reconhecidas por essas comunidades, bem como, aos representantes de órgãos públicos especializados, quando couber; e

II. considerar e respeitar, na aplicação das medidas de proteção, a identidade sociocultural, costumes, tradições e lideranças, bem como suas instituições, desde que não sejam incompatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição e pela Lei nº 8.069, de 1990.

Art. 51 No exercício de suas atribuições, o membro do Conselho Tutelar poderá ingressar e transitar livremente:

I. nas salas de sessões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II. nas salas e dependências das delegacias e demais órgãos de segurança pública;

III. nas entidades de atendimento nas quais se encontrem crianças e adolescentes; e

IV. em qualquer recinto público ou privado no qual se encontrem crianças e adolescentes, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio.

Parágrafo único. Sempre que necessário o integrante do Conselho Tutelar poderá requisitar o auxílio dos órgãos locais de segurança pública, observados os princípios constitucionais da proteção integral e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

Seção XIII

Da Vacância

Art. 52 A vacância da função decorrerá de:

I- renúncia;

II- falecimento;

III- destituição;

IV- aplicação de sanção administrativa de destituição da função;

V- posse em cargo, emprego ou função públicas remuneradas, conforme preconiza o Art. 37 da Constituição Federal;

VI- condenação por sentença transitada em julgado pela prática de crime que comprometa a sua idoneidade moral.

Art. 53 Os conselheiros tutelares serão substituídos pelos suplentes nos seguintes casos:

I- vacância de função;

II- férias do titular;

III- licenças ou suspensão do titular que excederem a 29 (vinte e nove) dias.

Parágrafo único. O suplente, no efetivo exercício da função de conselheiro tutelar, terá os mesmos direitos, vantagens e deveres do titular.

Seção XIV

Dos Direitos

Art. 54 O conselheiro tutelar no efetivo exercício da sua função perceberá a título de remuneração o valor de R\$ 2.377,08, que será reajustado anualmente conforme o índice aplicado ao servidor público municipal.

§ 1º Em relação à remuneração referida no caput deste artigo, incidirão todos os descontos legais, em especial, aqueles relativos ao Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF e às contribuições previdenciárias devidas ao Regime Geral da Previdência Social - INSS.

§ 2º Sendo o Conselheiro funcionário público, fica-lhe facultado optar pelos vencimentos e vantagens de seu cargo ou função de origem, vedada a acumulação de vencimentos nos termos da legislação pertinente.

§ 3º O conselheiro tutelar perderá a remuneração do dia, nos casos de:

I- não comparecer ao serviço;

II- ausências e saídas antecipadas, iguais ou superiores a (30) trinta minutos.

§ 4º Nos casos de faltas sucessivas serão computadas para efeito

do desconto, os dias de repouso, domingos e feriados intercalados, imediatamente anteriores e imediatamente posteriores.

Seção XV

Das Vantagens

Art. 55 Aos conselheiros tutelares serão pagas, no efetivo exercício da função, as seguintes vantagens:

I. gratificação natalina;

II. gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

III. licença maternidade, pelo período de quatro meses com subsídios integrais;

IV. licença paternidade, pelo período de cinco dias pelos subsídios integrais;

V. em razão de falecimento de parente, consanguíneo ou afim, até o segundo grau, pelo período de 03 (três) dias;

VI. em razão de doença ou acidente de trabalho pelo período 15 dias;

VII. em razão de casamento do Conselheiro pelo período de 05 dias.

Seção XVI

Das Férias

Art. 56 O Conselheiro fará jus, anualmente, à trinta dias consecutivos de férias remuneradas que podem ser acumuladas até o máximo de dois períodos em caso de necessidade do serviço.

§1º Para o primeiro período de férias serão exigidos 12 (doze) meses de efetivo exercício na função pública de Conselheiro Tutelar.

§2º Será considerada como integral as férias do Conselheiro Tutelar se no período aquisitivo, contar com até 09 (nove) faltas não justificadas ao trabalho.

§3º As férias serão reduzidas para:

I - 20 (vinte) dias, se o Conselheiro contar no período aquisitivo até 10 (dez) faltas não justificadas;

II - 15 (quinze) dias, se o Conselheiro contar no período aquisitivo até 15(quinze) faltas não justificadas;

III - 10 (dez) dias, se o Conselheiro contar no período aquisitivo até 20 (vinte) faltas não justificadas;

IV - 5 (cinco) dias, se o Conselheiro contar no período aquisitivo até 25 (vinte e cinco) faltas não justificadas ao trabalho.

§ 4º O Conselheiro Tutelar não fará jus às férias, se contar no período aquisitivo mais de 25 (vinte e cinco) faltas não justificadas.

Seção XVII

Das Licenças

Art. 57 Conceder-se-á licença ao Conselheiro:

I. para concorrer a cargo eletivo;

II. para gestação;

III. em razão de paternidade;

IV. para tratamento de saúde;

V. por acidente em serviço.

Parágrafo único. É vedado o exercício de qualquer atividade remunerada durante o período de licença prevista nos incisos I, IV, e V, do caput do artigo, sob pena de cassação da licença e destituição da função.

Art. 58 Poderá ser concedida licença ao conselheiro por motivo de doença de filho, pais, cônjuge ou companheiro, mediante comprovação da sua necessidade por junta médica e pelo serviço social do município.

Parágrafo Único. As licenças previstas no caput deste artigo serão concedidas sem o pagamento da remuneração.

Art. 59 A conselheira tutelar gestante terá direito a 120 (cento e

vinte) dias consecutivos de licença remunerada, a partir do oitavo mês de gestação.

§ 1º - Ocorrendo nascimento prematuro, a licença terá início no dia do parto.

§ 2º - No caso de natimorto, a conselheira será submetida a exame médico quando completados trinta dias do fato e, se considerada apta, retornará ao exercício da função.

§ 3º - A licença maternidade também será concedida na forma da lei municipal a conselheira e ao conselheiro solteiro que adotar.

§ 4º - As licenças previstas no caput deste artigo serão concedidas com o pagamento da remuneração.

Art. 60 A licença paternidade será concedida de forma remunerada ao conselheiro pelo nascimento de filho, pelo prazo de cinco dias, contados do nascimento.

Art. 61 Será concedida ao Conselheiro, licença remunerada para tratamento de saúde e por acidente em serviço com base em perícia médica.

§ 1º - Para a concessão de licença, considera-se acidente em serviço o dano físico ou mental sofrido pelo Conselheiro e que se relacione com o exercício das suas atribuições.

§ 2º - Equipara-se ao acidente em serviço o dano:

I. decorrente de agressão sofrida, e não provocada pelo conselheiro, no exercício das suas atribuições;

II. sofrido no percurso da residência para o trabalho e vice-versa;

III. sofrido no percurso para o local de refeição ou volta dele, no intervalo do trabalho.

Seção XVIII

Do Tempo de Serviço

Art. 62 O exercício efetivo da função pública de conselheiro tutelar será considerado tempo de serviço público para os fins estabelecidos em lei.

I. sendo o conselheiro tutelar servidor ou empregado público municipal, o seu tempo de exercício da função será contado para todos os efeitos, exceto para promoção por merecimento;

II. o retorno ao cargo, emprego ou função que exercia, assim que findo o seu mandato;

III. a apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos de 365 dias.

Seção XIX

Dos Deveres

Art. 63 São deveres do conselheiro tutelar:

I. exercer com zelo e dedicação as suas atribuições;

II. ser leal às instituições;

III. observar as normas legais e regulamentares;

IV. atender com presteza ao público em geral e ao Poder Público;

V. zelar pela economia do material e conservação do patrimônio público;

VI. manter conduta compatível com a natureza da função que desempenha;

VII. não revelar sigilo sobre assuntos de que tomar conhecimento no âmbito profissional, ressalvadas as situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses da criança ou do adolescente, de terceiros e da coletividade;

VIII. ser assíduo e pontual;

IX. tratar com urbanidade as pessoas.

Seção XX

Das Proibições e Condutas

Art. 64 Ao conselheiro tutelar é proibido:

I. ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante expediente, salvo no exercício das suas atribuições;

II. recusar fé a documento público;

III. opor resistência injustificada ao andamento do serviço;

IV. acometer a pessoa que não seja membro de Conselho Tutelar

o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade;

V. valer-se da função para lograr proveito pessoal ou de outrem;

VI. receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

VII. proceder de forma desidiosa;

VIII. exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício da função e com o horário de trabalho;

IX. exceder-se no exercício da função, abusando de suas atribuições específicas;

X. aplicar medidas previstas em Lei sem a prévia discussão e decisão colegiada, como determina o Art. 137 da Lei Federal 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

XI. utilizar-se do Conselho Tutelar para o exercício de propaganda e atividade político-partidária;

XII. deixar de submeter ao colegiado as decisões individuais referentes a aplicação de medidas protetivas a crianças, adolescentes, pais ou responsáveis previstas nos arts. 101 e 129 da Lei nº 8.069, de 1990 e Lei nº 8.069, de 1990.

Art. 65 O membro do Conselho Tutelar será declarado impedido de analisar o caso quando:

I. a situação atendida envolver cônjuge, companheiro, ou parentes em linha reta colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive;

II. for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer dos interessados;

III. algum dos interessados for credor ou devedor do membro do Conselho Tutelar, de seu cônjuge, companheiro, ainda que em união homo afetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive;

IV. tiver interesse na solução do caso em favor de um dos interessados.

§1º O membro do Conselho Tutelar também poderá declarar suspeição por motivo de foro íntimo.

§2º O interessado poderá requerer ao colegiado o afastamento do membro do Conselho Tutelar que considere impedido, nas hipóteses desse artigo.

Seção XXI

Das Penalidades

Art. 66 Qualquer servidor público que vier a ter ciência de irregularidade na atuação do Conselho Tutelar é obrigado a tomar as providências necessárias para sua imediata apuração, assim como, a qualquer cidadão é facultado a realização de denúncias.

Art. 67 São penalidades disciplinares aplicáveis aos membros do Conselho Tutelar:

I - advertência;

II - suspensão;

III - destituição da função.

Art. 68 Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a sociedade ou serviço público, os antecedentes no exercício da função, as agravantes e as atenuantes.

Art. 69 A advertência será aplicada por escrito pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, nos casos de violação constante nos incisos I, II e IX do Art. 64 e do Art.65, dado a inobservância do dever funcional previsto nesta lei.

Art. 70 A suspensão será aplicada nos casos de reincidência das faltas punidas com advertência ou faltas graves, mediante processo administrativo disciplinar, não podendo exceder 30(trinta) dias, implicando o não pagamento da remuneração pelo prazo que durar.

Art. 71 O conselheiro tutelar será destituído da função nos seguintes casos:

- I. prática de crime contra a administração pública ou contra a criança e o adolescente;
- II. incontinência pública ou conduta escandalosa no exercício da função;
- III. ofensa física em serviço, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;
- IV. posse em cargo, emprego ou outra função pública remunerados;
- V. transgressão dos incisos III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X do Art. 64.

Art. 72 O ato de imposição da penalidade do Art.67, mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

Seção XXII

Do Processo Administrativo Disciplinar

Art. 73 O Processo Administrativo Disciplinar dos Conselheiros Tutelares obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

§ 1º O processo administrativo disciplinar será conduzido por comissão composta de 03 (três) servidores estáveis, designados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, que indicará, dentre eles o seu presidente, que deverá, preferencialmente, ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.

§ 2º O prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar não excederá 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

§ 3º Do processo administrativo disciplinar poderá resultar:

- I - o arquivamento da denúncia;
- II - a aplicação das penalidades de advertência, suspensão ou destituição da função.

Art.74 Como medida cautelar e a fim de que o conselheiro não venha interferir na apuração de irregularidade, poderá a autoridade competente determinar o seu afastamento do exercício da função, pelo prazo de até 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração.

Seção XXIII

Da Regra de Competência

Art. 75 A competência do Conselho Tutelar será determinada:

- I. pelo domicílio dos pais ou responsável;
- II. pelo lugar onde se encontre a criança ou o adolescente, ou da falta de seus pais ou responsável legal.

§ 1º - Nos casos de ato infracional praticado por criança, será competente o Conselho Tutelar do município na qual ocorreu a ação ou a omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.

§ 2º - A execução das medidas de proteção poderá ser delegada ao Conselho Tutelar da residência dos pais ou responsável legal, ou do local onde sediar a entidade que acolher a criança ou adolescente.

Seção XIV

Disposições Finais

Art. 76 As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento vigente, podendo o Poder Executivo abrir créditos suplementares ou adicionais, se necessário, para a viabilização dos serviços de que tratam o Art. 4º desta Lei, bem como, para a estruturação dos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar.

Art. 77 Aplicam-se aos conselheiros tutelares, naquilo que não forem contrárias ao disposto nesta Lei ou incompatíveis com a natureza temporária do exercício da função, as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos do município e da legislação correlata, referentes ao direito de petição e ao processo de sindicância e administrativo disciplinar.

Parágrafo único. Caberá à Secretaria de Administração do

município, coordenar e executar todas as atividades relativas à apuração disciplinar dos conselheiros tutelares de Irineópolis.

Art. 78 Ficam resguardados os atuais mandatos dos conselheiros dos direitos da criança e do adolescente e conselheiros tutelares, escolhidos e empossados anterior a vigência desta lei, validando todos os atos anteriormente emanados.

Art. 79 As demais matérias pertinentes ao funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente serão devidamente disciplinadas pelo seu Regimento Interno.

Parágrafo único. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Irineópolis deverá aprovar as alterações do seu Regimento Interno, em conformidade com esta Lei, em sessão com quórum mínimo de 2/3 (dois terços) de seus integrantes, visando normatizar o funcionamento administrativo do órgão.

Art. 80 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Irineópolis, como órgão público, na consecução de suas atividades adotará os princípios da administração pública, constantes do artigo 37 da Constituição Federal.

Art. 81 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conjunto com o Conselho Tutelar, deverá promover ampla e permanente mobilização da sociedade acerca da importância e do papel do Conselho Tutelar.

Art. 82 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial as Leis Municipais de n.º. 647/92, 659/93, 667/93, 692/93, 1335/2007, 1336/2007, 1418/2009 e 1734/2013.

Irineópolis (SC), aos 23 de abril de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 127/2015

PORTARIA Nº. 127/2015 - REPUBLICAÇÃO.

SUBSTITUI MEMBRO EM COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE :

Art. 1º - SUBSTITUIR por motivo de exoneração a pedido do serviço público municipal, na Comissão de Processo Administrativo nº 006/2014, instituída pela Portaria nº 474/2014, o servidor Edson Luiz Rosa, nomeando para fazer parte da composição da referida Comissão a servidora MARCIA HELENA CRISTOFOLINI código nº 1080, ocupante do cargo efetivo de Atendente de Consultório Dentário do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município, com a finalidade de apuração, análise e julgamento dos fatos descritos na supracitada Portaria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 07 de Abril de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

RESOLUÇÃO CMDCA 03/2015

RESOLUÇÃO Nº 03, 23 DE ABRIL DE 2015.

Aprova o EDITAL 001/2015 - CMDCA, que regulamenta o PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE na forma da Lei nº 1.837 de 23 de abril de 2015, em reunião ordinária no dia 23 de Abril de 2015, nos usos de suas atribuições legais, resolve:

CONSIDERANDO o disposto na Lei 8.069 de 13 de Julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1837 de 23 de Abril de 2015, que "Atualiza a Política de Atendimento da Criança e do Adolescente, estabelece a estrutura e o funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA) e do Conselho Tutelar (CT) e da outras providências";

CONSIDERANDO a Resolução nº 170, de 10 de Dezembro de 2014 do CONANDA que altera a Resolução nº 139, de 17 de Março de 2010 para dispor sobre o processo de escolha em data unificada em todo o território nacional dos Membros do Conselho Tutelar;

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR, o EDITAL 001/15 - CMDCA, que regulamenta o PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS-SC, para o quadriênio de 2016/2019.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA ROSA SCHAFASCHEK
Presidente do CMDCA.

RESOLUÇÃO CMI Nº 01/2015

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

CONVOCA os membros do Conselho Municipal do Idoso para Reunião Ampliada dos Direitos da Pessoa Idosa.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO, de Irineópolis-SC, na forma da Lei nº 1.778/2014 de 27/04/2014, conforme reunião extraordinária do dia 20 de abril de 2015, registrada na Ata nº 03/2015, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art 1º - Convocar os membros do Conselho Municipal do Idoso, para Reunião Ampliada dos Direitos da Pessoa Idosa, que se realizará no dia 23 de abril de 2015, as 13:30 horas nas dependências do Centro de Uso Múltiplo.

Art 2º - Nesta reunião serão elaboradas as propostas a serem encaminhadas para a Conferência Regional do Idoso.

Art 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Irineópolis, 22 de abril de 2015.

GENI MARQUES
Presidente - CMI.

Itá**PREFEITURA****DECRETO N. 018/2015**

DECRETO Nº 018/2015, de 02 de março de 2015.

"Dispõe Sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências".

PREFEITA MUNICIPAL DE ITÁ, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 3º, Inciso I do art. 4º e art. 5º da Lei Municipal nº 2.357, de 02 de dezembro de 2014 e Inciso I do §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no valor de R\$ 33.620,11 (trinta e três mil seiscentos e vinte reais e onze centavos) utilizando como recursos o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2013, nos termos do inciso I, artigo 4º da Lei Municipal 2.357, e inciso I, §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, conforme programação a seguir:

03.00 - Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

03.01 - Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

0.001- Encargos Gerais do Município

3.3.90.00.00.00.3424 Aplicações Diretas 26.943,57

06.00 - Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

06.01 - Secretaria Municipal de Educação

2.014- Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.3018 Aplicações Diretas 6.676,54

Art. 2º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no valor de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais) utilizando como recursos o remanejamento de dotações orçamentárias dentro do mesmo projeto e atividade, nos termos do art. 3º da Lei Municipal 2.357, conforme programação a seguir:

07.00 – Secretaria Municipal de Assistência Social
 07.01 – Departamento de Assistência Social
 1.013 – Subvenções a entidades sem Fins Lucrativos
 Suplementação
 4.4.50.00.00.00.00.1000 Transferência a Instituições
 20.000,00

Anulação
 3.3.50.00.00.00.00.1000 Transferência a Instituições
 20.000,00

08.00 – Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico
 08.03 – Departamento de Cultura
 2.029 – Manutenção Departamento de Cultura
 Suplementação
 3.3.50.00.00.00.00.1000 Transferência a Instituições
 73.000,00

Anulação
 3.1.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas
 73.000,00

2.045 – Realização Carnaval Náutico
 Suplementação
 3.3.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas
 2.000,00

Anulação
 3.3.50.00.00.00.00.1000 Transferência a Instituições
 2.000,00

Art. 3º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no valor de R\$ 245.850,00 (duzentos e quarenta cinco mil oitocentos e cinquenta reais), utilizando como fonte de recursos o excesso de arrecadação por fonte de recurso nos termos do art. 5º da Lei Municipal 2.302, conforme programação a seguir:

09.00 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
 09.01 - Departamento e Obras e Serviços Urbanos
 1.050- Pavimentação de Vias Públicas

4.4.90.00.00.00.00.1424 Aplicações Diretas	245.850,00
--	------------

Fonte de recursos - 1424- Convênios/ Contratos Transferência da União

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá - SC, 02 de março de 2015.
 LEIDE MARA BENDER
 Prefeita Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA
 Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LEI N. 2.379/2015

Lei nº 2.379/2015, de 13 de Abril de 2015.

Altera art. 5º da Lei Municipal nº 2.307 de 19 de dezembro de 2013, e dá outras providências.

LEIDE MARA BENDER Prefeita Municipal de Itá - SC, no uso das atribuições de seu cargo e, de conformidade com o artigo 98 da Lei Orgânica Municipal, Faz Saber a todos os habitantes deste Município que a Mesa Diretora propôs, a Câmara Municipal de Vereadores discutiu, votou, aprovou e Ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 5º da Lei Municipal nº 2.30, de 19 de dezembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º- As diárias serão fixadas, da seguinte forma e reajustadas de acordo com a revisão geral anual :

I - As diárias dos vereadores obedecerão aos seguintes valores:

- a) Para viagens acima de 150Km e abaixo de 300 km da sede do município - R\$ 300,00;
- b) Para viagens acima de 300 km da sede do município - R\$ 500,00;
- c) Capital Federal - R\$ 800,00.

II - As diárias dos servidores da Câmara obedecerão aos seguintes valores:

- a) Para viagens acima de 150Km e abaixo de 300 km da sede do município - R\$ 290,71;
- b) Para viagens acima de 300 km da sede do município - R\$ 412,81;
- c) Capital Federal - R\$ 668,64.

Art. 2º Fica revogado parágrafo 2º do artigo 2º da Lei nº 1.920 de 20 de novembro de 2007.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá - SC, em 13 de Abril de 2015.
LEIDE MARA BENDER
Prefeita Municipal

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Itaiópolis**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS****LICITAÇÃO Nº 14/2015**

Processo Licitatório nº 14/2015, Pregão Presencial nº 14/2015. Objeto: contratação de empresa especializada em Limpeza e desinfecção das Caixas e reservatório de água e aquisição de elementos filtrantes para manutenção dos Aparelhos de Bebedouro nas Unidades Sanitárias e ESFs da Secretaria Municipal de Saúde de Itaiópolis. Entrega dos Envelopes: Até às 14:00 horas do dia 08 de maio de 2015; Abertura dos Envelopes: as 14:15 horas do dia 08 de maio de 2015 na Secretaria Municipal de Saúde. Na Av. Tancredo Neves, 234, centro; O Edital encontra-se no site www.itaioplis.sc.gov.br Esclarecimentos poderão ser obtidos no Fundo Municipal de Saúde, Av. Tancredo Neves, 234 de 2ª à 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:30 à 17:00 horas, fone 047 3652-1893.

Itaiópolis, 23 de abril de 2015.
Eliseu Alexandre Gabardo
Secretário Municipal da Saúde.

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 68 DE 22 DE ABRIL DE 2015

DECRETO Nº 68 DE 22 DE ABRIL DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.939 de 25 de novembro de 2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente de 2015, por conta do "Excesso de Arrecadação" na seguinte fonte de Recurso 176 - Recurso Tes. de Exercício Anterior - Transferência de Capital da União, no valor de R\$ 494.812,98 (quatrocentos noventa quatro mil oitocentos doze reais e noventa oito centavos).

03.02 - Secretaria Municipal Administração Obras e Serviços Urbanos- Saneamento
17.511.0079.1008- Constr. Ampl. da Infra-estrutura da Rede de Água Potável, Água Pluvial e rede de Esgoto.
44.90.00.00.00.00.0176 - Aplicações Diretas
..... R\$ 494.812,98

Art. 2º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 22 de abril de 2015.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon
Secretario Municipal de Administração.

PREGÃO Nº 89/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL PARA
REGISTRO DE PREÇOS
Nº 89/2015

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 89/2015, cujo objeto é a aquisição, de forma parcelada de equipamentos diversos e outros materiais, destinados para as secretarias desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 08 de maio de 2015. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: www.itapiranga.sc.gov.br/

Itapiranga - SC, 23 de abril de 2015.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

RH - PORTARIA Nº 0893/2015

PORTARIA Nº 0893/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) JOSÉ LUIZ REIS SOUZA, matrícula 3271, investido (a) no cargo de FISCAL DE OBRAS E POSTURAS II, na Secretaria de Planejamento e Urbanismo - Departamento de Planejamento, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0894/2015

PORTARIA Nº 0894/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) FRANCISCO DOS SANTOS MACHADO, matrícula 3735, investido (a) no cargo de MOTORISTA, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0896/2015

PORTARIA Nº 0896/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) JOACIR BORBA DA SILVA, matrícula 4022, investido (a) no cargo de AGENTE OPERACIONAL, na Secretaria Municipal de Assistência Social - Departamento de Gestão, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0897/2015

PORTARIA Nº 0897/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) LAURIANE SILVA CALDEIRA, matrícula 4073, investido (a) no cargo de AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS, na Secretaria de Turismo, Meio Ambiente e Cultura - Departamento de Meio Ambiente, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0898/2015

PORTARIA Nº 0898/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) RAFAEL RAMOS DA

COSTA, matrícula 4111, investido (a) no cargo de AGENTE OPERACIONAL, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos - Departamento de Serviços Urbanos, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0900/2015

PORTARIA Nº 0900/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ROSETTE ALVES RODRIGUES KORNETOFF, matrícula 4545, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, no Gabinete do Prefeito - Divisão de Cidadania, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0902/2015

PORTARIA Nº 0902/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ANDREIA NUNES DE JESUS, matrícula 5428, investido (a) no cargo de AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS, na Secretaria de Administração e Finanças - Departamento de Administração, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0903/2015

PORTARIA Nº 0903/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ISABELA RAICIK DUTRA POHL, matrícula 5720, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Secretaria de Administração e Finanças - Departamento de Administração, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0904/2015

PORTARIA Nº 0904/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) CRISTIANE DE JESUS PEREIRA, matrícula 6017, investido (a) no cargo de TÉCNICO DE CONTABILIDADE I, na Secretaria de Administração e Finanças - Departamento de Finanças - Contabilidade, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0905/2015

PORTARIA Nº 0905/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ANNA LUIZA STOCO CABRAL BROCK, matrícula 6360, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Secretaria de Administração e Finanças - Departamento de Finanças - Tesouraria, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0906/2015

PORTARIA Nº 0906/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) FABIANO VALORE DE SIQUEIRA, matrícula 6904, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Secretaria de Administração e Finanças - Órgão Tributário - Gerência de Tributos - Divisão de Atendimento Público e Expedição de Documentos, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0907/2015

PORTARIA Nº 0907/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ANDERSON WEBER, matrícula 7072, investido (a) no cargo de MOTORISTA, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0908/2015

PORTARIA Nº 0908/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) SULMÁRIA MARIA DA SILVA, matrícula 562262, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Secretaria de Administração e Finanças - Departamento de Recursos Humanos - Divisão Pessoal, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0909/2015

PORTARIA Nº 0909/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ALBERTO BAUER FILHO, matrícula 562432-0, investido (a) no cargo de MÉDICO 20HS, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0910/2015

PORTARIA Nº 0910/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ALBERTO BAUER FILHO, matrícula 562432-2, investido (a) no cargo de MÉDICO 20HS, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0911/2015

PORTARIA Nº 0911/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) DOUGLAS ANTONIO URSO, matrícula 562467, investido (a) no cargo de MÉDICO PSF, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - E.S.F. Itapoá, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0912/2015

PORTARIA Nº 0912/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) NILTON LUCHTEMBERG, matrícula 562904, investido (a) no cargo de MOTORISTA, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0913/2015

PORTARIA Nº 0913/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) JORICILDA BORBA LEDOUX, matrícula 563897, investido (a) no cargo de FISCAL SANITÁRIO I, na Secretaria de Saúde - Departamento de Vigilância Sanitária, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0914/2015

PORTARIA Nº 0914/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) HELLEN TATIANE

DOS SANTOS, matrícula 27, investido (a) no cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM I, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - E.S.F. Samambaia, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0915/2015

PORTARIA Nº 0915/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) GERSON DOS SANTOS CHAVES, matrícula 78, investido (a) no cargo de MOTORISTA, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0916/2015

PORTARIA Nº 0916/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) PEDRO DE JESUS, matrícula 329, investido (a) no cargo de AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos - Departamento de Serviços Públicos, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0917/2015

PORTARIA Nº 0917/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) NEUSON HARRES E PIRES GODOY, matrícula 337, investido (a) no cargo de ENGENHEIRO CIVIL III, na Secretaria de Planejamento e Urbanismo - Departamento de Urbanismo, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0918/2015

PORTARIA Nº 0918/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) MARLY LEANDRO CARNEIRO GIMENES, matrícula 345, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, na Secretaria de Administração e Finanças - Departamento de Finanças - Tesouraria, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0919/2015

PORTARIA Nº 0919/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) JADIR SOUZA DA GRAÇA, matrícula 442, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, na Secretaria de Administração e Finanças - Órgão Tributário - Gerência de Tributos - Divisão de Atendimento Público e Expedição de Documentos, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0920/2015

PORTARIA Nº 0920/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ELOI ROBERTO MENDES, matrícula 493, investido (a) no cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos - Departamento de Obras, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0921/2015

PORTARIA Nº 0921/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) SIRLEI APARECIDA WESTPHAL, matrícula 698, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, na Secretaria de Agricultura e Pesca - Departamento de Agricultura, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0922/2015

PORTARIA Nº 0922/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) JOSE PEDRO CLAUDINO, matrícula 850, investido (a) no cargo de AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos - Departamento de Serviços Públicos, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0923/2015

PORTARIA Nº 0923/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ADALBERTO GERALDO LUPATELLI, matrícula 922, investido (a) no cargo de FISCAL DE OBRAS E POSTURAS II, na Secretaria de Planejamento e Urbanismo - Departamento de Planejamento, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0924/2015

PORTARIA Nº 0924/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) JAIRO SEVERINO DE FREITAS, matrícula 973, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, na Procuradoria Jurídica - Departamento Jurídico, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0925/2015

PORTARIA Nº 0925/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) AMAURI DE JESUS PEREIRA, matrícula 990, investido (a) no cargo de AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos - Departamento de Serviços Públicos com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0926/2015

PORTARIA Nº 0926/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) IRIO DOMINGOS ZAGONEL, matrícula 1007, investido (a) no cargo de MOTORISTA, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos - Departamento de Obras, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0927/2015

PORTARIA Nº 0927/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) FRANCISCO PERES DO ROSÁRIO, matrícula 1031, investido (a) no cargo de AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS, na Secretaria de Agricultura e Pesca - Departamento de Pesca, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0928/2015

PORTARIA Nº 0928/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) GENIVAL PERES,

matrícula 1040, investido (a) no cargo de AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos - Departamento de Serviços Públicos, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0929/2015

PORTARIA Nº 0929/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) SONIA MARIA DE MIRA FARIAS, matrícula 1198, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, na Secretaria de Administração e Finanças - Órgão Tributário - Gerência de Tributos - Divisão de Dívida Ativa, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0930/2015

PORTARIA Nº 0930/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) temporariamente o (a) Servidor (a) NEIDE TEREZINHA BECHER LUPATELLI, matrícula 1210, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, na Secretaria de Administração e Finanças - Controladoria Interna, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0931/2015

PORTARIA Nº 0931/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) AIROMAR DA SILVA, matrícula 1309, investido (a) no cargo de MOTORISTA, na Secretaria de Administração e Finanças - Conselho Tutelar, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0932/2015

PORTARIA Nº 0932/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ADALCINO JOSE DE SOUZA, matrícula 1333, investido (a) no cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos - Departamento de Obras, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0933/2015

PORTARIA Nº 0933/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) JOÃO GARCIA DE SOUZA, matrícula 1341, investido (a) no cargo de TÉCNICO DE CONTABILIDADE II, na Secretaria de Administração e Finanças - Departamento de Finanças - Contabilidade, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0934/2015

PORTARIA Nº 0934/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ROSANGELA DA SILVA SILVEIRA, matrícula 1350, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, no Gabinete do Prefeito - Departamento de Convênios, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0935/2015

PORTARIA Nº 0935/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) SOLAMIR COELHO,

matrícula 1430, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, na Procuradoria Jurídica - Departamento Jurídico, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0936/2015

PORTARIA Nº 0936/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ALESSANDRA SILVEIRA OLIVEIRA, matrícula 1473, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, na Secretaria Municipal de Assistência Social - Departamento de Gestão, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0937/2015

PORTARIA Nº 0937/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) HILDA CRISTINA CARDOSO, matrícula 1490, investido (a) no cargo de FISCAL DE TRIBUTOS II, na Secretaria de Administração e Finanças - Órgão Tributário - Gerência de Tributos - Divisão de Fiscalização de Tributos, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0938/2015

PORTARIA Nº 0938/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) VALERIO PACHECO, matrícula 1511, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, na Secretaria de Administração e Finanças - Departamento de Finanças - Tesouraria, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0939/2015

PORTARIA Nº 0939/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) JAIR APARECIDO DA CUNHA, matrícula 1783, investido (a) no cargo de AGENTE OPERACIONAL, na Secretaria de Administração e Finanças - Departamento de Administração, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0940/2015

PORTARIA Nº 0940/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) AMARILDO JOSE ZAGONEL, matrícula 1821, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, na Secretaria de Administração e Finanças - Órgão Tributário - Gerência de Tributos - Divisão de Cadastro Mob./Imobiliário, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0941/2015

PORTARIA Nº 0941/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) FABRICIO LIMA, matrícula 1848, investido (a) no cargo de FISCAL DE TRIBUTOS II, na Secretaria de Administração e Finanças - Órgão Tributário - Gerência de Tributos - Divisão de Fiscalização de Tributos, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0942/2015

PORTARIA Nº 0942/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) MARCIO GIOVANI GUIESELER, matrícula 2070, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, no Gabinete do Prefeito - Divisão de Cidania, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0943/2015

PORTARIA Nº 0943/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) IVONE JOSEFINA BOGO, matrícula 2097, investido (a) no cargo de COZINHEIRA, na Secretaria de Turismo, Meio Ambiente e Cultura - Departamento de Cultura - Biblioteca Pública Municipal, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0944/2015

PORTARIA Nº 0944/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) LEANDRO MACHADO DA SILVA, matrícula 2275, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, na Procuradoria Jurídica - Departamento Jurídico, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0945/2015

PORTARIA Nº 0945/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ROLAND ITNER, matrícula 2356, investido (a) no cargo de MOTORISTA, na Secretaria Municipal de Assistência Social - Departamento de Gestão, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0946/2015

PORTARIA Nº 0946/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ROSELI ITNER, matrícula 2372, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, na Secretaria de Administração e Finanças - Departamento de Administração, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0947/2015

PORTARIA Nº 0947/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) VALDIR MARTINS GONÇALVES, matrícula 2380, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0948/2015

PORTARIA Nº 0948/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) VILSON VANDERLINDE, matrícula 2399, investido (a) no cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos - Departamento de Obras, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0949/2015

PORTARIA Nº 0949/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) FRANCIS LEDOUX

DE OLIVEIRA, matrícula 2526, investido (a) no cargo de FISCAL DE OBRAS E POSTURAS I, na Secretaria de Planejamento e Urbanismo - Departamento de Planejamento, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0950/2015

PORTARIA Nº 0950/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) FERNANDA CRISTINA ROSA, matrícula 2534, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, na Secretaria de Administração e Finanças - Departamento de Administração, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0951/2015

PORTARIA Nº 0951/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) JOSE ERALDO ARAUJO, matrícula 2569, investido (a) no cargo de FISCAL DE TRIBUTOS II, na Secretaria de Administração e Finanças - Órgão Tributário - Gerência de Tributos - Divisão de Fiscalização de Tributos, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0952/2015

PORTARIA Nº 0952/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ADMIR JOSÉ COELHO, matrícula 564516, investido (a) no cargo de MOTORISTA, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos - Departamento de Obras, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0953/2015

PORTARIA Nº 0953/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) JOSENIO VIEIRA BERNARDI, matrícula 567949, investido (a) no cargo de ODONTÓLOGO 40HS, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0954/2015

PORTARIA Nº 0954/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) SANDRA TERESINHA SPECK PACHECO, matrícula 570974, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0955/2015

PORTARIA Nº 0955/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) JANAYNA GOMES, matrícula 576271, investido (a) no cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM II, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Vigilância Epidemiológica, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0956/2015

PORTARIA Nº 0956/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) MARCIANE RECH,

matrícula 576913, investido (a) no cargo de ENFERMEIRO III, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0957/2015

PORTARIA Nº 0957/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) PRISCILA DE ARAÚJO CARNEIRO, matrícula 579572, investido (a) no cargo de ENFERMEIRO III, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0958/2015

PORTARIA Nº 0958/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ELAINE GIACOMINI BERNARDI, matrícula 581070, investido (a) no cargo de ODONTÓLOGO II 20HS, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - E.S.F. Itapoá, com carga horária de 20hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0959/2015

PORTARIA Nº 0959/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) CORIVALDINO MIGUEL CAVERDE, matrícula 582352, investido (a) no cargo de AGENTE OPERACIONAL, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0960/2015

PORTARIA Nº 0960/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) TANIA MARA FERREIRA, matrícula 582360, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0961/2015

PORTARIA Nº 0961/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ANA PAULA GALVÃO SCATAMBURLO MACHADO, matrícula 582387, investido (a) no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM I, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0962/2015

PORTARIA Nº 0962/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) SILVANA BASE, matrícula 2518, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, na Secretaria de Administração e Finanças - Departamento de Administração, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0963/2015

PORTARIA Nº 0963/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) KARLA CRISTINA

ESTEVAM DARO, matrícula 586714, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, na Secretaria de Saúde - E.S.F. Pontal, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0964/2015

PORTARIA Nº 0964/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) MARIA NECY DOS SANTOS SILVA, matrícula 586722, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Vigilância Sanitária, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0965/2015

PORTARIA Nº 0965/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) MARIA APARECIDA ROCHA DE JESUS, matrícula 587214, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Farmácia, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0966/2015

PORTARIA Nº 0966/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ILVAN LUIZ GELAMO, matrícula 588970, investido (a) no cargo de AGENTE OPERACIONAL, na Secretaria de Turismo, Meio Ambiente e Cultura - Departamento de Cultura - Biblioteca Pública Municipal, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0967/2015

PORTARIA Nº 0967/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) EUCLIDES GOULART SANCHES, matrícula 590886, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 0968/2015

PORTARIA Nº 0968/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) SUZANA BESEN, matrícula 590916, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Secretaria de Administração e Finanças - Departamento de Informática, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0969/2015

PORTARIA Nº 0969/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) FABRÍCIO PERES DO ROSÁRIO, matrícula 591068, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0970/2015

PORTARIA Nº 0970/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) MÁRCIA MARIA DE

SOUZA, matrícula 591220, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - E.S.F. Samambaia, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0971/2015

PORTARIA Nº 0971/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) MARCELO HENRIQUE GRANDINI JOSÉ, matrícula 591424, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0884/2015

PORTARIA Nº 0884/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) IARA CRISTINE DE OLIVEIRA HOEPFNER, matrícula 2593, investido (a) no cargo de TÉCNICO DE CONTABILIDADE II, temporariamente no IPESI em Cargo Eletivo de DIRETORA PRESIDENTE até 31 de dezembro de 2019, e após a este período na Secretaria de Administração - Departamento de Finanças - Setor de Contabilidade, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº0885/2015

PORTARIA Nº 0885/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) JOÃO CLAUDIO SOARES, matrícula 2623, investido (a) no cargo de FISCAL MEIO AMBIENTE II, na Secretaria de Turismo, Meio Ambiente e Cultura - Departamento de Meio Ambiente, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº0886/2015

PORTARIA Nº 0886/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) MARIA SATOMI YAMASHITA, matrícula 2658, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, na Secretaria de Turismo, Meio Ambiente e Cultura - Departamento de Cultura, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº0887/2015

PORTARIA Nº 0887/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) VALENTIM PACHECO, matrícula 2674, investido (a) no cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos - Departamento de Obras, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº0888/2015

PORTARIA Nº 0888/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) MANOEL DA ROCHA, matrícula 2690, investido (a) no cargo de AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos - Departamento de Serviços Urbanos, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº0889/2015

PORTARIA Nº 0889/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) MARGARETE

GALANTE, matrícula 2763, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº0890/2015

PORTARIA Nº 0890/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) MARLI TEREZINHA ZAMBONIN, matrícula 2828, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, na Secretaria de Educação - Departamento de Educação, com carga horária de 20hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº0891/2015

PORTARIA Nº 0891/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA, matrícula 3212, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, na Secretaria de Saúde - Departamento de Saúde - Divisão de Controle e Avaliação, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº0892/2015

PORTARIA Nº 0892/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) IZABEL CORREIA DA SILVA, matrícula 3263, investido (a) no cargo de PROFESSOR, na Procuradoria Jurídica - Departamento Jurídico, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº0895/2015

PORTARIA Nº 0895/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) WALTER NIEDERHEITMANN, matrícula 3930, investido (a) no cargo de MOTORISTA, na Secretaria de Administração e Finanças - Conselho Tutelar, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº0899/2015

PORTARIA Nº 0899/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) SILVIO ANTONIO FILLA, matrícula 4120, investido (a) no cargo de AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos - Departamento de Serviços Públicos com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº0901/2015

PORTARIA Nº 0901/2015.

De: 27 de março de 2015.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) LUCIANO PELLISSARI, matrícula 4685, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Secretaria de Administração e Finanças - Órgão Tributário - Gerência de Tributos, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 27 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

SECRETARIA DE SAÚDE: CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO 021/2015 FONOAUDIÓLOGO

CLASSIFICAÇÃO DO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO 021/2015

FONOAUDIÓLOGO

Class	Candidatos	Curso Aperf	Tempo Serv.	Entrev	Pontuação Final
1º	PATRICIA ALMEIDA DOS SANTOS	00	12,3	8	20,3

Itapoá-SC, 22 de abril de 2015.

Joseane M S de Lima

Susinei R Schultz

Marciane R Zagonel

SECRETARIA DE SAÚDE: CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO DE ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO/ VAGAS REMANESCENTES EDITAL N.º 23/2015

CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO DE ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO/VAGAS REMANESCENTES Edital N.º 23/2015
INGLÊS

Class.	Protocolo	Nome
1	01	Nivea Maria Alves de Oliveira (estudante)

Itapoá, 23 de abril de 2015
Terezinha Fávaro da Silveira
Secretária de Educação

Ituporanga**PREFEITURA****EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 20/2015
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO
DE MUDA DE FLORES DE ÉPOCA E PLANTAS PARA
JARDINAGEM EM TODA A CIDADE.**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº20/2015

Processo: 29/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MUDA DE FLORES DE ÉPOCA E PLANTAS PARA JARDINAGEM EM TODA A CIDADE. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 07 de maio de 2015 até às 09:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 07 de maio de 2015 às 09:30 horas no setor de licitações. INICIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08:00 às 12:00 horas e 14:00 às 17:00 horas e pelo fone (**47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br.

Ituporanga, 24 de abril de 2015
ARNO ALEX ZIMERMANN FILHO
Prefeito do Município

Jacinto Machado**PREFEITURA****ERRATA - DECRETO Nº. 052-2015**

ERRATA

Na Publicação Legal do Decreto nº. 052/2015, publicado no dia 22/04/2015, onde lê-se:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado no exercício de 2015, na importância de R\$ 78.089,00 (Setenta e oito mil e oitenta e nove reais), por conta do provável excesso de Arrecadação no exercício em curso, na seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada:

ORGÃO: 05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
UNIDADE: 01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO

PROJETO: 1.014 - Apar., Aquis., Veículos e Amp. de Rede Física a Educação Básica

Modalidade de Aplicação: (116) - 4.4.90.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas R\$ 78.089,00

TOTAL
..... R\$ 78.089,00

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação de Recursos Oriundos do FUNDEB no valor de R\$ 78.089,00 (Setenta e oito mil e oitenta e nove reais), da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, creditados na conta corrente 10.188-5, Agência 2.192-X do Banco do Brasil.

Leia-se:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado no exercício de 2015, na importância de R\$ 78.089,09 (Setenta e oito mil e oitenta e nove reais e nove centavos), por conta do provável excesso de Arrecadação no exercício em curso, na seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada:

ORGÃO: 05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
UNIDADE: 01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO

PROJETO: 1.014 - Apar., Aquis., Veículos e Amp. de Rede Física a Educação Básica

Modalidade de Aplicação: (116) - 4.4.90.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas R\$ 78.089,09

TOTAL
..... R\$ 78.089,09

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação de Recursos Oriundos do FUNDEB no valor de R\$ 78.089,09 (Setenta e oito mil e oitenta e nove reais e nove centavos), da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, creditados na conta corrente 10.188-5, Agência 2.192-X do Banco do Brasil.

Joaçaba

PREFEITURA

EXTRATO PL 38/2015/PMJ - PP 26/2015/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2015/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2015/PMJ

Objeto: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como às obras de pavimentação e conservação de diversas ruas e estradas do Município de Joaçaba, SC. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 13/05/2015. Processamento do Pregão: às 14h do dia 13/05/2015, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 23 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

VENILTON ROGÉRIO TELES

Secretário

EXTRATO PL 42/2015 - PP 28/2015/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2015/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2015/PMJ

Objeto: A aquisição de 01 (um) veículo de passeio tipo sedan, novo, zero quilômetro, ano/modelo 2015 e de 01 (um) veículo tipo picape, semi novo, quilometragem máxima de 30.000 (trinta mil) quilômetros, ano/modelo mínimo 2012, destinados à manutenção das atividades do Fundo Municipal de Esportes de Joaçaba, SC.. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 19/05/2015. Processamento do Pregão: às 14h do dia 19/05/2015, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 23 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

Prefeito

EXTRATO PL 44/2015/PMJ - PP 30/2015/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2015/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2015/PMJ

Objeto: a contratação de pessoa jurídica especializada para a realização de serviços de arbitragem para eventos e campeonatos esportivos promovidos e/ou apoiados pelo Fundo Municipal de Esportes de Joaçaba, SC. Forma de Julgamento: Menor Preço por Lote. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 11/05/2015. Processamento do Pregão: às 14h do dia 11/05/2015, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 23 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

Prefeito

EXTRATO PL 46/2015/PMJ - PP 31/2015/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2015/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2015/PMJ

Objeto: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de carrinhos de bebê, berços, colchões, colchonetes e cobertores, destinados à manutenção das escolas da rede municipal. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 15/05/2015. Processamento do Pregão: às 14h do dia 15/05/2015, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 23 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

JOSÉ LUIZ JUNQUEIRA DE CARVALHO

Secretário

HOMOLOGAÇÃO PL 27/2015 PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 27/2015/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015/PMJ

O Secretário Municipal de Educação de Joaçaba, José Luiz Junqueira de Carvalho, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 27/2015/PMJ.

- Modalidade: PP 17/2015/PMJ.

Objeto: o Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de material didático, de expediente e suprimentos de informática destinados à manutenção das atividades das unidades escolares municipais e de diversas secretarias e setores da administração pública municipal.

-Empresas Vencedoras:

ANTONIO BOLDRINI-ME

VALOR R\$ 117.740,40

BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI-ME

VALOR R\$ 24.425,57

DIPAR DISTRIB. DE PAPEIS E REVISTAS LTDA-EPP

VALOR R\$ 50.352,53

ESCRIMATE COMERCIAL E SERV. DE INFORMATICA

VALOR R\$ 1.204,92

GRAFICA AMERICA LTDA-ME

VALOR R\$ 15.015,63

L.A.CN INFORMATICA LTDA-ME

VALOR R\$ 100.840,60

LEO GULIANI - ME

VALOR R\$ 2.2148,50

LEXBEMARK COMERCIO LRDA-EPP

VALOR R\$ 7.156,80

OBJETIVA COM. DE EQUIPAMENTOS LTDA-ME

VALOR R\$ 11.598,44

ROBERTO TESSARO & CIA LTDA-EPP

VALOR R\$ 72.531,81

Fiscal das Atas de Registro de Preços: ADELAIDE NETA MENDES DA SILVA.

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 22 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

José Luiz Junqueira de Carvalho

Sec. Educação.

HOMOLOGAÇÃO PL 22/2015 PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 22/2015/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2015/PMJ

O Secretário de Gestão Administrativa de Joaçaba, Celso Felipe Bordin, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 22/2015/PMJ.

- Modalidade: PP 13/2015/PMJ.

Objeto: o Registro de Preços, visando eventuais requisições futuras de serviços, por hora/homem trabalhada, de mecânica, elétrica, funilaria e pintura e outros, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e demais equipamentos.

-Empresas Vencedoras:

AUTO CENTER JOAÇABA LTDA-ME

VALOR R\$ 247.660,00

ELOI PAULO PETRY - ME

VALOR R\$ 2.183.135,00

MIRANDA & MIRANDA COM. PEÇAS E SERVIÇOS

VALOR R\$ 1.835.155,00

RECH AUTO CENTER LTDA-ME

VALOR R\$ 153.360,00

Fiscal das Atas de Registro de Preços: ILTON A. SCHMITZ

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 23 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Celso Felipe Bordin

Sec. Gestão Administrativa

HOMOLOGAÇÃO PL 32/2015

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 32/2015/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2015/PMJ

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Rafael Laske, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 32/2015/PMJ.

- Modalidade: PP 22/2015/PMJ.

Objeto: o Registro de Preços para contratação eventual e futura de viagens especiais destinadas ao transporte da delegação do Município para participação em eventos e competições a nível regional, estadual e interestadual.

-Empresas Vencedoras:

REUNIDAS TURISMO S.A

VALOR R\$ 57.835,00

SIDNEI RAMELLA TRANSPORTES - ME

VALOR R\$ 19.160,00

Fiscal das Atas de Registro de Preços: JULIO V. FERREIRA

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 23 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Rafael Laske

Prefeito

ATA 09/2015 PMJ

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 1/49

Número do Registro de Preços: 9/2015 Data do Registro: 22/04/2015 Válido até: 22/04/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de material didático, de expediente e suprimentos de informática destinados à manutenção das atividades das unidades escolares municipais e de diversas secretarias e setores da administração pública municipal.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
1	Alfinete de segurança nº 1 em aço niquelado - com 144 un	CX	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	AQUARELA	0	7,2000
2	Alfinete para costura nº 24 em aço niquelado - com 50 gr	CX	DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E REVISTAS LTDA - EP (8950)		0	8,3600
3	Alfinete para mapas nº 1 em aço niquelado com cabeça plástica 5 mm colorida - com 50 un	CX	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	BRW	0	8,5000
4	Apagador para quadro branco em plástico reforçado - com base de feltro macio e resistente - medida aproximada: 15x6cm - refil substituível	UN	L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	ACC	0	1,9800
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)		0	3,1100
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	BACCHI	0	3,2200
			L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	BRW	0	1,6000
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)		0	1,7300
			GRAFICA AMERICA LTDA - ME (8565)	BRW	0	2,8000
			DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E REVISTAS LTDA - EP (8950)	RADEX	0	3,5500
			L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	BRW	0	4,4600
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	CORT ART	0	5,7000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Número do Registro de Preços: 9/2015 Data do Registro: 22/04/2015 Válido até: 22/04/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de material didático, de expediente e suprimentos de informática destinados à manutenção das atividades das unidades escolares municipais e de diversas secretarias e setores da administração pública municipal.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
5	Apontador para lápis em resina termoplástica - 1 boca - lâmina em aço carbono - sem lixeira - cores sortidas	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	LE LEO	0	0,1400
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	GOLLER	0	0,1500
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)		0	0,1500
6	Balão colorido nº 7 - pacote com 50 unidades de 1 cor lisa - cores diversas	PCT	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)	IBB	0	3,7100
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	SAO ROQUE	0	4,9900
7	Barbante 8 fios - 100% algodão - cor cru - 700 gr	RLO	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	SAO JOAO	0	8,9500
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	CIRCULO	0	11,1500
8	Bastão de cola de silicone a quente - fino - 08/10x350mm	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	RENDICOLA	0	0,2200
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	RENDICOLA	0	0,2300
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)		0	0,3000
9	Bastão de cola de silicone a quente - grosso - 11x350mm	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	RENDICOLA	0	0,4600

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Número do Registro de Preços: 9/2015 Data do Registro: 22/04/2015 Válido até: 22/04/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de material didático, de expediente e suprimentos de informática destinados à manutenção das atividades das unidades escolares municipais e de diversas secretarias e setores da administração pública municipal.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
10	Bateria alcalina 9 V	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	RENDICOLA	0	0,4700
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)		0	0,5500
			L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	KINUP	0	2,3300
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	ELGIN	0	5,7400
11	Bobina de papel couche estampado (com desenhos) - 0,60 cm x 120,0 metros - mínimo 8 kg - diversas cores	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	BRW	0	6,3000
			ANTONIO BOLDRINI - ME (8183)	CPMPANY	0	34,0000
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	VMP	0	34,9000
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	VMP	0	40,3700
12	Bobina de papel couche liso - 0,60 cm x 120,0 metros - mínimo 8 kg - diversas cores	UN	ANTONIO BOLDRINI - ME (8183)	COMPANY	0	34,0000
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	VMP	0	36,5000
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	VMP	0	40,3700
			L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	IRANI	0	49,0000
13	Bobina de papel Kraft puro 80g/m² - 1,20 cm x 200 metros - mínimo 20 kg	UN				

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 4/49

Número do Registro de Preços: 9/2015 Data do Registro: 22/04/2015 Válido até: 22/04/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de material didático, de expediente e suprimentos de informática destinados à manutenção das atividades das unidades escolares municipais e de diversas secretarias e setores da administração pública municipal.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
14	BOBINA PARA MAQUINA DE CALCULAR - 57X60 - CAIXA COM 30 UNIDADES	CX	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	SAO JOAO	0	73,8000
			ANTONIO BOLDRINI - ME (8183)		0	74,0000
15	BORRACHA ESCOLAR BRANCA-MACIA ATÓXICA-NR. 40 TAMANHO APROXIMADO 30X23X7MM	UN	L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	SILFER	0	21,0000
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	MAX PRINT	0	21,9000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	ALOFORM	0	24,5000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	ZAP	0	0,1100
16	Caderno brochura ¼ - 48 folhas linguagem de tamanho mínimo 200x140mm com 56gr/m² - capa e contracapa duras, coloridas	UN	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	ZAP	0	0,1200
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)		0	0,1500
			L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	PANAMERICANA	0	0,6600
17	Caderno brochura ¼ - 96 folhas com desenho quadriculado 5x5 mm com 56 gr/m²	UN	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	JANDAIA	0	1,4000
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)		0	1,4700
			L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	PANAMERICANA	0	1,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 5/49

Número do Registro de Preços: 9/2015 Data do Registro: 22/04/2015 Válido até: 22/04/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de material didático, de expediente e suprimentos de informática destinados à manutenção das atividades das unidades escolares municipais e de diversas secretarias e setores da administração pública municipal.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
				JANDAIA	0	1,4200
	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)					2
	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)		PANAMERICANA		0	1,6900
	L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)		PANAMERICANA		0	3,8700
18	Caderno capa dura, preta, costurado, com 100 folhas numeradas, com pauta e sem margem. Medidas 220 x 320 mm	UN				1
	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)				0	6,8000
	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)		SA DOMINGOS		0	7,5000
	L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)		PANAMERICANA		0	1,0000
19	Caderno para cartografia / desenho - espiral - 200 x 275 mm - 96 folhas	UN				1
	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)				0	2,5500
	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)		PANAMERICANA		0	2,7300
	L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)		PANAMERICANA		0	3,9000
20	Caderno universitário - espiral - capa dura - 200 x 275 mm - 10 matérias x 200 folhas	UN				1
	DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E REVISTAS LTDA - EP (8950)				0	4,0000
	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)				0	5,3700
						3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 6/49

Número do Registro de Preços: 9/2015 Data do Registro: 22/04/2015 Válido até: 22/04/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de material didático, de expediente e suprimentos de informática destinados à manutenção das atividades das unidades escolares municipais e de diversas secretarias e setores da administração pública municipal.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
21	Caixa para arquivo morto em papelão - medidas 344 x 125 x 237 mm - desmontável - cor parda	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	BRAGAGNOLO	0	1,0200
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	SC	0	1,0300
			DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E REVISTAS LTDA - EP (8950)		0	1,3000
			ANTONIO BOLDRINI - ME (8183)		0	1,3000
22	Calculadora - 12 dígitos - visor LCD fixo - 04 operações + memória independente + cálculo de porcentagem + correção total + desligamento automático - a bateria e/ou energia solar - garantia mínima de 01 ano.	UN	L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	MASTERPRINT	0	8,6500
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	MASTER	0	11,2800
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	CLASSE	0	12,5000
23	Calculadora eletrônica de mesa, com bloco impressor - bobina 58/60 mm - impressão em 02 cores - mínimo 12 dígitos - visor de LCD anti-reflexo iluminado - 04 operações + raiz quadrada + memória + cálculo de taxas e conversão de moeda + porcentagem + margem bruta + cancelamento e arredondamento + contador de itens/parcelas + inversor de sinais - 220 V e/ou bi volt manual - garantia mínima 01 ano	UN	GRAFICA AMERICA LTDA - ME (9565)	ELGIN	0	179,0000
			ANTONIO BOLDRINI - ME (8183)		0	189,0000
24	Caneta corretiva - 8 ml - secagem rápida - atóxica - corrige fotocópia, fax, impressão de computador e tinta de esferográfica, caneta de ponta porosa, roller ball e destaca-texto.	UN	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)	JOCAR	0	2,6000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 7/49

Número do Registro de Preços: 9/2015 Data do Registro: 22/04/2015 Válido até: 22/04/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de material didático, de expediente e suprimentos de informática destinados à manutenção das atividades das unidades escolares municipais e de diversas secretarias e setores da administração pública municipal.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	TRISS	0	4,0700
25	Caneta esferográfica não retrátil - tamanho médio - composta de resinas termoplásticas, tinta a base de corantes orgânicos e solventes, ponta de latão e esfera de tungstênio 0,8mm, fixação traseira com sistema de pressão e não com rosca, tampa antiasfixiante - com 50 un - diversas cores	CX	L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	MASTERPRINT	0	16,0000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	COMPACTOR	0	19,6800
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)		0	21,6000
26	Caneta gel - brilhante - fluxo contínuo - ponta de 0,5 mm	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	INJEX PEN	0	1,8000
			GRAFICA AMERICA LTDA - ME (9565)	TRIS	0	1,8300
			DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E REVISTAS LTDA - EP (8950)		0	2,4000
27	Caneta hidrográfica grande - composição: tinta, água, corante e umectante - ponta em fibra de poliéster lavável - com 12 cores	PCT	GRAFICA AMERICA LTDA - ME (9565)	MARIPEL	0	3,6700
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)		0	5,2000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	ACRILEX	0	5,2500
28	CARTOLINA 50X66 - 150 G/M² - DIVERSAS CORES	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	ALCARD	0	0,2200

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 8/49

Número do Registro de Preços: 9/2015 Data do Registro: 22/04/2015 Válido até: 22/04/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de material didático, de expediente e suprimentos de informática destinados à manutenção das atividades das unidades escolares municipais e de diversas secretarias e setores da administração pública municipal.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
29	CD GRAVÁVEL - 80 MINUTOS - 700 MB - COM CAPA	UN	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	ALOFORM	0	0,2300
			DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E REVISTAS LTDA - EP (8950)		0	0,2900
			L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	TDK	0	0,6600
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	MULTILASER	0	0,7700
30	CD REGRAVÁVEL RW - 80 MINUTOS - 700 MB - COM CAPA	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	PRINT PLUS	0	0,7900
			L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	TDK	0	2,1300
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)		0	2,3000
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	ELGIN	0	2,3500
31	Clipes galvanizados nº 1 - com 100 un	CX	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	RAFA	0	1,1800
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	BRW	0	1,2000
32	Clipes níquelados nº 2 - 500 gr	CX	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	WIREPLAST	0	5,3900
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)		0	5,8000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 9/49

Número do Registro de Preços: 9/2015 Data do Registro: 22/04/2015 Válido até: 22/04/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de material didático, de expediente e suprimentos de informática destinados à manutenção das atividades das unidades escolares municipais e de diversas secretarias e setores da administração pública municipal.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
33	Clipes níquelados nº 3 - 500 gr		OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	RAFA	0	6,5000
			L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	BRW	0	6,5000
			CX ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	WIREPALST	0	5,3900
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)		0	5,8000
			L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	BRW	0	6,5000
34	Clipes níquelados nº 4 - 500 gr		OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	RAFA	0	6,5000
			CX ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	WIREPLAST	0	5,3900
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)		0	5,8000
			L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	BRW	0	6,5000
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	RAFA	0	6,5000
35	Clipes níquelados nº 6 - 500 gr		CX ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	WIREPLAST	0	5,3900
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)		0	5,8000
			L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	BRW	0	6,5000
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	RAFA	0	6,5000
			CX ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	WIREPLAST	0	5,3900

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 10/49

Número do Registro de Preços: 9/2015 Data do Registro: 22/04/2015 Válido até: 22/04/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de material didático, de expediente e suprimentos de informática destinados à manutenção das atividades das unidades escolares municipais e de diversas secretarias e setores da administração pública municipal.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
36	Clipes niquelados nº 8 - 500 gr	CX	L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	BRW	0	6,5000
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	RAFA	0	6,5000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	WIRPLAST	0	5,3900
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)		0	5,8000
37	Cola branca, lavável, não tóxica, a base de água e acetato de polvinila, em embalagem com bico dosador - litro	LTO	L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	BRW	0	6,5000
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	RAFA	0	6,5000
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)	PIRATININGA	0	4,0800
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	PIRATININGA	0	4,6900
38	Cola branca lavável, não tóxica, a base de água e acetato de polvinila, em embalagem com bico dosador - 90 gr	TB	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	PIRATININGA	0	0,5800
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	PIRATININGA	0	0,5900
	DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E REVISTAS LTDA - EP (8950)				0	0,6300

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 11/49

Número do Registro de Preços: 9/2015 Data do Registro: 22/04/2015 Válido até: 22/04/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de material didático, de expediente e suprimentos de informática destinados à manutenção das atividades das unidades escolares municipais e de diversas secretarias e setores da administração pública municipal.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)		0	0,6600
39	COLA EM BASTÃO - NÃO TÓXICA - 40 GR	TB	L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	FRAMA	0	0,6600
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)		0	1,3100
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	LEO E LEO	0	1,5300
40	COLA GLITTER (GEL COM GLITTER) COMPOSIÇÃO: RESINA DE PVA, CONSERVANTE BENZOTIAZOL E GLITER-MINIMO 35 GR-CORES DIVS.	TB	L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	ACRILEX	0	1,0000
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)		0	1,6700
			DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E REVISTAS LTDA - EP (8950)		0	1,7700
41	COLCHETE Nº 15 - COM 72 UNIDADES	CX	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	RAFA	0	6,2000
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	GASFER	0	7,0300
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)		0	7,1000
42	Copos plásticos descartáveis 180 ml - normatizado pela ABNT - com 2.500 unidades	CX	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	COPOSUL	0	53,0000
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	CRISTAL	0	53,4000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 12/49

Número do Registro de Preços: 9/2015 Data do Registro: 22/04/2015 Válido até: 22/04/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de material didático, de expediente e suprimentos de informática destinados à manutenção das atividades das unidades escolares municipais e de diversas secretarias e setores da administração pública municipal.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)						
43	Copos plásticos descartáveis 50 ml - com 2.500 un - normatizado pela ABNT	CX	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	CRISTAL	0	27,0000
ANTONIO BOLDRINI - ME (8183)						
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	COPOBRAS	0	44,7700
44	CORRETIVO LÍQUIDO - 18 ML - COM 12 UN.	CX	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	FRAMA	0	9,5000
L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)						
				FRAMA	0	10,4000
L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)						
				TDK	0	0,8200
45	DVD-R - 4.7 GB 8 X - Com capa	UN	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	ELGIN	0	0,8300
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)						
				MULTILASER	0	0,8700
BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)						
				ELGIN	0	2,6000
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)						
				MULTILASER	0	3,3000
46	DVD-RW - 4.7 GB 8X - COM CAPA	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	MAXPRINT	0	3,5000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 13/49

Número do Registro de Preços: 9/2015 Data do Registro: 22/04/2015 Válido até: 22/04/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de material didático, de expediente e suprimentos de informática destinados à manutenção das atividades das unidades escolares municipais e de diversas secretarias e setores da administração pública municipal.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
47	Elástico de látex - nº 18 - com 500 gr.	PCT	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	MAMUTE	0	7,0000
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	MAMUTH	0	7,0500
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)		0	9,1000
48	Envelope colorido - 11 x 22 cm	UN	L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	FORONI	0	0,1900
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	FORONI	0	0,2000
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	ROMITEC	0	0,2500
49	Envelope colorido - 16 x 22 cm	UN	L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	FORONI	0	0,2100
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	FORONI	0	0,2200
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	ROMITEC	0	0,2800
50	ENVELOPE OFICIO BRANCO 80 gr/m2 114 X 229 MM	UN	DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E REVISTAS LTDA - EP (8950)	CELUCAT	0	0,0500
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	SCRIPTY	0	0,0600
51	ENVELOPE SACO KRAFT - 80 GR/M2 - 26X18	UN	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)	SCRITY	0	0,0800

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 14/49

Número do Registro de Preços: 9/2015			Data do Registro: 22/04/2015		Válido até: 22/04/2016		
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de material didático, de expediente e suprimentos de informática destinados à manutenção das atividades das unidades escolares municipais e de diversas secretarias e setores da administração pública municipal.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
52	Esfuminho nº 03	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	SCRIPTY	0	0,0900	2
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	TRIDENT	0	4,1000	1
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	TRIDENTE	0	4,1300	2
53	Esfuminho nº 06	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	TRIDENT	0	5,6000	1
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	TRIDENTE	0	5,6400	2
54	Estilete grande - mínimo 6" - lâmina em aço temperado - corpo injetado em polipropileno - dispositivo para travar lâmina - quebrador de lâmina removível	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	LYKE	0	0,9900	1
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)		0	1,0000	2
55	Etiquetas adesivas brancas, formato 67,70x99, 10mm - jato de tinta/laser -- 100 folhas A4 com 08 etiquetas/folha	CX	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)	INFORMS	0	18,2000	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	INFORMS	0	19,8000	2
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	INFORMS	0	20,9000	3
56	ETIQUETAS ADESIVAS BRANCAS, CARTA, 279,4X215,9MM-JATO DE TINTA/LASER - COM 100 ETIQUETAS	CX	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)	INFORMS	0	16,8800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 15/49

Número do Registro de Preços: 9/2015 Data do Registro: 22/04/2015 Válido até: 22/04/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de material didático, de expediente e suprimentos de informática destinados à manutenção das atividades das unidades escolares municipais e de diversas secretarias e setores da administração pública municipal.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
57	ETIQUETAS ADESIVAS BRANCAS, FORMATO 50,8x101,6 MM-JATO DE TINTA/LASER-100 FOLHAS A4 COM 10 ETIQUETAS/FOLHA	CX	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	INFORMS	0	19,8000
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	INFORMS	0	20,8300
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)	INFORMS	0	16,8800
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	INFORMS	0	19,8000
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	INFORMS	0	20,1600
58	Extrator de grampos tipo espátula - em chapa de aço zincada - comp. 15 cm x larg. 2 cm	UN	GRAFICA AMERICA LTDA - ME (9565)	CAVIA	0	0,5400
59	FITA ADESIVA PAPEL KRAFT LISO 19 MM X 50 M	RLO	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	CARBRINCK	0	0,5500
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	JAPAN	0	0,5800
			L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	ADELBRAS	0	3,4000
			DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E REVISTAS LTDA - EP (8950)		0	3,5000
			GRAFICA AMERICA LTDA - ME (9565)	ADELBRAS	0	3,7300

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 16/49

Número do Registro de Preços: 9/2015 Data do Registro: 22/04/2015 Válido até: 22/04/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de material didático, de expediente e suprimentos de informática destinados à manutenção das atividades das unidades escolares municipais e de diversas secretarias e setores da administração pública municipal.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
60	Fita adesiva papel Kraft liso 36 mm x 50 m - adesivo de resina e borracha - um dorso com filme de polipropileno biorientado - cor bege	RL	ANTONIO BOLDRINI - ME (8183)	ALDEBRAS	0	5,5500
			GRAFICA AMERICA LTDA - ME (9565)	ADELBRAS	0	5,6000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	EMBALANDO	0	5,6200
61	PROJETO APIS - EDUCAÇÃO INFANTIL 2 Autores: Luiz Roberto Dante e Noemi Bianchini	LIV	ANTONIO BOLDRINI - ME (8183)	ADELBRAS	0	4,5500
62	FITA ADESIVA TRANSPARENTE CELOFANE 19 MM X 50 M	RLO	GRAFICA AMERICA LTDA - ME (9565)	ADELBRAS	0	4,5800
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	EUROCELL	0	6,5400
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	EMBALANDO	0	1,0000
63	Fita adesiva transparente celofane 12 mm x 50 m	RLO	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	FLAX	0	1,0400
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	EMBALANDO	0	1,2300
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	EMBALANDO	0	0,5300
63	Fita adesiva transparente celofane 12 mm x 50 m	RLO	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	EMBALANDO	0	0,5400
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	FLAX	0	0,7700

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 17/49

Número do Registro de Preços: 9/2015 Data do Registro: 22/04/2015 Válido até: 22/04/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de material didático, de expediente e suprimentos de informática destinados à manutenção das atividades das unidades escolares municipais e de diversas secretarias e setores da administração pública municipal.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
64	FITA ADESIVA TRANSPARENTE POLIPROPILENO 48 MM X 50 M	RLO	DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E REVISTAS LTDA - EP (8950)	ADERE	0	1,9400
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	EMBALANDO	0	1,9900
			L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	ADELBRAS	0	2,0500
			GRAFICA AMERICA LTDA - ME (9565)	ADELBRAS	0	5,2600
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	FLAX	0	5,2700
			L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	ADELBRAS	0	5,3000
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	EMBALANDO	0	5,4500
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)		0	5,9700
66	Fita para empacotamento - transparente - 45 mm x 45 m - com 04 un	PCT	DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E REVISTAS LTDA - EP (8950)	ADERE	0	7,2500
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	EMBALANDO	0	8,9900
67	Fita para impressora LX-300+II	RLO	L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	MASTERPRINT	0	4,1000
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	MASTER	0	4,1200

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 18/49

Número do Registro de Preços: 9/2015 Data do Registro: 22/04/2015 Válido até: 22/04/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de material didático, de expediente e suprimentos de informática destinados à manutenção das atividades das unidades escolares municipais e de diversas secretarias e setores da administração pública municipal.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
						Classif.
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	MASPRINT	0	5,1500
68	FITA PARA CALCULADORA OLIVETTI LOGOS 48/49 - 4,8 X 239 MM	UN	L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	MASTERPRINT	0	2,6700
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	MASTER	0	4,5600
69	Fita para calculadora IR 40T - rolete	UN	L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	MASTERPRINT	0	3,8000
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	MASTERPRINT	0	7,0000
70	Folha em EVA 60x40x2mm - cores diversas	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	EVEARY	0	0,9800
			L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	BRW	0	0,9900
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)		0	1,1500
71	Formulário contínuo - 80 colunas - 01 via branca - 56g/m² - formato 240x11" - com 3.000 folhas	CX	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	MAXPAPER	0	64,0000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	ALOFORM	0	64,4000
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	ALOFORM	0	69,9000
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)		0	76,2800

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 19/49

Número do Registro de Preços: 9/2015			Data do Registro: 22/04/2015			Válido até: 22/04/2016		
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de material didático, de expediente e suprimentos de informática destinados à manutenção das atividades das unidades escolares municipais e de diversas secretarias e setores da administração pública municipal.								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
72	Giz de cera para papel, redondo, grosso - 1ª linha - composição: ceras vegetais, carga mineral inerte e pigmentos orgânicos atóxicos, isentos de derivados de petróleo - em conformidade com as normas da ABNT e do INMETRO - com 12 cores	CX	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)	PIRATININGA	0	1,2000	1	
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	ACRILEX	0	1,5100	2	
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	MARIPEL	0	1,7700	3	
73	GRAFITE 0,9 2B - 12 ESTOJOS COM 12 MINAS CADA UM	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	GOLLER	0	3,4000	1	
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)		0	10,5000	2	
			GRAFICA AMERICA LTDA - ME (9565)	BIG TREE	0	12,7000	3	
74	GRAFITE 0,5 B - 12 ESTOJOS COM 12 MINAS CADA UM	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	GOLLER	0	3,4000	1	
			GRAFICA AMERICA LTDA - ME (9565)	BIG TREE	0	8,8000	2	
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)		0	10,5000	3	
75	Grampeador de mesa 26/6 - capacidade mínima para 100 grampos - base de aproximadamente 12 cm - capacidade mínima para grampear até 15 folhas de 75gr.	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	LYKE	0	5,8000	1	
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	LYKE	0	5,9500	2	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 20/49

Número do Registro de Preços: 9/2015 Data do Registro: 22/04/2015 Válido até: 22/04/2016									
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de material didático, de expediente e suprimentos de informática destinados à manutenção das atividades das unidades escolares municipais e de diversas secretarias e setores da administração pública municipal.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
76	Grampeador de mesa profissional - capacidade mínima para grampear até 100 folhas de 75gr. - para grampo 9/8, 9/10, 9/12, 9/14	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	LYKE	0	31,4000	1		
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	LYKE	0	32,5000	2		
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)		0	33,3700	3		
77	Grampeador de pressão para tapeceiro - em aço - gatilho com revestimento emborrachado - janela para recarga - para grampos com altura de 4 a 14 mm e largura de 13,7 mm	UN	L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	CIS	0	34,0000	1		
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	CIS	0	34,9000	2		
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	CIS	0	44,0000	3		
78	Grampo para grampeador 23/8 em arame de aço galvanizado - 1.000 un	CX	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	RAFA	0	2,3900	1		
			DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E REVISTAS LTDA - EP (8950)		0	2,4000	2		
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	BACCHI	0	2,4500	3		
79	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 23/13 EM ARAME DE AÇO GALVANIZADO-1000 UN	CX	GRAFICA AMERICA LTDA - ME (9565)	LEONORA	0	2,8500	1		
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	RAFA	0	2,9000	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 21/49

Número do Registro de Preços: 9/2015 Data do Registro: 22/04/2015 Válido até: 22/04/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de material didático, de expediente e suprimentos de informática destinados à manutenção das atividades das unidades escolares municipais e de diversas secretarias e setores da administração pública municipal.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
80	Grampo para grampeador 26/6 em arame de aço galvanizado - 5.000 un	CX	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	ENAK	0	3,5000
			GRAFICA AMERICA LTDA - ME (9565)	MARIPEL	0	2,0000
			L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	FRAMA	0	2,0500
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	FRAMA	0	2,3000
81	Grampo para grampeador de pressão 106/8 em arame de aço galvanizado - 1.000 un	CX	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	RAFA	0	2,3000
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	MAKE	0	2,3000
82	GRAMPO TRILHO 80 MM - CAIXA COM 50 UNIDADES	CX	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	RAFA	0	2,9000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	BRW	0	4,4200
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)	JOCAR	0	5,2200
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	BRW	0	6,6000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 22/49

Número do Registro de Preços: 9/2015 Data do Registro: 22/04/2015 Válido até: 22/04/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de material didático, de expediente e suprimentos de informática destinados à manutenção das atividades das unidades escolares municipais e de diversas secretarias e setores da administração pública municipal.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
83	Lápis de cor sextavado, cera e madeira, pigmento aglutinante, carga com desenho macio, resistente e deslizamento fácil ao papel, corpo com fidelidade entre a cor do verniz e a cor da mina, fácil de apontar, produzido em madeira totalmente atóxica, ideal para uso escolar, resistente a quebras, atóxico, impressão no corpo do lápis, marca do fabricante de fácil visualização, medindo aproximadamente 17,5cm de comprimento, unidade com 12 lápis com as cores: rosa claro, vermelho, laranja, amarelo, marrom, verde folha, verde, azul, azul cobalto, carmin, prata e preto - certificação no INMETRO	CX	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	LABRA COM PRATA	0	3,1600
84	Lápis preto nº 2, em madeira, redondo, não tóxico, com grafite resistente e de fácil deslizamento sobre o papel, com ponta iniciada, corpo com escrita macia, excelente apagabilidade, fácil de apontar, produzido em materiais totalmente atóxicos, pintura semi-fosca com verniz na cor preta, mina resistente a quebra, impressão no corpo contendo fabricante do produto, medindo aproximadamente 17,5 cm de comprimento, embalados - certificação no INMETRO - com 144 unidades	UN	ANTONIO BOLDRINI - ME (8183)	LEO EELO	0	28,0000
			ANTONIO BOLDRINI - ME (8183)		0	3,1800
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)		0	3,5000
85	Lápis preto grafite 6B, em madeira, sextavado, não tóxico, com grafite resistente e de fácil deslizamento sobre o papel, com ponta iniciada, corpo com escrita macia, excelente apagabilidade, fácil de apontar, produzido em materiais totalmente atóxicos, mina resistente a quebra, impressão no corpo contendo fabricante do produto, medindo aproximadamente 17,5 cm de comprimento, embalados - certificação no INMETRO	UN	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)	LEONORA	0	0,8000
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)		0	30,0900
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	LABRA SEXTAVADO	0	31,2900
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9565)	EBRAS	0	0,8400

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Número do Registro de Preços: 9/2015 Data do Registro: 22/04/2015 Válido até: 22/04/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de material didático, de expediente e suprimentos de informática destinados à manutenção das atividades das unidades escolares municipais e de diversas secretarias e setores da administração pública municipal.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
86	Lápis preto grafite 4B, em madeira, sextavado, não tóxico, com grafite resistente e de fácil deslizamento sobre o papel, com ponta iniciada, corpo com escrita macia, excelente apagabilidade, fácil de apontar, produzido em materiais totalmente atóxicos, mina resistente a quebra, impressão no corpo contendo fabricante do produto, medindo aproximadamente 17,5 cm de comprimento, embalados - certificação no INMETRO	UN	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)	LEONORA	0	0,9000
87	LAPISEIRA TÉCNICA 0,9 MM	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	MERCUR	0	1,0000
88	LAPISEIRA TÉCNICA 0,5 MM	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	GOLLER	0	2,8500
89	Livro Ata ofício - 100 folhas 56 gr/m² - 206 x 300 mm - capa em papelão 0,705 gr	UN	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)	P.B.	0	5,3300
90	Livro Ata ofício, sem margem - 50 folhas numeradas 56 gr/m² - 206 x 300 mm - capa em papelão 0,705 gr	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	SAO DOMINGOS	0	7,2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 24/49

Número do Registro de Preços: 9/2015 Data do Registro: 22/04/2015 Válido até: 22/04/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de material didático, de expediente e suprimentos de informática destinados à manutenção das atividades das unidades escolares municipais e de diversas secretarias e setores da administração pública municipal.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)		0	4,1000
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	PAG BRASIL	0	4,4200
91	Livro Ata ofício - 200 folhas 56 gr/m² - 206 x 300 mm - capa em papelão 0,705 gr	UN	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)	P.B	0	10,2600
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	PAG BRASIL	0	11,8000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	SAO DOMINGOS	0	13,0200
92	Livro de ponto ¼ - 160 folhas 56 gr/m² - 160 x 220 mm - capa em papelão 0,705 gr	UN	L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	TILIBRA	0	7,4500
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)		0	8,1000
93	Livro de protocolo de correspondência - 100 folhas offset 56gr/m² numeradas - 160x220mm - capa de papelão 0,705 gr	UN	DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E REVISTAS LTDA - EP (8950)	SAO DOMINGOS	0	5,2000
			L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	TILIBRA	0	5,3000
94	Massa de modelar em estojo com peso mínimo de 180gr e 12 cores, a base de água, carboidrato de cereais, glúten, cloreto de sódio, propilparabena, aroma, aditivos e pigmentos.	CX	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)	LEONORA	0	1,6900
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	ACRILEX	0	2,0800
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	LEO LEO	0	2,2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 25/49

Número do Registro de Preços: 9/2015 Data do Registro: 22/04/2015 Válido até: 22/04/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de material didático, de expediente e suprimentos de informática destinados à manutenção das atividades das unidades escolares municipais e de diversas secretarias e setores da administração pública municipal.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
95	Marcador para quadro branco - com corpo e tampa em polipropileno - com tubo de recarregar - tamanho mínimo 11 cm - Secagem rápida - tinta inodora - ponta média redonda de aproximadamente 2 mm - escrita macia que desliza no quadro - resistente a quedas - capacidade de escrita de aproximadamente 1.300 m - cores: azul, verde, preto e vermelho - com 12 un.	CX	ANTONIO BOLDRINI - ME (8183)	MARPEL	0	15,8000
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)		0	15,9400
			GRAFICA AMERICA LTDA - ME (9565)	HELIOS/ RADEX	0	49,3000
96	Papel almaço com pauta e margem - com 400 folhas	PCT	DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E REVISTAS LTDA - EP (8950)	CREDEAL	0	17,4000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	CREDEAL	0	17,4900
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)		0	19,5000
97	Papel camurça 40 x 60 - diversas cores	FLS	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	VMP	0	0,4300
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	VMP	0	0,4500
			L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	VMP	0	0,4900
98	Papel canson A3 branco para desenho - 20 fls.	BL	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	VISITEX	0	5,5000
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)		0	6,8000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 26/49

Número do Registro de Preços: 9/2015 Data do Registro: 22/04/2015 Válido até: 22/04/2016							
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de material didático, de expediente e suprimentos de informática destinados à manutenção das atividades das unidades escolares municipais e de diversas secretarias e setores da administração pública municipal.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	FILIPERSON	0	8,6100	3
99	Papel cartão fosco 50 x 70 - 250 gr/m² - 02 lados coloridos - diversas cores	FLS	GRAFICA AMERICA LTDA - ME (9565)	VMP	0	0,4500	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	WMP	0	0,5400	2
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)		0	0,6000	3
			L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	VMP	0	0,6000	4
100	PAPEL CREPOM - 0,48 X 2,00 M - DIVERSAS CORES	FLS	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	WMP	0	0,4700	1
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)		0	0,6000	2
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	VMP	0	0,6000	3
101	Papel duplex fosco 50 x 70 - 01 lado colorido - diversas cores	FLS	DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E REVISTAS LTDA - EP (8950)	RST	0	0,4000	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	WMP	0	0,4100	2
			L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	VMP	0	0,4600	3
102	Papel manteiga A3	FLS	L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	VMP	0	0,2500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 27/49

Número do Registro de Preços: 9/2015 Data do Registro: 22/04/2015 Válido até: 22/04/2016							
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de material didático, de expediente e suprimentos de informática destinados à manutenção das atividades das unidades escolares municipais e de diversas secretarias e setores da administração pública municipal.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	VR	0	0,3500	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	WMP	0	0,3500	3
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	USA	0	0,3500	4
			GRAFICA AMERICA LTDA - ME (9565)	VR	0	0,3700	5
103	Papel sulfite alcalino 75 g/m2 - 210x297 mm - A4 - com 500 fls. " Deverá possuir Certificado ISO 9001 / 14001	PCT	DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E REVISTAS LTDA - EP (8950)	CHAMEX	0	10,8500	1
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	REPORT	0	10,9000	2
			ANTONIO BOLDRINI - ME (8183)		0	11,8600	3
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	RINO	0	12,2500	4
			L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	RINO	0	12,6900	5
104	Papel sulfite alcalino 75 g/m2 - 297x420 mm - A3 - resma 500 fls. " Deverá possuir Certificado ISO 9001 / 14001	PCT	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	REPORT	0	24,3000	1
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	REPORT	0	28,0000	2
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	CHAMEX	0	28,3000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 28/49

Número do Registro de Preços: 9/2015 Data do Registro: 22/04/2015 Válido até: 22/04/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de material didático, de expediente e suprimentos de informática destinados à manutenção das atividades das unidades escolares municipais e de diversas secretarias e setores da administração pública municipal.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
105	PAPEL VERGÉ A4 - 210X297 MM - 120 GM² - COM 50 FOLHAS - DIVERSAS CORES	PCT	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	OFF PAPER	0	5,2000
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	OFF PAPER	0	5,2300
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)		0	5,2400
106	Pasta AZ - lombo largo 7 cm (600 folhas) - 34,5 x 28,5 cm (L x A) - etiqueta com impressão nos dois lados - 02 argolas - fechamento por meio de alavanca - protetor metálico prensado.	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	FRAMA	0	5,5000
			L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	FRAMA	0	5,8000
			DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E REVISTAS LTDA - EP (8950)		0	6,0000
107	Pasta com aba e elástico - papelão plastificado 240g/m² - tamanho ofício - com elástico e ilhoses	UN	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)	ICL	0	0,8400
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	ICL	0	0,9800
			DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E REVISTAS LTDA - EP (8950)		0	1,0700
108	Pasta com grampo trilho em papelão plastificado 240 gr/m² - 235 x 325 mm	UN	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)	ICL	0	0,7600
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	ICL	0	0,8800

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 29/49

Número do Registro de Preços: 9/2015			Data do Registro: 22/04/2015			Válido até: 22/04/2016		
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de material didático, de expediente e suprimentos de informática destinados à manutenção das atividades das unidades escolares municipais e de diversas secretarias e setores da administração pública municipal.								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
109	Pasta plástica em polipropileno texturizado - espessura 0,45mm - com elástico	UN	L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	ACP	0	1,2700	1	
110	PASTA POLIONDA - OFÍCIO - 2,0 CM	UN	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)	ALAPLAST	0	1,7700	2	
111	PASTA POLIONDA - OFÍCIO - 3,5 CM	UN	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)	ALAPLAST	0	1,4900	1	
112	PASTA POLIONDA - OFÍCIO - 5,5 CM	UN	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)	ALAPLAST	0	1,8000	2	
113	Pasta suspensa em cartão Kraft 200 gr/m2, na cor marrom, com ponteira plástica, visor etiqueta e grampo trilha de metal.	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	FRAMA	0	0,7700	1	
			L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	FRAMA	0	0,7800	2	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 30/49

Número do Registro de Preços: 9/2015 Data do Registro: 22/04/2015 Válido até: 22/04/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de material didático, de expediente e suprimentos de informática destinados à manutenção das atividades das unidades escolares municipais e de diversas secretarias e setores da administração pública municipal.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)						
114	PEN DRIVE 4 GB	UN	L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	SANDISK	0	13,7000
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	SAN DISCK	0	13,8000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	MULTILASER	0	13,9000
115	Pen drive - 8GB	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	MULTILASER	0	13,8500
			L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	SANDISK	0	13,9000
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	SAN DISCK	0	14,9500
116	PERCEVEJO - COM 100 UN.	CX	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	PRAYON	0	1,2300
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	JOCAR	0	1,2400
			L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	PRAYON	0	1,3000
117	Perfurador em aço para papel, capacidade mínima para 30 folhas, indicação para centragem do papel na tampa e na base, 02 furos com espaçamento de 8 cm	UN	L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	MASTERPRINT	0	7,8000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	MULTILASER	0	7,9000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 31/49

Número do Registro de Preços: 9/2015 Data do Registro: 22/04/2015 Válido até: 22/04/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de material didático, de expediente e suprimentos de informática destinados à manutenção das atividades das unidades escolares municipais e de diversas secretarias e setores da administração pública municipal.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E REVISTAS LTDA - EP (8950)		0	17,0000
118	Perfurador grande para papel, capacidade mínima para 100 fls, indicação para centragem do papel na tampa e na base - 02 furos com espaçamento de 8 cm	UN	L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	MASTERPRINT	0	37,0000
			ANTONIO BOLDRINI - ME (8183)		0	37,8000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	MULTILASER	0	38,2600
119	Pilha AA - alcalina - cartela com 02 unidades	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	BRW	0	2,1900
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	ELGIN	0	2,2000
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)		0	3,1000
120	Pilha AAA - alcalina - cartela com 02 unidades	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	BRW	0	2,1900
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)		0	3,1000
121	Pilha AA - recarregável - cartela com 02 unidades	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	FLEY	0	11,3800
			L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	MOX	0	11,4000
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	ELGIN	0	18,2700

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 32/49

Número do Registro de Preços: 9/2015			Data do Registro: 22/04/2015		Válido até: 22/04/2016		
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de material didático, de expediente e suprimentos de informática destinados à manutenção das atividades das unidades escolares municipais e de diversas secretarias e setores da administração publica municipal.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
122	Pincel atômico ponta fina - traço 1,8mm - formato anatômico cilíndrico ou cônico - em plástico rígido - tampa removível - ponta de feltro, dura e resistente de formato redonda 4,0mm - recarregável - com 12 un - diversas cores	UN	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)	JOCAR	0	10,3800	1
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	COMPACTOR	0	15,0000	2
			ANTONIO BOLDRINI - ME (8183)		0	17,8000	3
123	Pincel atômico ponta grossa - espessura de escrita 2,0x4,5x8,0mm - formato anatômico cilíndrico ou cônico - em plástico rígido - tampa removível - ponta de feltro, dura e resistente de formato retangular chanfrada, recarregável - com 12 un - diversas cores	UN	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)	J.STAMP	0	9,8800	1
			ANTONIO BOLDRINI - ME (8183)		0	14,5000	2
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	COMPACTOR	0	17,0000	3
124	Pincel marca texto - cor fosforescente - traço 2,5mm - filtro poliester - com 12 un	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	LYKE	0	7,0500	1
			L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	MASTERPRINT	0	7,1000	2
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	MASTER	0	7,5900	3
125	Pincel marcador permanente para CD/DVD - 0,7 mm	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	GOLLER	0	1,4900	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	LEONORA	0	1,5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 33/49

Número do Registro de Preços: 9/2015 Data do Registro: 22/04/2015 Válido até: 22/04/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de material didático, de expediente e suprimentos de informática destinados à manutenção das atividades das unidades escolares municipais e de diversas secretarias e setores da administração pública municipal.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)						
126	PINCEL PARA PINTURA CHATO - CABO LONGO - Nº 2	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	GOLLER	0	1,0000
127	PINCEL PARA PINTURA CHATO - CABO LONGO - Nº 12	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	ROMA	0	1,2000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	ROMA	0	1,7400
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	GOLLER	0	1,7500
128	PinCEL para pintura chato - cabo longo - nº 16	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	ROMA	0	2,0500
130	Pistola para cola quente 100 W - profissional - para bastonete 11 a 12 mm, ponta com isolante térmico - botão liga/desliga - bi volt 110/220.	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	GOLLER	0	2,3500
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)		0	2,4000
			GRAFICA AMERICA LTDA - ME (9565)	RHAMOS BRITO	0	88,5000
131	PLACA DE ISOPOR 30 MM - 50 X 100 CM	UN	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	RAMOS E BRITO	0	89,0000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	CIS	0	93,0000
			LA.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	ISOTERM	0	2,5300

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 34/49

Número do Registro de Preços: 9/2015 Data do Registro: 22/04/2015 Válido até: 22/04/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de material didático, de expediente e suprimentos de informática destinados à manutenção das atividades das unidades escolares municipais e de diversas secretarias e setores da administração pública municipal.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
132	Plástico transparente adesivo tipo "Contact" ou similar - 45 cm x 25 metros	RLO	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	ISOFRIO	0	5,2000
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	ISOTERM	0	5,5000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	INFORMS	0	27,5100
133	PRANCHETA EM ACRILICO, COM PRENDEDOR DE AÇO, PARA PAPEL A4, 34X23 CM	UN	L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	POLITAC	0	32,0000
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)		0	33,6300
			L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	NOVACRIL	0	7,3400
134	Prancheta em madeira, com prendedor de aço, para papel A4, 34 x 23 cm	UN	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)		0	7,6000
			L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	STALO	0	1,8500
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	STALO	0	1,8900
135	Quadro branco 1,20 x 2,50 m - confeccionado em chapa de fibra branca resinada, com molduras arredondadas em alumínio anodizado fosco, suporte para apagador removível, arredondado e deslizante com aproximadamente 40 cm, sistema de fixação invisível, podendo ser instalado na vertical ou horizontal, com acessórios para instalação.	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	STALO	0	2,3500
			L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	CORTARTE	0	145,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 35/49

Número do Registro de Preços: 9/2015 Data do Registro: 22/04/2015 Válido até: 22/04/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de material didático, de expediente e suprimentos de informática destinados à manutenção das atividades das unidades escolares municipais e de diversas secretarias e setores da administração pública municipal.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
136	Régua plástica transparente - 30 cm - escala milimétrica preta e visível	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	STALO	0	147,0000
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	STALO	0	161,5000
137	Tesoura escolar, ponta arredondada, lâmina em aço inox com 1,2 mm (com inscrição na lâmina), cabo plástico resistente em polipropileno, junção das lâminas de rebite maciço de alumínio, comprimento total da tesoura aproximadamente 13 cm	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	WALEU	0	0,3100
			L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	NOVACRIL	0	0,3400
138	Tesoura grande para recortar, cabo de polipropileno, resistente, anatômica, lâmina em inox com 12 cm, comprimento total da tesoura de aproximadamente 21,5 cm - fabricação nacional	UN	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)	JOCAR	0	0,9500
			L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	MASTERPRINT	0	1,2000
139	Tinta guache, atóxica, a base de resina vegetal - pote de 250 ml - diversas cores - composição: resina, água, pigmentos, carga e conservante tipo Benzotiazol	PT	DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E REVISTAS LTDA - EP (8950)	MASTERPRINT	0	3,1000
			ANTONIO BOLDRINI - ME (8183)		0	3,3800
					0	3,1500
					0	1,6100
					0	1,8700
					0	1,8700

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 36/49

Número do Registro de Preços: 9/2015 Data do Registro: 22/04/2015 Válido até: 22/04/2016									
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de material didático, de expediente e suprimentos de informática destinados à manutenção das atividades das unidades escolares municipais e de diversas secretarias e setores da administração pública municipal.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
140	Tinta para carimbo auto-entintado (automático) - cor preta - 28 ml	TB	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	RADEX	0	4,0300	1		
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	JAPAN	0	4,0400	2		
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)		0	4,3000	3		
141	TNT - bobina comp. 50,00 x larg. 1,40 m - gramatura 50 g/m² - diversas cores	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	SULBRASIL	0	45,6000	1		
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (11477)		0	46,5800	2		
142	UMECTANTE P/DEDOS EM PASTA - 12 G	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	JAPAM	0	1,5000	1		
			GRAFICA AMERICA LTDA - ME (9565)	WALEU	0	1,8000	2		
143	CARTUCHO EPSON T090120 - ORIGINAL	UN	LEXBEMARK COMERCIO LTDA - EPP (11478)	EPSON	0	23,0000	1		
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	EPSON	0	23,9900	2		
			ESCRIMATE COMERCIAL E SERVICOS DE INFORMATICA - EI (10346)	EPSON	0	26,7400	3		
144	CARTUCHO EPSON T073220 - ORIGINAL	UN	LEXBEMARK COMERCIO LTDA - EPP (11478)	EPSON	0	35,7000	1		
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	EPSON	0	40,1200	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 37/49

Número do Registro de Preços: 9/2015 Data do Registro: 22/04/2015 Válido até: 22/04/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de material didático, de expediente e suprimentos de informática destinados à manutenção das atividades das unidades escolares municipais e de diversas secretarias e setores da administração pública municipal.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
145	CARTUCHO EPSON T073320 - ORIGINAL	UN	ESCRIMATE COMERCIAL E SERVICOS DE INFORMATICA - EI (10346)	EPSON	0	40,1300
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	EPSON	0	40,1300
			LEXBEMARK COMERCIO LTDA - EPP (11478)	EPSON	0	35,7000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	EPSON	0	40,1200
			ESCRIMATE COMERCIAL E SERVICOS DE INFORMATICA - EI (10346)	EPSON	0	40,1300
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	EPSON	0	40,1300
			LEXBEMARK COMERCIO LTDA - EPP (11478)	EPSON	0	35,7000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	EPSON	0	40,1200
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	EPSON	0	40,1300
			ESCRIMATE COMERCIAL E SERVICOS DE INFORMATICA - EI (10346)	EPSON	0	40,1300
146	CARTUCHO EPSON T073420 - ORIGINAL	UN	ESCRIMATE COMERCIAL E SERVICOS DE INFORMATICA - EI (10346)	EPSON	0	18,9400
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	EPSON	0	19,3800
147	Cartucho de tinta EPSON XP 214 - T194120 - original	UN	ESCRIMATE COMERCIAL E SERVICOS DE INFORMATICA - EI (10346)	EPSON	0	18,9400
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	EPSON	0	19,3800

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 38/49

Número do Registro de Preços: 9/2015			Data do Registro: 22/04/2015		Válido até: 22/04/2016		
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de material didático, de expediente e suprimentos de informática destinados à manutenção das atividades das unidades escolares municipais e de diversas secretarias e setores da administração pública municipal.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
148	Cartucho de tinta EPSON XP 214 - T194220 - original	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	EPSON	0	20,7200	3
			ESCRIMATE COMERCIAL E SERVICOS DE INFORMATICA - EI (10346)	EPSON	0	18,9400	1
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	EPSON	0	19,3800	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	EPSON	0	20,7200	3
149	Cartucho de tinta EPSON XP 214 - T194320 - original	UN	ESCRIMATE COMERCIAL E SERVICOS DE INFORMATICA - EI (10346)	EPSON	0	18,9400	1
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	EPSON	0	19,7000	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	EPSON	0	20,7200	3
150	Cartucho de tinta EPSON XP 214 - T194420 - original	UN	ESCRIMATE COMERCIAL E SERVICOS DE INFORMATICA - EI (10346)	EPSON	0	18,9400	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	EPSON	0	20,7200	2
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	EPSON	0	21,2000	3
151	Cartucho de tinta LEXMARK nº 04 - 18C1974 - original	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (10313)	LEXMARK	0	40,5000	1
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	LEXMARK	0	54,9300	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 39/49

Número do Registro de Preços: 9/2015 Data do Registro: 22/04/2015 Válido até: 22/04/2016							
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de material didático, de expediente e suprimentos de informática destinados à manutenção das atividades das unidades escolares municipais e de diversas secretarias e setores da administração pública municipal.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
152	Cartucho de tinta LEXMARK nº 05 - 18C1960 - original	UN	ESCRIMATE COMERCIAL E SERVICOS DE INFORMATICA - EI (10346)	LEXMARK	0	54,9300	3
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	LEXMARK	0	61,6500	4
			ESCRIMATE COMERCIAL E SERVICOS DE INFORMATICA - EI (10346)	LEXMARK	0	67,0000	1
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	LEXMARK	0	68,9000	2
153	CARTUCHO DE TINTA HP C8727 A - ORIGINAL - 10 ML	UN	LEO GULIANI - ME (11479)	LEXMARK/18C1960	0	69,0000	3
			L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	HP	0	38,5000	1
			ANTONIO BOLDRINI - ME (8183)		0	38,8000	2
			LEXBEMARK COMERCIO LTDA - EPP (11478)		0	56,0000	3
154	CARTUCHO DE TINTA HP C8728 A - ORIGINAL - 8 ML	UN	L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	HP	0	64,0000	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	HP	0	64,4000	2
			ANTONIO BOLDRINI - ME (8183)		0	64,5000	3
			LEXBEMARK COMERCIO LTDA - EPP (11478)	HP-BRASIL	0	32,0000	1
155	CARTUCHO DE TINTA HP C9351 AL - ORIGINAL - 5 ML	UN	LEXBEMARK COMERCIO LTDA - EPP (11478)	HP-BRASIL	0	32,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 40/49

Número do Registro de Preços: 9/2015 Data do Registro: 22/04/2015 Válido até: 22/04/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de material didático, de expediente e suprimentos de informática destinados à manutenção das atividades das unidades escolares municipais e de diversas secretarias e setores da administração pública municipal.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	HP	0	32,5000
			ANTONIO BOLDRINI - ME (8183)		0	37,0000
156	CARTUCHO DE TINTA HP C9352 AL - ORIGINAL - 5 ML	UN	L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	HP	0	56,0000
			LEXBEMARK COMERCIO LTDA - EPP (11478)		0	63,0000
			ANTONIO BOLDRINI - ME (8183)		0	64,0000
157	CARTUCHO DE TINTA HP CC640WB - ORIGINAL - 4ML	UN	L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	HP	0	36,0000
			LEXBEMARK COMERCIO LTDA - EPP (11478)		0	43,0000
			ANTONIO BOLDRINI - ME (8183)		0	46,0000
158	CARTUCHO DE TINTA HP CC643WB - ORIGINAL - 3ML	UN	L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	HP	0	52,0000
			LEXBEMARK COMERCIO LTDA - EPP (11478)		0	54,0000
			ESCRIMATE COMERCIAL E SERVICOS DE INFORMATICA - EI (10346)	HP	0	56,5000
159	Cartucho de tinta HP 662 - preto - CZ103AB - 2 ml - original	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	HP	0	17,9800

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 41/49

Número do Registro de Preços: 9/2015 Data do Registro: 22/04/2015 Válido até: 22/04/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de material didático, de expediente e suprimentos de informática destinados à manutenção das atividades das unidades escolares municipais e de diversas secretarias e setores da administração pública municipal.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
						Classif.
			ESCRIMATE COMERCIAL E SERVICOS DE INFORMATICA - EI (10346)	HP	0	23,1700
			LEXBEMARK COMERCIO LTDA - EPP (11478)		0	24,0000
160	Cartucho de tinta HP 662 - tricolor - CZ104AB - 2 ml - original	UN	LEXBEMARK COMERCIO LTDA - EPP (11478)	HP-BRASIL	0	24,0000
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	HP	0	24,9000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	HP	0	25,7000
			ESCRIMATE COMERCIAL E SERVICOS DE INFORMATICA - EI (10346)	HP	0	27,4200
161	Cartucho de tinta HP 49 - tricolor - C8799FL - original	UN	L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	HP	0	69,0000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	HP	0	70,0000
			LEO GULIANI - ME (11479)	HP/C8799FL	0	98,3000
162	TONER BROTHER DCP8080DN - TN 620 - ORIGINAL - CAPACIDADE MÍNIMA PARA 3000 PÁGINAS	UN	LEO GULIANI - ME (11479)	BROTHER/DCP8080DN	0	147,9000
			ANTONIO BOLDRINI - ME (8183)		0	148,0000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	BROTHER	0	180,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 42/49

Número do Registro de Preços: 9/2015 Data do Registro: 22/04/2015 Válido até: 22/04/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de material didático, de expediente e suprimentos de informática destinados à manutenção das atividades das unidades escolares municipais e de diversas secretarias e setores da administração pública municipal.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
163	Toner BROTHER DCP7055 - TN 410 - original	UN	ESCRIMATE COMERCIAL E SERVICOS DE INFORMATICA - EI (10346)	BROTHER	0	97,0000
			L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	BROTHER	0	98,0000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	BROTHER	0	130,0000
164	Toner HP Q2612 A – original –	UN	ANTONIO BOLDRINI - ME (8183)	HP	0	132,0000
			LEO GULIANI - ME (11479)	HP/Q2612A	0	132,9000
			L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	HP	0	143,0000
165	TONER HP Q7553 A - ORIGINAL	UN	ANTONIO BOLDRINI - ME (8183)	HP	0	148,0000
			L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	HP	0	149,0000
			LEO GULIANI - ME (11479)	HP/Q7553A	0	153,0000
166	Toner HP Q7553A - compatível	UN	L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	SUPRIAMERICA	0	35,9000
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	MASTER	0	35,9500
			LEO GULIANI - ME (11479)	Premium quality/Qual	0	39,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 43/49

Número do Registro de Preços: 9/2015 Data do Registro: 22/04/2015 Válido até: 22/04/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de material didático, de expediente e suprimentos de informática destinados à manutenção das atividades das unidades escolares municipais e de diversas secretarias e setores da administração pública municipal.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
			ESCRIMATE COMERCIAL E SERVICOS DE INFORMATICA - EI (10346)	PS3	0	50,0000
167	Toner HP CE285AB - original	UN	ANTONIO BOLDRINI - ME (8183)	HP	0	119,0000
			LEO GULIANI - ME (11479)	HP/CE285AB	0	119,9000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	HP	0	168,0000
168	Toner HP CE285A - compatível	UN	L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	SUPRIAMERICA	0	26,5000
			ESCRIMATE COMERCIAL E SERVICOS DE INFORMATICA - EI (10346)	PS3	0	30,0000
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	MASTER	0	30,4700
169	TONER HP CM1415 - CE320A - PRETO - ORIGINAL	UN	ANTONIO BOLDRINI - ME (8183)	HP	0	152,0000
			L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	HP	0	154,0000
			LEO GULIANI - ME (11479)	HP/CE320A	0	160,0000
170	TONER HP CM1415 - CE321A - AZUL - ORIGINAL	UN	ANTONIO BOLDRINI - ME (8183)	HP	0	155,0000
			LEO GULIANI - ME (11479)	HP/CE321A	0	160,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 44/49

Número do Registro de Preços: 9/2015							Data do Registro: 22/04/2015		Válido até: 22/04/2016	
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de material didático, de expediente e suprimentos de informática destinados à manutenção das atividades das unidades escolares municipais e de diversas secretarias e setores da administração pública municipal.										
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
171	TONER HP CM1415 - CE322A - AMARELO - ORIGINAL	UN	L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	HP	0	185,0000	3			
			LEXBEMARK COMERCIO LTDA - EPP (11478)		0	204,0000	4			
			ANTONIO BOLDRINI - ME (8183)	HP	0	155,0000	1			
			L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	HP	0	185,0000	2			
			LEO GULIANI - ME (11479)	HP/CE322A	0	185,0000	3			
			LEXBEMARK COMERCIO LTDA - EPP (11478)		0	204,0000	4			
			ANTONIO BOLDRINI - ME (8183)	HP	0	152,0000	1			
			L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	HP	0	185,0000	2			
			LEO GULIANI - ME (11479)	HP/CE323A	0	185,0000	3			
			LEXBEMARK COMERCIO LTDA - EPP (11478)		0	204,0000	4			
			L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	LEXMARK	0	120,0000	1			
			ANTONIO BOLDRINI - ME (8183)		0	128,0000	2			
173	TONER LEXMARK 12018 SL - ORIGINAL	UN	L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	LEXMARK	0	120,0000	1			
			ESCRIMATE COMERCIAL E SERVICOS DE INFORMATICA - EI (10346)	LEXMARK	0	131,3000	3			

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 45/49

Número do Registro de Preços: 9/2015 Data do Registro: 22/04/2015 Válido até: 22/04/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de material didático, de expediente e suprimentos de informática destinados à manutenção das atividades das unidades escolares municipais e de diversas secretarias e setores da administração pública municipal.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
174	TONER SAMSUNG SCX-4521 - ORIGINAL	UN	L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	SAMSUNG	0	129,0000
			ESCRIMATE COMERCIAL E SERVICOS DE INFORMATICA - EI (10346)	SAMSUNG	0	130,0000
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	SAMSUNG	0	135,0000
175	Toner SAMSUNG SCX-D4200A - original	UN	L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	SAMSUNG	0	147,0000
			ANTONIO BOLDRINI - ME (8183)		0	148,0000
			LEO GULIANI - ME (11479)	SAMSUNG/SCXD4200A	0	148,9000
176	TONER SAMSUNG ML2010 - ORIGINAL	UN	L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	SAMSUNG	0	129,0000
			ESCRIMATE COMERCIAL E SERVICOS DE INFORMATICA - EI (10346)	SAMSUNG	0	130,0000
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	SAMSUNG	0	137,0000
177	Toner Samsung ML D2850A - original	UN	L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	SAMSUNG	0	145,0000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	SAMSUNG	0	147,0000
			ANTONIO BOLDRINI - ME (8183)		0	220,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 46/49

Número do Registro de Preços: 9/2015 Data do Registro: 22/04/2015 Válido até: 22/04/2016									
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de material didático, de expediente e suprimentos de informática destinados à manutenção das atividades das unidades escolares municipais e de diversas secretarias e setores da administração pública municipal.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
178	TONER XEROX PHASER 3125 - 106R01159 - ORIGINAL	UN	L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	supriamerica	0	140,0000	1		
			ANTONIO BOLDRINI - ME (8183)		0	220,0000	2		
			LEO GULIANI - ME (11479)	XEROX/106R01159	0	229,9000	3		
179	Toner XEROX PHASER 3635 - 108R00795 - original	UN	L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	supriamerica	0	155,0000	1		
			LEO GULIANI - ME (11479)	XEROX/108R00795	0	160,0000	2		
180	Toner xerox M118 006R01179 - original	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	XEROX	0	180,0000	1		
			ESCRIMATE COMERCIAL E SERVICOS DE INFORMATICA - EI (10346)	XEROX	0	184,6000	2		
181	Toner XEROX 4118 M418 - 006R01278 - original	UN	L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	supriamerica	0	275,0000	1		
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	XEROX	0	277,0000	2		
			LEO GULIANI - ME (11479)	XEROX/006R01278	0	283,0000	3		
			ANTONIO BOLDRINI - ME (8183)		0	306,0000	4		
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6239)	XEROX	0	309,0000	5		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 47/49

Número do Registro de Preços: 9/2015 Data do Registro: 22/04/2015 Válido até: 22/04/2016									
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de material didático, de expediente e suprimentos de informática destinados à manutenção das atividades das unidades escolares municipais e de diversas secretarias e setores da administração pública municipal.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
182	TONER XEROX PE 220 - 013R00621 - ORIGINAL - CAPACIDADE MÍNIMA PARA 3.200 PÁGINAS	UN	ESCRIMATE COMERCIAL E SERVICOS DE INFORMATICA - EI (10346)	XEROX	0	310,0000	6		
			L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	supriamerica	0	240,0000	1		
			ANDRADE, PASSINI COMRCIO DE MATERIAIS LTDA - ME (11107)	xerox	0	320,0000	2		
			ESCRIMATE COMERCIAL E SERVICOS DE INFORMATICA - EI (10346)	XEROX	0	330,2000	3		
183	Toner XEROX M201 - 106R01047 - original	UN	L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME (10955)	supriamerica	0	160,7000	1		
			ANDRADE, PASSINI COMRCIO DE MATERIAIS LTDA - ME (11107)	xerox	0	290,0000	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 48/49

Número do Registro de Preços: 9/2015							Data do Registro: 22/04/2015		Válido até: 22/04/2016	
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de material didático, de expediente e suprimentos de informática destinados à manutenção das atividades das unidades escolares municipais e de diversas secretarias e setores da administração publica municipal.										
Item	Especificação			Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
					INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (10377)	XEROX	0	297,4400	3	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 49/49

Número do Registro de Preços: 9/2015						Data do Registro: 22/04/2015		Válido até: 22/04/2016		
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura, de material didático, de expediente e suprimentos de informática destinados à manutenção das atividades das unidades escolares municipais e de diversas secretarias e setores da administração publica municipal.										
Item	Especificação			Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2015
PROCESSO Nº 27/2015

- (6239) - ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP
- (8183) - ANTONIO BOLDRINI - ME
- (8950) - DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E REVISTAS LTDA - EP
- (9565) - GRAFICA AMERICA LTDA - ME
- (10313) - OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME
- (10346) - ESCRIMATE COMERCIAL E SERVICOS DE INFORMATICA - EI
- (10377) - INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP
- (10955) - L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME
- (11107) - ANDRADE, PASSINI COMRCIO DE MATERIAIS LTDA - ME
- (11477) - BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME
- (11478) - LEXBEMARK COMERCIO LTDA - EPP
- (11479) - LEO GULIANI - ME

Joacaba, 22 de Abril de 2015.

ATA 10/2015 PMJ

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 1/5

Número do Registro de Preços: 10/2015 Data do Registro: 23/04/2015 Válido até: 23/04/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços, visando eventuais requisições futuras de serviços, por hora trabalhada, de mecânica, elétrica, funilaria e pintura e outros, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e demais equipamentos.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
1	SERVIÇO DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 1 - VEÍCULOS LEVES	HRS	RECH AUTO CENTER LTDA - ME (11460)		0	28,0000
			AUTO VOLKS LTDA - ME (6285)		0	33,0000
2	SERVIÇO DE MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 1 - VEÍCULOS LEVES	HRS	AUTO CENTER JOACABA LTDA - ME (8430)		0	35,0000
			AUTO VOLKS LTDA - ME (6285)		0	39,0000
3	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 1 - VEÍCULOS LEVES	HRS	AUTO CENTER JOACABA LTDA - ME (8430)		0	35,0000
			VALTAIR JOSE MOTTA - ME (7529)		0	50,0000
4	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 1 - VEÍCULOS LEVES	HRS	ELOI PAULO PETRY - ME (6140)		0	62,0000
			AUTO VOLKS LTDA - ME (6285)		0	64,0000
5	SERVIÇO DE MONTAGEM/DESMONTAGEM DE PNEUS, BALANCEAMENTO, ALINHAMENTO E/OU GEOMETRIA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 1 - VEÍCULOS LEVES	HRS	RECH AUTO CENTER LTDA - ME (11460)		0	60,0000
			AUTO CENTER JOACABA LTDA - ME (8430)		0	70,0000
			AUTO VOLKS LTDA - ME (6285)		0	75,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 2/5

Número do Registro de Preços: 10/2015 Data do Registro: 23/04/2015 Válido até: 23/04/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços, visando eventuais requisições futuras de serviços, por hora trabalhada, de mecânica, elétrica, funilaria e pintura e outros, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e demais equipamentos.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
6	SERVIÇO DE MECÂNICA GERAL, ESPECIALIZADA E DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 2 - MOTOCICLETAS	HRS	ELOI PAULO PETRY - ME (6140)		0	59,0000
7	SERVIÇO DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 3 - VANS, CAMIONETAS, CAMINHÕES E ÔNIBUS	HRS	ELOI PAULO PETRY - ME (6140)		0	61,0000
			MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)		0	62,0000
8	SERVIÇO DE MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 3 - VANS, CAMIONETAS, CAMINHÕES E ÔNIBUS	HRS	ELOI PAULO PETRY - ME (6140)		0	70,0000
			MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)		0	71,0000
9	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 3 - VANS, CAMIONETAS, CAMINHÕES E ÔNIBUS	HRS	ELOI PAULO PETRY - ME (6140)		0	60,0000
			MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)		0	61,0000
10	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 3 - VANS, CAMIONETAS, CAMINHÕES E ÔNIBUS	HRS	ELOI PAULO PETRY - ME (6140)		0	66,0000
			MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)		0	67,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 3/5

Número do Registro de Preços: 10/2015			Data do Registro: 23/04/2015		Válido até: 23/04/2016		
Objeto da Compra: Registro de Preços, visando eventuais requisições futuras de serviços, por hora trabalhada, de mecânica, elétrica, funilaria e pintura e outros, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e demais equipamentos.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
11	SERVIÇO DE MONTAGEM/DESMONTAGEM DE PNEUS PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 3 - VANS, CAMIONETAS, CAMINHÕES E ÔNIBUS	HRS	ELOI PAULO PETRY - ME (6140)		0	107,0000	1
12	SERVIÇO DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 4 - MÁQUINAS PESADAS	HRS	MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)		0	80,0000	1
			ELOI PAULO PETRY - ME (6140)		0	81,0000	2
13	SERVIÇO DE MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 4 - MÁQUINAS PESADAS	HRS	MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)		0	109,5000	1
			ELOI PAULO PETRY - ME (6140)		0	110,0000	2
14	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 4 - MÁQUINAS PESADAS	HRS	MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)		0	55,0000	1
			ELOI PAULO PETRY - ME (6140)		0	56,0000	2
15	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 4 - MÁQUINAS PESADAS	HRS	MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)		0	53,0000	1
			ELOI PAULO PETRY - ME (6140)		0	54,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 4/5

Número do Registro de Preços: 10/2015		Data do Registro: 23/04/2015		Válido até: 23/04/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços, visando eventuais requisições futuras de serviços, por hora trabalhada, de mecânica, elétrica, funilaria e pintura e outros, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e demais equipamentos.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
16	SERVIÇO DE MONTAGEM/DESMONTAGEM DE PNEUS PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 4 - MÁQUINAS PESADAS	HRS	ELOI PAULO PETRY - ME (6140)		0	136,8000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 5/5

Número do Registro de Preços: 10/2015		Data do Registro: 23/04/2015		Válido até: 23/04/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços, visando eventuais requisições futuras de serviços, por hora trabalhada, de mecânica, elétrica, funilaria e pintura e outros, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e demais equipamentos.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2015
PROCESSO Nº 22/2015

- (6140) - ELOI PAULO PETRY - ME
- (6285) - AUTO VOLKS LTDA - ME
- (6322) - MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM
- (7529) - VALTAIR JOSE MOTTA - ME
- (8430) - AUTO CENTER JOACABA LTDA - ME
- (11460) - RECH AUTO CENTER LTDA - ME

Joaçaba, 23 de Abril de 2015.

ATA 11/2015 PMJ

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2015

Página: 1/4

Número do Registro de Preços: 11/2015			Data do Registro: 23/04/2015		Válido até: 23/04/2016		
Objeto da Compra: Registro de Preços para contratação eventual e futura de viagens especiais destinadas ao transporte da delegação do Município para participação em eventos e competições a nível regional, estadual e interestadual.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Transporte descontinuado de passageiros para eventos esportivos no Estado de Santa Catarina, com veículo tipo VAN, de capacidade mínima para 15 passageiros sentados, dotado de som ambiente, climatizador quente/frio e reboque.	KM	SIDNEI RAMELLA TRANSPORTES - ME (11481)		0	2,8100	1
			C.SCHUMACHER & CIA LTDA - EPP (11480)		0	2,8200	2
2	Transporte descontinuado de passageiros para eventos esportivos interestaduais, com veículo tipo VAN, de capacidade mínima para 15 passageiros sentados, dotado de som ambiente, climatizador quente/frio e reboque.	KM	SIDNEI RAMELLA TRANSPORTES - ME (11481)		0	2,6400	1
			C.SCHUMACHER & CIA LTDA - EPP (11480)		0	2,6500	2
3	Transporte descontinuado de passageiros para eventos esportivos, em percursos de 01 a 500 quilômetros em viagens a serem realizadas no Estado de Santa Catarina, com veículo tipo micro ônibus, de capacidade mínima para 25 passageiros sentados, dotado de calefação.	KM	REUNIDAS TURISMO S.A. (10142)		0	3,7000	1
			SIDNEI RAMELLA TRANSPORTES - ME (11481)		0	3,7100	2
			C.SCHUMACHER & CIA LTDA - EPP (11480)		0	3,7200	3
4	Transporte descontinuado de passageiros para eventos esportivos e culturais, em percursos acima de 501 quilômetros em viagens a serem realizadas no Estado de Santa Catarina, com veículo tipo micro ônibus, de capacidade mínima para 25 passageiros sentados, dotado de calefação.	KM	REUNIDAS TURISMO S.A. (10142)		0	3,4400	1
			SIDNEI RAMELLA TRANSPORTES - ME (11481)		0	3,4500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2015

Página: 2/4

Número do Registro de Preços: 11/2015 **Data do Registro:** 23/04/2015 **Válido até:** 23/04/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para contratação eventual e futura de viagens especiais destinadas ao transporte da delegação do Município para participação em eventos e competições a nível regional, estadual e interestadual.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
5	Transporte descontinuado de passageiros para eventos esportivos e culturais, em percursos de 01 a 500 quilômetros em viagens a serem realizadas no Estado de Santa Catarina, com veículo tipo ônibus convencional, de capacidade mínima para 42 passageiros sentados, dotado de banheiro e calefação.	KM	REUNIDAS TURISMO S.A. (10142)		0	4,4700	1
			SIDNEI RAMELLA TRANSPORTES - ME (11481)		0	4,4800	2
			C.SCHUMACHER & CIA LTDA - EPP (11480)		0	4,4900	3
6	Transporte descontinuado de passageiros para eventos esportivos e culturais, em percursos acima de 501 quilômetros em viagens a serem realizadas no Estado de Santa Catarina, com veículo tipo ônibus convencional, de capacidade mínima para 42 passageiros sentados, dotado de banheiro e calefação.	KM	REUNIDAS TURISMO S.A. (10142)		0	4,1700	1
			SIDNEI RAMELLA TRANSPORTES - ME (11481)		0	4,1800	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2015

Página: 3/4

Número do Registro de Preços: 11/2015		Data do Registro: 23/04/2015		Válido até: 23/04/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para contratação eventual e futura de viagens especiais destinadas ao transporte da delegação do Município para participação em eventos e competições a nível regional, estadual e interestadual.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			C.SCHUMACHER & CIA LTDA - EPP (11480)		0	4,1900	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2015

Página: 4/4

Número do Registro de Preços: 11/2015		Data do Registro: 23/04/2015		Válido até: 23/04/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para contratação eventual e futura de viagens especiais destinadas ao transporte da delegação do Município para participação em eventos e competições a nível regional, estadual e interestadual.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2015

PROCESSO Nº 32/2015

- (10142) - REUNIDAS TURISMO S.A.
- (11480) - C.SCHUMACHER & CIA LTDA - EPP
- (11481) - SIDNEI RAMELLA TRANSPORTES - ME

Joaçaba, 23 de Abril de 2015.

NOTA DE LICITAÇÃO DESERTA PL 28/2015/PMJ - PP 18/2015/PMJ

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 18/2015 - PR
CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVENBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	Processo Administrativo: 28/2015 Processo de Licitação: 28/2015 Data do Processo: 17/03/2015
<u>Objeto:</u> Aquisição, de forma parcelada, de mudas de flores e de plantas ornamentais diversas, para as atividades da Coordenadoria de Serviços Públicos durante o exercício financeiro de 2015, com objetivo de promover o ajardinamento de praças, jardins e demais áreas públicas do perímetro urbano do Município de Joaçaba.	
<u>NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 6 / 2015</u>	
<u>Motivo:</u> Aos vinte e três dias do mês de abril de 2015, às 14:00h, reuniram-se nas dependências do prédio da Prefeitura, o Pregoeiro e a sua Equipe de Apoio para proceder à abertura do Processo de Licitação nº 28/2015/PMJ - Edital de Pregão Presencial nº 18/2015/PMJ. Constatou-se que não acudiram interessados em participar da licitação, sendo a mesma declarada DESERTA.	
Joaçaba, 23 de Abril de 2015	
----- RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)	

IMPRES

RENTABILIDADE CARTEIRA IMPRES MARÇO/2015


Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - SC

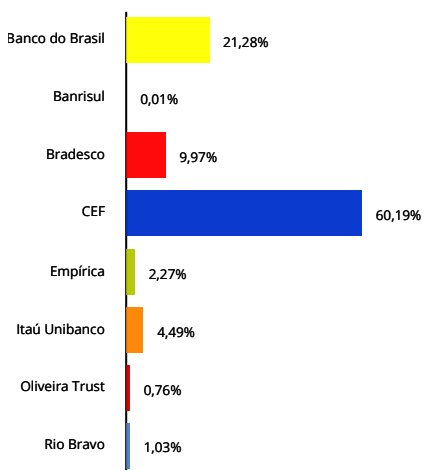
Relatório da Carteira de Investimentos

MARÇO

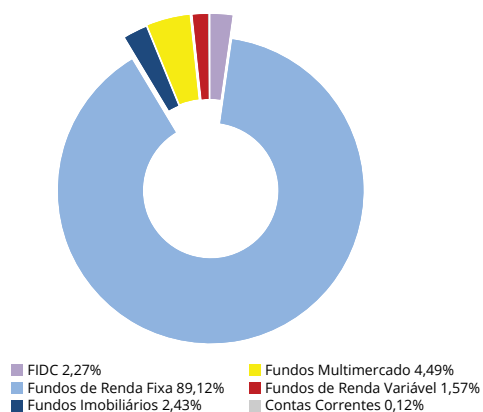
Os recursos do IMPRES são aplicados respeitando os princípios de segurança, legalidade, liquidez e eficiência.

A diretoria do Instituto, assessorada pela SMI Consultoria de Investimentos, vem buscando estratégias para que as necessidades atuariais do Instituto sejam alcançadas de acordo com os prazos estabelecidos. Neste mês a carteira de investimentos está distribuída da seguinte forma:

Distribuição da Carteira por Instituição Financeira



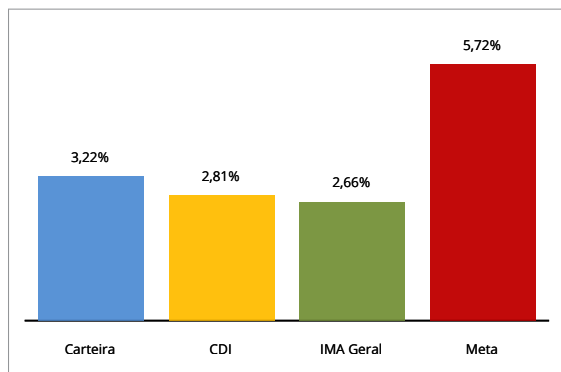
Distribuição da Carteira por Segmento



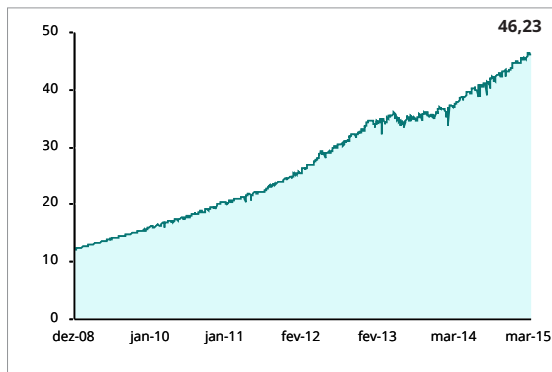
HISTÓRICO DE RENTABILIDADE

COMPARATIVO	NO MÊS	NO ANO	EM 252 DIAS ÚTEIS
IMPRES	1,11%	3,22%	12,96%
CDI	1,03%	2,81%	11,20%
IMA Geral	0,05%	2,66%	12,48%
Meta Atuarial - INPC + 6 %	2,00%	5,72%	14,80%

Carteira x Indicadores em 2015



Evolução do Patrimônio (em R\$ Milhões)



Análise de Desempenho: A carteira do IMPRES tem como principal objetivo superar a Meta Atuarial.

SMI Consultoria de Investimentos

Fone: 48 3037 1001
www.smiconsult.com.br

SIMAE**PORTARIA JHL 087/2015**

PORTARIA SIMAE. JHL - Nº 087/2015 24.04.2015

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna- SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear de acordo com a Lei Complementar 76/2003, tendo em vista a aprovação no Concurso Público realizado conforme Edital nº 001/2015 e a classificação em terceiro lugar, na forma do Art. 4º da Lei Complementar nº 193/10 de 06 de setembro de 2010 e nos termos do § 1º, do art. 13, da LC n. 76/2003, do Município de Joaçaba-SC, a Sra.: Sandra Aparecida Baggio, para o Cargo de Auxiliar Administrativo, Padrão-3, Nível-1, Referência-A, lotado na Diretoria Administrativa, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, com vencimentos a partir da data da tomada de Posse.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Joaçaba-SC, 24 de abril de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

Diante da necessidade dos serviços, tendo em vista a aprovação em 3º Lugar de Sandra Aparecida Baggio no Concurso Público de que trata o Edital SIMAE n.º 001/2015, para o Cargo de Auxiliar Administrativo de acordo com a Portaria JHL-064/2015 de 26/03/2015, que homologa resultado final do Concurso, comunicamos que V.Sª deverá comparecer ao escritório do SIMAE, sito à Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba-SC, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso.

RESUMO CONTRATO JHL 0024/2015 - SIMAESERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0024/2015

CONTRATO JHL 0024/2015

PREGÃO PRESENCIAL JHL0007/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0007/2015

PROTOCOLO Nº 0161/2015

Data: 23/04/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR A MANUTENÇÃO DE FLOCULADORES DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DO SIMAE, TENDO EM VISTA O DESGASTE DAS BUCHAS DOS MANCAIS.

Contratado: Inducal Industria e Comercio de peças Camaroto.

Valor do Contrato: R\$ 10.720,00 (Dez mil setecentos e vinte reais).

Programa: 14.01

Projeto/Atividade: 2.061

Elemento De Despesa: 3.3.90.30.25.00

Prazo de vigência: 17/04/2015 a 17/04/2016.

Elisabet Maria Zanela Sartori - Diretora Presidente do SIMAE

RESUMO CONTRATO JHL 0025/2015 SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0025/2015

TERMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO JHL 0032/2014

PREGÃO JHL0006/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0009/2014

PROTOCOLO Nº 0245/2014

Data: 22/04/2015

Objeto: Renovação de prazo e reajuste de valor referente prestação de serviço de Perícias Médicas e Realização de Exames em Servidores do SIMAE, de acordo com o disposto no Decreto Municipal nº 2.920/07, 3.054/07 e PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional.

Contratado: AMETTRA ASSESSORIA E CONSULTORIA EM SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA-ME

Valor Total do Contrato: R\$ 32.092,25 (Trinta e dois mil, noventa e dois reais e vinte e cinco centavos).

Programa: 04.122.0028.2060

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.56.00

Prazo de vigência: 07/05/2015 a 06/05/2016.

Elisabet Maria Zanela Sartori - Diretora Presidente do SIMAE

RESUMO CONTRATO JHL 0026/2015 SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0026/2015

TERMO DO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO JHL 0065/2012.

TOMADA DE PREÇO JHL0004/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0020/2012

PROTOCOLO Nº 0648/2012

Data: 22/04/2015

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGENCIA E REAJUSTE DE VALORES DO CONTRATO DE LICENÇA DO USO DE SOFTWARE DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATEGICA DO SIMAE.

Contratado: INTERACT SOLUTIONS LTDA

Valor do Contrato: R\$ 1.043,55 (Um mil e quarenta e três reais e cinquenta e cinco centavos) mensais.

Programa: 14.01

Projeto/Atividade: 2.060

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.11.00

Prazo de vigência: 14/05/2015 a 13/05/2016.

Elisabet Maria Zanela Sartori - Diretora Presidente do SIMAE

HOMOLOGAÇÃO PR12/2015 SIMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 12/2015 - PR Processo Administrativo: 15/2015 Processo de Licitação: 15/2015 Data do Processo: 24/03/2015
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 15/2015
b) Licitação Nr.: 12/2015-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 23/04/2015
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA REPOSIÇÃO DE ESTOQUE DO SIMAE, NO EXERCICIO DE 2015.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (7075)

1 CIMENTO CP II, SACOS COM 50 KG - Marca: VOTORANTIN	SC	600,00	0,0000	30,85	18.510,00
Total do Fornecedor:					18.510,00

PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRAS LTDA (7849)

2 AREIA MÉDIA - Marca: PORTO	M³	60,00	0,0000	128,90	7.734,00
3 CAL HIDRATADA, SACOS COM 20 KG - Marca: CIBRACAL	SC	100,00	0,0000	10,08	1.008,00
4 ARGAMASSA C1, SACOS COM 20 KG - Marca: QUARTZOLIT	SC	10,00	0,0000	7,80	78,00
5 ARGAMASSA C2, SACOS COM 20 KG - Marca: QUARTZOLIT	SC	10,00	0,0000	18,90	189,00
Total do Fornecedor:					9.009,00
Total Geral:					27.519,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.052.4.4.90.00.00.00.00 (16) Saldo: 84.282,54

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 12/2015 - PR
	Processo Administrativo: 15/2015 Processo de Licitação: 15/2015 Data do Processo: 24/03/2015

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

Lages

PREFEITURA

PP 53-2015 PML; TP 19-2015 PML E PP 19-2015 SEMASA

Modalidade: PP 53/2015 PML

Objeto: Aquisição de Cadeiras

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 13/05/2015 às 14:30

Valor Estimado: R\$ 8.477,63

Modalidade: TP 19/2015 PML

Objeto: Prestação de Serviços de Substituição de Calhas e Rufos no CEIM Suzete Conceição Soares de Córdova

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 18/05/2015 às 14:30

Valor Estimado: R\$ 34.899,62

Modalidade: PP 19/2015 SEMASA

Objeto: Aquisição de 1800 (mil e oitocentos) camisetas de malha

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 08/05/2015 às 11:00

Valor Estimado: R\$ 32.098,00

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 23 de abril de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 04/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 004/2015 PML/INFRA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC. CONTRATADO: B & P CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA EPP inscrita no CNPJ sob n.º 07.052.006/0001-51, estabelecida na Avenida Armando Pereira de Souza, 101 - sala 2 - Bairro Poço Rico, Otacílio Costa/SC.

Processo Licitatório nº 184/2014, correlato a Concorrência nº 07/2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Construção do Centro de Iniciação ao Esporte - CIE, nesta cidade, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes deste Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

De acordo com solicitação da Secretaria do Planejamento após Reprogramação da Caixa Econômica Federal e Parecer Jurídico Favorável:

ADITA-SE ao valor contratado o valor de R\$ 354.757,26 (trezentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e sete reais e vinte e seis centavos).

SUPRIME-SE ao valor contratado o valor de R\$ 552.815,51 (quinhentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e quinze reais e cinquenta e um centavos).

As demais cláusulas permanecem inalteradas,

Lages 05 de Janeiro de 2015.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 175/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 175/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: ASKEIN EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ: 76.344.795/0001-17 com sede na Rua Mario Romanini 451 E - B. Belvedere CEP 89810-430 - Chapecó/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 116/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 41/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Aparelhos para Reposição em Academias da Terceira Idade, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início; da data da assinatura do Contrato até 31/12/2015;

2.2 De Execução; da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega(s); em até 05 (cinco) dias a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), da Secretaria requisitante, em local(is) nela(s) definido(s)

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 11.980,00 (onze mil, novecentos e oitenta reais) Lages, 15 de Abril de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 34/2015 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 34/2015 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ: 05.919.156/0001-94 com sede na Rua Rodrigues Alves, 825 -D - Bairro Bela Vista, CEP 89804-084 - Chapecó/S. Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 28/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 22/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Higiene e Limpeza para a Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega, em até 10 (dez) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almoxarifado à Rua Cruz e Souza, 368 - Bairro Brusque. Observando quantidade e data de entrega.

2.4 Do Contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2015. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2015

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

O valor a ser pago será de R\$ 84.090,55 (oitenta e quatro mil, noventa reais e cinquenta e cinco centavos).

Lages 20 de Abril de 2015.
Antônio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 35/2015 SMS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 35/2015 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: CELIA REGINA W SANI - ME, inscrita no CNPJ: 04.195.853/0001-87 com sede a Avenida Beira Rio, 730 - Bairro Centro - CEP 88450-000 - Alfredo Wagner/SC

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 28/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 22/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Higiene e Limpeza para a Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega, em até 10 (dez) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almoarifado à Rua Cruz e Souza, 368 - Bairro Brusque. Observando quantidade e data de entrega.

2.4 Do Contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2015. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2015

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

O valor a ser pago será de R\$ 3.460,20 (três mil, quatrocentos e sessenta reais e vinte centavos).

Lages 20 de Abril de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 36/2015 SMS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 36/2015 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: COMERCIAL STORINNY LTDA, inscrita no CNPJ: 73.977.480/0001-19 com sede a Rua Otávio Quinholi, 180 - Perequê - Porto Belo/SC CEP 88210-000

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 28/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 22/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Higiene e Limpeza para a Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega, em até 10 (dez) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almoarifado à Rua Cruz e Souza, 368 - Bairro Brusque. Observando quantidade e data de entrega.

2.4 Do Contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2015. A sua vigência será da data da sua assinatura

até 31/12/2015

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

O valor a ser pago será de R\$ 6.693,60 (seis mil, seiscentos e noventa e três reais e sessenta centavos).

Lages 20 de Abril de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 37/2015 SMS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 37/2015 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME, inscrita no CNPJ: 14.990.312/0001-02 com sede a Rua Prefeito Guimarães Cabral 679 - Sala 02 - CEP 88790-000 - Laguna/SC

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 28/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 22/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Higiene e Limpeza para a Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega, em até 10 (dez) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almoarifado à Rua Cruz e Souza, 368 - Bairro Brusque. Observando quantidade e data de entrega.

2.4 Do Contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2015. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2015

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

O valor a ser pago será de R\$ 13.833,00 (treze mil, oitocentos e trinta e três reais).

Lages 20 de Abril de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 38/2015 SMS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 38/2015 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: DOMINGOS SOARES NETO ME, inscrita no CNPJ: 08.811.393/0001-25 com sede a Rua Tito Bianchini, 409 - Copacabana, CEP 88504-099 - Lages/SC

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 28/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 22/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Higiene e Limpeza para a Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega, em até 10 (dez) dias, a contar da(s) data(s) da(s)

solicitação(ões), no Almoarifado à Rua Cruz e Souza, 368 - Bairro Brusque. Observando quantidade e data de entrega.

2.4 Do Contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2015. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2015

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

O valor a ser pago será de R\$ 590,90 (quinhentos e noventa reais e noventa centavos).

Lages 20 de Abril de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 39/2015 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 39/2015 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: JP DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP, inscrita no CNPJ: 05.785.417/0001-20 com sede a Rua Treze de Maio, 400 - Bairro Czerniewicz CEP 89255-400 - Jaraguá do Sul/SC

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 28/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 22/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Higiene e Limpeza para a Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega, em até 10 (dez) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almoarifado à Rua Cruz e Souza, 368 - Bairro Brusque. Observando quantidade e data de entrega.

2.4 Do Contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2015. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2015

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

O valor a ser pago será de R\$ 35.948,80 (trinta e nove mil, novecentos e quarenta e oito reais e oitenta centavos).

Lages 20 de Abril de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 40/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 40/2015 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI ME, inscrita no CNPJ: 18.941.818/0001-74 com sede a Rua Araquari, 80 - Bairro Municípios CEP 88337-480 - Balneário Camboriú/SC

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 28/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 22/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Higiene e Limpeza para a Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega, em até 10 (dez) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almoarifado à Rua Cruz e Souza, 368 - Bairro Brusque. Observando quantidade e data de entrega.

2.4 Do Contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2015. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2015

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

O valor a ser pago será de R\$ 140.300,00 (cento e quarenta mil e trezentos reais).

Lages 20 de Abril de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 41/2015 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 41/2015 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: JLM DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA ME, inscrita no CNPJ: 13.965.228/0001-68 com sede a Avenida 24 de Outubro, 1162 - Bairro Centro, CEP 88680-000 - Bom Retiro/SC

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 28/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 22/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Higiene e Limpeza para a Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega, em até 10 (dez) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almoarifado à Rua Cruz e Souza, 368 - Bairro Brusque. Observando quantidade e data de entrega.

2.4 Do Contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2015. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2015

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

O valor a ser pago será R\$ 7.539,60 (sete mil, quinhentos e trinta e nove reais e sessenta centavos).

Lages 20 de Abril de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 42/2015 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 42/2015 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: LUIZ FERNANDO SEQUINEL ME, inscrita no CNPJ: 00.678.928/0001-20 com sede a Rua Padre Cristóvão Arnoudn 723 - Bairro Estreito, CEP 88450-000 - Alfredo Wagner/SC

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 28/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 22/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Higiene e Limpeza para a Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega, em até 10 (dez) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almoxarifado à Rua Cruz e Souza, 368 - Bairro Brusque. Observando quantidade e data de entrega.

2.4 Do Contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2015. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2015

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

O valor a ser pago será R\$ 42.660,00 (quarenta e dois mil, seiscentos e sessenta reais).

Lages 20 de Abril de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 43/2015 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 43/2015 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: M. MOBILE EIRELI, inscrita no CNPJ: 15.764.033/0001-85 com sede a Rua Eduardo Neidert, 1803 - Bairro Barro Preto CEP 89295-000 - Rio Negrinho/SC

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 28/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 22/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Higiene e Limpeza para a Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega, em até 10 (dez) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almoxarifado à Rua Cruz e Souza, 368 - Bairro Brusque. Observando quantidade e data de entrega.

2.4 Do Contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2015. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2015

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

O valor a ser pago será R\$ 5.462,00 (cinco mil, quatrocentos e sessenta e dois reais).

Lages 20 de Abril de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 44/2015 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 44/2015 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: MAYCON WILL ME, inscrita no CNPJ: 18.712.730/0001-80 com sede a Rua Treze de Junho, 769 - Flor de Nápoles - CEP 106-735 - São José/SC

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 28/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 22/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Higiene e Limpeza para a Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega, em até 10 (dez) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almoxarifado à Rua Cruz e Souza, 368 - Bairro Brusque. Observando quantidade e data de entrega.

2.4 Do Contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2015. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2015

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

O valor a ser pago será R\$ 23.377,10 (vinte e três mil, trezentos e setenta e sete reais e dez centavos).

Lages 20 de Abril de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 45/2015 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 45/2015 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME, inscrita no CNPJ: 07.814.016/0001-87 com sede a Rua Olavo Bilac, 1842 Jardim América CEP 89803-426 - Chapecó/SC

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 28/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 22/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Higiene e Limpeza para a Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega, em até 10 (dez) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almoxarifado à Rua Cruz e Souza, 368 - Bairro Brusque. Observando quantidade e data de entrega.

2.4 Do Contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2015. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2015

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

O valor a ser pago será R\$ 44.701,70 (quarenta e quatro mil, setecentos e um reais e setenta centavos).

Lages 20 de Abril de 2015.
Antônio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 46/2015 SMS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 46/2015 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: ORLEANS INFORMÁTICA EIRELI EPP, inscrita no CNPJ: 02.315.593/0001-00 com sede a Rua Barão do Rio Branco, 312 - Centro, CEP 88870-000 - Orleans/SC

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 28/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 22/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Higiene e Limpeza para a Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega, em até 10 (dez) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almoxarifado à Rua Cruz e Souza, 368 - Bairro Brusque. Observando quantidade e data de entrega.

2.4 Do Contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2015. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2015

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

O valor a ser pago será R\$ 24.542,10 (vinte e quatro mil, quinhentos e quarenta e dois reais e dez centavos).

Lages 20 de Abril de 2015.
Antônio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal em Exercício

--	--

--	--

Laguna

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.339/15

DECRETO Nº 4.339 DE 22 DE ABRIL DE 2015

“SUSPENDE COMPRAS, SERVIÇOS, ADMISSÕES DE PESSOAL, PAGAMENTOS A FORNECEDORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 68 da Lei Orgânica do Município de Laguna,

Considerando a necessidade de adequar o gasto público aos limites da Lei Complementar nº 101/2000,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suspensas, pelo prazo de 04 (quatro) meses, a realização de compras e contratação de serviços, salvo para manutenção daqueles considerados essenciais, bem como, suspenso o provimento de cargo público (admissão de pessoal), pagamentos a fornecedores e, pagamento das gratificações por desempenho de atividade técnica sob suas várias denominações (GDATA, GDA-DA, GDAP, DGALI, GDAC, GDAM, etc).

Parágrafo único. Ficam suspensos os gastos com publicidade, aluguel de veículos, máquinas pesadas, inscrições em cursos e, os repasses de subvenções não essenciais.

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 3.934, de 26 de dezembro de 2013, que constituiu a Comissão de Atualização do Cadastro Imobiliário (CACI) e suas alterações posteriores.

Art. 3º Sem prejuízo do disposto no art. 1º deste Decreto, deverão as Secretarias de Administração e Serviços Públicos e, da Fazenda, também pelo prazo de 04 (quatro) meses, promover a diminuição da despesa no percentual de no mínimo 30% (trinta por cento) com os seguintes gastos:

- I - folha de pessoal com servidores comissionados, promovendo exonerações;
- II - pagamento de diárias;
- III - pagamento de hora extra;
- IV - telefones, fornecimento de água e energia elétrica;
- V - aluguel de máquinas e equipamentos; e
- VI - combustível.

Art. 4º Ficam as Secretarias da Fazenda e de Administração e Serviços Públicos, com a obrigação de prorrogar prazos de convênios que possuam contrapartida municipal sem receita vinculada a fim de garantir o pagamento futuro, bem como, obrigadas a realizar a reprogramação financeira de empenhos não liquidados.

Art. 5º Em casos especiais e de urgência, poderá ser feito pagamento de fornecedor e material ou de prestador de serviço, autorizado pelo Secretário de Administração e Serviços Públicos e pelo Secretário da Fazenda.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Lauro Muller

PREFEITURA

EDITAL CARTA CONVITE Nº48/2015 PMLM

EDITAL CARTA CONVITE Nº48/2015 PMLM

PROCESSO Nº48/2015

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 29 de abril de 2015 às 11:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão para contratação, através de empresas do ramo pertinente, para aquisição de gêneros alimentícios para entrega IMEDIATA, para atendimento das necessidades do município para festividades do dia do trabalhador, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 22 de abril de 2015.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

EDITAL DE PREGAO Nº47/2015 PMLM

EDITAL DE PREGAO Nº47/2015 PMLM

PROCESSO Nº47/2015

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 07 de maio de 2015 às 09:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão para contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição de ROÇADEIRA HIDRAULICA ARTICULADA e TRATOR AGRICOLA NOVO, para entrega IMEDIATA, para o exercício de 2015, para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 22 de abril de 2015.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

Lebon Régis**PREFEITURA****LEI MUNICIPAL Nº 1.513/2015**

Lei Municipal nº 1.513/2015, de 23 de abril de 2015.

Autoriza o chefe do Executivo Municipal a custear as despesas com a realização de confraternização em comemoração ao dia do trabalhador e da outras providências.

LUDOVINO LABAS, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei, faz saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a custear as despesas com a realização da festa em comemoração ao dia do trabalhador para os funcionários públicos municipais do Poder Executivo e do Poder Legislativo e da Autarquia Municipal Hospital e Maternidade Santo Antonio no valor de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Art. 2º. O valor autorizado será utilizado para aquisição de produtos e serviços para a realização da confraternização em comemoração ao dia do trabalhador.

Parágrafo único - O valor será reajustado anualmente no mês de abril pelo índice do INPC.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta lei serão por conta do orçamento vigente em cada exercício.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lebon Régis, 23 de abril de 2015.

Ludovino Labas
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski
Secretária de Administração e Finanças

Leoberto Leal**PREFEITURA****CONTRATO Nº 031/2015 - PMLL**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATER Nº 031/2015

Contrato de prestação de serviço que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Leoberto Leal e a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri, objetivando a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural, de conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações supervenientes as licitações públicas.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, com sede à Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Centro, Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, CEP 88.445-000, inscrita no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado por sua Prefeita Municipal Senhora Tatiane Dutra Alves da Cunha inscrita no CPF sob o nº 951.539.009-59, e portadora da Carteira de Identidade nº 257.855, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado, a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri, empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, sob forma de sociedade por ações, constituída nos termos do inciso II do Art. 152 da Lei Complementar nº 284/2005, neste ato representada em consonância ao Art. 38, inc. III e parágrafo Único, do Estatuto Social da Epagri, por Cesar Augusto Lodi, CPF nº 414.076.360-49 RG nº 1024047217 Gerente Regional da Epagri de Rio do Sul, CNPJ nº 83.052.191/0027-00 com endereço à Rua Jaraguá, nº 145, Bairro Canoas, CEP 89.160-000, Município de Rio do Sul - SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA.

Resolvem de comum acordo, celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, de conformidade com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações supervenientes às Licitações e Contratos da Administração Pública, cumprindo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL, ORIGEM E DOTAÇÃO

O presente instrumento está fundamentado na Lei 8.666/93, arts. 1º, 25, "caput"; 54 e 55; apresentando origem na negociação entre a CONTRATANTE, e encaminhamento deste instrumento pela Gerência Regional da Epagri de Rio do Sul unidade da CONTRATADA. E tem como dotação orçamentária os seguintes códigos: Fonte 00 Ação 2.030 e Item 3.3.90.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente instrumento de contrato tem como objetivo a prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano Anual de Trabalho - PAT.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - São obrigações da CONTRATADA:

1. Disponibilizar pessoal técnico especializado em assessoramento para elaboração, acompanhamento, execução e avaliação do Plano anual de trabalho - PAT;
2. Viabilizar as instalações físicas necessárias para a execução dos trabalhos descritos no Plano Anual de trabalho - PAT, nos Centros de Treinamento e Estações Experimentais;
3. Disponibilizar material técnico e de apoio necessários à prestação dos serviços previstos no Plano anual de trabalho - PAT;
4. Fornecer cursos de capacitação técnica aos profissionais que atuam no Município CONTRATANTE;
5. Acompanhar, orientar e assessorar na prestação dos trabalhos referentes ao Plano anual de trabalho - PAT no Município

CONTRATANTE;

6. Implementar os trabalhos de interesse do CONTRATANTE e os que lhe couberem no Plano anual de trabalho - PAT;
7. Participar de reuniões quando solicitadas pelo CONTRATANTE;
8. Responsabilizar-se pela execução dos Programas da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural e demais programas institucionais do governo federal em que tenha tal atribuição, no nível Municipal.

II - São obrigações do CONTRATANTE:

1. Repassar para CONTRATADA o valor ajustado na conformidade da Cláusula Quinta, referente a prestação dos serviços objeto do presente instrumento de contrato,
2. Permitir o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas e locais onde serão prestados os serviços;
3. Promover a participação dos seus técnicos nos cursos ministrados pela CONTRATADA;
4. Supervisionar e acompanhar a prestação dos serviços, e
5. Proceder à avaliação dos serviços prestados e emitir relatório com os resultados obtidos.

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DOS SERVIÇOS

Para execução dos serviços, o prazo estipulado terá início em 10/04/2015 à 31/12/2015, facultando a continuidade da prestação dos serviços por acordo e interesse das partes, prorrogando-se o contrato mediante termo aditivo com previsão na Lei Municipal e aplicação do disposto do artigo 57 e inciso da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações supervenientes às licitações e Contratos da Administração Pública.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR

O CONTRATANTE pagará para a CONTRATADA pelos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural prestados, o valor global de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), divididos em 09 parcelas, repassados no período de vigência desse contrato.

Parágrafo Único: Dos valores acima especificados serão descontados o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), conforme item 17.1 Lei Municipal que regulamente este tributo, bem como o Imposto de Renda - Pessoa Jurídica, conforme legislação federal competente.

CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

O valor mensal acima mencionado será repassado pelo CONTRATANTE/Município para a Epagri, mediante emissão de boleto bancário. O vencimento dos boletos será conforme acordado nesse instrumento jurídico. A quitação do pagamento, será dada pela CONTRATADA imediatamente após o recebimento de cada parcela.

Parágrafo Primeiro: A nota fiscal deverá ser emitida até o ÚLTIMO dia útil de cada mês da prestação do serviço.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DESPESAS CONTRATUAIS

As despesas decorrentes das obrigações trabalhistas relativas à prestação dos serviços Assistência Técnica e Extensão Rural, objeto do instrumento ora ajustado correrá por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA - DA ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

A Epagri prestará os serviços como forma de consultoria e orientação e, neste sentido, não poderá ser responsabilizada por prejuízos econômicos ou patrimoniais que os agricultores consulentes possam ser vítimas, dada a impossibilidade de previsão dos riscos da atividade agropecuária e pesqueira.

Parágrafo Único: A Epagri se isenta de responsabilidade também nos casos de negativa de financiamento agropecuário sejam quais forem os motivos que deram causa a esta.

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Nenhuma alteração contratual será efetuada sem a autorização

das partes, cabendo modificar, adicionar, retificar ou excluir termos deste instrumento, desde que em consonância com os objetivos estabelecidos, mediante termo aditivo competente e de conformidade com a legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante comunicação por escrito com prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência, ou por qualquer das partes caso ocorra descumprimento de cláusula ou condição na execução do presente contrato cabendo multa pela parte que der motivo o equivalente a 1 (uma) parcela do valor contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

Pela inadimplência de quaisquer das parcelas, a CONTRATADA estará sujeita as penalidades previstas no Estatuto das Licitações Públicas, Lei 8.666/93.

Parágrafo Único: Pelo descumprimento do pagamento de quaisquer das parcelas discriminadas na Cláusula Quinta ajustada neste instrumento, a CONTRATADA inviabilizará a emissão da CND - Certidão Negativa de Débito, até que a situação de inadimplência seja restabelecida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO E PUBLICAÇÃO

Fica eleito o foro da Comarca de Florianópolis, independente de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Contrato.

Parágrafo Único: A publicação resumida do presente instrumento na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, caberá à Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, sendo realizado de conformidade com o que disciplina o art. 61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93.

E, por estarem de acordo, assinam este instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 10 de abril de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA Prefeita Municipal Contratante	CESAR AUGUSTO LODI Gerente Regional da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de SC - Epagri Contratada
---	--

Testemunhas:

JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN CPF: 005.166.179-90	SUELI TEREZINHA MORA CPF: 181.872.189-91
--	---

LEI COMPLEMENTAR N.º 1.141/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.141, DE 23 DE ABRIL DE 2015

"Altera o plano de cargos e salários da Administração Municipal, Lei Complementar nº 269, de 27 de junho de 2002 e dá outras providências".

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, SC, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no inciso VIII, do Art. 66 da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste município, que conforme a Lei municipal nº 539/2007 que "Cria Cargo público de provimento efetivo no Plano de Cargos e salários da Administração Municipal e dá outras

providências”, alterada pela Lei Municipal nº 821/2011 que “Amplia a Jornada semanal do cargo que menciona e dá outras providências”, a Câmara Municipal aprovou e sanciona a seguinte Lei:

Considerando, que Município dispõe do Programa do Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF) e vêm recebendo recursos para esta finalidade, e que ainda existe demanda reprimida de atendimento psicológico para crianças, jovens, adultos e idosos que as Unidades Básicas de Saúde e CRAS vêm recebendo, verificou-se a necessidade continua de profissional psicólogo para atendimento à demanda, assim;

Art. 1º Fica alterada para 02 (dois) a quantidade de cargos do Anexo III, “Grupo I-ATIVIDADES DE NIVEL SUPERIOR - ANS, do Plano de Cargos e Salários desta Prefeitura Municipal, pertencente ao “Grupo Ocupacional, Habilitação Profissional, Funções e Nível de Vencimentos Iniciais”, referente a Lei complementar nº 269, de 27 de junho de 2002, com alteração da Lei Complementar nº 539/2007, para o cargo público de provimento efetivo de Psicólogo, sendo a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, nos termos da Lei Complementar nº 821/2011.

Art. 2º Esta Lei entrará em Vigor na data de sua publicação.

Ar. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial da Lei Complementar nº 269, de 27 de junho de 2002 e da Lei Complementar nº 539/2007, no que lhes for pertinente.

Leoberto Leal, 23 de abril de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

LEI N.º 1.140/2015

LEI Nº 1.140, DE 23 DE ABRIL 2015

“Acrescenta o inciso IV ao Art.3º da Lei Nº 799/2011 e dá outras providências.”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º o art. 3º da Lei municipal nº 799 de 07 de abril de 2011 que cria “PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO AO ESTUDO UNIVERSITÁRIO E PROFISSIONALIZANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS” fica acrescido do seguinte inciso:

IV - Transporte eventual, gratuito e em veículo apropriado para estudantes universitários, até a cidade de Florianópolis, ou para seu retorno à Leoberto Leal, em razão de não existir linha regular de ônibus, desde que observada a disponibilidade de veículo da Secretaria de Educação, e/ou em veículo do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, desde que obedecido o limite de vagas disponível no veículo, e que não prejudique o transporte de pessoas que já vem sendo realizado, devendo o mesmo solicitar a autorização da Secretaria Municipal de Saúde e sendo o pedido realizado com antecedência de no mínimo 24 horas (vinte e quatro horas).

Art. 2º A despesa desta lei correrá por conta do orçamento fiscal vigente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 23 de abril de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

LEI N.º 1.142/2015

LEI Nº 1.142, DE 23 DE ABRIL DE 2015

“ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL”

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a abrir crédito adicional especial no Orçamento da Seguridade Social, nas dotações com a seguinte estrutura e limite:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	13.811,86
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	13.811,86
Função	10	Saúde	13.811,86
Sub-função	301	Atenção Básica	13.811,86
Programa	06	Saúde com Excelência	13.811,86
Atividade	2.017	Vigilância em Saúde – Componente de Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	3.811,86

Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	3.811,86
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	3.811,86
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	3.811,86
Fonte de Recursos	0.3.0038	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	3.811,86
Detalhamento	31	Piso Fixo de Vigilância e Promoção da Saúde (Superavit)	3.811,86
Atividade	2.034	Cofinanciamento da Atenção Básica - Estado	
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	10.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	10.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	10.000,00
Fonte de Recursos	0.3.0067	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	10.000,00
Detalhamento	72	Cofinanciamento da Atenção Básica – Estado (Superavit)	10.000,00
TOTAL DO CRÉDITO ESPECIAL.....			13.811,86

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro verificado no exercício anterior nas seguintes fontes:

Fonte/Detalhamento	Código Fonte/Detalhamento	Valor
Piso Fixo de Vigilância e Promoção da Saúde - Superavit	0.3.0066/31	3.811,86
Cofinanciamento da Atenção Básica – Estado (Superavit)	0.3.0064.72	10.000,00
TOTAL DO SUPERAVIT UTILIZADO.....		13.811,86

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 23 de abril de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Luzerna

PREFEITURA

CONTRATO PML CPIMMOC Nº 001/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CPIMMOC PML Nº 001/2015

PROCESSO LICITATÓRIO CPIMMOC Nº 001/2015

PREGÃO CPIMMOC Nº 001/2015

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 07 (sete) dias do mês de abril do ano de 2015, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

1 - JOAÇABA PNEUS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, Rua Avenida Barão do Rio Branco, nº 246, em Joaçaba/SC - CEP 89600-000 neste ato representada por IONE SÜHNEL BESS, brasileira, maior e capaz, portadora da cédula de identidade nº 382931 e inscrita no CPF/MF sob nº 826.311.589-20, no Município de Joaçaba/SC, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório CPIMMOC nº 001/2015, Pregão nº 001/2015, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO E FORMA DE EXECUÇÃO

1.1.A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Aquisição, com fornecimento sob demanda, e de forma parcelada de Pneus, Câmaras de Ar e Colarinhos, para uso dos Órgãos Participantes do CPIMMOC - Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado, compreendendo os seguintes Municípios e seus respectivos Fundos: a) Catanduvas; b) Lacerdópolis; c) LUZERNA; d) Ouro; e) Treze Tilias; f) Vargem Bonita, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme relação de Itens do Anexo I, parte integrante do Edital, forme tabela discriminativa abaixo:

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	Pneu 165/70 R13 tipo A, índice de carga 79 índice de velocidade T, aprovado pelo INMETRO, garantia de 05 anos contra defeitos de fabricação.	14,00	137,00	1.918,00
02	Pneu 175/70 R13 tipo A, índice de carga 82 índice de velocidade T, aprovado pelo INMETRO, garantia de 05 anos contra defeitos de fabricação.	48,00	146,00	7.008,00
03	Pneu 175/65 R14 tipo A, índice de carga 82 índice de velocidade T, aprovado pelo INMETRO, garantia de 05 anos contra defeitos de fabricação.	10,00	179,00	1.790,00
17	Pneu 185 R14 tipo A, índice de carga 102 índice de velocidade R, aprovado pelo INMETRO, garantia de 05 anos contra defeitos de fabricação.	20,00	243,00	4.860,00
19	Pneu 205/75 R16, tipo A, índice de carga 110, índice de velocidade Q, aprovado pelo INMETRO, garantia de 05 anos contra defeitos de fabricação.	52,00	405,00	21.060,00
20	Pneu 215/75 R17.5 tipo A, 12 lonas direcional para utilização em serviço misto (50% off road 50 on road), índice de carga 126, índice de velocidade K, profundidade sulco 12mm aprovado pelo INMETRO, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	20,00	719,00	14.380,00
28	Pneu 900 R20 tipo A, com 14 lonas direcional, utilização em serviço misto, índice de carga 140 índice de velocidade K, profundidade sulco 16 mm aprovado pelo INMETRO, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	25,00	1.006,00	25.150,00
29	Pneu 900 R20 tipo A, com 14 lonas eixo exclusivo de tração, utilização em serviço misto, índice de carga 140, índice de velocidade K, profundidade sulco 18mm aprovado pelo INMETRO, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	25,00	1.055,00	26.375,00
32	Pneu 275/80 R22.5 tipo A com 16 lonas direcional, utilização em serviço misto, índice de carga 149, índice de velocidade K, profundidade sulco 18,5 mm aprovado pelo INMETRO, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	15,00	1.254,00	18.810,00
33	Pneu 275/80 R22.5 tipo A com 16 lonas eixo exclusivo de tração, utilização em serviço misto, índice de carga 149, índice de velocidade k, profundidade sulco 19,5mm aprovado pelo INMETRO, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	40,00	1.304,00	52.160,00
49	Pneu 12-16.5 tipo A, para retro, com 10 lonas índice de carga 2540 kg, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	10,00	662,00	6.620,00
50	Pneu 12.5/80-18 tipo A, para retro, 10 lonas, índice de carga 2065 kg, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	10,00	829,00	8.290,00

56	Pneu 1400 R24 com 28 lonas	15,00	4.490,00	67.350,00
58	Protetor 900-20	50,00	20,20	1.010,00
60	Protetor 10-20	25,00	20,20	505,00
85	Pneu 185/55 R15 tipo A, índice de carga 82 índice de velocidade H, aprovado pelo INMETRO, garantida de 5 anos contra defeito de fabricação.	14,00	279,00	3.906,00
100	Pneu 275/80 R22.5, dianteiro, liso, radial com protetor e câmara, tipo A, com 16 lonas, direcional, utilização em serviço misto, índice de carga 149, índice de velocidade K, profundidade do sulco 18,5 mm, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	20,00	1.325,00	26.500,00

O FORNECEDOR 1 - JOAÇABA PNEUS LTDA responsável pelo fornecimento dos itens especificado no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 287.692,00 (duzentos e oitenta e sete mil e seiscentos e noventa e dois reais);

1.2. Os materiais deverão ser fornecidos, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Prefeitura, devendo ao FORNECEDOR, proceder à entrega dos mesmos em até 10 (dez) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.3. Os objetivos licitados deverão atender as normas técnicas da ABNT, e as normas técnicas vigentes e exigidas pelo INMETRO.

1.4. Os materiais deverão ser novos e estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um e ainda, apresentar as características originais do fabricante. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.5. O FORNECEDOR deverá prestar a garantia mínima do fabricante para os produtos entregues, substituindo os que comprovadamente apresentarem algum defeito.

1.6. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.7. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade.

1.8. Os pneus destinados à caminhões e máquinas pesadas deverão ser providos de carcaças que possibilitem, no mínimo, 02 (duas) recapagens.

1.9. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se ao FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.10. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.11. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos materiais.

1.12. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.13. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.14. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento, e das eventuais consequências dele decorrentes.

1.15. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.16. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado, quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto ao FORNECEDOR;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. Os Pneus e correlatos, objeto deste processo licitatório deverão ser entregues nas Secretarias Municipais de Transportes e Obras dos Municípios participantes deste processo de licitação ou, outro local indicado pelos mesmos, os quais, serão enviados a cada um dos proponentes no momento da homologação do processo, no prazo de 10 (dez) dias do recebimento da Autorização de Fornecimento emitida por cada um destes Municípios de forma individualizada.

2.9 - Os prazos de garantia do Objeto entregue serão aqueles exigidos na descrição do produto e na formulação das propostas por cada Proponente.

2.10. - Não serão pagos pelos Municípios contratantes e nem pelo CPIMMOC despesas com fretes, encomendas e ou qualquer outro tipo

de despesa.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. Considerando-se o recebimento definitivo de cada entrega, o ÓRGÃO PARTICIPANTE efetuará o pagamento ao FORNECEDOR, no prazo 15 (quinze) dias após o recebimento dos produtos, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente;

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome do ÓRGÃO PARTICIPANTE e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700/compras@luzerna.sc.gov.br);

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o ÓRGÃO PARTICIPANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para a proponente vencedora;

3.5. Os preços não serão reajustados;

3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Executar o objeto de acordo com o disposto na Cláusula Primeira desta Ata;

4.2. Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto;

4.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução da Ata;

4.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. - Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e autárquica dos Municípios Integrantes do CPIMMOC pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

5.2 - A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas estipuladas na legislação em vigor.

5.3 - As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

5.4 - Os procedimentos para aplicação de advertência e multa relativas ao inadimplemento de obrigações contratuais serão conduzidos no âmbito do Órgão Participante contratante e as penalidades serão aplicadas por autoridade Competente do mesmo órgão.

5.5 - Os procedimentos para aplicação das demais penalidades não indicadas no nesta cláusula, serão conduzidos no âmbito do CPIMMOC e as penalidades serão aplicadas por autoridade Competente.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado

que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1.As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna e Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço.

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

3.3.90.30.39 – Material para manutenção de veículos

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

02. GABINETE DO PREFEITO

Reduzido: 003

06. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Reduzido: 023

Manutenção do Convênio da Rádio Patrulha

Reduzido: 160

Manutenção do Convênio do Corpo de Bombeiros

Reduzido: 162

Manutenção do Conselho Tutelar

Reduzido: 045

08. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Manutenção do Ensino Fundamental

Reduzido: 059

Manutenção do transporte escolar

Reduzido: 064

09. SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

Reduzido: 096

11. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Manutenção dos Serviços Urbanos

Reduzido: 112

Manutenção e Conservação das Estradas Vicinais do Município

Reduzido: 129

13. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Reduzido: 012

Manutenção dos Serviços de Vigilância Sanitária

Reduzido: 026

12. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA

Manutenção do CRAS

Reduzido: 011

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de

um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 07 de abril de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

IONE SÜHNEL BESS

JOAÇABA PNEUS LTDA

FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

CONTRATO PML CPIMMOC Nº 002/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CPIMMOC PML Nº 002/2015

PROCESSO LICITATÓRIO CPIMMOC Nº 001/2015

PREGÃO CPIMMOC Nº 001/2015

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 07 (sete) dias do mês de abril do ano de 2015, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

2 - JK PNEUS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Avenida Santa Terezinha, nº 3227, Bairro Menino Deus na cidade de Joaçaba/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 78.653.946/003-06, neste ato representada por seu procurador sócio acionista ROGER ARMANDO SCHOENBERGER, brasileiro, maior, casado, comerciante, portador da cédula de identidade nº 3.808.851 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 009.248.449-22, residente e domiciliado na Rua Olindo José Bilibio, nº569, Bairro Flor da Serra, na cidade de Joaçaba/SC, doravante denominado FORNECEDOR 2;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório CPIMMOC nº 001/2015, Pregão nº 001/2015, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E FORMA DE EXECUÇÃO

1.1.A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Aquisição, com fornecimento sob demanda, e de forma parcelada de Pneus, Câmaras de Ar e Colarinhos, para uso dos Órgãos Participantes do CPIMMOC - Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado, compreendendo os seguintes Municípios e seus respectivos Fundos: a) Catanduvas; b) Lacerdópolis; c) LUZERNA; d) Ouro; e) Treze Tílias; f)

Vargem Bonita, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme relação de Itens do Anexo I, parte integrante do Edital, forme tabela discriminativa abaixo:

Item	Descrição	Quantidade	Preço unitário R\$	Preço total R\$
04	Pneu 175/70 R14 tipo a para automóvel índice de carga 84 índice de velocidade T, aprovado pelo INMETRO, garantia de 05 anos contra defeitos de fabricação.	20,00	183,00	3.660,00
07	Pneu 185/65 R14 tipo a, índice de carga 86 índice de velocidade T, aprovado pelo INMETRO, garantia de 05 anos contra defeitos de fabricação.	12,00	191,00	2.292,00
12	Pneu 205/55 R16 tipo A índice de carga 91 índice de velocidade V, aprovado pelo INMETRO, garantia de 05 anos contra defeitos de fabricação.	8,00	271,00	2.168,00
30	Pneu 1000-20 tipo a, com 16 lonas direcional, utilização em serviço misto, índice de carga 146, índice de velocidade K, profundidade sulco 15,5 mm aprovado pelo inmetro, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	20,00	1.068,00	21.360,00
76	Câmara de ar para pneu 12.5 /80-18 agrícola	4,00	76,15	304,60
77	Câmara de ar para pneu 19.5 - 24.	4,00	206,00	824,00

O FORNECEDOR 2 - JK PNEUS LTDA responsável pelo fornecimento dos itens especificado no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 30.608,60 (trinta mil seiscentos e oito reais e sessenta centavos);

1.2. Os materiais deverão ser fornecidos, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Prefeitura, devendo ao FORNECEDOR, proceder à entrega dos mesmos em até 10 (dez) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.3. Os objetivos licitados deverão atender as normas técnicas da ABNT, e as normas técnicas vigentes e exigidas pelo INMETRO.

1.4. Os materiais deverão ser novos e estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um e ainda, apresentar as características originais do fabricante. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.5. O FORNECEDOR deverá prestar a garantia mínima do fabricante para os produtos entregues, substituindo os que comprovadamente apresentarem algum defeito.

1.6. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.7. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade.

1.8. Os pneus destinados à caminhões e máquinas pesadas deverão ser providos de carcaças que possibilitem, no mínimo, 02 (duas) recapagens.

1.9. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se ao FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.10. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.11. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos materiais.

1.12. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.13. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.14. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento, e das eventuais consequências dele decorrentes.

1.15. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.16. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado, quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto ao FORNECEDOR;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. Os Pneus e correlatos, objeto deste processo licitatório deverão ser entregues nas Secretarias Municipais de Transportes e Obras dos Municípios participantes deste processo de licitação ou, outro local indicado pelos mesmos, os quais, serão enviados a cada um dos proponentes no momento da homologação do processo, no prazo de 10 (dez) dias do recebimento da Autorização de Fornecimento emitida por cada um destes Municípios de forma individualizada.

2.9 - Os prazos de garantia do Objeto entregue serão aqueles exigidos na descrição do produto e na formulação das propostas por cada Proponente.

2.10. - Não serão pagos pelos Municípios contratantes e nem pelo CPIMMOC despesas com fretes, encomendas e ou qualquer outro tipo de despesa.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. Considerando-se o recebimento definitivo de cada entrega, o ÓRGÃO PARTICIPANTE efetuará o pagamento ao FORNECEDOR, no prazo 15 (quinze) dias após o recebimento dos produtos, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente;

3.2.A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome do ÓRGÃO PARTICIPANTE e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3.O FORNECEDOR deverá enviar FAX do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700/compras@luzerna.sc.gov.br);

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o ÓRGÃO PARTICIPANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para a proponente vencedora;

3.5. Os preços não serão reajustados;

3.6.O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Executar o objeto de acordo com o disposto na Cláusula Primeira desta Ata;

4.2. Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.3.Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto;

4.4.Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução da Ata;

4.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. - Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e autárquica dos Municípios Integrantes do CPIMMOC pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

5.2 - A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas estipuladas na legislação em vigor.

5.3 - As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

5.4 Os procedimentos para aplicação de advertência e multa relativas ao inadimplemento de obrigações contratuais, serão conduzidos no âmbito do Órgão Participante Município de Luzerna contratante e as penalidades serão aplicadas por autoridade Competente do mesmo órgão.

5.5 - Os procedimentos para aplicação das demais penalidades não indicadas no nesta cláusula, serão conduzidos no âmbito do

CPIMMOC e as penalidades serão aplicadas por autoridade Competente.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2.Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2.O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4.No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna e Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço.

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

3.3.90.30.39 – Material para manutenção de veículos

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

02. GABINETE DO PREFEITO

Reduzido: 003

06. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Reduzido: 023

Manutenção do Convênio da Rádio Patrulha

Reduzido: 160

Manutenção do Convênio do Corpo de Bombeiros

Reduzido: 162

Manutenção do Conselho Tutelar

Reduzido: 045

08. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Manutenção do Ensino Fundamental

Reduzido: 059

Manutenção do transporte escolar

Reduzido: 064

09. SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

Reduzido: 096

11. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Manutenção dos Serviços Urbanos

Reduzido: 112

Manutenção e Conservação das Estradas Vicinais do Município

Reduzido: 129

13. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Reduzido: 012

Manutenção dos Serviços de Vigilância Sanitária

Reduzido: 026

12. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA

Manutenção do CRAS

Reduzido: 011

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 07 de abril de 2015.

MOISÉS DIERSMANN Prefeito Municipal CONTRATANTE TESTEMUNHAS:	ROGER ARMANDO SCHOENBERGER JK PNEUS LTDA FORNECEDOR 2
1. _____	2. _____

CONTRATO PML CPIMMOC Nº 003/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CPIMMOC PML Nº 003/2015

PROCESSO LICITATÓRIO CPIMMOC Nº 001/2015

PREGÃO CPIMMOC Nº 001/2015

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 07 (sete) dias do mês de abril do ano de 2015, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

3 - MODELO PNEUS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, Rua Mal. Humberto de Alencar Castelo Branco, nº 56, na cidade de Bento Gonçalves/RS, CEP 95.700-000 Caixa Postal 624 inscrita no CNPJ sob o nº 94.510.682/0001-26, representada por seu sócio administrador IGELSO LUDOVICO CECOM, brasileiro, maior, casado, comerciante, portador da cédula de identidade nº 5019027035 SSP/RS e inscrito no CPF/MF sob nº 102.757.970-15, residente e domiciliado na Rua Domingos Rubechini, nº 55, em Bento Gonçalves/RS, doravante denominado FORNECEDOR 3;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório CPIMMOC nº 001/2015, Pregão nº 001/2015, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E FORMA DE EXECUÇÃO

1.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Aquisição, com fornecimento sob demanda, e de forma parcelada de Pneus, Câmaras de Ar e Colarinhos, para uso dos Órgãos Participantes do CPIMMOC - Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado, compreendendo os seguintes Municípios e seus respectivos Fundos: a) Catanduvas; b) Lacerdópolis; c) LUZERNA; d) Ouro; e) Treze Tílias; f)

Vargem Bonita, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme relação de Itens do Anexo I, parte integrante do Edital, forme tabela discriminativa abaixo:

Item	Descrição	Quantidade	Valor unitário R\$	Valor total R\$
31	Pneu 1000-20 tipo A, com 16 lonas eixo exclusivo de tração, índice de carga 146, índice de velocidade K, profundidade sulco 19,5 mm, aprovado pelo INMETRO, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	20,00	1.113,00	22.260,00
45	Pneu 16.9-28, para retroescavadeira (R4) 12 lonas, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	10,00	2.629,00	2.629,00
51	Pneu 19.5L-24 tipo A, para retro, 12 lonas, índice de carga 3200 kg, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	10,00	1.918,00	19.180,00

O FORNECEDOR 3 - MODELO PNEUS LTDA responsável pelo fornecimento dos itens especificado no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 67.730,00 (sessenta e sete mil setecentos e trinta reais);

1.2. Os materiais deverão ser fornecidos, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Prefeitura, devendo ao FORNECEDOR, proceder à entrega dos mesmos em até 10 (dez) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.3. Os objetivos licitados deverão atender as normas técnicas da ABNT, e as normas técnicas vigentes e exigidas pelo INMETRO.

1.4. Os materiais deverão ser novos e estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um e ainda, apresentar as características originais do fabricante. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.5. O FORNECEDOR deverá prestar a garantia mínima do fabricante para os produtos entregues, substituindo os que comprovadamente apresentarem algum defeito.

1.6. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.7. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade.

1.8. Os pneus destinados à caminhões e máquinas pesadas deverão ser providos de carcaças que possibilitem, no mínimo, 02 (duas) recapagens.

1.9. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se ao FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.10. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.11. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos materiais.

1.12. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.13. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações

estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.14. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento, e das eventuais consequências dele decorrentes.

1.15. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.16. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado, quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto ao FORNECEDOR;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. Os Pneus e correlatos, objeto deste processo licitatório deverão ser entregues nas Secretarias Municipais de Transportes e Obras dos Municípios participantes deste processo de licitação ou, outro local indicado pelos mesmos, os quais, serão enviados a cada um dos proponentes no momento da homologação do processo, no prazo de 10 (dez) dias do recebimento da Autorização de Fornecimento emitida por cada um destes Municípios de forma individualizada.

2.9 - Os prazos de garantia do Objeto entregue serão aqueles exigidos na descrição do produto e na formulação das propostas por cada Proponente.

2.10. - Não serão pagos pelos Municípios contratantes e nem pelo CPIMMOC despesas com fretes, encomendas e ou qualquer outro tipo de despesa.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. Considerando-se o recebimento definitivo de cada entrega, o ÓRGÃO PARTICIPANTE efetuará o pagamento ao FORNECEDOR, no prazo 15 (quinze) dias após o recebimento dos produtos, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente;

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser

emitido em nome do ÓRGÃO PARTICIPANTE e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3.O FORNECEDOR deverá enviar FAX do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700/compras@luzerna.sc.gov.br);

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o ÓRGÃO PARTICIPANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para a proponente vencedora;

3.5. Os preços não serão reajustados;

3.6.O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Executar o objeto de acordo com o disposto na Cláusula Primeira desta Ata;

4.2. Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.3.Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto;

4.4.Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução da Ata;

4.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. - Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e autárquica dos Municípios Integrantes do CPIMMOC pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

5.2 - A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas estipuladas na legislação em vigor.

5.3 - As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

5.4 - Os procedimentos para aplicação de advertência e multa relativas ao inadimplemento de obrigações contratuais, serão conduzidos no âmbito do Órgão Participante contratante e as penalidades serão aplicadas por autoridade Competente do mesmo órgão.

5.5 - Os procedimentos para aplicação das demais penalidades não indicadas no nesta cláusula, serão conduzidos no âmbito do CPIMMOC e as penalidades serão aplicadas por autoridade Competente.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2.Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2.O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4.No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1.As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna e Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço.

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

3.3.90.30.39 – Material para manutenção de veículos

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

02. GABINETE DO PREFEITO

Reduzido: 003

06. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Reduzido: 023

Manutenção do Convênio da Rádio Patrulha

Reduzido: 160

Manutenção do Convênio do Corpo de Bombeiros

Reduzido: 162

Manutenção do Conselho Tutelar

Reduzido: 045

08. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Manutenção do Ensino Fundamental

Reduzido: 059

Manutenção do transporte escolar

Reduzido: 064

09. SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

Reduzido: 096

11. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Manutenção dos Serviços Urbanos

Reduzido: 112

Manutenção e Conservação das Estradas Vicinais do Município

Reduzido: 129

13. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Reduzido: 012

Manutenção dos Serviços de Vigilância Sanitária

Reduzido: 026

12. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA

Manutenção do CRAS

Reduzido: 011

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de

Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 07 de abril de 2015.

MOISÉS DIERSMANN Prefeito Municipal CONTRATANTE	IGELSO LUDOVICO CECON MODELO PNEUS LTDA FORNECEDOR 3
TESTEMUNHAS: 1. _____	2. _____

CONTRATO PML CPIMMOC Nº 004/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CPIMMOC PML Nº 004/2015

PROCESSO LICITATÓRIO CPIMMOC Nº 001/2015

PREGÃO CPIMMOC Nº 001/2015

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 07 (sete) dias do mês de abril do ano de 2015, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

4 - BELLENZIER PNEUS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, Rua Aparício Borges, nº 535, na cidade de Frederico Westphalen/SC, CEP 98.400-000 inscrita no CNPJ sob o nº 73.730.129/0001-29, representada por HERLON RICARDO SATO, brasileiro, maior e capaz, portador da cédula de identidade nº 6070250409 SSP/RS e inscrito no CPF/MF sob nº 000.407.550.10, denominado FORNECEDOR 4;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório CPIMMOC nº 001/2015, Pregão nº 001/2015, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E FORMA DE EXECUÇÃO

1.1.A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Aquisição, com fornecimento sob demanda, e de forma parcelada de Pneus, Câmaras de Ar e Colarinhos, para uso dos Órgãos Participantes do CPIMMOC - Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado, compreendendo os seguintes Municípios e seus respectivos Fundos: a) Catanduvas; b) Lacerdópolis; c) LUZERNA; d) Ouro; e) Treze Tílias; f) Vargem Bonita, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme relação de Itens do Anexo I, parte integrante do Edital, forme tabela discriminativa abaixo:

Item	Descrição	Quantidade	Valor unitário R\$	Valor total R\$
06	Pneu 185/60 R14 tipo A, índice de carga 82 índice de velocidade H, aprovado pelo INMETRO, garantia de 05 anos contra defeitos de fabricação.	24	197,00	4.728,00
08	Pneu 185/60 R15 tipo A, índice de carga 84 índice de velocidade H, aprovado pelo INMETRO, garantia de 05 anos contra defeitos de fabricação.	04	233,00	932,00
43	Pneu 16.9-24 tipo A, para retro, 10 lonas, índice de carga 2385 kg, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	10,00	2.200,00	22.000,00
52	Pneu 17.5-25 tipo A, para retro e carregadeira 16 lonas, índice de carga 7300 kg, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	10,00	2.720,00	27.200,00
79	Câmara de ar para pneu 1400 - 24.	10,00	140,00	1.400,00
99	Câmara de ar para pneu 16.9/14.24.	4,00	180,00	720,00
101	Câmara de ar para pneu 14.00/24	15,00	140,00	2.100,00

O FORNECEDOR 4 - BELLENZIER PNEUS LTDA responsável pelo fornecimento dos itens especificado no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 59.080,00 (cinquenta e nove mil e oitenta reais);

1.2. Os materiais deverão ser fornecidos, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Prefeitura, devendo ao FORNECEDOR, proceder à entrega dos mesmos em até 10 (dez) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.3. Os objetivos licitados deverão atender as normas técnicas da ABNT, e as normas técnicas vigentes e exigidas pelo INMETRO.

1.4. Os materiais deverão ser novos e estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um e ainda, apresentar as características originais do fabricante. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.5. O FORNECEDOR deverá prestar a garantia mínima do fabricante para os produtos entregues, substituindo os que comprovadamente apresentarem algum defeito.

1.6. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.7. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade.

1.8. Os pneus destinados à caminhões e máquinas pesadas deverão ser providos de carcaças que possibilitem, no mínimo, 02 (duas) recapagens.

1.9. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se ao FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.10. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.11. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos materiais.

1.12. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.13. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.14. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento, e das eventuais consequências dele decorrentes.

1.15. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.16. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado, quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto ao FORNECEDOR;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. Os Pneus e correlatos, objeto deste processo licitatório deverão ser entregues nas Secretarias Municipais de Transportes e Obras dos Municípios participantes deste processo de licitação ou, outro local indicado pelos mesmos, os quais, serão enviados a cada um dos proponentes no momento da homologação do processo, no prazo de 10 (dez) dias do recebimento da Autorização de Fornecimento emitida por cada um destes Municípios de forma individualizada.

2.9 - Os prazos de garantia do Objeto entregue serão aqueles exigidos na descrição do produto e na formulação das propostas por cada Proponente.

2.10. - Não serão pagos pelos Municípios contratantes e nem pelo CPIMMOC despesas com fretes, encomendas e ou qualquer outro tipo de despesa.

**CLÁUSULA TERCEIRA
DOS PAGAMENTOS**

- 3.1. Considerando-se o recebimento definitivo de cada entrega, o ÓRGÃO PARTICIPANTE efetuará o pagamento ao FORNECEDOR, no prazo 15 (quinze) dias após o recebimento dos produtos, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente;
- 3.2.A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome do ÓRGÃO PARTICIPANTE e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.
- 3.3.O FORNECEDOR deverá enviar FAX do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700/compras@luzerna.sc.gov.br);
- 3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o ÓRGÃO PARTICIPANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para a proponente vencedora;
- 3.5. Os preços não serão reajustados;
- 3.6.O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

**CLÁUSULA QUARTA
DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

- 4.1. Executar o objeto de acordo com o disposto na Cláusula Primeira desta Ata;
- 4.2. Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 4.3.Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto;
- 4.4.Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução da Ata;
- 4.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

**CLÁUSULA QUINTA
DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 5.1. - Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e autárquica dos Municípios Integrantes do CPIMMOC pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
- 5.2 - A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas estipuladas na legislação em vigor.
- 5.3 - As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.
- 5.4 - Os procedimentos para aplicação de advertência e multa relativas ao inadimplemento de obrigações contratuais, serão conduzidos no âmbito do Órgão Participante contratante e as penalidades serão aplicadas por autoridade Competente do mesmo órgão.
- 5.5 - Os procedimentos para aplicação das demais penalidades não indicadas no nesta cláusula, serão conduzidos no âmbito do CPIMMOC e as penalidades serão aplicadas por autoridade Competente.

CLÁUSULA SEXTA**DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;
- 6.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

**CLÁUSULA SÉTIMA
DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:
- 7.1.1. Pela Administração, quando:
- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
 - b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
 - c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
 - d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
 - e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.
- 7.1.2.Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.
- 7.2.O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.
- 7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.
- 7.4.No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.
- 7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.
- 7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.
- 7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.
- 7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.
- 7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.
- 7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:
- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de

cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1.As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna e Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço.

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

3.3.90.30.39 – Material para manutenção de veículos

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

02. GABINETE DO PREFEITO

Reduzido: 003

06. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Reduzido: 023

Manutenção do Convênio da Rádio Patrulha

Reduzido: 160

Manutenção do Convênio do Corpo de Bombeiros

Reduzido: 162

Manutenção do Conselho Tutelar

Reduzido: 045

08. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Manutenção do Ensino Fundamental

Reduzido: 059

Manutenção do transporte escolar

Reduzido: 064

09. SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

Reduzido: 096

11. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Manutenção dos Serviços Urbanos

Reduzido: 112

Manutenção e Conservação das Estradas Vicinais do Município

Reduzido: 129

13. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Reduzido: 012

Manutenção dos Serviços de Vigilância Sanitária

Reduzido: 026

12. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA

Manutenção do CRAS

Reduzido: 011

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro

classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 07 de abril de 2015.

MOISÉS DIERSMANN Prefeito Municipal CONTRATANTE	HERLON RICARDO SATO BELLENZIER PNEUS LTDA FORNECEDOR 4
TESTEMUNHAS: 1. _____	2. _____

CONTRATO PML Nº 074.15

CONTRATO PML 074 /15

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 027/2015/PML

EDITAL TP Nº 002/2015/PML

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA REVITALIZAÇÃO DE 6.809,25M² DE CAPA ASFÁLTICA COM APLICAÇÃO DE 525,00 TONELADAS DE C.A.U.Q. (ESP. 4,00CM) EM DIVERSAS RUAS: RUA PAINEIRAS, RUA 12 DE MAIO, RUA HUBERT KNOLSEISEN E RUA ADOLFO KNOLSEISEN, NO BAIRRO VILA ALEMANHA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO MÁXIMO E CRONOGRAMA.

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, maior e capaz, casado, professor, inscrito no CPF/MF sob o nº 295.616.129-68, e portador da cédula de identidade nº 11/R 227.997, residente e domiciliado na Rua Beno Dresch, s/n, neste Município de Luzerna/SC, CEP 89609-000, de ora em diante denominado CONTRATANTE e LB COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.492.725/0001-03 com endereço a Rua Nereu Ramos, nº 330, Centro na cidade de Fraiburgo/SC, CEP 89.580-000 representada por seu sócio administrador LAURECI BITENCOURT, portador da cédula de identidade nº 3.263.197 e inscrito no CPF/MF sob o nº 014.931.649-61, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o presente CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA REVITALIZAÇÃO DE 6.809,25M² DE CAPA ASFÁLTICA COM APLICAÇÃO DE 525,00 TONELADAS DE C.A.U.Q. (ESP. 4,00CM) EM DIVERSAS RUAS: RUA PAINEIRAS, RUA 12 DE MAIO, RUA HUBERT KNOLSEISEN E RUA ADOLFO KNOLSEISEN, NO BAIRRO VILA ALEMANHA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO MÁXIMO E CRONOGRAMA, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1.O objeto deste Contrato, de acordo com o Processo Licitatório 027/2015, Tomada de Preços nº 002/2015, é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA REVITALIZAÇÃO DE 6.809,25M² DE CAPA ASFÁLTICA COM APLICAÇÃO DE 525,00 TONELADAS DE C.A.U.Q. (ESP. 4,00CM) EM DIVERSAS RUAS: RUA PAINEIRAS, RUA 12 DE MAIO, RUA HUBERT KNOLSEISEN E RUA ADOLFO KNOLSEISEN, NO BAIRRO VILA ALEMANHA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO MÁXIMO E CRONOGRAMA, constituindo-se em:

Item	Descrição	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para revitalização de 6.809,25m ² de capa asfáltica com aplicação de 525,00 toneladas de C.A.U.Q. (esp. 4,00cm) em diversas Ruas: Rua Paineiras, Rua 12 De Maio, Rua Hubert Knolseisen E Rua Adolfo Knolseisen, No Bairro Vila Alemanha, Conforme Projetos, Memorial Descritivo, Orçamento Máximo e Cronograma	188.145,11	188.145,11

1.2. O objeto da licitação deverá ser executado em conformidade com os Projetos Básicos, Memorial Descritivo e demais informações constantes do Anexo I (CD) do Edital.

1.2.1. A CONTRATADA deverá iniciar os serviços em até 10 (dez) dias contados da data de recebimento da Ordem de Serviço Inicial e entregar a obra, completamente executada, no prazo de até 02 (dois) meses contados da mesma data.

1.2.1. Para o início dos serviços são necessários os seguintes documentos:

1.2.3.1. Pela CONTRATADA:

a) Visto junto ao CREA/SC, em conformidade com o disposto na Lei nº 5.194/66 e em consonância com o art. 1º, II, da Resolução nº 413/97 do CONFEA, caso a empresa contratada seja sediada em outro Estado.

b) ART's de execução, que deverão ser entregues ao Município, antes da execução dos serviços a elas vinculados;

1.2.3.2. Pelo Município:

a) Ordem de Serviço autorizando início da obra.

1.2.3.3. Da medição dos serviços:

a) Os quantitativos de serviços efetivamente executados pela empresa contratada serão medidos mensalmente de 30 em 30 dias, lançados no Boletim de Medição, que depois de conferidos e aprovados, serão assinados pelo responsável técnico da empresa e pelo fiscal da obra.

b) Se o dia determinado for feriado, sábado ou domingo deverá ocorrer no dia posterior ao determinado.

c) Os pagamentos serão efetuados com base em valores apurados através das medições dos serviços efetivamente executados no período, independentemente do cronograma físico-financeiro apresentado, com base nos preços constantes do contrato e devidamente certificados.

1.2.4. Ao encerrar a obra a empresa contratada deverá apresentar os documentos relacionados abaixo, ficando a última parcela condicionada a apresentação dos mesmos:

a) "As built" da obra,

1.2.5. Na execução dos serviços deverão ser observadas, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes no Sistema CONFEA/CREA's, as da Associação Brasileira de Normas

Técnicas - ABNT e aquelas complementares e pertinentes aos respectivos projetos e serviços ora licitados, bem como, as instruções, recomendações e determinações da fiscalização, dos órgãos ambientais de controle e demais aplicáveis à espécie.

1.2.5.1. Todas as especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Edital e seus anexos deverão ser cumpridas na íntegra.

1.2.6. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade da CONTRATADA;

1.2.7. Serão de total responsabilidade da CONTRATADA, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

1.2.8. Caberá exclusivamente à CONTRATADA, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a CONTRATADA colocar a serviço no atendimento do objeto.

1.2.9. Serão de responsabilidade da CONTRATADA as despesas relativas à instalação e consumo de água e energia elétrica necessárias à execução do objeto, devendo as faturas destes fornecimentos serem emitidas em seu nome, durante o período da contratualidade.

1.2.10. A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, conforme o disposto nas alíneas "a" e "b" do inciso I e § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

1.3. O objeto da presente licitação deverá ser executado em conformidade com os Projetos Básicos, Memorial Descritivo e demais informações constantes do Anexo I (CD) do Edital.

1.3.1. A CONTRATADA deverá iniciar os serviços em até 10 (dez) dias contados da data de recebimento da Ordem de Serviço Inicial e entregar a obra, completamente executada, no prazo de até 02 (dois) meses contados da mesma data.

1.2.1. Para o início dos serviços são necessários os seguintes documentos:

1.2.10.1. Pela empresa contratada:

a) Visto junto ao CREA/SC, em conformidade com o disposto na Lei nº 5.194/66 e em consonância com o art. 1º, II, da Resolução nº 413/97 do CONFEA, caso a CONTRATADA seja sediada em outro Estado.

b) ART's de execução, que deverão ser entregues ao Município, antes da execução dos serviços a elas vinculados;

c) Matrícula do INSS da obra;

1.2.10.2. Pelo Município:

a) Ordem de Serviço autorizando início da obra.

1.2.3.3. Da medição dos serviços:

a) Os quantitativos de serviços efetivamente executados pela empresa contratada serão medidos mensalmente de 30 em 30 dias, lançados no Boletim de Medição, que depois de conferidos e aprovados, serão assinados pelo responsável técnico da CONTRATADA e pelo fiscal da obra.

b) Se o dia determinado for feriado, sábado ou domingo deverá ocorrer no dia posterior ao determinado.

c) Os pagamentos serão efetuados com base em valores apurados através das medições dos serviços efetivamente executados no período, independentemente do cronograma físico-financeiro apresentado, com base nos preços constantes do contrato e devidamente certificados.

1.2.11. Ao encerrar a obra a empresa contratada deverá apresentar os documentos relacionados abaixo, ficando a última parcela condicionada a apresentação dos mesmos:

a) "As built" da obra;

b) Encerramento da Matrícula com o INSS com as devidas

quitações, que deverão ser apresentadas antes da emissão do Termo de Recebimento Definitivo da Obra.

1.2.12. Na execução dos serviços deverão ser observadas, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes no Sistema CONFEA/CREA's, as da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e aquelas complementares e pertinentes aos respectivos projetos e serviços ora licitados, bem como, as instruções, recomendações e determinações da fiscalização, dos órgãos ambientais de controle e demais aplicáveis à espécie.

1.2.12.1. Todas as especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Edital e seus anexos deverão ser cumpridas na íntegra.

1.2.13. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade da CONTRATADA;

1.2.14. Serão de total responsabilidade da CONTRATADA, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

1.2.15. Caberá exclusivamente à CONTRATADA, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a CONTRATADA colocar a serviço no atendimento do objeto.

1.2.16. Serão de responsabilidade da empresa contratada as despesas relativas à instalação e consumo de água e energia elétrica necessárias à execução do objeto, devendo as faturas destes fornecimentos serem emitidas em seu nome, durante o período da contratualidade.

1.2.17. A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, conforme o disposto nas alíneas "a" e "b" do inciso I e § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

2.1. Pela execução total do contrato a CONTRATADA receberá R\$ 188.145,11 (Cento e oitenta e oito mil cento e quarenta e cinco reais e onze centavos);

2.2. Fica estabelecido que, com a CONTRATADA será celebrado contrato deverá celebrar contrato que deverá ser assinado em até 05 (cinco) dias, a partir da notificação para este fim, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei 8.666/93.

2.3. O contrato proveniente do processo licitatório terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de emissão Ordem de Serviço Inicial, podendo ser prorrogado, por interesse das partes, na forma da Lei.

2.4. Caso o proponente declarado vencedor, não queira ou não possa assinar o contrato dentro do prazo máximo previsto, poderá o Município, sem prejuízo de aplicação de penalidades ao desistente, optar pela contratação dos proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, se alternativamente o Município não preferir revogar a presente Licitação.

2.5. O contrato decorrente desta licitação, somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

2.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão especial designada, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observado.

2.7. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

2.8. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução dos Contratos e Atas de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento Muriel Kirsch a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral deste edital e das Atas de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

CLÁUSULA TERCEIRA DA DOTAÇÃO

3.1. As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária própria, consignada no orçamento da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna/SC e dos seus Fundos Especiais, durante a vigência a vigência do Contrato, nos seguintes termos:

Modalidade de Aplicação – Outras Despesas Correntes

Dotação: 4.4.90.00.00

11 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Projeto – 1101.15.451.0061.1053 – Pavimentação e Revitalização de Ruas e Passeios Públicos

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Executar o objeto do edital de acordo com os Projetos, Memorial descritivo e demais informações constantes do Edital;

4.2. Iniciar os serviços em até 10 (dez) dias contados da data de emissão da Ordem de Serviço Inicial;

4.3. Entregar a obra, completamente executada, em até 02 (dois) meses contados da data de emissão da Ordem de Serviço, conforme estabelece o cronograma físico-financeiro;

4.4. Promover a sinalização de advertência, de identificação e outras necessárias à execução dos serviços;

4.5. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.6. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

4.7. Armazenar todos os materiais e utensílios utilizados na execução do objeto, sendo de sua inteira responsabilidade a guarda, conservação e danos que porventura vierem a sofrer;

4.8. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;

4.9. Manter todos os seus empregados colocados a serviço na execução do objeto devidamente uniformizados e munidos dos EPI's adequados, com a identificação da empresa contratada.

4.10. Prestar a garantia por eventuais patologias construtivas decorrentes do emprego de materiais não especificados e/ou de mão de obra desqualificada, pelo prazo de 05 (cinco) anos contados do término da obra;

4.11. Apresentar laudo técnico de profissional qualificado, quando solicitado, responsabilizando-se pelos serviços;

4.12. Executar Diário da Obra comprovando o andamento dos serviços e os prazos de execução;

4.13. Formalizar expediente de designação do Responsável Técnico da empresa;

4.14. Fornecer à Secretaria Municipal Infraestrutura a documentação de sua competência, relativa à Pasta de Obras do "e-Sfinge Obras" do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

- 4.15. Facilitar todas as atividades de fiscalização da Comissão;
 4.16. Exigir do Município a emissão da Ordem de Serviço Inicial, para proceder ao início da execução do objeto;
 4.17. Fornecer ART dos serviços executados.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. Pelo atraso injustificado ou pela inexecução total do objeto, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções, com fulcro no art. 87 da Lei nº 8.666/93 e alterações:

- a) Advertência;
 b) Multa, de até 10% (dez por cento) do valor contratado, no caso de descumprimento das cláusulas do presente Edital ou do contrato dele proveniente;
 c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
 d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

5.2. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b", facultada a defesa prévia do interessado, no processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

5.3. Os serviços em atraso sujeitarão o proponente vencedor à multa de mora, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), por dia que exceder aos prazos estabelecidos, exceto quando justificados e aceitos pelo Município.

5.4. A multa a que alude o subitem 5.3 não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

5.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo previsto, implicará na multa de 5% (cinco por cento), do valor do contrato.

5.6. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõem os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

- a) Por ato unilateral escrito do contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei 8.666/93;
 b) Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
 c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

7.2. O descumprimento, por parte da contratada, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao contratante o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial;

7.3. Fica reservado ao contratante o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA, direito algum de reclamações ou indenização.

CLÁUSULA OITAVA DA VIGÊNCIA

8.1. O contados da data de emissão Ordem de Serviço Inicial, podendo ser prorrogado, por interesse das partes, na forma da Lei.

8.2. Caso o proponente declarado vencedor, não queira ou não possa assinar o contrato dentro do prazo máximo previsto, poderá o Município, sem prejuízo de aplicação de penalidades ao desistente, optar pela contratação dos proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, se alternativamente o Município não preferir revogar a presente Licitação.

8.3. O contrato decorrente desta licitação, somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

8.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão especial designada, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observado.

CLÁUSULA NONA DO FORO

Fica eleito o foro de Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste Contrato.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 22 de abril de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

CONCEDENTE

LAURECI BITENCOURT

LB COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

EXTRATO DE CONVÊNIO 00422015

TERMO DE CONVÊNIO Nº 004/2015

TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LUZERNA E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JOAÇABA - APAE

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa sita a Av. 16 de fevereiro, 151, neste Município de Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito Municipal MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Rua Limeira, 125, aptº 202, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna(SC) e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, entidade civil, filantrópica, de caráter cultural e assistencial, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 82.780.396/0001-00, com sede na Rua Amiano Pozzobon, 190, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, no Município de Joaçaba(SC), neste ato representado

por seu Presidente Senhor WALDEMAR RONSSEM JUNIOR, brasileiro, separado, professor, portador do RG nº 54649749 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 806.989.729-53, o primeiro denominado CONVENIENTE, e a segunda CONVENIADA, conforme Lei nº 1344 de 13 de fevereiro de 2015, resolvem celebrar o presente TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA na forma e nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

Constitui objeto deste Convênio o estabelecimento de ações conjuntas visando o atendimento especializado, nas áreas de deficiência mental, psicomotricidade, reforço pedagógico, fisioterapia, terapia de linguagem e conduta, às pessoas com necessidades especiais residentes no Município de Luzerna, que frequentam todos os níveis de aprendizado, em suas dependências, proporcionando aos mesmos atendimento conforme as suas necessidades possibilitando assim sua integração pessoal, social e intelectual.

CLÁUSULA SEGUNDA DO VALOR

2.1.O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) repassará à APAE o valor de R\$ 407,00 (quatrocentos e sete reais) aluno/mês, em 11 (onze) parcelas durante o exercício de 2015.

2.2. O repasse de recursos será realizado mensalmente, mediante efetiva comprovação do número de pessoas provenientes de Luzerna atendidas na entidade.

CLÁUSULA TERCEIRA DA DOTAÇÃO

As despesas provenientes da execução do Convênio correrão por conta da dotação orçamentária nº 0801.12.367.0040.2035 - Contribuição para Entidades de Atendimento aos Deficientes Físicos e Mentais - Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos - Fonte 00 - Recursos Ordinários

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

4.1. Repassar mensalmente à CONVENIADA, os valores previstos na Cláusula Segunda;

4.2. Transportar diariamente os alunos do Município de Luzerna até a sede da APAE no Município de Joaçaba e vice-versa;

4.3. Acompanhar a execução dos serviços e notificar quaisquer irregularidades à Direção da APAE.

CLÁUSULA QUINTA DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

5.1. Utilizar os recursos financeiros transferidos, exclusivamente, nas despesas com o custeio da APAE, dentro de suas atividades precípuas e de acordo com o plano de trabalho apresentado, o qual é parte integrante do presente Convênio.

5.2. Prestar os serviços propostos com profissionalismo e dedicação, usando a educação, o desenvolvimento e ao ajustamento social desses alunos especiais;

5.3. Esclarecer, orientar e auxiliar os pais e amigos na conduta relativa aos alunos;

5.4. Contatar, pessoalmente ou por telefone, problemas que por ventura surgirem com qualquer um dos alunos oriundos do Município de Luzerna;

5.5. Fornecer relatório mensal, com o nome dos alunos que efetivamente estão sendo atendidos na entidade provenientes de Luzerna;

5.6. Prestar contas dos recursos recebidos ao Município, de acordo

com a legislação vigente encaminhando a documentação comprobatória das despesas, até 31 de julho de 2015, referente às parcelas liberadas até julho, e até 28 de fevereiro de 2016 referente às parcelas liberadas de agosto à dezembro de 2015.

CLÁUSULA SEXTA DO PRAZO

O prazo de vigência deste Convênio é até 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA SÉTIMA DA RESCISÃO

O presente Convênio será rescindido de pleno direito, de comum acordo ou unilateralmente, por inadimplência de quaisquer de suas cláusulas e condições, mediante comunicação escrita de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA OITAVA DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente TERMO DE CONVÊNIO, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas.

Luzerna(SC), 23 de abril de 2015.

Moisés Diersmann

Prefeitura Municipal de Luzerna

CONVENIENTE

WALDEMAR RONSSEM JUNIOR
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE
CONVENIADA

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

LEI 1364

LEI Nº 1364 de 23 de abril de 2015.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CELEBRAR TERMO DE CESSÃO DE USO COM ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar TERMO DE CESSÃO DE USO com a ASSOCIAÇÃO TRADICIONALISTA GAUCHA RAÍZES DO SUL DE LUZERNA, entidade civil, sem fins lucrativos, que tem por finalidade organizar grupos de danças tradicionais gaúchas, promover a integração através da dança tradicional entre seus associados e a integração da comunidade através do culto à dança e às tradições gaúchas, bem como, representar o Município em diversos eventos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.261.589/0001-14, com sede neste Município de Luzerna(SC), objetivando a cessão gratuita do espaço físico do CENTRO DE EVENTOS SÃO JOÃO BATISTA, neste MUNICÍPIO DE

LUZERNA(SC), consistindo do Salão Branco às terças-feiras, período noturno, para ensaio do Grupo de Danças Mirim e o Ginásio Altair Moro, nos sábados, período noturno, para ensaio do Grupo de Danças Adulto.

Parágrafo Único - As condições da Cessão de Uso constarão do Termo a ser firmado com a entidade.

Art.2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 23 de abril de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

LEI 1365

LEI Nº 1365 de 23 de abril de 2015.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CELEBRAR TERMOS DE CESSÃO DE USO COM ENTIDADES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar TERMOS DE CESSÃO DE USO com as seguintes entidades:

1.ASSOCIAÇÃO CULTURAL GERMÂNICA HEINRICH HACKER, entidade civil, sem fins lucrativos, que tem por finalidade o desenvolvimento cultural, através das mais diversas manifestações, como, danças, teatro, canto coral, língua alemã e toda e qualquer atividade voltada ao resgate da tradição germânica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.590.552/0001-05, com sede neste Município de Luzerna(SC), objetivando a cessão gratuita do espaço físico do GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES, neste MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), aos sábados das 10h00 às 11h00 e domingos das 18h00 às 20h30, para ensaio dos Grupos de Danças Infantil, Infante e Adulto;

2.ASSOCIAZIONE TRIVENETA DI LUZERNA, entidade civil, sem fins lucrativos, que tem por finalidade a integração do Brasil com a Itália, bem como outros países nos quais se destacam as colônias italianas sob as suas modalidades, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.221.986/0001-55, com sede neste Município de Luzerna(SC), objetivando a cessão gratuita do espaço físico do CENTRO DE MULTIPLO USO, neste MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), às quintas-feiras, das 18h30 às 21h00, para ensaio dos Grupos de Danças Infantil.

Parágrafo Único - As condições das Cessões de Uso constarão dos Termos a serem firmados com as entidades.

Art.2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 23 de abril de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

LEI COMPLEMENTAR 133

LEI COMPLEMENTAR Nº 133 de 23 de abril de 2015

"CONCEDE TRATAMENTO DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS COM O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art.1º- Nas contratações da Administração Pública Municipal de Luzerna(SC) deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

Art.2º-Para a ampliação da participação das microempresas e empresas de pequeno porte, nas licitações públicas, a Administração Pública Municipal deverá atuar de forma proativa no convite às MPE locais e regionais para participarem dos processos de licitação.

Art.3º- As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

§1º-Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

§2º-A não regularização da documentação no prazo previsto no § 1º deste artigo implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

Art.4º- Nas licitações será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

§1º- Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

§2º- Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

Art.5º- Ocorrendo o empate citado nos §§ 1º e 2º do artigo 4º, o procedimento será o seguinte:

I. a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II. não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do artigo 4º desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III. no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos

intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do artigo 4º desta Lei Complementar, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§1º- Na hipótese da não contratação nos termos previstos no "caput" deste artigo, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

§2º- O disposto no artigo 4º somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

§3º- No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte, cujo lance se encontre no intervalo estabelecido no § 2º do artigo 4º desta Lei Complementar, mais bem classificada, será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

Art.6º- Para o cumprimento do disposto no art. 7º desta Lei Complementar, a Administração Pública Municipal:

I. deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

II. poderá, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte;

III. deverá estabelecer, em certames para a aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

Art. 7º - Não se aplica o disposto no artigo 6º desta Lei Complementar quando:

I. não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II. o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

III. a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos artigos 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 24 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 6º desta Lei Complementar.

Art.8º- Para contribuir para a ampla participação nos processos licitatórios, o Município deverá:

I. instituir e manter atualizado cadastro das microempresas e empresas de pequeno porte sediadas localmente ou na região, com a identificação das linhas de fornecimento de bens e serviços, de modo a possibilitar a divulgação das licitações, além de estimular o cadastramento destas empresas no processo de compras públicas;

II. divulgar as compras públicas a serem realizadas, com previsão de datas das contratações, no sítio oficial do Município, em murais públicos, jornais ou outras formas de divulgação, inclusive junto às entidades de apoio e

III. divulgar as compras públicas a serem realizadas, com previsão de datas das contratações, no sítio oficial do Município, em murais públicos, jornais ou outras formas de divulgação, inclusive junto às entidades de apoio e representação das microempresas e das pequenas empresas para divulgação em seus veículos de comunicação;

IV. padronizar e divulgar as especificações dos bens e serviços a serem contratados, de modo a orientar as microempresas e empresas de pequeno porte e facilitar a formação de parcerias e subcontratações.

Art.9º- O tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte de que trata esta Lei Complementar, bem como a Lei Complementar nº 083 de 16 de setembro de 2009, será gerido pelo COMITÊ GESTOR MUNICIPAL, ora instituído, com as seguintes competências e atribuições:

I. acompanhar a regulamentação e a implantação do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte no Município, inclusive promovendo medidas de integração e coordenação entre os órgãos públicos e privados interessados;

II. orientar e assessorar a formulação e coordenação da Política Municipal de Desenvolvimento das Microempresas e Empresa de Pequeno Porte;

III. acompanhar as deliberações e os estudos desenvolvidos no âmbito do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e do Fórum Estadual da Microempresa de Pequeno Porte e do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios;

IV. sugerir e/ou promover ações de apoio ao desenvolvimento da microempresa e da empresa de pequeno porte local ou regional.

Parágrafo Único - O COMITÊ GESTOR MUNICIPAL atuará junto ao Gabinete do Prefeito.

Art.10 - O COMITÊ GESTOR MUNICIPAL será integrado por representantes dos seguintes órgãos:

I. Secretaria Municipal da Fazenda e Administração;

II. Associação dos Comerciantes Industriais e Artesãos de Luzerna/ACIAL;

III. Sindicato dos Contabilistas de Joaçaba - SINDICONT

IV. Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de Santa Catarina - SESCON/SC

V. Serviço de apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina - (SEBRAE/SC) - Coordenadoria Regional do SEBRAE Meio Oeste (Joaçaba)

Parágrafo Único - A função de membro do Comitê Gestor Municipal não será remunerada, sendo seu exercício considerado de relevante interesse público.

Art.11 - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 23 de abril de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

LEI COMPLEMENTAR 134

LEI COMPLEMENTAR Nº 134 de 23 de abril de 2015

"ALTERA VENCIMENTO DE EMPREGOS TEMPORÁRIOS QUE ESPECIFICA NO QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) PARA A EXECUÇÃO DA "ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA/ESF", CRIADO PELO GOVERNO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art.1º- Fica alterado o vencimento do emprego público temporário de Auxiliar de Odontologia, passando de R\$ 1.051,92 (hum mil, cinquenta e um reais e noventa e dois centavos) para R\$ 1.129,96 (hum mil, cento e vinte e nove reais e noventa e seis centavos) e do emprego público de Auxiliar de Farmácia, passando de R\$ 1.116,02 (hum mil, cento e dezesseis reais e dois centavos) para R\$ 1.150,00 (hum mil, cento e cinquenta reais), alterando

conseqüentemente a redação do Anexo I da Lei Complementar 036 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores.

Art.2 - As demais disposições vigentes da Lei Complementar nº 036 de 18 de março de 2004 permanecem inalteradas.

Art.3º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de maio de 2015.

Luzerna(SC), 23 de abril de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Lei Complementar nº 036 de 18 de março de 2004, alterada pelas Leis Complementares nºs 037/05, 041/06, 043/06, 058/07, 060/07 e 087/10 e Leis nºs 589/05, 781/08, 835/09, 903/10, 980/11, Lei 1036/12, Lei Complementar 114/13, Lei 1109/13, Lei 1194/13, Lei Complementar 123/14, Lei nº 1329/14 e Projeto de Lei Complementar nº 006/15 de 23 de abril de 2015.

ANEXO I - EMPREGOS TEMPORÁRIOS

EMPREGO	CARGA HORÁRIA	PROVIMENTO	VAGAS	SALÁRIO
Agente Comunitário de Saúde	40 h/s	Temporário	14	R\$ 1.014,00
Auxiliar de Odontologia	40 h/s	Temporário	02	R\$ 1.129,96
Atendente em Farmácia	40 h/s	Temporário	01	R\$ 1.150,00
Técnico de Controle do ESF	40 h/s	Temporário	01	R\$ 1.778,34
Técnico de Enfermagem	40h/s	Temporário	08	R\$ 1.314,91
Psicólogo	40 h/s	Temporário	01	R\$ 2.844,09
Psicólogo	20 h/s	Temporário	02	R\$ 1.422,06
Enfermeira	40 h/s	Temporário	02	R\$ 4.621,65
Odontólogo	40 h/s	Temporário	02	R\$ 4.621,65
Médico Generalista	40 h/s	Temporário	02	R\$ 11.613,26
Farmacêutico	20 h/s	Temporário	02	R\$ 2.061,33

EMPREGOS TEMPORÁRIOS EM EXTINÇÃO

EMPREGO	CARGA HORÁRIA	PROVIMENTO	VAGAS	SALÁRIO
Médico Clínico Geral*	40 h/s	Temporário	01	R\$ 13.614,55

*Em conformidade com a Lei Complementar nº 100 de 21 de maio de 2011, art.6º, Parágrafo Único - Para os atuais ocupantes dos empregos públicos de provimento temporário em extinção de Médico Clínico Geral será concedida apenas a revisão geral anual de que trata o art. 37, inciso X da Constituição Federal, até o restabelecimento do vencimento ao limite constitucional fixado na Constituição Federal, art. 37, inciso XI.

Macieira

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA — CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0022/2015
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Prefeitura Municipal de Macieira. Contrato Administrativo nº 0022/2015. Objeto: Contrato de Delegação as disposições da legislação federal de licitações, Lei nº 8.666/93, e de consórcios públicos, Lei nº 11.107/05, do Decreto nº 6.017/07, bem como a legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Lei nº 709/2014, e do Contrato de Programa CTP/PROLICITA/CIMCATARINA/2014-154.

Contratada: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIM-CATARINA. Valor de despesas fixas: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), sendo o valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) mensais.

Prazo: 24 meses.

Macieira, 22 de abril de 2015.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Mafra**PREFEITURA****EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - Nº 040/2015**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2015

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para aquisição de 6.000 litros de gasolina comum destinados aos veículos do Plano de Assistência a Saúde dos Servidores Municipais de Mafra (PLASSMA), conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 11/05/2015, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 23 de abril de 2015.

Roberto Agenor Scholze
Prefeito Municipal

Diego Ricardo Krachinski
Pregoeiro Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2015

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS aquisição de peças e mão de obra, destinados aos veículos Volvo VM 260, Ford Cargo 1317E, Iveco 170E22 e Ford Cargo 2628 através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 12/05/2015, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 23 de abril de 2015.

Roberto Agenor Scholze
Prefeito Municipal

Diego Ricardo Krachinski
Pregoeiro Municipal

NOVA DATA DE ABERTURA - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2015
(NOVA DATA DE ABERTURA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para aquisição de equipamento de alarme e contratação de empresa especializada para instalação e serviço de monitoramento eletrônico 24 horas nas Unidades de Saúde, através do Fundo Municipal da Saúde, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08:30hr do dia 08/05/2015, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 23 de abril de 2015.

Roberto Agenor Scholze
Prefeito Municipal

Fabiano Maurício Kalil
Pregoeiro Municipal

Maracajá

PREFEITURA

AVISO_PP_20_2015

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá

Processo Licitatório nº 20/2015 - Pregão Presencial - menor preço Item

Objeto: Aquisição parcelada de materiais elétricos para suprir o sistema de iluminação pública do município de Maracajá, para o ano de 2015, conforme Anexo I do edital Entrega dos envelopes: até as 13 :45 horas do dia 07/05/2015

Abertura da Sessão: a partir das 14:00 horas do dia 07/05/2015
Local e cópia do Edital: Prefeitura Municipal de Maracajá, sito a Avenida Getúlio Vargas, 530, no centro do município, CEP 88915-000, Maracajá/SC, no horário das 08h30min as 12h e das 13h30min as 17h30min, em dias úteis ou no site www.maracaja.sc.gov.br . Fone/fax (48) 3523-1111; e-mail: licitacao@maracaja.sc.gov.br.

Maracajá, 23 de abril de 2015.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

DECRETO 24/2015

DECRETO No 24 DE 17 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO REGIDO PELO EDITAL Nº 001/2015.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas no disposto do Inciso VII, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os servidores relacionados para compor a Comissão Especial de Realização do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015, ficando assim composta:

Presidente: Ednei Pedro Rocha;
Secretária: Janaina Ramos;
Membro: Denner Lucas Casagrande;
Membro: Vilmar Leandro;
Membro: Odécia Almeida de Souza;

Art. 2º A Comissão Especial ora constituída baixará instruções especiais sobre o processo seletivo, respeitando o Edital de Processo Seletivo e as disposições legais em vigor, tomando as providências necessárias à sua fiel execução e julgamento.

Art. 3º A Comissão Especial elaborará o Edital de Processo Seletivo, submetendo-o à homologação do Prefeito Municipal.

Art. 4º Os membros da Comissão Especial de Realização do Processo Seletivo Simplificado 001/2015 será responsável pela elaboração, aplicação, fiscalização, correção das provas e deliberação sobre todos os casos omissos, de acordo com a legislação em vigor, podendo esta Comissão Especial solicitar a colaboração dos professores da rede pública municipal de ensino ou outras instituições, na elaboração das provas.

Art. 5º Compete a Comissão Especial de Realização do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015, realizar reuniões, lavrar atas de

todos os trabalhos da comissão, coordenar as inscrições e elaborar relatórios em conjunto com todos os membros da comissão.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 17 de Abril de 2015.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto, na Secretaria de Administração, em 17 de Abril de 2015.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

EDITAL 01/2015 - PROCESSO SELETIVO PELC

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2015
Edital nº. 001/2015 - Abertura

Preâmbulo

O MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, Estado de Santa Catarina, através da Comissão de Processo Seletivo Simplificado, nos termos do Decreto Municipal nº. 24, de 17 de abril de 2015, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO de pessoal para atuação no Departamento de Esportes, na execução do Programa de Esporte Recreativo e Lazer - Todas as Idades, no município de Maracajá/SC, celebrado entre esta municipalidade e o Ministério do Esporte através do Termo de Convênio nº 774058/2012, a serem Admitidos em Caráter Temporário nos termos do Art. 37, IX da Constituição Federal de 1988 c/c Lei Municipal nº. 914, de 13 de Dezembro de 2012 e alterações supervenientes, na forma deste Edital:

1. DO PROCESSO SELETIVO

O presente Processo Seletivo Simplificado tem a finalidade classificatória de pessoal, para atuação no Departamento de Esportes, nas áreas que menciona, e será realizado pelo Departamento de Educação do Município de Maracajá, sob a responsabilidade da Comissão de Processo Seletivo Simplificado, designada pelo Decreto Municipal nº. 24, de 17 de abril de 2015.

2. DAS VAGAS, FUNÇÕES, CARGA HORÁRIA, ESCOLARIDADE E REMUNERAÇÃO

Poderão participar da Seleção, os profissionais interessados em prestar serviço em caráter temporário e que atendam os requisitos deste Edital e da legislação municipal vigente superveniente, para os cargos/áreas abaixo relacionados:

2.1 Departamento de Esportes:

Cargo	Qtde. de Vagas	Escolaridade	Carga Horária	Remuneração (Valor Base em R\$)	Tipo de Prova
Agente Social para a Oficina de Dança	01	Formação Específica na Área, ou conhecimento comprovado com cursos de qualificação ou Ensino Médio	20h semanais	600,00	Títulos

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições serão realizadas no Departamento de Educação da Prefeitura Municipal de Maracajá, sito à Avenida Getúlio Vargas, número 530, Centro, Maracajá/SC, das 9h às 11h e das 13h às 16:00h, entre os dias 23 de abril à 30 de abril de 2015, nos dias úteis municipais;

3.2. No ato da inscrição, o candidato deverá apresentar cópias dos documentos abaixo especificados, juntamente das originais, sendo:

- RG e CPF ou CNH;
- Diploma de Escolaridade e registro no Órgão fiscalizador, quando for o caso;
- Comprovante de residência;
- Título Eleitoral
- Comprovante de quitação eleitoral (comprovante de votação ou Negativa da Justiça Eleitoral);
- Certificado de Reservista, para os candidatos do sexo masculino;

3.3. A inscrição será isenta.

4. DA PROVA DE TÍTULOS

4.1. A Homologação da Prova de Títulos acontecerá no dia 01 de maio com e será realizada pela Comissão nomeada pelo Decreto 24/2015.

4.2. Prova de títulos:

Título	Pontuação
Especialização	10
Graduação	07
Nível Médio	05
Cursos na área - Carga Horária Mínima 30 horas	03

5. DA NOTA FINAL

5.1. A Nota Final do candidato será a soma aritmética da formação mais o curso na área.

6. DO DESEMPATE

Nos termos da legislação vigente pertinente, utilizar-se-á como critério de desempate a maior idade dos candidatos. Persistindo o empate, utilizar-se-á o procedimento de Sorteio Público.

7. DOS RECURSOS

8.1. Serão admitidos recursos nas seguintes etapas deste Processo:

- Recurso contra as inscrições;
- Recurso contra o gabarito preliminar, e;

- Recurso contra a classificação preliminar.

8.2. O prazo para os recursos será os constantes no Cronograma deste Processo, Anexo I deste Edital.

8. DA HOMOLOGAÇÃO

A Homologação do resultado do presente Processo Seletivo Simplificado dar-se-á na data estabelecida no Cronograma deste Processo, Anexo I deste Edital, com divulgação no Mural Público da Prefeitura Municipal, no Departamento de Educação, no Site do Município (www.maracaja.sc.gov.br) e no diário oficial do município de Maracajá/SC.

9. DA CONTRATAÇÃO

10.1. Os candidatos aprovados neste Processo Seletivo Simplificado poderão ser contratados a partir de 01 de maio de 2015, a qualquer tempo, conforme a necessidade da Administração Municipal, sempre obedecida à ordem classificatório final deste processo seletivo.

10.2 Os candidatos aprovados para os cargos de: Agentes Sociais serão contratados por um período de no máximo 5 meses, ou enquanto durar a vigência do Convênio Federal nº 774058/2012, firmado entre esta municipalidade e o Ministério do Esporte.

10.4. São requisitos para ingresso no cargo:

- Ter sido aprovado neste Processo Seletivo;
- Ser brasileiro, nato ou naturalizado;
- Ter 18 (dezoito) anos completos até a data que for chamado/convocado;
- Gozar dos direitos civis e políticos;
- Estar em dia com as obrigações eleitorais (apresentar comprovante da última votação ou justificativa);
- Estar em dia com as obrigações militares, para candidatos do sexo masculino;
- Ter aptidão física e mental para o exercício das funções, comprovada por Atestado da Junta Médica Municipal;

10.3. Ainda, para contratação, o candidato deverá apresentar fotocópia e originais dos seguintes documentos:

- RG;
- CPF;
- 02 (duas) fotos 3x4;
- Certidão de Reservista, para candidatos do sexo masculino;
- Certificado ou Histórico de conclusão, compatível com o cargo escolhido;
- Habilitação exigida para cada cargo, constante neste edital;
- Certidão de Nascimento dos dependentes, caso tenha;
- Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS;
- Declaração de que não exerce ou não acumula ilicitamente cargos, emprego ou função pública;
- Declaração de bens e renda;

10. DO REGIME EMPREGATÍCIO

Os habilitados e classificados no Processo Seletivo serão nomeados sob o regime Estatutário sob as regras do Direito Administrativo e o Regime Geral de Previdência Social - RGPS, por prazo de acordo com a necessidade do serviço público e enquanto durar o Programa Esporte Recreativo e Lazer - todas as idades, da Cidade de Maracajá (PELC), objeto do convênio federal nº 774058/2012, firmado entre o município de Maracajá/SC e o Ministério do Esporte, podendo ser dispensado a qualquer momento de acordo com a necessidade da administração pública ou final da vigência do termo de convênio firmado.

11. DA VALIDADE DO PROCESSO

O presente Processo Seletivo Simplificado possui validade enquanto durar a vigência do termo de convênio firmado com o Governo Federal através do Ministério do Esporte.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A inscrição do candidato implica no conhecimento e na tácita aceitação das condições estabelecidas no inteiro teor deste Edital, expediente do qual não poderá alegar desconhecimento.

13.2. Na hipótese do candidato haver prestado qualquer informação ou declaração falsa ou inexata, este não ficará imune às sanções civis e criminais vigentes pertinentes.

13.3. Todas as convocações, avisos e resultados relativos ao presente Processo serão divulgados na página oficial do Município na internet (www.maracaja.sc.gov.br), no diário oficial do município e no Mural Público Municipal da Prefeitura Municipal de Maracajá/SC.

13.4. Os casos omissos ao presente Edital serão dirimidos pela Comissão de Processo Seletivo Simplificado e pela Procuradoria Jurídica Municipal.

13.5. Constitui parte integrante deste Edital, na forma de Anexo:

- Anexo I: Cronograma do Processo;
- Anexo II: Conteúdo Programático;
- Anexo III: Ficha de Inscrição;

13. DO FORO JUDICIAL

O Foro para dirimir qualquer questão relacionada ao presente Edital e a este Processo Seletivo Simplificado será o da Comarca de Araranguá, Estado de Santa Catarina.

Maracajá/SC, 17 de abril de 2015.

Ednei Pedro Rocha

Presidente da Comissão de Processo Seletivo Simplificado

Homologo o presente Edital de Processo Seletivo. Maracajá/SC, 17 de abril de 2015.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

ANEXO I

Cronograma do Processo Seletivo

Cronograma	Data
Publicação do Edital de Abertura	23/04/2017
Período de Inscrições (em dias úteis)	23 à 30/04/2015
Homologação das Inscrições	01/05/2015
Homologação do Processo Seletivo	01/05/2015

ANEXO III

Formulário de Inscrição

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

Processo Seletivo Simplificado nº 01/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ INSCRIÇÃO PARA O PROCESSO SELETIVO – EDITAL Nº 001/2015		Nº da Inscrição:	
Cargo:			
Nome do (a) Candidato(a):			
Identidade:	Data de Nascimento:	Sexo: M() F()	
CPF:	Título Eleitoral:		
Estado Civil:	E-mail:		
Endereço:		Bairro:	
Município:	Estado:	Fone: ()	Celular: ()

Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura deste Processo Seletivo nº 01/2015. Responsabilizo-me pelas informações aqui prestadas, inclusive pela fidelidade da cópia dos documentos apresentados.

Local e Data:

Assinatura do Candidato:

Via Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 001/2015	Nº da Inscrição:
Cargo:	
Nome do (a) Candidato(a):	
Obrigatório a apresentação deste, juntamente com a carteira de identidade no local da prova. Levar caneta e chegar com 30 minutos com antecedência, no dia da realização da prova.	
Local e Data:	Assinatura do Responsável:

Via Candidato

RESULTADO_LIC_17/2015_CONV

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Maracajá

RESULTADO DO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO

LICITAÇÃO Nº 17/2015 - Carta Convite

Objeto: Aquisição parcelada de cestas básicas para atender as famílias maracajaenses que estejam cadastradas nos programas Bolsa Família e PETI (Serviço de Convivências e Fortalecimento de Vínculo), que possua estudo sócio-econômico padrão do município e que possuem crianças de 0 a 6 anos de idade e idosos

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Maracajá torna público o resultado do julgamento de habilitação e propostas de preços, da Licitação 17/2015 - Carta Convite, que resultou na HABILITAÇÃO e CLASSIFICAÇÃO das empresas participantes em 1º lugar, a proposta da empresa RAMOS LTDA ME, com o preço unitário de R\$ 88,00 (oitenta e oito reais) perfazendo um total global de R\$ 52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais), em 2º lugar, a propostas da empresa KAREN CRISTINA BRITO DA SILVA - ME, com o preço unitário de R\$ 88,50 (oitenta e oito reais e cinquenta centavos) perfazendo um total global de R\$ 53.100,00 (cinquenta e três mil e cem reais),

Maracajá, 24 de abril de 2015.

Itaionara Tramantin Recco

Presidente da Comissão de Licitação

Maravilha

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 1.833/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Processo Licitatório n. 1.833/2015 - Modalidade de Tomada de Preços n. 007/2015.

Valor orçado da obra: R\$ 313.826,29

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preços n. 007/2015, para contratação de empresa especializada para execução de serviços técnicos de ampliação e modernização do Ginásio de Esportes da Linha Consoladora, no Município de Maravilha - SC, com área de ampliação de 63,04 m², tudo conforme projetos, tipo menor preço global, cujo processo licitatório é regido pela Lei n. 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até às 09 horas do dia 13 de maio de 2015, prosseguindo, na sequência, com o julgamento dos documentos de habilitação. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas. Maravilha - SC, 23 de abril de 2015. ROSIMAR MALDANER - Prefeita de Maravilha.

PROCESSO LICITAÇÃO N. 1.833/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Processo Licitatório n. 1.836/2015 - Modalidade de Tomada de Preços n. 008/2015.

Valor orçado da obra: R\$ 591.295,97

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preços n. 008/2015, para contratação de empresa especializada para construção do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, no Município de Maravilha - SC, com área de 435,99m², tudo conforme projetos, anexo ao presente edital para todos os efeitos jurídicos e legais, no Município de Maravilha - SC, conforme projetos, tipo menor preço global, cujo processo licitatório é regido pela Lei n. 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até às 14 horas do dia 13 de maio de 2015, prosseguindo, na sequência, com o julgamento dos documentos de habilitação. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas. Maravilha - SC, 23 de abril de 2015. ROSIMAR MALDANER - Prefeita de Maravilha.

Massaranduba

PREFEITURA

ATA 11.2015 - AQUISIÇÃO DE PNEUS E DEMAIS COMPONENTES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 11/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 21/2015

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 17/2015 - multientidade

VALIDADE: 12 (doze) meses (20.04.2015 a 20.04.2016)

Aos vinte dias do mês de Abril do ano de 2015, a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, CPF nº. 399.964.099-53, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, e o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 3025, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.231.203/0001-05 e pela Sra. SUZANE ELISA FROELICH REINKE, brasileira, casada, CPF nº. 468.882.339.87, doravante denominados simplesmente de CONTRATANTES, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº. 21/2015 - Pregão Presencial Nº. 17/2015 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para aquisição de diversos pneus, câmaras, disco tacógrafo de primeira linha em conformidade com as normas técnicas do INMETRO e graxa lubrificante industrial, destinados a manutenção da frota veicular municipal ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo II do Edital de Pregão Presencial que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CNPJ/CPF
MODELO PNEUS LTDA, neste ato representado por EDEN LEONARDO FIM	94.510.682/0001-26
COPAL COM. DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA, neste ato representado por ARNALDO LUIZ MORETI	88.197.330/0001-60
RODA BRASIL COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA, neste ato representado por LEONARDO VENDRUSCOLO TONIELLO	06.889.977/0001-98
CANTU COM DE PNEUMATICOS LTDA, neste ato representado por DOUGLAS CANSAN	08.888.040/0009-80
G.R.K. COMERCIO DE PNEUS LTDA, neste ato representado por CHARLES GOEDE	04.620.459/0002-20
GUSTAVO RAHMEIER EPP, neste ato representado por MERCIA GUMZ	12.940.890/0001-09

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Aquisição de diversos pneus, câmaras, disco tacógrafo de primeira linha em conformidade com as normas técnicas do INMETRO e graxa lubrificante industrial, destinados a manutenção da frota veicular municipal, em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura da presente ata, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no Edital e seus anexos.

1.2.

Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
10	MODELO PNEUS LTDA	PNEU 215/75, ARO 17.5, 126/124L DSR165 MISTO/LISO, DIREÇÃO, NOVO, CERTIFICADOS PELO INMETRO.	UNID	PIRELLI	36	R\$ 815,00	R\$ 29.340,00
Total do Fornecedor: R\$ 29.340,00							
02	COPAL COM. DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA	PNEU BORRACHUDO 1400 X 24, 24 LONAS, E-3 USO SEVERO S NORMAL, NOVO, SEM CÂMARA, RADIAL, CERTIFICADOS PELO INMETRO.	UNID	AEOLUS	18	R\$ 4.300,00	R\$ 77.400,00
Total do Fornecedor: R\$ 77.400,00							
01	RODA BRASIL COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA	Pneu Borrachudo 1400 X 24, 16 lonas, Normal, novo, certificados pelo INMETRO.	UNID	SUPERGUIDER	18	R\$ 1.590,00	R\$ 28.620,00
03	RODA BRASIL COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA	CAMARA 14,9/24 6P.R NOVA, CERTIFICADA PELO INMETRO.	UNID	BBW	4	R\$ 142,00	R\$ 568,00
04	RODA BRASIL COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA	CAMARA 23,1/26 12 P.R, NOVA, CERTIFICADA PELO INMETRO.	UNID	BBW	4	R\$ 260,00	R\$ 1.040,00
05	RODA BRASIL COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA	CAMARA DE AR 1000X20, nova, certificada pelo INMETRO.	UNID	BBW	120	R\$ 62,00	R\$ 7.440,00
06	RODA BRASIL COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA	CAMARA DE AR 12,5/80, NOVA, CERTIFICADA PELO INMETRO.	UNID	BBW	4	R\$ 67,00	R\$ 268,00
07	RODA BRASIL COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA	CAMARA DE AR 14.9-24, NOVA, CERTIFICADA PELO INMETRO.	UNID	BBW	4	R\$ 142,00	R\$ 568,00
08	RODA BRASIL COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA	CAMARA DE AR 23.1-26, NOVA, CERTIFICADA PELO INMETRO.	UNID	BBW	4	R\$ 260,00	R\$ 1.040,00
Total do Fornecedor: R\$ 39.544,00							
09	CANTU COM DE PNEUMATICOS LTDA	PNEU 215/75, ARO 17.5, 126/124L DSR165 TRAÇÃO, NOVO, CERTIFICADOS PELO INMETRO.	UNID	AEOLUS	12	R\$ 499,00	R\$ 5.988,00
11	CANTU COM DE PNEUMATICOS LTDA	PNEU NOVO, 275/80, R 22.5, 16 LONAS, RADIAL, BORRACHUDO PARA CAMINHÃO TRAÇADO, SULCO MÍNIMO 20 MM, CERTIFICADOS PELO INMETRO.	UNID	AEOLUS	20	R\$ 1.260,00	R\$ 25.200,00
Total do Fornecedor: R\$ 31.188,00							
15	GUSTAVO RAHMEIER EPP	GRAXA LUBRIFICANTE INDUSTRIAL; PARA MÚLTIPLAS APLICAÇÕES (ROLAMENTOS) E USO GERAL (PCS); COMPOSTO DE SABÃO DE LÍTIO, CONTENDO BISSULFETO DE MOLIBDÊNIO; ADITIVO ANTICORROSIVO; GRAU NLGI2; PONTO DE GOTA 190.	TAMBOR	PAX	2	R\$ 2.550,0000	R\$ 5.100,00
Total do Fornecedor: R\$ 5.100,00							
Total Geral dos Itens: R\$ 182.572,00							

1.2. O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 182.572,00 (cento e oitenta e dois mil, quinhentos e setenta e dois reais.).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente Ata de Registro de Preços será usada pela Secretaria de Administração e Finanças, que será o Órgão Gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.2. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com

a respectiva classificação no Processo Licitatório Nº. 21/2015 - Pregão Presencial Nº. 17/2015.

3.3. Em cada fornecimento de materiais decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de Processo Licitatório Nº. 21/2015 - Pregão Presencial Nº. 17/2015 e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: nota fiscal emitida na 1ª quinzena do mês em vigor será paga no dia 10 (dez) do mês subsequente; nota fiscal emitida na 2ª quinzena do mês em vigor será paga no dia 25 (vinte cinco) do mês subsequente. Para a efetivação do pagamento o objeto/prestação de serviço deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal atestada pela Administração;. Na nota fiscal deverá constar o número da licitação, da Ata de Registro de Preços e ainda serão observados os seguintes requisitos:

a) Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

b) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.2. As despesas decorrentes da presente ata de registro de preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5.1. O prazo de entrega será de no máximo 10 (dez) dias consecutivos após o recebimento da Ordem de Compra ou Nota de Empenho que será fornecida pelo Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços.

5.2. Local de entrega: Garagem da Prefeitura Municipal, situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, na cidade de Massaranduba/SC.

5.3. A Empresa deverá entregar o objeto contratado dentro do prazo estipulado previamente em instrumento convocatório, independente de quantidade solicitada, distância da contratada do local de entrega, ou do valor do frete, pois o preço deverá ser elaborado prevendo estes custos.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.1. A recusa da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal nº. 2051/2010, a critério da Administração.

6.2. Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.2.1. Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.2.2. Cancelamento do registro na Ata;

6.2.3. Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

6.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.5.1. Advertência;

6.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocado de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos;

6.7 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.8. A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidas as prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.2. Pela Administração Municipal, quando:

8.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.2.2. A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.2.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA NONA - DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pela Secretaria de Administração e Finanças, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Compete ao Órgão Gerenciador:

10.2 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.3 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

10.4 O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. A empresa vencedora obriga-se a:

11.1.1. Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º. do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

11.1.2. Entregar o objeto da licitação, dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, após o recebimento da ordem de compra, respeitadas as quantidades e especificações contidas no Anexo II.

11.1.3. Pagar todos os tributos fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços prestados, bem como eventual custo de frete na retirada e entrega do objeto;

11.1.4. Assumir inteira responsabilidade pela entrega e pelo seguro dos produtos até o local determinado pela Prefeitura;

11.1.5. Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar a Prefeitura de Massaranduba e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

11.1.6. Aceitar as condições de pagamento, previstas no edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o Edital de Pregão Presencial nº. 17/2015, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba - SC	20	de	Abril	de	2015
MÁRIO FERNANDO REINKE Prefeito Municipal	SUZANE ELISA FROELICH REINKE Gestora do Fundo Municipal de Saúde				
CANTU COM DE PNEUMATICOS LTDA DOUGLAS CANSAN Contratada	COPAL COM. DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA ARNALDO LUIZ MORETI Contratada				
RODA BRASIL COM. DE PECAS VEICULOS LTDA LEONARDO VENDRUSCOLO TONIELLO Contratada	GUSTAVO RAHMEIER EPP MERCIA GUMZ Contratada				

MODELO PNEUS LTDA
EDEN LEONARDO FIM
Contratada

ATA 2.2015 FASS - AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS CAFES 3ª IDADE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 2/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 5/2015

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 3/2015

VALIDADE: 12 (doze) meses (20.04.2015 a 20.04.2016)

Aos vinte dias do mês de Abril de 2015, o MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 3025, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.743.462/0001-61 neste ato representado pela Gestora Sra. ANNA KARINE REINKE FRANZ, brasileira, casada, CPF nº. 005.246.769-41, Cédula de Identidade nº. 1988587-3, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº. 5/2015 - Pregão Presencial Nº. 3/2015 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para AQUISIÇÃO DE DIVERSOS GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA OS CAFÉS DOS ENCONTROS DOS GRUPOS DA TERCEIRA IDADE DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, para atender a demanda do Fundo Municipal de Assistência Social de Massaranduba, pelo período de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo X do Edital de Pregão Presencial que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus

Participantes Presentes	CNPJ/CPF
MERCADO MOA LTDA - ME, neste ato representado por MOACIR PRAWUT-ZKI	84.093.574/0001-41
MERCADO SPEZIA LTDA - EPP, neste ato representado por VANDERLEI SPEZIA	03.916.528/0001-01
CARMEN SCHMELZER MOHR	936.415.599-87

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA OS CAFÉS DOS ENCONTROS DOS GRUPOS DA TERCEIRA IDADE DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no Edital e seus anexos.

Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
01	MERCADO MOA LTDA - ME	ACUCAR BRANCO REFINADO DE 1ª QUALIDADE	KG	ALTO ALEGRE	400	1,90	760,00
02	MERCADO MOA LTDA - ME	ABACAXI PEROLA, IN NATURA, DE 1ª QUALIDADE	UNID	IN NATURA	145	4,10	594,50
03	MERCADO MOA LTDA - ME	ALFACE CRESPA, CABECAS GRANDES, FRES-CAS, DE 1ª QUALIDADE	UNID	IN NATURA	58	1,85	107,30
04	MERCADO MOA LTDA - ME	AÇÚCAR BAUNILHA CONTENDO AÇÚCAR E AROMA DE BAUNILHA. APRESENTAÇÃO EMBALAGEM DE ATÉ 35G.	UNID	MAKRI	15	3,15	47,25
05	MERCADO MOA LTDA - ME	Banha de origem animal (Banha de Porco) e embalado em conformidade com as normas da legislação sanitária vigente. Embalagem de 01kg.	KG	WEBER	30	4,95	148,50

06	MERCADO MOA LTDA - ME	BANANA BRANCA IN NATURA, DE 1ª QUALIDADE	KG	IN NATURA	72	2,20	158,40
09	MERCADO MOA LTDA - ME	CAFE EM PO TRADICIONAL, TORRADO E MOIDO, PURO DE 1 QUALIDADE, EMBALADO A VACUO, COM SELO DE PUREZA DA ABIC, embalagem de 500gramas	UNID	PELE	98	7,10	695,80
10	MERCADO MOA LTDA - ME	CAFÉ SOLÚVEL, GRANULADO, DE 1ª QUALIDADE, EMBALAGEM DE 200 GRAMAS	UNID	NESCAFÉ	141	9,85	1.388,85
12	MERCADO MOA LTDA - ME	CANELA EM PO - UNIDADE 25 GRAMAS	UNID	MAKRI	15	2,40	36,00
13	MERCADO MOA LTDA - ME	CEBOLA BRANCA, DE CABECA, COM CASCA PROTETORA, DE 1 QUALIDADE	KG	IN NATURA	22	2,60	57,20
14	MERCADO MOA LTDA - ME	CENOURA IN NATURA, SEM FOLHAS, DE PRIMEIRA, TAMANHO MEDIO, UNIFORME, SEM FERIMENTOS OU DEFEITOS, TENRAS	KG	IN NATURA	17	3,10	52,70
17	MERCADO MOA LTDA - ME	FERMENTO BIOLÓGICO PARA PÃES E MASSAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 250 GRAMAS.	UNID	BELLOPNA	21	9,90	207,90
18	MERCADO MOA LTDA - ME	FERMENTO QUIMICO EM PO, EMBALAGEM DE 250 GRAMAS	UNID	ROYAL	30	4,95	148,50
19	MERCADO MOA LTDA - ME	GELATINA EM PO - SABORES VARIADOS - EMBALAGEM DE 35 GRAMAS	UNID	BRETZKE	35	0,70	24,50
20	MERCADO MOA LTDA - ME	LARANJA COMUM, IN NATURA, DE 1 QUALIDADE	KG	IN NATURA	500	1,60	800,00
21	MERCADO MOA LTDA - ME	Leite Longa vida, integral, tratado por processo UHT, acondicionado em embalagem individual, tetrapak, contendo 1 litro.	LITRO	REALTA	1.150	2,30	2.645,00
23	MERCADO MOA LTDA - ME	MAÇÃ, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE MADURAÇÃO ADEQUADO A MANIPULAÇÃO TRANSPORTE E CONSUMO; ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA ORIUNDA DE MANUSEIO OU TRANSPORTE.	KG	IN NATURA	415	3,30	1.369,50
24	MERCADO MOA LTDA - ME	MAIONESE, EMBALAGEM DE 250 GRAMAS	UNID	MESA	30	2,65	79,50
25	MERCADO MOA LTDA - ME	MAIONESE, EMBALAGEM DE 500 GRAMAS	UNID	MESA	165	4,99	823,35
26	MERCADO MOA LTDA - ME	MAMÃO COMUM, IN NATURA, 1ª. QUALIDADE, EM PONTO DE MADURAÇÃO PARA CONSUMO	KG	IN NATURA	128	3,30	422,40
29	MERCADO MOA LTDA - ME	MARGARINA CREMOSA, SEM SAL, POTES DE 250 GRAMAS	UNID	SOYA	45	1,80	81,00
30	MERCADO MOA LTDA - ME	MANTEIGA, SEM SAL, DE PRIMEIRA QUALIDADE, OBTIDA DO CREME DE LEITE (NATA) PADRONIZADO, PASTEURIZADO E MATURADO, COM TEOR MÍNIMO DE 80% DE LÍPÍDEOS, EMBALAGENS RETANGULARES COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, LOTE, REGISTRO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. APRESENTAÇÃO EMBALAGEM DE 200G.	UNID	TIROL	30	4,20	126,00
31	MERCADO MOA LTDA - ME	MASSA PARA PASTEL, TAMANHO MÉDIO, COM IDENTIFICAÇÃO NO RÓTULO DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, PESO, FORNECEDOR, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. APRESENTAÇÃO EMBALAGEM DE 500G.	PACOTE	CAPELE	12	4,40	52,80
32	MERCADO MOA LTDA - ME	MELÂNCIA - IN NATURA DE 1 QUALIDADE	KG	IN NATURA	437	1,50	655,50
33	MERCADO MOA LTDA - ME	MELÃO, IN NATURA DE 1 QUALIDADE	KG	IN NATURA	91	6,30	573,30
34	MERCADO MOA LTDA - ME	MINI PAO FRANCES (APROXIMADAMENTE 30 GRAMAS CADA)	KG	SR. PÃO	64	9,90	633,60
36	MERCADO MOA LTDA - ME	ÓLEO DE SOJA REFINADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 900 ML	LITRO	COAMO	11	3,50	38,50
38	MERCADO MOA LTDA - ME	OVOS VERMELHOS, FRESCOS, TAMANHO GRANDE	DUZIAS	RONCHI	193	4,75	916,75

39	MERCADO MOA LTDA - ME	PÃO CASEIRO FATIADO, UNIDADE DE 500G	UNID	2 DE SETEMBRO	726	3,99	2.896,74
40	MERCADO MOA LTDA - ME	PÃO DE QUEIJO ASSADO - PRODUTO A BASE DE POLVILHO, LEITE SAL, OVO, QUEIJO, OLEO E CREME VEGETAL. PESANDO APROXIMADAMENTE 30 GRAMAS.	KG	SR. PÃO	28	19,50	546,00
41	MERCADO MOA LTDA - ME	PAO DE SANDUICHE FATIADO, UNIDADES DE 500 GRAMAS	UNID	2 DE SETEMBRO	493	6,20	3.056,60
42	MERCADO MOA LTDA - ME	PAO SANDUICHE FATIADO INTEGRAL, UNIDADE DE 500G	UNID	2 DE SETEMBRO	24	4,75	114,00
43	MERCADO MOA LTDA - ME	PAO FRANCES - 50 GRAMAS	KG	SR. PÃO	50	8,95	447,50
44	MERCADO MOA LTDA - ME	PÊSSEGO, IN NATURA, DE 1ª QUALIDADE.	KG	IN NATURA	6	7,10	42,60
45	MERCADO MOA LTDA - ME	PEPINO EM CONSERVA, VIDRO DE 300 GRAMAS	UNID	SCHMIT	73	3,99	291,27
50	MERCADO MOA LTDA - ME	REPOLHO IN NATURA, TIPO VERDE, TAMANHO MEDIO, DE PRIMEIRA, CABECAS FECHADAS, SEM FERIMENTOS OU DEFEITOS	KG	IN NATURA	9	2,50	22,50
51	MERCADO MOA LTDA - ME	REQUEIJÃO CREMOSO: LATICINIO PASTOSO, DE COR BRANCA, FEITO DE LEITE DESNATADO E CREME DE LEITE FRESCO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE APROXIMADAMENTE 220 GRAMAS.	UNID	DO VALE	39	4,00	156,00
56	MERCADO MOA LTDA - ME	SARDINHA EM LATA EMBALAGEM COM 130 GRAMAS	UNID	PESCADOR	120	2,90	348,00
58	MERCADO MOA LTDA - ME	TANGERINA, MEXERICA, IN NATURA DE 1 QUALIDADE	KG	IN NATURA	154	3,60	554,40
59	MERCADO MOA LTDA - ME	TOMATE DE 1 QUALIDADE, EM PONTO DE MATURACAO PARA CONSUMO	KG	IN NATURA	35	4,50	157,50
60	MERCADO MOA LTDA - ME	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, DE 1 QUALIDADE, ACONDICIONADA EM PACOTES DE 5 KG	PCTE.	ORQUIDEA	112	9,90	1.108,80

Total do Fornecedor: R\$ 23.386,51

7	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	BOLO DE MANTEIGA COM COBERTURA DE NATA E COCO, EMBALAGEM DE 300 GRAMAS.	UNID	BAUER	552	4,70	2.594,40
11	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	CAFÉ SOLÚVEL, GRANULADO, DE 1ª QUALIDADE, EMBALAGEM DE 100 GRAMAS	UNID	MELITTA	5	5,55	27,75
16	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	EXTRATO DE TOMATE, EMBALAGEM DE 500 GRAMAS	UNID	DAAJUDA	38	5,40	205,20
22	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	LINGÜIÇA PURA, DE CARNE SUÍNA, DE 1ª QUALIDADE.	KG	TREZE DE MAIO	142	22,00	3.124,00
27	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	MARGARINA CREMOSA, SEM SAL, POTES DE 1 KG	UNID	SOYA	8	4,50	36,00
28	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	MARGARINA CREMOSA, SEM SAL, POTES DE 500 GRAMAS	UNID	SOYA	113	2,85	322,05
35	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	MORTADELA DE FRANGO SEM GORDURA. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE	KG	SEARA	42	7,80	327,60
37	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	ORELHA DE GATO POR KG	KG	BAUER	28	14,00	392,00
46	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	PRESUNTO FATIADO COZIDO, PRODUTO DA EMULSAO DE CARNES (GADO E PORCO), EMBUTIDO. DEMAIS DESCRIÇÕES CONFORME EDITAL.	KG	JCW	147	20,00	2.940,00
47	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	QUEIJO MUSSARELA, FATIADO DE PRIMEIRA QUALIDADE, PRODUTO A BASE DE LEITE PASTEURIZADO, FERMENTO LÁCTEO, SAL, COALHO, CLORETO DE CÁLCIO.	KG	LACTOVALLE	217	19,00	4.123,00
48	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	QUEIJO PRATO, FATIADO DE PRIMEIRA QUALIDADE	KG	LACTOVALLE	28	19,00	532,00
49	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	REFRIGERANTE EMBALAGEM PET COM 2 LITROS. SABORES: LARANJA, SODA LIMONADA E GUARANA	LITRO	THON	38	3,45	131,10

52	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	ROCAMBOLE, PRODUTO RECHEADO COM FRUTAS, CHOCOLATE, PUDIM OU OUTROS. PESO APROXIMADO 1 KG.	KG	BAUER	17	22,00	374,00
53	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	ROSCA DE POLVILHO (CORUJA) GRANDE	UNID	BAUER	33	6,70	221,10
54	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	SALAME TIPO ITALIANO, INGREDIENTES CARNE SUÍNA, APRESENTAÇÃO FATIADA.	KG	FRICASA	16	31,50	504,00
55	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	SALSICHA TIPO HOT DOG, DE 1 QUALIDADE, CONGELADA. EMBALAGEM EM PACOTE PLÁSTICO TRANSPARENTE, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE	KG	FRICASA	47	8,80	413,60
57	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	SARDINHA EM SALMOURA	KG	HEMMER	4	29,94	119,76
Total do Fornecedor: R\$ 16.387,56							
08	CARMEN SCHMELZER MOHR	BOLO SECO: EM SABORES VARIADOS, NEUTRO, LARANJA, COCO, LIMÃO, CHOCOLATE. PESO APROXIMADO 250 GRAMAS. DEMAIS DESCRIÇÕES CONFORME EDITAL.	UNID	MOHR	365	4,90	1.788,50
15	CARMEN SCHMELZER MOHR	CUCA COM RECHEIOS VARIADOS - PRODUTO A BASE DE FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, FERMENTO, AÇÚCAR, MARGARINA, ÓLEO, OVOS E FRUTAS DIVERSAS. PESO APROXIMADO 300 GRAMAS. DEMAIS DESCRIÇÕES CONFORME EDITAL.	UNID	MOHR	1.095	5,30	5.803,50
Total do Fornecedor: R\$ 7.592,00							
Total Geral dos Itens: R\$ 47.366,07							

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 47.366,07 (quarenta e sete mil e trezentos e sessenta e seis reais e sete centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente Ata de Registro de Preços será usada pela Secretaria de Administração, que será o Órgão Gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.2. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no Processo Licitatório Nº. 5/2015 - Pregão Presencial Nº. 3/2015

3.3. Em cada fornecimento de materiais decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de Processo Licitatório Nº. 5/2015 - Pregão Presencial Nº. 3/2015 e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: nota fiscal emitida na 1ª quinzena do mês em vigor será paga no dia 8 (oito) do mês subsequente; nota fiscal emitida na 2ª quinzena do mês em vigor será paga no dia 20 (vinte) do mês subsequente. Para a efetivação do pagamento o objeto/prestação de serviço deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal atestada pela Administração. Na nota fiscal deverá constar o número da licitação, da Ata de Registro de Preços e ainda serão observados os seguintes requisitos:

a) Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

b) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.2. As despesas decorrentes da presente ata de registro de preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente:

07.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

07.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

2085 - APOIO A INTEGRAÇÃO DE IDOSOS

33903007 - GENEROS ALIMENTICIOS

10000 - Recursos Ordinários

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5.1. A entrega será efetuada no ato do recebimento da Ordem de Compra ou Nota de Empenho que será fornecida pelo Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços.

5.2. O objeto será retirado no local, devendo ser entregue mediante a apresentação da ordem de compra.

5.3. A Empresa deverá entregar o objeto contratado dentro do prazo estipulado previamente em instrumento convocatório, independente de quantidade solicitada, distância da contratada do local de entrega, ou do valor do frete, pois o preço deverá ser elaborado prevendo estes custos.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.1. A recusa da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal nº. 2051/2010, ao critério da Administração.

6.2. Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.2.1. Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.2.2. Cancelamento do registro na Ata;

6.2.3. Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

6.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.5.1. Advertência;

6.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocado de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos;

6.7. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.8. A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidas as prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis

com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.2. Pela Administração Municipal, quando:

8.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.3.2. A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.3.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.3.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.3.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.3.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA NONA - DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pela Secretaria de Administração, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Compete ao Órgão Gerenciador:

10.2. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.3. Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

10.4. O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. Compete ao Fornecedor:

11.1.1. Efetuar a entrega no prazo previsto na Cláusula V, independentemente da quantidade solicitada e do local de entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o Edital de Pregão Presencial nº. 3/2015, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba, SC	20	de	Abril	de	2015
------------------	----	----	-------	----	------

FUNDO MUNICIPAL DE ASS. SOCIAL DE MASSARANDUBA - SC

ANNA K. REINKE FRANZ

SECRETÁRIA GESTORA

MERCADO SPEZIA LTDA - EPP
VANDERLEI SPEZIA
Contratada

MERCADO MOA LTDA - ME
MOACIR PRAWUTZKI
Contratada

CARMEN SCHMELZER MOHR
Contratada

ATA 3.2015 FASS - AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 3/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 4/2015

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 2/2015

VALIDADE: 12 (doze) meses (20.04.2015 a 20.04.2016)

Aos vintes dias do mês de Abril de 2015, o MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 3025, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.743.462/0001-61 neste ato representado pela Gestora Sra. ANNA KARINE REINKE FRANZ, brasileira, casada, CPF nº. 005.246.769-41, Cédula de Identidade nº. 1988587-3, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº. 4/2015 - Pregão Presencial nº. 2/2015, homologado pelo Gestora do Fundo, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores para o fornecimento de CESTAS BÁSICAS para distribuição aos usuários da Assistência Social do Município de Massaranduba, devidamente cadastrados, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO II do Edital de acima mencionado, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CNPJ/CPF
MERCADO MOA LTDA - ME, neste ato representado por SCEPAN PRAWUTZKI	84.093.574/0001-41
MERCADO SPEZIA LTDA - EPP, neste ato representado por VANDERLEI SPEZIA	03.916.528/0001-01
JEAN CARLOS PEREIRA NUNES - ME, neste ato representado por JEAN CARLOS PEREIRA NUNES	01.652.394/0001-25
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP, neste ato representado por MARLON EISING	05.919.156/0001-94

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO: Fornecedor de CESTAS BÁSICAS para distribuição aos usuários da Assistência Social do Município de Massaranduba, devidamente cadastrados, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO II do Edital de acima mencionado, em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura da presente ata, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no Edital e seus anexos.

Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	Qtde	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
00001	MERCADO MOA LTDA - ME	KIT CESTA BASICA CONTENDO: 02 KG FARINHA DE TRIGOSPECIAL; 02 KG DE AÇUCAR BRANCO REFINADO;02 KG DE ARROZ PARBOILIZADO; 2KG DE FEIJÃO PRETO TIPO 1; 01 KG DE SAL IODADO REFINADO; 02 KG DE FARINHA DE MANDIOCA; 900 ML DE OLEO DE SOJA; 02 KG DE FLOCOS DE MILHO PRE COZIDO; 02 PACOTES DE 500 GRAMAS DE MACARRÃO DE SEMOLA, COM OVOS; 2 LITROS DE LEITE LONGA VIDA INTEGRAL;04 PACOTES DE BOLACHA DE LEITE SEM RECHEIO COM 400 GRAMAS CADA.	UNID		360	45,00	16.200,00
00001.00001	MERCADO MOA LTDA - ME	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, DE PRIMEIRA QUALIDADE, EMBALAGEM DE 01 KG	UNID	orquidia	720	1,8794	1.353,19
00001.00002	MERCADO MOA LTDA - ME	AÇÚCAR BRANCO REFINADO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, EMBALAGEM DE 1 KG	UNID	alto alegre	720	1,4744	1.061,56
00001.00003	MERCADO MOA LTDA - ME	ARROZ PARBOILIZADO, TIPO1, CLASSE LONGO FINO, EMBALAGEM DE 1 KG	UNID	buriti	720	1,5797	1.137,38
00001.00004	MERCADO MOA LTDA - ME	FEIJÃO PRETO, TIPO 1, GRUPO ANÃO, ISENTO DE GRÃOSARDIDOS, DE PRIMEIRA QUALIDADE, EMBALAGEM DE 1 KG	UNID	picoli	720	2,8840	2.076,45
00001.00005	MERCADO MOA LTDA - ME	SAL IODADO REFINADO, EMBALAGEM DE 1 KG	UNID	rota sol	360	0,9434	339,63
00001.00006	MERCADO MOA LTDA - ME	FARINHA DE MANDIOCA SUBGRUPO: FINA, CLASSE: BRANCA, TIPO 1, EMBALAGEM DE 1 KG	UNID	picoli	720	3,0460	2.193,10
00001.00007	MERCADO MOA LTDA - ME	ÓLEO DE SOJA REFINADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEMDE 900 ML	UNID	coamo	360	2,3401	842,43
00001.00008	MERCADO MOA LTDA - ME	FLOCOS DE MILHO PRÉ-COZIDOS, EMBALAGEM DE 500 GRAMAS	UNID	sinha	720	1,9100	1.375,20

00001.00009	MERCADO MOA LTDA - ME	MACARRÃO DE SÊMOLA COM OVOS, COM FARINHA DE TRIGOESEPECIAL, TIPO SPAGHETTI, EMBALAGEM DE 500 GRAMAS	UNID	orquidia	720	1,5716	1.131,55
00001.00010	MERCADO MOA LTDA - ME	LEITE INTEGRAL ESTERILIZADO, CAIXA LONGA VIDA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 1 LITRO	UNID	realta	720	1,7498	1.259,87
00001.00011	MERCADO MOA LTDA - ME	BOLACHA DE LEITE, SEM RECHEIO, PACOTE DE 400 GRAMAS	UNID	casaredo	1.440	2,3817	3.429,64
Total do Fornecedor: R\$ 16.200,00							

1.2. VALOR: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 16.200,00 (dezesesseis mil e duzentos reais).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente Ata de Registro de Preços será usada pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Massaranduba, que serão o Órgão Gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.2. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no Processo Licitatório Nº. 4/2015 - Pregão Presencial Nº. 2/2015.

3.3. Em cada fornecimento de serviços decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de Processo Licitatório Nº. 4/2015 - Pregão Presencial Nº. 2/2015 e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: nota fiscal emitida na 1ª quinzena do mês em vigor será paga no dia 8 (oito) do mês subsequente; nota fiscal emitida na 2ª quinzena do mês em vigor será paga no dia 20 (vinte) do mês subsequente. Para a efetivação do pagamento o objeto/prestação de serviço deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal atestada pela Administração;

4.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

4.3. Na nota fiscal deverá constar o número da licitação, da Ata de Registro de Preços e ainda serão observados os seguintes requisitos:

a) Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

b) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.4. As despesas decorrentes da presente ata de registro de preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5.1. O objeto da licitação deverá ser entregue parceladamente, conforme a necessidade de suprimento, em datas e quantidades a serem definidas pelo Fundo Municipal de Assistência Social (CRAS), devendo ser expedida a nota fiscal, sempre que houver a execução do objeto.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.1. A recusa da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal nº. 2051/2010, a critério da Administração.

6.2. Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.2.1. Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.2.2. Cancelamento do registro na Ata;

6.2.3. Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

6.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto

perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.5.1. Advertência;

6.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocado de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos;

6.7 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.8. A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidas as prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO

DE PREÇOS

8.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.2. Pela Administração Municipal, quando:

8.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.2.2. A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.2.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA NONA - DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Massaranduba, que órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10. Compete ao Órgão Gerenciador:

10.1. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.2. Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. A empresa vencedora obriga-se a:

11.1.1. Aceitar acréscimos ou supressões que o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º. do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

11.1.2. Entregar as cestas básicas, acondicionadas separadamente em embalagens plásticas, no endereço do Centro de Referência da Assistência Social de Massaranduba - CRAS, respeitado o prazo máximo de 02 (dois) dias consecutivos após a solicitação e recebimento da Ordem de Compra, independente da quantidade

solicitada;

11.1.3. Observar a data de validade dos produtos, pois não serão aceitos mercadorias que tenham mais de 1/4 da validade já transcorrida no ato da entrega dos mesmos;

11.1.4. Os produtos entregues deverão ser de boa qualidade, em perfeito estado de conservação e com prazo de validade indicado na embalagem;

11.1.5. A empresa deverá obedecer às normas de higiene sendo que os funcionários que entregarão os produtos licitados deverão estar adequadamente vestidos;

11.1.6. Prover o adequado transporte e manuseio dos produtos objeto da presente licitação, observadas as normas de segurança do trabalho e de trânsito;

11.1.7. Os produtos oferecidos deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde e do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento;

11.1.8. Pagar todos os tributos fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços prestados, bem como eventual custo de frete na retirada e entrega do objeto;

11.1.9. Assumir inteira responsabilidade pela entrega e pelo seguro dos produtos até o local determinado;

11.1.10. Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar ao Fundo Municipal de Assistência Social de Massaranduba e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o Edital de Processo Licitatório N°. 4/2015 - Pregão Presencial N°. 2/2015, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guarimir (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal n°. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba, SC	20	de	Abril	de	2015
------------------	----	----	-------	----	------

FUNDO MUNICIPAL DE ASS. SOCIAL DE MASSARANDUBA - SC
ANNA K. REINKE FRANZ
SECRETÁRIA GESTORA

MERCADO MOA LTDA - ME
MOACIR PRAWUTZKI
Contratada

Meleiro

PREFEITURA

DECRETO N° 041/2015

DECRETO n.º 041/2015

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.663/2014, de 17 de Novembro de 2014.
DECRETA

Art. 1.º A Dotação Orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), nestes termos:

04 – SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP. CULTURA E TURISMO	
040112361.2003 – Manutenção do Ensino Básico	
4.4.90.00.00.00.00.0080.0 – Aplicações Diretas (35)	R\$ 40.000,00
Total	R\$ 40.000,00

Art. 2.º Para atender os créditos que trata o artigo 1.º, correrá por conta de anulações parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

04 – SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP. CULTURA E TURISMO	
040112361.2003 – Manutenção do Ensino Básico	
3.1.90.00.00.00.00.0080.0 – Aplicações Diretas (24)	R\$ 40.000,00
Total	R\$ 40.000,00

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Abril de 2015.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças.

EXTRATO PREGÃO N° 027/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 027/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 08/05/2015, às 09:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas do PREGÃO PRESENCIAL N.º 027/2015, objetivando a PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR EMPRESA ESPECIALIZADA EM APÓLICE DE SEGURO, PARA COBERTURA DE VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL,

CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL. A íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371 - Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 048-3537-8400.

Meleiro/SC, 22 de abril de 2015.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

EXTRATO PREGÃO Nº 028/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 028/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 11/05/2015, às 09:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas de PREGÃO PRESENCIAL N.º 028/2015, objetivando a PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR CONFORME TRAJETOS E CONDIÇÕES ESPECIFICADAS NO EDITAL. A íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371 - Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 048-3537-8400.

Meleiro/SC, 22 de abril de 2015.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 171/2015

PORTARIA n.º 171/2015
TRATA DA PRORROGAÇÃO DE CONCESSÃO DE LICENÇA SEM VENCIMENTO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigo 95 e seguintes da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000, resolve:

PRORROGAR

Art. 1.º A Portaria de nº 168/2014, que concede licença sem vencimento por interesse particular, por um período de até 18 de Abril de 2016, à servidora pública municipal ROSINÉIA DUMINELLI ALEXANDRE FERNANDES, ocupante do cargo de Professora Efetiva, conforme dispõe o caput do artigo 95 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos a partir de 18/04/2015.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 23 de Abril de 2015.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 170/2015

PORTARIA nº 170/2015
TRATA DA PRORROGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE MÉDICA GINECOLOGISTA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, e Lei nº 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

PRORROGAR

Art. 1.º A Portaria de nº 117/2012, da Senhora MICHELE SILVIA WOLF PIMENTEL, ocupante do cargo de Médica Ginecologista, exercendo suas atividades vinculadas à Secretaria de Saúde, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir da presente data, por um período de até 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 23 de Abril de 2015.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.
JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2015

Aviso de Credenciamento nº 001/2015
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO
Credenciamento n. 001/2015

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Credenciamento n. 001/2015, para para contratação de pessoa (s) jurídica (s) com sede no Município de Modelo, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORA MÁQUINA, FORNECIMENTO DE FERTILIZANTES, SEMENTES DE PASTAGEM E ÓLEO DIESEL, CONFORME DISPÕE A LEI Nº 2193/2014 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014. O processo é regido pela Lei 8.666/93, e em especial o contido no Edital. Os envelopes relativos à habilitação e apresentação da proposta poderão ser entregues à partir do dia 24 de abril de 2015, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site www.modelo.sc.gov.br

Modelo (SC), 23 de Abril de 2015.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 0114/2015

DECRETO Nº 0114/2015 de 20.04.2015.
DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL TATIANE LINDEMANN DA SILVA, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.198/2015, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

Considerando o requerimento de exoneração apresentado pela Servidora,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerada a pedido, a partir desta data, a Servidora TATIANE LINDEMANN DA SILVA, do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Internos, do Município de Modelo/SC, de conformidade com as disposições legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 20 de abril de 2015.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

TATIANE LINDEMANN DA SILVA

Registrado e Publicado na Data Supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

DECRETO Nº 0116/2015

DECRETO Nº 0116/2015 DE 22.04.2015.
DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DA EQUIPE ESPECIAL DE APOIO À CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2015, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com as Leis Municipais e demais normas legais pertinentes e Lei Federal 8.666/93 com alterações subsequentes,

DECRETA:

Art.1º - Fica designada a Equipe Especial de Apoio, para a Comissão de Licitações nomeada através do Decreto 014/2015, para desempenho das funções de análise das habilitações e propostas relativo à Concorrência Pública nº 001/2015 - Obra Pavimentação Asfáltica Linha Salete à Modelo - Etapa II, conforme segue a nomenclatura abaixo:

I - Gilnei Roberto Vogel - Assessor Jurídico
II - Janice Martini Muller - Contadora
III - Carla Luisa Alexius Martini - Controle Interno
IV - Marcia Wendling Rudiger - Secretária Municipal de Agricultura
V - Alsedir Francisco de Souza - Diretor Municipal de Obras e Estradas
VI - Francieli Pavalicini - Chefe de Setor

Art.2º - Os membros desta comissão não serão remunerados pelo desempenho de suas funções e prestarão serviços considerados relevantes ao Município.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,
aos 22 de abril de 2015.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

Francieli Pavalicini
Chefe de Setor

EXTRATO DE CONTRATO ADM. 021/2015

Extrato de Contrato Administrativo nº 021/2015
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO
Contrato n. 021/2015
Contratado: Neri Marin
Valor: R\$ 1.400,00

O Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados que realizou CONTRATO com NERI MARIN, objetivando AQUISIÇÃO, POR PARTE DO MUNICÍPIO DE MODELO, DE CASCALHO A SER RETIRADO DO IMÓVEL DO CONTRATADO, LOCALIZADO NA LINHA SANTA ROSA, INTERIOR DO MUNICÍPIO DE MODELO -SC.

Modelo (SC), 23 de Abril de 2015.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADM.001/2015

Extrato de Contrato Administrativo nº 001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Contrato n. 001/2015

Contratada: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI

Valor: R\$ 18.700,00

O Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados que realizou CONTRATO COM A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL.

Modelo (SC), 23 de Abril de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADM.001/2015 EDUCAÇÃO

Extrato de Contrato Administrativo nº 001/2015 EDUCAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Contrato n. 001/2015 EDUC.

Contratada: InteliBR Sistemas Ltda

Valor: R\$ 1.780,00

O Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados que realizou CONTRATO COM INTELLIBR SISTEMAS LTDA, OBJETIVANDO SERVIÇO ESPECIALIZADO NA ÁREA DE INFORMÁTICA, PARA LICENÇA DE USO DE SOFTWARES PARA GESTÃO ESCOLAR INTEGRADO, COMPREENDENDO SISTEMAS DE: CADASTRO DE UNIDADES ESCOLARES; MATRIZ CURRICULAR; FÓRMULAS DE AVALIAÇÃO; CALENDÁRIO ESCOLAR; ENSINO INFANTIL; ENSINO REGULAR; GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS; CONSULTA ESTATÍSTICO E GERENCIAL (WEB); PORTAL DO ALUNO (WEB), BEM COMO SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO NOS REFERIDOS SISTEMAS.

Modelo (SC), 23 de Abril de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 042/2015

PORTARIA Nº 042/2015 de 22.04.2015.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2015, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei 1.513/2002 e Edital de Concurso Público 001/2015 do Município de Modelo - SC homologado pelo Decreto nº 110/2015 em 06.04.2015, e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica convocada para nomeação e posse no cargo de Agente de Saúde Pública, a Sra. BRUNA FERNANDA KUSTER RAUEN, aprovada no Concurso Público nº 001/2015 neste município de Modelo/SC, para desempenhar as atribuições do cargo com a respectiva carga horária de 40 Horas Semanais, observadas as determinações legais do cargo.

Art. 2º - A aprovada citada nesta Portaria e obedecida a ordem de classificação, deverá apresentar-se, no prazo de 10 (dez) dias a contar desta data, para apresentação dos documentos e posse, conforme estatuto dos servidores Públicos Municipais.

Art. 3º - Não havendo interesse, o membro convocado deve manifestar-se por escrito, dentro do prazo citado no Art. 2º, sendo que

este poderá solicitar a colocação ao final da lista dos aprovados ou manifestar a desistência da vaga.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 22 de abril de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI

CHEFE DE SETOR

Ciente em: ____/____/____.

BRUNA FERNANDA KUSTER RAUEN

PORTARIA Nº 043/2015

PORTARIA Nº 043/2015 de 23.04.2015

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2015, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com as Leis Municipais 971/90, 1.513/2002 e Edital de Concurso Público 001/2015 do Município de Modelo - SC homologado pelo Decreto nº 110/2015 em 06.04.2015, e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam convocados para nomeação e posse no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Externos, os aprovados no Concurso Público nº 001/2015 neste município de Modelo/SC, para desempenhar as atribuições do cargo com a respectiva carga horária de 40 Horas Semanais, para atuação na Secretaria Municipal de Obras, Estradas e Agricultura, observadas as determinações legais do cargo, os aprovados abaixo relacionados:

IVETE MARIA PLETSCH DA LUZ

ELIANE RODRIGUES DA SILVA

Art. 2º - Os aprovados citados nesta Portaria e obedecida a ordem de classificação, deverão apresentar-se, no prazo de 10 (dez) dias a partir desta data, para apresentação dos documentos e posse, conforme estatuto dos servidores Públicos Municipais.

Art. 3º - Não havendo interesse, o membro convocado deve manifestar-se por escrito, dentro do prazo citado no Art. 2º, sendo que este poderá solicitar a colocação ao final da lista dos aprovados ou manifestar a desistência da vaga.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 23 de abril de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI

CHEFE DE SETOR

Monte Carlo

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 65/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2015

OBJETO: Contratação de: REFEIÇÕES PRONTAS conforme especificações e delimitações constantes em Edital para atendimento das necessidades da Administração Municipal.

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: Os envelopes deverão ser entregues a partir das 08:00 horas do dia 27/abril/2015 até as 13:50 horas do dia 07/maio/2015

ABERTURA: Abertura da sessão no dia 07/maio/2015 às 14:00 horas.

TIPO MENOR PREÇO - JULGAMENTO POR ITEM.

INFORMAÇÕES: Presencial: Prefeitura Municipal - Rodovia SC 452 km 24, nº 1551 - Centro HORÁRIO: Das 12:00 horas às 18:00 horas. Telefone No 49/3546.0194 ramal 231. Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br e-mail: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo - SC, 23 de Abril de 2015

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal

DELCIR BARZOTTO

Pregoeiro

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 66/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 66/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/2015

OBJETO: Contratação de: SERVIÇOS DE PINTOR, PEDREIRO, CARPINTEIRO, CALCETEIRO, SERRALHEIRO e OUTROS conforme especificações e delimitações constantes em Edital para atendimento das necessidades da Administração Municipal.

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: Os envelopes deverão ser entregues a partir das 08:00 horas do dia 27/abril/2015 até as 15:50 horas do dia 07/maio/2015

ABERTURA: Abertura da sessão no dia 07/maio/2015 às 16:00 horas.

TIPO MENOR PREÇO - JULGAMENTO POR ITEM.

INFORMAÇÕES: Presencial: Prefeitura Municipal - Rodovia SC 452 km 24, nº 1551 - Centro HORÁRIO: Das 12:00 horas às 18:00 horas. Telefone No 49/3546.0194 ramal 231. Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br e-mail: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo - SC, 23 de Abril de 2015

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal

DELCIR BARZOTTO

Pregoeiro

Morro da Fumaça

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO Nº 007/2015

Edital de Convocação Referente ao Processo Seletivo nº 007/2015

O senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município: Convoca os aprovados no processo seletivo, referente ao edital 007/2015, conforme lista abaixo, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação a comparecerem a sede desta Prefeitura, situada a Rua 20 de Maio, nº 100 - Centro, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:30 às 17:00 para início dos procedimentos relativos à contratação.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

COLOCAÇÃO	NOME CANDIDATO
1º	ALEQUIS SANDER DONATO BUKASKI
2º	JAISON THOMAZ
3º	ADILSON JOSÉ DE ROQUE
4º	DANIEL DANDOLINI MOROTSKOSKI

Morro da Fumaça, de 23 de abril de 2015

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA

Secretário Interino de Adm e Planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

HOMOLOGAÇÃO O PROCESSO SELETIVO Nº 006/2015**HOMOLOGAÇÃO OFICIAL**

AGNALDO MACCARI, Prefeito Municipal, no uso de sua atribuição homologa o processo seletivo nº 006/2015 para o provimento de cargos em caráter temporário de Zelador. Com resultado abaixo:

COLOCAÇÃO	NOME CANDIDATO/DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	PORT.	MAT.	TOTAL	RESULTADO
001	ANA PAULA ROSA DELFINO	02/04/1989	09	05	14	APROVADO
002	JOSIANE TRESI XAVIER	23/05/1989	09	05	14	CLASSIFICADO
003	JANAINA ZACARIAS	25/05/1992	09	05	14	CLASSIFICADO
004	BRUNA DE OLIVEIRA CARDOSO	17/09/1993	09	05	14	CLASSIFICADO
005	SANDRA ANACRETA DE SOUZA DELA VEDOVA	21/05/1977	08	05	13	CLASSIFICADO
006	KETILEI DA SILVA GOULARTE	01/03/1984	08	05	13	CLASSIFICADO
007	LETICIA MAURICI	27/11/1987	08	05	13	CLASSIFICADO
008	JORGE SEBASTIÃO RODRIGUES	20/01/1974	07	05	12	CLASSIFICADO
009	TAMIRIS DOS SANTOS VISCARDI	13/10/1989	07	03	10	CLASSIFICADO
010	MARGARETE FATIMA PEREIRA DE OLIVEIRA	21/09/1965	06	03	09	CLASSIFICADO
011	MARIA TERMA OLIVEIRA	07/03/1973	06	01	07	CLASSIFICADO
012	VALDETE DA LUZ CORREA	18/10/1958	03	04	07	CLASSIFICADO
013	MARIA APARECIDA BORGES PLASKIEVICZ	15/01/1966	02	03	05	CLASSIFICADO
014	ALICE DONATO DA SILVA					DESCCLASSIFICADO
015	MELISSA MÁXINO					DESCCLASSIFICADO
016	ANGELA ANTUNES FREGNANI					DESCCLASSIFICADO
017	LUCILENE PACHECO PAVANATI					DESCCLASSIFICADO
018	MARIA IDECIA ZANATTA					DESCCLASSIFICADO
019	CLAUDIA REGINA DA SILVA					DESCCLASSIFICADO
020	MICHELI DA SILVA SCHEIN					DESCCLASSIFICADO
021	TATIANA DANTAS PEREIRA					DESCCLASSIFICADO
022	TAINARA CRISTINA COLOMBO					DESCCLASSIFICADO

Morro da Fumaça em 23 de abril de 2015

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito

HOMOLOGAÇÃO OFICIAL

AGNALDO MACCARI, Prefeito Municipal, no uso de sua atribuição homologa o processo seletivo nº 007/2015 para o provimento de cargos em caráter temporário de Auxiliar de Serviços Gerais. Com resultado abaixo:

COLOCAÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA DE NASCIMENTO	PORT.	MAT.	TOTAL	RESULTADO
001	ALEQUIS SANDER DONATO BUKASKI	20/07/1983	07	05	12	APROVADO
002	JAISON THOMAZ	11/09/1979	06	04	10	APROVADO
003	ADILSON JOSÉ DE ROQUE	04/04/1970	05	04	09	CLASSIFICADO
004	DANIEL DANDOLINI MOROTSKOSKI	19/10/1981	04	03	07	CLASSIFICADO
005	FERNANDO CARVALHO MENDES					DESCCLASSIFICADO
006	VALMIR DE SOUZA					DESCCLASSIFICADO
007	MARCIEL DE SOUZA					DESCCLASSIFICADO
008	LUIZ CARLOS DE SOUZA					DESCCLASSIFICADO
009	RAFAEL SOUZA NUNES					DESCCLASSIFICADO

Morro da Fumaça em 23 de Abril de 2015

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito

Navegantes

PREFEITURA

ATA DE AVALIAÇÃO DAS AMOSTRA 50/2015 PMN

Avaliação do Processo Licitatório

A Equipe de apoio de apoio de licitação, informa avaliação dos proponentes habilitados para fornecimento de itens descritivos do Processo Licitatório nº 50/2015 - PR.

ELMO PAPELARIA LTDA		
Item	Avaliação	Descritivo
1	Reprovado	Não Apresentou Amostra
3	Reprovado	Não Apresentou Amostra
26	Reprovado	Não Apresentou Amostra
44	Reprovado	Não Apresentou Amostra
46	Reprovado	Não Apresentou Amostra
49	Reprovado	Não Apresentou Amostra
50	Reprovado	Não Apresentou Amostra
59	Reprovado	Não Apresentou Amostra
61	Reprovado	Não Apresentou Amostra
81	Reprovado	Não Apresentou Amostra

COMERCIAL ONIX LTDA - EPP		
Item	Avaliação	Descritivo
10	Reprovado	Não Apresentou Amostra
11	Reprovado	Não Apresentou Amostra
18	Reprovado	Não Apresentou Amostra
22	Reprovado	Não Apresentou Amostra
62	Reprovado	Não Apresentou Amostra
64	Reprovado	Não Apresentou Amostra
70	Reprovado	Não Apresentou Amostra
72	Reprovado	Não Apresentou Amostra

MÁXIMA PAPELARIA LTDA EPP		
Item	Avaliação	Descritivo
13	Reprovado	Não Apresentou Amostra
34	Reprovado	Não Apresentou Amostra
41	Reprovado	Não Apresentou Amostra
45	Reprovado	Não Apresentou Amostra
55	Reprovado	Não Apresentou Amostra
60	Reprovado	Não Apresentou Amostra
67	Reprovado	Não Apresentou Amostra
73	Reprovado	Não Apresentou Amostra
83	Reprovado	Não Apresentou Amostra

AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INFO. E ESCRI. LTDA		
Item	Avaliação	Descritivo
19	Reprovado	Não Apresentou Amostra
28	Reprovado	Não Apresentou Amostra

32	Reprovado	Não Apresentou Amostra
58	Reprovado	Não Apresentou Amostra
75	Reprovado	Não Apresentou Amostra
85	Reprovado	Não Apresentou Amostra
86	Reprovado	Não Apresentou Amostra

BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME

Item	Avaliação	Descritivo
23	Reprovado	Não Apresentou Amostra
38	Reprovado	Não Apresentou Amostra
65	Reprovado	Não Apresentou Amostra
66	Reprovado	Não Apresentou Amostra
74	Reprovado	Não Apresentou Amostra

K&K PAPELARIA E INFORMATICA LTDA

Item	Avaliação	Descritivo
27	Reprovado	Não Apresentou Amostra
42	Reprovado	Não Apresentou Amostra
47	Reprovado	Não Apresentou Amostra
48	Reprovado	Não Apresentou Amostra

FORNECEDORA COMERCIO TEXTIL

Item	Avaliação	Descritivo
33	Reprovado	Não Apresentou Amostra
35	Reprovado	Não Apresentou Amostra
36	Reprovado	Não Apresentou Amostra
51	Reprovado	Não Apresentou Amostra
53	Reprovado	Não Apresentou Amostra
54	Reprovado	Não Apresentou Amostra
63	Reprovado	Não Apresentou Amostra

LICITANTES JÁ HABILITADOS CONVOCADOS P/APRESENTAR AMOSTRA NO PRAZO CONSTANTE NO EDITAL

ELMO PAPELARIA LTDA – ITEM: 27, 28, 35, 36, 41, 72,

COMERCIAL ONIX LTDA – EPP – ITEM: 13, 23, 42, 44, 45, 48, 50, 55, 67

MÁXIMA PAPELARIA LTDA EPP – ITEM: 1, 11, 32, 46, 58, 59, 61, 65, 66

AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INFO. E ESCRI. LTDA – ITEM: 53, 54 60, 81,

BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME – ITEM: 19, 26, 34, 47 49, 62, 64,

K&K PAPELARIA E INFORMATICA LTDA – ITEM: 3, 10, 51, 63, 73, 75 83,

FORNECEDORA COMERCIO TEXTIL – ITEM : 18, 22, 38, 85, 86

BOZZANO E BOZZANO LTDA ME- ITEM: 33, 70, 74

MARIA BENEDITA CORREA -- PREGOEIRA SUBSTITUTA
DOUGLAS LEMOS - - PREGOEIRO

CARLA CLAUDINO - - EQUIPE DE APOIO.
 FRANCIELA JUSTINO - - EQUIPE DE APOIO.
 PEDRO PAULO DA COSTA - - EQUIPE DE APOIO.
 JOSEZITE DOS SANTOS --EQUIPE DE APOIO.

NAVEGANTES SC, 22 DE ABRIL DE 2015.

ATA PREGÃO PRESENCIAL 08/2015 FUMREBOM ATA PREGÃO PRESENCIAL 08/2015. FUMREBOM

AO(S) 23 DE ABRIL DE 2015, ÀS 09:00 HORAS, NA SEDE DA(O) PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, REUNIRAM-SE O PREGOEIRO E SUA EQUIPE DE APOIO, DESIGNADA PELA(O) PORTARIA Nº 71 DE 29 DE JANEIRO DE 2015.

ESTIVERAM PRESENTES NO ATO DE ABERTURA, O PREGOEIRO A EQUIPE DE APOIO E REPRESENTANTE(S) DA(S) EMPRESA(S) ABAIXO: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (583), CIRURGICA BELA VISTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL (13961).. INICIALMENTE PROCEDEU-SE A LEITURA DO TEOR DAS MESMAS COM OS ESCLARECIMENTOS E ANÁLISE NECESSÁRIOS, POR ORDEM DE ENTRADA E, RUBRICADAS TODA A DOCUMENTAÇÃO ATINENTE, TENDO O SEGUINTE PARECER DA COMISSÃO:

ABERTO O CERTAME COM A PRESENÇA DOS LICITANTES CIR. BELA VISTA E OLIMED, AMBAS DEVIDAMENTE CREDENCIADAS, NA OCASIÃO FORAM INFORMADAS QUE A CIR. BELA VISTA POSSUÍA O BENEFÍCIO DE ME / EPP E A OLIMED NÃO, APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE, SEM APONTAMENTOS, DEU-SE INÍCIO A ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS, APÓS O VISTO DOS LICITANTES E DA COMISSÃO DEU-SE INÍCIO A SESSÃO DE LANCES. NO ITEM 08 A OLIMED PEDIU DESCLASSIFICAÇÃO POIS COTOU O VALOR ERRADO, QUANTO AO ITEM 33 A CIR. BELA VISTA FOI A ÚNICA LICITANTE QUE COTOU O ITEM SENDO QUE A REPRESENTANTE INFORMOU QUE SEU PRODUTO NÃO POSSUÍA A COR VERMELHA, MAS SIM AMARELO OU LARANJA, COMO O BOMBEIRO RODRIGO SCHLICKMANN ESTAVA PRESENTE O PREGOEIRO PERGUNTOU AO MESMO SE A COR INFLUENCIAVA, O BOMBEIRO INFORMOU QUE NÃO, E QUE SERIA ATÉ MELHOR QUE ESTE ITEM FOSSE DE OUTRA COR POIS NO ATENDIMENTO EM VÍTIMAS PODE ACONTECER HEMORRAGIAS E NÃO SER DETECTADO NO IMOBILIZADOR VERMELHO. APÓS FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E CONSTATADO QUE AMBAS ATENDERAM AO EXIGIDO NO EDITAL.

NÃO HAVENDO MENÇÃO DE RECURSOS ENCERRA-SE A PRESENTE E ENCAMINHA A AUTORIDADE COMPETENTE PARA A DEVIDA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO.

MARIA BENEDITA CORREA -- PREGOEIRA SUBSTITUTA

DOUGLAS LEMOS - - PREGOEIRO

CARLA CLAUDINO - - EQUIPE DE APOIO.

FRANCIELA JUSTINO - - EQUIPE DE APOIO.

PEDRO PAULO DA COSTA - - EQUIPE DE APOIO.

JOSEZITE DOS SANTOS --EQUIPE DE APOIO.

NAVEGANTES SC, 23 DE ABRIL DE 2015.

ATA REGISTRO DE PREÇOS FMS 055/2014.

EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 055/2014.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços FMS nº 055/2014, relativa ao Pregão Presencial FMS nº 055/2014 - contendo os preços registrados pela empresa abaixo: Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS (GERIÁTRICAS E INFANTIS) PARA ATENDIMENTO AOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC.

Fornecedor: FRALDAS CK INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.

Item: 01 / 03 / 04.

Valor Total: R\$ 108.432,00.

Vigência: 13/04/2016.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 13 de abril de 2015.

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 07/2015 FMS ---RETIFICADO---

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONCORRÊNCIA Nº 07/2015 FMS

---retificado----

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE ENTIDADES HOSPITALARES PRESTADORAS DE SERVIÇOS EM ADMINISTRAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE PARA ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGENCIA, INTERNAÇÕES HOSPITALARES E ATENDIMENTO AMBULATORIAL COM A FINALIDADE DE ATENDIMENTO AOS PACIENTES DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 10/06/2015 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 10/06/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 23 de abril de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 03/2015 FME RETIFICADO DATA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015 FME

---retificado data----

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO PARA SEREM UTILIZADOS NAS ESCOLINHAS ESPORTIVAS, PROJETOS SOCIAIS, EQUIPES DE RENDIMENTOS E PRAÇAS ESPORTIVAS, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 07/05/2015 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 07/05/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 23 de abril de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

CARTA DE CONVOCAÇÃO

Navegantes, 24 de abril de 2015.

Ilma Sra.
MARCELY RIBEIRO PEREIRA
NESTA

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADA para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para tratar da NOMEAÇÃO através do CONCURSO PÚBLICO de nº 001/2014, para o cargo de MONITORA DE ABRIGO.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinando implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente

Alessandra Muller
Diretoria de Gestão em RH

DECISÃO- PEDIDO REAJUSTE DE PREÇOS - 06/2015 PMN

DECISÃO- PEDIDO REAJUSTE DE PREÇOS - INDEFERIMENTO
EMPRESA: POSTO DNA LTDA
CNPJ: 13.661.163/0001-67

Aos 22 (vinte e dois) dias, do mês de abril de 2015, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, com sede a Rua João Emílio nº. 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, nos termos das Leis nº. 8.666/93, 10.520/2002 e dos decretos nº. 3.931/2001 e 056/2009, das demais normas legais aplicáveis, conforme classificação das propostas apresentadas no Pregão de Registro de Preços nº. 06/2015 PMN, a empresa foi vencedora no Item 02 Diesel s10, Ata de julgamento de Preços homologada pelo Prefeito Municipal.

Foi protocolado pela requerente no dia 09/04/2015 o pedido de reajuste pra R\$ 3,0667 anexando as notas fiscais nº 380.615 e 396.624.

Esta comissão RESOLVE INDEFERIR o pedido de reajuste de preços do referido pregão, tendo em vista que o pedido foi protocolado no dia mencionado acima, solicitando o reajuste aos preços, mas, o reajuste só poderá ser atendido após um ano.

Pedido Indeferido.

Conforme LEI No 10.192/2001

Art. 2º É admitida estipulação de correção monetária ou de reajuste por índices de preços gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos de produção ou dos insumos utilizados nos contratos de prazo de duração igual ou superior a um ano.

§ 1º É nula de pleno direito qualquer estipulação de reajuste ou correção monetária de periodicidade inferior a um ano.

Publique-se

Douglas Lemos
Pregoeiro

Maria Benedita Correa
Pregoeira substituta

Equipe de Apoio

Josezite dos santos

Carla Claudino

Pedro Paulo da Costa

Franciele Justino

Ratificando:

Benilde Perão
Secretária de Administração

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

CONSULTAS PÚBLICAS COM OBJETIVO DE COLETAR DE PROPOSTAS PARA A CONFECCÃO DO PLANO MUNICIPAL DE MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

O Prefeito Municipal de Navegantes, no uso das suas atribuições, em cumprimento ao Artigo 1º e seu Parágrafo Único, ao Artigo 182 da Constituição Federal, aos Incisos II, III, XIII do Artigo 2º, do Parágrafo 4º, Artigo 40 e ao Capítulo IV da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, bem como o Artigo 5º da Lei Federal nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, e suas posteriores alterações. Comunica a todos os cidadãos e entidades da sociedade civil que serão realizadas Consultas Públicas com o objetivo de debater e coletar propostas para a confecção do Plano Municipal de Mobilidade Sustentável que serão realizadas nas seguintes datas, horários e locais:

Abraçgência	Data	Horário	Local
Escalvadinhos, Escalvados, Porto dos Escalvado e Hugo de Almeida	11/05/2015 (segunda-feira)	19:30h às 22h	EM Prof. Badia de Faria Rua Tancredo Neves, nº 120 Bairro Hugo de Almeida
Volta Grande, Machados, Nossa Sra. das Graças, São Domingos, São Paulo, Centro e São Pedro	12/05/2015 (terça-feira)	19:30h às 22h	EM Prof. Neusa Maria Rebello Vieira Rua José Alcebíades Laurentino, nº 350 Bairro Centro
Pedreiras, Gravata e Meia Praia	14/05/2015 (quinta-feira)	19:30h às 22h	EM Prof. Rosa Maria Xavier de Araújo Rua Laudelino Fermino de Moraes, nº 398 Bairro Meira Praia

As Consultas Públicas terão como objetivo expor a metodologia adotada nos trabalhos, os temas abordados, a forma de participação da comunidade na formulação de propostas, a coleta de propostas e as datas dos próximos eventos que serão realizados pelo Município de Navegantes, sob coordenação da Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí - AMFRI, ou seu preposto, para o início do processo de confecção do Plano Municipal de Mobilidade Sustentável.

A íntegra deste Edital encontra-se no Sítio Eletrônico da Prefeitura Municipal de Navegantes e no Diário Oficial do Município de Navegantes.

Navegantes, 23 de abril de 2015.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 076/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 076/2015.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: LC EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA.

CNPJ: 19.383.101/0001-17.

Vigência : Início: 01/04/2015 Término: 30/06/2015.

Valor Total Acréscimo: R\$ 16.620,42

Valor Total Supressão: R\$ 2.000,54.

Recursos : Dotação: 1.019 - 4.4.90.00.00.00.00.

Objeto : Segundo Termo visando a Prorrogação do Prazo de Vigência , o Acréscimo e a Supressão de itens do Contrato nº 250/2014, referente à Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços de Engenharia para execução da Obra de Reforma da Escola Municipal Professora Maria Hostim da Costa, localizada no Bairro Machados, Município de Navegantes, conforme Tomada de Preço nº 174/2014.

Navegantes, 01 de abril de 2015.

LEI 2961 ERRATA

LEI N º 2961 DE 9 DE DEZEMBRO DE 2014

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REPASSAR NUMERÁRIO À CRUZ VERMELHA BRASILEIRA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1 º - Fica, o Poder Executivo municipal, autorizado a repassar a quantia de R\$ 700,00 (setecentos reais) mensais para a Cruz Vermelha Brasileira, entidade sem fins lucrativos inscrita no CNPJ sob o n º 07.793.773/0001-11, filial de Navegantes, com sede na Travessa Valdemar Vieira, Centro, neste município.

Art. 2 º - O valor estabelecido no artigo 1 º será repassado para a entidade beneficiada mensalmente, durante 12 (doze) meses, a contar da publicação desta lei.

Art. 3 º - O valor repassado será utilizado exclusivamente em ações sociais da entidade beneficiada.

Art. 4 º - Os recursos para a execução da presente lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 5 º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

NAVEGANTESPREV**PORTARIA Nº 016 DE 24 DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA N º 016 DE 24 DE ABRIL DE 2015.

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE, EM CARÁTER PROPORCIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 40 §1º, III, "b" da CFRB/1988, com redação da EC nº 41/2003, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a lei complementar municipal n.º 99/2011, que instituiu o Regime,

RESOLVE:

I Conceder o benefício de Aposentadoria por Idade a servidora NOELI MARIA HOFFMANN DE SOUZA, portadora da cédula de identidade n.º 4.867.480-0 SESP/SC, inscrito no CPF sob o n.º 322.010.289-15, e PIS/PASEP nº 102.59491.36.2 efetiva no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na ASG EFETIVO APOIO, com proventos PROPORCIONAIS, contidos na planilha de cálculo de proventos, conforme processo administrativo n.º 2015.02.00137, a partir desta data até posterior deliberação.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 24 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Jan Ullrich

DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 24 DE ABRIL DE 2015.

Jan Ullrich

DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Nova Trento

PREFEITURA

CONTRATO 056/2015

CONTRATO Nº 056/2015

Origem: Processo Nº 032/2015 - Pregão Presencial nº 021/2015.
Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ nº 82.925.025/0001-60. Contratada: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02, estabelecida na Rua Mal. Floriano Peixoto, 450, Centro Histórico, CEP 90.020-060, cidade de Porto Alegre/RS. Objeto do Contrato: Contratação de seguro para os veículos da frota do Município de Nova Trento, com prazo de cobertura de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias a contar das 24 horas do dia 30 de abril de 2015. O valor total é de R\$ 33.100,00 (Trinta e três mil e cem reais). Vigência: 30/04/2015 até 30/04/2016.

Nova Trento, 16 de abril de 2015.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

CONTRATO 057/2015

CONTRATO Nº 057/2015

Origem: Processo Nº 032/2015 - Pregão Presencial nº 021/2015.
Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ nº 82.925.025/0001-60. Contratada: ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S.A., inscrita no CNPJ nº 08.816.067/0001-00, estabelecida na Av. Eusébio Matoso, 1375, Butantã, CEP 05423-905, cidade de São Paulo/SC. Objeto do Contrato: Contratação de seguro para os veículos da frota do Município de Nova Trento, com prazo de cobertura de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias a contar das 24 horas do dia 30 de abril de 2015. O valor total é de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais). Vigência: 30/04/2015 até 30/04/2016.

Nova Trento, 16 de abril de 2015.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

PORTARIA Nº 292/2015

PORTARIA Nº 292/ 2015

Dispõe sobre Exoneração e Nomeação de Cargo Comissionado

Josemar Guilherme Franzoi, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, em exercício, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, o Servidor Público Municipal, CLAUBER RENATO AMORIM, matrícula nº 5488, ocupante do Cargo de Provisão em Comissão de Assessor Administrativo Hospitalar, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Servidores Comissionados desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir de 01 de março de 2015.

Art. 2º - NOMEAR, o Servidor Público Municipal, CLAUBER RENATO

AMORIM, matrícula nº 6651, para exercer o cargo de Provisão em Comissão de Diretor do Hospital, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 01 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de março de 2015.

Josemar Guilherme Franzoi

Prefeito Municipal, em exercício.

Registrada e publicada a presente Portaria, em 04 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 387/2015

PORTARIA Nº 387/ 2015

Dispõe sobre a Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

NOMEAR o Servidor Público Municipal FLAVIO MOACIR VALLE, matrícula nº 6679, para exercer o cargo de Provisão em Comissão de Chefe de Equipe de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Servidores Comissionados desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir de 06 de abril de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 07 de abril de 2015.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, 07 de abril de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PROCESSO 045/2015 - PREGÃO PRESENCIAL 031/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 045/2015 - Pregão Presencial nº 031/2015 - SRP 013

Objeto: Registro de Preços para aquisição parcelada de leite (dieta) especial nutricional em pó, destinado a Secretaria Municipal de Bem Estar Social e Habitação do município de Nova Trento, a ser adquirido conforme a necessidade e especificações constantes no anexo I que fica fazendo parte integrante deste edital.

Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes e Abertura das Propostas: 08/05/2015 até as 09:30 horas.

Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: (48) 3267.3211 / (48) 3267.3213 - e-mail: compras@novatrento.sc.gov.br - site: www.novatrento.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini

Prefeito

PROCESSO Nº 046/2015 - TOMADA DE PREÇO Nº 003/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 046/2015 - Tomada de Preços nº 003/2015
Objeto: Execução de serviços com fornecimento de material para Reforma e Ampliação da Creche do Santo Antonin, cidade de Nova Trento/SC.

Julgamento: Empreitada Global por preço Unitário (Menor preço Global). Entrega dos envelopes: 18/05/2015 até as 14:30 horas. Abertura: 18/05/2015 - 14:30 Horas.

Outras Informações: Praça Del Comune, 126, Centro, Fone: 48.3267 3211 - 48.3267 3213; e-mail: compras@novatrento.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini
Prefeito

PROCESSO Nº 047/2015 - TOMADA DE PREÇO Nº 004/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 047/2015 - Tomada de Preços nº 004/2015
Objeto: Execução de serviços com fornecimento de material para Execução de Passeios na Rua Geral Ponta Fina Sul, em trecho correspondente a estaca 44 a 65 + 12,62 m, cidade de Nova Trento/SC.

Julgamento: Empreitada Global por preço Unitário (Menor preço Global). Entrega dos envelopes: 19/05/2015 até as 14:30 horas. Abertura: 19/05/2015 - 14:30 Horas.

Outras Informações: Praça Del Comune, 126, Centro, Fone: 48.3267 3211 - 48.3267 3213; e-mail: compras@novatrento.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini
Prefeito

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO DO PL Nº 031/2015-PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2015 SRP

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 031/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2015 - REGISTRO DE PREÇOS

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA E/OU CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE HABITAÇÃO QUE SERÁ DOADO ÀS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL E QUE ESTEJAM COM SUAS RESIDÊNCIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO, PRECÁRIO E OU INSALUBRE, RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos estimados e especificações constantes do Edital e seus anexos.

-Os envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas deverão ser entregues até as 08h50min, no dia 07/05/2015, na sala de Licitações, junto a Prefeitura Municipal, Rua José Fabro, 01, Centro - Novo Horizonte - SC, sendo a abertura dos envelopes e a etapa de lances ocorrerão a partir das 09:00 horas, no mesmo local e data estabelecida acima.

-O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, Nº 01, Centro, nos dias úteis, das 7:30h as 11:30h e 13:30h as 17:30h, pelo site www.novohorizonte.sc.gov.br e informações pelo fone (49) 3362-0024.

Fundamentação legal: Lei Federal Nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal Nº 8.883 de 08 de Junho de 1994, e Decreto nº 1.694/2009, de 20/10/2009, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie.

Novo Horizonte (SC) em 24 de Abril de 2015.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal.

Ouro Verde

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATOS

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0044/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: ELIO DA SILVA

Objeto:Contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE. Valor certo e ajustado de R\$:3.254,45 (três mil duzentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 07 de abril de 2015. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0045/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL

Objeto:Contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE.Valor certo e ajustado de R\$:3.290,00 (três mil duzentos e noventa reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 07 de abril de 2015. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0046/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: ALZIR JOSÉ BIOTTO

Objeto:Contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE. Valor certo e ajustado de R\$:4.545,25 (Quatro mil quinhentos e quarenta e cinco reais e vinte e cinco centavos). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 07 de abril de 2015. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0047/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: ALAOR BITENCOURT BUENO

Objeto:Contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE. Valor certo e ajustado de R\$:4.437,25 (quatro mil quatrocentos e trinta e sete reais e vinte e cinco centavos). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 07 de abril de 2015. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0048/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: ABRELINA DE SOUZA DA SILVA

Objeto:Contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE.Valor certo e ajustado de R\$:4.075,80 (quatro mil e setenta e cinco reais e oitenta centavos). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 07 de abril de 2015. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0049/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: FAZENOR PASINI

Objeto:Contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE. Valor certo e ajustado de R\$:2.520,25 (dois mil quinhentos e vinte reais e vinte e cinco centavos). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 07 de abril de 2015. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0050/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: VILSON RIBEIRO DE FREITAS

Objeto:Contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE. Valor certo e ajustado de R\$:3.254,45 (três mil duzentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 07 de abril de 2015. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0051/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: INDUMAR INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS E AGRICOLAS LTDA-ME

Objeto: Contratação de empresa especializada para Aquisição de uma concha nova para a escavadeira hidráulica sobre esteiras PC138 Komatsu e peças para sua instalação. b) Aquisição de peças e serviço de mão de obra para o conserto da escavadeira hidráulica sobre esteira JCB JS160.Valor certo e ajustado de R\$:23.903,30 (vinte e três mil novecentos e três reais e trinta centavos).Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde,16 de abril de 2015. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0052/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADO: WILLIANTUR AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA-ME

Objeto:Contratação de empresa especializada para os Serviços de Transporte dos idosos e atividades afins da Secretaria de Assistência Social do município de Ouro Verde para o ano de 2015.Valor certo e ajustado de R\$:7.830,00 (sete mil oitocentos e trinta reais).Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde,17 de abril de 2015. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

ERRATA AO EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0041/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: HYPER NET TELECOMUNICAÇÕES LTDA - ME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE ACESSO À INTERNET, NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS.Onde se lê.Valor certo e ajustado de R\$:5.670,00 (cinco mil seiscentos e setenta reais).Passa a ser. Valor certo e ajustado de R\$:7.560,00 (sete mil quinhentos e sessenta reais).Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 23 de abril de 2015. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

ERRATA AO EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0042/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADO: HYPER NET TELECOMUNICAÇÕES LTDA - ME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA

PRESTAÇÃO DE ACESSO À INTERNET, NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS. Onde se lê. Valor certo e ajustado de R\$:1.620,00 (hum mil seiscientos e vinte reais). Passa a ser. Valor certo e ajustado de R\$:2.160,00 (dois mil cento e sessenta reais) Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 23 de abril de 2015. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE OURO VERDE
ERRATA AO EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0043/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADO: HYPER NET TELECOMUNICAÇÕES LTDA - ME
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE ACESSO À INTERNET, NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS. Onde se lê. Valor certo e ajustado de R\$:810,00 (oitocentos e dez reais). Passa a ser. Valor certo e ajustado de R\$:1.080,00 (Hum mil e oitenta reais) Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 23 de abril de 2015. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

Paial

PREFEITURA

EXTRATO PROPOSTAS TP 001/2015

MUNICÍPIO DE PAIAL - SC

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2015 - PMP

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra de instalação de estrutura metálica com telhas de chapa de policarbonato no Centro de Educação Municipal de Paial

EXTRATO DO RESULTADO DA FASE DE PROPOSTAS

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1.º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de proposta de preços da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: foi julgada foi julgada vencedora a licitante SERGIO CONRADO CASASOLA & CIA LTDA do objeto da licitação em epígrafe, com o preço total de R\$ 28.111,80 (vinte e oito mil cento e onze reais e oitenta centavos)). Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas franqueada ao respectivo processo licitatório, caso se sinta prejudicada, para interposição de recurso.

Paial, SC, 23 de abril de 2015.
ANTONIO SOSTER
Presidente da C.P.L.

Palhoça

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 1022/2015.

PORTARIA Nº. 1022/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LUIZIANE RENATA FEIJO SENES DOS SANTOS, matrícula nº. 400316-1, titular do cargo de Enfermeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 30/06/2005 a 30/06/2010, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 02/03/2015 à 02/04/2015.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1039/2015.

PORTARIA Nº. 1039/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3822 de 10 de dezembro de 2013, que Contratou por Tempo Determinado a servidora ANDREZA DOS SANTOS, titular do cargo de Agente de Controle de Endemias, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 03/01/2015 a 03/01/2016.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1001/2015.

PORTARIA Nº. 1001/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARYLAND FIGUEIREDO DA SILVA, matrícula nº. 400251-1, titular do cargo de Auxiliar de Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 30/12/2001 a 30/12/2006, por 01 (um) mês e referente ao quinquênio de 30/12/2006 a 30/12/2011, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 03/03/2015 à 03/05/2015.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1004/2015.

PORTARIA Nº. 1004/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora ANGELA APARECIDA CARVALHO SOUZA, matrícula nº. 802320-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 20/02/2015, de acordo com às folhas 01.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1013/2015.

PORTARIA Nº. 1013/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora ROSINEI MARIA MARTINS, matrícula nº. 800234 titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 11/02/2015, de acordo com às folhas 28.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1021/2015.

PORTARIA Nº. 1021/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ANALUCIA LUZIA VIEIRA, matrícula nº. 123993-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 27/03/2007 a 27/03/2012, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 04/03/2015 à 04/04/2015.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1057/2015.

PORTARIA Nº. 1057/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, JUCIELI MARTINS SCHAFER THIESEN, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 05/03/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1062/2015.

PORTARIA Nº. 1062/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ANA CRISTINA VIEIRA FERREIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Matemática, no (a) EB Antonieta Silveira de Souza, com carga horária de 25 (vinte e cinco) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 09/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Cleber Helio Garcia, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 015/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ATA Nº015/2015 do PREGÃO Nº 233/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa

MAURICIO SAVULSKI DE MATOS ME. OBJETO: Contratação de serviços para pequenos reparos nas Unidades Escolares e demais segmentos administrativos, muitas delas exigidas pelo Ministério Público, para o ano letivo de 2015 para a Secretaria da Educação . VALOR: R\$ 355.600,04 (trezentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos reais e quatro centavos). DATA: 03/02/2015 A 02/02/2016.

Lote 1: Lote 01

Forne- cedor: 1729799 - MAU- RICIO SAVUL- SKI DE MATOS ME.						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
2	Serviço de Pedreiro	H		6.130,00000	R\$19,8600	R\$121.741,8000
1	Serviço de carpintaria	H		1.200,00000	R\$19,8600	R\$23.832,0000
3	Serviço de Servente	H		3.200,00000	R\$15,6700	R\$50.144,0000
4	Serviço de Pintura Predial	H		3.200,00000	R\$19,8600	R\$63.552,0000
5	Serviço de Eletricista	H		3.200,00000	R\$21,0900	R\$67.488,0000
6	Serviço de Instalação Hidráulica	H		1.200,00000	R\$24,0352	R\$28.842,2400
Total do Fornecedor:						R\$355.600,0400
Total Geral dos Itens:						R\$355.600,0400

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 016/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL REEQ. BOMBEIROS DE PALHOÇA E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº016/2015 do PREGÃO Nº 218/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa

BRUTHAN COMERCIAL LTDA. OBJETO: Aquisição de alimentos perecíveis para suprir as necessidades destinadas ao Fundo Municipal do Corpo de Bombeiros e Fundo Municipal de Assistência Social. VALOR: R\$ 100.971,08 (cem mil, novecentos e setenta e um reais e oito centavos). DATA: 12/02/2015 A 11/02/2016.

Lote 1: Hortifruti

Forne- cedor: 989460 - BRU- THAN COMER- CIAL LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
27	Banana Branca: tipo especial, de conformidade com a Portaria M.A nº. 126 de 15/05/81. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação	KG	IN NATURA	2.400,00000	R\$3,3600	R\$8.064,0000
26	Vagem, verde tipo especial. Deve apresentar as características de cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	IN NATURA	250,00000	R\$2,8300	R\$707,5000
25	Maçã Vermelha, Nacional: Frutos de tamanho médio, no grau máximo de evolução no tamanho, aroma e sabor da espécie, sem fermentos, firmes, tenras e com brilho. De acordo com a resolução 12/78 da cnpa.Kg	KG	IN NATURA	200,00000	R\$5,6000	R\$1.120,0000
24	Batata Inglesa: suja grupo I ou II, classe 2, tipo: especial, de conformidade com a Portaria M.A . 69 de 21/02/95 e Portaria M.A . 523 de 28/08/96. Deve apresentar características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	IN NATURA	2.900,00000	R\$2,9900	R\$8.671,0000
23	Chuchu: classe: médio tipo 2 ou especial, de conformidade com a Portaria nº 76 de 25/02/75. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, superfície praticamente lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	IN NATURA	440,00000	R\$2,9900	R\$1.315,6000

22	Tomate: Grupo Oblongo ou redondo, subgrupo verde maduro a pintado, classe: médio ou grande, tipo especial, de conformidade com a portaria M.A nº 533 de 30/08/95. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidos, bem formados, limpos, com coloração própria, com superfície praticamente lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	IN NATURA	1.800,00000	R\$5,9800	R\$10.764,0000
21	Cenoura: sem folhas, classe: médio tipo: especial, de conformidade com a Portaria M.A . 412 de 07/10/86. Composição das raízes de 12 a 17 cm. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidas, não lenhosa, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, praga e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	IN NATURA	737,00000	R\$3,0400	R\$2.240,4800
19	Abóbora Menina, tamanho médio. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	IN NATURA	550,00000	R\$2,5200	R\$1.386,0000
18	Abacaxi pérola: Tamanho médio, pesando 1000 gr à 1400 gr por unidade. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	IN NATURA	300,00000	R\$3,5300	R\$1.059,0000
17	Brocolis, tamanho médio. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidos, bem formados, limpos, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	IN NATURA	330,00000	R\$4,6600	R\$1.537,8000
16	Maçã gala: grupo: rajada classe de 70 a 80mm, tipo ou categoria 2. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas, doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	IN NATURA	2.200,00000	R\$4,7000	R\$10.340,0000

15	<p>PEPINO.</p> <p>Tipo comum inteiro, limpo, firme, tamanho e coloração uniforme, casca homogênea, sem danos físicos oriundos de manuseio e transporte. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade. Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em Lei.</p>	KG	IN NATURA	50,00000	R\$3,6400	R\$182,0000
14	<p>Beterraba: Tamanho médio - pesando entre 200 a 300 gramas a unidade. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, íntegros, sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade.</p> <p>Observação: isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei, conforme resolução CNNPA de 12/78 e decreto lei nº 986 de 21/10/69.</p>	KG	IN NATURA	650,00000	R\$3,6400	R\$2.366,0000
13	<p>Tangerina Pocan. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidos, bem formados, limpos, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.</p>	KG	IN NATURA	1.000,00000	R\$2,8600	R\$2.860,0000
12	<p>Laranja pêra: grupo I, tipo especial, de conformidade com a Portaria M.A. nº 125 de 15/05/81. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicas, pragas, doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.</p>	KG	IN NATURA	2.400,00000	R\$2,8000	R\$6.720,0000
11	<p>Pimentão: verde tipo especial. Deve apresentar as características de cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas, doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.</p>	KG	IN NATURA	200,00000	R\$6,5900	R\$1.318,0000
9	<p>Cebola de cabeça: classe média, tipo: especial, de conformidade com a Portaria M. A nº 529 de 18/03/97. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.</p>	KG	IN NATURA	1.276,00000	R\$3,5000	R\$4.466,0000
8	<p>Tomate tipo maçã, tamanho, médio, segunda, com aproximadamente 80% de maturação, sem ferimentos ou defeitos, tenros, sem manchas, com coloração uniforme e brilho de acordo com a resolução 12/78 da cnnpa. Kg</p>	KG	IN NATURA	200,00000	R\$5,6000	R\$1.120,0000

7	Mamão formosa. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidos, bem formados, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças, estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	IN NATURA	520,00000	R\$4,6200	R\$2.402,4000
6	Batata doce: tamanho médio a grande, de conformidade com a portaria M.A. nº 529 de 18/03/97. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	IN NATURA	300,00000	R\$4,7500	R\$1.425,0000
5	Alho graúdo do tipo comum, cabeça inteira fisiologicamente desenvolvido, com bulbos curados, sem chocamento, danos mecânicos ou causado por pragas de acordo com a resolução 12/78 da cnnpa kg	KG	IN NATURA	80,00000	R\$19,5900	R\$1.567,2000
4	Manga Tommy Atkins: Tipo Tommy atkins, apresentando a polpa de cor amarelo escuro e com textura firme e consistente, com fibra fina e abundante. Todos os produtos devem, apresentar características do cultivar bem definidas, integros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade. Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em Lei.	KG	IN NATURA	300,00000	R\$3,7800	R\$1.134,0000
3	Aipim: tamanho médio, de conformidade com a Portaria M. A. nº 529 de 18/03/97. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidos bem formados, limpos com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação	KG	IN NATURA	1.500,00000	R\$3,2200	R\$4.830,0000
2	Cebolinha, com folhas interinas, com talo, graúdas, sem manchas, com coloração uniforme, turgescer, intactas, firmes e bem desenvolvidas, maço aproximadamente 300g (sem raízes) de acordo com a resolução 12/78 da cnnpa. kg	MIL	IN NATURA	560,00000	R\$1,9601	R\$1.097,6560
28	Salsa Fresca: Talos e folhas inteiras, graúdas, sem manchas, com coloração uniforme, talos e folhas inteiras, turgescer, intactas, firmes e bem desenvolvidas, maço com aproximadamente 300g (sem raízes). de acordo com a resolução 12/78 da cnnpa Kg	MLH	IN NATURA	669,00000	R\$1,9600	R\$1.311,2400

20	Alface: Tamanho médio, de conformidade com a Resolução CNNPA de 12/78 e Decreto 986 de 21/10/69. Deve apresentar a cabeça fechada e com as folhas verdes, apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, com superfície praticamente lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	UN	IN NATURA	750,00000	R\$2,2500	R\$1.687,5000
10	Couve-flor, tamanho médio. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidos, bem formados, limpos, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	UN	IN NATURA	440,00000	R\$3,3600	R\$1.478,4000
1	Repolho verde: Tamanho médio, de conformidade com a Resolução CNNPA de 12/78 e Decreto 986 de 21/10/69. Deve apresentar a cabeça fechada e com as folhas verdes, apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, com superfície praticamente lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	UN	IN NATURA	439,00000	R\$2,8000	R\$1.229,2000
Total do Fornecedor:						R\$84.399,9760

Lote 5: Embutidos

Forne- cedor: 989460 - BRU- THAN COMER- CIAL LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
5	Presunto cozido sem capa de gordura, em peça, embalado a vácuo em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, com aproximadamente 3, 5 kg, acondicionado em caixas lacradas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, Presunto número de lote, data de validade, quantidade do produto, com o selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE) ou Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e atender as especificações técnicas da NTA 08 do Decreto Estadual nº 12.486 de 20/10/1978.	KG	JCW	100,00000	R\$19,0000	R\$1.900,0000

3	Salsicha tipo hot dog de carne, congelada, à granel. Embalagem: pacotes com até 2,5kg, devidamente embalados, lacrados, com o selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE) ou Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e especificação de prazo de validade e peso.	KG	JCW	300,00000	R\$5,5000	R\$1.650,0000
2	Bacon, defumado, em peça, embalado a vácuo, em saco plástico transparente, atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, contendo aproximadamente 1 kg, acondicionado em caixas lacradas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto, com o selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE) ou Serviço de Inspeção Municipal (SIM), especificação de prazo de validade e peso e atender as especificações técnicas da NTA 04 do Decreto Estadual nº 12.486 de 20/10/1978.	KG	JCW	30,00000	R\$14,5500	R\$436,5000
1	Linguiça, tipo calabresa: Carne suína pura e limpa, de 1ª qualidade, apresentando-se em gomos uniformes, adicionada de toucinho e condimentos naturais em proporções adequadas ao tipo calabres submetida ao processo de cura, embalada a vácuo em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, acondicionado em caixas lacradas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, quantidade do produto, com o selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE) ou Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e especificação de prazo de validade e peso.	KG	JCW	30,00000	R\$9,4800	R\$284,4000
4	Mortadela Fatiada sem gordura. De 1ª qualidade. Acondicionada em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, pacotes com no mínimo 200 gramas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, com o selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE) ou Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e especificação de prazo de validade e peso.	PCT	JCW	500,00000	R\$1,5400	R\$770,0000
Total do Fornecedor:						R\$5.040,9000

Lote 11: Produtos de Panificação

Forne- cedor: 989460 - BRU- THAN COMER- CIAL LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Pães de 50 gramas de trigo, tipo frances, deverá ser fabricado com matérias-primas de primeira qualidade, deverá estar de acordo com a NTA 47 (Decreto 12.342 de 27/07/78) e com a legislação em vigor quanto às normas de higiene. Será rejeitado o pão queimado ou mal assado. Ingredientes: farinha de trigo, fermento biológico, água e sal. Aparência: massa cozida, miolo poroso, leve e homogêneo, sem grumos, sabor e odor próprios. Cor: casca amarelada e miolo branco. Embalagem: saco de papel pardo, resistente e atóxico, umidade máxima de 15%(g/100g).	KG	JM	180,00000	R\$10,1600	R\$1.828,8000
2	Pão Doce. Produto a base de farinha de trigo especial, fermento fresco, ovos, (gordura hidrogenada ou banha), contendo reforçador, açúcar, sal, antimorfo e leite em pó integral de origem animal. Embalagem deverá ser acondicionados em sacos de polietileno atóxico, resistente e transparente; Unidade 50g	UN	JM	100,00000	R\$10,1600	R\$1.016,0000
Total do Fornecedor:						R\$2.844,8000

Lote 12: Diversos

Forne- cedor: 989460 - BRU- THAN COMER- CIAL LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
3	Batata Palha frita com gordura vegetal e sal, pacote com no mínimo 100 gr.	PCT	TUTA	500,00000	R\$2,3000	R\$1.150,0000
2	Filtro de papel para café nº 103, cx c/ 40 unidades	PCT	MELLITA	500,00000	R\$2,6700	R\$1.335,0000

1	Margarina Vegetal com sal, de primeira qualidade, com 60 a 80% de lipídios, fabricada a partir de matérias-primas selecionadas. Apresentação: aspecto, cheiro, sabor e cor peculiar aos mesmos, isentos de ranço e outras características. Embalagem: com 500 gramas.	POTE	DELICIA	588,00000	R\$3,3000	R\$1.940,4000
4	Óleo de soja Refinado, 100% natural. Deverá apresentar aparência, cor, odor e sabor característicos e isento de ranço e outras peculiaridades indesejáveis, conforme Portaria nº. 795, de 15 de dezembro de 1993. Se a embalagem for tipo Pet, esta não deverá ser frágil, conter ferrugem, mistura de outros óleos e cheiro forte. Embalagem: de 900ml.	UN	SOYA	1.000,00000	R\$3,6000	R\$3.600,0000
5	Azeite de Oliva Extra Virgem: Produto da prensagem a frio da azeitona, acidez menor que 1 coloração amarela esverdeado, que possam ser novamente tampadas após aberta. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número do lote, quantidade do produto e número de registro. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem 500 mL.	UN	OLÉ	50,00000	R\$13,2000	R\$660,0000
Total do Fornecedor:						R\$8.685,4000
Total Geral dos Itens:						R\$100.971,0760

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 017/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL REEQ. BOMBEIROS DE PALHOÇA E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº017/2015 do PREGÃO Nº 218/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa

LUIZ FERNANDO SEBOLD ME. OBJETO: Aquisição de alimentos perecíveis para suprir as necessidades destinadas ao Fundo Municipal do Corpo de Bombeiros e Fundo Municipal de Assistência Social. VALOR: R\$ 44.206,85 (quarenta e quatro mil, duzentos e seis e oitenta e cinco centavos). DATA: 12/02/2015 A 11/02/2016.

Lote 4: Pescados

Fornecedor: 3578097 - LUIZ FERNANDO SEBOLD ME

Item
Descrição
Unidade
Marca
Qtde. Item
Valor Unitário
Valor Total

1

Filé de peixe resfriado, fresco, tipo corvina, pescadinha ou abrótea, com aproximadamente 120 gramas cada filé. Embalagem com o selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE) ou Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e especificação de prazo de validade e peso.

KG

PIONEIRA

1.200,00000

R\$16,1500

R\$19.380,0000

Total do Fornecedor:

R\$19.380,0000

Lote 8: Biscoitos, doces e bebidas

Fornecedor: 3578097 - LUIZ FERNANDO SEBOLD ME

Item
Descrição
Unidade
Marca
Qtde. Item
Valor Unitário
Valor Total

2
Gelatina em pó, no sabor morango. Embalagem: mínimo 35g para diluição em 500 ml de água.
CX
APTI
100,00000
R\$0,6600
R\$66,0000

17
Biscoito Doce sortido Amanteigado tipos: doce amanteigado, rosca doce amanteigado sabor chocolate, biscoito recheado sabor morango, biscoito recheado sabor chocolate. Ingredientes: açúcar, gordura vegetal hidrogenada, manteiga, sal fermento químico (bicarbonato de sódio, bicarbonato de amônio). Embalagem: padronizada, plástica com 400 gramas.
PCT
ISABELA
900,00000
R\$3,9500
R\$3.555,0000

13
Biscoito salgado, composição básica farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada, água, açúcar, amido de milho, aspecto, cor, cheiro e sabor próprios embalado em PCT plástico resistente acondicionado em caixa de papelão (embalagem secundária), lacrada e rotulada, a embalagem deve conter a validade, com os registros obrigatórios do ministério competente. pct c/ 200g
PCT
ITAMARATY
60,00000
R\$1,1200
R\$67,2000

12
Biscoito Salgado Tipo Cream Cracker.
Ingredientes: Farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada, açúcar, sal, bicarbonato de sódio, lecitina de soja. Contém: Glúten.
Embalagem: padronizada, plástica com 400 gramas.
PCT
ITAMARATY
400,00000
R\$2,1800
R\$872,0000

11
Coco ralado, pacote com 100gr. O produto não deverá apresentar misturas inadequadas ao produto, presença de impurezas, formação de grumos, coloração clara demais, sabor alterado e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta.
PCT
FLYCOCO
200,00000
R\$1,8900
R\$378,0000

5
Suco, artificial, em pó, adoçado, sabor laranja. Embalagem com 240 gramas, diversos sabores. Com identificação do produto, informação nutricional, marca do fabricante, prazo de validade, lote e peso líquido. Produto deverá ter registro no MAPA.
PCT
Vilma
50,00000
R\$3,3700
R\$168,5000

4
Biscoito doce, a base de farinha de trigo com açúcar, soro de leite, gordura vegetal hidrogenada, aroma e lecitina de soja, enriquecido com vitaminas. Embalagem individualizada em papel celofane e em caixas de papelão (embalagem secundária), a data de fabricação devesa estar em local visível da embalagem. Pct de 200g.
PCT
ITAMARATY
40,00000
R\$1,1000
R\$44,0000

3
Suco em pó nos sabores variados : abacaxi, maracujá, laranja, limão, uva, manga e acerola, com rendimento de 1 (um) litro, adoçado. Produto registrado no MAPA.
PCT
APTI
8.000,00000
R\$0,4801
R\$3.840,8000

1
Gelatina em pó, nos sabores: Morango, abacaxi, limão, tutti-futi e franboesa. Embalagem com no mínimo 35g.
PCT
APTI
1.000,00000
R\$0,6600
R\$660,0000

19
Gelatina em pó, sabor tutti-fruti. Embalagem: mínimo 35g para diluição em 500 ml de água.
UN
APTI
100,00000
R\$0,6800
R\$68,0000

18
Doce de Frutas nos sabores Banana , Goiaba , uva , abacaxi e morango Potes hermeticamente fechados com lacre.Embalagem de 400gr.
Registro no órgão sanitário competente;
UN
NATUREZA
1.000,00000
R\$1,7000
R\$1.700,0000

16
Gelatina em pó, sabor framboesa. Embalagem: mínimo 35g para diluição em 500 ml de água.
UN
APTI
100,00000
R\$0,6800
R\$68,0000

15
Suco, artificial, em pó, adoçado, sabor uva. Embalagem com 240 gramas, diversos sabores. Com identificação do produto, informação nutricional, marca do fabricante, prazo de validade, lote e peso líquido. Produto devesa ter registro no MAPA.
UN
Vilma
50,00000

R\$3,3500
R\$167,5000

14
Pó para preparo de Pudim com diversos sabores 50 gramas.
UN
APTI
100,00000
R\$0,7400
R\$74,0000

20
Água Mineral, sem gás, acondicionada em bombonas de 20 litros de policarbonato transparente, PH mínimo de 6.0 a 25º C na fonte. Água mineral é apenas para reposição, no momento da entrega será feita a troca do vasilhame. Produto com registro no Ministério da Saúde.
UN
SANTA RITA
2.000,00000
R\$5,7000
R\$11.400,0000

10
Suco, artificial, em pó, adoçado, sabor abacaxi. Embalagem com 240 gramas, diversos sabores. Com identificação do produto, informação nutricional, marca do fabricante, prazo de validade, lote e peso líquido. Produto devesa ter registro no MAPA.
UN
Vilma
50,00000
R\$3,3700
R\$168,5000

9
Doce em Pasta sabor Banana
Ingredientes: polpa de fruta, açúcar e glicose de milho. Embalagem de 400 gramas plásticas com proteção de alumínio, devendo conter a identificação do fabricante, data de produção, Validade e tabela com informação nutricional.Data de fabricação do Produto: de no maximo 30 (trinta) dias da data de autorização de fornecimento expedida pela Prefeitura. Prazo de validade de no minimo 06 (seis) meses.
UN
NATUREZA
138,00000
R\$1,6800
R\$231,8400

8
Gelatina em pó, sabor limão. Embalagem: mínimo 35g para diluição em 500 ml de água.
UN
APTI
100,00000
R\$0,6600
R\$66,0000

7
Gelatina em pó, sabor abacaxi. Embalagem: mínimo 35g para diluição em 500 ml de água.
UN
APTI
100,00000
R\$0,6600
R\$66,0000

6
Suco, artificial, em pó, adoçado, sabor limão. Embalagem com 240 gramas, diversos sabores. Com identificação do produto, informação nutricional, marca do fabricante, prazo de validade, lote e peso líquido. Produto deverá ter registro no MAPA.

UN
Vilma
50,00000
R\$3,3700
R\$168,5000

Total do Fornecedor:
R\$23.829,8400

Lote 10: Enlatados e Conservas

Fornecedor: 3578097 - LUIZ FERNANDO SEBOLD ME

Item
Descrição
Unidade
Marca
Qtde. Item
Valor Unitário
Valor Total

2
Milho Verde em conserva, embalagem de no mínimo 200 gr drenado.

LATA
PREDILECTA
350,00000
R\$1,4186
R\$496,5100

1
Ervilha em conserva, embalagem de no mínimo 200 gr drenado.

LATA
OLÉ
350,00000
R\$1,4300
R\$500,5000

Total do Fornecedor:
R\$997,0100

Total Geral dos Itens:
R\$44.206,8500

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 018/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL REEQ. BOMBEIROS DE PALHOÇA E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA
ATA Nº016/2015 do PREGÃO Nº 218/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa
GIZELE REGINA DA SILVA ME. OBJETO: Aquisição de alimentos perecíveis para suprir as necessidades destinadas ao Fundo Municipal do Corpo de Bombeiros e Fundo Municipal de Assistência Social. VALOR: R\$ 88.005,01 (oitenta e oito mil, cinco reais e um centavo). DATA: 12/02/2015 A 11/02/2016.

Lote 2: Granjeiros

Fornecedor: 3580741 - GIZELE REGINA DA SILVA ME

Item
Descrição
Unidade
Marca
Qtde. Item
Valor Unitário
Valor Total

1
Ovo de galinha: fresco tipo especial, tipo A, vermelho de 55 a 60 gramas de peso por unidade, conforme Decreto Lei 3.748 de 12/07/93, artigo 687. Data de classificação: de no máximo 7 dias de cada entrega. Embalagem: com rótulo, descartável, fechada c/ 01 dúzia, com o selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE) ou Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e especificação de prazo de validade e peso. Data de produção e validade.

DZ
FRIOLAR
1.500,00000
R\$3,7100
R\$5.565,0000

Total do Fornecedor:
R\$5.565,0000

Lote 7: Açúcares, Grãos e Farináceos

Fornecedor: 3580741 - GIZELE REGINA DA SILVA ME

Item
Descrição
Unidade
Marca
Qtde. Item
Valor Unitário
Valor Total

12
Amido de milho-aspecto: pó fino cor branca odor próprio.Registro do produto no Ministério da Saúde ou Agricultura. Embalagem padronizada até 500gr

CX
APTI
250,00000
R\$2,3000
R\$575,0000

9
Açúcar refinado, embalagem com 01kg.
Características Técnicas: Produto processado da cana-de-açúcar com moagem refinada, amorfo, isenta de fermentações, de matéria terrosa, de parasitas e detritos animais ou vegetais, tendo aspecto próprio do tipo do açúcar, cor própria, cheiro próprio e sabor doce. Deve constar no rótulo: "Açúcar refinado especial".

Embalagem primária: Sacos de polietileno leitoso ou transparente, pacotes de 1 kg.

Embalagem secundária: Sacos de papel reforçados e lacrados, identificados com o nome do fabricante, com capacidade para no máximo 10 kg.

KG
DUÇULA
700,00000
R\$1,9227
R\$1.345,8900

13
Feijão Preto: tipo 1, isento de matérias estranhas, e impurezas, isento de insetos vivos ou mortos, máxima de 15% e 13% de

umidade. Portaria 161 de 24/07/77 M.A . - Matérias estranhas 2%
.Embalagem: embalagem plástica de 01 Kg.

KG
BIEL
1.137,00000
R\$3,8000
R\$4.320,6000

6
Farinha de Mandioca, extra fina. Característica: grupo seca, sub-grupo extra fina, classe branca. Embalagem: intacta, acondicionada em pacotes de polietileno transparente de 1Kg.

KG
BIEL
605,00000
R\$2,3000
R\$1.391,5000

5
Arroz parboilizado, longo, fino, tipo I, produzido sem agrotóxico. Apresentar selo da Associação Orgânica. Produto com registro no MAPA. Embalagem: plástica com no mínimo 01 kg.

KG
FAZENDA
600,00000
R\$2,4000
R\$1.440,0000

2
Farinha de trigo especial: Deverá ser fabricada a partir de grãos de trigo, são e limpos, isentos de Matéria terrosa e parasita e em perfeito estado de conservação, não podendo estar úmida, fermentada, nem rançosa. Embalagem: de 01 Kg.

KG
FIDALGA
900,00000
R\$1,9200
R\$1.728,0000

8
Achocolatado em Pó Solúvel - O Achocolatado em pó solúvel deve ser preparado com ingredientes são e limpos de primeira qualidade, tendo: aparência pó fino homogêneo, cor marrom, odor característico, sabor próprio. Ingredientes: cacau, açúcar, malte dextrina, com vitaminas.

Embalagem: com 400 gr do produto.

LATA
NESCAU
1.150,00000
R\$6,0000
R\$6.900,0000

11
Canjica grupo misturados, subgrupo despeletizado, classe branca tipo 1. Embalagem plástica com 500g.

PCT
COMVEL
200,00000
R\$2,4000
R\$480,0000

10
Café em pó homogêneo torrado e moído, de primeira qualidade, a vácuo de qualidade tradicional, extra forte Produto com selo de pureza abic e selo pqc, Qualidade Tradicional. Embalagem primária a alto vácuo em pacotes de poliéster metalizado e re-embalados em caixa de papelão com 500 gramas e secundária em caixa de papelão retangular fechada com até 10 kg. Certificado de pureza e PQC abic.

PCT
JURERE EXTRA FORTE
1.570,00000
R\$6,2000
R\$9.734,0000

4
Fermento de bolo em pó químico seco - Embalag. c/ 100 gr

PCT
APTI
400,00000
R\$1,5000
R\$600,0000

3
Arroz parbolizado, longo, fino, tipo I, amarelo características técnicas:
Arroz beneficiado, parbolizado, logo, fino tipo I. Umidade máxima de 14%.
Embalagem, sacos de polietileno transparente, pacotes de 5Kg.
Produto registrado no MAPA.

PCT
KIKI
1.200,00000
R\$9,3900
R\$11.268,0000

1
Farinha de rosca,seca,fina, ligeiramente torrada, de cor amarelada, isenta de sujidades, parasitas e larvas, acondicionado em saco plástico transparente, atóxico.

O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e no Ministério da saúde.

PCT
CONVEL
300,00000
R\$2,5000
R\$750,0000

7
AÇÚCAR REFINADO, com as Características mínimas: Produto processado da cana de açúcar com moagem refinada, amorfo, isenta de fermentações, de matéria terrosa, de parasitas e detritos animais ou vegetais, tendo aspecto próprio do tipo do açúcar, cor própria, cheiro próprio e sabor doce. Deve constar no rótulo: "Açúcar refinado especial". Embalagem Primária: sacos de polietileno leitoso ou transparente, pacotes de 5 kg, devendo conter a identificação do fabricante, data de produção e validade.

UN
DUÇULA
220,00000
R\$9,3500
R\$2.057,0000

Total do Fornecedor:
R\$42.589,9900

Lote 9: Produtos Lácteos

Fornecedor: 3580741 - GIZELE REGINA DA SILVA ME

Item
Descrição
Unidade
Marca
Qtde. Item
Valor Unitário
Valor Total

4
Leite Longa Vida Integral UHT, embalagem tetrapack de 1 litro, com o selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE) ou Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e especificação de prazo de validade e peso. Caixa com 12 unidades.

CX
LANGUIRU
1.325,00000
R\$26,0000
R\$34.450,0000

3
Leite condensado em lata ou tetrapack, com 395g ingredientes: Leite integral, açúcar e lactose. O produto deverá apresentar na embalagem o selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE) ou Serviço de Inspeção Municipal (SIM), data de fabricação e lote, não deverá apresentar umidade, misturas inadequadas ao produto, presença de impureza, odor desagradável, peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta.

LATA
TERRA VIVA
250,00000
R\$3,0000
R\$750,0000

1
Queijo Prato, o queijo maturado obtido por coagulação do leite por meio do coalho e/ou outras enzimas coagulante apropriadas, complementada ou não pela ação de bactérias lácticas específicas. O Queijo Prato é um queijo gordo, de média umidade, de acordo com a classificação estabelecida no Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Queijos. 'Leite da espécie bovina. 'Consistência: semi-dura, elástica. -Textura: compacta, lisa, fechada, Cor: amarelado ou amarelo-palha -Sabor: característico Odor: característico Crosta: não possui, ou com crosta fina, lisa, sem trincas. Forma: Paralelepípedo de seção transversal, retangular. Correspondem às características de composição e qualidade dos queijos de média umidade gordos estabelecidos no Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Queijos. Obtenção de uma massa semicozida, remoção parcial do soro lavada por adição de água quente, pré-prensada, sob soro moldada, prensada, salgada e maturada. Deverá maturar pelo tempo necessário para conseguir suas características específicas (pelo menos 25 dias). O queijo prato deverá manter-se a uma temperatura não superior a 12° C. Os queijos deverão obedecer ao padrão da Legislação vigente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, e outras existentes. O produto não deverá conter substâncias estranhas de qualquer natureza. O produto deverá ser produzido para apresentar prazo de validade de acordo com a legislação vigente. O produto deverá ser acondicionado com materiais adequados às condições de armazenamento conferindo-lhe proteção apropriada contra contaminação. Será considerada imprópria a embalagem defeituosa que exponha o produto à contaminação e/ou deterioração, a qual não será aceita. Deverá ser fornecido em pacotes de 200 gramas. Embalagem com o selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE) ou Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e especificação de prazo de validade e peso.

PCT
FRILATOS
600,00000
R\$6,2917
R\$3.775,0200

2
CREME DE LEITE _ Origem animal, embalado em lata ou tetrapack, limpa, isenta de ferrugem, não amassada, não estufada, resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número

do lote, quantidade do produto com o selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE) ou Serviço de Inspeção Municipal (SIM). Atender as exigências do Ministério da Agricultura e DIPOA, conforme Portaria 369 de 04/09/1997 e do Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de origem Animal. Peso mínimo 200g

UN
TERRA VIVA
350,00000
R\$2,5000
R\$875,0000

Total do Fornecedor:
R\$39.850,0200

Total Geral dos Itens:
R\$88.005,0100

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 019/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL REEQ. BOMBEIROS DE PALHOÇA E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº019/2015 do PREGÃO Nº 218/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa

JULIANO JAIRO MELO ME. OBJETO: Aquisição de alimentos perecíveis para suprir as necessidades destinadas ao Fundo Municipal do Corpo de Bombeiros e Fundo Municipal de Assistência Social. VALOR: R\$ 12.342,75 (doze mil, trezentos e quarenta e dois reais e setenta e cinco Centavos). DATA: 12/02/2015 A 11/02/2016.

Lote 6: Massas, molhos e condimentos

Fornecedor: 3618218 - JULIANO JAIRO MELO ME

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
------	-----------	---------	-------	------------	----------------	-------------

4	Caldo de galinha cx com mínimo 57gr, com 12 tabletes.	CX	MAGGI	200,00000	R\$2,0300	R\$406,0000
---	---	----	-------	-----------	-----------	-------------

3	Sal - refinado, iodado, com granulação uniforme e com cristais brancos, não pegajoso ou empedrado, embalado em pacotes de 500g. Produto deverá ter Registro no Ministério da Saúde.	KG	ZIZO	342,00000	R\$1,7900	R\$612,1800
---	---	----	------	-----------	-----------	-------------

10	Macarrão tipo parafuso. Massa tipo parafuso, com ovos. Ingredientes: Farinha de trigo especial, ovos. Registro do produto no Ministério da Saúde. Embalagem: Padronizada com até 500 gramas. Deve apresentar na embalagem valor nutricional.					
----	--	--	--	--	--	--

PCT
BORTOLINI
650,00000
R\$2,8400
R\$1.846,0000

2
Maionese tradicional, embalagem com 3kg (BALDE). De acordo com a Resolucao 12/78 da Comissao Nacional de Normas e Padroes para Alimentos - CNNPA. POTE
D AJUDA
70,00000
R\$39,0000
R\$2.730,0000

9
Orégano desidratado, com as folhas trituradas para darem mais sabor, acondicionado em sacos de polietileno; pacote de 100 gramas.
UN
DA FILÓ
20,00000
R\$2,6800
R\$53,6000

8
Extrato de tomate, simples, concentrado. Preparado com frutos maduros, selecionados, são, sem pele e sem sementes e estar isento de fermentação de indicadores de processamento defeituosos. Aparência de massa mole, de cor vermelha, odor e sabor próprio. O produto deve se enquadrar na Resolução n.º 12/78 da C.N.N.P.A/NTE 12/15 de 24/07/78. Embalagem: lata ou vidro fechado(a), inviolável, com revestimento interno apropriado, com capacidade de no mínimo 340grs.
UN
BONARE
900,00000
R\$2,8400
R\$2.556,0000

7
Macarrão Espaguete.Tipo espaguete longo, com ovos. Ingredientes: Farinha de trigo especial, ovos. Padronizada com até 500 gramas. Deve apresentar na embalagem valor nutricional.
UN
BORTOLINI
848,00000
R\$2,7900
R\$2.365,9200

6
Vinagre: Ácido acético obtido mediante a fermentação acética de soluções aquosas de álcool procedente principalmente de matérias agrícolas. Padronizado, refiltrado, pasteurizado e envasado para a distribuição no comércio em geral. Com acidez de 4,15%. Embalagem plástica/garrafa pet, sem corantes, sem essências. e sem adição de açúcares. De acordo com a rdc nº276/2005. Embalagem 900ml
UN
HEINING
437,00000
R\$1,8500
R\$808,4500

5

Cominho em pó: embalagem de 50 g.
UN
DA FILÓ
40,00000
R\$3,2100
R\$128,4000

1
Colorífico. Características técnicas: Aspecto de pó fino, cor vermelho intenso, odor e sabor próprios. Ingredientes: fubá ou farinha de mandioca com urucum em pó ou extrato oleoso de urucum adicionado ou não de sal e de óleos comestíveis. Embalagem primária: Saco de polietileno atóxico, resistente, lacrado, pacotes de 100 g.
UN
DA FILÓ
370,00000
R\$2,2600
R\$836,2000

Total do Fornecedor:
R\$12.342,7500

Total Geral dos Itens:
R\$12.342,7500

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 020/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL REEQ. BOMBEIROS DE PALHOÇA E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA
ATA Nº020/2015 do PREGÃO Nº 218/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa
DUDA COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI ME. OBJETO: Aquisição de alimentos perecíveis para suprir as necessidades destinadas ao Fundo Municipal do Corpo de Bombeiros e Fundo Municipal de Assistência Social. VALOR: R\$ 69.919,95 (sessenta e nove mil, novecentos e dezenove reais e noventa e cinco centavos). DATA: 12/02/2015 A 11/02/2016.

Lote 3: Produtos Cárneos

Fornecedor: 3775330 - DUDA COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI ME

Item
Descrição
Unidade
Marca
Qtde. Item
Valor Unitário
Valor Total

8
Carne de Charque 1ª Qualidade, (no máximo 10% de gordura), embalada em saco plástico vácuo transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, acondicionado em caixas lacradas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de validade, quantidade do produto, com o selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE) ou Serviço de Inspeção Municipal (SIM).
KG
MM
55,00000
R\$13,9900

R\$769,4500

7
Carne bovina em Bife: paleta, congelada, de segunda, sem osso, limpa, sem nervos, sem tendões, sem aponervroses e sem gorduras com características organolépticas (cor, sabor, odor característicos). devidamente identificadas com etiquetas internas de acordo com a Legislação vigente, com o selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE) ou Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e especificação de prazo de validade e peso.

KG
MM
1.200,00000
R\$12,9800
R\$15.576,0000

6
Carne Suína sem osso e sem pele Temperada - LOMBO
Lombo suíno sem osso e sem pele, fatiado em bife de 60 gramas, temperado. Embalagem com o selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE) ou Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e especificação de prazo de validade e peso. Embalagem primária: Sacos de nylon-poly, termossoldado, a vácuo devidamente rotulados de acordo com a Legislação vigente. Pacotes de 1 KG.

KG
MM
50,00000
R\$14,2500
R\$712,5000

5
Carne Bovina Coxão Mole em cubos congelada de segunda sem osso, limpa, sem nervuras, sem tendões, sem aponervroses e sem gorduras com características organolépticas (cor, sabor, odor característicos). Embalagem com o selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE) ou Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e especificação de prazo de validade e peso.

KG
MM
200,00000
R\$15,9800
R\$3.196,0000

4
Frango Inteiro: Congelado, com miúdos, pesando entre 1.500 a 2.000 gramas cada unidade de frango. Embalagem: por unidade com rótulo de identificação, com o selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE) ou Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e especificação de prazo de validade e peso.

KG
MACEDO
3.500,00000
R\$5,6900
R\$19.915,0000

3
Carne bovina Inteira: paleta, congelada, de segunda, sem osso, limpa, sem nervos, sem tendões, sem aponervroses e sem gorduras com características organolépticas (cor, sabor, odor característicos). devidamente identificadas com etiquetas internas de acordo com a Legislação vigente, com o selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE) ou Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e especificação de prazo de validade e peso.

KG

MM

1.200,00000
R\$12,1600
R\$14.592,0000

2
Sobrecosta sem osso

O produto não poderá apresentar hematomas, penas, pele e gordura em excesso, manchas (dermatite, riscos e machas esverdeadas, péla bilis), excesso de escaldagem, fraturas, resíduo de queratina, sangue coagulado e corte fora da cartilagem da articulação. Deve apresentar odor característico de carne de frango, isento de pele, cheiro e ranço, sabor de frango, isento de sabores estranhos como ração, azedo, textura firme, não deve desmanchar a pressão manual. não deve ser pegajosa. Coloração da superfície (pele) uniforme e levemente amarelada, tendo a carne um tom róseo. Embalagem: com 01 (um) kg em cada pacote, congelado, devidamente embalados, lacrados com etiqueta lacre, devendo conter o peso, o prazo de validade, discriminado o tipo de carne embalada e a marca, com o selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE) ou Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e especificação de prazo de validade e peso.

.
KG
MACEDO
100,00000
R\$6,5100
R\$651,0000

1
Carne bovina moída: músculo, congelado, de segunda, sem osso, limpa, sem nervos, sem tendões, sem aponervroses e sem gordura. embalagem: embalada à vácuo, em pacotes de 01 (um) Kg, devidamente identificadas com etiquetas internas de acordo com a Legislação vigente, com o selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE) ou Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e especificação de prazo de validade e peso.

KG
MM
1.200,00000
R\$12,0900
R\$14.508,0000

Total do Fornecedor:
R\$69.919,9500

Total Geral dos Itens:
R\$69.919,9500

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 021/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPL DE PALHOÇA, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

ATA Nº021/2015 do PREGÃO Nº 13/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa PEÇALUB COMÉRCIO DE PEÇAS, EQUIPAMENTOS E LUBRIFICANTES LTDA. OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de peças, lubrificantes, filtros e óleos com mão de obra para manutenção dos veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça, Fundos e Autarquias. VALOR: R\$ 431.088,18 (quatrocentos e trinta e um mil, oitenta e oito reais e dezoito centavos). DATA: 11/03/2015 A 10/03/2016.

Lote 1: DIVERSOS

Fornecedor:
3582620 -
PEÇALUB
COMERCIO
DE PEÇAS,
EQUIPA-
MENTOS
E LUBRI-
FICANTES
LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
4	Fluido de freio - Classificação DOT 3 - 500 ml	UN	LUBRAX	183,00000	R\$15,5000	R\$2.836,5000
1	Bujão de carter	UN	AGEL	62,00000	R\$15,0000	R\$930,0000
5	Líquido do conjunto de arrefecimento.	LTS	DNK	6,00000	R\$24,0000	R\$144,0000
6	Fluido de direção	UN	VR	10,00000	R\$18,5000	R\$185,0000
2	ANEL DE VEDAÇÃO PARA CARTER	UN	AGEL	100,00000	R\$3,2000	R\$320,0000
7	ADITIVO DE RADIADOR	UN	DNK	26,00000	R\$24,0000	R\$624,0000
3	Disco para tacografo CX com 10	CX	WURTH	60,00000	R\$49,0000	R\$2.940,0000
8	Arla 32	LTS	Serquimica	600,00000	R\$4,4000	R\$2.640,0000
Total do Fornecedor:						R\$10.619,5000

Lote 2: DETERGENTES

Fornecedor:
3582620 -
PEÇALUB
COMERCIO
DE PEÇAS,
EQUIPA-
MENTOS
E LUBRI-
FICANTES
LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Detergente automotivo	LTS	ALKON	600,00000	R\$3,5900	R\$2.154,0000
2	Detergente desengraxante automotivo	LTS	ALKON	600,00000	R\$3,6200	R\$2.172,0000
3	Detergente decapante automotivo	LTS	ALKON	600,00000	R\$3,6233	R\$2.173,9800
Total do Fornecedor:						R\$6.499,9800

Lote 3: EXTINTORES

Fornecedor: 3582620 - PEÇALUB COMERCIO DE PEÇAS, EQUIPA- MENTOS E LUBRI- FICANTES LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Extintor para veículo de 1kg	UN	KIDDE	60,00000	R\$67,4000	R\$4.044,0000
2	Extintor de Incêndio para carro de 2kg	UN	KIDDE	13,00000	R\$99,5000	R\$1.293,5000
Total do Fornecedor:						R\$5.337,5000

Lote 4: FILTROS DE AR

Fornecedor: 3582620 - PEÇALUB COMERCIO DE PEÇAS, EQUIPA- MENTOS E LUBRI- FICANTES LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	FILTRO DE AR CORRIE FORD	PÇ	WEGA	8,00000	R\$57,0000	R\$456,0000
2	Filtro de ar Ford/Fusion	UN	WEGA	6,00000	R\$69,0000	R\$414,0000
3	Filtro de ar trator Valtra 275	UN	XANFIL	20,00000	R\$90,0000	R\$1.800,0000
4	Filtro de ar primário para Escavadeira Hidráulica E215B	UN	XANFIL	14,00000	R\$314,0000	R\$4.396,0000
5	FILTRO DE AR PARA FIAT UNO FIRE	UN	WEGA	68,00000	R\$30,0000	R\$2.040,0000
6	Filtro de Ar para veículo Palio Week-end	UN	WEGA	10,00000	R\$30,0000	R\$300,0000
7	Filtro de ar Ford/Cargo 1421	UN	XANFIL	30,00000	R\$185,0000	R\$5.550,0000
8	Filtro de ar para veículo Fiat/Siena	UN	WEGA	12,00000	R\$28,0000	R\$336,0000
9	Filtro de ar para veículo VW Voyage	UN	WEGA	4,00000	R\$50,0000	R\$200,0000
10	Filtro de ar para Logan	UN	WEGA	6,00000	R\$27,5000	R\$165,0000
11	Filtro de ar para Kombi	UN	WEGA	8,00000	R\$30,5000	R\$244,0000
12	Filtro de ar p/ Ford Ranger	UN	WEGA	18,00000	R\$114,0000	R\$2.052,0000
13	Filtro de ar Trator MF 86	UN	XANFIL	8,00000	R\$160,0000	R\$1.280,0000
14	Filtro de ar Retroescavadeira MF 750	UN	XANFIL	20,00000	R\$80,0000	R\$1.600,0000
15	Filtro de ar secundário para Escavadeira Hidráulica E215B	UN	XANFIL	12,00000	R\$143,0000	R\$1.716,0000
16	Filtro de Ar - MITUSIBISH VTR L200 TRITON SAVANA 2014	UN	WEGA	4,00000	R\$185,0000	R\$740,0000
17	Filtro de ar secundário Motoniveladora RG 140B	UN	XANFIL	10,00000	R\$126,0000	R\$1.260,0000

18	Filtro de ar para Ford Transit	UN	WEGA	6,00000	R\$112,0000	R\$672,0000
19	Filtro de ar p/veículo corsa	UN	WEGA	4,00000	R\$57,5000	R\$230,0000
20	Filtro ar Ford/ Cargo 2422 eletronico 16.28T220VC/3ano 2006	UN	XANFIL	25,00000	R\$200,0000	R\$5.000,0000
21	Filtro de ar Ford F-4000	UN	XANFIL	20,00000	R\$78,0000	R\$1.560,0000
22	Filtro de ar primário BOB CAT	UN	WEGA	8,00000	R\$160,0000	R\$1.280,0000
23	Filtro de ar primário Retroescavadeira LB90/110	UN	XANFIL	14,00000	R\$136,0000	R\$1.904,0000
24	Filtro de ar para Fiat/Doblo ELX 1.8 2006	UN	WEGA	10,00000	R\$100,0000	R\$1.000,0000
25	Filtro de ar secundário BOB CAT	UN	WEGA	8,00000	R\$107,0000	R\$856,0000
26	Filtro de Ar para veículo FIAT/DUCATO	UN	WEGA	2,00000	R\$114,0000	R\$228,0000
27	Filtro de ar Ford/ Cargo 815 eletronico 5.08 T/150 CV - ANO 2006	UN	XANFIL	8,00000	R\$182,0000	R\$1.456,0000
28	Filtro de ar para Retro JCB motor Perkins 2006	UN	WEGA	10,00000	R\$58,5000	R\$585,0000
29	Filtro de ar para veículo Ford/Corrier	UN	WEGA	32,00000	R\$57,5000	R\$1.840,0000
30	Filtro de ar para Fiat/Doblo	UN	WEGA	14,00000	R\$100,0000	R\$1.400,0000
31	Filtro de ar carregadeira W20 motor Mercedes 1113	UN	XANFIL	15,00000	R\$2,5000	R\$37,5000
32	Filtro de Ar para veículo Strada Working	UN	WEGA	10,00000	R\$30,0000	R\$300,0000
33	Filtro de ar Trator MF 785	UN	XANFIL	20,00000	R\$74,5000	R\$1.490,0000
34	Filtro de ar para Tracker	UN	WEGA	6,00000	R\$109,0000	R\$654,0000
35	Filtro de ar para veículo Ford Fiesta	UN	WEGA	38,00000	R\$57,5000	R\$2.185,0000
Total do Fornecedor:						R\$47.226,5000

Lote 5: FILTROS DE COMBUSTÍVEL

Fornecedor: 3582620 - PEÇALUB COMERCIO DE PEÇAS, EQUIPA- MENTOS E LUBRI- FICANTES LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Filtro combustivel Ford/Cargo 2422 eletronico 16.28 T/220 CV/3-ano 2006	UN	Original Filter	30,00000	R\$260,0000	R\$7.800,0000
2	Filtro de combustivel retro JCB motor Perkins -2006	UN	Original Filter	10,00000	R\$85,0000	R\$850,0000
3	Filtro de Combustível para veículo Ford/Fusion	UN	Original Filter	8,00000	R\$95,0000	R\$760,0000
4	Filtro combustivel Ford/Transit	UN	Original Filter	6,00000	R\$89,0000	R\$534,0000
5	Filtro de Combustível para veículo Strada Working	UN	Original Filter	10,00000	R\$32,0000	R\$320,0000
6	Filtro de combustivel BOB CAT	UN	Original Filter	8,00000	R\$98,0000	R\$784,0000
7	Filtro combustivel para veículo Ford/ Corrier	UN	Original Filter	18,00000	R\$35,0000	R\$630,0000
8	Filtro de combustivel Trator MF86	UN	Original Filter	8,00000	R\$35,0000	R\$280,0000
9	Filtro combustivel Ford/Cargo 815 eletronico 5.08T/150 CV/2 ano 2006	UN	Original Filter	8,00000	R\$275,0000	R\$2.200,0000
10	Filtro Combustível Trator Valtra 275	UN	Original Filter	20,00000	R\$58,5000	R\$1.170,0000

11	Filtro de Combustível para veículo Palio Weekend	UN	Original Filter	10,00000	R\$30,0000	R\$300,0000
12	Filtro de combustível para VW Voyage	UN	Original Filter	4,00000	R\$32,0000	R\$128,0000
13	Filtro combustível principal Retroescavadeira LB90/110	UN	Original Filter	15,00000	R\$68,0000	R\$1.020,0000
15	Filtro de combustível para veículo Ford Fiesta	UN	Original Filter	22,00000	R\$35,0000	R\$770,0000
16	Filtro de Combustível para Kombi	UN	Original Filter	4,00000	R\$24,5000	R\$98,0000
17	Filtro de Combustível - Tracker	UN	Original Filter	6,00000	R\$74,5000	R\$447,0000
18	Filtro de combustível para Fiat/Doblo	UN	Original Filter	16,00000	R\$29,0000	R\$464,0000
19	Filtro Combustível Retroescavadeira MF 750	UN	Original Filter	20,00000	R\$63,5000	R\$1.270,0000
20	Filtro combustível Ford/Cargo 1421	UN	Original Filter	20,00000	R\$285,0000	R\$5.700,0000
21	Filtro de Combustível p/ Fiat Siena	UN	Original Filter	6,00000	R\$30,0000	R\$180,0000
22	Filtro de Combustível para Logan	UN	Original Filter	6,00000	R\$28,0000	R\$168,0000
23	Filtro de combustível para Fiat/Uno Mille Fire	UN	Original Filter	74,00000	R\$38,0000	R\$2.812,0000
24	Filtro Combustível Trator MF 785	UN	Original Filter	20,00000	R\$35,0000	R\$700,0000
25	Filtro combustível Ford F-4000	UN	Original Filter	10,00000	R\$54,0000	R\$540,0000
26	Filtro de combustível principal Motoniveladora RG 140B	UN	Original Filter	10,00000	R\$119,0000	R\$1.190,0000
27	Filtro combustível carregadeira W20 Motor Mercedes 1113	UN	Original Filter	15,00000	R\$25,0000	R\$375,0000
14	Pré-Filtro de combustível para Escavadeira Hidráulica E215B	UN	Original Filter	10,00000	R\$285,0000	R\$2.850,0000
28	Filtro de combustível para Escavadeira Hidráulica E215B	UN	Original Filter	15,00000	R\$128,0000	R\$1.920,0000
29	Filtro de combustível Para Ford/Ranger	UN	Original Filter	16,00000	R\$140,0000	R\$2.240,0000
Total do Fornecedor:						R\$38.500,0000

Lote 6: FILTROS DE ÓLEO

Fornecedor: 3582620 - PEÇALUB COMERCIO DE PEÇAS, EQUIPA- MENTOS E LUBRI- FICANTES LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Filtro de óleo lubrificante - Tracker	UN	Original Filter	6,00000	R\$84,0000	R\$504,0000
2	Filtro de óleo trator MF 785	UN	Original Filter	10,00000	R\$75,0000	R\$750,0000
3	Filtro de óleo lubrificante para Fiat/Uno Mille Fire	UN	Original Filter	98,00000	R\$30,0000	R\$2.940,0000
4	Filtro de Óleo para veículo Palio Weekend	UN	Original Filter	10,00000	R\$30,0000	R\$300,0000
5	Filtro de óleo lubrificante Ford/Cargo 1421 - Ano 2002	UN	Original Filter	20,00000	R\$180,0000	R\$3.600,0000
6	Filtro de óleo lubrificante Trator MF 86	UN	Original Filter	8,00000	R\$68,0000	R\$544,0000
7	Filtro de óleo p/veículo corsa	UN	Original Filter	4,00000	R\$33,0000	R\$132,0000
8	Filtro de óleo lubrificante para Retro JCB motor Perkins 2006	UN	Original Filter	10,00000	R\$50,0000	R\$500,0000
9	Filtro de óleo lubrificante para Fiat/Doblo	UN	Original Filter	39,00000	R\$30,0000	R\$1.170,0000

10	Filtro de óleo retroescavadeira MF 750	UN	Original Filter	10,00000	R\$75,0000	R\$750,0000
11	Filtro de óleo lubrificante Ford/Fusion	UN	Original Filter	8,00000	R\$72,0000	R\$576,0000
29	Filtro oleo lubrificante carregadeira W20 motor mercedes 1113	UN	Original Filter	10,00000	R\$87,0000	R\$870,0000
12	Filtro de óleo lubrificante Ford F-4000	UN	Original Filter	10,00000	R\$53,0000	R\$530,0000
13	Filtro de óleo para veículo Ford Fiesta	UN	Original Filter	46,00000	R\$33,0000	R\$1.518,0000
14	Filtro de Óleo - MITUSIBISH VTR L200 TRITON SAVANA 2014	UN	Original Filter	4,00000	R\$180,0000	R\$720,0000
15	Filtro de óleo lubrificante para Escavadeira Hidráulica E215B	UN	Original Filter	20,00000	R\$145,0000	R\$2.900,0000
16	Filtro de óleo para veículo FIAT/DUCATO	UN	Original Filter	2,00000	R\$109,0000	R\$218,0000
30	Filtro oleo lubrificante Ford Gargo 2422 eletronico 16.28T/220 CV/3 Ano 2006	UN	Original Filter	25,00000	R\$185,0000	R\$4.625,0000
17	Filtro de óleo trator Valtra 275	UN	Original Filter	10,00000	R\$52,0000	R\$520,0000
18	Filtro de óleo Ford Ranger.	UN	Original Filter	6,00000	R\$105,0000	R\$630,0000
19	Filtro de óleo lubrificante Retroescavadeira LB90/110	UN	Original Filter	20,00000	R\$61,0000	R\$1.220,0000
20	Filtro de óleo lubrificante para Logan	UN	Original Filter	6,00000	R\$29,0000	R\$174,0000
21	Filtro de óleo lubrificante, Fiat Siena	UN	Original Filter	12,00000	R\$29,0000	R\$348,0000
22	Filtro de oleo lubrificante Kombi	UN	Original Filter	10,00000	R\$28,0000	R\$280,0000
23	Filtro de oleo lubrificante Ranger	UN	Original Filter	12,00000	R\$106,0000	R\$1.272,0000
31	Filtro oleo lubrificante Ford/Cargo 815 eletronico 5.08T/150cv/2-ano 2006	UN	Original Filter	10,00000	R\$195,0000	R\$1.950,0000
24	Filtro de óleo lubrificante Ford/Transit	UN	Original Filter	8,00000	R\$90,0000	R\$720,0000
25	Filtro de óleo BOB CAT	UN	Original Filter	8,00000	R\$64,0000	R\$512,0000
26	Filtro de óleo lubrificante para veículo Ford/Corrier	UN	Original Filter	44,00000	R\$33,0000	R\$1.452,0000
27	Filtro de Óleo para veículo Strada Working	UN	Original Filter	10,00000	R\$30,0000	R\$300,0000
28	Filtro de óleo lubrificante Motoniveladora RG 140B	UN	Original Filter	15,00000	R\$125,0000	R\$1.875,0000
Total do Fornecedor:						R\$34.400,0000

Lote 7: FILTROS DIVERSOS

Fornecedor: 3582620 - PEÇALUB COMERCIO DE PEÇAS, EQUIPA- MENTOS E LUBRI- FICANTES LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Filtro tanque óleo hidráulico escavadeira motor cumins	UN	Original Filter	15,00000	R\$154,0000	R\$2.310,0000
2	Filtro hidráulico BOB CAT	UN	Original Filter	10,00000	R\$238,0000	R\$2.380,0000
3	Filtro separador água Ford/Cargo 2422 eletrônico 16.28T/220cv/3 2006	UN	Original Filter	30,00000	R\$140,0000	R\$4.200,0000
4	Filtro separador de água Retroescavadeira LB90/110	UN	Original Filter	10,00000	R\$114,0000	R\$1.140,0000
5	Filtro de transmissão Motoniveladora RG 140B	UN	Original Filter	10,00000	R\$399,0000	R\$3.990,0000

6	Filtro hidráulico Retroescavadeira LB90/110	UN	Original Filter	10,00000	R\$246,0000	R\$2.460,0000
7	Filtro de transmissão Retroescavadeira LB90/110	UN	Original Filter	10,00000	R\$398,0000	R\$3.980,0000
8	Filtro respiro reservatório hidráulico Escavadeira Hidráulica E215B ENW-01	UN	Original Filter	15,00000	R\$310,0000	R\$4.650,0000
9	Filtro Separador de água Retro JCB - Motor Perkins - Ano 2007	UN	Original Filter	10,00000	R\$99,0000	R\$990,0000
10	Filtro retorno reservatório hidráulico Escavadeira Hidráulica E215B ENW-02	UN	Original Filter	15,00000	R\$270,0000	R\$4.050,0000
11	Filtro separador de água Ford/Cargo 1421 - Ano 2002	UN	Original Filter	20,00000	R\$186,0000	R\$3.720,0000
12	Filtro Separador de água - Escavadeira motor cumins	UN	Original Filter	15,00000	R\$99,0000	R\$1.485,0000
14	Filtro separador de água Motoniveladora RG 140B	UN	Original Filter	10,00000	R\$89,0000	R\$890,0000
15	Filtro torque para Retro JCB motor Perkins 2006	UN	Original Filter	10,00000	R\$120,0000	R\$1.200,0000
16	Filtro Hidráulico Carregadeira W20	UN	Original Filter	6,00000	R\$125,0000	R\$750,0000
17	Filtro de sucção hidráulico para Escavadeira Hidráulica E215	UN	Original Filter	15,00000	R\$147,0000	R\$2.205,0000
18	Filtro separador de água Ford/Cargo 815 eletrônico 5.08T/150 CV/2 ANO 2006	UN	Original Filter	10,00000	R\$140,0000	R\$1.400,0000
13	Pré-Filtro sucção hidráulico Motoniveladora RG 140B	UN	Original Filter	10,00000	R\$170,0000	R\$1.700,0000
Total do Fornecedor:						R\$43.500,0000

Lote 8: LUBRIFICANTES

Fornecedor: 3582620 - PEÇALUB COMERCIO DE PEÇAS, EQUIPA- MENTOS E LUBRI- FICANTES LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Oleo lubrificante para caixa de transmissão para veículos a gasolina/alcool	LTS	MENZELUB	25,00000	R\$18,5000	R\$462,5000
2	Oleo lubrificante para transmissão hidráulico	LTS	MENZELUB	600,00000	R\$20,0000	R\$12.000,0000
3	ÓLEO MOTOR A GASOLINA/ÁLCOOL 5W30 - MOTORCRAFT	LTS	MENZELUB	14,00000	R\$24,7000	R\$345,8000
4	Óleo lubrificante para motores a gasolina/álcool 5W40	LTS	MENZELUB	40,00000	R\$26,0000	R\$1.040,0000
5	Óleo lubrificante hidráulico tipo THF11	UN	MENZELUB	300,00000	R\$14,3000	R\$4.290,0000
6	ÓLEO MOTOR A GASOLINA/ÁLCOOL 10W30	LTS	MENZELUB	20,00000	R\$19,7000	R\$394,0000
7	Óleo lubrificante para caixa de transmissão para veículos a diesel - SAE 140	LTS	MENZELUB	320,00000	R\$18,9000	R\$6.048,0000
8	Óleo lubrificante mineral classe SAE 20W50	LTS	MENZELUB	30,00000	R\$18,4000	R\$552,0000
9	Óleo lubrificante tipo ambra	LTS	MENZELUB	1.500,00000	R\$24,5000	R\$36.750,0000
10	OLEO SEMI-SINTÉTICO MOTOR A DIESEL 5W30	LTS	MENZELUB	14,00000	R\$15,7000	R\$219,8000

11	Óleo lubrificante para caixa de transmissão para veículos a diesel - SAE 90	LTS	MENZELUB	83,00000	R\$18,4000	R\$1.527,2000
12	Oleo Lubrificante para motores diesel SAE 15W40	LTS	MENZELUB	2.410,00000	R\$15,8000	R\$38.078,0000
13	Óleo lubrificante para motores diesel - classe SAE 40	LTS	MENZELUB	360,00000	R\$15,7000	R\$5.652,0000
14	ÓLEO MOTOR A GASOLINA/ÁLCOOL 5W30 - MOTOR STORK	LTS	MENZELUB	14,00000	R\$24,7000	R\$345,8000
15	Óleo lubrificante W10	LTS	MENZELUB	1.500,00000	R\$18,6000	R\$27.900,0000
16	Oleo lubrificante semi-sintetico para motor a gasolina /alcool (5000 km) SAE 15W40	LTS	MENZELUB	934,00000	R\$24,7000	R\$23.069,8000
17	Oleo lubrificante mineral para motor a gasolina/álcool (5.000 Km).	LTS	MENZELUB	150,00000	R\$18,4000	R\$2.760,0000
18	Óleo lubrificante para motores a gasolina / alcool semi-sintético (5000 km). SAE 15W40	LTS	MENZELUB	100,00000	R\$24,7000	R\$2.470,0000
19	Óleo lubrificante para veículo VW Voyage	UN	MENZELUB	6,00000	R\$32,5000	R\$195,0000
20	Oleo lubrificante para motor diesel SAE 20W50	LTS	MENZELUB	300,00000	R\$18,8000	R\$5.640,0000
21	Óleo caixa câmbio	LTS	MENZELUB	300,00000	R\$19,2000	R\$5.760,0000
22	Óleo lubrificante hidráulico tipo 68	LTS	MENZELUB	300,00000	R\$18,0000	R\$5.400,0000
23	OLEO HIDRAULICO ATF	LTS	MENZELUB	964,00000	R\$18,7000	R\$18.026,8000
24	Óleo 2T- 500 ml	UN	MENZELUB	180,00000	R\$28,0000	R\$5.040,0000
Total do Fornecedor:						R\$203.966,7000

Lote 9: PALHETAS

Fornecedor: 3582620 - PEÇALUB COMERCIO DE PEÇAS, EQUIPA- MENTOS E LUBRI- FICANTES LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Palheta Limpador Traseiro - Uno Mille Fire	UN	BOSCH	12,00000	R\$40,0000	R\$480,0000
2	Palheta Limpador Dianteiro para veículo Palio Weekend	PAR	BOSCH	2,00000	R\$51,8000	R\$103,6000
3	Palhetas limpadores traseiro Ford Fiesta	UN	BOSCH	12,00000	R\$49,3000	R\$591,6000
4	Palheta limpador dianteiro Ford F-4000	PAR	BOSCH	4,00000	R\$61,7000	R\$246,8000
5	Palheta do Limpador dianteiro Fiat/ Uno Mille Fire	PAR	BOSCH	40,00000	R\$48,9000	R\$1.956,0000
6	Palheta Limpador Dianteiro para veículo Strada Working	PAR	BOSCH	2,00000	R\$44,7000	R\$89,4000
7	Palheta limpador dianteiro Ford/Fusion	PAR	BOSCH	4,00000	R\$80,9000	R\$323,6000
8	Palheta Limpador Traseiro para veículo Palio Weekend	UN	BOSCH	2,00000	R\$51,9000	R\$103,8000
9	Palheta limpador dianteiro Ford/ Ranger	PAR	BOSCH	6,00000	R\$48,6000	R\$291,6000
10	Palheta limpador dianteiro Fiat/Siena	PAR	BOSCH	10,00000	R\$56,5000	R\$565,0000

11	Pastilha de freio para veículo Ford/Ranger	JG	BOSCH	2,00000	R\$162,3000	R\$324,6000
12	Palheta limpador dianteiro para Fiat/Doblo	PAR	BOSCH	13,00000	R\$51,4000	R\$668,2000
13	Palheta Limpador Dianteiro para Kombi	PAR	BOSCH	6,00000	R\$34,2000	R\$205,2000
14	Palheta limpador dianteiro Cargo	PAR	BOSCH	10,00000	R\$66,5000	R\$665,0000
15	Palheta Limpador Dianteiro para Logan	PAR	BOSCH	2,00000	R\$65,3000	R\$130,6000
16	Palheta Limpador Dianteiro - Tracker	UN	BOSCH	2,00000	R\$46,2000	R\$92,4000
17	Palheta Limpador Traseiro Fiat Doblo	UN	BOSCH	11,00000	R\$55,6000	R\$611,6000
18	Palheta limpador dianteiro Ford/Transit	PAR	BOSCH	4,00000	R\$60,6000	R\$242,4000
19	Palheta limpador dianteiro para Fiat/Doblo	UN	BOSCH	6,00000	R\$51,4000	R\$308,4000
20	Palheta limpador dianteiro Ford/Corrier	PAR	BOSCH	10,00000	R\$47,9000	R\$479,0000
21	Palheta limpador dianteiro Ford Fiesta	PAR	BOSCH	32,00000	R\$47,1000	R\$1.507,2000
22	Palheta limpador dianteiro para VW Voyage	PAR	BOSCH	4,00000	R\$35,5000	R\$142,0000
Total do Fornecedor:						R\$10.128,0000

Lote 10: GRAXA

Fornecedor: 3582620 - PEÇALUB COMERCIO DE PEÇAS, EQUIPA- MENTOS E LUBRI- FICANTES LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	GRAXA	KG	VR	700,00000	R\$11,7000	R\$8.190,0000
2	Graxa grafitada	KG	LUCHETI	800,00000	R\$28,4000	R\$22.720,0000
Total do Fornecedor:						R\$30.910,0000
Total Geral dos Itens:						R\$431.088,1800

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 022/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE PALHOÇA

ATA Nº022/2015 do PREGÃO Nº 07/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa CC ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de tubos de concreto e galerias para ser utilizado em diversas obras de Saneamento e Drenagens do Município. VALOR: R\$ 735.975,00 (setecentos e trinta e cinco mil e novecentos e setenta e cinco reais). DATA: 16/03/2015 A 15/03/2016.

Fornecedor: 3570444 - CC ARTEFATOS DE CONCRE- TO LTDA EPP						
---	--	--	--	--	--	--

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
12	Galeria 1500x1500x150x150(pa-rede) - Galeria 1500x1500x150x150(parede)	M	CCA	100,00000	R\$1.000,0000	R\$100.000,0000
11	Galeria 2000x2000 - 150x150(pa-rede) - Galeria 2000x2000 - 150x150(parede)	M	CCA	100,00000	R\$1.320,0000	R\$132.000,0000
10	Tubo 1500 MF CA2 - Tubo 1500 MF CA2	UN	CCA	100,00000	R\$500,0000	R\$50.000,0000
9	Tubo 1000MF CA1 - Tubo 1000MF CA1	UN	CCA	100,00000	R\$190,0000	R\$19.000,0000
8	Tubo 800 MF CA2 - Tubo 800 MF CA2	UN	CCA	600,00000	R\$140,0000	R\$84.000,0000
7	Tubo 800 MF CA1 - Tubo 800 MF CA1	UN	CCA	700,00000	R\$125,0000	R\$87.500,0000
6	Tubo 600 MF CA1 - Tubo 600 MF CA1	UN	CCA	700,00000	R\$70,0000	R\$49.000,0000
5	Tubo 600 MF Simples. - Tubo 600 MF Simples.	UN	CCA	2.000,00000	R\$41,9900	R\$83.980,0000
4	Tubo 500 MF Simples. - Tubo 500 MF Simples.	UN	CCA	500,00000	R\$32,9900	R\$16.495,0000
3	Tubo 400 MF Simples. - Tubo 400 MF Simples.	UN	CCA	2.500,00000	R\$19,8000	R\$49.500,0000
2	Tubo 300 MF Simples. - Tubo 300 MF Simples.	UN	CCA	2.500,00000	R\$14,8000	R\$37.000,0000
1	Tubo MF 200 Simples.	UN	CCA	2.500,00000	R\$11,0000	R\$27.500,0000
Total do Fornecedor:						R\$735.975,0000
Total Geral dos Itens:						R\$735.975,0000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 023/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº023/2015 do PREGÃO Nº 08/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa FLAME COMÉRCIO DE GÁS LTDA. OBJETO: Aquisição de recarga de gás para todos os serviços da Secretaria de Assistência Social. VALOR: R\$ 34.799,00 (trinta e quatro mil e setecentos e noventa e nove reais). DATA: 17/03/2015 A 16/03/2016.

Lote 1: LOTE 1

Forne- cedor: 914339 - FLAME COMER- CIO DE GAS LTDA.						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
2	Carga de gás de cozinha - GLP - botijão 13 Kg	UN	NACIONAL GAS	300,00000	R\$44,3300	R\$13.299,0000
1	Recarga de gás GLP P45 para cozinha (Gás Liquefeito de Petróleo).	UN	NACIONAL GAS	100,00000	R\$215,0000	R\$21.500,0000
Total do Fornecedor:						R\$34.799,0000
Total Geral dos Itens:						R\$34.799,0000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 024/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ATA Nº024/2015 do PREGÃO Nº 10/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa COMERCIAL DE ELETRODOMÉSTICOS LAGES LTDA . OBJETO: Aquisição de ar condicionado com instalação para as unidades de ensino do Município. VALOR: R\$ 295.754,0000 (duzentos e noventa e cinco mil e setecentos e cinquenta e quatro reais). DATA: 18/03/2015 A 17/03/2016.

Item	Especificação	Unidade	Marca	Qtdade	Valor R\$	Valor Total R\$
3	Aparelho de ar condicionado tipo Split High Wall 18.000 BTU/h compatível com rede elétrica de 220 volts, possuindo ciclo de refrigeração quente e frio, cor branco, com capacidade térmica de 18.000 BTU/ h, com classificação do INMETRO mínima "A", nível de ruído da unidade evaporadora máxima de 56 decibéis, nível de ruído da unidade condensadora máxima de 56 decibéis, vazão mínima de ar na unidade interna de 800m³/h, peso máximo da unidade evaporadora de 15Kg (148 Newton), peso máximo da unidade condensadora de 40Kg (395 Newton), dimensões mínimas da unidade evaporadora em mm (LxAxP) 900x292x215, dimensões mínimas da unidade condensadora em mm (LxAxP) 795x540x295, possuindo display digital de temperatura, controle remoto através de sinal infravermelho com ajuste mínimo de temperatura de 16°C e máxima de 32°C, possuindo os modos de operação de refrigeração, ventilação, desumidificação e automático, controle remoto com: função timer: determina o tempo de operação do produto, Função sleep: altera a temperatura pré-ajustada após o período de funcionamento, Função siga-me: medição da temperatura ambiente através do sensor existente no controle remoto, Função swing horizontal: realiza o ajuste/direcionamento das aletas horizontais modificando o ângulo de insuflamento de ar para cima e para baixo através de comando remoto, Função Swing vertical: realiza o ajuste/direcionamento das aletas verticais modificando o ângulo de insuflamento de ar para direita e esquerda através de comando remoto. Contratação de empresa para fornecimento e instalação de ar condicionado nas Unidades de Ensino deste município, incluindo todos os materiais para instalação do aparelho e instalação da rede elétrica necessária, de até 5 (cinco) metros	UN	Komeco	86,00000	R\$3.439,0000	R\$295.754,0000
						R\$ 295.754,0000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 025/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ATA Nº025/2015 do PREGÃO Nº 10/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa TECNOPONTO LTDA - EPP. OBJETO: Aquisição de ar condicionado com instalação para as unidades de ensino do Município. VALOR: R\$ 877.044,00 (oitocentos e setenta e sete mil e quarenta e quatro reais). DATA: 18/03/2015 A 17/03/2016.

Item	Especificação	Unidade	Marca	Qtde	Valor R\$	Valor Total R\$
5	Aparelho de ar condicionado tipo Split High Wall 30.000 BTU/h, compatível com rede elétrica de 220 volts, possuindo ciclo de refrigeração quente e frio, cor branco, com capacidade térmica de 30.000 BTU/ h, com classificação do INMETRO mínima "C", nível de ruído da unidade evaporadora máxima de 60 decibéis, nível de ruído da unidade condensadora máxima de 60 decibéis, vazão mínima de ar na unidade interna de 1080m³/h, peso máximo da unidade evaporadora de 20Kg , peso máximo da unidade condensadora de 65Kg , dimensões mínimas da unidade evaporadora em mm (LxAxP) 1.225x330x245, dimensões mínimas da unidade condensadora em mm (LxAxP) 900x835x330, possuindo display digital de temperatura, controle remoto através de sinal infravermelho com ajuste mínimo de temperatura de 16°C e máxima de 32°C, possuindo os modos de operação de refrigeração, ventilação, desumidificação e automático, controle remoto com: função timer: determina o tempo de operação do produto, Função sleep: altera a temperatura pré-ajustada após o período de funcionamento, Função siga-me: medição da temperatura ambiente através do sensor existente no controle remoto, Função swing horizontal: realiza o ajuste/ direcionamento das aletas horizontais modificando o ângulo de insuflamento de ar para cima e para baixo através de comando remoto, Função Swing vertical: realiza o ajuste/direcionamento das aletas verticais modificando o ângulo de insuflamento de ar para direita e esquerda através de comando remoto. Contratação de empresa para fornecimento e instalação de ar condicionado nas Unidades de Ensino deste município, incluindo todos os materiais para instalação do aparelho e instalação da rede elétrica necessária, de até 5 (cinco) metros	UN	Komeco	159,00000	R\$5.516,0000	R\$877.044,0000
						R\$ 877.044,0000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 026/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ATA Nº026/2015 do PREGÃO Nº 10/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa AKON LTDA ME. OBJETO: Aquisição de ar condicionado com instalação para as unidades de ensino do Município. VALOR: R\$ 266.624,0000 (duzentos e sessenta e seis mil e seiscentos e vinte e quatro reais). DATA: 18/03/2015 A 17/03/2016.

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
------	-----------	---------	-------	------------	----------------	-------------

4	Aparelho de ar condicionado tipo Split High Wall, 24.000 BTU/h , compatível com rede elétrica de 220 volts, possuindo ciclo de refrigeração quente e frio, cor branco, com capacidade térmica de 24.000 BTU/ h, com classificação do INMETRO mínima "C", nível de ruído da unidade evaporadora máxima de 60 decibéis, nível de ruído da unidade condensadora máxima de 60 decibéis, vazão mínima de ar na unidade interna de 700m³/h, peso máximo da unidade evaporadora de 35Kg (343,23 Newton), peso máximo da unidade condensadora de 60Kg (588,40 Newton), dimensões mínimas da unidade evaporadora em mm (LxAxP) 900x292x215, dimensões mínimas da unidade condensadora em mm (LxAxP) 845x605x295, display digital de temperatura, controle remoto através de sinal infravermelho com ajuste mínimo de temperatura de 17°C e máxima de 31°C, possuindo os modos de operação de refrigeração, ventilação, desumidificação e automático, controle remoto com: função timer: determina o tempo de operação do produto, Função sleep: altera a temperatura pré-ajustada após o período de funcionamento, Função siga-me: medição da temperatura ambiente através do sensor existente no controle remoto, Função swing horizontal: realiza o ajuste/direcionamento das aletas horizontais modificando o ângulo de insuflamento de ar para cima e para baixo através de comando remoto, Função Swing vertical: realiza o ajuste/direcionamento das aletas verticais modificando o ângulo de insuflamento de ar para direita e esquerda através de comando remoto. Contratação de empresa para fornecimento e instalação de ar condicionado nas Unidades de Ensino deste município, incluindo todos os materiais para instalação do aparelho e instalação da rede elétrica necessária, de até 5 (cinco) metros	UN	Komeco	64,00000	R\$4.166,0000	R\$266.624,0000
						R\$ 266.624,0000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 027/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ATA Nº027/2015 do PREGÃO Nº 10/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa DSM DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS E SUPRIMENTOS LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de ar condicionado com instalação para as unidades de ensino do Município. VALOR: R\$ 228.138,0000 (duzentos e vinte e oito mil e cento e trinta e oito reais). DATA: 18/03/2015 A 17/03/2016.

Item	Especificação	Unidade	Marca	Qtidade	Valor R\$	Valor Total R\$
------	---------------	---------	-------	---------	-----------	-----------------

2	Ar condicionado Split Hi Wall 12.000 Btus, compatível com rede elétrica de 220 volts, possuindo ciclo de refrigeração quente e frio, cor branco, com capacidade térmica de 12.000 BTU/h, com classificação do INMETRO mínima "A", nível de ruído da unidade evaporadora máxima de 54 decibéis, nível de ruído da unidade condensadora máxima de 54 decibéis, vazão mínima de ar na unidade interna de 500m³/h, peso máximo da unidade evaporadora de 10Kg (98,07 Newton), peso máximo da unidade condensadora de 30Kg (294,20 Newton), dimensões mínimas da unidade evaporadora em mm (LxAxP) 745x250x195, dimensões mínimas da unidade condensadora em mm (LxAxP) 715x540x235, possuindo display digital de temperatura, controle remoto através de sinal infravermelho com ajuste mínimo de temperatura de 16°C e máxima de 32°C, possuindo os modos de operação de refrigeração, ventilação, desumidificação e automático, controle remoto com: função timer: determina o tempo de operação do produto, Função sleep: altera a temperatura pré-ajustada após o período de funcionamento, Função siga-me: medição da temperatura ambiente através do sensor existente no controle remoto, Função swing horizontal: realiza o ajuste/ direcionamento das aletas horizontais modificando o ângulo de insuflamento de ar para cima e para baixo através de comando remoto, Função Swing vertical: realiza o ajuste/direcionamento das aletas verticais modificando o ângulo de insuflamento de ar para direita e esquerda através de comando remoto. Contratação de empresa para fornecimento e instalação de ar condicionado nas Unidades de Ensino deste município, incluindo todos os materiais para instalação do aparelho e instalação da rede elétrica necessária, de até 5 (cinco) metros	UN	ELGIN	76,00000	R\$2.188,0000	R\$166.288,0000
---	---	----	-------	----------	---------------	-----------------

6	Aparelho de ar condicionado tipo Split High Wall 36.000BTU/h, compatível com rede elétrica de 220 volts, possuindo ciclo de refrigeração quente e frio, cor branco, com capacidade térmica de 33.000 à 36.000 BTU/h, com classificação do INMETRO mínima "E", nível de ruído da unidade evaporadora máxima de 45 decibéis, nível de ruído da unidade condensadora máxima de 61 decibéis, vazão mínima de ar na unidade interna de 1.800m³/h, peso máximo da unidade evaporadora de 35Kg (343,23 Newton), peso máximo da unidade condensadora de 60Kg (588,39 Newton), dimensões mínimas da unidade evaporadora em mm (LxAxP) 1.280x203x660, dimensões mínimas da unidade condensadora em mm (LxAxP) 582x794x582, possuindo display digital de temperatura, controle remoto através de sinal infravermelho com ajuste mínimo de temperatura de 17°C e máxima de 31°C, possuindo os modos de operação de refrigeração, ventilação, desumidificação e automático, controle remoto com: função timer: determina o tempo de operação do produto, Função sleep: altera a temperatura pré-ajustada após o período de funcionamento, Função siga-me: medição da temperatura ambiente através do sensor existente no controle remoto, Função swing horizontal: realiza o ajuste/ direcionamento das aletas horizontais modificando o ângulo de insuflamento de ar para cima e para baixo através de comando remoto, Função Swing vertical: realiza o ajuste/direcionamento das aletas verticais modificando o ângulo de insuflamento de ar para direita e esquerda através de comando remoto. Contratação de empresa para fornecimento e instalação de ar condicionado nas Unidades de Ensino deste município, incluindo todos os materiais para instalação do aparelho e instalação da rede elétrica necessária, de até 5 (cinco) metros	UN	ELGIN	10,00000	R\$6.185,0000	R\$61.850,0000
						R\$ 228.138,0000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 028/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ATA Nº028/2015 do PREGÃO Nº 10/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa FRIMAC REFRIGERAÇÃO EIRELI ME. OBJETO: Aquisição de ar condicionado com instalação para as unidades de ensino do Município. VALOR: R\$ 138.744,00 (cento e trinta e oito mil e setecentos e quarenta e quatro reais). DATA: 18/03/2015 A 17/03/2016.

Item	Especificação	Unidade	Marca	Qtdade	Valor R\$	Valor Total R\$
------	---------------	---------	-------	--------	-----------	-----------------

7	Aparelho de ar Split 55.000/ 60.000 BTU/h Frio, Piso Teto.compatível com rede elétrica de 380 volts, trifásica, possuindo ciclo de refrigeração quente e frio, cor branco, com capacidade térmica de 60.000 BTU/h, com classificação do INMETRO mínima "E", nível de ruído da unidade evaporadora máxima de 50 decibéis, nível de ruído da unidade condensadora máxima de 70 decibéis, vazão mínima de ar na unidade interna de 1800m³/h, peso máximo da unidade evaporadora de 55Kg (542,66 Newton), peso máximo da unidade condensadora de 100Kg (986,65 Newton), dimensões mínimas da unidade evaporadora em mm (LxAxP) 1600x230x650, dimensões mínimas da unidade condensadora em mm (LxAxP) 690x800x690, possuindo display digital de temperatura, controle remoto através de sinal infravermelho com ajuste mínimo de temperatura de 17°C e máxima de 31°C, possuindo os modos de operação de refrigeração, ventilação, desumidificação e automático, controle remoto com: função timer: determina o tempo de operação do produto, Função sleep: altera a temperatura pré-ajustada após o período de funcionamento, Função siga-me: medição da temperatura ambiente através do sensor existente no controle remoto, Função swing horizontal: realiza o ajuste/direcionamento das aletas horizontais modificando o ângulo de insuflamento de ar para cima e para baixo através de comando remoto, Função Swing vertical: realiza o ajuste/direcionamento das aletas verticais modificando o ângulo de insuflamento de ar para direita e esquerda através de comando remoto. Contratação de empresa para fornecimento e instalação de ar condicionado nas Unidades de Ensino deste município, incluindo todos os materiais para instalação do aparelho e instalação da rede elétrica necessária, de até 5 (cinco) metros	UN	Komeco	18,00000	R\$7.708,0000	R\$138.744,0000
						R\$138.744,0000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 029/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ATA Nº029/2015 do PREGÃO Nº 10/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA - EPP. OBJETO: Aquisição de ar condicionado com instalação para as unidades de ensino do Município. VALOR: R\$ 139.300,00 (cento e trinta e nove mil e trezentos reais). DATA: 18/03/2015 A 17/03/2016.

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
------	-----------	---------	-------	------------	----------------	-------------

1	Aparelho de ar condicionado tipo Split High Wall 9.000 BTU/h, compatível com rede elétrica de 220 volts, possuindo ciclo de refrigeração quente e frio, cor branco, com capacidade térmica de 9.000 BTU/h, com classificação do INMETRO mínima "A", nível de ruído da unidade evaporadora máxima de 49 decibéis, nível de ruído da unidade condensadora máxima de 49 decibéis, vazão mínima de ar na unidade interna de 400m³/h, peso máximo da unidade evaporadora de 10Kg (98,07 Newton), peso máximo da unidade condensadora de 30Kg (294,20 Newton), dimensões mínimas da unidade evaporadora em mm (LxAxP) 745x250x195, dimensões mínimas da unidade condensadora em mm (LxAxP) 700x500x225, possuindo display digital de temperatura, controle remoto através de sinal infravermelho com ajuste mínimo de temperatura de 16°C e máxima de 32°C, possuindo os modos de operação de refrigeração, ventilação, desumidificação e automático, controle remoto com: função timer: determina o tempo de operação do produto, Função sleep: altera a temperatura pré-ajustada após o período de funcionamento, Função siga-me: medição da temperatura ambiente através do sensor existente no controle remoto, Função swing horizontal: realiza o ajuste/direcionamento das aletas horizontais modificando o ângulo de insuflamento de ar para cima e para baixo através de comando remoto, Função Swing vertical: realiza o ajuste/direcionamento das aletas verticais modificando o ângulo de insuflamento de ar para direita e esquerda através de comando remoto. Contratação de empresa para fornecimento e instalação de ar condicionado nas Unidades de Ensino deste município, incluindo todos os materiais para instalação do aparelho e instalação da rede elétrica necessária, de até 5 (cinco) metros	UN	ELGIN	70,00000	R\$1.990,0000	R\$139.300,0000
Total do Fornecedor:						R\$139.300,0000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 030/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº030/2015 do PREGÃO Nº 18/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa

DODOTUR TRANSPORTE E VIAGENS LTDA. OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de Locomoção em ônibus de turismo, por kilometragem, a serem utilizados pelo Centro de Convivência da Pessoa Idosa e pelos serviços da Secretaria de Assistência Social (Serviço de Acolhimento Institucional, CREAS e CRAS). VALOR: R\$ 169.600,00 (cento e sessenta e nove mil e seiscentos reais). DATA: 27/03/2015 A 26/03/2016.

Fornecedor: 3578569 - DODOTUR TRANSPORTE E VIAGENS LTDA

Item
Descrição
Unidade

Marca
Qtde. Item
Valor Unitário
Valor Total

1

Contratação de empresa de turismo para prestar serviço ao projeto referente ao programa da 3ª idade com as seguintes especificações mínimas: Ônibus de turismo com capacidade para 45 lugares, equipado com ar condicionado e banheiro, atenda as exigências de segurança do CONTRAN para transporte de passageiros. O uso do ônibus deverá ser feito em benefício dos idosos do município de Palhoça que são cadastrados no Programa da Terceira Idade. Preço unitário por KM rodado.

KM

53.000,00000
R\$3,2000
R\$169.600,0000

Total do Fornecedor:
R\$169.600,0000

Total Geral dos Itens:
R\$169.600,0000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 031/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE PALHOÇA

ATA Nº031/2015 do PREGÃO Nº 23/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa MULTIBAN LOCAÇÕES DE BENS MÓVEIS LTDA EPP. OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de serviços de sanitários químicos, esse serviço será utilizado em eventos e demais locais que se façam necessários a utilização do mesmo. VALOR: R\$ 387.000,0000 (trezentos e oitenta e sete mil reais). DATA: 27/03/2015 A 26/03/2016.

Fornecedor: 976024 - MULTIBAN LOCACOES DE BENS MOVEIS LTDA EPP

Item
Descrição
Unidade
Marca
Qtde. Item
Valor Unitário
Valor Total

1

Locação de cabines, transporte e instalação das cabines até o local do evento (início e fim do mesmo), fornecimento de produto químico, desinfetante, neutralizador de odores e papel, Programa de Manutenção das Cabines - sucção de efluentes, higienização e limpeza na retirada das cabines, autorização de descarte de efluente e fornecimento de MTR (Manifesto de Coleta, Transporte e Descarte de Resíduos para E.T.E. - Estação de Tratamento), Licença de Operação emitida pela FATMA e responsabilidade técnica com registro no CREA/SC.

UN

3.000,00000
R\$129,0000
R\$387.000,0000

Total do Fornecedor:
R\$387.000,0000

Total Geral dos Itens:
R\$387.000,0000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 032/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº032/2015 do PREGÃO Nº 16/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa MARCONI KIRCH EPP. OBJETO: Aquisição de material de limpeza e higiene para todos os programas desta Secretaria (CREA, CRAS, IGD, POP, ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL, CONSELHO TUTELAR, IDOSO E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS). VALOR: R\$ 15.209,0500 (quinze mil, duzentos e nove reais e cinco centavos). DATA:

30/03/2015 A 29/03/2016.

Item	Especificação	Unidade	Marca	Qtdade	Valor R\$	Valor Total R\$
9	Prendedor de roupa para varal, plástico, medindo no mínimo 8cm, pct c/ 12 unidades	PCT	PEROVINHA	30,00000	R\$ 3,2000	R\$ 96,0000
12	Vassoura com cerdas de polipropileno, aproximadamente 10 cm de comprimento espessura média de 0,8mm, dispostas em no mínimo 4 carreiras de tufo justapostos homogêneos de modo a preencher toda a base, com (25 fios por tufo plumados), a fixação das cerdas a base deverá ser firme e resistente, com 64 tufo aproximados (plumados) a base em plástico com cabo de metal, aproximadamente 1,20cm em chapa revestida em plástico, com emborrachado na ponta para rosquear com facilidade na base da vassoura e com gancho na outra ponta do cabo para pendurar, com perfeito acabamento, uso domestico	UN	BETTANIN	60,00000	R\$ 15,5000	R\$ 930,0000
8	Balde Oval translúcido para ser utilizado com Rodo, com capacidade para aproximadamente 20 litros, em plástico, resistente, alça no mesmo material	UN	BETTANIN	50,00000	R\$ 22,0000	R\$ 1.100,0000
13	Pá coletora de lixo em plástico, com aproximadamente 23 cm comprimento, 19 cm largura e 9 cm de altura e com cabo de aproximadamente 60cm, em chapa revestida em polipropileno, com emborrachado na ponta para rosquear com facilidade na base da pá	UN	PRIMAVERA	50,00000	R\$ 4,0000	R\$ 200,0000
7	Lixeira 50 litros c/ tampa basculante, EM PLÁSTICO POLIPROPILENO 100% injetado, resistente, mínimo de 3mm de espessura	UN	PLASVALE	30,00000	R\$ 60,9000	R\$ 1.827,0000
6	Lixeira com tampa - em plástico polipropileno 100% injetado, resistente, capacidade de 30 litros e mínimo de 3mm de espessura.	UN	ARQUPLAST	40,00000	R\$ 11,2000	R\$ 448,0000
5	Lixeira com tampa - em plástico polipropileno 100% injetado, resistente, capacidade mínima 100 litros e mínimo de 3mm de espessura	UN	ARQUPLAST	10,00000	R\$33,000	R\$330,0000
4	Escovão de mão plástico com cerdas de nylon, medindo aproximadamente 12 x 6 x 4 cm	UN	PRIMAVERA	120,00000	R\$ 1,8000	R\$ 216,0000
3	Escova em plástico resistente para vaso sanitário com suporte. Com cabo e cerdas sintéticas.	UN	PRIMAVERA	20,00000	R\$ 5,6000	R\$ 112,0000
10	Corda de varal, 10 metros em 100 % Polietileno	UN	PEROVINHA	50,00000	R\$ 2,2000	R\$ 110,0000
2	Balde plástico com alça polietileno ou polipropileno, capacidade de 15 litros, material resistente.	UN	PLASVALE	19,00000	R\$ 11,1500	R\$ 211,8500
1	Balde plástico com alça em polietileno ou polipropileno, capacidade de 10 litros, material resistente.	UN	PLASVALE	69,00000	R\$ 5,4000	R\$ 372,6000
11	Rodo de borracha dupla de no mínimo 30 cm de largura com base em polipropileno, com cabo em alumínio de 120 cm e suporte para pendurar	UN	BETTANN	38,00000	R\$ 15,6000	R\$ 592,8000
6	Luva de borracha para limpeza forrada, antiderrapante, confeccionada em látex natural, formato anatômico, cano 3/4 com bainha, lubrificada com talco, embalada em saco plástico contendo 1 par no tamanho (grande)	PCT	LAGROTA	20,00000	R\$ 2,9200	R\$ 58,4000
5	Fósforo, palitos de madeira, maço com 10 caixinhas contendo 40 palitos cada, com selo do INMETRO	PCT	FIAT LUX	30,00000	R\$ 2,9000	R\$ 87,0000

7	Luva de borracha para limpeza forrada, anti-derrapante, confeccionada em látex natural, formato anatômico, cano 3/4 com bainha, lubrificada com talco, embalada em saco plástico contendo 1 par no tamanho (médio)	PCT	LAGROTA	20,00000	R\$ 2,9200	R\$ 58,4000
9	Pano de copa 70x60cm cor branca com bainha com no mínimo de gramatura de 160 a 180 gramas .	UN	MARTINS	350,00000	R\$2,6600	R\$931,000
8	Saca alvejada para limpeza, branca, dupla, 100% de algodão, pré- amaciado, resistente, com trama grossa (bem fechada), medindo aproximadamente 50x70cm, para uso doméstico. Embalada em saco plástico transparente contendo 01 unidade.	UN	MARTINS	600,00000	R\$2,6600	R\$1.596,000
4	Flanela para limpeza de pó de 58 x 40 cm, na cor amarela , 100% de algodão .	UN	MARTINS	400,00000	R\$1,7800	R\$712,0000
3	Esponja de limpeza dupla face, uma de espuma e outra de material abrasivo, formato retangular, embalagem c/ 1 unid, medindo no mínimo 110mmx70mmx20mm	UN	BETTANIN	1.500,00000	R\$0,9800	R\$1.470,0000
2	Esponja de lã de aço, formato retangular, aplicação limpeza geral, textura macia e isenta de sinais de oxidação, medindo, no mínimo, 100x75. Composição: lã de aço carbono.	UN	Q'Lustro	150,00000	R\$1,8000	R\$270,0000
1	Esfregão de aço zincado, duplo para limpeza de painéis	UN	Q'Lustro	200,00000	R\$1,8000	R\$360,0000
11	PAPEL FILME DE PVC (FILME). Rolo medindo 40cm x 300 metros, com serrilha.	UN	ROYAL PACK	100,00000	R\$7,5000	R\$750,0000
10	Rolo de papel de alumínio medindo 45cm X 65m	UN	ROYAL PACK	300,00000	R\$7,9000	R\$2.370,0000
						R\$ 15.209,0600

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 033/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº033/2015 do PREGÃO Nº 16/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa PKB PRODUTOS QUIMICOS LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de material de limpeza e higiene para todos os programas desta Secretaria (CREA, CRAS, IGD, POP, ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL, CONSELHO TUTELAR, IDOSO E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS). VALOR: R\$ 64.390,2500 (sessenta e quatro mil, trezentos e noventa reais e vinte e cinco centavos). DATA: 30/03/2015 A 29/03/2016.

Item	Especificação	Unidade	Marca	Qtidade	Valor R\$	Valor Total R\$
6	Limpador multiuso recomendado para limpeza de chão, com ação que perfuma o dia todo. Caixa com 12 unidades. Embalagem resistente, com 500ml.	CX	SAUBA	50,00000	R\$119,8000	R\$5.990,0000
5	Limpa vidro líquido, frasco com gatilho, com 500 ml, caixa com 12 unidades. Apresentar Registro na ANVISA	CX	SAUBA	52,00000	R\$30,0000	R\$1.560,000
7	DETERGENTE PARA LOUÇA GLICERINADO, Neutro testado dermatologicamente, biodegradável e consistente, o produto deverá apresentar característica de fluidez, viscosidade e concentração que garanta um bom rendimento. Aplicação: remoção de gorduras de louças, talheres, painéis. Frasco de 500 ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote e validade. Deverá ser acondicionado em caixas de papelão contendo 24 unidades por caixas, Notificação ou Registro no MS/ ANVISA	CX	SAUBA	535,00000	R\$40,0500	R\$21.426,7500

1	Álcool líquido 92,8º INPM - 01 litro, caixa com 12 unidades	CX	SAUBA	95,00000	R\$77,9000	R\$7.400,500
8	SABÃO EM BARRA GLICERINADO, C/ 200 GR, PCT C/ 05 UNID.	PCT	ZAVASKI	90,00000	R\$4,3000	R\$387,0000
4	Desinfetante líquido, essência floral com ação bactericida, desinfetante e germicida para limpeza de sanitários, pias, ralos, embalagem PET com 5 litros ou refil concentrado para fazer 5 litros como desinfetante. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde e Anvisa. O Material deverá ser acondicionado em caixas de material resistente.	UN	SAUBA	430,00000	R\$13,2500	R\$5.697,5000
3	CERA LIQUIDA INCOLOR PARA POLIMENTO DE PISOS, COM BASE SELADORA - FRASCO COM 5 LITROS	UN	Renova	20,00000	R\$13,6500	R\$273,0000
2	Álcool Etílico em Gel, hidratado 70%, embalagem de 500 ml, bico dosador (válvula Pump), com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade, número do lote, registro do Ministério da Saúde e FISPQ (Ficha de Informação de Segurança do Produto Químico), em embalagem certificada. Álcool destinado à assepsia das mãos	UN	SAUBA	2.400,00000	R\$6,2800	R\$15.072,0000
9	Saponáceo em pó, com ação detergente e cloro, pó abrasivo, designado à limpeza das sujeiras mais difíceis, embalagem plástica com 300 gr, com aplicador econômico, embalados em caixa resistente. Apresentar na proposta Registro ou Notificação no MS/ANVISA	UN	RADIUM	855,00000	R\$7,7000	R\$6.583,5000
						R\$ 64.390,2500

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 034/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº034/2015 do PREGÃO Nº 16/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa LUIZ FERNANDO SEBOLD ME. OBJETO: Aquisição de material de limpeza e higiene para todos os programas desta Secretaria (CREA, CRAS, IGD, POP, ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL, CONSELHO TUTELAR, IDOSO E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS). VALOR: R\$ 112.685,2500 (cento e doze mil, seiscentos e oitenta e seis reais e vinte e cinco centavos). DATA: 30/03/2015 A 29/03/2016.

Item	Especificação	Unidade	Marca	Qtidade	Valor R\$	Valor Total R\$
3	Algodão bola. Macio e absorvente, confeccionados em fibras de 100% algodão alvejadas. Pacote com aproximadamente 100 gr.	PCT	COTON BABY	100,00000	R\$4,3000	R\$430,000
2	Absorvente Noturno Longo Com Abas Com 8 Unidades	PCT	COTON BABY	1.000,00000	R\$5,7000	R\$5.700,0000
1	Absorvente higiênico, normal, com gel, sem abas, com no mínimo 3 linhas adesivas, pct c/ no mínimo 08 unidades.	PCT	INTIMUS	1.000,00000	R\$5,7000	R\$5.700,0000
5	COTONETE Haste flexível em polipropileno com pontas de algodão embalagem com 200 unidades	UN	COTON BABY	200,00000	R\$5,4000	R\$1.080,0000
6	Aparelhos de barbear descartável c/ 02 lâminas em paralelos com fita lubrificante, anatômico.	UN	FIAT LUX	1.000,00000	R\$5,1900	R\$5.190,0000
4	Cortador de unha do pé em aço inoxidável	UN	MUNDIAL	30,00000	R\$10,8000	R\$324,0000

1	Água sanitária para limpeza, solução aquosa a base de hipoclorito de sódio ou cálcio com no mínimo de 2 gramas de íons de cloro ati-vo, embalado em frasco de material resistente que impeça a ação da luz solar, com 01 litro, com bico dosador, caixa com 12 unidades	CX	RARIDADE	145,00000	R\$28,9000	R\$4.190,5000
2	Amaciante de roupas, concentrado. Embalagem com 2 litros, aroma floral ou talco. Aspecto físico: Líquido viscoso, para tecidos, solúvel em água.	FRS	LIMPINHA	500,00000	R\$6,9000	R\$3.450,000
3	Sabão em pó biodegradável grão azul ,1ª qualidade de multipla ação com ante odores e alto poder de limpeza e remoção de manchas. Deverá constituir-se de pó granulado na cor azul e homogêneo apresentar aroma agradável e ser inocuo a pele. Composição: Componente ativo. Tensoativos biodegradáveis, tamponantes, alcalinizantes, Coadjuvantes, enzima branqueador Óptico, carga , corante , fragância e Água. Embalagem de papelão bem vedadas contendo 1kg, com registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária.	UN	OMO	1.200,00000	R\$9,0100	R\$10.812,00
5	Creme Hidratante para uso corporal frasco com 250 ml, hipoalergênico, testado dermatologicamente, com vitaminas, com aroma suave de lavanda ou morango	UN	Skala	200,00000	R\$9,6000	R\$1.920,0000
4	Fio dental em nylon, encerado, embalagem individual em polipropileno com cortador metálico em aço inoxidável, com 100 metros	UN	MEDFIO	465,00000	R\$6,6000	R\$3.069,0000
3	Escova dental infantil cerdas macias de nylon, com no mínimo 3 fileiras.	UN	MEDFIO	1.000,00000	R\$5,6000	R\$5.600,0000
2	Escova dental adulto, cabeça arredondada, com 38 a 47 tufo, cerdas macias, embalagem c/ 01 unidade	UN	CONDOR	1.365,00000	R\$6,2500	R\$8.531,2500
1	Creme dental 90gr com flúor, uso adulto, cálcio e micro partículas polidoras. Ação de proteção anticáries.	UN	SORRISO	3.000,00000	R\$5,2000	R\$15.600,0000
7	Sabonete Líquido de 5000ml com aroma de erva doce, PH neutro, aspecto físico viscoso e apresentar registro na ANVISA.	UN	SAUBA	250,00000	R\$18,5900	R\$4.647,5000
6	Sabonete em barra 90 gr, perfumado, testado dermatologicamente, com proteínas do leite.	UN	NIVEA	2.100,00000	R\$2,1700	R\$4.557,000
3	Protetor Solar Fator de proteção 30, com proteção UVA e UVB, resistente à água, hipoalergênico, dermatologicamente testado, sem óleo, com 120ml	FRS	SUN LAU	100,00000	R\$31,5800	R\$3.158,0000
8	Loção pós barba para peles sensíveis, dermatologicamente testado, com 100ml.	UN	NIVEA	200,00000	R\$10,6000	R\$2.120,0000
7	TALCO - antisséptico para os pés embalagem com 100 gramas	UN	Biocrema	300,00000	R\$8,9700	R\$2.691,0000
6	Shampoo neutro, uso diário, para cabelos normais, sem sal, com ceramidas, embalagem com 350 ml	UN	SAUBA	1.000,00000	R\$8,9200	R\$8.920,0000
5	Shampoo para cabelos normais anticaspa, hidratação diária, sem sal, frasco com 350 ml	UN	PALMOLIVE	100,00000	R\$11,1000	R\$1.110,0000
2	Creme para pentear desembaraçante infantil sem enxague testado dermatologicamente, com Bico Dosador acondicionado em frascos com no mínimo 300ml.	UN	TRALALA	200,00000	R\$10,9300	R\$2.186,0000
1	Condicionador p/ cabelos normais: tipo uso diário, aplicação cabelos normais, características adicionais com vitamina B5 e ceramidas, 300 ml.	UN	SAUBA	900,00000	R\$9,9000	R\$8.910,0000
4	REPELENTE DE INSETOS, SPRAY, SEM ÓLEO, DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, HIPOALERGÊNICO, FRASCO COM 100 ml.	UN	Repelex	200,00000	R\$13,9500	R\$2.790,0000
						R\$ 112.685,2500

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 035/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº035/2015 do PREGÃO Nº 16/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa GIZELE REGINA DA SILVA ME. OBJETO: Aquisição de material de limpeza e higiene para todos os programas desta Secretaria (CREA, CRAS, IGD, POP, ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL, CONSELHO TUTELAR, IDOSO E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS). VALOR: R\$ 15.592,50 (quinze mil, quinhentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos). DATA: 30/03/2015 A 29/03/2016.

Item	Especificação	Unidade	Marca	Qtidade	Valor R\$	Valor Total R\$
1	Papel toalha,folha intercalada 100% fibra natural,(virgem),cor branca alta alburia 100%de fibras naturais sem pigmentação oriunda da utilização de apares de material impresso,com alto poder de absorção,com distribuição homogênea das fibras ao longo do papel,macio,medindo 21x23 cm,com gramatura de 28 á 30 com embalagem de papel com 1.000 folhas acondicionados em pacotes com 5 maços.	FD	Master Sul	420,00000	R\$37,1250	R\$15.592,5000
						R\$ 15.592,5000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 036/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº036/2015 do PREGÃO Nº 16/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME. OBJETO: Aquisição de material de limpeza e higiene para todos os programas desta Secretaria (CREA, CRAS, IGD, POP, ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL, CONSELHO TUTELAR, IDOSO E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS). VALOR: R\$ 28.593,4005 (vinte e oito mil, quinhentos e noventa e três reais e quarenta centavos). DATA: 30/03/2015 A 29/03/2016.

Item	Especificação	Unidade	Marca	Qtidade	Valor R\$	Valor Total R\$
2	DESODORANTE - SPRAY - APROX. 90ML - COM AROMA DISCRETO E AGRAVÁVEL, NÃO DEIXA RESÍDUOS, NÃO MANCHA AS ROUPAS E NÃO CAUSA IRRITAÇÃO NAS AXILAS. MAS- CULINO. PROTEÇÃO DE 24H	UN	Still Life	2.500,00000	R\$3,4000	R\$8.500,0000
1	DESODORANTE - SPRAY - APROX. 90ML - COM AROMA DISCRETO E AGRAVÁVEL, NÃO DEIXA RESÍDUOS, NÃO MANCHA AS ROUPAS E NÃO CAUSA IRRITAÇÃO NAS AXILAS. FEMININO. PROTEÇÃO DE 24H	UN	Still Life	2.500,00000	R\$3,1600	R\$7.900,0000
2	Luva de latex para procedimento tam. Médio, cx com 100 unidades	CX	VOLK	160,00000	R\$14,4200	R\$2.307,2000
1	Luva de latex para procedimento tam. Grande cx com 100 unidades	CX	VOLK	110,00000	R\$14,4200	R\$1.586,2000
2	COPO DESCARTÁVEL PARA CAFÉ DE 80ml, confeccionado em poliestireno, não tóxico, transparente, reforçado com frisos laterais, bordas arredondadas não cortantes e sem telescopamento. Massa mínima 0,75g. Norma ABNT NBR 14.865/2002 atualizada em junho de 2012, que deverá constar na embalagem. Acondicionamento: Pacote plástico lacrado com 100 unidades. Caixa com 25 tiras com 100 copo cada.	CX	MINAPLAST	15,00000	R\$31,6747	R\$475,1205

1	COPO DESCARTÁVEL PARA ÁGUA DE 180ml, confeccionado em poliestireno, não tóxico, transparente, reforçado com frisos laterais, bordas arredondadas não cortantes e sem telescopamento. Massa mínima 1,62g. Norma ABNT NBR 14.865/2002 atualizada em junho de 2012, que deverá constar na embalagem. Acondicionamento: Pacote plástico lacrado com 100 unidades. Caixa com 25 tiras com 100 copos cada.	CX	MINAPLAST	157,00000	R\$49,8400	R\$7.824,8800
						R\$ 28.593,4005

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 037/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº037/2015 do PREGÃO Nº 16/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa PEIXER - COMÉRCIO, SERVIÇOS E ALUGUEIS LTDA - ME. OBJETO: Aquisição de material de limpeza e higiene para todos os programas desta Secretaria (CREA, CRAS, IGD, POP, ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL, CONSELHO TUTELAR, IDOSO E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS). VALOR: R\$ 1.448,2000 (um mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e vinte centavos). DATA: 30/03/2015 A 29/03/2016.

Item	Especificação	Unidade	Marca	Qtdade	Valor R\$	Valor Total R\$
2	Inseticida spray aerosol para insetos, à base de água, sem CFC, sem cheiro, embalagem c/ 300 ml	UN	ULTRAINSET	200,00000	R\$4,5110	R\$902,2000
1	Desodorizador ambiental, aerosol, sem CFC. Essências suaves. Aplicação: aromatizador ambiental. Frasco de 400ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.	UN	ULTRA FRESH	100,00000	R\$5,4600	R\$546,0000
						R\$ 1.448,2000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 038/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº038/2015 do PREGÃO Nº 16/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa DANDARA FREIBERGER - ME. OBJETO: Aquisição de material de limpeza e higiene para todos os programas desta Secretaria (CREA, CRAS, IGD, POP, ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL, CONSELHO TUTELAR, IDOSO E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS). VALOR: R\$ 13.425,0000 (treze mil e quatrocentos e vinte e cinco reais). DATA: 30/03/2015 A 29/03/2016.

Item	Especificação	Unidade	Marca	Qtdade	Valor R\$	Valor Total R\$
1	Papel higiênico branco, de qualidade, picotado, gofrado, macio, com alto poder de absorção, com distribuição homogênea das fibras ao longo do papel, pro-duto 100% celulose vigem, rolo c/ no mínimo 30 metros, fardo com 64 rolos. Folha Dupla.	FD	DUETO	210,00000	R\$44,0000	R\$9.240,0000
3	Saco plástico para lixo preto medindo 63x80x0,09 com capacidade de 50 litros, 09 micras, pct c/ 10 unidades	PCT	VERSATIL	630,00000	R\$2,2500	R\$1.417,5000

2	Saco plástico para coleta de lixo domiciliar, cor preta, com capacidade 30 litros reforçado, medindo 59 x 62cm, com no mínimo 0,07 mm de espessura, fabricado em polietileno de baixa densidade, embalados em pacotes contendo 10 unidades e acondicionados em fardo resistente com 50 pacotes, conforme as normas da ABNT. O Material não poderá expelir odor desagradável.	PCT	VERSATIL	600,00000	R\$2,2500	R\$1.350,0000
1	Saco plástico para lixo cor preto, com capacidade para 100 litros, com no mínimo 10 (dez) micras, largura 75, altura 105, de polipropileno, embalados com pacotes com 05 unidades. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056. Normas ABNT	PCT	VERSATIL	630,00000	R\$2,2500	R\$1.417,5000
						R\$ 13.425,0000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 039/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ATA Nº039/2015 do PREGÃO Nº 30/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa

MAURICIO SAVULSKI DE MATOS ME. OBJETO: Aquisição de grades para uso da Secretaria de Assistência Social e Educação. VALOR: R\$ 58.800,00 (cinquenta e oito mil e oitocentos reais). DATA: 01/04/2015 A 31/03/2016.

Fornecedor: 1729799 - MAURICIO SAVULSKI DE MATOS ME.

Item
Descrição
Unidade
Marca
Qtde. Item
Valor Unitário
Valor Total

1
Grade zincada de ferro chato 3/4 x 3/16 e ferro redondo de 3/8 para proteção de portas e janelas, devidamente instaladas.
M2

420,00000
R\$140,0000
R\$58.800,0000

Total do Fornecedor:
R\$58.800,0000

Total Geral dos Itens:
R\$58.800,0000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 040/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ATA Nº040/2015 do PREGÃO Nº 22/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa

L.B. DE CAMPS CONFECÇÕES EPP. OBJETO: Aquisição de camisetas para a formatura de crianças e adolescentes participantes do programa PROERD no primeiro e segundo semestre deste ano. VALOR: R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais). DATA: 01/04/2015 A 31/03/2016.

Fornecedor: 3824535 - L. B. DE CAMPS CONFECÇÕES EPP

Item
Descrição
Unidade
Marca
Qtde. Item
Valor Unitário
Valor Total

1
Camisetas 100% algodão, fio 30 penteado, cor branca, manga curta. Estampa de serigrafia, de 5 cores na frente e nas costas. Tamanho "M".
UN

2.500,00000
R\$10,8000
R\$27.000,0000

Total do Fornecedor:
R\$27.000,0000

Total Geral dos Itens:
R\$27.000,0000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 041/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº041/2015 do PREGÃO Nº 29/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa

MARACAJA COM. MAT. PARA CONST. LTDA ME. OBJETO: Aquisição de bica corrida para manutenção de ruas não pavimentadas deste município. VALOR: R\$ 735.000,00 (setecentos e trinta e cinco mil reais). DATA: 07/04/2015 A 06/04/2016.

Fornecedor: 3826244 - MARACAJA COM. MAT. PARA CONST. LTDA ME

Item
Descrição
Unidade
Marca
Qtde. Item
Valor Unitário
Valor Total

1
Bica Corrida
TON

30.000,00000
R\$24,5000
R\$735.000,0000

Total do Fornecedor:
R\$735.000,0000

Total Geral dos Itens:
R\$735.000,0000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 042/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº042/2015 do PREGÃO Nº 33/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa

GMC - GERSON MATOS CONSTRUÇÕES LTDA. OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação do serviço de fornecimento e aplicação de Cauq - concreto asfáltico usinado a quente, para atender a necessidade de reparos na manta asfáltica das vias públicas deste município. VALOR: R\$ 787.500,00 (setecentos e oitenta e sete mil e quinhentos reais). DATA: 10/04/2015 A 09/04/2016.

Fornecedor: 1119338 - GMC - GERSON MATOS CONSTRUÇÕES LTDA

Item
Descrição
Unidade
Marca
Qtde. Item
Valor Unitário
Valor Total

1

Material/Serviço: Execução de serviços de recuperação asfáltica com caminhão especial. Fornecimento e aplicação de CAUQ, tipo Faixa "C", conforme especificações do DNIT, espessura média = 5 cm, considerando: corte do pavimento com serra (disco diamantado) - Remoção e transporte do material cortado - Pintura de Ligação com RR-2C - camada de CAUQ, conforme especificações acima, espessura média = 5cm. Compactação com rolo vibratório de chapa e/ou Placa Vibratória. Limpeza do local.

M2

5.000,00000
R\$65,0000
R\$325.000,0000

2

Material/Serviço: Execução de serviços de recuperação asfáltica com caminhão especial, conforme memorial descritivo (Anexo II). Fornecimento e aplicação de CAUQ, tipo Faixa "C", conforme especificações do DNIT, espessura média = 5 cm, considerando: Corte do pavimento com serra (disco diamantado) - Remoção e transporte do material cortado - Camada de base de brita graduada espessura média 15 cm - Pintura de Ligação com RR-2C - camada de CAUQ, conforme especificações acima, espessura média = 5cm. Compactação com rolo vibratório de chapa e/ou Placa Vibratória. Limpeza do local.

M2

3.500,00000
R\$75,0000
R\$262.500,0000

3

Material/Serviço: Execução de serviços de recuperação asfáltica com caminhão especial, conforme memorial no anexo II. Fornecimento e aplicação de CAUQ, tipo Faixa "C", conforme especificações do DNIT, espessura média = 5 cm, considerando: Corte do pavimento com serra (disco diamantado) - Remoção e transporte do material cortado - Camada de macadame seco espessura média 25 cm - Camada de base de brita graduada espessura média 15 cm - Pintura de Ligação com RR-2C - camada de CAUQ, conforme especificações acima, espessura média = 5cm. Compactação com rolo vibratório de chapa e/ou Placa Vibratória. Limpeza do local.

M2

2.500,00000
R\$80,0000
R\$200.000,0000

Total do Fornecedor:
R\$787.500,0000

Total Geral dos Itens:
R\$787.500,0000

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº54/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº54/2015

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº.54/2015, no dia 08 de Maio de 2015, às 09:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. O Pregão Presencial nº54/2015 tem como objeto à aquisição de uniformes para uso do Corpo de Bombeiros de Palhoça, através de Registro de Preços. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: palhoca.atende.net. Palhoça, 23 de Abril de 2015. Pregoeiro.

PORTARIA Nº. 1002/2015.

PORTARIA Nº. 1002/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, DYEGO BECKER, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/03/2015.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1003/2015.

PORTARIA Nº. 1003/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora CLEUSA SILVA ANSELMO, matrícula nº. 800452 titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 20/02/2015, de acordo com às folhas 92.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1005/2015.

PORTARIA Nº. 1005/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora ADRIANA APARECIDA DA LUZ, matrícula nº. 190043-2, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 20/02/2015, de acordo com às folhas 01.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1006/2015.

PORTARIA Nº. 1006/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora ALBA TEREZINHA DA SILVA, matrícula nº. 800204 titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 06 (seis) meses, a contar de 10/02/2015, de acordo com às folhas 02.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1007/2015.

PORTARIA Nº. 1007/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora ROSEMERI DA SILVA MATEUS, matrícula nº. 802056 titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 20/02/2015, de acordo com às folhas 01.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1008/2015.

PORTARIA Nº. 1008/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora MARIA DA LAPA LIMA SCHEIDT, matrícula nº. 800062 titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 20/02/2015, de acordo com às folhas 07.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1009/2015.

PORTARIA Nº. 1009/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional Definitiva de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a ADRIANA CAMPOS, matrícula nº. 800200-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1010/2015.

PORTARIA Nº. 1010/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora ROSANA ISAUINA BATISTA DA SILVA, matrícula nº. 401453, titular do cargo de Socorrista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 08 (oito) meses, a contar de 20/02/2015, de acordo com às folhas 01.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1011/2015.

PORTARIA Nº. 1011/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora ALEXANDRA DA SILVA, matrícula nº. 401910, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 06 (seis) meses, a contar de 10/02/2015, de acordo com às folhas 01.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1012/2015.

PORTARIA Nº. 1012/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora MARIA ZENAIDE CAMPOS, matrícula nº. 801179, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 13/02/2015, de acordo com às folhas 31.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1014/2015.

PORTARIA Nº. 1014/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora MARIA DE FATIMA SECCO CARDOSO, matrícula nº. 800426 titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 12/02/2015, de acordo com às folhas 31.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1015/2015.

PORTARIA Nº. 1015/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora AGUINALDA ROGERIA SANTANA KIRCHNER, matrícula nº. 800202 titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 18/02/2015, de acordo com às folhas 27.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1016/2015.

PORTARIA Nº. 1016/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARIA SILVA BARBOZA VAZ, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013 e Convenio de Cooperação Técnica nº. 043/2013, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 09/02/2015 a 31/12/2015.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1017/2015.

PORTARIA Nº. 1017/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SUELLEN PEREIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013 e Convenio de Cooperação Técnica nº. 043/2013, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 19/02/2015 a 31/12/2015.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1018/2015.

PORTARIA Nº. 1018/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO NORBERTA GENI SALVADOR, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 05/02/2015 a 31/12/2015.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1019/2015.

PORTARIA Nº. 1019/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RECONTRATAR CRISTIANI LOURDES DOS SANTOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 20/12/2014, sendo que a servidora é gestante, de acordo com Processo 3263/2015.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1020/2015.

PORTARIA Nº. 1020/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para EDNALVA OLIVEIRA TINOCO, matrícula nº. 300016-1, titular do cargo de Agente Administrativo Auxiliar, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Administração e Serviços Compartilhados, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/05/1995 a 01/05/2000, por 01 (um) mês e referente ao quinquênio de 01/05/2000 a 01/05/2005, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 02/03/2015 à 02/05/2015.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1023/2015.

PORTARIA Nº. 1023/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CESSAR REGÊNCIA DE CLASSE para MARISA NEUSA RACHADEL, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 01/02/2015.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1024/2015.

PORTARIA Nº. 1024/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 0367 de 30 de janeiro de 2015, que Contratou por Tempo Determinado a servidora MICHELE FIEL DA SILVA LONGUE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente a Habilitação que deveria ser Habilitada com Magistério, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1025/2015.

PORTARIA Nº. 1025/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear os servidores abaixo relacionados para juntos comprem a Comissão Municipal do Solo Criado, de acordo com a Lei Complementar nº 109/2011.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor em 05 de março de 2015.

NOME	SECRETARIA
Andreia Schreiber da Silva	Secretaria de Serviços Públicos
Eduardo Freccia	Secretaria de Infraestrutura
Kristy Cardoso Febre	Secretaria de Infraestrutura

Ervino Ribeiro Macedo	Secretaria de Infraestrutura
Rodolpho Pagani Martins	Secretaria de Infraestrutura

Artigo 3º - A comissão será presidida pelo servidor Andreia Schreiber da Costa.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1026/2015.

PORTARIA Nº. 1026/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO CARLA REGINA DA SILVA MARTINS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 014/2013, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CENTRI, da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 04/03/2015 a 04/03/2016.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1027/2015.

PORTARIA Nº. 1027/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO TEREZA DA PENHA TAVARES DE GODOY, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 014/2013, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/03/2015 a 02/03/2016.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1028/2015.

PORTARIA Nº. 1028/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JANINE BARBOSA DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 014/2013, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde Básica do Pacheco da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 09/03/2015 a 09/03/2016.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1030/2015.

PORTARIA Nº. 1030/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL para o servidor FERNANDO MAURICIO DA SILVA, matrícula nº. 801283-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 190 e 191 da Lei 097, de 15 de dezembro de 2010, pelo período de 05 (cinco) meses, com efeitos a contar de 03/03/2015.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA
Diretora Executiva

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1031/2015.

PORTARIA Nº. 1031/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Produtividade de Diretor Escolar do funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 02 de fevereiro de 2015.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	VALOR	ESCOLA
129014-2	Marisa Neusa Rachadel	R\$ 800,00	Diretor ER Bento José do Nascimento

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1032/2015.

PORTARIA Nº. 1032/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 0708 de 25 de fevereiro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora KAMYLA CRISTINA CAMPOS DA SILVEIRA, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 06/03/2015 a 06/03/2016.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1033/2015.

PORTARIA Nº. 1033/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 0848 de 25 de fevereiro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora ALEXANDRA DE MEDEIROS, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 06/03/2015 a 06/03/2016.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1034/2015.

PORTARIA Nº. 1034/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 0848 de 25 de fevereiro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora SANDRA SEARA DA CONCEIÇÃO, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 04/03/2015 a 04/03/2016.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1035/2015.

PORTARIA Nº. 1035/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 0456 de 20 de fevereiro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora GISELLE IZABEL DA SILVA, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 04/03/2015 a 04/03/2016.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1036/2015.

PORTARIA Nº. 1036/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3555 de 11 de novembro de 2013, que Contratou por Tempo Determinado o servidor CLEITON RAFAEL ABREU, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 03/12/2014 a 03/12/2015.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1037/2015.

PORTARIA Nº. 1037/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LUCIA DA SILVA DE OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 014/2013, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CENTRI da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 04/03/2015 a 04/03/2016.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1038/2015.

PORTARIA Nº. 1038/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO VALTER ROSA DA CRUZ, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Motorista, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/03/2015 a 02/03/2016.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1040/2015.

PORTARIA Nº. 1040/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3821 de 10 de dezembro de 2013, que Contratou por Tempo Determinado a servidora SILVANA DE FARIAS, titular do cargo de Agente de Controle de Endemias, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 06/12/2014 a 06/12/2015.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1041/2015.

PORTARIA Nº. 1041/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3823 de 10 de dezembro de 2013, que Contratou por Tempo Determinado a servidora MIRIAN KARLA DOS SANTOS, titular do cargo de Agente de Controle de Endemias, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração

Direta desta Prefeitura, pelo período de 06/12/2014 a 06/12/2015.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1042/2015.

PORTARIA Nº. 1042/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3824 de 10 de dezembro de 2013, que Contratou por Tempo Determinado a servidora LEDIR SOUZA PADILHA, titular do cargo de Agente de Controle de Endemias, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 06/12/2014 a 06/12/2015.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1043/2015.

PORTARIA Nº. 1043/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ALESSANDRO MATTOS PEREIRA, matrícula nº. 123836-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 28/02/2010 a 28/02/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 09/03/2015 à 09/04/2015.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1044/2015.

PORTARIA Nº. 1044/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3018 de 16 de setembro de 2013, que Contratou por Tempo Determinado à servidora SABRINA MARIA MIRANDA SOUZA, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 03/10/2014 a 03/10/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1045/2015.

PORTARIA Nº. 1045/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3103 de 24 de outubro de 2012, que Contratou por Tempo Determinado à servidora MARISA CAPRARO, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 03/10/2014 a 03/10/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1046/2015.

PORTARIA Nº. 1046/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3009 de 16 de setembro de 2013, que Contratou por Tempo Determinado à servidora MARIA ELVIRA LEAL, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 03/10/2014 a 03/10/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1047/2015.

PORTARIA Nº. 1047/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3017 de 16 de setembro de 2013, que Contratou por Tempo Determinado à servidora CLARICE SCHAPPO DA SILVA, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 03/10/2014 a 03/10/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1048/2015.

PORTARIA Nº. 1048/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3016 de 16 de setembro de 2013, que Contratou por Tempo Determinado à servidora LINDAURA DA ROSA DA SILVA, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 03/10/2014 a 03/10/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1049/2015.

PORTARIA Nº. 1049/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3020 de 16 de setembro de 2013, que Contratou por Tempo Determinado à servidora ELOISA NUNES DA ROSA, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 03/10/2014 a 03/10/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1050/2015.

PORTARIA Nº. 1050/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3298 de 04 de outubro de 2013, que Contratou por Tempo Determinado o servidor MÁRIO MARQUES, titular do cargo de Médico Clínico Geral, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 09/10/2014 a 09/10/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1051/2015.

PORTARIA Nº. 1051/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3658 de 25 de novembro de 2013, que Contratou por Tempo Determinado à servidora ROSANGELA TE-REZINHA HORSTMANN ALVES, titular do cargo de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 02/11/2014 a 02/11/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1052/2015.

PORTARIA Nº. 1052/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3554 de 11 de novembro de 2013, que Contratou por Tempo Determinado à servidora ADRIANA MARIA RODRIGUES, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 03/12/2014 a 03/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1053/2015.

PORTARIA Nº. 1053/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) MARIA DA LAPA LIMA SCHEIDT, matrícula nº. 800062-1, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010, com efeitos a 26/02/2015:

Averbar tempo que trabalhou pelo INSS, totalizando 06 (seis) anos, 03 (três) meses e 29 (vinte e nove) dias.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1054/2015.

PORTARIA Nº. 1054/2015.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) THATIANA REGIS, matrícula nº. 400285-2, ocupante da categoria funcional de Auxiliar de Enfermagem, lotado (a) na Secretaria de Saúde, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010:

Averbar tempo que Contribuiu pelo INSS, totalizando 07 (sete) meses e 01 (um) dia.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1055/2015.

PORTARIA Nº. 1055/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 3639 de 14 de novembro de 2014, que Averbou Tempo de Serviço da servidora NELI MARIA SCHUTZ DA SILVA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser:

Tempo que Contribui pelo INSS 07 (sete) anos e 17 (dezessete) dias.

Tempo que Contribui pelo IPREV 11 (onze) meses e 17 (dezessete) dias.

E não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1056/2015.

PORTARIA Nº. 1056/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR DANIELA RODRIGUES, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 13/03/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1058/2015.

PORTARIA Nº. 1058/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR SUELLEN APARECIDA COSTA MONGUILHOTT, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Snoopy, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 12/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Isolde H. M. Carvalho, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1059/2015.

PORTARIA Nº. 1059/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR SANDRA REGINA MACEDO MOREIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Anjinho da Guarda, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 12/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Andreia Silvério, que se encontra como Auxiliar de Direção.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1060/2015.

PORTARIA Nº. 1060/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR GILVANA DE FATIMA PEREIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Anjinho da Guarda, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 09/02/2015 a 02/05/2015, face ao impedimento da titular Rosimeri S. F. Werlich, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1061/2015.

PORTARIA Nº. 1061/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ADRIANA DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Maria José de Medeiros, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/03/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1063/2015.

PORTARIA Nº. 1063/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ADRIANA HEREDIA DOS SANTOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 24/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1064/2015.

PORTARIA Nº. 1064/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR LUCAS ARAUJO SANTOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Geografia, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 12/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Jani Maris J. Hoffmann, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1065/2015.

PORTARIA Nº. 1065/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ROSANA VALMIRA ALEXANDRE, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Interação, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 24/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1066/2015.

PORTARIA Nº. 1066/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ANEZAURA VARGAS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Interação, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 24/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1067/2015.

PORTARIA Nº. 1067/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ROSEMERI SOARES RIBEIRO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Padre Réus, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 25/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Maridalva m Poletti, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1068/2015.

PORTARIA Nº. 1068/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR CRISTIANA STANG SALVADOR, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) Escola Básica Abílio Manoel de Abreu, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 18/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Marisa Neusa Rachadel, que se encontra em Direção de Escola.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1069/2015.

PORTARIA Nº. 1069/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR SABRINA HASSE FELISBERTO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) GE Maria Luzia de Souza, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 18/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Silvania Darci de Souza, que se encontra no Apoio Pedagógico.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1070/2014.

PORTARIA Nº. 1070/2014.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR VALERIA SILVA FERREIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SEMEC/2014, no cargo de Professor Artesão, disciplina Pintura em Tela, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1071/2014.

PORTARIA Nº. 1071/2014.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR TEREZINHA HASSE, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SEMEC/2014, no cargo de Professor Artesão, disciplina Corte e Costura, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1072/2014.

PORTARIA Nº. 1072/2014.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR MARLY MAURA FRANCISCO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SEMEC/2014, no cargo de Professor Artesão, disciplina Pintura em Tela, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1073/2014.

PORTARIA Nº. 1073/2014.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ANDREA BROCHADO DE FARIAS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SEMEC/2014, no cargo de Professor Artesão, disciplina Pintura em Tecido, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1074/2015.

PORTARIA Nº. 1074/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR JACQUELINE DE SOUZA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) ER Maria Isabel Botelho de Paulo, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 10/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Lea Rosa Peres Silva, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1075/2015.

PORTARIA Nº. 1075/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR WELLINGTON MAR DORVAL, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Português, no (a) EB Francisca Raimunda Farias da Costa, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 11/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1076/2015.

PORTARIA Nº. 1076/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR GUSTAVO GONZAGA DE AZEVEDO de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) Projeto Esportes, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 23/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1077/2015.

PORTARIA Nº. 1077/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR THIERS MELQUIADES ELIAS FILHO de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) Projeto Esportes, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 23/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1078/2015.

PORTARIA Nº. 1078/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR LUIZ DAVI ROSAR VIEIRA de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) Projeto Esportes, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 23/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1079/2015.

PORTARIA Nº. 1079/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR RAQUEL SANTANA DOS PASSOS de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Cerâmica, no (a) Projeto Esportes, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 23/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1080/2015.

PORTARIA Nº. 1080/2015.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) VOLNEI ANTONIO PEREIRA, matrícula nº. 300219-02-2, ocupante da categoria funcional de Consultor Jurídico, lotado (a) na Procuradoria Geral do Município, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010:

Averbar tempo que Contribuiu pelo INSS, totalizando 09 (nove) meses e 04 (quatro) dias.

Averbar tempo que Contribuiu pelo IPREV, totalizando 11 (onze) anos, 03 (três) meses e 13 (treze) dias.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1081/2015.

PORTARIA Nº. 1081/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO FRANCINE CRISTINA DE SOUZA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Interação, da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 12/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1082/2015.

PORTARIA Nº. 1082/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO REGIANE MACHADO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da EB Mara Luiza Vieira Liberato, da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 10/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1083/2015.

PORTARIA Nº. 1083/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SCHIRLEY SUZAN RAULINO CORDEIRO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da ER Daniel Carlos Weingartner, da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 06/02/2015 a 18/12/2015, face o impedimento da titular Juçara Silverio, que pediu exoneração.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1084/2015.

PORTARIA Nº. 1084/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ROBERTA CRISTINA OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Escola Profissional, da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 12/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1085/2015.

PORTARIA Nº. 1085/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ESTER GASPAR LOPES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da ER Maria dos Santos Silva, da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 10/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1086/2015.

PORTARIA Nº. 1086/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO PATRICIA DOS SANTOS,

de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da GE Terezinha M. E. Martins, da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 28/02/2015 a 30/07/2015, face o impedimento da titular Andrea L. Macário, que se encontra em readaptação.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1087/2015.

PORTARIA Nº. 1087/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO TALITA ALVES MIQUELINO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de ASG, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Padre Réus, da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 27/02/2015 a 30/07/2015, face o impedimento da titular Monica M. S. Lemonie, que se encontra exercendo suas funções junto ao CEI Jose M. Ferreira.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1088/2015.

PORTARIA Nº. 1088/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR DALVA DE FREITAS GARCIA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Vovó Dolores, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura,

no período de 19/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Clarice M. S. Galvão, que se encontra exercendo suas funções junto a SME.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1090/2015.

PORTARIA Nº. 1090/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ELIZABETE LUCIA DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do PROCON da Secretaria de Administração, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1091/2015.

PORTARIA Nº. 1091/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MAIULI RODRIGUES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de ASG, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do NAEP, da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 12/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1092/2015.

PORTARIA Nº. 1092/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO RAQUEL REGINA CORREA LIMA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de ASG, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Anjinho da Guarda, da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 09/02/2015 a 18/12/2015, face o impedimento da titular Cleusa Cristina Romanski, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1093/2015.

PORTARIA Nº. 1093/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO REGINA NADIR ROMÃO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de ASG, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Bolinha de Sabão, da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 12/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1094/2015.

PORTARIA Nº. 1094/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO POLYANA DOS SANTOS SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de ASG, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do GE Terezinha M. E. Martins, da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 11/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1095/2015.

PORTARIA Nº. 1095/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ALINE MOREIRA DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de ASG, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do GE Terezinha M. E. Martins, da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 11/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1096/2015.

PORTARIA Nº. 1096/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO EVELISE DA SILVA

VIEIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Voo Livre, da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face o impedimento da titular Luciana L. Martins, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1097/2015.

PORTARIA Nº. 1097/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JOSIANE TEREZINHA PEREIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Anjinho da Guarda, da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 12/02/2015 a 10/04/2015, face o impedimento da titular Joselia S. Machado, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1098/2014.

PORTARIA Nº. 1098/2014.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ROSA ARCELINA DA SILVEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SEMEC/2014, no cargo de Professor Artesão, disciplina Crochê, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 23/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1099/2015.

PORTARIA Nº. 1099/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ELIANE DE ASSUNÇÃO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SE-MEC/2014, no cargo de Professor Artesão, disciplina Crochê e Tri-cô, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 10/03/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1100/2015.

PORTARIA Nº. 1100/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO CINARA CORDEIRO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Inês Marta da Silva, da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 24/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1101/2015.

PORTARIA Nº. 1101/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO INES CHUVINSKI, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Inês Marta da Silva, da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 25/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1102/2015.

PORTARIA Nº. 1102/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SCHALIENE BORNHOFEN MARTINS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI São Tome, da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 05/02/2015 a 11/03/2015, face o impedimento da titular Kátia R. Espindola, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

CÂMARA MUNICIPAL**PROJETO DE LEI Nº 501/2015.**

PROJETO DE LEI Nº 501/2015.

COMED. CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Altera a Lei Municipal nº 2.446, de 11 de outubro de 2006 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 3º e seus incisos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII da Lei Municipal nº 2.446, de 11 de outubro de 2006, passarão a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º O Conselho Municipal de Educação - COMED, órgão colegiado de composição paritária, é composto pelos seguintes membros e seus respectivos suplentes:

I - 09 (nove) representantes do Poder Executivo:

- a) um servidor da Secretaria Municipal de Educação de Palhoça;
- b) um servidor representando o setor administrativo das unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino;
- c) um diretor/coordenador das unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino;
- d) um professor das unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino;
- e) um servidor do setor de Vigilância Sanitária;
- f) um servidor da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- g) um representante do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Palhoça - SITRAMPA;
- h) um representante do Núcleo de Atendimento Especializado da Rede Municipal de Palhoça - NAEP;
- i) um representante vinculado ao Conselho Deliberativo Escolar do Sistema Municipal de Ensino.

II - 09 (nove) representantes de entidades não governamentais:

- a) um representante atuando no Conselho Comunitário e/ou Associações de Bairros conveniados com o Município;
- b) um representante atuando nas organizações não governamentais (ONGs) que atuam na área educacional;
- c) um representante atuando nas instituições vinculadas às pessoas com deficiência, com sede no Município (APAE);
- d) um representante dos Diretores de Escolas Particulares do Sistema Municipal de Ensino, escolhido por sua entidade representativa;
- e) um representante dos professores das Escolas Particulares do Sistema Municipal de Ensino, escolhido por sua entidade representativa;
- f) um indígena representando sua Comunidade;
- g) um representante das Instituições de Ensino Superior Particular;
- h) um representante de pais vinculados as Associações de Pais e Professores (APPs) das Escolas Municipais;
- i) um representante da OAB do Município de Palhoça.” (N.R.)

Art. 2º O § 6º do art. 3º da Lei Municipal nº 2.446, de 11 de outubro de 2006, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º (...)

§ 6º O Presidente e o Vice-Presidente deverão ser escolhidos entre os membros do Conselho, que detenham a condição de titulares de cargos efetivos do magistério público municipal, ou, sejam profissionais da educação vinculados às instituições de ensino do Município.” (N.R.)

Art. 3º O art. 8º da Lei Municipal nº 2.446, de 11 de outubro de 2006, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º O Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Educação, poderá disponibilizar um servidor efetivo para atuar como Secretário Executivo e um servidor efetivo para atuar como Consultor Técnico Pedagógico do Conselho, observado o disposto no § 7º do art. 3º desta Lei.”(N.R.)

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões 05 de março de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos cinco dias do mês de março ano de dois mil e quinze.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº92/2015.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº92/2015.

VENCIMENTOS. Reposição de perdas salariais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, aos servidores públicos efetivos reposição salarial de 6,40 % (seis vírgula quarenta por cento), a ser calculada sobre a remuneração do mês de março de 2015, de conformidade com o que dispõe a Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, art. 37, inciso X da Constituição Federal, observado o disposto na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 1º A reposição salarial prevista no caput do art. 1º refere-se ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA acumulado em 12 (doze) meses (janeiro a dezembro de 2014) e deverá ser aplicado aos servidores regidos pela Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010;

§ 2º A reposição de que trata este dispositivo será aplicado no mês de abril de 2015.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, aos servidores públicos do magistério, reposição salarial de 6,40 % (seis vírgula quarenta por cento), a ser calculada sobre a remuneração do mês de janeiro de 2015, de conformidade com o que dispõe o § 3º do art. 118 da Lei Complementar nº 097, de 15 de dezembro de 2010, art. 37, inciso X da Constituição Federal, observado o disposto na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 1º A reposição salarial prevista no caput do art. 2º refere-se Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA acumulado em 12 (doze) meses (janeiro a dezembro de 2014), e deverá ser aplicado, exclusivamente, aos servidores contratados e aos professores que recebem acima do piso nacional do magistério;

§ 2º Aos professores que recebem abaixo do piso nacional do magistério, não será aplicado reajuste, porquanto já adequado por legislação própria, onde o índice de 13,01% do MEC já foi embutido na remuneração;

§ 3º A reposição de que trata este dispositivo será aplicado no

mês de janeiro de 2015, autorizada a complementação salarial, se necessária.

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder o índice de 1,38% (um vírgula trinta e oito por cento) de aumento real a todos os servidores do Poder Executivo Municipal, incluindo o magistério público, a partir de 1º de agosto de 2015.

Art. 4º Aplica-se o disposto nos artigos 1º, 2º e 3º desta Lei Complementar aos servidores ativos e inativos, aos pensionistas previdenciários e aos professores contratados por tempo determinado.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta de dotações específicas do orçamento vigente do Município, suplementado se necessário.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2015.
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos quinze dias do mês de abril ano de dois mil e quinze.

IPCA/IBGE - ACUMULADO

Mês/ano	Índice do mês (em %)	Índice acumulado no ano (em %)	Índice acumulado nos últimos 12 meses (em %)	Número índice acumulado a partir de Jan/93
Dez/2014	0,78	6,4076	6,4076	1.046,2758
Nov/2014	0,51	5,5841	6,5554	1.038,1780
Out/2014	0,42	5,0483	6,5872	1.032,9101
Set/2014	0,57	4,6090	6,7465	1.028,5901
Ago/2014	0,25	4,0161	6,5129	1.022,7603
Jul/2014	0,01	3,7567	6,5023	1.020,2098
Jun/2014	0,40	3,7463	6,5236	1.020,1078
Mai/2014	0,46	3,3330	6,3751	1.016,0436
Abr/2014	0,67	2,8598	6,2798	1.011,3912
Mar/2014	0,92	2,1752	6,1531	1.004,6600
Fev/2014	0,69	1,2438	5,6798	995,5014
Jan/2014	0,55	0,5500	5,5853	988,6795

PROJETO DE LEI Nº 492/2015

PROJETO DE LEI Nº 492/2015

DENOMINA PRAÇA PÚBLICA. Praça Paulo João Martins.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Praça Paulo João Martins, Praça Pública, localizada na esquina formada entre a Avenida Prefeito Nelson Martins com a Rua Orlando Tancredo, Centro, neste Município.

Parágrafo único. A localização da Praça Pública de que trata o caput deste artigo obedece ao croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Sala das Sessões, 27 de março de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e sete dias do mês de março ano de dois mil e quinze.

PROJETO DE LEI Nº 504/2015.

PROJETO DE LEI Nº 504/2015.

DENOMINA VIA PÚBLICA. RUA MANOEL CAMILO BARREIROS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

FAÇO SABER a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada RUA MANOEL CAMILO BARREIROS, com extensão de 102 metros de comprimento e 5,5 metros de largura, com início na Rua 406. Via Pública localizada no bairro Passagem do Maciambú, Município de Palhoça/SC.

Parágrafo único. A localização da referida via pública de que trata o artigo anterior obedece croqui em anexo, parte integrante desta lei.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos treze dias do mês de abril ano de dois mil e quinze.

PROJETO DE LEI Nº 496/2015

PROJETO DE LEI Nº 496/2015

DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua Paulo Rogério de Freitas Lopes

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua Paulo Rogério de Freitas Lopes, via pública municipal localizada no Loteamento Jardins no bairro Bela Vista, com extensão total de aproximadamente 902,86 metros, e 12,00 metros de largura, neste Município.

Parágrafo único. A localização da referida Via Pública, de que trata o artigo anterior, obedece ao croqui anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 de março de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos trinta dias do mês de março ano de dois mil e quinze.

PROJETO DE LEI Nº 503/2015.

PROJETO DE LEI Nº 503/2015.

DOAÇÃO. Autoriza a receber, por doação, da empresa SDB Comércio de Alimentos Ltda. pavimentação asfáltica das Ruas: Criciúma, Jerusalém, João Caruso Mac Donald e Marabás no Bairro Passa Vinte, neste Município.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber, por doação, da Empresa SDB Comércio de Alimentos Ltda., a pavimentação asfáltica das seguintes Ruas, situadas no Bairro Passa Vinte:

I - Criciúma;

II - Jerusalém;

III - João Caruso Mac Donald; e

IV - Marabás.

Parágrafo Único. As vias públicas serão pavimentadas no limite e extensão do Projeto Executivo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º A pavimentação se dará sem custos ao Município, sendo que todas as despesas inerentes a execução da obra correrão por conta da empresa doadora.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a divulgação e publicidade da obra.

Art. 4º O projeto de execução da obra será fiscalizada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura durante a sua execução.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de março de 2015.

Sala das Sessões, 19 de março de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de março ano de dois mil e quinze.

PROJETO DE LEI Nº 494/2015.

PROJETO DE LEI Nº 494/2015.

Institui o Fórum Permanente de Educação. Institui para implementação, acompanhamento, avaliação, revisão e emendas do Plano Municipal de Educação do Município de Palhoça e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Institui o Fórum Permanente de Educação para implementação, discussão, acompanhamento, avaliação, revisão e emendas do Plano Municipal de Educação do Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º O Fórum Permanente de Educação será assim constituído:

I - pelo(a) titular da Secretaria Municipal de Educação;

II - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração;

III - 01 (um) representante do Poder Legislativo Municipal;

IV - 03 (três) representantes da Educação Básica da Rede Municipal;

V - 03 (três) representantes dos Diretores das Escolas Públicas;

VI - 01 (um) representante da Educação Especial;

VII - 01 (um) representante da EAD e Novas Tecnologias;

VIII - 01 (um) representante da Educação Étnico-racial e Indígena;

IX - 01 (um) representante das Escolas do Campo;

X - 01 (um) representante das Escolas Estaduais;

XI - 01 (um) representante do Ensino Profissionalizante;

XII - 01 (um) representante do Ensino Superior;

XIII - 03 (três) representantes dos Funcionários da Secretaria Municipal de Educação;

XIV - 02 (dois) representantes dos pais de alunos das Escolas Públicas;

XV - 01 (um) representante do FUNDEB;

XVI - 03 (três) representantes dos professores da Rede Municipal;

XVII - 01 (um) representante dos Diretores das Escolas Particulares;

XVIII - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;

XIX - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde; e

XX - 01 (um) representante do Conselho Municipal de Educação.

Parágrafo Único. A nomeação será formalizada por ato do Chefe do Poder Executivo, que indicará os representantes titulares e suplentes do Fórum Permanente de Educação.

Art. 3º O Fórum Permanente de Educação terá como atribuição:

I - Finalizar a proposta do Plano Municipal de Educação, adequando-a ao Plano Estadual e Nacional de Educação e encaminhá-la ao Poder Executivo;

II - Fazer avaliação permanente do Plano Municipal de Educação;

III - Convocar juntamente à Secretaria Municipal de Educação a Conferência Municipal de Educação, bianualmente, após aprovado o Plano Municipal de Educação;

IV - Definir em regimento próprio sua organização e funcionamento;

V - Organizar formas de discussão com a sociedade, visando levantar anseios em relação à Educação; e

VI - Elaborar o seu Regimento Interno, para aprovação do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º O Fórum terá acesso às informações e estatísticas educacionais, administrativas e financeiras necessárias para o bom desempenho do seu trabalho.

Art. 5º A Secretaria Municipal de Educação ficará responsável em tomar as providências para a constituição do Fórum Permanente de Educação.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 25 de março de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e cinco dias do mês de março ano de dois mil e quinze.

PROJETO DE LEI Nº 495/2015.

PROJETO DE LEI Nº 495/2015.

DENOMINA VIA PÚBLICA, Rua Jorge Machado Lopes.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominada Rua Jorge Machado Lopes, com extensão de 130 metros e largura de 5 metros, via pública, localizada no Bairro Caminho Novo, com início na Rua João Duarte Raimundo, no município de Palhoça.

Parágrafo único. A localização da referida via pública de que se trata o artigo anterior obedece o croqui em anexo, parte integrante desta lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos treze dias do mês de abril ano de dois mil e quinze.

PROJETO DE LEI Nº 498/2015

PROJETO DE LEI nº 498/2015

DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua Vereador João Euclides Pereira.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua Vereador João Euclides Pereira, com extensão de 400,00 metros e 5,00 metros de largura, via pública localizada no bairro Passagem do Maciambú.

Parágrafo único. A localização da Via Pública de que trata o artigo anterior obedece ao croqui anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos treze dias do mês de abril ano de dois mil e quinze.

PROJETO DE LEI Nº 499/2015

PROJETO DE LEI Nº 499/2015

DENOMINA VIA PÚBLICA. RUA DAS ROSEIRAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada RUA DAS ROSEIRAS, com extensão de 264 metros de comprimento e 6 metros de largura, com início na Rodovia Evádio Paulo Broering. Via Pública localizada no bairro Praia do Sonho, Município de Palhoça/SC.

Parágrafo único. A localização da referida via pública de que trata o artigo anterior obedece croqui em anexo, parte integrante desta lei.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos treze dias do mês de abril ano de dois mil e quinze.

PROJETO DE LEI Nº 500/2015.

PROJETO DE LEI Nº 500/2015.

CONVÊNIO. Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral - CADI.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o CADI - Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 08.251.520/0001-89, com sede na Rua das Palmeiras, s/n, CEP 88.130-350, Bairro Frei Damião, Palhoça/SC, no valor global de R\$ 312.036,00 (trezentos e doze mil e trinta e seis reais) referente a repasse financeiro de recursos do Fundo Municipal de Infância e Adolescência - FIA, CNPJ sob o n.º. 18.246.064/0001-32, Conta N. 211-4 / Agência 1784/ Banco 104/ Caixa Econômica Federal, objetivando apoio efetivo do CMDCA/ FIA na manutenção e custeio da implantação e execução do Projeto denominado "Projeto Janela", visando atendimento mensal de 135 Crianças e adolescentes com idade entre 04 e 16 anos, moradores da comunidade Frei Damião em Palhoça/SC, em situação de vulnerabilidade/risco social e pessoal, prioritariamente aquelas atendidas por programas governamentais, projetos do CADI e estudantes da rede pública de ensino.

Parágrafo Único. O "Projeto Janela" foi selecionado para receber o recurso financeiro, repasse de recurso da Fundação Itaú Social, instituição de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 59.573.030/0001-30 empresas pertencentes ao Conglomerado Itaú Unibanco Holding S.A. O recurso conforme determina a legislação destinado para o Fundo Municipal para Infância

e Adolescência - FIA devidamente inscrito no CNPJ sob o n.º. 18.246.064/0001-32.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 23 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE
Unidade 01 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE
Proj./Ativ. 2.077 - Funcionamento e Manutenção do FIA
Elemento reduzido 659 3350 fonte recurso 3000300 - Transferência a Instituições Privadas sem Fins.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 23 de março de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e três dias do mês de março ano de dois mil e quinze.

PROJETO DE LEI Nº 505/2015.

PROJETO DE LEI Nº 505/2015.

DESAFETA, AFETA BEM PÚBLICO E AUTORIZA PERMUTA. Área Verde. Loteamento Parque Residencial Pagani.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a desafetar da destinação de Área Verde uma fração de terras, denominada de Área "1", com a seguinte descrição:

I - Área "1" terreno urbano, sem benfeitoria, com 2.160,00 m² (dois mil, cento e sessenta metros quadrados), designado por parte da Área Verde de matrícula 69.959 do Cartório de Registro de Imóveis de Palhoça/SC, objeto das quadras nºs 27 e 2, do loteamento Parque Residencial Pagani, Passa Vinte, neste Município, com as seguintes medidas e confrontações: Frente, 49,02 metros, com a Área Verde da Prefeitura Municipal de Palhoça/SC; Fundos, 46,83 metros, divididos em quatro lances, os três primeiros medem 12 metros cada um, com os lotes 03 a 05, o 4º mede 10,83 metros com o lote 06, todos da quadra 27, com Vendecasa Empreendimentos Imobiliários Ltda.; Lado Direito, 53,36 metros em dois lances, o 1º mede 23,36 metros, com o lote nº 14, o 2º mede 30,00 metros com o lote nº 15, todos da quadra 27, com Vendecasa Empreendimentos Imobiliários Ltda.; e Lado Esquerdo, 38,88 metros, com a Área Verde da Prefeitura Municipal, com registro geral de 19.627,91 m² da matrícula 69.959 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Palhoça/SC.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a desafetar da destinação de Área Institucional uma fração de terras, denominada de Área "2", com a seguinte descrição:

I - Área "2" terreno com 2.160,00 m² (dois mil, cento e sessenta metros quadrados), designado por parte da Área Institucional do Loteamento Jardim Coqueiros, com as seguintes medidas e confrontações: Frente medindo 36,00 metros com a Rua Adelino de Almeida Filho; Fundos com 36,00 metros com a Área Verde; Laterais de um lado medindo 60,00 metros com lotes 07 a 11 e de outro lado com 60,00 metros com Área Institucional.

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal a realizar a permuta das Áreas "1" e "2" desta Lei, na forma de compensação:

I - Passando a Área "1" desta Lei a ser classificada e afetada como Área Institucional; e

II - Passando a Área "2" desta Lei a ser classificada e afetada como Área Verde.

Parágrafo Único. Ficam mantidas as classificações das áreas remanescentes.

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a permutar a Área "1", com os seguintes bens imóveis, denominados de Área "3", "4", "5", "6", "7" e "8", que somados possuem 2.160,00 m² com as seguintes descrições:

I - Área "3" Lote 04 - um terreno situado neste Município, distante 51,00 metros da esquina formada pela Rua L-03 com a Rua T-14, designado por lote nº 04, da quadra nº 39, do loteamento denominado Parque Residencial Pagani, com a área de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: Frente medindo 12,00 metros para a Rua L-03, fundos medindo 12,00 metros com lote 10 e terras de Vendecasa Empreendimentos Imobiliários Ltda., de um lado medindo 30,00 metros com o lote nº 03 e de outro lado medindo 30,00 metros com o lote nº 05, ambos com terras de Vendecasa Empreendimentos Imobiliários Ltda., com matrícula 43.597 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Palhoça/SC;

II - Área "4" Lote 05 - um terreno situado neste Município, distante 51,00 metros da esquina formada pela Rua L-03 com a Rua T-14, designado por lote nº 05, quadra nº 39, do loteamento denominado Parque Residencial Pagani, com área de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: Frente medindo 12,00 metros para a Rua L-03, fundos medindo 12,00 metros com terras de Vendecasa Empreendimentos Imobiliários Ltda., de um lado medindo 30,00 metros com o lote nº 04 e de outro lado medindo 30,00 metros com o lote nº 06, ambos com terras de Vendecasa Empreendimentos Imobiliários Ltda., com matrícula 43.598 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Palhoça/SC;

III - Área "5" Lote 06 - um terreno situado neste Município, distante 63,00 metros da esquina formada pela Rua L-03 com a Rua T-14, designado por lote nº 06, quadra nº 39, do loteamento denominado Parque Residencial Pagani, com área de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados) com as seguintes medidas e confrontações: Frente medindo 12,00 metros para Rua L-13m, fundos medindo 12,00 metros com terras de Vendecasa Empreendimentos Imobiliários Ltda., de um lado medindo 30,00 metros com o lote nº 05 e de outro lado medindo 30,00 metros com o lote nº 07, ambos com terras de Vendecasa Empreendimentos Imobiliários Ltda., com matrícula 43.599 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Palhoça/SC;

IV - Área "6" Lote 07 - um terreno situado neste Município, distante 75,00 metros da esquina formada pela Rua L-03 com a Rua T-14, designado por lote nº 07, quadra nº 39, do loteamento denominado Parque Residencial Pagani, com área de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: Frente medindo 12,00 metros para a Rua L-03, fundos medindo 12,00 metros com terras de Vendecasa Empreendimentos Imobiliários Ltda., de um lado medindo 30,00 metros com o lote nº 06 e de outro lado medindo 30,00 metros com o lote nº 08, ambos com terras de Vendecasa Empreendimentos Imobiliários Ltda., com matrícula 43.600 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Palhoça/SC;

V - Área "7" Lote 08 - um terreno situa neste Município, distante 87,00 metros da esquina formada pela Rua L-03 com a Rua T-14, designado por lote nº 08, da quadra nº 39, do loteamento

denominado Parque Residencial Pagani, com área de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: Frente medindo 12,00 metros para a Rua L-03, fundos medindo 12,00 com terras de Vendecasa Empreendimentos Imobiliários Ltda., de um lado medindo 30,00 metros com o lote nº 07 e de outro lado medindo 30,00 metros com o lote nº 09, ambos com terras de Vendecasa Empreendimentos Imobiliários Ltda., com matrícula 43.601 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Palhoça/SC;

VI - Área "8" Lote 09 - um terreno situado neste Município, distante 99,00 metros da esquina formada pela Rua L-03 com a Rua T-14. Designado por lote nº 09, da quadra nº 39, do loteamento denominado Parque Residencial Pagani, com área de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: Frente medindo 12,00 metros para a Rua L-03, fundos medindo 12,00 metros com terras de Vendecasa Empreendimentos Imobiliários Ltda., de um lado medindo 30,00 metros com o lote nº 08, com terras de Vendecasa Empreendimentos Imobiliários Ltda. e de outro lado 30,00 metros, com terras de Vendecasa Empreendimentos Imobiliários Ltda., com matrícula 43.602 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Palhoça/SC.

Art. 5º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a permutar a Área "1" de sua propriedade, prevista no artigo 1º, pelas Áreas "3", "4", "5", "6", "7" e "8" de propriedade de Vendecasa Empreendimentos Imobiliários Ltda, previstas no artigo 4º, ambos desta Lei, conforme consta em anexo.

Parágrafo único. Fica igualmente autorizado a transferir a caracterização da Área "1" aos imóveis dados em permuta, denominados como Áreas "3", "4", "5", "6", "7" e "8", passando a serem denominados como bens públicos de uso comum, afetados e designados como Área Institucional.

Art. 6º O imóvel descrito no art. 1º está avaliado em R\$ 777.600,00 (setecentos e setenta e sete mil e seiscentos reais) e os imóveis descritos no art. 4º estão avaliados em R\$ 2.116.800,00 (dois milhões, cento e dezesseis mil e oitocentos reais), conforme Laudo elaborado pela Comissão de Avaliação da Prefeitura de Palhoça.

Parágrafo Único. A permuta desta Lei não gerará ônus para o Município.

Art. 7º A presente Lei tem por finalidade pública a permuta de área para a construção da nova sede do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º As eventuais despesas com a execução desta Lei, correrão por conta da dotação específica do orçamento vigente, suplementado se necessário.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 09 de março de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI Nº 506/2015

PROJETO DE LEI Nº 506/2015.

BADESC. Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Programa BADESC CIDADES e tomar empréstimo junto ao BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DE SANTA CATARINA S/A e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BADESC CIDADES.

Art. 2º A adesão ao Programa BADESC CIDADES propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de Pavimentação, Drenagem e Sinalização de Vias Públicas.

Art. 3º Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa BADESC CIDADES, até o montante de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais)

Parágrafo único. Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art. 4º Para dar continuidade ao Programa BADESC CIDADES, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subseqüentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º Por conta dos financiamentos estabelecidos no artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de até 9% (nove por cento) ao ano, acrescido da taxa de juros de longo prazo - TJLP, ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, 19 de março de 2015.
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de março ano de dois mil e quinze.

PROJETO DE LEI Nº 507/2015

PROJETO DE LEI nº 507/2015

Denomina Via Pública. Rua Manoel Joaquim Soares.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Fica denominada de Rua Manoel Joaquim Soares via pública localizada no Furadinho, com extensão de 300 (trezentos) metros e 7 (sete) metros de largura, tendo início na BR 101, próximo ao KM 223.

PARÁGRAFO ÚNICO - A localização da via pública, de que trata este artigo, obedece ao croqui em anexo, parte integrante desta

Lei.

ARTIGO 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 de março de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos trinta dias do mês de março ano de dois mil e quinze.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº138/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº138/2014 - Pregão

Presencial 36/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: OLSEN INDUSTRIA E COMERCIO S.A. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo e permanente odontológico para utilização nos consultórios das UBS e para CEO.

DATA: 02/10/2014 à 01/10/2015.

Nome da Empresa: OLSEN INDUSTRIA E COMERCIO S.A

CNPJ: 83.802.215/0001-53

Item
Quantidade
Unidade
Marca e Modelo
Preço Unitário
Preço Total

Especificação: Armário clínico para odontologia, dotado de 04 rodízios revestidos em poliuretano, três gavetas rasas e um gavetão (79x49x38cm), puxadores e tampo em poliestireno de alto impacto e bandeja em aço inox.

348
10,00
UN
OLSEN
R\$1.160,00
R\$11.600,00

Valor Total
(onze mil e seiscentos reais)

R\$11.600,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº139/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº139/2014 - Pregão

Presencial 36/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: ODONTO PROTESE COMERCIAL LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo e permanente odontológico para utilização nos consultórios das UBS e para CEO.

DATA: 02/10/2014 à 01/10/2015.

Nome da Empresa: ODONTO PROTESE COMERCIAL LTDA

CNPJ: 81.022.832/0001-00

Item
Quantidade
Unidade
Marca e Modelo
Preço Unitário
Preço Total

Especificação: Aplicador de dycal, duplo, pequeno

27
30,00
UN
GOLGRAN
R\$5,60
R\$168,00

Especificação: Bandeja de aço inox, sem tampa, tamanho 22x12x1,5cm

30
50,00
UN
FAMI
R\$20,52
R\$1.026,00

Especificação: BRUNIDOR CLEV DENT 21

59
5,00
UN
GOLGRAN
R\$5,80
R\$29,00

Especificação: Calçador classe V.

70
20,00
UN
GOLGRAN
R\$5,20
R\$104,00

Especificação: Cimento cirúrgico líquido, frasco com 20 ml

84
10,00
FRS
IODONTOSUL
R\$10,00
R\$100,00

Especificação: Cimento cirúrgico pó, frasco com 50 grs.

85
10,00
FRS
IODONTOSUL
R\$10,30
R\$103,00

Especificação: Cimento de fosfato de zinco em pó, frasco com 28gr.

86
10,00
FRS
VIGODENT
R\$6,70
R\$67,00

Especificação: Cimento de fosfato de zinco líquido, frasco com 10ml

87
10,00
FRS
VIGODENT
R\$11,50
R\$115,00

Especificação: Cureta perio 33

124
10,00
UN

R\$6,40
R\$64,00

Especificação: Cureta perio 34

125
10,00
UN
GOLGRAN
R\$6,40
R\$64,00

Especificação: Curetas Goldmann Fox nº. 04

131
5,00
UN
GOLGRAN
R\$10,00
R\$50,00

Especificação: Curetas Goldmann Fox nº01

132
5,00
UN
GOLGRAN
R\$10,00
R\$50,00

Especificação: Curetas Goldmann Fox nº02

133
5,00
UN

GOLGRAN
R\$9,70
R\$48,50

Especificação: Curetas Goldmann Fox nº03

134
5,00
UN
GOLGRAN
R\$9,70
R\$48,50

Especificação: Espaçador azul, caixa com 06 unidades.

152
10,00
CX
INJECTA
R\$30,00
R\$300,00

Especificação: Espaçador Dental nº 01 cx com 04 unid.

153
20,00
CX
INJECTA
R\$30,00
R\$600,00

Especificação: Espaçador Dental nº 02 cx com 04 unid.

154
20,00
CX
INJECTA
R\$30,00
R\$600,00

Especificação: Espaçador Dental nº 03 cx com 04 unid.

155
20,00
CX
INJECTA
R\$30,00
R\$600,00

Especificação: Espaçador Dental nº 04 cx com 04 unid.

156
20,00
CX
INJECTA
R\$30,00
R\$600,00

Especificação: Espaçador vermelho, caixa com 06 unidades.

157
10,00
CX
INJECTA
R\$30,00
R\$300,00

Especificação: Filme periapical insight ip, velocidade rápida (f), uso infantil, caixa com 150 unidades.

171
20,00
CX
KODAK
R\$145,00
R\$2.900,00

Especificação: Moldeira de cera infantil, tam. pequeno, com arca-da inferior e superior, pcte com 100 unid.

251
50,00
PCT
BIODINAMICA
R\$29,65
R\$1.482,50

Especificação: Sugador endodontico descartável, pacote com 20 unidades.

335
50,00
PCT
WA
R\$18,70
R\$935,00

Valor Total
(dez mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos)

R\$10.354,50

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº140/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº140/2014 - Pregão Presencial 36/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: M.F. DE ALMEIDA & CIA LTDA ME. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo e permanente odontológico para utilização nos consultórios das UBS e para CEO.
DATA: 02/10/2014 à 01/10/2015.

Nome da Empresa: M.F. DE ALMEIDA & CIA LTDA ME

CNPJ: 05.021.932/0001-34

Item
Quantidade
Unidade
Marca e Modelo
Preço Unitário
Preço Total

Especificação: Alavanca seldin 1L adulto, em aço inox

14
30,00
UN
TRINKS
R\$13,50
R\$405,00

Especificação: Alavanca seldin 1R adulto, em aço inox

16
30,00
UN
TRINKS
R\$13,50
R\$405,00

Especificação: Alavanca seldin reta nº2 adulto, em aço inox

18
30,00
UN
TRINKS
R\$14,20
R\$426,00

Especificação: Anestésico injetável lidocaína a 2% com vaso constritor. Tubetes com 1,8 ml caixa com 50 unidades.

25
300,00
CX
DENTSPLY
R\$32,60
R\$9.780,00

Especificação: Arco para dique de borracha em nylon

28
2,00
UN
INDUSBELLO
R\$7,60
R\$15,20

Especificação: Broca de baixa rotação nº. 03

49
200,00
UN
INJECTA
R\$2,50
R\$500,00

Especificação: Broca de baixa rotação nº. 04

50
350,00
UN
INJECTA
R\$2,50
R\$875,00

Especificação: Brunidor nº 3

62
5,00
UN
TRINKS
R\$3,00
R\$15,00

Especificação: Calcedor 6335 para inserção de resina nº1

67
20,00
UN
TRINKS
R\$3,74

R\$74,80

Especificação: Calcador 6335 para inserção de resina nº2

68

20,00

UN

TRINKS

R\$3,30

R\$66,00

Especificação: Calcador 6335 para inserção de resina nº3

69

20,00

UN

TRINKS

R\$3,30

R\$66,00

Especificação: Calcador Ward nº3

76

10,00

UN

TRINKS

R\$3,64

R\$36,40

Especificação: Calcador Ward nº4

77

10,00

UN

TRINKS

R\$3,64

R\$36,40

Especificação: Calcador Ward nº6

78

10,00

UN

TRINKS

R\$3,64

R\$36,40

Especificação: Condensador de amalgama nº 1

90

10,00

UN

TRINKS

R\$3,95

R\$39,50

Especificação: Condensador de amalgama nº 2

91

10,00

UN

TRINKS

R\$3,95

R\$39,50

Especificação: Condensador de amalgama nº 3

92

10,00

UN

TRINKS

R\$3,95

R\$39,50

Especificação: Condensador de amalgama nº 4

93

10,00

UN

TRINKS

R\$3,95

R\$39,50

Especificação: Condensador de amalgama nº 5

94

10,00

UN

TRINKS

R\$3,95

R\$39,50

Especificação: Condensador de amalgama nº 6

95

10,00

UN

TRINKS

R\$3,95

R\$39,50

Especificação: Condensador para amalgama nº 21

96

10,00

UN

TRINKS

R\$3,95

R\$39,50

Especificação: Cureta dupla de lucas nº 85

118

20,00

UN

TRINKS

R\$4,50

R\$90,00

Especificação: Dedal de borracha

136

50,00

UN

JON

R\$1,60

R\$80,00

Especificação: Descolador de perioésteo (tipo molt)

137

10,00

UN

GOLGRAN

R\$26,60

R\$266,00

Especificação: Esculpidor hollembach nº 03

148 20,00 UN TRINKS R\$4,02 R\$80,40 Especificação: Esculpidor hollembach nº 3s	3,00 FRS BIODINAMICA R\$8,70 R\$26,10 Especificação: Explorador duplo nº 5, medindo aproximadamente: c 16 cm x 15 mm x 5mm, em aço inox
149 20,00 UN TRINKS R\$3,57 R\$71,40 Especificação: Esculpidor hollembach nº 3ss	168 150,00 UN TRINKS R\$4,15 R\$622,50 Especificação: Gengivótomos de Orban 1/2, em aço inox
150 20,00 UN TRINKS R\$4,02 R\$80,40 Especificação: Esculpidor Lecron nº6	209 3,00 UN TRINKS R\$6,42 R\$19,26 Especificação: Grampo unitário para radiografia periapical (colgadura)
151 10,00 UN TRINKS R\$7,20 R\$72,00 Especificação: Espátula em inox nº 36	210 15,00 UN TECNODENT R\$2,00 R\$30,00 Especificação: Lamparina metálica para uso odontológico
158 10,00 UN GOLGRAN R\$4,75 R\$47,50 Especificação: Espátula em inox para resina nº. 01	226 5,00 UN MAC R\$17,40 R\$87,00 Especificação: Lima 3ª série, 25 mm, 90-140, caixa com 6 unidades
160 50,00 UN TRINKS R\$3,86 R\$193,00 Especificação: Espátula nº 31 de aço inox	230 10,00 CX INJECTA R\$21,17 R\$211,70 Especificação: Mandril para disco de lixa.
161 10,00 PÇ GOLGRAN R\$7,14 R\$71,40 Especificação: Eucaliptol, líquido límpido, incolor ou amarelo pálido, de odor aromático, canforáceo, característico de e sabor picante. Praticamente insolúvel na água, miscível com o álcool, clorofórmio, sulfeto de carbono, ácido acético glacial, óleos vegetais e essências, frasco com 10mL.	245 100,00 UN PREVEN R\$1,46 R\$146,00 Especificação: Papel p/ impressão oclusal, dupla face, com cores diferentes em cada face, livreto com 12 folhas, com comprimento de 10 cm e com espessura máxima de 28µm .
166	256 150,00

UN
IODONTOSUL
R\$1,36
R\$204,00

Especificação: Peça reta autoclavável, de formato anatômico, baixo peso e baixo ruído, acoplável ao micromotor de baixa rotação através de sistema intra, onde o torque e a rotação são transmitidos a broca por um conjunto de eixos e engrenagens com relação de transmissão 1:1, corpo em ALPACA.

259
2,00
UN
GNATUS
R\$262,20
R\$524,40

Especificação: Pedra pomes em pó, frasco com 10g

Item
Quantidade
Unidade
Marca e Modelo
Preço Unitário
Preço Total

Especificação: Pedra pomes em pó, frasco com 10g

261
20,00
FRS
IODONTOSUL
R\$0,50
R\$10,00

Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 1011, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterelização de no mínimo 4 anos.

272
200,00
UN
MICRODONT
R\$1,46
R\$292,00

Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 1012, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterelização de no mínimo 4 anos.

273
200,00
UN
MICRODONT
R\$1,46
R\$292,00

Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 1013, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterelização de no mínimo 4 anos.

274
250,00

UN
MICRODONT
R\$1,46
R\$365,00

Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 1014, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterelização de no mínimo 4 anos.

275
300,00
UN
MICRODONT
R\$1,46
R\$438,00

Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 1016, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterelização de no mínimo 4 anos.

276
300,00
UN
MICRODONT
R\$1,46
R\$438,00

Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 1019, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterelização de no mínimo 4 anos.

277
250,00
UN
MICRODONT
R\$1,46
R\$365,00

Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 1151, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterelização de no mínimo 4 anos.

278
50,00
UN
MICRODONT
R\$1,46
R\$73,00

Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 2082, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterelização de no mínimo 4 anos.

279
150,00
UN
MICRODONT
R\$1,46
R\$219,00

Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 2135, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterelização de no mínimo 4 anos.

280
50,00
UN
MICRODONT
R\$1,46
R\$73,00

Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 2135f, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterelização de no mínimo 4 anos.

281
50,00
UN
MICRODONT
R\$1,46
R\$73,00

Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 2135ff, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterelização de no mínimo 4 anos.

282
100,00
UN
MICRODONT
R\$1,46
R\$146,00

Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 3118, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterelização de no mínimo 4 anos.

283
100,00
UN
MICRODONT
R\$1,46
R\$146,00

Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 3118f, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterelização de no mínimo 4 anos.

284
100,00
UN
MICRODONT
R\$1,46
R\$146,00

Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 3118ff, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterelização de no mínimo 4 anos.

285
100,00
UN
MICRODONT
R\$1,46
R\$146,00

Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 3168, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas

através de processo eletroquímico e com garantia de esterelização de no mínimo 4 anos.

286
100,00
UN
MICRODONT
R\$1,46
R\$146,00

Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 3168f, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterelização de no mínimo 4 anos.

287
100,00
UN
MICRODONT
R\$1,46
R\$146,00

Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 3168ff, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterelização de no mínimo 4 anos.

288
100,00
UN
MICRODONT
R\$1,46
R\$146,00

Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 3195, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterelização de no mínimo 4 anos.

289
100,00
UN
MICRODONT
R\$1,46
R\$146,00

Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 3195f, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterelização de no mínimo 4 anos.

290
100,00
UN
MICRODONT
R\$1,46
R\$146,00

Especificação: Ponta diamantada de alta rotação nº 3195ff, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterelização de no mínimo 4 anos.

291
100,00
UN
MICRODONT
R\$1,27
R\$127,00

Especificação: Régua milimetrada para endodontia em aço inoxidável

305
5,00
UN
PRISMA
R\$10,20
R\$51,00

Especificação: Revelador para processamento radiográfico, uso odontológico, contendo água (85 a 90%), sulfato de sódio (1 a 5%), dietilenoglicol (1 a 5%) e hidroquinona (1 a 5%), frasco com 475 ml.

324
100,00
FRS
KODAK
R\$6,15
R\$615,00

Especificação: Selante fotopolimerizável, cor matizado com 02 tubos de selante 5G, e 01 seringa condicionadora dental e acessórios.

326
20,00
CX
ALPHASEAL DFL
R\$21,00
R\$420,00

Especificação: Taça de borracha pequena

336
20,00
UN
PREVEN
R\$0,73
R\$14,60

Especificação: Amalgamador capsular c/ temporizador de 0 (zero) a 16 (dezesesseis) seg, display c/ indicador digital, oscilação p/ minuto, trava de segurança no abrir da tampa, garantia (mínima) 03 anos, voltagem 220 volts.

344
3,00
PÇ
SCHUSTER
R\$470,00
R\$1.410,00

Especificação: Compressor de ar odontológico horizontal, isento de óleo, reservatório com capacidade para aprox. 30 litros, deslocamento de 6.0 pés, 3/min., potência do motor 01 HP com dois pistões em V e reservatório redondo tipo botijão. Procedência nacional, voltagem 220

355
10,00
UN
GNATUS
R\$1.255,00
R\$12.550,00

Especificação: Easy Baby cadeira odontopediátrica acoplável à cadeira odontológica para crianças de 06 meses até 04 anos de

idade. Estofamento em curvin odontológico, estrutura interna de metal, almofada de cabeça, espuma injetada e tiras de fixação e de contenção. Adaptável a qualquer modelo de cadeira odontológica.

359
1,00
UN
D EXPRESS
R\$1.480,00
R\$1.480,00

Especificação: Estufa odontológica para esterilização e secagem, medindo aproximadamente 50x80x70cm, parte externa, construída em aço tratado, pintura eletrostática, com 03 prateleiras em aço inox e termômetro, capacidade de 30 litros.

360
2,00
UN
ODONTOBRÁS
R\$1.150,00
R\$2.300,00

Valor Total
(trinta e oito mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e trinta e seis centavos)

R\$38.856,36

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº141/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº141/2014 - Pregão Presencial 36/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo e permanente odontológico para utilização nos consultórios das UBS e para CEO. DATA: 02/10/2014 à 01/10/2015.

Nome da Empresa: SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME

CNPJ: 04.989.294/0001-87

Item
Quantidade
Unidade
Marca e Modelo
Preço Unitário
Preço Total

Especificação: Ácido fosfórico a 37% em gel, seringa com 05 ml

2
150,00
UN
DENTALTEC
R\$1,24
R\$186,00

Especificação: Adesivo com premier para resina fotopolimerizável em 01 só frasco com 06 ml, primer a base de água tipo single bond.

3

100,00
FRS
FGM
R\$27,15
R\$2.715,00

Especificação: Anestésico cloridrato de prilocaina a 3% com vaso constritor octapressin, tubetes com 1.8 ml, caixa com 50 unidades.

23
300,00
CX
CRISTÁLIA
R\$28,34
R\$8.502,00

Especificação: Anestésico injetável mepivacaina 3% s/ vaso constritor, tubete c/1,8 ml, caixa com 50 unidades.

26
100,00
CX
DENTSPLY
R\$46,20
R\$4.620,00

Especificação: Broca cirúrgica alta rotação esférica nº 08

34
30,00
UN
MILTEX
R\$7,15
R\$214,50

Especificação: Broca de alta rotação carbide nº 1/2.

41
100,00
UN
MEDIN
R\$5,46
R\$546,00

Especificação: Broca de alta rotação carbide nº. 2.

42
100,00
UN
MEDIN
R\$5,46
R\$546,00

Especificação: Broca de alta rotação carbide nº. 330.

43
100,00
UN
MEDIN
R\$5,46
R\$546,00

Especificação: Broca de alta rotação carbide nº. 4.

44
100,00
UN
MEDIN
R\$5,46

R\$546,00

Especificação: Broca de baixa rotação nº. 02

48
200,00
UN
INJECTA
R\$2,50
R\$500,00

Especificação: Broqueiro Júnior, redondo,acrilico com tampa

58
20,00
UN
JON
R\$9,10
R\$182,00

Especificação: Cuba de borracha de manipulação de silicato

116
5,00
UN
MAQUIRA
R\$2,70
R\$13,50

Especificação: Escova de aço para limpeza de brocas

140
50,00
UN
IODONTOSUL
R\$4,21
R\$210,50

Especificação: Eugenol líquido, frasco com 18ml

167
80,00
FRS
SOUZA
R\$6,29
R\$503,20

Especificação: Filme periapical insight ip, velocidade rápida(f), uso adulto, caixa com 150 unidades.

172
110,00
CX
AGFA
R\$92,40
R\$10.164,00

Especificação: Fio de nylon 4-0, com agulha, caixa com 24 unidades

175
100,00
CX
PROCARE
R\$18,20
R\$1.820,00

Especificação: Fio de seda para sutura 3-0 com agulha 1,7 cm, esteril, não absorvível, caixa com 24 unidades.

177
15,00
CX
PROCARE
R\$18,55
R\$278,25

Especificação: Fio de seda para sutura 4-0 com agulha 1,7 cm, esteril, não absorvível, caixa com 24 unidades.

178
200,00
CX
PROCARE
R\$18,55
R\$3.710,00

Especificação: Fita matriz nº. 0,5 mm em estojo plástico.

180
50,00
UN
PREVEN
R\$0,80
R\$40,00

Especificação: Haste em plástico flexível, com algodão em suas pontas, caixa com aprox. 150 unid.

215
50,00
CX
YORK
R\$1,60
R\$80,00

Especificação: Hidróxido de cálcio radiopaco, contendo 1 tubo de pasta catalizadora 11 gr, 01 tubo de pasta base 13 gr e 01 bloco de mistura.

217
20,00
UN
TECHNEW
R\$11,56
R\$231,20

Especificação: Lima p/ osso - pequena

231
5,00
UN
LM
R\$19,60
R\$98,00

Especificação: Otosporin frasco com 10 ml

255
25,00
FRS
OTOSPORIN
R\$10,40
R\$260,00

Especificação: Pasta maisto, pote plástico com 10 gramas.

257
12,00

POTE
IODONTOSUL
R\$12,46
R\$149,52

Especificação: Porta agulha c/ 17cm, em aço inox

295
50,00
UN
GOLGRAN
R\$25,77
R\$1.288,50

Especificação: Pote dappen (plástico)

302
50,00
UN
PREVEN
R\$1,71
R\$85,50

Especificação: Roletes de algodão, produzido com fibras naturais, 100% puro algodão hidrófilo, levemente gomado, possuir grande poder de absorção e maciez, sendo perfeito para o uso em tratamento dentário. Pacote com 100 unidades.

325
1500,00
PCT
SS PLUS
R\$1,14
R\$1.710,00

Especificação: Sugador cirúrgico - metal

332
10,00
UN
LM
R\$9,80
R\$98,00

Especificação: Verniz com fluor para aplicação tópica 5% de fluoreto de sódio, frasco com 10 ml de verniz e frasco de 10 ml de solvente.

343
20,00
FRS
Florniz SSW
R\$15,35
R\$307,00

Valor Total
(quarenta mil, cento e cinquenta reais e sessenta e sete centavos)

R\$40.150,67

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº142/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº142/2014 - Pregão Presencial 36/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CIRURGICAS CERON EQUIP. HOSPITALARES E VETERINARIO. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo e permanente odontológico para utilização nos consultórios das UBS e para CEO. DATA: 02/10/2014 à 01/10/2015.

Nome da Empresa: CIRURGICAS CERON EQUIP. HOSPITALARES E VETERINÁRIO

CNPJ: 18.258.209/0001-15

Item
Quantidade
Unidade
Marca e Modelo
Preço Unitário
Preço Total

Especificação: Caneta de alta rotação cabeça pequena e arredondada para odontopediatria, com 420.000 rotações por minuto, possui corpo em ALPACA com canais arredondados de pega, sistema de conexão dois furos, sistema de substituição da broca através de saca-brocas

79
2,00
UN
DENTSCLER
R\$220,00
R\$440,00

Especificação: Aparelho de Raios-X de coluna móvel para uso odontológico intra-oral com base em 04 rodízios; intensidade da corrente tubo emissor de mínimo de 08 amp; com potência de 70 kvp, com regulador de tensão que permita estabilização da alimentação; voltagem do tubo emissor em kvp; cilindro direcional longo com revestimento em película de chumbo de 0,5 mm; dupla colimação; filtro de alumínio equivalente a 2,5mm; isolamento termoeletrônico por imersão do cabeçote em óleo; controle remoto com cabo espiralado; seleção de exposição de tempo de 0,1 a 2,5 segundos; bip sonoro conjugado a emissão dos raios-x; braço articulado; câmara expansora de óleo; foco de emissão de 0,8 x 0,8 mm; temporizador digital microcontrolado; compensador eletrônico de tensão com correção de tempo de exposição e bloqueio que impede o disparo em caso de sub ou sobretensão, rodízios reforçados e freio transversal. 220 volts.

345
3,00
UN
X-DENT
R\$3.450,00
R\$10.350,00

Especificação: Autoclave modelo horizontal de bancada para esterilização e secagem de material, com capacidade para 21 litros, com 03 bandejas. Confeccionada em aço lavável permitir uma boa circulação do vapor garantindo excelente qualidade na esterilização do Material de enfermagem (curativo e odontológico), garantia mínima de 01 ano, voltagem 220 v.

349
10,00
PÇ

ALT
R\$1.999,00
R\$19.990,00

Especificação: Câmara de revelação para Raio X periapical, com carenagem psai, fundo duplo com ventosas, copos para revelador, fixador e água com tampa e sem dobradiças, dimensões aprox. 210x300x230 mm

354
3,00
UN
ODONTOLOGIC
R\$149,00
R\$447,00

Valor Total
(trinta e um mil e duzentos e vinte e sete reais)

R\$31.227,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº143/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº143/2014 - Pregão Presencial 36/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo e permanente odontológico para utilização nos consultórios das UBS e para CEO. DATA: 02/10/2014 à 01/10/2015.

Nome da Empresa: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 03.033.589/0001-12

Item
Quantidade
Unidade
Marca e Modelo
Preço Unitário
Preço Total

Especificação: Fio de nylon 5-0, com agulha, caixa com 24 unidades

176
20,00
CX
PROCARE
R\$18,29
R\$365,80

Especificação: Lençol de borracha, caixa com 26 unidades

227
10,00
CX
MADEITEX
R\$11,40
R\$114,00

Especificação: Mascara odontológica descartável atóxica, hipoalérgica, filtro antibacteriano, trilha com tiras, cor branca, caixa com 50 unidades.

246

400,00
CX
OLIMED
R\$3,40
R\$1.360,00

Especificação: Óculos de proteção, com lente incolor de policarbonato, para proteção dos olhos contra partículas volantes, produtos químicos e fluidos corpóreos e contra raios UVA/UVB. Lentes com tratamento antiembaçante nos lados interno e externo. Ponte nasal de policarbonato injetada na mesma peça da lente, com escudo lateral de policarbonato, ângulo das lentes ajustável e com cordão de segurança. Embalados individualmente em saco plástico. Produto registrado no Ministério da Saúde.

252
70,00
UN
DANNY
R\$3,54
R\$247,80

Especificação: Pinça Allis 15 cm

263
10,00
UN
ABC
R\$16,50
R\$165,00

Especificação: Porta algodão limpo, em aço inox, tam. 08x08 cm

296
20,00
UN
FAMI
R\$28,95
R\$579,00

Especificação: Sugador descartável, confeccionado em PVC virgem transparente e atóxico, arame em aço especial para fixação imediata, desenho anatômico, para proporcionar uma excelente sucção sem agredir o tecido. Ponteira soldadas ao tubo, confeccionada em PVC macio, atóxico e vazada. Pacote com 40 unidades.

334
1000,00
PCT
SS PLUS
R\$2,30
R\$2.300,00

Especificação: Termometro para aferição de temperatura, em estufa odontológica.

337
20,00
UN
INCOTERM
R\$18,90
R\$378,00

Valor Total
(cinco mil, quinhentos e nove reais e sessenta centavos)

R\$5.509,60

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº144/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº144/2014 - Pregão Presencial 36/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo e permanente odontológico para utilização nos consultórios das UBS e para CEO. DATA: 02/10/2014 à 01/10/2015.

Nome da Empresa: DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA

CNPJ: 02.477.571/0001-47

Item
Quantidade
Unidade
Marca e Modelo
Preço Unitário
Preço Total

Especificação: Anestésico em gel topico com aminobenzoato de etila em base hidrossolúvel sabor tuti fruti/ morango, frasco com 12 gr.

24
50,00
FRS
BENZOTOP
R\$4,44
R\$222,00

Especificação: Broca cirúrgica pm 701 L

35
30,00
UN
JET
R\$7,15
R\$214,50

Especificação: Broca de alta rotação 3080

38
50,00
UN
MICRODONT
R\$1,28
R\$64,00

Especificação: Broca de alta rotação 3082

39
50,00
UN
MICRODONT
R\$1,28
R\$64,00

Especificação: Broca de alta rotação 3083

40
50,00
UN
MICRODONT
R\$1,28
R\$64,00

Especificação: Broca de baixa rotação nº. 01

47
200,00
UN
INJECTA
R\$2,50
R\$500,00

Especificação: Broca de baixa rotação nº. 05

51
350,00
UN
INJECTA
R\$2,55
R\$892,50

Especificação: Broca de baixa rotação nº. 06

52
350,00
UN
INJECTA
R\$2,55
R\$892,50

Especificação: Cone de guta percha principal nº 30, caixa com 120 unidade.

97
25,00
CX
INJECTA
R\$10,20
R\$255,00

Especificação: Cone de guta percha principal nº 35, caixa com 120 unidade.c

98
25,00
CX
INJECTA
R\$10,20
R\$255,00

Especificação: Cone de guta percha principal nº 40, caixa com 120 unidade.

99
50,00
CX
INJECTA
R\$10,20
R\$510,00

Especificação: Cone de guta percha principal nº 45, caixa com 120 unidade.

100
50,00
CX
INJECTA
R\$10,20
R\$510,00

Especificação: Cone de guta percha principal nº 50, caixa com 120 unidades

101
50,00
CX
INJECTA
R\$10,20
R\$510,00

Especificação: Cone de guta percha principal nº 55, caixa com 120 unidades

102
50,00
CX
INJECTA
R\$10,20
R\$510,00

Especificação: Cone de guta percha principal nº 60, caixa com 120 unidades.

103
25,00
CX
INJECTA
R\$10,20
R\$255,00

Especificação: Cone de guta percha principal nº 70, caixa com 120 unidades

104
25,00
CX
INJECTA
R\$10,20
R\$255,00

Especificação: Cone de guta percha principal nº 80, caixa com 120 unidades.

105
25,00
CX
INJECTA
R\$10,20
R\$255,00

Especificação: Cone de papel absorvente 1.^a série, 15-40, cx. c/ 120 unid.

109
30,00
CX
INJECTA
R\$10,88
R\$326,40

Especificação: Cone de papel absorvente 2.^a série, 45-80, cx. c/ 120 unid.

110
30,00
CX
INJECTA
R\$10,88
R\$326,40

Especificação: Cone gutha percha auxiliar B8

112
100,00
CX
INJECTA
R\$12,12
R\$1.212,00

Especificação: Corrente p/ guardanapo, com 25cm(mínimo) em metal

115
20,00
UN
MAQUIRA
R\$4,70
R\$94,00

Especificação: Escova de Robson, pequena, cerdas macias, cor preta

142
500,00
UN
MICRODONT
R\$0,72
R\$360,00

Especificação: Escova dental adulto com aproximadamente 38 tufo, cerdas macias, cabeça arredondada, embalagem com 01 unidade.

143
6,00
UN
MEDFIO
R\$0,43
R\$2,58

Especificação: Escova dental infantil com 25 a 32 tufo, cerdas macias, cabeça arredondada, embaladas individualmente.

144
11000,00
UN
MEDFIO FLOPPY
R\$0,37
R\$4.070,00

Especificação: Esponja hemostática de colágeno liofilizado embalado individualmente em caixa com 10 unidades

165
50,00
CX
HEMOSPON
R\$15,50
R\$775,00

Especificação: Fio de nylon 3-0, para sutura com agulha 1/2 cm, estéril, não absorvível, caixa com 24 unidades.

174
100,00
CX
TECHNEW
R\$18,50
R\$1.850,00
Especificação: Fio dental com 25m, embalagem individual

179
10000,00
UN
MEDFIO
R\$0,57
R\$5.700,00

Especificação: Gel dental com até 1100ppm de flúor, sabor de tuit-fruti ou morango, embalagem com 90 gramas

207
11000,00
UN
ALG KIDS
R\$1,35
R\$14.850,00

Especificação: Jogo de posicionador radiológico para infantil, autoclavável

221
10,00
JG
MAQUIRA
R\$49,58
R\$495,80

Especificação: Lima tipo flexo file 2ª série 45-80, 21 mm, caixa com 06 unidades.

234
70,00
CX
SYBRON ENDO
R\$15,00
R\$1.050,00

Especificação: Lima tipo flexo file 2ª série 45-80, 25 mm, caixa com 06 unidades.

235
60,00
CX
SYBRON ENDO
R\$15,00
R\$900,00

Especificação: Lima tipo flexo file 2ª série 45-80, 31 mm, caixa com 06 unidades.

236
10,00
CX
SYBRON ENDO
R\$15,00
R\$150,00

Especificação: Lima tipo K 1ª série, 31mm, 15-40, caixa com 6 limas

237
20,00
CX
INJECTA
R\$16,27
R\$325,40

Especificação: Lima tipo K-File nº 06, com 21 mm, caixa com 06 unidades.

238
40,00
CX
INJECTA
R\$16,27
R\$650,80

Especificação: Lima tipo K-File nº 06, com 25 mm, caixa com 06 unidades.

239
40,00
CX
INJECTA
R\$16,27
R\$650,80

Especificação: Lima tipo K-File nº 08, com 21 mm, caixa com 06 unidades.

240
40,00
CX
INJECTA
R\$16,27
R\$650,80

Especificação: Micromotor de baixa rotação compacto e anatômico de alto torque com sistema de conexão dois furos, sistema intra de encaixe rápido que proporciona conexão das pontas com facilidade e segurança permitindo giro de 360º das peças acopladas, possuir anel giratório acoplado ao corpo que permite inversão de rotação e regulagem de 3.000 à 18.000 rpm, com corpo de alpaca, baixo nível de ruído, consumo de ar 65 L/min, autoclavável e controle de rotação no pedal de acionamento.

250
5,00
UN
KAVO
R\$347,80
R\$1.739,00

Especificação: Óleo lubrificante para caneta de alta rotação, óleo mineral de baixa velocidade para prevenir oxidação não contendo clorofluorcarbono com 100 ml. Embalagem pressurizada.

253
60,00
UN
MAQUIRA
R\$8,79
R\$527,40

Especificação: Óleo lubrificante para caneta de baixa rotação, óleo mineral de baixa velocidade para prevenir oxidação não contendo clorofluorcarbono com 100 ml. Embalagem pressurizada.

254
60,00
UN
MAQUIRA
R\$8,79
R\$527,40

Especificação: Placa de vidro, espessura média para manipulação de materiais odontológicos

270

15,00
UN
MEDFIO
R\$5,00
R\$75,00

Especificação: Pontas de borracha p/ acabamento tipo enhance (kit)

Item
Quantidade
Unidade
Marca e Modelo
Preço Unitário
Preço Total

Especificação: Pontas de borracha p/ acabamento tipo enhance (kit)

292
30,00
KIT
VIGODENT
R\$19,20
R\$576,00

Especificação: Resina fotopolimerizável ,nano-híbrida ou nanoparticulada, tubo com 4 g, cor A1 dentina

306
40,00
UN
HERCULITE
R\$17,23
R\$689,20

Especificação: Resina fotopolimerizável ,nano-híbrida ou nanoparticulada, tubo com 4 g, cor A1 esmalte

307
40,00
UN
HERCULITE
R\$17,23
R\$689,20

Especificação: Resina fotopolimerizável ,nano-híbrida ou nanoparticulada, tubo com 4 g, cor A2 dentina

308
40,00
UN
HERCULITE
R\$17,23
R\$689,20

Especificação: Resina fotopolimerizável ,nano-híbrida ou nanoparticulada, tubo com 4 g, cor A2 esmalte

309
40,00
UN
HERCULITE
R\$17,23
R\$689,20

Especificação: Resina fotopolimerizável ,nano-híbrida ou

nanoparticulada, tubo com 4 g, cor A3 dentina

310
50,00
UN
HERCULITE
R\$17,23
R\$861,50

Especificação: Resina fotopolimerizável ,nano-híbrida ou nanoparticulada, tubo com 4 g, cor A3 esmalte

311
50,00
UN
HERCULITE
R\$17,23
R\$861,50

Especificação: Resina fotopolimerizável ,nano-híbrida ou nanoparticulada, tubo com 4 g, cor A3,5 esmalte

312
40,00
UN
HERCULITE
R\$17,23
R\$689,20

Especificação: Resina fotopolimerizável ,nano-híbrida ou nanoparticulada, tubo com 4 g, cor B1 dentina

313
40,00
UN
HERCULITE
R\$17,23
R\$689,20

Especificação: Resina fotopolimerizável ,nano-híbrida ou nanoparticulada, tubo com 4 g, cor B1 esmalte

314
40,00
UN
HERCULITE
R\$17,23
R\$689,20

Especificação: Resina fotopolimerizável ,nano-híbrida ou nanoparticulada, tubo com 4 g, cor B2 dentina

315
40,00
UN
HERCULITE
R\$17,23
R\$689,20

Especificação: Resina fotopolimerizável ,nano-híbrida ou nanoparticulada, tubo com 4 g, cor B2 esmalte

316
40,00
UN
HERCULITE
R\$17,23
R\$689,20

Especificação: Resina fotopolimerizável ,nano-híbrida ou nanoparticulada, tubo com 4 g, cor C2 dentina

317
20,00
UN
HERCULITE
R\$17,23
R\$344,60

Especificação: Resina fotopolimerizável ,nano-híbrida ou nanoparticulada, tubo com 4 g, cor C2 esmalte

318
20,00
UN
HERCULITE
R\$17,23
R\$344,60

Especificação: Resina fotopolimerizável opaca

319
30,00
UN
CHARISMA
R\$39,00
R\$1.170,00

Especificação: Resina fotopolimerizável, nano-híbrida ou nanoparticulada, tubo com 4 g, cor C3 esmalte

321
20,00
UN
HERCULITE
R\$18,94
R\$378,80

Especificação: Resina fotopolimerizável,nano-híbrida ou nanoparticulada, tubo com 4 g, cor a 3,5 dentina

322
40,00
UN
HERCULITE
R\$18,39
R\$735,60

Especificação: Sonda milimetrada periodontal tipo williams.

330
30,00
UN
TRINKS
R\$6,08
R\$182,40

Especificação: Spray refrigerante para teste de vitalidade dental, temperatura de -50°C, inodoro, atóxico e sem CFC, frasco 200 ml.

331
25,00
FRS
ENDO ICE
R\$18,40
R\$460,00

Especificação: Sugador cirúrgico odontológico, descartável,

atóxico, esterilizado, embalados individualmente, caixa com 20 unidades.

333
80,00
CX
MAQUIRA
R\$18,75
R\$1.500,00

Especificação: Tesoura tipo iris reta, aproximadamente 11,5cm, em aço inox

341
50,00
UN
GOLGRAN
R\$10,72
R\$536,00

Valor Total
(cinquenta e sete mil, seiscientos e noventa e um reais e oito centavos)

R\$57.691,08

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº145/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº145/2014 - Pregão Presencial 36/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: DENTARIA E DIST. HOSPITALAR PORTO ALEGRENSE LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo e permanente odontológico para utilização nos consultórios das UBS e para CEO. DATA: 02/10/2014 à 01/10/2015.

Nome da Empresa: DENTARIA E DIST.HOSPITALAR PORTO ALEGRENSE LTDA

CNPJ: 91.083.212/0001-35

Item
Quantidade
Unidade
Marca e Modelo
Preço Unitário
Preço Total

Especificação: Abridor de boca odontopediátrico de borracha, caixa com 02 unidades.

1
50,00
CX
IODONTOSUL
R\$5,00
R\$250,00

Especificação: Alavanca seldin 1L infantil, em aço inox

15
20,00
UN
TRINKS
R\$12,90
R\$258,00

Especificação: Alavanca seldin 1R infantil, em aço inox

17
20,00
UN
TRINKS
R\$12,90
R\$258,00

Especificação: Alveolotomo curvo, em aço inox

20
20,00
UN
GOLGRAN
R\$39,70
R\$794,00

Especificação: Alveolotomo reto, em aço inox

21
20,00
PÇ
GOLGRAN
R\$39,70
R\$794,00

Especificação: Anestésico articaína 1.100 com vaso, caixa com 50 unidades.

22
100,00
CX
ARTICAINE DFL
R\$69,00
R\$6.900,00

Especificação: Broca cirúrgica alta rotação esférica nº 02

31
30,00
UN
MILTEX
R\$7,20
R\$216,00

Especificação: Broca cirúrgica alta rotação esférica nº 04

32
30,00
UN
MILTEX
R\$7,20
R\$216,00

Especificação: Broca cirúrgica alta rotação esférica nº 06

33
30,00
UN
MILTEX
R\$7,20
R\$216,00

Especificação: Broca cirúrgica PM 702

36
30,00

UN
MK DENT
R\$7,20
R\$216,00

Especificação: Broca cirúrgica pm 703 L

37
30,00
UN
MK DENT
R\$7,20
R\$216,00

Especificação: Broca de alta rotação carbide nº. 6.

45
100,00
UN
MEDIN
R\$5,45
R\$545,00

Especificação: Broca de alta rotação carbide nº. 8.

46
100,00
UN
MEDIN
R\$5,45
R\$545,00

Especificação: Broca Zecrya 28 mm, haste longa

57
50,00
UN
JON
R\$12,00
R\$600,00

Especificação: Cânula de aspiração de endodontia

81
10,00
UN
KONNEN
R\$12,00
R\$120,00

Especificação: Cartela para 02 RX odontológico periapical, pacote com 100 unidades.

83
50,00
PCT
ODONTOGRAF
R\$5,40
R\$270,00

Especificação: Compasso de Willis

89
2,00
UN
JON
R\$19,00
R\$38,00

Especificação: Cone gutha percha auxiliar B7

111
100,00
CX
INJECTA
R\$12,00
R\$1.200,00

Especificação: Curetas cirurgicas CRANE Kaplan nº 06

130
5,00
UN
PRATA
R\$26,00
R\$130,00

Especificação: Cursores de silicone 1 mm, pacote com 10 unidades

135
50,00
PCT
INJECTA
R\$15,00
R\$750,00

Especificação: Escova para limpeza interna de sugador cirúrgico de metal.

145
5,00
UN
PR
R\$23,00
R\$115,00

Especificação: Espelho odontológico nº 5 sem cabo, sem aumento, autoclavável em aço inox

163
200,00
UN
PRISMA
R\$1,90
R\$380,00

Especificação: Extirpanervos 25 mm, cx com 10 unidades

169
50,00
CX
MEDIN
R\$17,00
R\$850,00

Especificação: Fita matriz nº. 0,7 mm em estojo plástico.

181
50,00
UN
PREVEN
R\$1,08
R\$54,00

Especificação: Gel dental com flúor com até 1500 PPM de flúor, embalagem com 90 gramas.

208

6000,00
UN
ICE FRESH OVER
R\$1,08
R\$6.480,00

Especificação: Grampos para isolamento pediátrico nº 26

213
3,00
UN
TECHNEW
R\$9,50
R\$28,50

Especificação: Jogo de posicionador radiológico para adulto, autoclavável

220
10,00
JG
MAQUIRA
R\$49,50
R\$495,00

Especificação: Lima tipo flexi-file 1ª. série 15-40 c/ 25mm, caixa com 06 unidades.

232
60,00
CX
MILTEX
R\$18,00
R\$1.080,00

Especificação: Lima tipo flexo 1 série 15-40, 21 mm, caixa com 06 limas

233
70,00
CX
MILTEX
R\$18,00
R\$1.260,00

Especificação: Lima tipo K-File nº 08, com 25 mm, caixa com 06 unidades.

241
40,00
CX
MILTEX
R\$16,20
R\$648,00

Especificação: Lima tipo K-File nº 10, com 21 mm, caixa com 06 unidades.

242
40,00
CX
MILTEX
R\$16,20
R\$648,00

Especificação: Lima tipo K-File nº 10, com 25 mm, caixa com 06 unidades.

243

40,00
CX
MILTEX
R\$16,20
R\$648,00

Especificação: Pasta profilática sabor tuti-fruti, com 30 ml.

258
50,00
UN
VIGODENT
R\$4,00
R\$200,00

Especificação: Perfurador para isolamento, em aço inox

262
10,00
UN
GOLGRAN
R\$40,00
R\$400,00

Especificação: Pinça clínica 317 - 318

264
100,00
UN
TRINKS
R\$3,99
R\$399,00

Especificação: Pinça clínica odontopediátrica

265
50,00
UN
TRINKS
R\$3,99
R\$199,50

Especificação: Pinça porta grampos de isolamento absoluto

267
2,00
UN
GOLGRAN
R\$39,00
R\$78,00

Especificação: Ponta diamantada de alta rotação cone invertido nº 1033, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterelização de no mínimo 4 anos.

271
50,00
UN
MICRODONT
R\$2,30
R\$115,00

Especificação: Ponteiras para Ultra-Som G1

293
10,00
UN
MULTIPARTS

R\$120,00
R\$1.200,00

Especificação: Porta agulha c/ 14cm, em aço inox

294
50,00
UN
GOLGRAN
R\$17,00
R\$850,00

Especificação: Porta algodão sujo, em aço inox, tam 08x08 cm

Item
Quantidade
Unidade
Marca e Modelo
Preço Unitário
Preço Total

Especificação: Porta algodão sujo, em aço inox, tam 08x08 cm

297
30,00
UN
AÇONOX
R\$31,50
R\$945,00

Especificação: Porta amalgama - plástico

298
30,00
UN
JON
R\$7,70
R\$231,00

Especificação: Revelador de placa bacteriana em pastilha, caixa com 20 blister com 06 unidades cada.

323
20,00
CX
IODONTOSUL
R\$16,00
R\$320,00

Especificação: Seringa carpule p/ tubete odontológico de 1,8ml

327
100,00
UN
TRINKS
R\$19,90
R\$1.990,00

Especificação: Tesoura cirúrgica Goldmann Fox nº16, reta, serri-
lhada, em aço inox

338
50,00
UN
GOLGRAN
R\$15,90
R\$795,00

Especificação: Tesoura Cirurgica Goldmann Fox nº16, curva, serri-
lhada, em aço inox

339
50,00
UN
GOLGRAN
R\$15,40
R\$770,00

Valor Total
(trinta e cinco mil e setecentos e onze reais)

R\$35.711,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº146/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº146/2014 - Pre-
gão Presencial 36/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a
empresa: ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO:
Aquisição de materiais de consumo e permanente odontológico
para utilização nos consultórios das UBS e para CEO.
DATA: 02/10/2014 à 01/10/2015.

Nome da Empresa: ALTERMED MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 00.802.002/0001-02

Item
Quantidade
Unidade
Marca e Modelo
Preço Unitário
Preço Total

Especificação: Bandeja de aço com tampa - tamanho aproximado
de 30x24 cm.

29
20,00
UN
FAMI
R\$41,67
R\$833,40

Especificação: Caneta de alta rotação com 420.000 rotações por
minuto, possui corpo em alpaca com canais arredondados de
pega, sistema de conexão dois furos, sistema de substituição da
broca através de saca-brocas, spray triplo, controle de rotação
através do pedal de comando, turbina balanceada, rolamentos
apoiados em anéis de borracha sintética, baixo nível de ruído, bai-
xo consumo de ar (35 litros/min.), pressão de trabalho 30 PSIm
alto torque axial e radial, esterilizável em autoclave, com sacas
brocas esterilizável em autoclave.

80
3,00
PÇ
KAVO
R\$299,00
R\$897,00

Especificação: Contra-ângulo baixa rotação autoclavável, de for-
mato anatômico, baixo peso e acoplável ao micromotor através
de sistema intra, onde o torque e a rotação são transmitidos à

broca por um conjunto de eixos e engrenagens com relação de transmissão 1:1, possuir corpo em alpaca, giro livre de 360º sobre o micromotor, tamanho reduzido da cabeça, fixação da broca com trava de aço temperada com sistema lateral de acoplamento, eixo principal para brocas normais de contra ângulo com tração por encaixe e canal para trava, eixo principal do suporte de brocas apoiado sobre rolamentos com esferas de aço.

114
5,00
UN
KAVO
R\$330,00
R\$1.650,00

Especificação: Bomba de vácuo com tampa, com as seguintes especificações mínimas: Filtro coletor de detritos na entrada da sucção com abertura superior, protetor térmico intermitente, eixo central do motor em inox, gabinete em aço fosfatizado com pintura em poliuretano, comando de acionamento eletrônico. Motor (potência) 1 CV, vácuo máximo 640 mmHg/25,06HG, rotação do motor (r.p.m) 3450-60Hz, capacidade para até 4 consultórios simultaneamento, tensão na placa de comento 24v, alimentação 220v ou bivolt.

353
1,00
UN
SCHUSTER
R\$2.330,00
R\$2.330,00

Especificação: CONJUNTO ODONTOLÓGICO contendo: CADEIRA: 05 (cinco) comandos, ajuste automático do assento e encosto, encosto anatômico, braços de apoio fixos e carenados, base curta com traseira larga, pedal de comando remoto, integrado com o equipo, cabeceira anatômica articulada, estofamento com revestimento em PVC laminado, asséptico sem costura. Parte inferior do assento carenada. Equipo kart com uma seringa triplice convencional, uma mangueira de acoplamento borden para alta rotação com regulador de spray, uma mangueira de acoplamento borden para baixa rotação com regulador de spray, suportes dos instrumentos em ABS, pedal de acionamento das pontas convencional (metálico), com bandeija inox s. Válvula com exclusivo sistema anti-retratação (sar), dupla válvula de controle de pressão e restritor de ar para ajuste fino do spray, mocho odontológico, com acionamento a gás, com ajuste de altura e encosto (na cor do equipamento), refletor com cabeçote blindado e luminosidade de no mínimo 20.000 luz., braço longo, unidade auxiliar com 02 sugadores de alta potência com filtro de partículas incorporado e cuba de polyester, voltagem 220 volts. Cor a ser definida.

357
8,00
CJ
KAVO
R\$6.500,00
R\$52.000,00

Valor Total
(cinquenta e sete mil, setecentos e dez reais e quarenta centavos)

R\$57.710,40

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº147/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº147/2014 - Pregão Presencial 36/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: QUALYMEDIC COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo e permanente odontológico para utilização nos consultórios das UBS e para CEO. DATA: 02/10/2014 à 01/10/2015.

Nome da Empresa: QUALYMEDIC COMÉRCIO E ASSITÊNCIA TÉCNICA LTDA - EP

CNPJ: 10.763.524/0001-98

Item
Quantidade
Unidade
Marca e Modelo
Preço Unitário
Preço Total

Especificação: Caixa em aço inox para endodontia perfurado, para autoclave, com medidas aproximadas de 20 x 10 x 5 cm, com capacidade de 72 furos.

66
5,00
UN
FAMI
R\$45,00
R\$225,00

Valor Total
(duzentos e vinte e cinco reais)

R\$225,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº148/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº148/2014 - Pregão Presencial 36/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: DENTALMED UNIVERSITARIA DISTRIBUIDORA DE PROD MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo e permanente odontológico para utilização nos consultórios das UBS e para CEO. DATA: 02/10/2014 à 01/10/2015.

Nome da Empresa: DENTALMED UNIVERSITARIA DISTRIBUIDORA DE PROD MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA

CNPJ: 07.301.389/0001-54

Item
Quantidade
Unidade
Marca e Modelo
Preço Unitário
Preço Total

Especificação: Afastador de retalho , em aço inox, medindo aproximadamente 14cm (tipo minnesota)

5

5,00
UN
FAVA
R\$3,99
R\$19,95

Especificação: Agulha gengival descartável curta para carpule, caixa com 100 unidades

6
200,00
CX
INJEX
R\$15,60
R\$3.120,00

Especificação: Agulhas hipodérmicas para irrigação metálicas nº. 04

7
60,00
UN
KONNEN
R\$3,50
R\$210,00

Especificação: Alavanca apical adulto reta, canelada, com ponta fina, em aço inox

8
30,00
UN
LM
R\$10,98
R\$329,40

Especificação: Alavanca apical direita adulto, canelada, com ponta fina, em aço inox

9
30,00
UN
LM
R\$10,98
R\$329,40

Especificação: Alavanca apical direita infantil, canelada, com ponta fina, em aço inox

10
20,00
UN
LM
R\$10,98
R\$219,60

Especificação: Alavanca apical esquerda adulto, canelada, com ponta fina, em aço inox

11
30,00
UN
LM
R\$10,98
R\$329,40

Especificação: Alavanca apical esquerda infantil, canelada, com ponta fina, em aço inox

12
20,00
UN
LM
R\$10,98
R\$219,60

Especificação: Alavanca seldin reta nº2 infantil, em aço inox

19
20,00
UN
LM
R\$10,98
R\$219,60

Especificação: Broca Endo Z

53
50,00
UN
MEDIM
R\$14,90
R\$745,00

Especificação: Broca gaites de 01 à 06, caixa com 06 unidades

54
30,00
CX
INJECTA
R\$37,95
R\$1.138,50

Especificação: Broca lentulo de 25-40, 25mm, caixa com 04 unidades

55
20,00
CX
INJECTA
R\$22,00
R\$440,00

Especificação: Broca zecrya 23mm, haste curta

56
50,00
UN
MEDIM
R\$14,95
R\$747,50

Especificação: Brunidor nº 29

61
5,00
UN
LM
R\$3,32
R\$16,60

Especificação: Cabo de bisturi nº 3

63
5,00
PÇ
LM
R\$4,50

R\$22,50	FRS
Especificação: Cabo de bisturi nº 4	IODONTOSUL
64	R\$11,62
5,00	R\$290,50
PÇ	Especificação: Cimento provisório, fechamento temporário de cavidades dentais em tratamentos restauradores e endodônticos, prevenindo contaminações, endurecimento químico, com coloração semelhante a do dente, normal, frs. c/ até 25 gr.
LM	88
R\$4,50	60,00
R\$22,50	FRS
Especificação: Cabo para espelho em inox.	DENTALTEC
65	R\$7,00
400,00	R\$420,00
UN	Especificação: Cunha cervical de madeira, anatômicas, sortidas, com 4 tamanhos diferentes codificados por cores, caixa com 100 unidades.
LM	117
R\$1,40	10,00
R\$560,00	CX
Especificação: Calcador de Paiva nº 01	IODONTOSUL
71	R\$6,55
10,00	R\$65,50
UN	Especificação: Cureta dupla de lucas nº 86
LM	119
R\$3,24	20,00
R\$32,40	UN
Especificação: Calcador de Paiva nº 02	LM
72	R\$4,50
10,00	R\$90,00
UN	Especificação: Cureta dupla de Lucas nº 87
LM	120
R\$3,24	10,00
R\$32,40	UN
Especificação: Calcador de Paiva nº 03	LM
73	R\$4,50
10,00	R\$45,00
UN	Especificação: Cureta para dentina nº 17
LM	121
R\$3,24	10,00
R\$32,40	UN
Especificação: Calcador de Paiva nº 04	LM
74	R\$3,30
10,00	R\$33,00
UN	Especificação: Cureta para dentina nº 18
LM	122
R\$3,24	10,00
R\$32,40	UN
Especificação: Calcador Ward nº2	LM
75	R\$3,30
10,00	R\$33,00
UN	Especificação: Cureta para dentina nº 5
LM	123
R\$3,24	10,00
R\$32,40	UN
Especificação: Cariostatic Frasco com 10ml	
82	
25,00	

LM R\$3,30 R\$33,00	Especificação: Esculpidor de frhan nº 06
Especificação: Cureta perio inox 11/12	146 10,00 UN LM R\$3,19 R\$31,90
126 10,00 UN LM R\$4,79 R\$47,90	Especificação: Esculpidor de frhan nº 2
Especificação: Cureta perio inox 13/14	147 10,00 UN LM R\$3,25 R\$32,50
127 10,00 UN LM R\$4,79 R\$47,90	Especificação: Espátula em inox nº 70
Especificação: Cureta perio inox 5/6	159 10,00 UN LM R\$4,50 R\$45,00
128 10,00 UN LM R\$4,79 R\$47,90	Especificação: Espátula nº 7 inox
Especificação: Cureta perio inox 7/8	Item Quantidade Unidade Marca e Modelo Preço Unitário Preço Total
129 10,00 UN LM R\$4,79 R\$47,90	Especificação: Espátula nº 7 inox
Especificação: Disco de lixa para acabamento e polimento dental, com 19,05 mm de diâmetro, granulação grossa, média, fina e super fina, tipo SOF-LEX, caixa com 50 unidades.	162 10,00 UN LM R\$4,49 R\$44,90
138 30,00 CX TDV R\$25,48 R\$764,40	Especificação: Espelho odontologico sem cabo com aumento e autoclave nº 5 em aço inox
Especificação: Edta trissódico, frasco 10 ml.	164 200,00 UN PRISMA R\$3,95 R\$790,00
139 10,00 FRS IODONTOSUL R\$4,18 R\$41,80	Especificação: Flúor fosfato acidulado a 1,23%, gel, sabor tutti frutti, frasco com 200 ml.
Especificação: Escova de Robson, pequena, cerdas macias, cor branca.	183 100,00 FRS IODONTOSUL R\$2,42 R\$242,00
141 500,00 UN PREVEN R\$0,84 R\$420,00	Especificação: Forceps inox nº 150 - adulto

184
20,00
UN
GOLGRAN
R\$30,00
R\$600,00

Especificação: Forceps inox nº 151 - adulto

185
20,00
UN
GOLGRAN
R\$30,00
R\$600,00

Especificação: Forceps inox nº 69 - adulto

186
20,00
UN
GOLGRAN
R\$30,00
R\$600,00

Especificação: Forceps nº 01 - adulto

187
20,00
UN
GOLGRAN
R\$30,00
R\$600,00

Especificação: Forceps nº 01 - infantil

188
15,00
UN
GOLGRAN
R\$30,00
R\$450,00

Especificação: Forceps nº 101 - Infantil

189
15,00
UN
GOLGRAN
R\$30,00
R\$450,00

Especificação: Forceps nº 150 - infantil

190
15,00
UN
GOLGRAN
R\$30,00
R\$450,00

Especificação: Forceps nº 152 infantil

191
15,00
UN
GOLGRAN
R\$30,00
R\$450,00

Especificação: Forceps nº 16 - adulto

192
20,00
UN
GOLGRAN
R\$30,00
R\$600,00

Especificação: Forceps nº 16 - infantil

193
15,00
UN
GOLGRAN
R\$30,00
R\$450,00

Especificação: Forceps nº 17 - adulto

194
20,00
UN
GOLGRAN
R\$30,00
R\$600,00

Especificação: Forceps nº 17 infantil

195
15,00
UN
GOLGRAN
R\$30,00
R\$450,00

Especificação: Forceps nº 18D infantil

196
15,00
UN
GOLGRAN
R\$30,00
R\$450,00

Especificação: Forceps nº 18l - adulto

197
20,00
UN
GOLGRAN
R\$30,00
R\$600,00

Especificação: Forceps nº 18r - adulto

198
20,00
UN
GOLGRAN
R\$30,00
R\$600,00

Especificação: Forceps nº 21 infantil

199
15,00
UN
GOLGRAN

R\$30,00
R\$450,00

Especificação: Forceps nº 27 infantil

200
15,00
UN
GOLGRAN
R\$30,00
R\$450,00

Especificação: Forceps nº 46 - Infantil

201
15,00
UN
GOLGRAN
R\$30,00
R\$450,00

Especificação: Forceps nº 65 - adulto

202
20,00
UN
GOLGRAN
R\$30,00
R\$600,00

Especificação: Forceps nº 65 infantil

203
15,00
UN
GOLGRAN
R\$30,00
R\$450,00

Especificação: Forceps nº 68 - adulto

204
20,00
UN
GOLGRAN
R\$30,00
R\$600,00

Especificação: Forceps nº 99c - adulto

205
20,00
UN
GOLGRAN
R\$30,00
R\$600,00

Especificação: Formocresol frasco com 10ml

206
30,00
FRS
IODONTOSUL
R\$3,92
R\$117,60

Especificação: Hidróxido de cálcio em pó, frasco com 10g

216

25,00
FRS
IODONTOSUL
R\$2,67
R\$66,75

Especificação: Hipoclorito de sódio 1%, altamente bactericida, frasco com 1 litro.

218
50,00
FRS
ASFER
R\$3,53
R\$176,50

Especificação: Ionomero de vidro para restauração, embalagem contendo frasco com 10 grs de pó e 08 ml de líquido, 01 concha dosadora, 01 bloco de papel para espatulação.

219
150,00
EMB
FGM
R\$13,00
R\$1.950,00

Especificação: Lâmina para bisturi nº. 11, cx com 100 unidades.

222
10,00
CX
SOLIDOR
R\$14,60
R\$146,00

Especificação: Lâmina para bisturi nº. 13, cx com 100 unidades.

223
10,00
CX
SOLIDOR
R\$14,60
R\$146,00

Especificação: Lâmina para bisturi nº. 15, cx com 100 unidades.

224
30,00
CX
SOLIDOR
R\$14,60
R\$438,00

Especificação: Lamina para bisturi nº. 21, caixa com 100 unidades.

225
10,00
CX
SOLIDOR
R\$14,60
R\$146,00

Especificação: Lixa p/ polimento e acabamento dental, com abrasivo a base de óxido de alumínio e costado em poliéster, caixa com 50 unidades.

244
20,00

<p>CX PREVEN R\$1,09 R\$21,80</p> <p>Especificação: Pedra de amolar instrumentos odontológicos</p> <p>260 15,00 UN JON R\$11,90 R\$178,50</p> <p>Especificação: Pinça porta dique</p> <p>266 10,00 PÇ LM R\$30,42 R\$304,20</p> <p>Especificação: Pincel aplicador c/ dobra em 2 pontos fino, caixa com 100 unidades.</p> <p>268 50,00 CX KG R\$4,50 R\$225,00</p> <p>Especificação: Pincel aplicador com dobra em 2 pontos, permitindo alcançar angulações superior a 180, caixa com 100 unidades.</p> <p>269 100,00 CX KG R\$4,98 R\$498,00</p> <p>Especificação: Protetor de tireóide confeccionado em borracha plumbífera flexível com equivalência em chumbo de 0,50mm, acabamento em nylon lavável, medidas aprox. largura: 150mm e comprimento: 600mm.</p> <p>303 2,00 UN ODONTOLOGIC R\$41,40 R\$82,80</p> <p>Especificação: Régua de fox</p> <p>304 2,00 UN JON R\$18,39 R\$36,78</p> <p>Especificação: Tesoura tipo iris curva, aproximadamente 12 cm, em aço inox</p> <p>Item</p>	<p>Quantidade Unidade Marca e Modelo Preço Unitário Preço Total</p> <p>Especificação: Tesoura tipo iris curva, aproximadamente 12 cm, em aço inox</p> <p>340 50,00 UN LM R\$9,00 R\$450,00</p> <p>Especificação: Tricresol Formalina, frasco com 10ml</p> <p>342 25,00 FRS IODONTOSUL R\$3,64 R\$91,00</p> <p>Valor Total (vinte e nove mil, noventa reais e cinquenta e oito centavos)</p> <p>R\$29.090,58</p> <p>EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº149/2014 ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº149/2014 - Pregão Presencial 36/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: SUPRIMEDICE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo e permanente odontológico para utilização nos consultórios das UBS e para CEO. DATA: 02/10/2014 à 01/10/2015.</p> <p>Nome da Empresa: SUPRIMEDICE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME</p> <p>CNPJ: 10.567.214/0001-06</p> <p>Item Quantidade Unidade Marca e Modelo Preço Unitário Preço Total</p> <p>Especificação: Filtro de ar de 1/4, com regulador de ar, com pré filtro, coalescente com elementos filtrantes de 5 microns, filtro de carvão ativado, manômetro e suporte de fixação e união do conjunto. cada conjunto deve conter dois espigões com saída de 1/4 para mangueira.</p> <p>173 15,00 UN PNEUTECH R\$210,00 R\$3.150,00</p>
--	---

Especificação: Aparelho de Ultra-Som Piezelétrico 24-32 KHz multifunções e jato de bicarbonato (bivolt 110-220 volts)

346
3,00
UN

R\$1.295,00
R\$3.885,00

Especificação: Aparelho fotopolimerizador programável até 09 minutos aprox., display de cristal líquido, botão liga/desliga tipo membrana.

347
10,00
PÇ
KONDORTECH
R\$580,00
R\$5.800,00

Especificação: Avental de chumbo adulto, equivalência de chumbo aprox. 0,50PB, com fecho em velcro na nuca, tam. aprox. 100x60cm.

350
2,00
UN
N-MARTINS
R\$450,00
R\$900,00

Especificação: Avental de chumbo infantil, equivalência de chumbo aprox. 0,50PB, com fecho em velcro na nuca, tam. aprox. 60x46cm.

351
2,00
UN
N-MARTINS
R\$225,00
R\$450,00

Especificação: Biombo com chumbo reto (com visor), tam. aprox. 1,80x0,80cm, espessura 1MM/PB

352
1,00
UN
SCHUSTER
R\$1.995,00
R\$1.995,00

Especificação: Destilador de água, capacidade mínima de 4litros, produção de 1000 a 1200 ml/hora, potência mínima de 750 W, voltagem 220v

358
10,00
UN
CRISTOFOLI
R\$470,00
R\$4.700,00

Especificação: Localizador apical com entrada para contra ângulo.

361
2,00

UN
INJECTA
R\$2.300,00
R\$4.600,00

Especificação: Mocho odontológico com acionamento a gás, base giratória com 05 rodízios, com ajuste de altura de assento e encosto, encosto ergonômico meia lua, cor a combinar. Estofamento com espuma injetada de alta densidade e revestimento em PVC laminado, asséptico e sem costura.

362
10,00
PÇ
GNATUS
R\$330,00
R\$3.300,00

Especificação: Vibrador para gesso com duas intensidades de vibração (alta e baixa), mesa removível para limpeza, 220V.

363
2,00
UN
VH
R\$170,00
R\$340,00

Valor Total
(vinte e nove mil e cento e vinte reais)

R\$29.120,00

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA**PORTARIA Nº 019/2015**

PORTARIA Nº 019/2015

Concede aposentadoria por Invalidez em caráter Integral, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e declara a vacância do cargo público do servidor Milton José Pacheco.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Aposentar, por invalidez, em caráter Integral, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso II da Lei Municipal nº 1320/01, o servidor Milton José Pacheco, detentor da matrícula funcional nº 500099-01, inscrito no CPF sob o Nº 691.557.719-04 e no PIS/PASEP sob o nº 104.151.544-84, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Públicos, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal desta prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por Invalidez em caráter integral, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso II da Lei Municipal nº 1320/2001, correspondente a 100,00% (cem por cento) da remuneração-de-contribuição, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 70/2012, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85, da Lei Complementar nº 096/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 30/04/2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça (SC), em 15 de abril de 2015.

CAMILO NAZARENO Pagani Martins
Prefeito MunicipalMilton Luiz Espíndola
Presidente do IPPAAndréa Mara Harger Luckmann Pléticos
Assistente administrativo
Matrícula 300010-01**Palmitos****PREFEITURA****DECRETO 040/15**DECRETO Nº 040/2015.
De 10 de abril de 2015.DECRETA PONTO FACULTATIVO E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito
Municipal de Palmitos, Estado de
Santa Catarina, no uso de suas
atribuições legais e que lhe são
conferidas por Lei.**DECRETA**

Art. 1º Fica Decretado Ponto Facultativo nas repartições públicas municipais no dia 20 (segunda-feira) de abril de 2015 em decorrência da passagem do dia 21 (terça-feira) de abril, feriado nacional de Tiradentes.

Parágrafo único. A previsão do caput deste artigo não abrange a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, os Núcleos Educacionais Municipais e os Centros de Educação Infantil, os quais participarão da "Parada Pedagógica", em horário normal de expediente.

Art. 2º O expediente será normalizado a partir do dia 22 de abril de 2015 (quarta-feira) a partir das 07h30min na Sede Administrativa e nos demais Órgãos.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na sua data de publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos, em 10 de abril de 2015.

NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO 041/15

DECRETO Nº 041/2015 De 13 de abril de 2015.	APROVA DESMEMBRAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas por Lei.
--	--

DECRETA

Art. 1º Fica pelo presente Decreto, aprovado o desmembramento de Chácara Rural nº 168 (Frações "A", "B" e "C") situado no Município e Comarca de Palmitos/SC, de propriedade de Domingos Alba e de sua esposa Maria Alba, com área total de 11,500 m², matrícula nº 12.302 Ofício de Registro de Comarca de Palmitos/SC, pretende desmembrar a sua as frações acima indicadas cujas confrontações e medidas estão assim identificadas:

Norte: com o Espólio de Deonildo Bertoldo Dal Cortivo, Vilmar Locateli e Cerutti Temperos e Condimentos Ltda ou quem de direito, por uma linha de 193,20m;

Sul: com os lotes nº.01 e 05 da quadra nº.01, lotes nº.05 e 08 da quadra nº.02 e lotes nº.01 e 09 da quadra nº.03 do Loteamento Bortolanza e com as Ruas Presidente Prudente e Mondaí, por uma linha de 195,60m;

Leste: com a Rua Tamandaré, por uma linha de 39,09m;

Oeste: com Parte dos Lotes Rurais nº.09 e 10 de Domingos Alba, por linha de 91,08m;

Imóveis Desmembrados

FRAÇÃO "A" - da Pequena Parte Suleste da Chácara Rural nº.168 - área total de 536,75m², confronta:

Norte: com a FRAÇÃO "B" de Domingos Alba ou quem de direito, por uma linha de 34,21m;

Sul: com os Lotes nº.01 e 05 da Quadra nº.01 do Loteamento Bortolanza, por uma linha de 33,60m;

Leste: com a Rua Tamandaré, por uma linha de 12,29m;

Oeste: com a Parte Nordeste da Chácara Rural nº.168 de Domingos Alba ou quem de direito, por uma linha de 20,14m;

DECRETO Nº 041/2015

De 13 de abril de 2015.

FRAÇÃO "B" - da Pequena Parte Suleste da Chácara Rural nº.168 - área total de 462,88m², confronta:

Norte: com a FRAÇÃO "C" de Domingos Alba ou quem de direito, por uma linha de 35,92m;

Sul: com a FRAÇÃO "A" de Domingos Alba ou quem de direito, por uma linha de 34,21m;

Leste: com a Rua Tamandaré, por uma linha de 13,30m;

Oeste: com a Parte Nordeste da Chácara Rural nº.168 de Domingos Alba ou quem de direito, por uma linha de 13,20m;

* Observação (1): sobre esta Fração, existe edificada uma residência unifamiliar, em material misto, com área total de 140,00m².

FRAÇÃO "C" - da Pequena Parte Suleste da Chácara Rural nº.168 - área total de 492,94m², confronta:

Norte: com Cerutti Temperos e Condimentos Ltda ou quem de direito, por uma linha de 37,65m;

Sul: com a FRAÇÃO "B" de Domingos Alba ou quem de direito, por uma linha de 35,92m;

Leste: com a Rua Tamandaré, por uma linha de 13,50m;

Oeste: com a Parte Nordeste da Chácara Rural nº.168 de Domingos Alba ou quem de direito, por uma linha de 13,40m;

* Observação (2): sobre esta Fração, existe edificada uma residência unifamiliar, em material misto, com área total de 90,00m²;
** Observação (3): ficará gravada uma faixa de 2,50m NÃO EDIFICÁVEL, junto ao confrontante Norte (Cerutti Temperos e Condimentos Ltda, por uma linha de 37,65m), para a passagem de Rede de água pluvial.

Imóvel Remanescente

Parte Nordeste da Chácara Rural nº.168, com a área de 10.007,43m², confronta:

Norte: com o Espólio de Deonildo Bertoldo Dal Cortivo, Vilmar Locateli e Cerutti Temperos e Condimentos Ltda ou quem de direito, por uma linha de 155,55m;

Sul: com o lote nº.05 da quadra nº.01, lotes nº.05 e 08 da quadra nº.02 e lotes nº.01 e 09 da quadra nº.03 do Loteamento Bortolanza e com as Ruas Presidente Prudente e Mondaí, por uma linha de 162,00m;

Leste: com as Frações "A", "B" e "C" de Domingos Alba ou quem de direito, por uma linha de 46,74m;

DECRETO Nº 041/2015

De 13 de abril de 2015.

Oeste: com Parte dos Lotes Rurais nº.09 e 10 de Domingos Alba ou quem de direito, por linha de 91,08m;

Art. 2º É parte integrante do presente Decreto: mapas, memorial descritivo e A.R.T. firmado pelo Arquiteto e Urbanista Marcelo Aluino Knapp, CAU/SC A44.173-2, Parecer Técnico nº 047/2015 do Departamento Municipal de Obras e Engenharia, Parecer Jurídico e cópia da Matrícula nº 12.302, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Palmitos.

Art. 3º Conforme Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, artigo 18, este Decreto possui validade para submete-lo ao Registro Imobiliário em até 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Palmitos/SC, em 13 de abril de 2015.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

Papanduva

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2015 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2015 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2015. Objeto: Registro de preços para a contratação de laboratório para confecção e fornecimento de próteses odontológicas removíveis totais e parciais, destinados aos pacientes encaminhados pelo Fundo Municipal de Saúde. Tipo: Menor Preço Unitário, Presencial; Entrega dos envelopes: Até o dia 07 de maio de 2015 às 13:45hs; Início da Sessão Pública: 07/05/2015 - 14:00hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 hs às 17:00hs, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 23 de abril de 2015
Marli dos Santos da Cunha Ramos
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2015. Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de análises laboratoriais de água, conforme portaria 2914/11 do ministério da saúde. Tipo: Menor preço por item; Entrega dos envelopes: Até o dia 11 de maio de 2015 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: dia 11/05/2015 - 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 23 de abril de 2015
Ilario Schulka
Diretor Presidente SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 032/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 032/2015. Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução da perfuração de poço artesiano tubular para o SAMAE. Tipo: Empreitada por Preço Global, Menor preço Global; Entrega dos envelopes: Até o dia 12/05/2015 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: dia 12/05/2015 - 08:45hs. Base legal: Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00hs na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 23 de abril de 2015
Ilario Schulka
Diretor Presidente SAMAE

DECRETO Nº 2529, DE 22.04.2015 - APROVA REMEMBRAMENTO DE IMÓVEIS URBANOS

DECRETO Nº 2529, DE 22.04.2015.

APROVA REMEMBRAMENTO DE IMÓVEIS URBANOS DE PROPRIEDADE DA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA - COOPERALFA.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI, combinado com o Inciso XX da Lei Orgânica Municipal, e ainda o disposto na Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979, DECRETA

Art. 1º. Os imóveis urbanos de propriedade da COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA - COOPERALFA, situados no lado ímpar da Avenida Papa João XXIII, esquina com o lado ímpar da Rua 13 de Maio, com base no Ponto OPP, Quadra 09, nesta cidade de Papanduva/SC, devidamente registrados sob as matrículas nºs 9.255, 9.254, 5.499 e 8.194- do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva/SC, ficam REMEMBRADOS, passando a constar com a seguinte área:

Descrição da Área Total - 4.344,46m²

Frente:- 80,32 metros com o Município pela Avenida Papa João XXIII, lado ímpar;

Fundos:- 41,32 metros com a Matrícula nº 1.234-Papanduva/SC de Fabiane Marques; 12,17 metros e 39,90 metros com a Matrícula nº 626-Papanduva/SC de Margarete Simões de Oliveira, Lote 05;

Lado Direito:- 59,81 metros com o Município pela Rua 13 de Maio, lado ímpar;

Lado Esquerdo:- 47,83 metros com o Município pela Rua Narciso Guebert, lado par.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 22 de abril de 2015.

Dario Schicovski
Prefeito Municipal
De acordo:

Orlando Marcelo Vieira
Procurador Jurídico

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio - mural de publicações desta Prefeitura Municipal, na mesma data supra.

Fábio José Padilha
Secretário da Administração

DECRETO Nº 2530, DE 22.04.2015 - APROVA SUBDIVISÃO DE IMÓVEL DE LUIZ CARLOS GUEBERT

Decreto nº 2530, de 22.04.2015.

APROVA SUBDIVISÃO DE IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE LUIZ CARLOS GUEBERT.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI, combinado com o Inciso XX da Lei Orgânica Municipal, e ainda o disposto na Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979, DECRETA

Art. 1º. O imóvel urbano de propriedade de LUIZ CARLOS GUEBERT, com a área total de 1.019,20m² (um mil e dezenove metros e vinte decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Jucelino Kubitschek de Oliveira, esquina com o lado ímpar da Rua John Kennedy, neste Município de Papanduva/SC - devidamente registrado sob a matrícula nº 9.264, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva/SC, passa a subdividir-se em 02(duas) Áreas, sendo:

Lote A - com 500,00 m²

Frente: 19,47 metros com a Rua Jucelino Kubitschek de Oliveira - lado ímpar

Fundos: 19,47 metros com terras de Ernildo Selinke

Lado Direito: 25,90 metros com a Rua Johan Kennedy - lado ímpar

Lado Esquerdo: 25,50 metros com o Lote B

Lote B - com 519,20 m²

Frente: 20,53 metros com a Rua Jucelino Kubitschek de Oliveira - lado ímpar

Fundos: 20,53 metros com terras de Ernildo Selinke

Lado Direito: 25,50 metros com o LOTE A

Lado Esquerdo: 25,08 metros com terras de Luiz Carlos Guebert - matrícula 7.753

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 22 de abril de 2015.

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

De acordo:

Orlando Marcelo Vieira
Procurador Jurídico

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio - mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, na mesma data supra.

Fábio José Padilha
Secretário da Administração

CÂMARA MUNICIPAL

LEI N. 2047, DE 17 DE ABRIL DE 2015 (RETIFICAÇÃO)

LEI N.2047, DE 17 DE ABRIL DE 2015

"Concede reajuste da remuneração aos Servidores do Poder Legislativo Municipal".

GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Papanduva, promulga, nos termos do artigo 46, §8º, da Lei Orgânica Municipal e do artigo 33, inciso VIII, alínea d, do Regimento Interno,

A seguinte Lei, resultante de Projeto vetado pelo Prefeito Municipal de Papanduva e mantido pela Câmara Municipal de Papanduva:

LEI

Art. 1º. Fica concedido reajuste da remuneração aos servidores do Poder Legislativo Municipal no percentual de 6,23% (seis vírgula vinte e três por cento).

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta de dotações próprias.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à competência fevereiro de 2015.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva, em 17 de abril de 2015.

Girseliano Moreira da Silva Presidente

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicado no átrio de publicações desta Câmara e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Valdecir Vaneski
Vice-Presidente

Alois Mikalovicz
1º Secretário

Djana Paula Mathioski
2ª secretária

Passo de Torres

PREFEITURA

DEC 029/2015

DECRETO Nº. 029, DE 06 DE ABRIL DE 2015

"EXONERA À PEDIDO, KARLA TRAVI DO CARGO DE CHEFE DE GABINETE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerada à pedido, Karla Travi do cargo de Chefe de Gabinete - DAS 1.

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 06 de abril de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 06 de abril de 2015.

Alexandre Angelo Fellippe
Secretário Municipal em Exercício de Administração e Finanças

DEC 030/2015

DECRETO Nº. 030, DE 07 DE ABRIL DE 2015

"NOMEIA CARMELINA CARVALHO CRAVO, PARA EXERCER O CARGO DE CHEFE DE GABINETE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei nº 598/2007;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeada, Carmelina Carvalho Cravo para exercer o cargo de Chefe de Gabinete, com remuneração específica em Lei.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 07 de abril de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 07 de abril de 2015.

Alexandre Angelo Felippe
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

DEC 031/2015

DECRETO Nº. 031, DE 07 DE ABRIL DE 2015

"EXONERA À PEDIDO, TATIANA PONTE BRANCO DANIEL CARGO DE COORDENADOR DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerada à pedido, Tatiana Ponte Branco Daniel do cargo de Coordenador de Educação - DAS 1.

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 07 de abril de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 07 de abril de 2015.

Alexandre Angelo Fellippe
Secretário Municipal em Exercício de Administração e Finanças

DEC 032/2015

DECRETO Nº. 032, DE 07 DE ABRIL DE 2015

"DESIGNA O SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, ROGERIO SANTOS DE SOUZA, PARA OCUPAR A FUNÇÃO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO, FG-1".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Nº 500 de 11 de Maio de 2005;

DECRETA:

Art. 1º - Fica designado, o servidor Rogerio Santos de Souza, para ocupar a função de Chefe de Departamento - FG - 1.

Art. 2º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 07 de abril de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 07 de abril de 2015.

Alexandre Angelo Felippe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 033/2015

DECRETO Nº. 033, DE 07 DE ABRIL DE 2015

"EXONERA, DA FUNÇÃO DE CHEFE DE SEÇÃO F.G-3.

Juarez Godinho Scheffer Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica exonerada, Lucilene Cardoso Porto, da Função de Chefe de Seção F.G- 3.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 07 de abril de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 07 de abril de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI 984/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

LEI Nº 984 DE 24 DE MARÇO DE 2015

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA BADESC CIDADES, A TOMAR EMPRÉSTIMO JUNTO AO BADESC AGÊNCIA DE FOMENTO DE SANTA CATARINA S/A".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica o poder executivo autorizado a aderir ao programa BADESC CIDADES.

Art. 2º - A adesão ao programa BADESC CIDADES propiciará ao aporte de recursos ao Município para financiamento da construção do Paço Municipal e Garagem de Maquinas.

Art. 3º - Para o atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionado no art. 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento de Santa Catarina S/A, com recursos do programa BADESC CIDADES, até o montante de 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais).

Parágrafo único. Em atendimento ao empréstimo estabelecido neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de cotas partes de ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art. 4º - Para dar continuidade ao Programa BADESC CIDADES, o poder executivo consignará nos projetos de lei orçamentária dos anos subseqüente, as dotações necessárias à formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargo dos empréstimos tomados.

Art. 5º - Por conta dos financiamentos estabelecidos no Art. 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 9% (nove por cento) ao ano, acrescido da taxa de juros de longo prazo - TJLP, ou, no caso da sua extinção, o indexador que a substituir.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - fica revogada a Lei 917, de 12 de fevereiro de 2014 e demais disposições em contrário.

Passo de Torres, 24 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 24 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI 983/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

LEI Nº 983 DE 24 DE MARÇO DE 2015

"ALTERA O ANEXO I, TABELA DE DIÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - O anexo I, tabela de diárias para o poder legislativo de Passo de Torres, passa a ter valores nele constante.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta lei, corre a custa do Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 3º - Fica revogado, o anexo da Lei nº 883 de 31 de maio de 2013.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 24 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 24 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI 985/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

LEI Nº 985 DE 25 DE MARÇO DE 2015.

"AUTORIZA O RESSARCIMENTO DE DESPESA DE COMBUSTÍVEL COM VEÍCULO DE VEREADOR OU SERVIDOR DA CÂMARA DE VEREADORES DE PASSO DE TORRES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Legislativo do Município de Passo de Torres, autorizado a ressarcir despesas de combustível de veículo de propriedade de vereador ou servidor da Câmara quando estes participarem de cursos, seminários, congressos, reuniões, audiências, bem como comprovar serviços considerados de interesse do Poder Legislativo Municipal.

Art. 2º - A Câmara ressarcirá ao proprietário do veículo a

importância de R\$ 0,70 (setenta centavos) por quilômetro rodado.
Art. 3º - Para fazer jus ao ressarcimento dos valores previstos no artigo anterior, o proprietário, além de ter que estar com seu veículo previamente cadastrado no setor competente da Câmara, terá que apresentar relatório contendo:

- I - data da viagem
- II - local do destino
- III - quilometragem de saída e de chegada
- IV - objetivo da viagem
- V - quem viajou?

Parágrafo Único - A aferição da quilometragem de saída e de chegada, terá como base:

- a) A Câmara de vereadores;
- b) A residência do servidor ou vereador.

Art. 4º - Além do que exige no artigo 3º, o proprietário do veículo terá que apresentar no mínimo, um comprovante de que a viagem realmente aconteceu.

Art. 5º - Os valores do ressarcimento previsto nesta lei, serão revisados anualmente pelo presidente, através de ato próprio.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Art. 6º - As despesas decorrentes da execução da presente lei, correrão às custas do orçamento da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Fica revogada a Lei Municipal nº 576 de 22 de novembro de 2006 e Portaria nº 08 de 26 de julho 2012.

Passo de Torres, 25 de março de 2015.
Juarez Godinho Sheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 25 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI 986/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
LEI Nº 986 DE 25 DE MARÇO DE 2015.
"DENOMINA RUAS DO BAIRRO BARRA VELHA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º. Denomina as seguintes Ruas com direção Leste/Oeste sem denominação anterior:

- a) Rua Martinísio Peres- início Agelino Fernandes ao Leste;
- b) Travessa Guilhermina Barbosa- início Ignacia Cardoso ao Leste.

Art. 2º. As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 25 de março de 2015.
Juarez Godinho Sheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 25 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI 987/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
LEI Nº 987 DE 09 DE ABRIL DE 2015
"AUTORIZA O MUNICIPIO DE PASSO DE TORRES A RECEBER EM COMODATO BEM IMÓVEL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica o Município de Passo de Torres autorizado a receber em Comodato da SABB - Sociedade Amigos de Balneário Bella-torres, partes de bem imóvel, situado a Avenida Beira Mar, s/n, Balneário Bellatorres, Passo de Torres - SC.

§ 1º - O imóvel, objeto do Comodato faz parte de um edifício composto por dois pavimentos totalizando uma área total construída de 1.375,66m² e área construída aberta descoberta de 826,04m²;

§ 2º - A área cedida em Comodato conforme Artigo 1º será de 1.066,53m² no térreo e 656,16m² no segundo pavimento, conforme memorial descritivo ANEXO I.

Art. 2º. O Comodato será firmado por termo e terá duração de 05 (cinco) anos, podendo ser renovado por igual período caso haja interesse de ambas as partes.

Art. 3º. O Comodatário poderá ceder os bens recebidos, no todo ou em parte, onerosa ou gratuitamente, a outras entidades pelo prazo de duração do Comodato que será firmado.

Art. 4º. Fica reservado a Comodante o direito de fiscalizar, quando julgar necessário, as instalações do Comodatário, no imóvel cedido em Comodato.

Art. 5º. Ao final do prazo do Comodato, não havendo interesse na renovação, os bens serão devolvidos ao Comodante, sem qualquer indenização ou compensação pelo uso dos mesmos.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, 09 de abril de 2015.
Juarez Godinho Sheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 09 de abril de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI 988/2015

LEI Nº 988 DE 15 DE ABRIL DE 2015

"INCORPORA O VALOR DA VERBA DE REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 828 DE 20 DE JUNHO DE 2012 AO SUBSÍDIO DO PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE PASSO DE TORRES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º Fica incorporado o valor da verba de representação, do artigo 2º da Lei nº 828 de 20 de junho de 2012 ao subsídio do Presidente da Câmara de Vereadores de Passo de Torres, previsto no artigo 1º da Lei nº 828/2012.

Art. 2º A incorporação se faz necessária para atender ao Prejulgado nº 2106/2014, item 8, do TCE/SC.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Passo de Torres, 15 de abril de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 15 de abril de 2015.

Alexandre Ângelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI 989/2015

LEI Nº 989 DE 15 DE ABRIL DE 2015

"AUTORIZA O MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES A TRANSFERIR RECURSOS A ASSOCIAÇÃO IRMÃ CARMEM E DÁ OUTRAS."

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado a transferência à Associação Irmã Carmen o valor de R\$ 4.375,00 (quatro mil, trezentos e setenta e cinco reais).

Art. 2º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

08 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL
2.057 - Apoio a Criança e ao Adolescente em Situação de Risco
3.3.50.00.00.00.00 0100 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos. (94)

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 15 de abril de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 15 de abril de 2015.

Alexandre Ângelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 085/2015

PORTARIA Nº 085, DE 18 DE MARÇO DE 2015

"CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA 084 DE 16 DE MARÇO DE 2015, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere os Incisos V e VII, do Artigo 53, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria 084 de 16 de março de 2015, referente a mudança de Nível.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 18 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 18 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

PORTARIA 086/2015

PORTARIA Nº 086, DE 25 DE MARÇO DE 2015

"CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº. 023 DE 05 DE MARÇO DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica suspensa a designação da Servidora Alessandra Rodrigues Luiz que trata o artigo 1º da Portaria nº 023 de 05 de março de 2014 .

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 25 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 25 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal em Exercício de Administração e Finanças.

PORTARIA 087/2015

PORTARIA Nº 087 DE 01 DE ABRIL DE 2015

"Dispõe sobre a autorização para condução de veículos oficiais por servidores da prefeitura municipal de Passo de Torres, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Art. 53, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Os servidores da Prefeitura Municipal de Passo de Torres abaixo descritos, poderão, no interesse do serviço público e no exercício de suas próprias atribuições, em havendo insuficiência de Motoristas Oficiais, dirigir veículos oficiais, atendido o estabelecido nesta Portaria.

Alexandre Angelo Felipe - Secretário de Administração e Finanças ;Urbano Oliveira Cardoso - Assessor Administrativo; Lúcio Hespanhol de Souza - Secretário de Turismo; Tiago Zacca Acordi - Secretário do Meio Ambiente; Dani Nasser de Oliveira - Artífice; Namur dos Santos Silveira - Assessor Adjunto de Esporte;; Ilario dos Santos Gonçalves - Chefe de Departamento de Cadastro e Tributação; Angela Luiza Bertoldo Francisco Bauer - Assessor Adjunto da Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social; Tatiana Ponte Branco Daniel - Coordenador de Educação, Karini Lummertz Colares - Secretária Municipal de Educação.

Art. 2º O uso indevido do veículo oficial implicará no imediato cancelamento desta e na sujeição do servidor às sanções disciplinares cabíveis.

Parágrafo único: Ao servidor caberá a responsabilidade administrativa, civil e penal pelas infrações decorrentes de atos por ele praticados na condução de veículo oficial

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 009 de 29 de janeiro de 2015.

Passo de Torres, 01 de abril de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal de Passo de Torres

Esta portaria foi registrada e publicada nesta Secretaria de administração e Finanças em 01 de abril de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal em Exercício de Administração e Finanças

PORTARIA 088/2015

PORTARIA Nº 088, DE 06 DE ABRIL DE 2015

"DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome	Categoria Funcional
01 - Lisandra Eduarda De Castilhos	Auxiliar de Ensino de Educação Infantil

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 06 de abril de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 06 de abril de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 089/2015

PORTARIA Nº 089, DE 06 DE ABRIL DE 2015

"DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome	Categoria Funcional
01 - Sandra Maria Silveira dos Santos	Auxiliar de Ensino de Educação Infantil

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 06 de abril de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 06 de abril de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 090/2015

PORTARIA Nº 090, DE 06 DE ABRIL DE 2015

"DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome	Categoria Funcional
01 - Priscila Peres Cardoso	Auxiliar de Ensino de Educação Infantil

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 06 de abril de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 06 de abril de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 091/2015

PORTARIA Nº 091, DE 06 DE ABRIL DE 2015

"DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome	Categoria Funcional
01 - Raissa da Silva Bolzan	Agente Administrativo

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 06 de abril de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 06 de abril de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 092/2015

PORTARIA Nº 092, DE 06 DE ABRIL DE 2015

"DECLARA ESTÁVEL O SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal o servidor abaixo relacionado, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio

Probatório.

Nome	Categoria Funcional
01 - Solon Cardoso Batista	Agente Administrativo

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 06 de abril de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 06 de abril de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 093/2015

PORTARIA Nº 093, DE 06 DE ABRIL DE 2015

"DECLARA ESTÁVEL O SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal o servidor abaixo relacionado, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome	Categoria Funcional
01 - Cristiano Carvalho Nunes	Professor LP1 1A

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 06 de abril de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 06 de abril de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 094/2015

PORTARIA Nº 094, DE 06 DE ABRIL DE 2015

"DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADO".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome Categoria Funcional
01 - Elizangela Oliveira de Souza Telefonista

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 06 de abril de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 06 de abril de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 095/2015

PORTARIA Nº 095, DE 06 DE ABRIL DE 2015
"DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome	Categoria Funcional
01 - Priscila Miranda Paz	Auxiliar de Ensino de Educação Infantil

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 06 de abril de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 06 de abril de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 096/2015

PORTARIA Nº. 096 DE 06 DE ABRIL DE 2015
"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO QUADRO EFETIVO DO MUNICÍPIO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Nº. 737/2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder progressão funcional da Letra "A" para "B", aos servidores públicos Municipais do quadro efetivo de acordo com o que estabelece o Artigo 6º, da Lei Municipal Nº. 737/2011.

Parágrafo Único: A progressão que trata o "Caput" do Artigo 1º, esta de acordo com os Anexos II e V, Grupos: I, II e III da referida Lei.

Art. 2º - Os servidores que fazem jus à referida progressão estão relacionados por ordem alfabética, de acordo com o Anexo I desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 06 de abril de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 06 de abril de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Anexo I da Portaria Nº 096 de 06 de abril de 2015.
Período em referencia 04/2012 à 04/2015.

PROGRESSÃO DA LETRA "A" PARA "B"

- Elizangela Oliveira de Souza	
- Raissa da Silva Bolzan	
- Solon Cardoso Batista	
- Rosilene de Matos Delfino	
- Luiz Porto Peres	

Passo de Torres, 06 de abril de 2015.

Juarez Godinho Scheffer Alexandre Angelo Felipe
Prefeito Municipal em Exercício Secretário Municipal de Administração e finanças

PORTARIA 097/2015

PORTARIA 097 DE 06 DE ABRIL DE 2015
"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei 118/94.

Considerando o atestado médico apresentado pela servidora Letícia Soares Ribeiro, onde consta que o mesmo apresenta-se incapacitado para o trabalho;

Considerando que a legislação vigente dá amparo a concessão de licença para tratamento de saúde;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde a servidora Pública Municipal, Letícia Soares Ribeiro, até o mesmo apresentar a Comunicação de Decisão do fim do Benefício emitido pelo médico pericial do INSS.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 03 de abril de 2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 06 de abril de 2015.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 06 de abril de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

PORTARIA 098/2015

PORTARIA Nº 098, DE 06 DE ABRIL DE 2015
"DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome	Categoria Funcional
01 - Rosilene de Matos Delfino	Técnico de Enfermagem

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 06 de abril de 2015.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 06 de abril de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 099/2015

PORTARIA Nº 099, DE 06 DE ABRIL DE 2015
"DECLARA ESTÁVEL O SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal o servidor abaixo relacionado, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome	Categoria Funcional
01 - Luiz Porto Peres	Operador de Maquinas

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 06 de abril de 2015.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 06 de abril de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 100/2015

PORTARIA Nº. 100, DE 13 DE ABRIL DE 2015
"CONCEDE LICENÇA INTERESSE AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL JAIME LUIS DA SILVEIRA BATISTA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal ;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Interesse ao Servidor Público Municipal, Jaime Luis da Silveira Batista, de acordo com o que dispõe o Artigo 111, combinado com o paragrafo 1º. do artigo 107 da Lei Municipal Nº 118 de 13 de outubro de 1994, Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais.

Art. 2º - A Licença Interesse, a que se refere o o caput do Artigo 1º se dará pelo período de 01 (um) ano, e sem remuneração, começando em 13 de abril de 2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 13 de abril de 2015.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 13 de abril de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

PORTARIA 101/2015

PORTARIA Nº 101, DE 15 DE ABRIL DE 2015
"NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORARIO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer , Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso IX do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal Nº 513/2005.

Considerando que o Município de Passo de Torres pretende realizar trabalhos preventivos de proliferação do mosquito transmissor da Dengue;

Considerando que o Ministério da Saúde, mediante acordo, vem repassando recursos financeiros para ser destinado em atividades relacionadas no combate ao mosquito da Dengue,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, Jessica Souza da Silva, para exercer a função de Agente Auxiliar do grupo II, Atividades Operacionais e de Administração Geral - OAG, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, por prazo indeterminado em função ao combate ao mosquito da

Dengue e, ou enquanto durar o Convenio, com direito ao salário e demais situações trabalhistas e previdenciárias definidas em Lei própria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres em, 15 de abril de 2015.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 15 de abril de 2015.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 102/2015

PORTARIA Nº 102, DE 15 DE ABRIL DE 2015

“CONCEDE MUDANÇA DE NÍVEL À AUXILIAR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVO ESCOLAR, ALANA MACIEL AGUIAR, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere os Incisos V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 19 da Lei Nº. 736 de 29 de abril de 2011, Anexo V da Lei 805/2012 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder mudança de Nível à Auxiliar de Serviços Administrativo Escolar Alana Maciel Aguiar, do Nível Médio, para o Nível LP - 3 A, conforme Art. 19, da Lei Municipal Nº. 736 de 29 de Abril de 2011, por ter concluído o Curso de Bacharel em Administração, na Universidade Luterana do Brasil- ULBRA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 15 de abril de 2015.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 15 de abril de 2015.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

PORTARIA 103/2015

PORTARIA Nº 103, DE 15 DE ABRIL DE 2015

“CONCEDE MUDANÇA DE NÍVEL AO AUXILIAR DE BIBLIOTECA, EDNER ROSPA DA SILVEIRA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere os Incisos V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 19 da Lei Nº. 736 de 29 de abril de 2011, Anexo V da Lei 805/2012 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder mudança de Nível o Auxiliar de Biblioteca, Edner

Rospa da Silveira, do Nível Médio, para o Nível LP - 3 A, conforme Art. 19, da Lei Municipal Nº. 736 de 29 de Abril de 2011, por ter concluído o Curso de Bacharel em Filosofia, na Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 15 de abril de 2015.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 15 de abril de 2015.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

PORTARIA 104/2015

PORTARIA Nº 104, DE 15 DE ABRIL DE 2015

“DESIGNA LETUZA SCHEFFER HAINZEREDER, PROFESSOR EM CARÁTER EFETIVO, PARA OCUPAR O CARGO DE TÉCNICO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER, Prefeito Municipal, de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis nº 736/2011 .

RESOLVE:

Art. 1º - Designar Letuza Scheffer Hainzereder, Professor em caráter efetivo, para exercer a função de Técnico, na Escola Municipal de Ens. Fund. Manoel Rodrigues da Silva, de acordo com as Leis nº 736/2011 e 805/2012.

Art. 2º - A servidora acima designada fará jus a gratificação estabelecida no artigo 36 da Lei 736/2011/ 805/2012 ficando suspenso quando findar a execução do cargo mencionado no caput deste artigo..

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 15 de abril de 2015.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 15 de abril de 2015.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário M. de Administração e Finanças

PORTARIA 105/2015

PORTARIA Nº 105, DE 15 DE ABRIL DE 2015

“DESIGNA MARIONE DA SILVA ROSA CARDOSO, PROFESSOR EM CARÁTER EFETIVO, PARA OCUPAR O CARGO DE TECNICO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER, Prefeito Municipal, de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis nº 736/2011 .

RESOLVE:

Art. 1º - Designar Marione da Silva Rosa Cardoso, Professor em caráter efetivo, para exercer a função de Técnico , na Escola Municipal de Ens. Fund. Manoel Rodrigues da Silva, de acordo com as Leis nº 736/2011 e 805/2012.

Art. 2º - A servidora acima designada fará jus a gratificação estabelecida no artigo 36 da Lei 736/2011/ 805/2012 ficando suspenso quando findar a execução do cargo mencionado no caput deste artigo..

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 15 de abril de 2015.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 15 de abril de 2015.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário M. de Administração e Finanças

PORTARIA 106/2015

PORTARIA Nº 106, DE 15 DE ABRIL DE 2015

“DESIGNA SIMONI LEMOS FERNANDES SCHOEFFER, PROFESSOR EM CARÁTER EFETIVO, PARA OCUPAR O CARGO DE TECNICO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER, Prefeito Municipal, de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis nº 736/2011 .

RESOLVE:

Art. 1º - Designar Simoni Lemos Fernandes Schoeffer, Professor em caráter efetivo, para exercer a função de Técnico , na Escola Municipal de Ens. Fund. Manoel Rodrigues da Silva, de acordo com as Leis nº 736/2011 e 805/2012.

Art. 2º - A servidora acima designada fará jus a gratificação estabelecida no artigo 36 da Lei 736/2011/ 805/2012 ficando suspenso quando findar a execução do cargo mencionado no caput deste artigo..

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 15 de abril de 2015.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 15 de abril de 2015.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário M. de Administração e Finanças

Passos Maia

PREFEITURA

ATO 003/PM/ED1/15 - DIVULGA ISENÇÕES

Ato 003/PM/ED1/15

DIVULGA ISENTOS DE PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO DO EDITAL Nº 001/2015 DE CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO MUNICIPAL de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público, tornam público o que segue:

1. As decisões dos requerimentos enviados em conformidade com a retificação 02 e item 1.2 do edital seguem abaixo:

Inscrição/Candidato	Cargo	Comprovação/Situação	Decisão
76779 Mariza de Fátima Aguilera	Auxiliar de Serviços Gerais	Candidato membro de família comprovadamente de baixa renda.	DEFERIDO nos termos do edital.
71760 Odete de Souza Ribeiro	Auxiliar de Serviços Gerais	Candidato membro de família comprovadamente de baixa renda.	DEFERIDO nos termos do edital.

Passos Maia, 22 de Abril de 2015.

Ivandre Bocalon
Prefeito Municipal

DECRETO N.º 349, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO N.º 349, de 22 de abril de 2015

"NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E AVALIAÇÕES, NOMEIA SEUS MEMBROS, DESIGNA O PREGOEIRO OFICIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 51, da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, e, de conformidade com a Lei 10.520/02, de 17 de julho de 2002,

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída a Comissão Permanente de Licitações, Contratos e Avaliações, composta pelos seguintes membros:

- I - Edson Salvadego - Presidente
- II - Flávio Roberto Rossi - Secretário
- III - Rosimeri Peroza Nunes - Membro

Parágrafo único - A investidura na Comissão ora instituída não poderá exceder a 01 (um) ano, vedada a recondução da totalidade de seus membros no período subsequente.

Art. 2º - Compete à Comissão Municipal Permanente de Licitações, Contratos e Avaliações:

I - Processar, julgar e aprovar o registro cadastral de fornecedores do município, bem como fornecer Certificado de Registro Cadastral;

II - Publicar edital de chamamento para atualização e registro de novos fornecedores, no mínimo uma vez por ano;

III - Processar e julgar os processos licitatórios em todas as suas modalidades;

IV - Avaliar, sempre que convocada, os bens móveis e imóveis que compõem o patrimônio público municipal;

V - Avaliar, sempre que convocada, os bens móveis e imóveis de terceiros, desde que haja interesse do município;

VI - Processar e julgar, todos os processos e avaliações necessárias para o cumprimento da Lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações;

Parágrafo Único - Das sessões - a Comissão deverá lavrar ata circunstanciada para cada caso, expondo o objeto do julgamento e as considerações pertinentes.

Art. 3º - Para fins de processar e julgar as Licitações da Modalidade Convite, nos termos do § 1º, art. 51, da Lei 8.666/93, a Comissão ora nomeada, excepcionalmente, poderá ser substituída pelo Servidor Edson Salvadego.

Art. 4º - Os membros da presente Comissão responderão solidariamente por todos os atos praticados no exercício das atribuições que ora lhe são conferidas.

Art. 5º - Fica, ainda, designado, para desempenhar as funções de Pregoeiro Oficial, o Servidor Edson Salvadego com as atribuições previstas na Lei 10.520/02, de 17 de julho de 2002, tendo como equipe de apoio os demais membros da Comissão Municipal de Licitações.

Art. 6º - Os membros da presente Comissão, bem como o Pregoeiro Oficial não farão jus à remuneração adicional, todavia sua participação será considerada como relevante serviço prestado ao Município.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 263/2014.

Passos Maia-SC, 22 de abril de 2015.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que o decreto foi publicado.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

Penha

PREFEITURA

115

PORTARIA Nº 115/2015

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº 2042/2014

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR: por mais 30 (trinta) dias, o prazo para a Conclusão do Processo, instaurado pela Portaria nº 99/2015 (incêndio e danos causados ocorridos na garagem da Secretaria Municipal de Saúde no dia 23/03/2015), composta pelos servidores MARIZETE DA COSTA, JOSÉ ROBERTO DARUGNA JUNIOR, e JULIANA BUENO PERCIANI.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 23 de abril de 2015.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

1º TERMO ADITIVO Nº 53/2015- PMP AO CONTRATO Nº 72/2014

1º Termo aditivo nº 53/2015-PMP

Ao contrato nº 72/2014 -PMP

Licitação: Processo Licitatório nº 30/2014 - PMP, modalidade Con-vite nº 08/2014 - PMP

Objeto: Prestação de Serviço de engenharia elétrica, para execução de toda manutenção da rede de iluminação do Município de Penha/SC

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo para Execução de Obra e/ou Serviço Público, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, na Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, infra-assinado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Firma MERCOLUX COMERCIAL ELÉTRICA LTDA, com sede na cidade de Itajaí/SC, na Rua Blumenau, nº 1530 B, CEP: 88305-102, telefone 47-3348-1313, inscrita no CNPJ sob o nº 01.614.582/0001-69, neste ato representada pelo Sr. Luiz Bunki Otsuka, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada a execução de obra e/ou serviço público, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLAUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na cláusula OITAVA do contrato administrativo nº 72/2014 -PMP fica prorrogada até o dia 31/12/2015, a contar do dia 23/04/2015.

CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 23 de Abril de 2015.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

2291

DECRETO Nº 2291/2015

INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, PESQUEIRO E AQUÍCOLA DE PENHA

Art. 1º- Fica instituído o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, Pesqueiro e Aquícola de Penha, de caráter deliberativo, com finalidade, composição e competência definidas pelo Convênio nº 169/91, que tem por objetivo a municipalização de atividades da área da Agricultura, Pesca e Aquicultura, firmado entre o Estado de Santa Catarina e o Município de Penha, através da Lei Municipal nº 1.166/91.

Parágrafo Único: A instituição, organização e manutenção do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, Pesqueiro e Aquícola é de competência do Poder Executivo Municipal da Prefeitura de Penha.

Art. 2º- O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, Pesqueiro e Aquícola será constituídos pelos seguintes membros:

a) 01(um) representante do Poder Executivo:

- Reginaldo Waltrick

b) 01(um) representante da Secretaria da Pesca e Agricultura:

- Luiz Fernando Vailatti

c) 01(um) representante do Poder Legislativo:

- Clovis Bergamashi

d) 01(um) representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

- Adelar Luiz Teodoro

e) 01(um) representante da Associação dos Maricultores de Penha:

- Giovane Francisco Dias

f) 01(um) representante da Cooperativa dos Maricultores de Penha:

- Hermínio de Souza

g) 01(um) representante da Comunidade de São Nicolau:

- Lucilene de Fátima da Rosa

h) 01(um) representante da Comunidade do Bairro Nossa Senhora de Fátima:

- Ralf Schroeder

i) 01(um) representante da Comunidade de São Miguel:

- Evandro João Floriano

j) 01(um) representante da Comunidade de São Francisco de Assis:

- Beno Kottwitz

k) 01(um) representante da Associação de Pescadores e Amigos do Rio Iriri:

- Sebastião Paulo Mateus

l) 01(um) representante do Sindicato dos Pescadores Artesanais:

- Mirela Caroline Costa

m) 01(um) representante da Universidade Vale do Itajaí:

- Gilberto Caetano Manzoni

n) 01 (um) representante da Empresa de Pesquisa Agropecuária e extensão Rural de Santa Catarina:

- Philipe Medeiros Costa

o) 01(um) representante da Companhia integrada de desenvolvimento agrícola de Santa Catarina:

- Simone Sanches Aleixo Galhardi

p) 01 (um) representante da Instituição Financeira Banco do Brasil:

- Marilyn Wendling

Art. 3º- A representação dos produtos rurais, pesqueiros aquícolas, juntamente com a dos representantes das entidades de produtores e trabalhadores rurais, pesqueiros e aquícolas, não deverá ser inferior a 50% mais um do total de membros que compõe o Conselho.

Art. 4º - Compete ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, Pesqueiro e Aquícola aprovar, acompanhar e avaliar a execução do Plano de Desenvolvimento Rural, Pesqueiro e Aquícola, inclusive no tocante à avaliação anual do desempenho do pessoal engajado no plano.

Art. 5º- Os membros deste Conselho terão mandato de 02 (dois) anos, com direito a reeleição.

Art. 6º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 153/09.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 23 de abril de 2015.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

2292

DECRETO Nº2292/2015
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Evandro Eredes dos Navegantes, Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições legais, e autorizado conforme Lei 2734, de 10 de dezembro de 2014.
DECRETA

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Município de Penha, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 46.047,98 (Quarenta e seis

mil, quarenta e sete reais e noventa e oito centavos), conforme inciso I, art.11 da Lei Municipal nº 2734 de 10 de dezembro de 2014, para a suplementação do seguinte programa:

Órgão: 10 - Secretaria de Educação e Cultura

Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Ensino

Funcional: 12.361.0009

Atividade: 2.023 - Funcionamento e manutenção do Ensino Fundamental

Fonte de Recursos: 0633 - Transferência de Convênio - Educação
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0032 - Aplicações diretas

Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/1964, art. 43, parágrafo 1º, inciso II, serviram como recursos para abertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto as receitas provenientes do Termo de Compromisso PAR nº 3722-FNDE, processo nº 23400003361201242.

§ 1º - Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes do Termo de Compromisso PAR nº 3722, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 23 de abril de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Daniele Schweger de Souza Lunge
Secretária da Administração

CC01/2015 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2015 - PMP

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2015 - PMP

A presente Licitação tem por objeto Concessão de Serviço Público para a remoção, guarda e depósito de veículos apreendidos ou recolhidos em decorrência de infração de trânsito, aplicação de medidas administrativas ou penalidades, nos termos da Lei Municipal 2.722/2014, Leis Federal 8.666/93 e 8.987/95, e alterações posteriores, bem como em demais dispositivos legais e regulamentares aplicáveis à espécie.

Recebimento dos Envelopes até: 25/05/2015 às 09h00min.

Abertura do Processo: 25/05/2015 às 09h:00min na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Maurílio Pedro Leite - Presidente da Comissão de Licitação.

O EDITAL e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na sede da Secretaria Municipal da Administração, situada na Avenida Nereu Ramos, nº 19 - Centro, Penha, Santa Catarina, CEP 88385-000, Telefone: (47) 3345-4537 ramal 23. O Edital deverá ser retirado no Setor de Licitações e Contratos, situada à Avenida Nereu Ramos, 08, Centro, Penha/SC.

HORÁRIO DE ATENDIMENTO DAS 13H:30M ÀS 17H:00M.

Penha, 16 de Abril de 2015.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

EDITAL 01/2014 CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - 2º CHAMADA

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a)s candidato(a)s para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 24/04/2015, das 08:00hrs às 12:00hrs ou das 13:30hrs às 17:30hrs, conforme Processo Seletivo nº 01/2014 - ACT Educação.

Cargo: SERVENTE-MERENDEIRA

Nº INSCRIÇÃO NOME 35º. 0000469 ANGÉLICA AMÉLIA GALDINO VELOSO

36º. 0000333 JULIANA SUZENA DA SILVA

39º. 0000187 IVONETE CORDEIRO DA CRUZ

42º. 0000445 SANDRA LUCIA BENTO

O(a)s candidato(a)s deverão apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00.
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual / Federal, passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato; pelo site www.trf4.jus.br;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho da Prefeitura Municipal de Penha;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais

aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.
Penha/SC, 22 de abril de 2015.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

EDITAL PROCESSO SELETIVO Nº01/2014 - FMAS - CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 24/04/2015, das 08:00hrs às 12:00hrs ou das 13:30hrs às 17:30hrs, conforme Edital de Processo Seletivo nº 01/2014 - FMAS.

Cargo: SERVENTE/MERENDEIRA

CLASSIFICAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME
035 0000248 MARIA DE LOURDES PEDROSO
036 0000291 PATRICIA TEREZINHA VIEBRANTZ

Cargo: ASSISTENTE SOCIAL CRAS – 20 HORAS		
CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
006	0000006	ADRIANE NASCIMENTO MENDONÇA

O(a)s candidato(a)s deverão apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00.
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual / Federal, passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato; pelo site www.trf4.jus.br;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta

o número, a série e a qualificação da mesma;
q) Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
r) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
s) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho da Prefeitura Municipal de Penha;
t) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não-cumprimento dos prazos, a não-apresentação da documentação prevista ou a não-comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 22 de abril de 2015.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

EXTRATO DE CONVÊNIO 03/2015 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 03/2015 - FMS

CONVENIADA: SOCIEDADE CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE PENHA

OBJETO: Repasse financeiro ao CORPO DE BOMBEIROS no valor de R\$ 80.000,00; tendo em vista o atendimento com suas equipes e ambulância, quando da solicitação da Secretaria da Saúde e Saneamento ou Pronto Atendimento 24 horas (PA), visando o transporte de pacientes em itinerário intramunicipal, ou intermunicipal
VIGÊNCIA: até 31.03.2016

Penha, 23 de abril de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

PELA PREFEITURA

PORTARIA Nº 113/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 113/2015

TORNA SEM EFEITO: a funcionária efetiva Sra. GABRIELA GARBINI STRELOW, ocupante do cargo de Especialista em Assuntos Educacionais, para responder por atribuição específica - responsável pela coordenação de licitação, além das funções inerentes a seu cargo. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 159/2013.

Penha/SC, 22 de abril de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 114/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 114/2015

DESIGNAR: a funcionária efetiva Sra. GABRIELA GARBINI STRELOW, ocupante do cargo de Especialista em Assuntos Educacionais, para responder por atribuição específica - responsável pela coordenação de licitação, além das funções inerentes a seu cargo - percebendo um adicional de função no percentual de 60% sobre seus vencimentos. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 23 de abril de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 116/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 116/2015

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora TERESINHA APARECIDA DA COSTA ALVES, de 30 (trinta) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 01/04/2015 a 11/12/2015. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 23 de abril de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 319/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 319/2015 AO CONTRATO Nº 264/2015

Contratado (A) MAYARA REGINA DA SILVA CRUZ, fica alterada a carga horária de trabalho do (a) CONTRATADO (A) de 30 (trinta) para 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na E.B.M. João Antônio Pinto, no período de 16/04/2015 a 11/12/2015.

Penha/SC, 16 de abril de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 320/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 320/2015 AO CONTRATO Nº 41/2015

Contratado (A) IARA JOSIANE PAIANO FELÍCIO, fica alterada a carga horária de trabalho do (a) CONTRATADO (A) de 20 (vinte) para 30 (trinta) horas semanais, para atuar na E.B.M. João Antônio Pinto, no período de 16/04/2015 a 11/12/2015.

Penha/SC, 16 de abril de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 321/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 321/2015 AO CONTRATO Nº 72/2015

Contratado (A) EDUARDO CORDEIRO NORONHA, fica alterada a carga horária de trabalho do (a) CONTRATADO (A) de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na E.B.M. João Batista da Cruz, no período de 16/04/2015 a 11/12/2015.

Penha/SC, 16 de abril de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 322/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 322/2015 AO CONTRATO Nº 175/2015

Contratado (A) SHARLENE MARIA KRUEGER, fica alterada a carga horária de trabalho do (a) CONTRATADO (A) de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na E.B.M. João Batista da Cruz, no período de 16/04/2015 a 11/12/2015.

Penha/SC, 16 de abril de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Peritiba**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO 25/2015 – PREGÃO PRESENCIAL 14/2015**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

RERRATIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 25/2015 - Pregão Presencial 14/2015.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de arbitragem, elaboração de regulamento, tabela, súmulas, controle de artilheiros, goleiros, disciplina, classificação e divulgação no site e julgamentos dos campeonatos municipais de futebol de salão e futebol de campo no decorrer do ano de 2015.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 14h00min do dia 11/05/2015.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 13h45min do dia 11/05/2015.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Peritiba - SC.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Município de Peritiba - SC em 24 de Abril de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO 26/2015 – PREGÃO PRESENCIAL 15/2015

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

RERRATIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 26/2015 - Pregão Presencial 15/2015.

Objeto: Aquisição de Gêneros alimentícios para confecção de Cestas para distribuição aos Servidores Municipais.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 08h30min do dia 07/05/2015.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 08h15min do dia 07/05/2015.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio 63,

Centro, Peritiba - SC.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Município de Peritiba - SC em 24 de Abril de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 26/2015 - FMS

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA - FMS

EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 07/2014, Tomada de Preços nº 01/2014.

Objeto: aquisição de medicamentos, materiais odontológicos e hospitalares.

Dados do Contrato: Contrato nº 20/2015 FMS - QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 36/2014.

Contratado: ESTRUTURAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA EPP.

CNPJ: 05.078.414/0001-57

Data de vigência: 15/04/2015 até 15/06/2015.

Município de Peritiba - SC em 15 de abril de 2015.

ADRIANO JOSÉ KRINDGES

Secretário Municipal de Saúde e Bem Estar Social

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 029/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 029/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 11/05/2015, licitação modalidade Pregão Presencial n. 029/2015, tendo como objeto a contratação de empresa da área da engenharia para prestar serviços de engenharia, consistente na elaboração de Projeto para fins de implantação de Loteamento Urbano.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 11/05/2015, cujo credenciamento ocorrerá das 14:00 às 14:15 hr, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 14:15 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-35622000, ou através do site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 23 DE ABRIL DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 030/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 030/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 08/05/2015, licitação modalidade Pregão Presencial n. 030/2015, visando a contratação de empresa prestadora de serviços técnicos profissionais comuns na área elétrica, hidráulica e de manutenções em geral. DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 08/05/2015, cujo credenciamento ocorrerá das 14:00 às 14:15 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 14:15 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-35622000

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 23 DE ABRIL DE 2015

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 124/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 124/2015

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o fornecimento de 150 unidades de lixeiras "modelo taça".

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL nº 019/2015

EMPRESA CONTRATADA: DELCIR BOESING ME

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço unitário de R\$150,00 (cento e cinquenta reais).

DATA DO CONTRATO: 01 de abril de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecele

DECRETO Nº 4.212, DE 16 DE ABRIL DE 2015

DECRETO Nº 4.212, DE 16 DE ABRIL DE 2015

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.798 de 18 de novembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 8.456,34 (Oito mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e trinta e quatro centavos) nas dotações orçamentárias a seguir:

Unidade Orçamentária: 2006 - Secretaria de Transportes e Obras

Função: 6 - Segurança Pública

Subfunção: 181 - Policiamento

Programa: 4 - Segurança Pública

Atividade: 2.23 - Manutenção Convênio Secretaria de Segurança Pública

Modalidade de Aplicação: 4490-0000 Fonte: 0300 R\$ 6.000,00

Modalidade de Aplicação: 3390-0000 Fonte: 0300 R\$ 2.456,34

Total Suplementado
..... R\$ 8.456,34

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto de 2014, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial. (Rádio Patrulha).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 16 DE ABRIL DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 4.213, DE 17 DE ABRIL DE 2015

DECRETO Nº 4.213, DE 17 DE ABRIL DE 2015

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.798 de 18 de novembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 5.599,31 (Cinco mil, quinhentos e noventa e nove reais e trinta e um centavos) nas dotações orçamentárias a seguir:

Unidade Orçamentária: 2003 - Secretaria de Transportes e Obras

Função: 26 - Transporte

Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário

Programa: 23 - Estradas Vicinais

Atividade: 2.42 - Manutenção Secretaria de Transportes e Obras

Modalidade de Aplicação: 3390-0000 Fonte: 03.64

Total Suplementado
..... R\$ 5.599,31

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto de 2014, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial. (CONTA 6.136-0 CONV. CONSTRUÇÃO REDE PLUVIAL).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 17 DE ABRIL DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 4.218, DE 23 DE ABRIL DE 2015

DECRETO Nº 4.218, DE 23 DE ABRIL DE 2015

APROVA CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE IPTU E TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 171, de 14 de dezembro de 2010, e

Art. 1º Fica aprovado e concedido, nos termos da Lei Complementar nº 171/2010, isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e Taxas de Serviços Públicos à contribuinte ZENO RITTER, brasileiro, aposentado, inscrito no CPF sob nº 181.961.609-68, residente na Rua Paulino Nora, São José, para o exercício fiscal de 2015. Considerando o Processo Administrativo nº 024/2015, do Livro 18 folhas 24.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo deverá ser requerida anualmente, para que possa ser analisado e decidido pela autoridade competente também de forma anual, a fim de propiciar melhor controle administrativo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 23 de Abril DE 2015.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2015

NÚMERO DO PROCESSO: 005/2015

MODALIDADE: DISPENSA

NÚMERO DA MODALIDADE: 005/2015

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2015

A Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto, em cumprimento a ratificação procedida pelo Presidente, pela emissão da DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, faz publicar o presente extrato. Objeto: MANUTENÇÃO TÉCNICA DO WEB SITE DA CÂMARA DE VEREADORES DE PINHEIRO PRETO, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2015 e 2016, pelo valor anual de R\$ 1.576,00 (um mil, quinhentos e setenta e seis reais). Fundamentação Legal: Art. 24, Inciso II da Lei 8.666/93. Pinheiro Preto, 23 de abril de 2015. IVAN BOGONI, Presidente da Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto.

Pomerode

PREFEITURA

LEI ORDINÁRIA Nº 2.707, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.707, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE BIOMBOS ENTRE OS CAIXAS E OS CLIENTES EM ESPERA NAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS E INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DO MUNICÍPIO DE POMERODE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As agências bancárias e as instituições financeiras que atuam no Município de Pomerode deverão instalar em suas agências, um painel opaco de proteção, tipo biombo ou similar, com altura compatível para impedir a visualização das pessoas nas filas de espera de atendimento nos caixas, com as que estão sendo atendidas, de modo a aumentar a segurança no período de atendimento.

Parágrafo Único. Cada agência bancária e instituição financeira de que trata o caput deste artigo deverá manter em funcionamento um painel eletrônico que indique o caixa que está disponível ao atendimento do próximo cliente da fila de espera.

Art. 2º As instituições bancárias deverão implantar estes equipamentos no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data de publicação desta Lei.

Parágrafo Único. O não atendimento ao disposto na presente Lei, no prazo acima estipulado, implicará na imposição de multa diária no valor de 200 UFM's por dia de descumprimento, devendo o PROCON fiscalizar o seu cumprimento.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das respectivas agências bancárias ou instituições financeiras no Município de Pomerode.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Município de Pomerode, 22 de abril de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 074/2014 CONCORRÊNCIA N.º 002/2014 QUARTA SESSÃO PÚBLICA ATA DE ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 074/2014

CONCORRÊNCIA N.º 002/2014

QUARTA SESSÃO PÚBLICA

ATA DE ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

Às oito horas (08h00min.), do vigésimo terceiro dia do mês de Abril do ano de dois mil e quinze (23/04/2015), na Sala de Licitações do MUNICÍPIO DE POMERODE - SC, reuniram-se os

membros da Comissão Permanente de Licitações, designados pela Portaria n.º 18.758/2015, para a quarta sessão pública, destinada para o recebimento e abertura dos Invólucros n.º 05, analisar a conformidade dos documentos de Habilitação exigidos no item 13.9 do edital e na legislação em vigor e informar o resultado da habilitação e o resultado final do certame. Apresentaram o Invólucro n.º 05 - "Documentos de Habilitação" para a quarta sessão pública as seguintes licitantes: FÓRMULA COMUNICAÇÃO LTDA EPP - CAROLINE PEREIRA PINHO; EZCUZÊ AGÊNCIA DE PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA - CÍCERO BRAZ DE BEM; e PENSO COMUNICAÇÃO LTDA - sem representante presente. Verificou-se que não estavam presentes na sessão e não apresentaram os documentos de Habilitação os licitantes: CLICZOOM PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA EPP - JORGE GAVA DESTRO FILHO; FREE REICHERT COMUNICAÇÃO LTDA - ROGÉRIO TEÓFILO DA SILVA; e SAL MARKETING E WEB LTDA ME - LEANDRO BONK SABINO. Dando seguimento à presente sessão, após certificar-se de que todos preenchiam as condições de participação fixadas no Edital. Em seguida, o Presidente da Comissão mostrou aos presentes os Invólucros n.º 05 para que verificassem que os mesmos encontravam-se fechados e rubricados no fecho, sem qualquer violação. Após a abertura do Invólucro n.º 05, em continuidade ao rito concorrencial a Comissão Permanente de Licitações analisou e conferiu os documentos de habilitação com as exigências editalícias, habilitando e inabilitando as seguintes licitantes, conforme planilha:

- Empresa FÓRMULA COMUNICAÇÃO LTDA EPP.
Proposta Técnica - CLASSIFICADA
Proposta de Preços - CLASSIFICADA
Habilitação – documentos apresentados de acordo com o edital de licitação.
EMPRESA HABILITADA
1ª COLOCADA - EMPRESA VENCEDORA DO CERTAME

- Empresa PENSO COMUNICAÇÃO LTDA.
Proposta Técnica - CLASSIFICADA
Proposta de Preços - CLASSIFICADA
Habilitação – documentos apresentados de acordo com o edital de licitação
EMPRESA HABILITADA
2ª COLOCADA

- Empresa EZCUZÊ AGÊNCIA DE PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA.
Proposta Técnica - CLASSIFICADA
Proposta de Preços - CLASSIFICADA
Habilitação – EMPRESA INABILITADA.
MOTIVOS:
- Não apresentação da Certidão Conjunta Negativa (ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa) de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, conforme exigência do item 13.9.2, "b" do edital de licitação;
- Não apresentação do Termo de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, conforme exigência do item 13.9.4, b.1.4 do edital de licitação. A Empresa apresentou o Livro Diário original, porém, não é possível a junta de novos documentos, apenas a autenticação dos já apresentados.

EMPRESA INABILITADA

- Empresa FREE REICHERT COMUNICAÇÃO LTDA.

Proposta Técnica - CLASSIFICADA

Proposta de Preços - DESCLASSIFICADA

Habilitação – Documentos de Habilitação não apresentados.

EMPRESA COM PROPOSTA DE PREÇOS DESCLASSIFICADA E INABILITADA

- Empresa CLICZOOM PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA EPP.

Proposta Técnica - CLASSIFICADA

Proposta de Preços - DESCLASSIFICADA

Habilitação – Documentos de Habilitação não apresentados.

EMPRESA COM PROPOSTA DE PREÇOS DESCLASSIFICADA E INABILITADA

- Empresa SAL MARKETING E WEB LTDA ME.

Proposta Técnica - CLASSIFICADA

Proposta de Preços - DESCLASSIFICADA

Habilitação – Documentos de Habilitação não apresentados.

EMPRESA COM PROPOSTA DE PREÇOS DESCLASSIFICADA E INABILITADA

Foram Habilitadas as Empresas:

EMPRESA

FÓRMULA COMUNICAÇÃO LTDA EPP – 1º Colocada – EMPRESA VENCEDORA

PENSO COMUNICAÇÃO LTDA – 2º Colocada

Assim, o presidente da Comissão Permanente de Licitações informou que o resultado do julgamento dos documentos de Habilitação e o julgamento final do certame será publicado no DOM, data a partir da qual estará franqueada vista ao processo, bem como a íntegra da presente Ata será disponibilizada no sítio da Prefeitura Municipal de Pomerode e que, oportunamente, convocará a Empresa Vencedora do certame para no prazo de 05 (cinco) dias úteis assinar o contrato, conforme item 18.1 do edital. Nada mais havendo a tratar ou registrar, às 10:30h, o presidente da Comissão Permanente de Licitações encerrou a reunião, da qual foi lavrada a presente Ata, que segue assinada por todos os seus membros e pelos representantes constituídos das licitantes.

Pomerode/SC, 23 de Abril de 2015.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ALCINO SIEWERT
 Presidente

MARCOS ALBERTO REITER
Secretário

WALDEMAR WILHELM
Membro

INGELORE KRAFT
Membro

REPRESENTANTES DAS LICITANTES

CAROLINE PEREIRA PINHO
FÓRMULA COMUNICAÇÃO LTDA EPP

CICERO BRAZ DE BEM
EZCUZÊ AGÊNCIA DE PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA

SAMAE - POMERODE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO 09/2015

SAMAE POMERODE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO N.º 09/2015 TIPO ELETRÔNICO

REGISTRO DE PREÇOS, PARA AQUISIÇÃO DE MICRO MEDIDORES DE VAZÃO (HIDRÔMETROS) E SEUS COMPONENTES CONFORME TERMO DE REFERENCIA ANEXO I DO EDITAL.

Local: o pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em toda as suas fases através do sistema de pregão eletrônico sistema BLL (Bolsa de Licitações e Leilões)

Entrega das propostas: Até as 12:00 horas do dia 07/05/2015
Início da sessão de disputa de Preços : 09:00 do dia 08/05/2015

O Edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos nos seguintes endereços: Na página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil WWW.bll.org.br e WWW.pomerode.sc.gov.br ou www.samaepomerode.com.br Departamento de Licitações e Compras do SAMAE POMERODE Av. 21 de Janeiro Nº 2233 samae@samaepomerode.com.br ou pelo fone (47) 3387 2550

Pomerode SC, 22 de ABRIL de 2015.

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

PORTARIA 19/2015

PORTARIA Nº 019/2015 DE 26 DE MARÇO DE 2015
ADMITE POR PRAZO DETERMINADO, DOUGLAS LEANDRO FRAHNER, PARA A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE OPERAÇÕES II.

O Presidente do SAMAE — Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Pomerode, MÁRCIO SCHEIDEMANTEL, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 3º da lei ordinária 116/1966,

RESOLVE:

Admitir por prazo determinado, em caráter temporário, de acordo com o artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal e de acordo com a Lei Ordinária de nº2156/2009 de 14 de julho de 2009, DOUGLAS LEANDRO FRAHNER, para exercer a função de AUXILIAR DE OPERAÇÕES II, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, até a realização de Concurso Público.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, e produz seus efeitos a partir de 23 de março de 2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 26 de março de 2015.

MÁRCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

PORTARIA 20/2015

PORTARIA Nº 020/2015 DE 26 DE MARÇO DE 2015
ADMITE POR PRAZO DETERMINADO, CLAUDINO CAMILO GESSNER, PARA A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE OPERAÇÕES II.

O Presidente do SAMAE — Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Pomerode, MÁRCIO SCHEIDEMANTEL, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 3º da lei ordinária 116/1966,

RESOLVE:

Admitir por prazo determinado, em caráter temporário, de acordo com o artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal e de acordo com a Lei Ordinária de nº2156/2009 de 14 de julho de 2009, CLAUDINO CAMILO GESSNER, para exercer a função de AUXILIAR DE OPERAÇÕES II, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, até a realização de Concurso Público.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 26 de março de 2015.

MÁRCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

PORTARIA 21/2015

PORTARIA Nº 021/2015 DE 09 DE ABRIL DE 2015
AFASTA O SERVIDOR CARLOS ALBERTO GESSNER, EM FACE DA CONCESSÃO DE AUXÍLIO DOENÇA JUNTO AO FAP - FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.

O Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Pomerode, MÁRCIO SCHEIDEMANTEL, nomeado pela Portaria Nº 17.768, de 28 de março de 2014, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 3º da lei ordinária 116/1966,

RESOLVE:

De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, AFASTAR, por motivos da concessão de Auxílio Doença pelo Fundo de Aposentadoria e Pensão - FAP, do servidor CARLOS ALBERTO GESSNER, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações II, Padrão 02, Nível 01, Referência A com Regime de Trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, do Setor de Reciclagem, no período de 11 de março de 2015 a 10 de maio de 2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 09 de abril de 2015.

MÁRCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

PORTARIA 22/2015

PORTARIA Nº 022/2015 DE 16 DE ABRIL DE 2015

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO.

O Presidente do SAMAE — Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Pomerode, MÁRCIO SCHEIDEMANTEL, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 3º da lei ordinária 116/1966,

RESOLVE:

De acordo com o artigo 11, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, NOMEAR os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão, sob a presidência do primeiro, para acompanhar os atos do CONCURSO PÚBLICO, destinado ao preenchimento de vagas dos cargos existentes no Quadro de Pessoal da Autarquia de Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Pomerode:

Edson Hille - Cargo efetivo de Motorista de Ambulância - matrícula nº 45;

Eliane Zilz - Cargo efetivo de Assistente Administrativo - matrícula nº 154;

Jacir Oenning - Cargo efetivo de Encanador - matrícula nº 12.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Pomerode, 16 de abril de 2015.

MÁRCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

Ponte Serrada**PREFEITURA****PORTARIA 004/2015**

PORTARIA 04/2015

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO A FIM DE APURAR IRREGULARIDADES, NOMEIA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e CONSIDERANDO:

- Que a Notificação protocolada sob nº 020, na data de 05 de fevereiro de 2014, expedida por EDENIR BELLINI & CIA LTDA ME, informa irregularidades no adimplemento de refeições realizadas pelos funcionários públicos municipais, lotados na Secretaria de Saúde de Ponte Serrada - Equipe do SAMU;

- Que o Notificante alega que vendeu à Administração Pública Municipal, exercício 2012, um montante de aproximadamente R\$8.141,43 (oito mil cento e quarenta e um reais e quarenta e três centavos) atualizado monetariamente; juntando cópia de autorizações e comandas informando os valores unitários de cada refeição realizada pelos funcionários públicos municipais, lotados na equipe do SAMU.

- Que "o ente público não poderá deixar de efetuar o pagamento pelos serviços prestados ou pelos prejuízos decorrentes da administração, desde que comprovados, ressalvada a hipótese de má-fé ou de ter o contratado concorrido para a nulidade" (AgRg no Ag 1056922/RS, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJ de 11 de março de 2009). (...) Hipótese em que comprovada a existência da dívida, qual seja, prestado o serviço pela empresa contratada e ausente a contraprestação (pagamento) pelo município, a ausência de licitação não é capaz de afastar o direito da ora agravada de receber o que lhe é devido pelos serviços prestados. O entendimento contrário faz prevalecer o enriquecimento ilícito, o que é expressamente vedado pelo ordenamento jurídico brasileiro. Agravo regimental improvido. (AgRg no RESp 1383177/MA, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/08/2013, DJe 26/08/2013)"

RESOLVE:

Artigo 1º - Determinar a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO a fim de apurar as possíveis irregularidades praticadas, conforme objeto da Notificação;

Artigo 2º - Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão de Sindicância será composta pelos servidores: TAILENE SANTOR DA ROSA, que a presidirá, GILBERTO FRIGUETTO e DILVANE BALBINOT, respectivamente secretário e membro, todos servidores da Prefeitura Municipal de Ponte Serrada-SC.

Artigo 3º - Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária a elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Artigo 4º - A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência a Administração Superior.

Artigo 5º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a

Portaria n. 05/2014 de 12 de maio de 2014, em razão do decurso do prazo para sua conclusão, conforme art. 157 do Estatuto dos Servidores Municipais de Ponte Serrada.

Registre-se. Cumpra-se. Publique-se.

Ponte Serrada-SC, 14 de Abril de 2015.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

PORTARIA 005/2015

PORTARIA 05/2015

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO A FIM DE APURAR IRREGULARIDADES, NOMEIA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e CONSIDERANDO:

- Que a requisição protocolada sob nº 066, na data de 11 de março de 2015, expedida por PAULINEIA LOTTERMANN REIS, informa pendências na aquisição de móveis (cadeiras, bancos, armários, mesas) por parte da Secretaria Municipal de Educação;

- Que a requerente alega que vendeu à Administração Pública Municipal, exercício 2014, um montante de aproximadamente R\$33.900,00 (Trinta e três mil e novecentos reais); juntando cópia da nota fiscal eletrônica, sendo esta assinada pela ex-secretária de Educação, Sra. Iradí Berté Fornari, com data de 05/03/2014;

- Que conforme declaração emitida pelas Sras. Iradí Berté Fornari, Secretária de Educação até janeiro 2015, Adriana Faggion, Diretora da Escola EBM Antônio Paglia até janeiro de 2015 e de Marli Bonatto, atual diretora da EBM Antonio Paglia, os materiais descritos foram recebidos em janeiro de 2014 junto ao Ginásio de Esportes Cristiano Sartori;

- Que "o ente público não poderá deixar de efetuar o pagamento pelos serviços prestados ou pelos prejuízos decorrentes da administração, desde que comprovados, ressalvada a hipótese de má-fé ou de ter o contratado concorrido para a nulidade" (AgRg no Ag 1056922/RS, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJ de 11 de março de 2009). (...) Hipótese em que comprovada a existência da dívida, qual seja, prestado o serviço pela empresa contratada e ausente a contraprestação (pagamento) pelo município, a ausência de licitação não é capaz de afastar o direito da ora agravada de receber o que lhe é devido pelos serviços prestados. O entendimento contrário faz prevalecer o enriquecimento ilícito, o que é expressamente vedado pelo ordenamento jurídico brasileiro. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1383177/MA, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/08/2013, DJe 26/08/2013)"

RESOLVE:

Artigo 1º - Determinar a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO a fim de apurar as possíveis irregularidades praticadas, conforme objeto da Requisição;

Artigo 2º - Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão de Sindicância será composta pelos servidores: TAILENE SANTOR DA ROSA, que a presidirá, JANICE DE FÁTIMA FARIAS e DILVANE BALBINOT, respectivamente secretária e membro, todos servidores da Prefeitura Municipal de Ponte Serrada-SC.

Artigo 3º - Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária a elucidação dos fatos,

bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Artigo 4º - A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência a Administração Superior.

Artigo 5º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Registre-se. Cumpra-se. Publique-se.

Ponte Serrada-SC, 15 de Abril de 2015.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

PORTARIA 006/2015

PORTARIA 06/2015

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO A FIM DE APURAR IRREGULARIDADES, NOMEIA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e CONSIDERANDO:

- Que a requisição datada de 24 de março de 2015, expedida por JEFFERSON MARTINS professor de capoeira deste município no ano de 2014, informa pendências no pagamento de dois meses de seu salário (Março/2014 e Outubro/2014) de seu salário por parte da Secretaria Municipal de Educação;

- Que o requerente alega que foi contratado pela Secretaria Municipal de Educação para trabalhar pelo período de 09 (nove) meses como professor de capoeira, sendo que não recebeu dois meses de seu salário (Março/2014 e Outubro/2014), anexando, também, fichas de inscrição, extratos bancários e documento fornecido pelo setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal;

- Que "o ente público não poderá deixar de efetuar o pagamento pelos serviços prestados ou pelos prejuízos decorrentes da administração, desde que comprovados, ressalvada a hipótese de má-fé ou de ter o contratado concorrido para a nulidade" (AgRg no Ag 1056922/RS, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJ de 11 de março de 2009). (...) Hipótese em que comprovada a existência da dívida, qual seja, prestado o serviço pela empresa contratada e ausente a contraprestação (pagamento) pelo município, a ausência de licitação não é capaz de afastar o direito da ora agravada de receber o que lhe é devido pelos serviços prestados. O entendimento contrário faz prevalecer o enriquecimento ilícito, o que é expressamente vedado pelo ordenamento jurídico brasileiro. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1383177/MA, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/08/2013, DJe 26/08/2013)"

RESOLVE:

Artigo 1º - Determinar a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO a fim de apurar as possíveis irregularidades praticadas, conforme objeto da Requisição;

Artigo 2º - Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão de Sindicância será composta pelos servidores: TAILENE SANTOR DA ROSA, que a presidirá, JANICE DE FÁTIMA FARIAS e DILVANE BALBINOT, respectivamente secretária e membro, todos servidores da Prefeitura Municipal de Ponte Serrada-SC.

Artigo 3º - Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária a elucidação dos fatos,

bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Artigo 4º - A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência a Administração Superior.

Artigo 5º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Cumpra-se. Publique-se.

Ponte Serrada-SC, 15 de Abril de 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Porto União

PREFEITURA

CONVÊNIO Nº 006/15

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTO UNIÃO - ACIPU

CONVÊNIO Nº 006/15

Convênio de Cooperação Técnica que entre si celebram o Município de Porto União e a Associação Empresarial de Porto União - ACIPU, visando a operacionalização e manutenção das seguintes entidades: ACIPU - Desenvolvimento do Projeto Empreender, SINE, JUCESC e SEBRAE.

Por este instrumento, de um lado, o Município de Porto União, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Padre Anchieta, 126, Centro, Porto União - SC, com inscrição no CNPJ sob o nº 83.102.541/0001-58, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. ANIZIO DE SOUZA, portador do RG nº 325.323-SC e CPF nº 180.245.569-87, doravante denominado CONCEDENTE e a Associação Empresarial de Porto União - ACIPU, inscrita no CNPJ sob o nº 82.752.494/0001-25, com sede à Rua Joaquim Nabuco, 244, Bairro Cidade Nova, Porto União, denominada ASSOCIAÇÃO CONVENIADA, neste ato representada pela sua Presidente Sra. CÉLIA APARECIDA LEÃO, brasileira, residente e domiciliada na Rua Sete de Setembro - Nº 102 - Apto. 01 - Centro - Porto União - SC, portadora do RG nº 861.783-0 SSP/SC e do CPF nº 382.371.999-87, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 4.311, de 31 de março de 2015, celebram o presente convênio, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto

Constitui objeto deste convênio, o repasse de recursos financeiros à ASSOCIAÇÃO CONVENIADA, a título de subvenção, destinada a auxiliar nas despesas conforme Plano de Trabalho.

Parágrafo único. A execução do presente convênio compreende o alcance dos seguintes objetivos específicos:

I- Operacionalização e manutenção das seguintes entidades: ACIPU - Desenvolvimento do Projeto Empreender, SINE, JUCESC e SEBRAE.

II- Geração de Emprego e Renda - Suporte às micro e pequenas empresas para serem os principais instrumentos para inclusão econômica e social por conta da sua significativa capacidade de geração de emprego e renda; e

III- A entidade beneficia hoje aproximadamente 116 empresas associadas que são beneficiadas através de serviços como Projeto Empreender (empresas do mesmo setor que se unem para promover seu desenvolvimento) Nota Fiscal Eletrônica, Cartão de Benefícios Útil Card e Útil Alimentação, Consulta SERASA, Treinamentos Empresariais, convênio com SEBRAE, Convênio Print (Registro de Marcas, Patentes), realização de missões a Feiras e Eventos, que geram muitos empregos e estágios.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do valor e liberação dos recursos

O CONCEDENTE repassará recursos financeiros no valor total de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), divididos em 09 (nove) parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de R\$ 2.200,00 (Dois mil e duzentos reais) e as demais no valor de R\$ 1.600,00 (Um mil e seiscentos reais), em conta bancária de instituição financeira oficial do Município, em nome da Associação Empresarial de Porto União - ACIPU, em c/c específica sob o nº 9588-5, Ag. 2490-2, Banco do Brasil (001) correndo as despesas à conta da seguinte Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Geral do Município na rubrica:

ÓRGÃO 0200 PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE 0210 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
ATIVIDADE 2033 Encargos Gerais da Administração
MODALIDADE 3350 - 100 Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos

CLÁUSULA TERCEIRA - Da utilização dos recursos

Os recursos liberados destinam-se à operacionalização e manutenção das seguintes entidades: ACIPU - Desenvolvimento do Projeto Empreender, SINE, JUDESC e SEBRAE.

CLÁUSULA QUARTA - Das obrigações

I - Do CONCEDENTE:

O CONCEDENTE obriga-se a repassar mensalmente até o 15º dia útil de cada mês à ASSOCIAÇÃO CONVENIADA o valor correspondente à parcela conforme mencionado na Cláusula Segunda, desde que as prestações de contas estejam em dia.

II - Da ASSOCIAÇÃO CONVENIADA:

A ASSOCIAÇÃO CONVENIADA obriga-se a prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento dos valores, nos termos dos Artigos 27 a 31 da Lei Municipal nº 3.816, de 27 de outubro de 2010, mediante a apresentação de cópia documental dos recursos recebidos.

CLÁUSULA QUINTA - Da legislação aplicável

O presente Convênio rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito público.

CLÁUSULA SEXTA - Da transmissão de documentos

A troca eventual de documentos e cartas entre o CONCEDENTE e a ASSOCIAÇÃO CONVENIADA, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da publicidade

Uma vez firmado, o presente Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município, pelo CONCEDENTE, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - Da fiscalização e auditoria

O CONCEDENTE e a ASSOCIAÇÃO CONVENIADA ficam obrigados a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado a permitir o acesso a servidores do Sistema de Controle Interno Municipal ao qual estejam subordinados em sua missão de fiscalização e auditoria.

CLÁUSULA NONA - Dos casos omissos

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA - Da vigência

O período de vigência do Convênio será da data da sua assinatura até 31 de dezembro de 2015, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Da rescisão

Poderão as partes, a qualquer tempo, observadas as suas conveniências, darem por extinto do presente Termo, devendo o interessado notificar por escrito o outro, de suas intenções, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - Da restituição

A ASSOCIAÇÃO CONVENIADA assume o compromisso de restituir o CONCEDENTE, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da

data do evento, o valor transferido, atualizado monetariamente, de acordo com índices aplicáveis aos débitos para com a Fazenda Pública, desde a data do recebimento, na forma da legislação em vigor, nos seguintes casos:

I- quando da não execução do objeto do convênio;

II- quando não for apresentada, no prazo exigido e dentro das normas vigentes, a prestação de contas parcial ou final;

III- quando os recursos não forem utilizados na finalidade estabelecida no convênio;

IV- quando houver sobra de recurso não aplicado dentro do prazo de vigência do convênio; e

V- quando não forem aceitas as justificativas pelo não cumprimento das metas e indicadores estabelecidos no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Do foro

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União, Estado de Santa Catarina, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente termo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem acordes, as partes rubricam e firmam o presente convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Porto União (SC), 31 de março de 2015.

Prefeito Municipal		Presidente da Associação Empresarial de Porto União - ACIPU
TESTEMUNHAS:		

1.Nome: Paulo Rubens Buch
CPF nº 485.157.019-87

2.Nome: Ricardo Dragoni
CPF nº 420.445.539-53

DECRETO Nº 696/2015

DECRETO Nº 696, de 20 de abril de 2015.

Dispõe sobre Permissão de Uso de Bem Móvel Municipal à Comunidade Terapêutica Fundação Hermon, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o Art. 84, I, i, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido, a título precário e pelo período de 15 de abril de 2015 a 31 de dezembro de 2016, à Comunidade Terapêutica Fundação Hermon, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sem fins econômicos, inscrita no CNPJ sob o nº 04.532.963/0005-10, com sede na BR 280 - Km 05 - Pintado - Porto União - SC, o uso gratuito do bem móvel municipal abaixo especificado:

- (01) uma roçadeira nova STIHL FS 220 c/ faca 3P NS 365.972.133.

Art. 2º O bem móvel em referência deverá ser utilizado pela Permissionária com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

Art. 3º O bem acima especificado será entregue à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição até o dia 31 de dezembro de

2016.

Art. 4º As demais condições constarão no Termo de Permissão e Recebimento do objeto deste Decreto, a ser firmado pela Permissionária, junto à Secretaria Municipal de Administração e Esporte desta Prefeitura.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 15 de abril de 2015.

Porto União (SC), 20 de abril de 2015.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

TERMO DE PERMISSÃO E RECEBIMENTO

Pelo presente Termo de Permissão e Recebimento, declara o abaixo-assinado, representante legal da Comunidade Terapêutica Fundação Hermon, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sem fins econômicos, inscrita no CNPJ sob o nº 04.532.963/0005-10, com sede na BR 280 - Km 05 - Pintado - Porto União - SC, que recebeu PERMISSÃO DE USO GRATUITO, a título precário e pelo período de 15 de abril de 2015 a 31 de dezembro de 2016, o bem móvel municipal abaixo especificado:

- (01) uma roçadeira nova STIHL FS 220 c/ faca 3P NS 365.972.133.

Compromete-se ainda, a Permissionária a obedecer aos seguintes termos:

01 - Não transferir a presente Permissão de Uso a terceiros.

02 - O bem móvel em referência deverá ser utilizado pela Permissionária com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

03 - O bem móvel acima relacionado será entregue à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição, até o dia 31 de dezembro de 2016.

04 - Necessitando o bem de conserto, reparo, etc., em virtude de mau funcionamento e quebra em função de seu uso, ou para a sua conservação na condição em que foi recebido, todas e quaisquer despesas provenientes, bem como os encargos, correm por conta da Permissionária, sem qualquer direito a reembolso.

05 - Consentir com todas as medidas judiciais para tornar sem efeito o presente Termo de Permissão e Recebimento, por descumprimento de qualquer artigo ou item, sendo que as custas judiciais, extrajudiciais e os honorários advocatícios correrão por conta da Permissionária.

06 - A Permissionária responde administrativa, civil e criminalmente pela utilização do bem móvel supra mencionado, durante o período da Permissão de Uso.

07 - O Município de Porto União, enquanto perdurar a Permissão, não responde pela má utilização ou danos causados a terceiros, decorrentes do uso do equipamento, respondendo única e exclusivamente a Permissionária por tais situações.

08 - A presente Permissão poderá ser modificada e revogada unilateralmente pela Permitente, a qualquer tempo, não gerando

direito à indenização.

09 - Fica eleito o foro da Comarca de Porto União, para dirimir as questões deste Termo.

Porto União (SC), 20 de abril de 2015.
PERMITENTE: ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PERMISSIONÁRIA:
Presidente: Roberto Pedro Bom
RG nº 844.579-6 SSP/PR
CPF nº 185.224.169-15

DECRETO Nº 697/2015

DECRETO Nº 697, de 20 de abril de 2015.

Dispõe sobre Permissão de Uso de Bem Móvel Municipal à Associação de Mulheres Rurais de Porto União - As Semeadores do Contestado, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o Art. 84, I, i, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido, a título precário e pelo período de 25 de fevereiro de 2015 a 31 de dezembro de 2016, à Associação de Mulheres Rurais de Porto União - As Semeadores do Contestado, Associação de Direito Privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 14.022.116/0001-36, com sede na Rua Sete de Setembro, Nº 870 - Centro - Porto União - SC, o uso gratuito do bem móvel municipal abaixo especificado:

- (01) um veículo GM/MONZA GL, gasolina, Vermelho, Chassi 9BG-JG11RRRB066324, Placa LZP 9749, ano de fabricação 1994, modelo 1994, Código Renavam nº 552230588.

Art. 2º O bem móvel em referência deverá ser utilizado pela Permissionária com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

Art. 3º O bem acima especificado será entregue à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição até o dia 31 de dezembro de 2016.

Art. 4º As demais condições constarão no Termo de Permissão e Recebimento do objeto deste Decreto, a ser firmado pela Permissionária, junto à Secretaria Municipal de Administração e Esporte desta Prefeitura.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 25 de fevereiro de 2015.

Porto União (SC), 20 de abril de 2015.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

TERMO DE PERMISSÃO E RECEBIMENTO

Pelo presente Termo de Permissão e Recebimento, declara o abaixo-assinado, representante legal da Associação de Mulheres Rurais de Porto União - As Semeadoras do Contestado, Associação de Direito Privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 14.022.116/0001-36, com sede na Rua Sete de Setembro, Nº 870 - Centro - Porto União - SC, que recebeu PERMISSÃO DE USO GRATUITO, a título precário e pelo período de 25 de fevereiro de 2015 a 31 de dezembro de 2016, o bem móvel municipal abaixo especificado:

- (01) um veículo GM/MONZA GL, gasolina, Vermelho, Chassi 9BG-JG11RRRB066324, Placa L郑 9749, ano de fabricação 1994, modelo 1994, Código Renavam nº 552230588.

Compromete-se ainda, a Permissionária a obedecer aos seguintes termos:

01 - Não transferir a presente Permissão de Uso a terceiros.

02 - O bem móvel em referência deverá ser utilizado pela Permissionária com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

03 - O bem móvel acima relacionado será entregue à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição, até o dia 31 de dezembro de 2016.

04 - Necessitando o bem de conserto, reparo, etc., em virtude de mau funcionamento e quebra em função de seu uso, ou para a sua conservação na condição em que foi recebido, todas e quaisquer despesas provenientes, bem como os encargos, correm por conta da Permissionária, sem qualquer direito a reembolso.

05 - Consentir com todas as medidas judiciais para tornar sem efeito o presente Termo de Permissão e Recebimento, por descumprimento de qualquer artigo ou item, sendo que as custas judiciais, extrajudiciais e os honorários advocatícios correrão por conta da Permissionária.

06 - A Permissionária responde administrativa, civil e criminalmente pela utilização do bem móvel supra mencionado, durante o período da Permissão de Uso.

07 - O Município de Porto União, enquanto perdurar a Permissão, não responde pela má utilização ou danos causados a terceiros, decorrentes do uso do equipamento, respondendo única e exclusivamente a Permissionária por tais situações.

08 - A presente Permissão poderá ser modificada e revogada unilateralmente pela Permitente, a qualquer tempo, não gerando direito à indenização.

09 - Fica eleito o foro da Comarca de Porto União, para dirimir as questões deste Termo.

Porto União (SC), 20 de abril de 2015.

PERMITENTE: ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PERMISSIONÁRIA:

Presidente: Lucilene Tarczewski Skibinski

RG nº 1.794.873

CPF nº 596.743.699/53

EXTRATO DE CONTRATO 009/2015 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 009/2015 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda - EPP.

Objeto: Aquisição de produtos alimentícios para manutenção dos cursos de formação continuada PNAIC (Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa).

Valor Total: R\$ 2.018,50 (dois mil e dezoito reais e cinquenta centavos).

Vigência: até 31 de julho de 2015.

Base legal: Pregão Presencial 004/2015- EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 14 de abril de 2015.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda - EPP.

Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 010/2015 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 010/2015 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Mercado Kosera Ltda - ME.

Objeto: Aquisição de produtos alimentícios para manutenção dos cursos de formação continuada PNAIC (Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa).

Valor Total: R\$ 1.532,30 (Um mil quinhentos e trinta e dois reais e trinta centavos).

Vigência: até 31 de julho de 2015.

Base legal: Pregão Presencial 004/2015- EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 14 de abril de 2015.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Mercado Kosera Ltda - ME.

Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 011/2015 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 011/2015 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Supermercado Dukelli Ltda.

Objeto: Aquisição de produtos alimentícios para manutenção dos cursos de formação continuada PNAIC (Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa).

Valor Total: R\$ 2.027,10 (dois mil e vinte e sete reais e dez centavos).

Vigência: até 31 de julho de 2015.

Base legal: Pregão Presencial 004/2015- EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 14 de abril de 2015.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Supermercado Dukelli Ltda.

Contratada

LEI Nº 4.311/2015

LEI Nº 4.311, de 31 de março de 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar com a Associação Empresarial de Porto União - ACIPU, Convênio de Cooperação Técnica e Financeira para os fins que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado firmar Convênio de Cooperação Técnica e repassar à Associação Empresarial de Porto União - ACIPU, inscrita no CNPJ sob o nº 82.752.494/0001-25, a título de cooperação técnica e financeira, no decorrer do exercício de 2015, a contar da data de sua assinatura, o valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), divididos em 09 (nove) parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de R\$ 2.200,00 (Dois mil e duzentos reais) e as demais no valor de R\$ 1.600,00 (Um mil e seiscentos reais), para auxiliar nas despesas conforme Plano de Trabalho.

Art. 2º O objeto do convênio é o repasse de recursos financeiros à mencionada Associação, para operacionalização e manutenção das seguintes entidades: ACIPU - Desenvolvimento do Projeto Empreender, SINE, JUCESC e SEBRAE, na busca de geração de emprego e renda.

Art. 3º Para fazer face às despesas decorrentes com a execução da presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a lançar mão da seguinte Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Geral do Município, conforme discriminação seguinte:

ÓRGÃO 0200 PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE 0210 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
ATIVIDADE 2033 Encargos Gerais da Administração
MODALIDADE 3350 - 100 Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 4º A Associação Empresarial de Porto União - ACIPU obriga-se a prestar contas dos recursos recebidos, conforme a Lei Municipal nº 3.816, de 27 de outubro de 2010.

Art. 5º O período de vigência do Convênio será até 31 de dezembro de 2015, contados da data de sua assinatura.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 31 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 355/2015 - RH

PORTARIA Nº 355, de 09 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Antonio Carlos Pigatto Caus, das funções do cargo de Médico Plantonista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de abril de 2015.

Porto União - SC, em 09 de abril de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 356/2015 - RH

PORTARIA Nº 356, de 10 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO a partir de 10 de abril de 2015, referente ao período aquisitivo de outubro de 2004 a outubro de 2009, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora Giceli Aparecida Gonçalves, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 10 de abril de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 357/2015 - RH

PORTARIA Nº 357 de 10 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, Art. 16 a 21 que trata da Progressão por Avaliação de Desempenho para os Membros do Magistério do Município;

CONSIDERANDO o Processo para a Progressão por Avaliação de Desempenho, realizado por Comissões Especiais nomeadas através de Decretos;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Progressão por Avaliação de Desempenho, à servidora efetiva ANA PAULA KARPINSKI CASANOVA, ocupante do cargo de Professor Pedagogo, para a Classe "C", Referência "3", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, tendo efeito pecuniário a partir de janeiro de 2015.

Porto União - SC, em 10 de abril de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 358/2015 - RH

PORTARIA Nº 358 de 10 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, Art. 16 a 21 que trata da Progressão por Avaliação de Desempenho para os Membros do Magistério do Município;

CONSIDERANDO o Processo para a Progressão por Avaliação de Desempenho, realizado por Comissões Especiais nomeadas através de Decretos;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Progressão por Avaliação de Desempenho, à servidora efetiva CAROLINE MOYSES DE SOUZA, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, para a Classe "C", Referência "3", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, tendo efeito pecuniário a partir de janeiro de 2015.

Porto União - SC, em 10 de abril de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 359/2015 - RH

PORTARIA Nº 359 de 10 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, Art. 16 a 21 que trata da Progressão por Avaliação de Desempenho para os Membros do Magistério do Município;

CONSIDERANDO o Processo para a Progressão por Avaliação de Desempenho, realizado por Comissões Especiais nomeadas através de Decretos;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Progressão por Avaliação de Desempenho, à servidora efetiva DEIZI CARLA DROSDOSKI AMARO, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, para a Classe "C", Referência "3", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, tendo efeito pecuniário a partir de janeiro de 2015.

Porto União - SC, em 10 de abril de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 360/2015 - RH

PORTARIA Nº 360 de 10 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, Art. 16 a 21 que trata da Progressão por Avaliação de Desempenho para os Membros do Magistério do Município;

CONSIDERANDO o Processo para a Progressão por Avaliação de Desempenho, realizado por Comissões Especiais nomeadas através de Decretos;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Progressão por Avaliação de Desempenho, à servidora efetiva ELIANE REGINA GONTARSKI DE LIMA, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, para a Classe "C", Referência "3", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, tendo efeito pecuniário a partir de janeiro de 2015.

Porto União - SC, em 10 de abril de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 361/2015 - RH

PORTARIA Nº 361 de 10 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, Art. 16 a 21 que trata da Progressão por Avaliação de Desempenho para os Membros do Magistério do Município;

CONSIDERANDO o Processo para a Progressão por Avaliação de Desempenho, realizado por Comissões Especiais nomeadas através de Decretos;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Progressão por Avaliação de Desempenho, à servidora efetiva LURDES FERNANDA LAUTERIO MORANDI, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, para a Classe "B", Referência "3", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, tendo efeito pecuniário a partir de janeiro de 2015.

Porto União - SC, em 10 de abril de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 362/2015 - RH

PORTARIA Nº 362 de 10 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, Art. 16 a 21 que trata da Progressão por Avaliação de Desempenho para os Membros do Magistério do Município;

CONSIDERANDO o Processo para a Progressão por Avaliação de Desempenho, realizado por Comissões Especiais nomeadas através de Decretos;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Progressão por Avaliação de Desempenho, ao servidor efetivo MARCELO AMARO, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Informática), para a Classe "C", Referência "3", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, tendo efeito pecuniário a partir de janeiro de 2015.

Porto União - SC, em 10 de abril de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 363/2015 - RH

PORTARIA Nº 363 de 10 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, Art. 16 a 21 que trata da Progressão por Avaliação de Desempenho para os Membros do Magistério do Município;

CONSIDERANDO o Processo para a Progressão por Avaliação de Desempenho, realizado por Comissões Especiais nomeadas através de Decretos;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Progressão por Avaliação de Desempenho, à servidora efetiva MARCIA APARECIDA SIMPLICIO DE SOUZA, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, para a Classe "C", Referência "4", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, tendo efeito pecuniário a partir de janeiro de 2015.

Porto União - SC, em 10 de abril de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 364/2015 - RH

PORTARIA Nº 364, de 10 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Alois Joelson de Oliveira Santos, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 10 de abril de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 020/2015

PORTARIA Nº 020, de 20 de abril de 2015.

Dispõe sobre instauração de Sindicância e nomeação de Comissão Sindicante.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "f" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento no artigo 239 da Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994, no que tange ao Processo Disciplinar, determinar a instauração de Sindicância e constituir a respectiva Comissão Sindicante, encarregada de apurar o acidente ocorrido na data de 08 de abril de 2015, o qual vitimou fatalmente o Servidor Público Municipal ROBERTO CENDRON, por motivos registrados no Boletim de Ocorrência nº 00049 - 2015 - 00975, da Delegacia de Polícia de Porto União.

Art. 2º Designar, como membros da Comissão Sindicante:

- I- Rodrigo Bonin Leão - Presidente;
- II- Roseli Maria Costa Curta de Bona - Secretária;
- III- Alfonso Vezaro - Membro.

Art. 3º O prazo para a conclusão dos trabalhos será de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Portaria, prorrogáveis na forma da Lei, por igual período.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 20 de abril de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 004/2015 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 004/2015- EDUCAÇÃO
Pregão Presencial 004/2015
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas Supermercado Dukelli Ltda,
Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda - EPP e
Mercado Kosera Ltda - ME.

Porto União SC, 13 de abril de 2015.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Pouso Redondo

PREFEITURA**PROCESSO 015 2015 PR 011 2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº. 015/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 011/2015

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 09:00 Horas do dia 07.05.2015, para Aquisição de pranchas e vigas de eucalipto tratado para manutenção das pontes do município. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-1133.

Pouso Redondo, em 23 de Abril de 2015.

Nair Goulart
Prefeita Municipal

PROCESSO 016 2015 CC 004 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº. 016/2015

CONCORRÊNCIA P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº. 004/2015

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 09:00 Horas do dia 25.05.2015, para Contratação de empresa do ramo, para fornecimento de mão de obra e materiais, para construção de Centro de Referência de Assistência Social, com área de 184,67m², a se localizar na Rua Adolfo Bretzke, Bairro Independência, Pouso Redondo/SC. Convênio nº812569/2014 Ministério de Desenvolvimento Social.. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-1133.

Pouso Redondo, em 23 de Abril de 2015.

Nair Goulart
Prefeita Municipal

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

CONTRATO NR. 72/2015

EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 72/2015

CONTRATAN-TE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	G BARBIERI ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA EPP
OBJETO:	Contratação de prestação de Serviços de Engenharia Civil, por 24 horas semanais, por pessoa física ou jurídica, destinados à elaboração de planos e projetos, consultoria e assessoria, fiscalização e execução de obras e serviços junto a Prefeitura Municipal de Presidente Castello Branco/SC.
VALOR R\$:	R\$ 44.100,00 (quarenta e quatro mil, com cem reais).
DATA:	22/04/2015 a 31/12/2015.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

CONTRATO NR. 73/2015

EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 73/2015

CONTRATAN-TE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	MARLON HENRIQUE POYER
OBJETO:	Contratação de prestação de Serviços de Engenharia Ambiental, por 24 horas semanais, por pessoa física ou jurídica, destinados à elaboração de planos e projetos ambientais, consultoria e assessoria ambiental, monitoramento do aterro sanitário municipal e prestação de serviços junto a Prefeitura Municipal de Presidente Castello Branco (SC).
VALOR R\$:	R\$ 27.900,00 (vinte e sete mil, com novecentos reais).
DATA:	22/04/2015 a 31/12/2015.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

CONTRATO NR. 74/2015

EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 74/2015

CONTRATAN-TE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	SUPERA UNIFORMES INDÚSTRIA E COMÉRCIO TÊXTIL LTDA ME
OBJETO:	A presente contratação tem por objeto a aquisição de Uniforme Escolar para os alunos da Rede Municipal de Ensino Infantil e Fundamental, devidamente matriculados no Município de Presidente Castello Branco/SC, para o ano letivo de 2015.
VALOR R\$:	R\$ 15.030,00 (quinze mil com trinta reais).
DATA:	22/04/2015 a 31/12/2015.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

CONTRATO NR. 75/2015

EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 75/2015

CONTRATAN-TE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	COR URBANA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA EPP
OBJETO:	A presente contratação tem por objeto a aquisição de Uniforme Escolar para os alunos da Rede Municipal de Ensino Infantil e Fundamental, devidamente matriculados no Município de Presidente Castello Branco/SC, para o ano letivo de 2015.
VALOR R\$:	R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais).
DATA:	22/04/2015 a 31/12/2015.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 4659, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 4659, de 22 de abril de 2015

"NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal nº 4.201/2005,

DECRETA:

Art.1º - Ficam nomeados para compor a Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, prevista no Art. 12 da Lei n. 4201, de 11 julho de 2005, os membros abaixo relacionados:

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo:

Marco Aurélio Rosar

Secretário Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente:

Nicanor Gabriel Alegri

Secretário Municipal da Fazenda:

Cristiano Contreira Dias Lopes Segatto

Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos:

Cariso Sávio Giacomini

Associação Comercial e Industrial de Rio do Sul:

Titular: Luis Carlos Demarchi

Suplente: Cleber Andrei Seemann Stassun

Câmara de Dirigentes Lojistas:

Titular: Paulo José Fiamoncini

Suplente: Daniel Emílio Tschumi

Sindicato dos Empregados no Comércio de Rio do Sul

Titular: Hélio Francisco Andrade

Suplente: Siegbert Strey

Sindicato dos Empregados da Indústria de Rio do Sul:

Titular: Ewaldo Gramkow

Suplente: Ciro Lenzi

Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Alto Vale do Itajaí

Titular: Eduardo Aragão Silva

Suplente: Fernando Lúcio Reineher

Art.2º- O mandato dos membros nomeados por este Decreto é de dois anos, conforme determina o art. 14, da Lei nº 4.201/2005.

Art.3º- Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art.4º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

22 de abril de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

MARCO AURÉLIO ROSAR

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo

DECRETO Nº 4664, DE 22 DE ABRIL DE 2015

DECRETO Nº 4664, de 22 de abril de 2015

"ANULA EDITAIS DE PAVIMENTAÇÃO SUBSIDIADAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso VI, artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e na Lei Federal nº 8.666 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam anulados os créditos tributários decorrentes de lançamentos dos Editais de Contribuição de Pavimentação Subsidiada fundamentados na Lei nº 5.092 de 21 de dezembro de 2010, que abaixo relaciona:

I - Rua Teófilo Sofka, Edital de Pavimentação Subsidiada nº 13/2014;

II - Rua Francisco Altamir Wagner, Edital de Pavimentação Subsidiada nº 10/2014;

III - Rua Helmuth Hedel, Edital de Pavimentação Subsidiada nº 12/2014;

IV - Rua Augusto Sofka, Edital de Pavimentação Subsidiada nº 09/2014;

V - Rua Auta Sofka, Edital de Pavimentação Subsidiada nº 11/2014;

VI - Rua Luiz Gavioli, Edital de Pavimentação Subsidiada nº 20/2014.

Parágrafo Único. A anulação descrita no caput deste artigo decorre das recentes decisões judiciais oriundas do Tribunal de Justiça de Santa Catarina declarando a ilegalidade da cobrança dos créditos com base na legislação municipal de pavimentação subsidiada.

Art. 2º - Fica determinado à Secretaria Municipal da Fazenda o cancelamento do lançamento tributário dos débitos oriundos dos editais de pavimentação subsidiada descritos no art. 1º deste decreto.

Art. 3º - A devolução de valores eventualmente já pagos deverão ser requeridos diretamente ao Secretário Municipal da Fazenda, que deverá despachar o pedido em até 90 (noventa) dias.

Art. 4º - Fica determinado à Secretaria Municipal da Fazenda o lançamento em contribuição de melhoria, com base no art. 81 e seguintes do Código Tributário Municipal e art. 15 e seguintes do Código Tributário Municipal, das obras públicas descritas no art. 1º deste decreto.

Art. 5º - Fica determinado à Procuradoria Geral do Município que promova, em até 30 (trinta) dias, estudos na legislação municipal, analisando-se em especial a aplicabilidade da Lei nº 5.092 de 21 de dezembro de 2010, bem como dos arts. 396 a 403 do Código Tributário Municipal frente as recentes decisões judiciais, o qual deverá ser apresentado, juntamente com projeto de lei de adequação, se for o caso, ao gabinete do prefeito municipal.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO,

22 de abril de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

PORTARIA Nº 0264/RH

PORTARIA N. 0264/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013 e, considerando:

- As conclusões da Comissão Processante de fls. 180 a 194, dos autos do Processo Administrativo Disciplinar n. 021/2014, instaurado pela Portaria n. 1244/RH de 09 de dezembro de 2014, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 11 de dezembro de 2014 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 196 dos autos, no que tange à apuração de fatos,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar que a servidora Solange Branger, matrícula n. 79367-3, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, apresente os documentos determinados nos Relatos Finais do Secretário Municipal de Administração, às fls. 196 dos autos do processo PAD 021/2014, que a servidora recebe em anexo.

Art. 2º. Determinar que a Secretaria Municipal de Educação indique novo local de trabalho ao Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração, para que a servidora exerça suas funções até que seja emitido parecer dos documentos solicitados no artigo anterior.

Art. 3º. Estabelecer que esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 14 de abril de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 0275/RH

PORTARIA N. 0275/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Homologa a concessão da prorrogação pelo prazo de 30(trinta) dias, contados a partir de 16/09/2014 à Comissão do Processo Administrativo Disciplinar n. 011/2014 designada pela Portaria N. 0807/RH, de 11/07/2014 (publicada em 16/07/2014), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 011/2014.

Art. 2º A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 216, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 005/P.A.D. 011/2014, de 17/10/2014, em face da complexidade da localização da servidora.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de abril de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PREGÃO PRESENCIAL 043/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2015

OBJETO: Aquisição de móveis sob medidas para os C.E.I's Augusto Bosco e Romão Trauscinsky. Secretaria de Educação.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 08/05/2015, às 11:00h, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 12:00h do dia 08/05/2015, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de licitações e no site www.riodosul.sc.gov.br.

Rio do Sul (SC), 23 de abril de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

REGIMENTO INTERNO - COMISSÃO DE LEVANTAMENTO E AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

COMISSÃO DE LEVANTAMENTO E AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

REGIMENTO INTERNO

"INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO DE LEVANTAMENTO E AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS."

A Comissão de Levantamento e Avaliação de Bens móveis e Imóveis, reunida em sessão extraordinária, no dia XX de Abril de 2015, usando da competência que a confere pela Lei nº 5.554, de 22 de Dezembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o Regimento Interno da Comissão Municipal de Levantamento e Avaliação de Bens móveis e Imóveis, estado de Santa Catarina, segundo as normas que seguem, complementadas pelos princípios constitucionais aplicáveis à matéria:

CAPÍTULO I**DA FINALIDADE, ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIAS****Seção I****Da Finalidade**

Art. 2º - A Comissão de Levantamento e Avaliação de Bens Móveis e Imóveis, criada pela Lei nº 5.554, de 22 de dezembro de 2014, tem por finalidade acompanhar a realização do inventário dos bens móveis e imóveis, bem como definir parâmetros de utilização do sistema informatizado de controle patrimonial e da atualização e reavaliação patrimonial, observando o disposto nos incisos I e II e no § 3º do artigo 106 da Lei nº 4.320/64.

Da Organização e Competência

Seção II

Art. 3º - A Comissão é composta de:

I - 04 (quatro) membros da Secretaria Municipal de Administração;

II - 02 (dois) membros do Gabinete do Prefeito;

III - 02 (dois) membros da Secretaria Municipal da Fazenda;
IV - 01 (um) membro da Secretaria Municipal de Educação;
V - 01 (um) membro da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4º - Compete à Comissão:

I - Aprovar seu Regimento Interno, observando para tal fim os critérios estabelecidos no disposto dos incisos I e II e no § 3º do artigo 106 da Lei nº 4.320/64.

II - Acompanhar o inventário dos bens móveis e imóveis;

III - Possibilitar a continuidade dos processos de incorporações e desincorporações dos bens;

IV - Após levantamento patrimonial inicial dar sequência ao inventário analítico dos bens atualizados, conforme previsto no artigo 96 da Lei Federal nº 4.320/64;

V - Solicitar aos setores a documentação e informações necessárias ao desempenho de sua função, bem como fornecer documentos e informações com os setores que se relaciona;

VI - Acompanhar a divulgação da instrução normativa publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) quando a classificação da despesa por elementos e seus desdobramentos em material de consumo e material permanente, em respeito aos §§ 1º e 2º do artigo 15 da Lei Federal nº 4.320/64;

Art. 5º - Ao Coordenador da Comissão compete prioritariamente:

I - Convocar e presidir as sessões, manter a ordem dos trabalhos, resolver as questões de ordem e apurar as votações;

II - Emitir votos de qualidade nos casos de empate;

III - Convocar as sessões extraordinárias da Comissão nos termos deste Regimento, de acordo com a necessidade dos serviços;

IV - Despachar o expediente da Comissão

V - Representar a Comissão nas solenidades e atos oficiais;

VI - Solicitar ao Prefeito Municipal os funcionários para compor o Corpo Instrutivo e propor a substituição dos mesmos, quando for o caso;

VII - Convocar os suplentes, nas faltas ou impedimentos dos titulares;

VIII - Determinar e conceder o período de férias da Comissão;

IX - Conceder licença aos componentes da Comissão em caso de doença, ou quando solicitada para qualquer fim;

X - Determinar a supressão de expressões descorteses ou inconvenientes, eventualmente constantes nas reuniões;

XI - Apresentar anualmente ao Prefeito do Município relatório circunstanciado dos trabalhos realizados pela Comissão.

XII - Cumprir e fazer cumprir este Regimento.

Art. 6º - Ao Secretário Geral compete:

I - Secretariar as sessões da Comissão e redigir as pautas;

II - Despachar as demandas relacionadas aos Membros e sua área de competência, distribuindo funções, registrando o seu andamento, até a solução final;

III - Expedir notificações, intimações e ofícios;

IV - Receber e organizar as correspondências da Comissão, bem como as demandas;

V - Manter coletânea atualizada de Leis, Decretos e Regulamentos de matérias tributárias.

Art. 7º - Compete aos membros da Comissão:

I - Participar das reuniões, debatendo e votando as matérias em exame;

II - Encaminhar quaisquer matérias que tenham interesse de submeter à Comissão;

III - Cumprir as tarefas determinadas pelo Coordenador, cujas deliberações foram tomadas em plenário, cumprindo este Regimento.

Art. 8º - Os Membros titulares serão substituídos, em suas eventuais faltas ou impedimentos, pelos respectivos Membros suplentes:

I - Os membros que faltarem a um terço das reuniões durante um

mesmo exercício financeiro, sem justificavas, serão automaticamente excluídos da Comissão.

II - A análise da justificativa será apreciada pelo Coordenador da Comissão.

CAPÍTULO II DOS TRABALHOS Seção III

Das Reuniões

Art. 9º - As reuniões da comissão serão abertas pelo Coordenador e, não havendo número para deliberar, que é a metade mais um dos seus Membros, aguardar-se-á por 20 (vinte) minutos, e, em persistindo a falta de "quorum", o Coordenador encerrará a sessão.

Parágrafo Único - As deliberações da Comissão serão tomadas por maioria simples.

Art. 10 - A sessão obedecerá a seguinte ordem de trabalho:

I - Leitura, discussão e aprovação da ata da sessão anterior;

II - Leitura do expediente e abertura dos trabalhos;

III - Assuntos gerais de competência da Comissão;

§1º - As atas serão assinadas por todos os membros.

Art. 11 - A eleição do Coordenador ocorrerá por maioria simples de votos dos integrantes da Comissão.

I - Em suas ausências ou impedimentos eventuais, o Coordenador da Comissão será substituído automaticamente pelo 1º Secretário e, na falta deste, pelo 2º Secretário;

II - No caso de vacância da Coordenação, será eleito um novo Coordenador dentre os membros representativos, de conformidade com o caput deste artigo.

DA ATUALIZAÇÃO E REAVALIAÇÃO PATRIMONIAL Seção IV

Art. 12 - A Comissão em operação conjunta com os Departamentos de Contabilidade e Patrimônio, deverão definir os parâmetros para execução da reavaliação, da redução ao valor recuperável, da depreciação, da amortização e da exaustão dos bens permanentes do ativo imobilizado incorporados ao patrimônio público do poder executivo municipal, inclusive dos fundos e fundações.

I - A reavaliação e a redução ao valor recuperável devem estimar a vida útil econômica dos bens móveis adquiridos em exercícios anteriores e/ou reavaliados, e serão efetuadas por meio de parecer técnico com base nos seguintes parâmetros e índices:

II - Valor de referência de mercado, ou de reposição;

III - Estado físico do bem, pontuações e fórmulas conforme a ser definido;

IV - Capacidade de geração de benefícios futuros, em anos;

V - Obsolescência tecnológica, em anos;

VI - Desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não operacionais.

Parágrafo único - Em caráter excepcional, e formalmente justificado, poderão ser utilizados parâmetros de vida útil e valor residual diferenciados quando se tratar de bens singulares que possuam características de uso peculiares.

DA DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO

Seção V

Art. 13 - O valor depreciado, amortizado ou exaurido, apurado mensalmente, deve ser reconhecido nas contas de resultado do exercício.

§ 1º O método utilizado para depreciar os bens móveis será o

método das quotas constantes, com alíquotas e prazos de vida útil conforme tabela a ser definida.

§ 2º A depreciação, a amortização ou a exaustão de um ativo começa quando o item estiver em condições de uso.

§ 3º A depreciação e a amortização não cessam quando o ativo torna-se obsoleto ou é retirado temporariamente de operação.

§ 4º A depreciação, a amortização e a exaustão devem ser reconhecidas até que o valor líquido contábil do ativo seja igual ao valor residual.

§ 5º Para fins do cálculo da depreciação, da amortização e da exaustão de bens imóveis deve-se excluir o valor do terreno em que estão instalados.

Art. 14 - Não estão sujeitos ao regime de depreciação, amortização ou exaustão:

I - bens móveis de natureza cultural, tais como obras de arte, antiguidades, documentos, bens com interesse histórico, bens integrados em coleções, entre outros;

II - bens de uso comum que absorveram ou absorvem recursos públicos, considerados tecnicamente, de vida útil indeterminada;

III - bens de propriedade do órgão que não estejam alugados e que não estejam em uso;

IV - animais que se destinam à exposição e à preservação; e

V - terrenos rurais e urbanos.

Art. 15 - Nos casos de bens reavaliados, a depreciação, a amortização ou a exaustão devem ser calculadas e registradas sobre o novo valor, considerada a vida útil indicada no correspondente laudo.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16 - Os casos omissos e as dúvidas suscitadas quanto à aplicação deste Regimento Interno serão dirimidas pelo Plenário da Comissão.

Art. 17 - Este Regimento entre em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul/SC, 10 de abril de 2015.

VALMIR RUBLESKI

Coordenador

RESUMO DO ADITIVO 028/2015

1º TERMO ADITIVO Nº 028/2015 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 216/2014, REFERENTE EXECUÇÃO DE OBRAS DE DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA, REATERRO DOS PASSEIOS E PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS DA RUA LUIZ PASTEUR, BAIRRO BUDAG EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA ORBIS ENGENHARIA EIRELI - ME.

Aos nove (09) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa ORBIS ENGENHARIA EIRELI - ME., estabelecida na Rua

Eufrazia Tomio, 139, Santana, no município de Rio do Sul/SC, CEP 89.160-274, inscrita no CNPJ sob o nº 19.703.096/0001-82, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu Sócio Administrador, Sr. Dalton Borgonovo, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Concorrência nº 152/2014 e Contrato original de Serviço e Fornecimento de Material nº 216, datado de 19 de novembro de 2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se na letra "b", do Inciso I e § 1º do Art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ACRÉSCIMOS

Fica acrescido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, no valor de R\$ 58.724,08 (cinquenta e oito mil, setecentos e vinte e quatro reais e oito centavos), conforme planilha e justificativa anexa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUARTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Contratante

ORBIS ENGENHARIA EIRELI - ME

Sr. Dalton Borgonovo

Contratada

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE LICITAÇÃO PR Nº 04/2015.**

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC
PROCESSO LICITATÓRIO 09/2.015
PREGÃO PRESENCIAL 04/2.015

A Câmara Municipal de Rio do Sul - SC, através do seu pregoeiro, designado pela Portaria nº 816/2.015, torna público, que realizará Processo Licitatório, modalidade Pregão Presencial, tipo MENOR PREÇO (PREÇO GLOBAL POR ITEM), no dia 07/05/2015, às 10:00 horas, tendo como local, o Plenário da Câmara Municipal de Rio do Sul, sito à Pç. 25 de Julho, nº 01, visando o Registro de Preços para Aquisição Futura de Placas de Homenagens, para atender as necessidades do Poder Legislativo de Rio do Sul de acordo com as especificações do Edital e seus Anexos. Demais informações diariamente, das 07:30 às 12:00 horas no Departamento de Contabilidade da Câmara, no endereço acima, pelo site: <www.camarariosul.sc.gov.br> ou pelo fone: (47) 3531-6300.

Rio do Sul, em 23 de abril de 2.015.
JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA
Presidente

FERNADO GUEDES
Pregoeiro

REPUBLICAÇÃO EXTRATO LICITAÇÃO PREGÃO PR Nº 03/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC
PROCESSO LICITATÓRIO 07/2.015
PREGÃO PRESENCIAL 03/2.015
REPUBLICAÇÃO

A Câmara Municipal de Rio do Sul - SC, através do seu pregoeiro, designado pela Portaria nº 816/2.015, torna público, que realizará Processo Licitatório, modalidade Pregão Presencial, tipo MENOR PREÇO (PREÇO GLOBAL POR LOTE), no dia 08/05/2015, às 10:00 horas, tendo como local, o Plenário da Câmara Municipal de Rio do Sul, sito à Pç. 25 de Julho, nº 01, visando o Registro de Preços para Aquisição Futura de Equipamentos e Materiais de Informática, para atender as necessidades do Poder Legislativo de Rio do Sul de acordo com as especificações do Edital e seus Anexos. Demais informações diariamente, das 07:30 às 12:00 horas no Departamento de Contabilidade da Câmara, no endereço acima, pelo site: <www.camarariosul.sc.gov.br> ou pelo fone: (47) 3531-6300.

Rio do Sul, em 23 de abril de 2.015.
JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA
Presidente

FERNADO GUEDES
Pregoeiro

RESOLUÇÃO Nº 788, DE 22 DE ABRIL DE 2015

RESOLUÇÃO No 788, DE 22 DE ABRIL DE 2015

Autoriza pagamento de três diárias, inscrição e indenização de transporte a vereador.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais, etc...

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de três diárias ao Vereador Jeferson Alexandre Vieira, no valor de R\$ 928,00 (novecentos e vinte e oito reais), para visitação a ALESC, TV AL e Escola do Legislativo no dia 6 de maio do corrente, bem como para participar nos dias 7 e 8 de maio do Curso Nova ISSO 18091: Aplicação da Norma ISO 9001 em Prefeituras, tendo como local o auditório do Hotel Mercure Florianópolis Convention, na cidade de Florianópolis - SC

Art. 2º Fica ainda autorizado o pagamento da taxa de inscrição no valor de R\$ 765,00 (setecentos e sessenta e cinco reais) ao participante.

Art. 3º A indenização de transporte, em veículo próprio, no trecho compreendido entre o município de Rio do Sul e a cidade de Florianópolis, será ressarcida de acordo com o que regulamenta a Resolução nº 588, de 05 de outubro de 2010.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 22 de abril de 2015.

JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA
Presidente da Mesa

ZELI DA SILVA
Vice-Presidente

DIONÍSIO MAÇANEIRO
1º Secretário

MÁRIO MIGUEL
2º Secretário

RESUMO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 12/2015

RESUMO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 12/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2015

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2015

Contratante: Câmara Municipal de Rio do Sul - SC.

Contratada: A Empresa Fundação Osny José Gonçalves - RBA TV

Objeto: O presente termo tem por objeto a prestação dos serviços de publicidade institucional da Câmara Municipal de Rio do Sul, por meio de imprensa televisiva.

Vigência: O credenciamento entra em vigor na data de sua assinatura e se encerra em 31/12/2015.

Valor: O preço para o presente ajuste, em emissora de televisão com sinal aberto é de R\$ 175,00 (cento e setenta e cinco reais) para inserções de 15 segundos; R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) para inserções de 30 segundos e R\$ 500,00 (quinhentos reais) para inserções de 60 segundos. O preço para o presente ajuste, em emissora de televisão com sinal aberto, na forma de Programas da grade de programação, englobando Sessões Plenárias, Sessões de Comissões, Audiências Públicas, Espaço do Legislativo, e demais vídeos institucionais, é de R\$ 500,00 (quinhentos reais) pelo tempo de 30 minutos e R\$ 1.000,00 (um mil reais) pelo tempo de 60 minutos, aceito pela CREDENCIADA, entendido este como preço justo e suficiente para o total execução do presente objeto.

Rio do Sul, 23 de abril de 2015.

JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA
Presidente da Câmara Municipal

RUBENS GONÇALVES
Empresa Fundação Osny José Gonçalves - RBA TV

Rio dos Cedros

PREFEITURA

CT. Nº053/ 2015 - G. MAIOCHI & CIA LTDA

EXTRATO DE CONTRATO DE 2015.
Rio dos Cedros, 23 de abril de 2015.

CT. Nº053/ 2015
DATA: 23/04/2015
CONTRATO: G. MAIOCHI & CIA LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO MATERIAL DE DESGASTE PARA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.
INÍCIO: 23/04/2015
TÉRMINO: 12 (doze meses)
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 22/2015

MARGARET SILVIA GREYTER
Diretora de Gabinete

CT. Nº054/ 2015 - JULIO SILVESTRI FILHO ME

EXTRATO DE CONTRATO DE 2015.
Rio dos Cedros, 23 de abril de 2015.

CT. Nº054/ 2015
DATA: 23/04/2015
CONTRATO: JULIO SILVESTRI FILHO ME
OBJETO: AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO MATERIAL DE DESGASTE PARA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.
INÍCIO: 23/04/2015
TÉRMINO: 12 (doze meses)
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 22/2015

MARGARET SILVIA GREYTER
Diretora de Gabinete

CT. Nº055/ 2015 - TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA

EXTRATO DE CONTRATO DE 2015.
Rio dos Cedros, 23 de abril de 2015.

CT. Nº055/ 2015
DATA: 23/04/2015
CONTRATO: TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO MATERIAL DE DESGASTE PARA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.
INÍCIO: 23/04/2015
TÉRMINO: 12 (doze meses)
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 22/2015

MARGARET SILVIA GREYTER
Diretora de Gabinete

CT. Nº056/ 2015 - JULIO SILVESTRI FILHO ME

EXTRATO DE CONTRATO DE 2015.
Rio dos Cedros, 23 de abril de 2015.

CT. Nº056/ 2015
DATA: 23/04/2015
CONTRATO: JULIO SILVESTRI FILHO ME
OBJETO: AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO PEÇAS DE REPOSIÇÃO E PEÇAS DE DESGASTE PARA ROÇADEIRAS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.
INÍCIO: 23/04/2015
TÉRMINO: 12 (doze meses)
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 23/2015

MARGARET SILVIA GREYTER
Diretora de Gabinete

CT. Nº057/ 2015 - AGRI-LAT IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA

EXTRATO DE CONTRATO DE 2015.

Rio dos Cedros, 23 de abril de 2015.

CT. Nº057/ 2015
DATA: 23/04/2015
CONTRATO: AGRI-LAT IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO PEÇAS DE REPOSIÇÃO E PEÇAS DE DESGASTE PARA ROÇADEIRAS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.
INÍCIO: 23/04/2015
TÉRMINO: 12 (doze meses)
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 23/2015

MARGARET SILVIA GREYTER
Diretora de Gabinete

CT. Nº058/ 2015 - OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA

EXTRATO DE CONTRATO DE 2015.

Rio dos Cedros, 23 de abril de 2015.

CT. Nº058/ 2015
DATA: 23/04/2015
CONTRATO: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.
INÍCIO: 23/04/2015
TÉRMINO: 12 (doze meses)
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 25/2015

MARGARET SILVIA GREYTER
Diretora de Gabinete

CT. Nº059/ 2015 - PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALES LTDA

EXTRATO DE CONTRATO DE 2015.

Rio dos Cedros, 23 de abril de 2015.

CT. Nº059/ 2015

DATA: 23/04/2015

CONTRATO: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALES LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

INÍCIO: 23/04/2015

TÉRMINO: 12 (doze meses)

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 25/2015

MARGARET SILVIA GREYTER

Diretora de Gabinete

CT. Nº060/ 2015 - DANNA COMERCIAL EIRELI ME

EXTRATO DE CONTRATO DE 2015.

Rio dos Cedros, 23 de abril de 2015.

CT. Nº060/ 2015

DATA: 23/04/2015

CONTRATO: DANNA COMERCIAL EIRELI ME

OBJETO: AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

INÍCIO: 23/04/2015

TÉRMINO: 12 (doze meses)

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 25/2015

MARGARET SILVIA GREYTER

Diretora de Gabinete

CT. Nº061/ 2015 - METROMED COM. MATERIAL MÉDICO HOSP. LTDA

EXTRATO DE CONTRATO DE 2015.

Rio dos Cedros, 23 de abril de 2015.

CT. Nº061/ 2015

DATA: 23/04/2015

CONTRATO: METROMED COM. MATERIAL MÉDICO HOSP. LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

INÍCIO: 23/04/2015

TÉRMINO: 12 (doze meses)

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 25/2015

MARGARET SILVIA GREYTER

Diretora de Gabinete

CT. Nº062/ 2015 - BIOMEDI MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA ME

EXTRATO DE CONTRATO DE 2015.

Rio dos Cedros, 23 de abril de 2015.

CT. Nº062/ 2015

DATA: 23/04/2015

CONTRATO: BIOMEDI MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA ME

OBJETO: AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

INÍCIO: 23/04/2015

TÉRMINO: 12 (doze meses)

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 25/2015

MARGARET SILVIA GREYTER

Diretora de Gabinete

CT. Nº063/ 2015 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

EXTRATO DE CONTRATO DE 2015.

Rio dos Cedros, 23 de abril de 2015.

CT. Nº063/ 2015

DATA: 23/04/2015

CONTRATO: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

INÍCIO: 23/04/2015

TÉRMINO: 12 (doze meses)

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 25/2015

MARGARET SILVIA GREYTER

Diretora de Gabinete

LEI ORDINÁRIA Nº 1.856, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

LEI ORDINÁRIA Nº 1.856, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES

FERNANDO TOMASELLI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º. Fica anulada no orçamento vigente, a dotação orçamentária a seguir demonstrada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros
05.007 - Apoio ao Desporto Amador
027.812.0100.1005 - Construção, Ampliação e Reforma de Espaços Esportivos
4490000000000000 - Aplicações Diretas (1.000.000 - Rec. Ordinários) 20.000,00
TOTAL 20.000,00

Art.2º. Com a soma da anulação do artigo anterior, fica suplementada a dotação orçamentária a seguir demonstrada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros
05.002 - Fundo Municipal de Cultura
013.392.0090.2009 - Manutenção do Fundo Municipal da Cultura - FMC
3390000000000000 - Aplicações Diretas (1.000.000 - Rec. Ordinários) 20.000,00
TOTAL 20.000,00

Art.3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio dos Cedros, 23 de Abril de 2015.
FERNANDO TOMASELLI
Prefeito de Rio dos cedros

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 23 de Abril de 2015.

MARGARET SILVIA GREYTER
Diretora de Gabinete

Salto Veloso**PREFEITURA****EDITAL DE LEILÃO Nº 0001/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO

EDITAL DE LEILÃO Nº 0001/2015

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE LEILÃO 0001/2015, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: A presente licitação tem como objeto a alienação de bens móveis, inservíveis para a Administração, no estado em que se encontram.

1	Veículo marca: RENAULT/Logan/EXPRESSION 1.6, Modelo:, cor branca, ano de fabricação: 2011, modelo 2011, movido a Gasolina Placa: MIX 1585 chassi: n.º 93YLSR7UHB842285. Valor Mínimo: R\$ 15.500,00 (Quinze mil e quinhentos reais)
1	Veículo marca: GM/Meriva, Cor: prata, Combustível: Gasolina, ANO FAB: 2008, ANO MOD: 2008, Chassis: 9BGXL75G08C156892, Placa MEF-4154 Valor mínimo: R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais)

Data de Inicio dia 08/05/2015 até as 10h00min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 23 de abril de 2015.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 208/2015

PORTARIA Nº. 208/2015

Pedro Sezi Silva, Prefeito Municipal em Exercício de Salto Veloso -SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere e tendo em vista o que consta a seu pedido;

Resolve:

Artigo 1º. Conceder LICENÇA PRÊMIO, no período de 22 de Abril de 2015 a 20 de Julho de 2015, conforme Artigo 83, do Estatuto dos servidores Públicos do Município de Salto Veloso, ao servidor MIGUEL ANTONIO VITORAZZI, ocupante do cargo de provimento efetivo, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, lotado no cargo de Operador de Máquina Classe I.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 22 de Abril de 2015.

PEDRO SEZI SILVA
Prefeito Municipal e.e.

PORTARIA Nº. 209/2015

PORTARIA Nº. 209/2015

Pedro Sezi Silva, Prefeito Municipal em exercício de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 88, inciso IX e artigo 14, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Salto Veloso-SC C/C artigos 11 e 13, da Lei Ordinária Municipal 570/91.

Resolve:

Artigo 1º. Nomear e dar posse por Concurso Público, a Sra. KATIANI GUARACI DE MORAIS DOS SANTOS, nos termos do artigo 13, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 016/2010 e Alterações, para exercer o cargo de provimento efetivo de Psicólogo, 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde e Assistência Social, com vencimentos referentes ao código CPE 15, do Anexo II, Tabela II, Grupo III.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 23 de Abril de 2015.

PEDRO SEZI SILVA

Prefeito Municipal em exercício

Santa Rosa do Sul**PREFEITURA****ERRATA 001/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL

ERRATA

Edição nº 1726, página 315, Lei nº 981, de 15 de março de 2015, onde se lia: LEI Nº 981, DE 15 DE MARÇO DE 2015, Leia-se: LEI Nº 981 , DE 15 DE ABRIL DE 2015.

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

DECRETO Nº86/2015 ZENAIDE BRANDT BRAGANHOLI

DECRETO Nº 086/2015

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO TEMPORARIA DE SERVIDORA PARA O CONSELHO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº 10 de 16 de Dezembro de 2009 e Lei Complementar nº 12 de 27 de Janeiro de 2010;

DECRETA

Art. 1º. Fica contratada temporariamente, enquanto perdurar a licença maternidade da funcionaria Mara Lucio Vidal titular do cargo, a senhora Zenaide Brandt Braganholi, portadora do CPF: 027.790.419-60 RG: 4132674, suplente da mesma.

Art. 2º. Fica revogado, em sua totalidade, o decreto nº066/2015 de 17 de Março de 2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 17 de Março de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
em 23 de Abril de 2015.
JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

ELISANGELA SASSI
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS
MATRICULA Nº1300/5

DECRETO Nº87/2015 JOÃO LUCAS MACHADO

DECRETO Nº 087/2015

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;
Considerando a necessidade de Contratação imediata de um Técnico em Agropecuária;
Considerando o desenvolvimento ora programados de novos projetos/atividade junto a Secretaria Municipal de Agricultura e
Considerando a não inclusão momentânea do referido cargo para provisão por intermédio de concurso público;

DECRETA

Art. 1º. Fica contratado em caráter temporário o Senhor João Lucas Machado, CPF nº 099.337.829-32 RG nº 6067957, para desempenhar a função de Técnico em Agropecuária, carga horária de 40 horas semanais, código 040, do Quadro Geral de Cargos Permanentes dos Servidores Públicos Municipais, conforme Anexo I da Lei Complementar nº 11 de 21 de Janeiro de 2010, lotada na

Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 10 de Abril de 2015.
JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS
MATRICULA Nº1300/5

DECRETO Nº 085/2015

DECRETO N. 85, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

PRORROGA O PRAZO ESTABELECIDO NO DECRETO N. 54, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado por mais 30(trinta) dias o prazo estabelecido no art. 3º, do Decreto Municipal n. 54, de 25 de fevereiro de 2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Santa Terezinha do Progresso (SC), 23 de Abril de 2015.
JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS
MATRICULA Nº1300/5

Santiago do Sul

PREFEITURA

CONTRATO 12/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	12/2015
Contratante	Fundo Municipal de saúde de Santiago do Sul
Contratada	BRASILVEICULOS COMPANHIA DE SEGUROS
Objeto	Prestação de serviço de seguro total dos veículos da frota do Fundo Municipal de Saúde – FMS.
Valor	R\$ 7.934,70 (sete mil novecentos e trinta e quatro reais e setenta centavos).
Vigência	01 de maio de 2015 à 30 de abril de 2016.
Processo Nº.	08/2015
Dispensa de Licitação	02/2015
Santiago do Sul-SC, 22 de abril de 2015.	
TADEU PAULO TOAZZA	
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	

CONTRATO 59/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL TERMO ADITIVO	
Contrato Nº	59/2015
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	ECT – EMPRESA PÚBLICA
Objeto	O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do Contrato original por mais 12 meses.
Valor	R\$ 3.600,00 (três mil e seissentos reais).
Vigência	25 de abril de 2015 à 25 de abril de 2016.
Santiago do Sul, 22 de abril de 2015.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
Fundo Municipal de Saúde - FMS	
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO	
Processo Administrativo Nº. 08/2015	
Edital: Dispensa por Justificativa Nº. 02/2015	
Fornecedor	BRASILVEICULOS COMPANHIA DE SEGUROS
Objeto	Prestação de serviço de seguro total dos veículos da frota do Fundo Municipal de Saúde – FMS.
Valor	R\$ 7.934,70 (sete mil novecentos e trinta e quatro reais e setenta centavos).
Santiago do Sul-SC, 22 de abril de 2015.	
TADEU PAULO TOAZZA	
GESTOR MUNICIPAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 121/2015

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 121/2015

MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 09:30 horas do dia 07 de maio 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO, EXECUÇÃO, CORREÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS PARA A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015, PARA CARGOS DE MÉDICO E AUXILIAR DE SERVIÇOS, CONFORME ANEXO.

Os interessados poderão retirar o Edital completo no endereço www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao e obter maiores informações no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 22 de abril de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

MAURO SIQUEIRA RAMOS

Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA - TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2014 EMHAB

EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - EMHAB

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2014

A EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - EMHAB, informa, por meio do presidente da comissão de licitação, que no dia 19/01/2015, data da abertura do processo licitatório em epígrafe, não houve apresentação de propostas, sendo declarado deserto.

São Bento do Sul, 23 de abril de 2015.

Oswaldo José Candatten

Presidente da Comissão de Licitação

CONVÊNIO Nº 014/2015

TERMO DE CONVÊNIO Nº 014/2015

TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A ASSOCIAÇÃO SÃO BENTENSE DE PUNHOBOL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 02.406.542/0001-94, com sede e foro à Rua Benjamin Constant, 120, Centro, doravante denominado CONCEDENTE, representado pelo Presidente da Fundação Municipal de Desportos HÉLCIO CARLOS LIEBL, brasileiro, casado, Portador da Carteira de Identidade nº 1.095.080, CPF nº 506.758.779-20, residente e domiciliado à Rua Affonso Hussmann, 54, Centro, Município de São Bento do Sul/SC, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO

SÃO BENTENSE DE PUNHOBOL, Associação Civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.206.871-0001-05, estabelecida à Rua Barão do Rio Branco, nº 723, Bairro Centro, São Bento do Sul/SC, doravante denominada CONVENIENTE, neste ato representada por seu Presidente JOÃO DUMS NETTO, brasileiro, divorciado, industrial, portador da Carteira de Identidade nº 780.046, CPF/MF nº 311.382.689-68, residente e domiciliado à Rua Wigando Diener, 102, Bairro 15 de Julho, São Bento do Sul/SC, amparados na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, na Lei Municipal nº 3509 de 15 de abril de 2015 e no Decreto Municipal nº 034, de 25 de janeiro de 2013 e nas normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições previstas no presente instrumento a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à manutenção das atividades da Associação São Bentense de Punhobol com o custeio de despesas referentes à participação em competições esportivas, constantes do Plano de Trabalho proposto pelo CONVENIENTE e aprovado pelo CONCEDENTE, através do Processo de Protocolo nº 1111/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de até R\$ 14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais), repassados pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos do CONCEDENTE, de que trata a Cláusula Segunda serão transferidos em até 7 parcelas, conforme Plano de Trabalho apresentado. O recurso relativo à primeira parcela será transferido no prazo de até 10 (dez) dias após a publicação do presente Convênio.

§ 1º Os valores mencionados na Cláusula Segunda serão repassados mediante depósito em conta individualizada no Banco HSBC, Agência 1051, Conta Corrente nº 00544-28 a favor da Associação São Bentense de Punhobol.

CLÁUSULA QUARTA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os saldos de recursos, enquanto não empregados em sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, se a previsão de uso for superior a um mês. Os rendimentos desta aplicação financeira deverão ser computados a crédito do Convênio e aplicados no seu objeto, estando sujeitas às mesmas regras de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Projeto/Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento

Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - Contribuições

Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

O CONVENIENTE obriga-se a:

I. Movimentar os recursos financeiros oriundos deste Convênio na conta corrente específica, conforme as Cláusulas Primeira, Segunda e Terceira e de acordo com o Decreto Municipal nº 0098, de 03 de abril de 2013;

II. Não repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;

III. Não utilizar os recursos em finalidade diversa da pactuada ou fora do prazo de vigência;

IV. Restituir ao CONCEDENTE o saldo dos recursos não aplicados no objeto do convênio, inclusive os rendimentos da aplicação

financeira na data da conclusão ou rescisão do convênio ou dos prazos previstos no presente termo;

V. Solicitar, quando necessário, a prorrogação da vigência do convênio original antes do término com a devida justificativa;

VI. Excluir o Município de São Bento do Sul/SC e a Fundação Municipal de Desportos de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio;

VII. Promover o chamamento de pessoas interessadas para as atividades esportivas mencionadas na cláusula primeira deste Termo de Convênio;

VIII. Promover a seleção das pessoas, havendo necessidade;

IX. Proporcionar local adequado para o aprendizado perseguido pelo presente instrumento;

X. Fornecer material esportivo necessário para serem alcançados os objetivos deste Convênio;

XI. Designar instrutor, ou instrutores, com formação técnica, com conhecimento comprovado da modalidade;

XII. Promover treinos técnicos e partidas sob o constante no objetivo deste convênio;

XIII. Apresentar relação completa (nome, CPF, idade, tipo de apoio/benefício) dos atletas atendidos pelo presente Convênio, juntamente com relatório dos materiais adquiridos, relatório das competições e das atividades desenvolvidas em cada período, ou seja, correspondente a cada parcela dos recursos recebidos;

XIV. Fornecer informações e dados quando solicitados pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

O CONCEDENTE obriga-se a:

I. Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda deste Termo de Convênio;

II. Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados; e

III. Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE fica obrigado a apresentar a prestação de contas ao CONCEDENTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado, com os seguintes documentos:

a) Ofício de encaminhamento;

b) Declaração do responsável pela entidade informando que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos - modelo Anexo I do Decreto Municipal nº 0098/2013;

c) Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados - modelo Anexo II do Decreto Municipal nº 0098/2013;

d) Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, recibos, folha de pagamento, etc, conforme legislação em vigor), preenchidos com clareza e sem rasuras;

e) Cópias dos comprovantes de pagamentos eletrônicos (DOC/TED) individuais por credor, utilizados para pagamentos das despesas efetuadas;

f) Extrato bancário com movimentação completa do período;

g) Conciliação bancária, quando for o caso;

h) Parecer do Conselho Fiscal da Entidade, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;

i) Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado;

j) Relatório descrevendo as atividades desenvolvidas no período, informando se o objetivo foi totalmente, parcialmente ou não cumprido, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação na imprensa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução do projeto, quando for o caso.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO

O presente Termo de Convênio terá vigência a partir da publicação da Lei Municipal que autoriza o presente instrumento até 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

São Bento do Sul/SC, 23 de abril de 2015.

HÉLCIO CARLOS LIEBL

Presidente da Fundação Municipal de Desportos

JOÃO DUMS NETTO

Presidente da Associação São Bentense de Punhobol

TESTEMUNHAS:

LUIZ NERI PEREIRA

CPF 739.027.649-53

CLAUDIA MOREIRA DE SOUZA

CPF 791.399.579-34

CONVÊNIO Nº 015/2015

TERMO DE CONVÊNIO Nº 015/2015

TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A ASSOCIAÇÃO CULTURAL, SOCIAL DESPORTIVA E EVENTOS KIAI.

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 02.406.542/0001-94, com sede e foro à Rua Benjamin Constant, 120, Centro, doravante denominado CONCEDENTE, representado pelo Presidente da Fundação Municipal de Desportos HÉLCIO CARLOS LIEBL, brasileiro, casado, Portador da Carteira de Identidade nº 1.095.080, CPF nº 506.758.779-20, residente e domiciliado à Rua Affonso Hussmann, 54, Centro, Município de São Bento do Sul/SC, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO CULTURAL, SOCIAL, DESPORTIVA E EVENTOS KIAI, Associação de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.770.385/0001-90, estabelecida à Rua Benjamin Constant, 01, Centro, São Bento do Sul/SC, doravante denominada CONVENIENTE, neste ato representada por seu Presidente Antonio Carlos Contezini, brasileiro, divorciado, professor, portador da Carteira de Identidade nº 2.012.254, CPF/MF nº 585.455.229-91, residente e domiciliado à Rua Jorge Zipperer, 29, Centro, São Bento do Sul/SC, amparado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, na Lei Municipal nº 3510 de 17 de abril de 2015 e no Decreto Municipal nº 034, de 25 de janeiro de 2013 e nas normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições previstas no presente instrumento a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à manutenção das atividades da Associação Cultural, Social, Desportiva e Eventos Kiai para custeio de despesas administrativas, contábeis, manutenção da sede, taxa de inscrição, alimentação, hospedagem, transporte, uniformes e materiais esportivos, conforme Plano de Trabalho proposto pelo CONVENIENTE e aprovado pelo CONCEDENTE, através do Processo de Protocolo nº 1889/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de até R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais),

repassados pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos do CONCEDENTE, de que trata a Cláusula Segunda serão transferidos em até 09 parcelas, conforme Plano de Trabalho apresentado. O recurso relativo à primeira parcela será transferido no prazo de até 10 (dez) dias após a publicação do presente Convênio.

§ 1º Os valores mencionados na Cláusula Segunda serão repassados mediante depósito em conta individualizada na Caixa Econômica Federal Agência 0628, Conta Corrente nº 200110-0 a favor da Associação Cultural, Social, Desportiva e Eventos Kiai.

CLÁUSULA QUARTA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os saldos de recursos, enquanto não empregados em sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, se a previsão de uso for superior a um mês. Os rendimentos desta aplicação financeira deverão ser computados a crédito do Convênio e aplicados no seu objeto, estando sujeitas às mesmas regras de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Projeto/Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento

Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - Contribuições

Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

O CONVENIENTE obriga-se a:

I. Movimentar os recursos financeiros oriundos deste Convênio na conta corrente específica, conforme as Cláusulas Primeira e Segunda e Terceira e de acordo com o Decreto Municipal nº 0098, de 03 de abril de 2013;

II. Não repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;

III. Não utilizar os recursos em finalidade diversa da pactuada ou fora do prazo de vigência;

IV. Restituir ao CONCEDENTE o saldo dos recursos não aplicados no objeto do convênio, inclusive os rendimentos da aplicação financeira na data da conclusão ou rescisão do convênio ou dos prazos previstos no presente termo;

V. Solicitar, quando necessário, a prorrogação da vigência do convênio original antes do término com a devida justificativa;

VI. Excluir o Município de São Bento do Sul/SC e a Fundação Municipal de Desportos de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio;

VII. Promover o chamamento de pessoas interessadas para as atividades esportivas mencionadas na cláusula primeira deste Termo de Convênio;

VIII. Promover a seleção das pessoas, havendo necessidade;

IX. Proporcionar local adequado para o aprendizado perseguido pelo presente instrumento;

X. Fornecer material esportivo necessário para serem alcançados os objetivos deste Convênio;

XI. Designar instrutor, ou instrutores, com formação técnica, com conhecimento comprovado da modalidade;

XII. Promover treinos técnicos e partidas sob o constante no objetivo deste convênio;

XIII. Apresentar relação completa (nome, CPF, idade, tipo de apoio/benefício) dos atletas atendidos pelo presente Convênio, juntamente com relatório dos materiais adquiridos, relatório das competições e das atividades desenvolvidas em cada período, ou seja, correspondente a cada parcela dos recursos recebidos;

XIV. Fornecer informações e dados quando solicitados pelo

CONCEDENTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

O CONCEDENTE obriga-se a:

I. Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda deste Termo de Convênio;

II. Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados; e

III. Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE fica obrigado a apresentar a prestação de contas ao CONCEDENTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado, com os seguintes documentos:

a) Ofício de encaminhamento;

b) Declaração do responsável pela entidade informando que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos - modelo Anexo I do Decreto Municipal nº 0098/2013;

c) Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados - modelo Anexo II do Decreto Municipal nº 0098/2013;

d) Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, recibos, folha de pagamento, etc, conforme legislação em vigor), preenchidos com clareza e sem rasuras;

e) Cópias dos comprovantes de pagamentos eletrônicos (DOC/TED) individuais por credor, utilizados para pagamentos das despesas efetuadas;

f) Extrato bancário com movimentação completa do período;

g) Conciliação bancária, quando for o caso;

h) Parecer do Conselho Fiscal da Entidade, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;

i) Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado;

j) Relatório descrevendo as atividades desenvolvidas no período, informando se o objetivo foi totalmente, parcialmente ou não cumprido, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação na imprensa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução do projeto, quando for o caso.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO

O presente Termo de Convênio terá vigência a partir da publicação da Lei Municipal que autoriza o presente instrumento até 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

São Bento do Sul/SC, 23 de abril de 2015.

HÉLCIO CARLOS LIEBL

Presidente da Fundação Municipal de Desportos

ANTONIO CARLOS CONTEZINI

Presidente da Associação Cultural, Social, Desportiva e Eventos Kiai

TESTEMUNHAS:

LUIZ NERI PEREIRA

CPF 739.027.649-53

CLAUDIA MOREIRA DE SOUZA

CPF 791.399.579-34

DECRETO Nº 938/2015

DECRETO Nº 0938, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.459/2014 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 94.420,00 (noventa e quatro mil e quatrocentos e vinte reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 03 - Turismo

Atividade: 2.019 - Departamento de Turismo - DETUR

(413) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ. ...R\$ 80.000,00

Órgão: 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Unidade: 02 - Meio Ambiente

Atividade: 4.008 - Consórcio Quiriri - Contrato de Rateio

(469) 3.1.71.70.00.00.00 100 - Rateio pela Partic. em Cons. Público. ...R\$ 14.420,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais e totais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 03 - Turismo

Atividade: 2.019 - Departamento de Turismo - DETUR

(407) 3.3.50.41.00.00.00 100 - Contribuições. ...R\$ 80.000,00

Órgão: 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Unidade: 02 - Meio Ambiente

Atividade: 4.008 - Consórcio Quiriri - Contrato de Rateio

(470) 3.3.71.70.00.00.00 100 - Rateio pela Partic. em Cons. Público. ...R\$ 8.850,00

(471) 4.4.71.70.00.00.00 100 - Rateio pela Partic. em Cons. Público. ...R\$ 5.570,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 23 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 939/2015

DECRETO Nº 0939, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores Edemilson Benedito de Assis, Mauro Siqueira Ramos, Luiz Alberto Muhlbauer, Kelly Thiemann e Sérgio Miguel de Matos, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de abertura e análise da documentação de habilitação e acompanhamento dos trabalhos referentes ao Edital de Concorrência Pública nº 73/2015, a realizar-se às 09:00

horas, do dia 24 de abril de 2015, na sala de reuniões da sede da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 23 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

DECRETO Nº 940/2015

DECRETO Nº 0940, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores Edemilson Benedito de Assis, Mauro Siqueira Ramos, Luiz Alberto Muhlbauer, Scheliga Monia Poltronieri e Sérgio Miguel de Matos, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de abertura e análise da documentação de habilitação e acompanhamento dos trabalhos referentes ao Edital de Concorrência Pública nº 83/2015, a realizar-se às 09:00 horas, do dia 27

de abril de 2015, na sala de reuniões da sede da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 23 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

LEI Nº 3512/2015

LEI Nº 3512, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

DENOMINA PROLONGAMENTO DE VIA ALFREDO LIEBL, ACESSO DE ÁREA DO MUNICÍPIO

A Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul aprovou e eu, Fernando Tureck, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada o Prolongamento da Rua, ALFREDO LIEBL, área localizada as margens da BR 280, Bairro Lençol, já contendo 170,00 metros de extensão, passando a somar mais 746,00 metros, totalizando 916,00 metros, com o mesmo nome da rua já existente, com 12,00 metros de largura, conforme croqui em anexo.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

São Bento do Sul, 23 de abril de 2015.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

LISTAGEM PORTARIAS Nº 04/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 8829, de 17 de abril de 2015. Exonera Coordenador de Serviços de Atendimento Imobiliário, a partir de 17 de abril de 2015. Ana Maria Galante. SEPLU.

Portaria nº 8872, de 22 de abril de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 22 de abril de 2015. Daiane Alves da Luz Correa. Auxiliar Administrativo. Grupo Ocupacional 03, Nível I, com 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 8873, de 22 de abril de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 22 de abril de 2015. Cassiano Ruthes. Auxiliar Administrativo. Grupo Ocupacional 03, Nível I, com 40 horas semanais. SEPLU.

Portaria nº 8874, de 22 de abril de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 22 de abril de 2015. Aline Comim. Auxiliar Administrativo. Grupo Ocupacional 03, Nível I, com 40 horas semanais. SECAD.

Portaria nº 8875, de 22 de abril de 2015. Revoga a Portaria nº 8872/2015, que nomeou servidora pública municipal Daiane Alves da Luz, no cargo de Auxiliar Administrativo, por desistência espontânea em 22 de abril de 2015.

Portaria nº 8877, de 23 de abril de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 23 de abril de 2015. Elfi Aparecida Wabersich Nedilha. Auxiliar Administrativo. Grupo Ocupacional 03, Nível I, com 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 8878, de 23 de abril de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 23 de abril de 2015. Susan Katy Baron. Auxiliar Administrativo. Grupo Ocupacional 03, Nível I, com 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 8879, de 23 de abril de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 23 de abril de 2015. Cristian William Lopes. Auxiliar Administrativo. Grupo Ocupacional 03, Nível I, com 40 horas semanais. SEPLU.

Portaria nº 8880, de 23 de abril de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 23 de abril de 2015. Valdir Zeferino. Psicólogo. Grupo Ocupacional 05, Nível I, com 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 8881, de 23 de abril de 2015. Revoga a Portaria nº 8877/2015, que nomeou servidora pública municipal Elfi Aparecida Wabersich Nedilha, no cargo de Auxiliar Administrativo, por desistência espontânea em 23 de abril de 2015.

Portaria nº 8882, de 23 de abril de 2015. Conclusão de Estágio Probatório, período de 02/04/2012 a 03/04/2015. Debora Elaine Bello. Telefonista. SEMOB.

Portaria nº 8883, de 23 de abril de 2015. Conclusão de Estágio Probatório, período de 22/03/2012 a 11/04/2015. Daniele Tayane Katzer. Recepcionista. SEMUS.

Portaria nº 8884, de 23 de abril de 2015. Conclusão de Estágio Probatório, período de 10/10/2011 a 17/04/2015. Giovana Coelho Ludvig Rodrigues. Médico Geriatra. SEMUS.

Portaria nº 8885, de 23 de abril de 2015. Conclusão de Estágio Probatório, período de 19/12/2011 a 17/04/2015. Salvio Roberto de Souza. Vigia - em extinção. SECAD.

Portaria nº 8886, de 23 de abril de 2015. Conclusão de Estágio Probatório, período de 17/04/2012 a 19/04/2015. Ines Van Den Boon Mocelin. Técnico em Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 8887, de 23 de abril de 2015. Conclusão de Estágio Probatório, período de 20/04/2012 a 19/04/2015. Marcelo Grossl. Motorista. GAPRE.

Portaria nº 8888, de 23 de abril de 2015. Conclusão de Estágio Probatório, período de 03/04/2012 a 22/04/2015. Camila Andres-sa de Souza Bello. Enfermeiro. SEMUS.

São Bento do Sul, 24 de abril de 2015.
FERNANDO TURECK,
PREFEITO MUNICIPAL.

São Carlos**PREFEITURA****ATA REG PREÇOS N.15/2015 -ARTES K**

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
T Compo Nº.:015/2015
Contratante.:MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:ARTES K ARREFATOS DE CIMENTO LTDA ME
Objeto :AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA MANUTENÇÃO
DE VIAS URBANAS E RURAIS
valor :R\$32.836,50(trinta e dois mil oitocentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos)
PROCESSO:PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 40/2015
Vigência : Orçamento vigente

SAO CARLOS,23 DE ABRIL DE 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

ATA REG PREÇOS N.16/2015 -PROESTE

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
T Compo Nº.:16/2015
Contratante.:MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:PROESTE INDUSTRIA E COM ART DE CIMENTO LTDA
Objeto :AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA MANUTENÇÃO DE
VIAS URBANAS E RURAIS
valor :R\$51.634,00(cinquenta e um mil seiscentos e trinta e quatro reais)
PROCESSO:PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 40/2015
Vigência : Orçamento vigente

SAO CARLOS,23 DE ABRIL DE 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

São Domingos**PREFEITURA****PROCESSO LICITATÓRIO PREFE 051/2015**

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC
PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 051/2015
TOMADA DE PREÇOS PREFE N. 005/2015

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 11 de maio de 2015, estará recebendo as propostas de interessados para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS DE ADAPTAÇÃO E READEQUAÇÃO DA PRAÇA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (META 1 - DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, PAISAGISMO E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS), objeto do Contrato de Repasse n. 1013934-13/2013/MTUR/CAIXA. TUDO conforme especificado em seu Edital, anexos, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos pelo fone (049) 34430281 e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br.

São Domingos, SC, 23 de abril de 2015.
ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE 052/2015

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC
PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 052/2015
PREGÃO PRESENCIAL PREFE N. 017/2015

O Pregoeiro oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 08 de maio de 2015, estará recebendo as propostas de interessados para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO PARA O CENTRO DE REFERÊNCIA E ATENDIMENTO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA, objeto do Convênio n. 796304/2013 da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres. TUDO conforme especificado em seu Edital, anexos, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos pelo fone (049) 34430281 e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br.

São Domingos, SC, 23 de abril de 2015.
Flávio Celeste Lorenzi
Pregoeiro Oficial do Município.

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2015

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Teletrônica Pinhal- Me.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 10/2015

OBJETO: Aquisição de equipamentos de informática, climatizador e cortinas para manutenção das atividades do CRAS do município de São João do Oeste, com recursos PBV/SCFV.

VALOR: R\$ 1.647,50

VIGÊNCIA: 17.04.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste - 17 de abril de 2015

Sérgio Luís Theisen

Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2015

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e SCEL Informática e Telecomunicações- Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial nº 10/2015

OBJETO: Aquisição de equipamentos de informática, climatizador e cortinas para manutenção das atividades do CRAS do município de São João do Oeste, com recursos PBV/SCFV.

VALOR: R\$ 4.405,00

VIGÊNCIA: 17.04.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste - 17 de abril de 2015

Sérgio Luís Theisen

Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2015

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Potência Som e Informática- Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial nº 10/2015

OBJETO: Aquisição de equipamentos de informática, climatizador e cortinas para manutenção das atividades do CRAS do município de São João do Oeste, com recursos PBV/SCFV.

VALOR: R\$ 3.640,00

VIGÊNCIA: 17.04.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste - 17 de abril de 2015

Sérgio Luís Theisen

Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e J.J.S Desenvolvimento Humano.

ORIGEM: Pregão presencial nº 11/2015

OBJETO: Contratação de empresa para ministrar duas palestras com os temas "A família hoje" e "O sintoma nas relações familiares."

VALOR: R\$ 2.700,00

VIGÊNCIA: 15.04.2015 até 31.08.2015

São João do Oeste - 15 de abril de 2015

Sérgio Luís Theisen

Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e CB Comércio de Livros e Brinquedos Boff- Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 27/2015

OBJETO: Aquisição de brinquedos, jogos pedagógicos e material esportivo para educandários da Rede Municipal de Ensino do Município de São João do Oeste.

VALOR: R\$ 5.523,80

VIGÊNCIA: 15.04.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste - 15 de abril de 2015

Sérgio Luís Theisen

Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Com. De Livros e Jogos Klein Ltda- Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 27/2015

OBJETO: Aquisição de brinquedos, jogos pedagógicos e material esportivo para educandários da Rede Municipal de Ensino do Município de São João do Oeste.

VALOR: R\$ 7.796,18

VIGÊNCIA: 15.04.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste - 15 de abril de 2015

Sérgio Luís Theisen

Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e MB Catarinense Ltda-Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 27/2015

OBJETO: Aquisição de brinquedos, jogos pedagógicos e material esportivo para educandários da Rede Municipal de Ensino do Município de São João do Oeste.

VALOR: R\$ 3.166,10

VIGÊNCIA: 15.04.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste - 15 de abril de 2015

Sérgio Luís Theisen

Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Gesul Comercial- Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial nº 27/2015

OBJETO: Aquisição de brinquedos, jogos pedagógicos e material esportivo para educandários da Rede Municipal de Ensino do Município de São João do Oeste.

VALOR: R\$ 4.756,10

VIGÊNCIA: 15.04.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste - 15 de abril de 2015

Sérgio Luís Theisen

Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Vilson Thomé- Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 28/2015

OBJETO: Aquisição de livros de literatura adulta, juvenil e infantil para a Biblioteca Pública Municipal Pe. Afonso Hansen do Município de São João do Oeste.

VALOR: R\$ 74,00

VIGÊNCIA: 17.04.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste - 17 de abril de 2015

Sérgio Luís Theisen

Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e CB Comércio de Livros e Brinquedos Boff- LTDA.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 28/2015

OBJETO: Aquisição de livros de literatura adulta, juvenil e infantil para a Biblioteca Pública Municipal Pe. Afonso Hansen do Município de São João do Oeste.

VALOR: R\$ 1.561,30

VIGÊNCIA: 17.04.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste - 17 de abril de 2015

Sérgio Luís Theisen

Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Com. de Livros Klein Ltda- Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 28/2015

OBJETO: Aquisição de livros de literatura adulta, juvenil e infantil para a Biblioteca Pública Municipal Pe. Afonso Hansen do Município de São João do Oeste.

VALOR: R\$ 1.558,57

VIGÊNCIA: 17.04.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste - 17 de abril de 2015

Sérgio Luís Theisen

Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Papelaria Dadylandy Ltda- Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 28/2015

OBJETO: Aquisição de livros de literatura adulta, juvenil e infantil para a Biblioteca Pública Municipal Pe. Afonso Hansen do Município de São João do Oeste.

VALOR: R\$ 1.145,45

VIGÊNCIA: 17.04.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste - 17 de abril de 2015

Sérgio Luís Theisen

Prefeito Municipal.

INEX. 06/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 06.2014 - Edital de Chamamento Público para Credenciamento.

Credenciamento: a partir do dia 24 de Abril de 2015.

OBJETO: Inclusão de novos exames laboratoriais no credenciamento de Pessoas jurídicas, privadas ou Públicas, lucrativas ou não, para execução de exames laboratoriais e coleta de material para envio ao LACEN, para pacientes da Secretaria Municipal da Saúde, conforme Decreto Municipal nº 23/15.

Vigência: até 31.12.2015 - contados a partir de credenciamento.

Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro - São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 23 de Abril de 2015.

SÉRGIO LUÍS THEISEN

Prefeito Municipal.

São João do Sul

PREFEITURA

LICITAÇÃO Nº 37/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
LICITAÇÃO Nº 37/2015

Modalidade - Pregão Presencial nº 009/2015

Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA EXECUTAR A MÃO DE OBRA, PARA INSTALAÇÕES NOVAS, ATENDIMENTO E MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL/SC. Os envelopes de Habilitação e Propostas: Poderão ser entregues até às 08h 15 min do dia 08/05/2015, com abertura dos envelopes prevista para as 08h 30 min do dia 08/05/2015. A entrega do Edital e demais informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de São João do Sul, Avenida Nereu Ramos, nº 50 de segundas às sextas feiras das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo e-mail licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br

São João do Sul - SC, em 23 de Abril de 2015.
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal em Exercício

São Joaquim

PREFEITURA

ERRATA DO PROCESSO 49/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
ERRATA

PROCESSO 49/2015

PREGÃO PRESENCIAL 22/2015 - REGISTRO DE PREÇO

OBJETO Contratação de empresa para serviços de sonorização, iluminação, gerador de energia, palco coberto e tendas para eventos.

DATA DE ABERTURA: 30/04/2015 ÀS 9: 30 HORAS

Onde lê-se:

PREGÃO PRESENCIAL 20/2015

Leia-se:

PREGÃO PRESENCIAL 22/2015

15. DA HABILITAÇÃO:

15.3 Da Qualificação técnica

15.3.1 A documentação relativa à Qualificação Técnica consistirá em: Estado, a empresa vencedora providenciará o visto do CREA/SC, e/ou CAU/SC até 10 (dez) dias.

15.3.2 Apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por órgão de direito público ou privado compatível em característica com o objeto da presente licitação.

15.3.3 Certificado de Registro da Pessoa Jurídica junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU/SC, compatível com o objeto da licitação. Em caso de empresa com domicílio ou sede em outro após o término da sessão;

15.3.4 Fica desde já definido que o licitante vencedor deverá apresentar a documentação de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas antes do início dos serviços, não constituindo tal exigência, neste momento, motivo para a inabilitação.

15.3.5 O profissional deverá fazer parte do quadro da proponente na data prevista para a entrega da proposta, sendo que a comprovação do vínculo com o profissional se dará da seguinte forma:

- a) se empregado: através de cópia do registro na Carteira de Trabalho;
- b) se prestador de serviços: através de Contrato de prestação de serviço;
- c) se sócio da empresa: através de cópia do contrato social registrado na junta comercial;
- d) se profissional autônomo: declaração do profissional, com firma reconhecida, informando que é autônomo e se responsabilizará pela execução da obra.

Tudo de acordo com o art 30 da lei 8666/93:

20. DAS OBRIGAÇÕES DO(S) VENCEDOR(S)

20.3 A empresa vencedora será responsável pela regularização e apresentação da documentação legal e específica exigida para cada caso de serviço solicitado quando da execução dos mesmos;

15.2 DA REGULARIDADE FISCAL:

15.2.8 Atestado técnico compatível com cada objeto

15.2.9 Atestado de capacidade técnica compatível com o objeto licitado

15.2.10 Certidão de Acervo Técnico - CAT - CREA

15.2.11 Registro Engenheiro Civil CREA

15.2.12 Registro Engenheiro de segurança CREA

15.2.13 Registro Eletricista CREA
15.2.14 Registro de Pessoa Jurídica - RPJ
15.2.15 Certidão Pessoa física dos Engenheiro Civil, segurança e Eletricista.

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 84/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM - SANTA CATARINA
EXTRATO

Contrato Nº.: 154/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
Contratada.: METAL BRASIL CONSTRUÇÕES LTDA ME.
Valor : 239.300,39 (Duzentos e trinta e nove mil, trezentos reais e trinta e nove centavos)
Vigência : Início: 13/04/2015 Término: 12/04/2016
Licitação : TOMADA DE PREÇO Nº.: 01/2015
Recursos : Convênio nº 736940/2010 Sinconv - Contrato de repasse nº 0327788-34/2010 da CEF
Dotação: (14) 4.4.90.92.51.00.00.00 (27) 44.90.92.51.00.00.00
Objeto : Contratação de Empresa para Construção de Quadra Coberta da Escola Municipal Jurema Hugen Palma,,

São Joaquim, 23 de abril de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal

SUSPENSÃO DO PROCESSO 88/2015 FME

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOAQUIM
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

COMUNICAMOS que está suspenso o Pregão n.10/2015 (objeto: Contratação de empresa para executar serviço de pintura externa e interna, lavagem e reparos de paredes da escola CAIC Fúlvio Amarante Ferreira) - Processo nº88/2015, para análise do Termo de Referência, para reavaliação de planilha orçamentária e melhor descrição da prestação do serviço a ser executado. A nova data da seção pública será informada através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente. Outras informações poderão ser obtidas no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj_licitacao@hotmail.com ou ainda pelos sites inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 23 de abril de 2015
Humberto Luiz Brighenti
Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

DECRETO Nº 4302/2015

DECRETO Nº 4302/2015
EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor ANDREY VICENTE DA LUZ do cargo de Assessor Técnico - de Assuntos Estudantis - CCM 8, com lotação na Fundação Educacional de São José.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de abril de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4309/2015

DECRETO Nº 4309/2015
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, I da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º Fica nomeado ANDREY VICENTE DA LUZ para exercer o cargo Consultor Geral - Assessoria Técnico-institucional - SMA, com lotação na Procuradoria-Geral, nos termos da Lei Complementar nº 014/2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de abril de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4350/2015

DECRETO Nº 4.350/2015
DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 005/2014, datado de 22 de setembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratado para o ano letivo de 2015 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, o seguinte servidor.

NOME	CARGO	CARGA HORARIA	DATA AD-MISSÃO
MARCELO FABIANO PEREIRA CARDOSO	Professor-H	40 Horas Aulas	16/04/2015

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16/04/2015.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 20 de abril de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 4351/2015

DECRETO Nº 4.351/2015

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 005/2014, datado de 22 de setembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam contratadas para o ano letivo de 2015 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, as seguintes servidoras.

NOME	CARGO	CARGA HORARIA	DATA AD-MISSÃO
GRAZIELE FLORES BRUCH	Professor-M	40 Horas	15/04/2015
MARIA ANGELICA PRIM HOF-FMANN	Auxiliar de Sala	40 Horas	15/04/2015

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15/04/2015.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 20 de abril de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 4352/2015

DECRETO Nº 4.352/2015

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada, a pedido, a seguinte servidora, admitidos por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
Salete de Fátima Souza Wolf	Agente de Serviços Gerais	01/04/2015

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 20 de abril de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 4353/2015

DECRETO Nº 4.353/2015

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado, a pedido, o seguinte servidor, admitido por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
Rodrigo Woitila Ferreira	Professor - H	01/04/2015

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 20 de abril de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 4354/2015

DECRETO Nº 4.354/2015

PROMOVE, POR NOVA HABILITAÇÃO PROFISSIONAL, OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, NOS TERMOS DA LEI Nº 4.422/2006 E ALTERAÇÕES CONTIDAS NA LEI MUNICIPAL Nº 4.676/2008 E DO DECRETO Nº 21.820/2006.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, II e IV, da Lei Orgânica Municipal e no artigo 20 da Lei nº 4.422/2006 e suas alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676/2008 e o artigo 2º do Decreto nº 21.820/2006 e

CONSIDERANDO Processo Judicial nº 064.11.017142-3,

DECRETA:

Art. 1º - Fica promovida por nova habilitação profissional, nos termos dos artigos 16, III, e 20 da Lei nº 4.422/2006 e alterações conforme Lei Municipal nº 4.676/2008 e do Decreto nº 21.820/2006, a servidora TANIA DOS REIS MADEIRA, lotada no Centro de Educação Infantil Professora Araci Olívia da Silva, com a carga horária de 40 horas, ocupante do cargo de Auxiliar de Sala, passando para a situação funcional MAG-APG-ASL-10C do anexo XXI da Lei nº 4.422/2006, sendo mantida a mesma lotação, função, período e carga horária.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de março de 2011.

Paço Municipal em São José (SC), 20 de abril de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 4373/2015

DECRETO Nº 4373/2015

AUTORIZA A EXECUÇÃO EM CARÁTER PRECÁRIO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO EXECUTIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 62, II e IV, combinado com o artigo 21, inciso XVII, ambos da Lei Orgânica Municipal e os artigos 9º e 13 da Lei Nº 4.609, de 07 de fevereiro de 2008;

CONSIDERANDO a conveniência em oferecer à população josefense o serviço de transporte coletivo executivo, dotado de maior conforto que o serviço convencional;

CONSIDERANDO a iminência do lançamento de edital para concessão do serviço de transporte coletivo urbano, pendente, por razões técnicas da conclusão do projeto básico com as informações disponibilizadas pelo Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da Grande Florianópolis - PLAMUS;

CONSIDERANDO o caráter precário do instituto de autorização para execução de serviço de transporte coletivo urbano executivo;

DECRETA:

Art.1º- Ficam as empresas operadoras do sistema do Transporte Coletivo Urbano de São José autorizadas a executarem, em caráter precário, o serviço de transporte coletivo urbano executivo, conforme linha e itinerário definidos no anexo deste Decreto.

Art. 2º - O valor da tarifa do serviço executivo de transporte coletivo urbano será de R\$ 5,60 (cinco reais e sessenta centavos).

Art. 3º - Os novos serviços entrarão em vigor a partir da zero hora do dia 26 de abril de 2015.

Art. 4º - Dê-se ciência às empresas concessionárias.

Art. 5º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de abril de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANDRÉA IRANY PACHECO RODRIGUES
Secretária de Segurança, Defesa Social e Trânsito

ANEXO ÚNICO

EXECUTIVO DIRETÃO	
(SAÍDA SÃO JOSÉ)	(SAÍDA BARREIROS)
SC 281 – Continente Park Shopping	Rua Álvaro Medeiros Santiago
Rua Benjamin Gerlach	Rua Francisco Jacinto de Melo
Rua Frederico Afonso	Rua Jacob Sens
Rua Pedro Cunha	Rua João Manoel da Silva
Rua Dr. Homero de Miranda Gomes	Rua Progresso
Rua Getúlio Vargas	Rua Santa Clara
Rua Gaspar Neves	Rua Emídio Francisco da Silva
Rua Hilário Vieira	Rua Otto Júlio Malina
Av. Beiramar de São José	Rua Plácides Arnoldo Meira
Rua 1	Rua Tenente Dionísio Cardoso
Av. Presidente Kennedy	Rua Doralice Ramos de Pinho
Av. Lédio João Martins (Central do Kobrasol)	Rua Padre Justino Cortjens
Rua Bento Silvério	Ruas das Papoulas
Rua José Fermino Novaes	Rua das Orquídeas
Rua Sílvia Maria Fabro (Praça Kobrasol - Fundos)	Rua Marginal BR 101
Rua Wilson Nascimento	Rua Menino Júlio César (Marginal BR-101)
Rua Adhemar da Silva	Rua Paulino Pedro Hermes (Marginal BR-101)
Rua José Fermino de Novaes	BR 282 (Alça Via Expressa)
Av. Lédio João Martins (Central do Kobrasol)	Rua Sebastião Pereira Furtado (Marginal BR-101)
Rua Valdemar Avelino Mafra	Rua Gerônimo Thives
Rua Domingos André Zanini	Rua Domingos André Zanini
Rua Gerônimo Thives	Rua Koesa
Rua Sebastião Furtado Pereira (Marginal BR-101)	Rua José Macedo Sobrinho
Rua Júlio Müller (Marginal BR-101)	Av. Lédio João Martins (Central do Kobrasol)
Av. Leoberto Leal	Rua José Fermino Novaes
Rua Cândido Amaro Damásio	Rua Antônio Scherer
Rua Padre Justino Cortjens	Rua Jaime Arruma Ramos
Rua Doralice Ramos de Pinho	Rua Sete de Setembro
Rua Tenente Dionísio Cardoso	Av. Presidente Kennedy
Rua Plácides Arnoldo Meira	Rua Joaquim Antônio Vaz
Rua Otto Júlio Malina	Rua Getúlio Vargas
Rua Emídio Francisco da Silva	Rua Dr. Homero de Miranda Gomes
Rua Santa Clara	Rua Pedro Cunha
Rua Progresso	Rua Frederico Afonso
Rua João Manoel da Silva	Rua Benjamin Gerlach
Rua Jacob Sens	SC 281 – Continente Park Shopping

Rua Álvaro Medeiros Santiago	Km Volta: 16.667m
Km Ida: 15.754m	
Saída Continente Park Shopping (15 horários)	Saída Barreiros (15 horários)
06:10	06:20
07:30	06:50
08:00	07:20
08:30	08:40
11:00	09:10
11:30	10:50
12:00	12:10
13:20	12:40
13:50	13:10
14:20	14:30
16:50	15:00
17:20	16:40
17:50	18:00
19:10	18:30
19:40	19:00

PORTARIA Nº 006, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA Nº 006, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

Altera a nomenclatura da Certidão Ambiental de Atividade Não Poluidora - CAANP.

O Superintendente da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE SÃO JOSÉ - FMADS, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 13 da Lei Municipal nº 3.048, de 04 de setembro de 1997, faz saber e tornar público pela presente que:

CONSIDERANDO que para as atividades não sujeitas ao Licenciamento Ambiental a Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de São José - FMADS emite Certidão Ambiental de Atividade Não Poluidora - CAANP, nos termos da Instrução Normativa - IN 16;

RESOLVE:

Art. 1º Para as Atividades não sujeitas ao licenciamento a Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de São José - FMADS, a partir de 27 de abril de 2015, emitirá Certidão Ambiental de Atividade Não Constante.

Parágrafo único. A obtenção da Certidão Ambiental de Atividade Não Constante é facultativa para as atividades ou empreendimentos não constantes de nenhuma listagem de atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental, devendo ser emitida nos casos em que se requeira manifestação da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de São José - FMADS.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e estão revogadas todas as normas internas em conflito.

Publique-se, comunique-se e cumpra-se.

São José, 23 de abril de 2015.
EDUARDO BASTOS MOREIRA LIMA
Superintendente da FMADS/SJ
Decreto Municipal nº 696/2013

PORTARIA Nº 011/2015/SF

PORTARIA Nº 011/2015/SF

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 35, da Lei Municipal nº 5.466/2015 e o Decreto nº 4.006/2015, de 12 de fevereiro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com os artigos 33 e 36, da Lei Municipal nº 5.466/2015, na importância de R\$ 16.845,00 (dezesesseis mil e oitocentos e quarenta e cinco reais), referente a dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

28.00 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01.08.244.0111.2.287 - PSEMC - Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua / CREAS / Centro POP

2067 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa

Jurídica,

Recursos PrópriosR\$ 16.845,00

Total desta Atividade R\$ 16.845,00

Total do Órgão R\$ 16.845,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 16.845,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 16.845,00 (dezesesseis mil e oitocentos e quarenta e cinco reais), na dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

28.00 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01.08.244.0111.2.171 - PSB - Ser. de Proteção / Atendimento Integral à Família (PAIF)

2000 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente,

Recursos PrópriosR\$ 16.845,00

Total desta Atividade R\$ 16.845,00

Total do Órgão R\$ 16.845,00

Total da Anulação R\$ 16.845,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de abril de 2015.

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

PORTARIA Nº 012/2015/SF

PORTARIA Nº 012/2015/SF

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 35, da Lei Municipal nº 5.466/2015 e o Decreto nº 4.006/2015, de 12 de fevereiro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com os artigos 5º e 36, da Lei Municipal nº 5.466/2015, na importância de R\$ 89.000,00 (oitenta e nove mil reais), referente a dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

09.00 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01.06.183.0110.2.131 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito

528 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 89.000,00
Total desta Atividade R\$ 89.000,00
Total do Órgão R\$ 89.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 89.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 89.000,00 (oitenta e nove mil reais), na dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

09.00 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01.15.451.0112.1.173 - Sinalização Horizontal e Vertical para o Município

564 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 89.000,00
Total desta Atividade R\$ 89.000,00
Total do Órgão R\$ 89.000,00
Total da Anulação R\$ 89.000,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de abril de 2015.

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

PORTARIA Nº 013/2015/SF

PORTARIA Nº 013/2015/SF

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 35, da Lei Municipal nº 5.466/2015 e o Decreto nº 4.006/2015, de 12 de fevereiro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com os artigos 33 e 36, da Lei Municipal nº 5.466/2015, na importância de R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais), referente a dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

02.00 - GABINETE DA PREFEITA

02.01 - CHEFIA DO GABINETE DA PREFEITA

02.01.04.122.0105.2.002 - Funcionamento e Manutenção do Gabinete da

Prefeita

26 - 3.3.90.35.00.00.0080 - Serviços de Consultoria,
Recursos Próprios R\$ 63.000,00

Total desta Atividade R\$ 63.000,00

Total do Órgão R\$ 63.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 63.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais), na dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

13.00 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

13.01 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

13.01.04.121.0105.2.229 - Elaboração de Estudos e Projetos

751 - 3.3.90.35.00.00.0080 - Serviços de Consultoria,
Recursos Próprios R\$ 63.000,00

Total desta Atividade R\$ 63.000,00

Total do Órgão R\$ 63.000,00

Total da Anulação R\$ 63.000,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de abril de 2015.

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

PORTARIA Nº 014/2015/SF

PORTARIA Nº 014/2015/SF

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 35, da Lei Municipal nº 5.466/2015 e o Decreto nº 4.006/2015, de 12 de fevereiro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com os artigos 33 e 36, da Lei Municipal nº 5.466/2015, na importância de R\$ 69.000,00 (sessenta e nove mil reais), referente as dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

20.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

20.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

20.01.13.392.0113.2.408 - Programa de Org. e Apoio as Práticas Culturais
Educativas e de Turismo - FCT

1258 - 3.3.90.36.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física,
Recursos Próprios R\$ 15.000,00
1259 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 9.000,00
Total desta Atividade R\$ 24.000,00

20.01.13.391.0113.2.498 - Proj. Cult. / Manut. da Fundação de Cultura e Turismo - FCT
1205 - 3.1.90.04.00.00.0080 - Contratação por Tempo Determinado,
Recursos Próprios R\$ 30.000,00
1217 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 15.000,00
Total desta Atividade R\$ 45.000,00
Total do Órgão R\$ 69.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 69.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 69.000,00 (sessenta e nove mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

20.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

20.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

20.01.13.392.0113.2.007 - Funcionamento e Manutenção do Centro Multiuso

1237 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,

Recursos Próprios R\$ 8.000,00
1239 - 3.3.90.36.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física,
Recursos Próprios R\$ 9.000,00
1241 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 17.000,00
Total desta Atividade R\$ 34.000,00

20.01.13.392.0113.2.062 - Promoção Eventos, Feiras, Exposições, Simpósios e Datas Comemorativas - FCT

1245 - 3.3.90.31.00.00.0080 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e outras
Recursos Próprios R\$ 30.000,00
Total desta Atividade R\$ 30.000,00

20.01.13.392.0113.2.408 - Programa de Org. e Apoio as Práticas Culturais
Educativas e de Turismo - FCT

1256 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,
Recursos Próprios R\$ 5.000,00
Total desta Atividade R\$ 5.000,00
Total do Órgão R\$ 69.000,00
Total da Anulação R\$ 69.000,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de abril de 2015.

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

PORTARIA Nº 015/2015/SF

PORTARIA Nº 015/2015/SF

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 35, da Lei Municipal nº 5.466/2015 e o Decreto nº 4.006/2015, de 12 de fevereiro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com os artigos 33 e 36, da Lei Municipal nº 5.466/2015, na importância de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), referente a dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

28.00 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01.08.126.0111.2.188 - Gestão - Sistema de Monitoramento e Avaliação - FMAS

1771 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
 Recursos PrópriosR\$ 16.000,00
 Total desta Atividade R\$ 16.000,00
 Total do Órgão R\$ 16.000,00
 Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 16.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), na dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

28.00 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 28.01 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01.08.241.0111.2.278 - PSB - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos - CATI

1777 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,
 Recursos Próprios R\$ 16.000,00
 Total desta Atividade R\$ 16.000,00
 Total do Órgão R\$ 16.000,00
 Total da Anulação R\$ 16.000,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de abril de 2015.
 ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
 Secretário de Finanças

PREGÃO PRESENCIAL 023/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 023/2015 - Processo nº 058/2015: Objeto: Contratação de empresa(s) para fornecimento de equipamentos eletrônicos, computadores e totens para atender a montagem do parque tecnológico previsto no Programa Nacional De Apoio A Gestão Administrativa E Fiscal Dos Municípios Brasileiros PNAFM - FASE II. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 07/05/2015 às 13h30min. Sessão de abertura das propostas: dia 07/05/2015 às 13h35min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

PREGÃO PRESENCIAL 024/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 024/2015 - Processo nº 067/2015: Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de lavanderia hospitalar com fornecimento de roupa para atender a rede de atenção básica, rede de atenção especializada e SAMU da Secretaria de Saúde do Município de São José/SC. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 07/05/2015 às 16h50min. Sessão de abertura das propostas: dia 07/05/2015 às 16h55min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

PREGÃO PRESENCIAL 035/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 035/2015 - Processo nº 103/2015: Objeto: Registro de preços para contratação de empresa(s) para eventual fornecimento de medicamentos básicos a serem distribuídos nas unidades básicas de saúde, programa DST/AIDS e prontos atendimentos estendidos vinculados a Secretaria Municipal de Saúde de São José/SC. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 11/05/2015 às 13h30min. Sessão de abertura das propostas: dia 11/05/2015 às 13h35min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

PREGÃO PRESENCIAL 036/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 036/2015 - Processo nº 110/2015: Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de óleo diesel b s500 e óleo diesel b s10, incluindo fornecimento de reservatórios (tanques) em sistema de comodato, para ser utilizado pela Secretaria de Infraestrutura do Município de São José/SC. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 13/05/2015 às 13h30min. Sessão de abertura das propostas: dia 13/05/2015 às 13h35min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

PREGÃO PRESENCIAL 038/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 038/2015 - Processo nº 114/2015: Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de água mineral em garrafas, copos e bombonas, para atender as diversas Secretarias, Fundos, Fundações e Autarquia do Município de São José/SC. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 18/05/2015 às 13h30min. Sessão de abertura das propostas: dia 18/05/2015 às 13h35min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

PREGÃO PRESENCIAL 039/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 039/2015 - Processo nº 116/2015: Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de combustíveis (gasolina comum, etanol, diesel s10 e arla 32) para abastecer a frota das secretarias, fundos, fundações e autarquias do Município de São José/SC. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 07/05/2015 às 15h30min. Sessão de abertura das propostas: dia 07/05/2015 às 15h35min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

PREGÃO PRESENCIAL 041/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 041/2015 - Processo nº 124/2015: Objeto: Registro de preços para contratação de empresa(s) para eventual aquisição com instalação de toldos com cobertura em lona destinados as unidades escolares do ensino fundamental e infantil da rede municipal de ensino de São José/SC. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 13/05/2015 às 15h40min. Sessão de abertura das propostas: dia 13/05/2015 às 15h45min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

PREGÃO PRESENCIAL 043/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 043/2015 - Processo nº 129/2015: Objeto: Contratação de empresa para aquisição de 01 (um) veículo zero quilômetro tipo mini van, para ser utilizado pela procuradoria geral do Município de São José/SC. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 13/05/2015 às 14h30min. Sessão de abertura das propostas: dia 13/05/2015 às 14h35min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

RESOLUÇÃO Nº 02/2015

RESOLUÇÃO Nº 02/2015

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA II CONFERÊNCIA DA JUVENTUDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Conselho Municipal da Juventude, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Municipal nº. 5250/12, e nos termos das Lei Federal nº.12852/2013, e conforme aprovado na Reunião Extraordinária do dia 22 de abril de 2015., resolve:

Art. 1º - Convocar a II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE, com o fim de reconhecer e incorporar ao debate político, novas formas de participação e de expressão da juventude. Reconhecer a cultura, a arte e a produção de conhecimento da juventude como forma de fazer política.

§ 1º - A II Conferência Municipal da Juventude, será realizada em São José, Santa Catarina, no dia 04 de agosto de 2015, em período integral;

§ 2º - A II Conferência Municipal da Juventude terá como Tema Central: "As várias formas de mudar o Brasil"

Art. 2º - Instituir a Comissão Organizadora, coordenada por Vinicius França de Freitas e com composição paritária dos representantes do Governo e da Sociedade Civil, a ser definida em Resolução, para a organização da II Conferência Municipal da Juventude;

Parágrafo Único - Apoiarão a Organização da Conferência, representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social, Gabinete da Prefeita e demais Secretarias Municipais.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São José, 22 de abril de 2015.

VINICIUS FRANÇA DE FREITAS

Presidente do CMJ/SJ

RESOLUÇÃO Nº 03/2015

RESOLUÇÃO Nº 03/2015

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA DA II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Conselho Municipal da Juventude, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Municipal nº. 5250/12, e nos termos das Lei Federal nº 12852/2013, e conforme aprovado na Reunião Extraordinária do dia 22 de abril de 2015., resolve:

Art. 1º - Instituir a Comissão Organizadora da II Conferência Municipal da Juventude com a seguinte composição:

Conselheiros: Juliano Alexandre dos Santos, Danuzio Brandalero, Vinicius França de Freitas, Daniel Pereira Santiago Farias
Secretária Executiva: Kerlen Mignoni da Silva

Art. 2º - A Comissão será presidida por Vinicius França de Freitas, e terá como competência:

I - Organizar e acompanhar a operacionalização da Conferência Municipal da Juventude;

II - Promover articulação com a Secretaria Municipal de Assistência Social, para dirimir eventuais pendências e tratar assuntos referentes à Conferência Municipal da Juventude;

Art. 3º - Para operacionalização da Conferência Municipal da Juventude, a Comissão Organizadora contará com o apoio da Secretaria de Assistência Social.

Art. 4º - A Comissão Organizadora poderá contar, ainda, com colaboradores eventuais para auxiliar na operacionalização da Conferência Municipal da Juventude.

Parágrafo Único - Consideram-se colaboradores eventuais as instituições e organizações governamentais ou de sociedade civil, da administração pública ou de iniciativa privada, prestadoras de serviços de atendimento a juventude, bem como consultores e convidados.

Art. 5º - Esta Resolução entre em vigor a partir da data de sua publicação.

São José, 22 de abril de 2015.

VINICIUS FRANÇA DE FREITAS

Presidente do CMJ/SJ

São José do Cedro

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 039/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 039/2015

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, convoca para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, os candidatos aprovados no Concurso Público, Edital nº 001/2014, de 19 de setembro de 2014, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 5.504/2014, de 18 de dezembro de 2014, compareça à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário das 7h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira a fim de assumirem o cargo a seguir discriminado:

MONITOR DE CRECHE

EDINA CRISTINA FAVERO

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 23 de Abril de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 040/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 040/2015

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, convoca para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, os candidatos aprovados no Concurso Público de São José do Cedro, Edital nº 001/2011, de 21 de setembro de 2011, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 5.002/2011, de 23 de Novembro de 2011, compareça à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário das 7h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira a fim de assumirem o cargo a seguir discriminado:

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL- 20 HS

DANIELA BRUZZO

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 23 de Abril de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.48/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº48/2015

REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº 48/2015, Edital de Pregão Nº 48/2015, para Registro de Preço, sendo o Objeto: aquisição de gêneros alimentícios para as refeições dos atletas, que irão representar o município em competições fora do município, bem como aquisição de material de higiene e limpeza, material de copa e cozinha para uso e manutenção da secretaria de esportes. Recebimento das propostas até às 17:00 horas do dia 08/05/2015. Abertura dos envelopes às 08:00 horas do dia 11/05/2015, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro - SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura ou.

São José do Cedro - SC.

Antonio Plinio de Castro Silva
Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2015 - SRP - PR Nº 039/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 07/05/2015, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2015. OBJETO: AQUISIÇÃO DE FILTROS E ÓLEO LUBRIFICANTE PARA USO NOS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E AQUICULTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramal 8502. Site www.saoulourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste - SC, 24 de abril de 2015.

DANIEL HIPPLER

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2015 - PR Nº 040/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 07/05/2015, às 14:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2015. OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA O CONserto DE MOTONIVELADORA CAT 12H, PATRIMÔNIO N.3373, DE SERIE Nº-5FM04193 DE 6000HS DE USO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E AQUICULTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramal 8502. Site www.saoulourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste - SC, 24 de abril de 2015.

DANIEL HIPPLER

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.309/2015 - DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2015, MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 2/2015, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 8.309/2015

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2015, MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 2/2015, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990 e,

CONSIDERANDO, que a licitação nº 36/2015, modalidade de Concorrência Pública nº 2 de 10/03/2015, da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste - SC, que tem como objeto contratação de empresa para implementar, continuamente, o programa Jornal na Escola na Rede Municipal de Ensino Fundamental de São Miguel do Oeste -SC, com fornecimento de materiais didáticos específicos, de acordo com as quantidades e especificações constantes no anexo I do edital.

CONSIDERANDO, a necessidade de correção no Edital.

CONSIDERANDO, que a administração pública tem o poder/dever de rever seus atos a qualquer momento.

RESOLVE:

Art. 1º. REVOGAR o Processo Licitatório nº 36/2015, modalidade Concorrência Pública nº 2 de 10/03/2015, da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste-SC, com fundamento no art. 49, da Lei n. 8.666/93.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se em especial o Decreto nº 8.300 de 10 de abril de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 22 de abril de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretária da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

Schroeder

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 100/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 100/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 83/2015-PMS - Dispensa de Licitação nº. 34/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: REDESPORT INDÚSTRIA E COM. DE REDES ESPORTIVAS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 73.781.338/0001-00, estabelecida na Rua Vereador Nestor dos Santos nº308, Cordeiros, na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.310-670

Objeto: Constitui o presente contrato a aquisição de redes de proteção e instalação para Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC., conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Rede de proteção fio 6,0 seda ml 10 cm na cor branca com 1,20 de altura por 75 de comprimento num total de 90m² instalada.	01	UNIDADE	2.142,00	2.142,00
TOTAL R\$					2.142,00

Valor do contrato: R\$ 2.142,00 (dois mil cento e quarenta e dois reais)

Data da Assinatura: 23/04/2015 - Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 34/2015 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 34/2015 - FMS

Processo de licitação nº. 29/2015-FMS - Dispensa de Licitação nº. 16/2015-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: GENESIO A. MENDES & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.873.068/0001-40, estabelecida na Rua São Luiz, nº. 127, Galpão K, Bairro Aeroporto, na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina, CEP: 88705-190.

Objeto: consiste na aquisição de medicamento fornecido para atender a demanda da farmácia básica da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	NEBLOCK 5MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	30	Comprido	1,238	37,14
02	ETNA CAIXA COM 50 COMPRIMIDOS	50		1,384	69,20
VALOR R\$ TOTAL					106,34

Valor do contrato: R\$ 106,34 (cento e seis reais e trinta e quatro centavos).

Data da Assinatura: 23/04/2015 - Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 35/2015 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 35/2015 - FMS

Processo de licitação nº. 22/2015-FMS - Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 11/2015-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: COTEMAQ-E COMÉRCIO DE BALANÇAS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 81.327.421/0001-23, estabelecida na Rua Erwin Menegotti nº 1631, Rau, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.254-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Juciel Brusque, inscrito no CPF sob o nº. 817.359.289-68.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em aferição e manutenção de balanças nas Unidades de Saúde da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	Aferição e manutenção corretiva de balança mecânica infantil, capacidade máxima até 16 Kg, marca Filizola, incluir selo do INMETRO, tendo validade de 1 (um) ano a aferição	2	Unidade	90,00	180,00
2	Aferição e manutenção corretiva de balança mecânica infantil, capacidade máxima até 16 Kg, marca Welmy, incluir selo do INMETRO, tendo validade de 1 (um) ano a aferição	4	Unidade	80,00	320,00
3	Aferição e manutenção corretiva de balança mecânica infantil, capacidade máxima até 15 Kg, marca Welmy, incluir selo do INMETRO, tendo validade de 1 (um) ano a aferição	2	Unidade	80,00	160,00
4	Aferição e manutenção corretiva de balança mecânica infantil, capacidade máxima até 16 Kg, marca Balmak, incluir selo do INMETRO, tendo validade de 1 (um) ano a aferição	4	Unidade	80,00	320,00
5	Aferição e manutenção corretiva de balança mecânica adulto, capacidade máxima até 150 Kg, marca Filizola, incluir selo do INMETRO, tendo validade de 1 (um) ano a aferição	8	Unidade	90,00	720,00
6	Aferição e manutenção corretiva de balança mecânica adulto, capacidade máxima até 150 Kg, marca Welmy, incluir selo do INMETRO, tendo validade de 1 (um) ano a aferição	10	Unidade	90,00	900,00
7	Aferição e manutenção corretiva de balança digital adulto, capacidade máxima até 200 Kg, marca Welmy, incluir selo do INMETRO, tendo validade de 1 (um) ano a aferição	10	Unidade	95,00	950,00
TOTAL R\$					3.550,00

Valor do contrato: R\$ 3.550,00 (três mil quinhentos e cinquenta reais)

Data da Assinatura: 23/04/2015 - Vigência: 23/04/2016

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 36/2015 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 36/2015 - FMS

Processo de licitação nº. 31/2015-FMS - Dispensa de Licitação nº. 17/2015-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com pago municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A, inscrita no CNPJ sob o nº. 85.031.334/0001-85, estabelecida na Rua Vergueiro nº. 7213, Bairro Ipiranga, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04.273-200.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato o Seguro DETER para o veículo Sprinter MEK 7789, Sprinter Benz 313CDI, ano 2005 da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Seguro DETER para o veículo Sprinter MEK 7789, Sprinter Benz 313CDI, ano 2005 da Secretaria de Saúde	01	Unidade	738,80	738,80
VALOR R\$ TOTAL					738,80

Valor do contrato: R\$ 738,80 (setecentos e trinta e oito reais e oitenta centavos).

Data da Assinatura: 23/04/2015 - Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 99/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 99/2015 - PMS

Dispensa de Licitação nº. 33/2015-PMS

Processo nº. 82/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: COFISO COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 72.375.405/0001-15, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco nº. 4670, Centro, Cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a aquisição de materiais para conserto do ar condicionado da viatura Fiat Pálio, placa MLI4237 da Polícia Militar do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Compressor Delphi linha Palio 2013	Unidade	01	1.400,00	1.400,00
02	Condensador Original Palio 2013	Unidade	01	400,00	400,00
03	Válvula de Expansão	Unidade	01	150,00	150,00
TOTAL R\$					1.950,00

Valor do contrato: R\$ 1.950,00 (um mil, novecentos e cinquenta reais).

Data da Assinatura: 23/04/2015 - Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.099/2015

LEI Nº2.099/2015

AUTORIZA O PODER PÚBLICO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA BADESC CIDADES E TOMAR EMPRÉSTIMO JUNTO AO BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DE SANTA CATARINA S/A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BADESC Cidades.

Art. 2º A adesão ao Programa BADESC Cidades, propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de veículos para algumas secretarias, veículo especial para o transporte de pessoas na área da saúde, construção de salas de aulas, pavimentação asfáltica, centros comunitários, praças e parques.

Parágrafo único. A escolha e/ou quantidades dos objetos indicados neste "caput" serão definidos posteriormente pela Administração mediante a aprovação oficial do montante a ser liberado pelo BADESC.

Art. 3º Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no art. 2º, fica o Poder executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa BADESC Cidades o montante de até R\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).

Parágrafo único. Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor financiado.

Art. 4º Para dar continuidade ao Programa BADESC Cidades, o Poder Executivo consignará nos projetos de leis orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias à formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação no DOM/SC, nos termos do art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 23 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

NOTIFICAÇÃO - CONTRATO Nº 227/2014-PMS

NOTIFICAÇÃO

Processo Licitatório nº. 188/2014-PMS

Pregão Presencial Registro de Preço nº. 88/2014-PMS

Fica a empresa PAPELARIA SÃO BENTO LTDA. ME, inscrita no CNPJ sob o nº 07.634.816/0001-16, estabelecida na Rua Cruzeiro, nº. 386, Bairro Cruzeiro, na cidade de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.290-000, NOTIFICADA do inadimplemento do contrato nº 227/2014-PMS firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido a Ordem de Compra, cujo empenhos nº 1557/2015 não efetuou a entrega dos produtos do prazo de estipulado pela Cláusula Segunda do Contrato supramencionado.

Por essa notificação, a empresa notificada terá o prazo de 48 horas para adimplir o contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Não adimplindo o contrato no prazo acima fica a empresa desde já notificada para no prazo de 10 dias úteis apresentar defesa prévia quanto as penalidades previstas no parágrafo terceiro, cláusula sétima do contrato, nos termos do art. 87 da Lei de Licitações Evidenciando o atraso cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada.

Em-penho (O.C)	Produtos	Entrega a O.C.	Prazo limite desobedecido
1557/15	Item 54- Clips para papel número 1/0 em aço niquelado, conforme Norma SAE 1010/20. Caixa com 500gr. Embalagem original do fabricante. Marca New	09/04/2015	17/04/2015
1557/15	Item 55- Clips para papel número 2/0 em aço niquelado, conforme Norma SAE 1010/20. Caixa com 500gr. Embalagem original do fabricante. Marca New	09/04/2015	17/04/2015
1557/15	Item 56- Clips para papel número 3/0 em aço niquelado, conforme Norma SAE 1010/20. Caixa com 500gr. Embalagem original do fabricante.	09/04/2015	17/04/2015
1557/15	Item 57- Clips para papel número 4/0 em aço niquelado, conforme Norma SAE 1010/20. Caixa com 500gr. Embalagem original do fabricante. Marca New	09/04/2015	17/04/2015
1557/15	Item 93 - Extrator de grampo espátula em aço cromado. Marca New	09/04/2015	17/04/2015
1557/15	Item 187 - Umidificador de dedo em creme, não tóxico, sem glicerina, com mínimo 20gr. Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Marca New	09/04/2015	17/04/2015
1557/15	Item 94 - Fita adesiva Kraft marrom LISA – Tamanho 25mmX50m com 50 g/m². Marca New	09/04/2015	17/04/2015

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Schroeder, 17 de abril de 2015.

Ivandra de Souza

Diretora de Recursos Materiais

Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

A

PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME

CNPJ nº 07.634.816/0001-16

(47) 36352858.

NOTIFICAÇÃO CONTRATO Nº 223/2014-PMS

NOTIFICAÇÃO

Processo Licitatório nº. 188/2014-PMS

Pregão Presencial Registro de Preço nº. 88/2014-PMS

Fica a empresa AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO, INFORMÁTICA E PAPELARIA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.147.109/0001-56, estabelecida na Rua Farroupilha, nº 35, Barreiros, na cidade de São José, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.117-902, NOTIFICADA do inadimplemento do contrato nº 223/2014 firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido as Ordens de Compra, cujo empenho nº 1555/15 não efetuou a entrega dos produtos do prazo de estipulado pela Cláusula Segunda do Contrato supramencionado.

Por essa notificação, a empresa notificada terá o prazo de 48 horas para adimplir o contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Não adimplindo o contrato no prazo acima fica a empresa desde já notificada para no prazo de 10 dias úteis apresentar defesa prévia quanto as penalidades previstas no parágrafo terceiro, cláusula sétima do contrato, nos termos do art. 87 da Lei de Licitações Evidenciando o atraso cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada.

Empenho (O.C)	Produtos	Entrega a O.C.	Prazo limite desobedecido
1555/15	Item 16 - Bloco para recado auto-adesivo - 100 folhas cada, com cores sortidas, tamanho 38mmX50mm, tipo removível. Marca MAKE	09/04/2015	17/04/2015
1555/15	Item 77- Elástico amarelo nº 18 com 1kg. Marca MAKE	09/04/2015	17/04/2015
1555/15	Item 168 - Pincel Atômico – ponta chanfrada indeformável, para uso em papel, cartolina, papelão, com tinta à base de álcool, ponta feltro, em diversas cores. Marca FOSKA	09/04/2015	17/04/2015
1555/15	Item 142- Papel Sulfito – (azul), tamanho A4 – com 100 folhas – 75g/m². Marca JANDAIA	09/04/2015	17/04/2015

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente, Schroeder, 17 de abril de 2015.

Ivandra de Souza
Diretora de Recursos Materiais
Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

A
AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO, INFORMÁTICA E
PAPELARIA EIRELI
CNPJ nº. 00.147.109/0001-56
(48) 3722-3300.

TERMO ADITIVO Nº. A07/2015 – FMS

TERMO ADITIVO Nº. A07/2015 - FMS

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº.
58/2014 - FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 03.033.589/0001-12, estabelecida na Rua Fernando de Souza e Silva, nº 1199, Itoupava Norte, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89052-470, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pela Senhora Carla Evani Pereira, inscrita no CPF sob o nº 024.611.559-92, portadora da Carteira de Identidade nº. 4.054.420.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 58/2014-FMS, celebrado em 15 de maio de 2014, proveniente do Processo de licitação nº. 32/2014-FMS, Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 06/2014-FMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando Parecer da Procuradoria Municipal nº 023/2015-PROJUR e 028/2015-PROJUR.

Considerando a solicitação feita pela empresa OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA., e que a mesma atendeu as condições contratuais para revisão do preço, juntando notas fiscais que comprovam o aumento do preço.

Considerando que foram consultadas as empresas segundas e terceiras colocadas para os itens e as mesmas alegam não poderem praticar os mesmos preços ofertados na licitação, conforme ofícios anexos ao processo.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - A partir deste fica alterada a Cláusula Primeira "do objeto do contrato, e descrição", sendo reajustado o item 75, a quantidade de saldo de 800 pares, no valor unitário de R\$ 0,94 (noventa e quatro centavos), item 76, a quantidade de saldo de 1050 pares, no valor unitário de R\$ 0,94 (noventa e quatro centavos), item 77, a quantidade de saldo de 800 pares, no valor unitário de R\$ 0,94 (noventa e quatro centavos) e o item 96, a

quantidade de saldo de 2100 unidades, no valor unitário de R\$ 0,107 (dez centavos e sete centésimos de real), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE. LICITADA	VALOR ATUAL	UNID.	SALDO LICITAÇÃO	VALOR REAJUSTADO
75	Luva cirúrgica estéril de latex com 1 par tamanho 6,5.	900	0,69	Par	800	0,94
76	Luva cirúrgica estéril de latex com 1 par tamanho 7,5.	1200	0,69	Par	1050	0,94
77	Luva cirúrgica estéril de latex com 1 par tamanho 8,0.	900	0,69	Par	800	0,94
96	Seringa Descartável 3 ml.	4000	0,076	Unidade	2100	0,107

Cláusula 2ª - Fica a partir deste, alterado a Cláusula Quarta "do valor total do contrato" aditivado ao contrato o valor de R\$ 765,10 (setecentos e sessenta e cinco reais e dez centavos), passando a ser o valor total do contrato de R\$ 25.213,50 (vinte e cinco mil duzentos e treze reais e cinquenta centavos).

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 58/2014-FMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 22 de abril de 2015.
CONTRATADA:

OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA
Carla Evani Pereira
CPF nº 024.611.559-92
CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____ 2ª _____
Nome: Daniela Samulescki Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 053.350.739-18 CPF nº. 047.563.299-00

TERMO ADITIVO Nº. A08/2015 – FMS

TERMO ADITIVO Nº. A08/2015 - FMS

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº.
57/2014 - FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: METROMED COMERCIO DE MATERIAL MÉDICO

HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 83.157.032/0001-22, estabelecida na Estrada Boa Esperança, nº 1918, Fundo Canoas, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89163-920, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor Ramon Francisco Andrade, inscrito no CPF sob o nº 057.713.349-79, portador da Carteira de Identidade nº 4.154.492-SSP/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 57/2014-FMS, celebrado em 15 de maio de 2014, proveniente do Processo de licitação nº. 32/2014-FMS, Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 06/2014-FMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando o pedido de reajuste dos itens 121 e 122 impetrado pela empresa OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA. inscrita no CNPJ sob o nº 03.033.589/0001-12, e de acordo com Parecer da Procuradoria nº 023/2015-PROJUR.

Considerando que a segunda colocada para o item 97 a empresa STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 02.223.342/0001-04, não aceitou entregar o objeto licitado no mesmo valor ofertado na etapa de lance, e sendo consultada a terceira colocada a empresa METROMED COMERCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 83.157.032/0001-22 e a mesma aceitou entregar o objeto licitado no mesmo valor ofertado na etapa de lances, do qual a administração possui um saldo no item 97 de 7200 unidades, no valor unitário de R\$ 0,094 (nove centavos e quatro centésimos de real).

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - A partir deste fica alterada a Cláusula Primeira "do objeto do contrato, e descrição", sendo aditivado o item 97 a quantidade de 7200 unidades, no valor unitário de R\$ 0,094 (nove centavos e quatro centésimos de real), e na cláusula quarta "do valor do contrato", alterando o valor total do contrato para R\$ 14.782,52 (quatorze mil setecentos e oitenta e dois reais e cinquenta e dois centavos), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	SALDO LICITADO	VALOR R\$ UNITÁRIO	UNID.	VALOR R\$ TOTAL
97	Seringa Descartável 5 ml.	7200	0,094	Unidade	676,80

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 57/2014-FMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 23 de abril de 2015.

CONTRATADA:

METROMED COMERCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Ramon Francisco Andrade

CPF nº 057.713.349-79

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

2ª

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

ATA PREGÃO PRESENCIAL 31/2015-PMS (SEQUÊNCIA 01)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 31/2015 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 64/2015 Data do Processo: 02/04/2015
	Folha: 1/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 54/2015 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço de manutenção em motores elétricos e motobombas da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com o representante da empresa para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC.

Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento a empresa HS AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL LTDA. - EPP, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital.

Apresentaram apenas os envelopes de habilitação e proposta comercial as empresas ANDERSON HELMUTH SCHWARTZ e ELETRO MOTORES MOSER LTDA. devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que o representante da empresa HS AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL LTDA. - EPP está credenciado para a licitação. Pois apresentou a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. As empresas ANDERSON HELMUTH SCHWARTZ e ELETRO MOTORES MOSER LTDA. não apresentaram documentos para credenciamento. Foram abertos o envelope das propostas comerciais das empresas HS AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL LTDA. - EPP, ANDERSON HELMUTH SCHWARTZ e ELETRO MOTORES MOSER LTDA. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultaram vencedoras as empresas conforme segue ata de lances.

Constatando vencedora a empresa HS AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL LTDA. - EPP para o item 01, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa HS AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL LTDA. - EPP apresentou Alvará de Licença e Localização e Alvará Sanitário, documento exigido no edital no item 7.1.7, sem autenticação, sendo que este documento deve ser apresentado conforme o edital no item 7.4 "Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original ou por fotocópia previamente autenticada em Cartório, ou por servidor da Administração Pública no Setor de Recursos Materiais do Município de Schroeder ou através de autenticação digital, desde que os mesmos respeitem o prazo de validade e/ou o período de disponibilidade para verificação de sua validade, na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes." sendo assim a empresa HS AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL LTDA. - EPP não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. Diante do exposto será passado o item 01 para a segunda colocada a empresa ELETRO MOTORES MOSER LTDA. sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa ELETRO MOTORES MOSER LTDA. não apresentou os documentos exigidos no edital nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.6, 7.1.8, 7.1.9, 7.1.10, 7.1.15 e 7.1.16, apresentou sem autenticação os documentos exigido no edital nos itens 7.1.7 e 7.1.11, os quais dever vir de acordo com o edital no item 7.4, sendo assim a empresa ELETRO MOTORES MOSER LTDA. não apresentou a documentação de acordo com o exigido no edital, resultando assim inabilitada. Sendo então passado o item 01 para a terceira colocada a empresa ANDERSON HELMUTH SCHWARTZ sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa ANDERSON HELMUTH SCHWARTZ não apresentou os documentos exigidos no edital nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3, 7.1.4, 7.1.5, 7.1.6, 7.1.7, 7.1.8, 7.1.9, 7.1.10, 7.1.12, 7.1.13, 7.1.14 e 7.1.15, e apresentou sem autenticação os documentos exigidos no edital os itens 7.1.11 e 7.1.16, os quais deveriam ser apresentados conforme item 7.4, sendo assim a empresa ANDERSON HELMUTH SCHWARTZ não apresentou a documentação de acordo com o edital resultando assim inabilitada. As empresas participantes declinam do direito de recurso ao resultado deste pregão. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata ao participante presente.

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 31/2015 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 64/2015 Data do Processo: 02/04/2015
	Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 54/2015 (Sequência: 1)**

Schroeder, 23 de Abril de 2015

COMISSÃO:

Daniela Samuleski	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- - Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo	- - Equipe de Apoio
Cheila Adriane Klitzke	- - Equipe de Apoio

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

ANDERSON HELMUTH SCHWARTZ	- - Representante
---------------------------	-------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 31/2015 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 64/2015 Data do Processo: 02/04/2015
	Folha: 1/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Número da ATA: 54/2015 (Sequência: 1)

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço de manutenção em motores elétricos e motobombas da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com o representante da empresa para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC.

Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento a empresa HS AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL LTDA. - EPP, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital.

Apresentaram apenas os envelopes de habilitação e proposta comercial as empresas ANDERSON HELMUTH SCHWARTZ e ELETRO MOTORES MOSER LTDA. devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que o representante da empresa HS AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL LTDA. - EPP está credenciado para a licitação. Pois apresentou a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. As empresas ANDERSON HELMUTH SCHWARTZ e ELETRO MOTORES MOSER LTDA. não apresentaram documentos para credenciamento. Foram abertos o envelope das propostas comerciais das empresas HS AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL LTDA. - EPP, ANDERSON HELMUTH SCHWARTZ e ELETRO MOTORES MOSER LTDA. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultaram vencedoras as empresas conforme segue ata de lances.

Constatando vencedora a empresa HS AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL LTDA. - EPP para o item 01, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa HS AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL LTDA. - EPP apresentou Alvará de Licença e Localização e Alvará Sanitário, documento exigido no edital no item 7.1.7, sem autenticação, sendo que este documento deve ser apresentado conforme o edital no item 7.4 "Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original ou por fotocópia previamente autenticada em Cartório, ou por servidor da Administração Pública no Setor de Recursos Materiais do Município de Schroeder ou através de autenticação digital, desde que os mesmos respeitem o prazo de validade e/ou o período de disponibilidade para verificação de sua validade, na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes." sendo assim a empresa HS AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL LTDA. - EPP não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. Diante do exposto será passado o item 01 para a segunda colocada a empresa ELETRO MOTORES MOSER LTDA. sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa ELETRO MOTORES MOSER LTDA. não apresentou os documentos exigidos no edital nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.6, 7.1.8, 7.1.9, 7.1.10, 7.1.15 e 7.1.16, apresentou sem autenticação os documentos exigido no edital nos itens 7.1.7 e 7.1.11, os quais dever vir de acordo com o edital no item 7.4, sendo assim a empresa ELETRO MOTORES MOSER LTDA. não apresentou a documentação de acordo com o exigido no edital, resultando assim inabilitada. Sendo então passado o item 01 para a terceira colocada a empresa ANDERSON HELMUTH SCHWARTZ sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa ANDERSON HELMUTH SCHWARTZ não apresentou os documentos exigidos no edital nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3, 7.1.4, 7.1.5, 7.1.6, 7.1.7, 7.1.8, 7.1.9, 7.1.10, 7.1.12, 7.1.13, 7.1.14 e 7.1.15, e apresentou sem autenticação os documentos exigidos no edital os itens 7.1.11 e 7.1.16, os quais deveriam ser apresentados conforme item 7.4, sendo assim a empresa ANDERSON HELMUTH SCHWARTZ não apresentou a documentação de acordo com o edital resultando assim inabilitada. As empresas participantes declinam do direito de recurso ao resultado deste pregão. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata ao participante presente.

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 31/2015 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 64/2015 Data do Processo: 02/04/2015
	Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 54/2015 (Sequência: 1)**

Schroeder, 23 de Abril de 2015

COMISSÃO:

Daniela Samuleski	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- - Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo	- - Equipe de Apoio
Cheila Adriane Klitzke	- - Equipe de Apoio

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

ANDERSON HELMUTH SCHWARTZ	- - Representante
---------------------------	-------------------------

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 11/2015-FMS
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2015

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 7/2015 Data do Registro: 23/04/2015 Válido até: 23/04/2016						
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em aferição e manutenção de balanças nas Unidades de Saúde da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
1	Aferição e manutenção corretiva de balança mecânica infantil, capacidade máxima até 16 Kg, marca Filizola, incluir selo do INMETRO, tendo validade de 1 (um) ano a aferição	UN	COTEMAQ-E COMERCIO DE BALANCAS LTDA - ME (12944)		0	90,0000
2	Aferição e manutenção corretiva de balança mecânica infantil, capacidade máxima até 16 Kg, marca Welmy, incluir selo do INMETRO, tendo validade de 1 (um) ano a aferição	UN	COTEMAQ-E COMERCIO DE BALANCAS LTDA - ME (12944)		0	80,0000
3	Aferição e manutenção corretiva de balança mecânica infantil, capacidade máxima até 15 Kg, marca Welmy, incluir selo do INMETRO, tendo validade de 1 (um) ano a aferição	UN	COTEMAQ-E COMERCIO DE BALANCAS LTDA - ME (12944)		0	80,0000
4	Aferição e manutenção corretiva de balança mecânica infantil, capacidade máxima até 16 Kg, marca Balmak, incluir selo do INMETRO, tendo validade de 1 (um) ano a aferição	UN	COTEMAQ-E COMERCIO DE BALANCAS LTDA - ME (12944)		0	80,0000
5	Aferição e manutenção corretiva de balança mecânica adulto, capacidade máxima até 150 Kg, marca Filizola, incluir selo do INMETRO, tendo validade de 1 (um) ano a aferição	UN	COTEMAQ-E COMERCIO DE BALANCAS LTDA - ME (12944)		0	90,0000
6	Aferição e manutenção corretiva de balança mecânica adulto, capacidade máxima até 150 Kg, marca Welmy, incluir selo do INMETRO, tendo validade de 1 (um) ano a aferição	UN	COTEMAQ-E COMERCIO DE BALANCAS LTDA - ME (12944)		0	90,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2015

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 7/2015		Data do Registro: 23/04/2015		Válido até: 23/04/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em aferição e manutenção de balanças nas Unidades de Saúde da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	Aferição e manutenção correliva de balança digital adulto, capacidade máxima até 200 Kg, marca Welmy, incluir selo do INMETRO, tendo validade de 1 (um) ano a aferição	UN	COTEMAQ-E COMERCIO DE BALANCAS LTDA - ME (12944)		0	95,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2015

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 7/2015		Data do Registro: 23/04/2015		Válido até: 23/04/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em aferição e manutenção de balanças nas Unidades de Saúde da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 7/2015
PROCESSO Nº 22/2015

(12944) - COTEMAQ-E COMERCIO DE BALANCAS LTDA - ME

Schroeder, 23 de Abril de 2015.

DISPENSA 17/2015-FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 17/2015 - DL****Processo Nr.: 31/2015
Data: 23/04/2015**

Folha: 1/2

Fornecedor: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A
Endereço: RUA VERGUEIRO, 7213
Cidade: São Paulo - SP
CNPJ: 85.031.334/0001-85

Código: 9876

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Seguro DETER para o veículo Sprinter MEK 7789, Sprinter Benz 313CDI, ano 2005 da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Seguro DETER para o veículo Sprinter MEK 7789, Sprinter Benz 313CDI, ano 2005 da Secretaria de Saúde	UN	738,80	738,80

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

O seguro DETER é obrigatório para ue o referido veículo possa transitar com pacientes dentro do Estado de Santa Catarina. Justifico a dispensa e orçamento único, sendo que a seguradora Nobre do Brasil S/A é a única que atende as normas do DETER.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 23 de Abril de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 17/2015 - DL**

Processo Nr.: 31/2015
Data: 23/04/2015

Folha: 2/2

22/04/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 22 de Abril de 2015

Valor da Despesa: 738,80 (setecentos e trinta e oito reais e oitenta centavos)

Pagamento.....: 15 dias após recebimento do documento fiscal

DISPENSA 34/2015-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 34/2015 - DL****Processo Nr.: 83/2015
Data: 23/04/2015**

Folha: 1/2

Fornecedor: REDESPORT INDUSTRIA E COM. DE REDES ESPORTIVAS LTD**Código:** 8181**Endereço:** R VEREADOR NESTOR DOS SANTOS,308 -**Cidade:** ITAJAI - SC**CNPJ:** 73.781.338/0001-00**Inscrição Estadual:** 252.840.590**Objeto da Compra:** Aquisição de redes de proteção e instalação para Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Rede de proteção fio 6,0 seda ml 10 cm na cor branca com 1,20 de altura por 75 de comprimento num total de 90m² instalada.	UN	2.142,00	2.142,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

TAIS OBJETOS SÃO DE NECESSIDADE PARA MANUTENÇÃO DAS AÇÕES ESPORTIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 23 de Abril de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 34/2015 - DL**

Processo Nr.: 83/2015
Data: 23/04/2015

Folha: 2/2

17/04/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 17 de Abril de 2015

Valor da Despesa: 2.142,00 (dois mil cento e quarenta e dois reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

DISPENSA Nº 16/2015-FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA**
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDERCNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO**
Nr.: 16/2015 - DL**Processo Nr.: 29/2015**
Data: 23/04/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: GENESIO A MENDES & CIA LTDA

Código: 6426

Endereço: R SAO LUIZ, 127, GALPAO K

Cidade: Tubarão - SC

CNPJ: 82.873.068/0001-40

Inscrição Estadual: 250.064.111

Objeto da Compra: Aquisição de medicamento fornecido pela Secretaria de Saúde através de Ação Civil Pública nº 0900062-69.2015.8.24.0026 do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	30,00	NEBLOCK 5MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	COMP	1,238	37,14
2	50,00	ETNA CAIXA COM 50 COMPRIMIDOS	COMP	1,384	69,20

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Paciente idosa portadora de "Arritmia (CID I48), Aterosclerose (CID I70) e Lombalgia (CID M54-4)", necessitando dos medicamentos para tratamento das suas enfermidades.

Schroeder, 23 de Abril de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 16/2015 - DL**

Processo Nr.: 29/2015
Data: 23/04/2015

Folha: 2/2

17/4/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 17 de Abril de 2015

Valor da Despesa: 106,34 (cento e seis reais e trinta e quatro centavos)

Pagamento.....: 15 dias após recebimento do documento fiscal

DISPENSA Nº 33/2015-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 33/2015 - DL**

Processo Nr.: 82/2015
Data: 23/04/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: COFISO COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - ME
Endereço: RUA MAL. CASTELO BRANCO, 4670
Cidade: SCHROEDER - SC
CNPJ: 72.375.405/0001-15

Código: 7821

Inscrição Estadual: ISENTA

Objeto da Compra: Aquisição de materiais para conserto do ar condicionado da viatura Fiat Pálio, placa MLI4237 da Polícia Militar do Município de Schroeder/SC.

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Compressor Delphi linha Palio 2013	UN	1.400,00	1.400,00
2	1,00	Condensador Original Palio 2013	UN	400,00	400,00
3	1,00	Valvula de Expansão	UN	150,00	150,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Considerando, a necessidade desse produto para o bom desempenho da viatura da Polícia Militar é imprescindível este serviço de segurança pública na Município, e também tendo em vista o valor total da aquisição.

Schroeder, 23 de Abril de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 33/2015 - DL**

Processo Nr.: 82/2015
Data: 23/04/2015

Folha: 2/2

17/4/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 17 de Abril de 2015

Valor da Despesa: 1.950,00 (um mil novecentos e cinquenta reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

NOTA DE ANULAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 31/2015-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 31/2015 - PR

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 64/2015
Data do Processo: 02/04/2015

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço de manutenção em motores elétricos e motobombas da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 4 / 2015

Motivo: Devido a tentativa de abertura frustrada.

Schroeder, 23 de Abril de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 083/2015

DECRETO Nº083/2015 DE 23 DE ABRIL DE 2015.

“Homologação das inscrições após prazo para recurso, do Processo Seletivo Municipal, de acordo com Edital nº 001/2015”.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei orgânica do Município e nos termos do presente documento, defere inscrições dos candidatos inscritos no Processo Seletivo Municipal Nº001/2015, do Município de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, conforme determina o referido Edital.

Art. 1º - Após prazo para recurso ficam assim homologadas as inscrições dos candidatos inscritos para o Processo Seletivo Municipal Nº001/2015, do Município de Serra Alta (SC), as quais preenchem os requisitos exigidos, a seguinte função/cargo:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE		
Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
31	KAUANA DE MORAIS DA SILVA	6916696

AGENTE EDUCATIVO		
Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
33	ANA CLAUDIA SENHOR	5543153
39	RAFAELA PAULA STRAPAZZON	5543352
42	FERNANDA EBERTZ	102164580
43	DARLI TEREZINHA CERIZOLLI	1718408
55	JUCIÉLI VANI	54077621

AUXILIAR ADMINISTRATIVO		
Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
13	BRUNA MARAFON	5.976.845
20	MARIA CRISTINA GUMPLINGER OLIVERA	21600244
28	EDILVANE BARICHELLO	6238165
35	AIMAR JOSE PALOSCHI	1019696143
41	JUCIELI HANAUER	4704268
47	ROSA MARIA PRIOR	4006339
48	DOUGLAS ARTHUR SPEROTTO	51375605
51	CLEIDIANE DA SILVA	7.003.261
56	LILIAN PAULA PACASSA	5889872
57	RENAN JUNIOR DE ALMEIDA	5137695

AUXILIAR DE ENFERMAGEM		
Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
4	CRISTIANA MARTELLO	4734567
5	SANDRA PAULA BELOLLI	3157896
8	PRISCILA WERNER	3539245
38	SIMÉIA ZANON SUTIL	4748902
59	DIOGO FILIPPI CHIELLA	48432288

ENGENHEIRO CIVIL		
Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
6	DANIEL GALERA	3341299
11	EDUARDO DE BOM	91728800
24	FABIANA GRANDO	4.256.352
29	EDUARDO BRUDA	4724585
34	VALDEMAR MARTINS	5215545
53	MAIARA ALESSI	53725964
54	LAURA SABRINA BRUM	106277788
58	GUSTAVO BOCHI BARBIERI	3895795
61	REGINA FRIEDRICH	4791259

PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL		
Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
14	CAMILA ANTUNES	52278093
22	ELIZANDRA KOMINKIEWICZ WRZESINSKI	4971671
45	ROSANE CRISTINA JACOBY	3921720
46	IVONETE PIRES DE LIMA	3878650
52	MARINÊS ROJAHN	3420829

PROFESSOR III – INGLÊS		
Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
50	JORDY LUIZ WERLANG DE SOUZA	5177983

SEGUNDO PROFESSOR		
Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
12	SIMPLICIA MARIA DA CUNHA	1491530
16	SALETE TEREZINHA WOLSKI BRUGNERA	1592814

23	SILVANA CRISTINA VINCENZI ZAMIGNAN.	2433487-1
25	FRANCINE PACASSA	51375788
44	SONIA ELIZABETE JACOBSEN STOCKER	470556

SERVENTE DE ESCOLA		
Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
15	DIVA PRIOR	38623471
19	JUSSARA APARECIDA SIEPMANN PRIOR	4.815.524-1
30	IVETE TEREZINHA DE OLIVEIRA	12R-1715.605
32	NEIVA PROVENSÍ	110175043
36	OLIVA PEREIRA	18513301

Serra Alta, SC, 23 de abril de 2015.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do **Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013**, revogadas as disposições em contrário.

Serra Alta (SC), 23 de Abril de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal de Serra Alta/SC

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

EXTRATO CONTRATUAL Nº 005/2015-FMS

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2015	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	005/2015
Contratante	MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Contratada	ROBERTO RUSCHEL ME.
Objeto.....	A CONTRATADA obriga-se a fornecer os itens nº 01 e nº 02 referente a Aquisição de Próteses Dentárias para distribuição gratuita aos munícipes que necessitam, atendendo o Programa Saúde Bucal Saudável para adultos, conforme Lei Municipal nº 879/2011 de 28/06/11.
Valor.....:	A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, o valor total de R\$ 90.000,00 (Noventa mil reais) pela estimativa de aquisição das próteses dentárias do objeto deste Contrato, sendo que o preço unitário proposto é de R\$ 200,00 (Duzentos reais) para a Prótese Total (PT) e R\$ 250,00 (Duzentos e cinquenta reais) para a Prótese Parcial Removível (PPR).
Vigência....	24/04/2015 á 31/12/2015.
Dotação.....	Orçamento vigente: 10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE- 2.800– Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - 3.3.90.00 / Despesa 05 - DR 0002.
SERRA ALTA, 24 de abril de 2015.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SERRA ALTA
AVISO DE LICITAÇÃO:
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2015
Tipo: Menor Preço/Por item.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de perfuração e detonação de rochas, incluindo o fornecimento dos equipamentos/materiais e mão de obra, para a perfeita execução do referido serviço, no Município de Serra Alta, conforme a necessidade. Objetivando a extração de material para a manutenção e conservação da rede viária.

Entrega dos Envelopes : 08:30 horas do dia 13 de Maio de 2015.

Abertura dos Envelopes : 09:00 horas do dia 13 de Maio de 2015.

O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/> ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:15 às 17:15horas.

SERRA ALTA, 24 de abril de 2015.
FRANCISCO ARTUR BOTH
PREFEITO MUNICIPAL

Sombrio

PREFEITURA

ATA PREGÃO PRESENCIAL 033/2015

EXTRATO DE ATAS

PREGÃO PRESENCIAL 33/2015

O MUNICÍPIO DE SOMBRIO, ESTADO DE SANTA CATARINA, com sede a Av Nereu Ramos, 861 - Centro, no município de Sombrio - SC, inscrito no CNPJ sob n.º 82.963.216/0001-17, leva ao conhecimento dos interessados que se acham registrados os preços, do Pregão Presencial nº 33/2015, que tem por objeto registrar preços para a eventual aquisição de "MATERIAIS ELÉTRICOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL", sendo que o prazo de validade é até 12 meses, conforme fornecedores, itens, marcas e valores abaixo relacionados:

Razão Social Fornecedor Registrado: ARALUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS EIRELLI						
CNPJ: 05.355.521/0001-85						
End.: Rua Francisco Anastácio, nº 175, Jardim Cibeles, Araranguá-SC						
Fone: (48) 99537314			Fax: (48) 99537314			
E-mail: araluzara@hotmail.com						
Representante: Rogério Berto			RG: 40.310.06.952		CPF: 403.176.170-87	
Cargo/Função: Sócio Administrador						
Item	Descrição do Material	Unid.	Quant.	Marca	V. Unit. (R\$)	V. Total (R\$)
03	BRAÇO DE ILUMINAÇÃO PUBLICA DE 25MMX1M, PAREDE 2MM GALVANIZADO A FOGO	Uni.	500	Milenio	13,58	6.790,00
08	CONECTOR CUNHA 25X1,5MM, TIPO B	Uni.	250	KRJ	2,90	725,00
09	CONECTOR CUNHA 35X1,5MM, TIPO B	Uni.	250	KRJ	2,90	725,00
10	CONECTOR CUNHA 50X1,5MM, TIPO B	Uni.	250	KRJ	2,90	725,00
12	CONECTOR PIERCING 35X40MM	Uni.	200	Intelli	2,19	438,00
13	CONECTOR PIERCING 70X40MM	Uni.	200	Intelli	4,55	910,00
15	FITA ISOLANTE PVC 20M. LARGURA DE MÍNIMA DE 19MM, ESPESSURA 0,18MM CONFORME NBRNM 60454-9-1	Uni.	50	Prymian	2,75	137,50
16	LÂMPADA VAPOR SÓDIO 250W E-40 BULBO TUBULAR, FLUXO LUMINOSO 33200 LUMENS.	Uni.	800	Osram	19,95	15.960,00
17	LÂMPADA VAPOR SÓDIO 70W E-27 BULBO OVOIDE FLUXO LUMINOSO 5600 LUMENS.	Uni.	3.500	Osram	9,60	33.600,00
18	LUMINÁRIA ABERTA PUBLICA, FACETADA, E-27 PADRÃO CELESC EM ALUMÍNIO, FOCO REGULÁVEL MEDINDO 34X28 CM COM BOCAL PORCELANA, 2 FIOS (POSITIVO E NEGATIVO) FLEXÍVEL DE 1,5MM, COM SUPORTE EM ALUMÍNIO COM 2 PARAFUSOS SEXTAVADOS DE 5MM, FIXADOS POR 4 REBITES, SENDO UM EM CADA CANTO	Uni.	700	Olivo	30,85	21.595,00
20	PARAFUSO CABEÇA ABAULADA M16X70MM GALVANIZADO A FOGO	Uni.	90	Milenio	1,45	130,50
21	PARAFUSO MAQ. 16X200MM GALVANIZADO A FOGO	Uni.	100	Milenio	3,37	337,00
22	PARAFUSO MAQ. 16X250MM GALVANIZADO A FOGO	Uni.	100	Milenio	3,23	323,00
23	PARAFUSO MAQ. 16X300MM GALVANIZADO A FOGO	Uni.	100	Milenio	4,00	400,0
25	REATOR VAPOR SÓDIO 250 W, FATOR DE POTENCIA 0,94 USO EXTERNO GALVANIZADO A FOGO, BAIXAS PERDAS, COM SELOS ENCE E COM GARANTIA DE NO MÍNIMO 3 ANOS GRAVADOS NO REATOR	Uni	800	Demape	64,00	51.200,00
26	REATOR VAPOR SÓDIO 70 W, FATOR DE POTENCIA 0,97 USO EXTERNO GALVANIZADO A FOGO, BAIXA PERDAS, COM SELO EMCE, COM GARANTIA DE NO MÍNIMO 3 ANOS GRAVADOS NO REATOR	Uni.	3.500	Demape	38,35	134.225,00
Valor Total						268.221,00

Razão Social Fornecedor Registrado: LUMA MULTICENTER LTDA

CNPJ: 19.432.711/0001-63

End.: Rua Luiz Coelho, nº 945, Centro, Sombrio-SC

Fone: (48)3533-0050

Fax: (48)3533-0050

E-mail: teço_silverio@hotmail.com

Representante: Mário César Dal Pont Silvério

RG: 3.388.042

CPF: 003.952.399-31

Cargo/Função: Representante

Item	Descrição do Material	Unid.	Quant.	Marca	V. Unit. (R\$)	V. Total (R\$)
01	ARRUELA QUADRADA 38X38X3MM FURO 18MM	Uni.	400	Rimagno	0,259	103,60
02	BASE PARA RELÉ FOTOELÉTRICO 1000W; BASE EM CONFORMIDADE A NBR 5123; RIGIDEZ DIELÉTRICA DE 2500V; CORRENTE; 10A; TOMADA GIRATÓRIA 360°, COM SUPORTE EM AÇO 1020 GALVANIZADO A FOGO; LIGAÇÃO A 3 FIOS: FASE 1 (PRETO), NEUTRO OU FASE 2 (BRANCO) E CARGA (VERMELHO); MAPA DE MARCAÇÃO INDELÉVEL COM IDENTIFICAÇÃO DO SENTIDO DE ENCAIXE DO RELÉ E IDENTIFICAÇÃO DOS TERMINAIS DE ENCAIXA	Uni.	3.500	Exatrom	6,97	24.395,00
04	CHAVE ILUMINAÇÃO PÚBLICA 1X50	Pacote	20	Exatrom	133,50	2.670,00
05	CINTA PARA POSTE SEÇÃO CIRCULAR 190MM RESISTÊNCIA MECÂNICA, DEVE SUPORTAR UM ESFORÇO DE TRAÇÃO F5000DA N SEM RUPTURA, LARGURA 38MM ESPESSURA DE CHAPA 6MM ACOMPANHADA DE 2 PARAFUSO CABEÇA ABAULADA M16X70, GALVANIZADO A FOGO	Uni	120	Konesul	13,40	1.608,00
06	CINTA PARA POSTE SEÇÃO CIRCULAR 220MM, RESISTÊNCIA MECÂNICA, DEVE SUPORTAR UM ESFORÇO DE TRAÇÃO F5000DAN SEM RUPTURA, LARGURA 38M, ESPESSURA DE CHAPA 6MM, ACOMPANHADA DE 2 PARAFUSO CABEÇA ABALOADA M16X70, GALVANIZADO A FOGO	Uni.	120	Konesul	14,37	1.724,40
07	CONDUTOR SÓLIDO DE COBRE 1,5MM TEMPERADA MOLE, ENCONDAMENTO CLASSE 1 ISOLAÇÃO DE PVC/A 70°C - COMPOSTO TERMOPLÁSTICO ESTRUTURADO A BASE DE POLICLORETO DE VINILA, COM CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS PARA PROPAGAÇÃO E AUTO EXTINGUIÇÃO DE FOGO, POSSUIR CARACTERÍSTICAS PARA PROPICIAR BOM ACABAMENTO E FACILITAR O DESLIZAMENTO DOS FIOS PELOS ELETRODUTOS, ROLOS DE 100 METROS	Rolo	15	Corfio	45,99	689,85
11	CONECTOR CUNHA RAMAL DE LIGAÇÃO TIPO III, COR VERMELHA, CONDUTOR LADO A 2,5-6MM E LADO B 25MM	Uni.	400	Joarp	2,00	800,00
14	FITA AUTO FUSÃO FABRICADA COM COMPOSTO DE EPR, LARGURA 19MM ESPESSURA 0,76MM ROLOS COM 5M CONFORME NORMA ASTM- D 4388	Uni.	10	Avant	8,40	84,00
19	LUMINÁRIA PÚBLICA FECHADA, FACETADA, E-40 - 400W- PADRÃO CELESC EM ALUMÍNIO, FOCO REGULÁVEL MEDINDO 34X28 CM COM BOCAL PORCELANA, 2 FIOS (POSITIVO E NEGATIVO) FLEXÍVEL DE 1,5MM, COM SUPORTE EM ALUMÍNIO COM 2 PARAFUSOS SEXTAVADOS DE 5MM, FIXADOS POR 4 REBITES, SENDO UM EM CADA CANTO	Uni.	50	Olivo	73,99	3.699,50
24	REATOR LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO A ALTA PRESSÃO 250W (INTERNO) COM IGNITOR 40	Uni.	40	Keiko	53,54	2.141,60
27	RELÉ FOTO ELETRÔNICO; POTENCIA MÍNIMA DE 1000W OU 1800VA; GRAU DE PROTEÇÃO: IP 67 SISTEMA FAIL OF (LÂMPADA APAGADA EM CASO DE FALHA) CONTATO NF EM OPERAÇÃO: TIPO DE OPERAÇÃO: FOTO TRANSISTOR (SILÍCIO; TEMPO DE RETARDO 3 A 5S; LIMITES DE FUNCIONAMENTOS -5°C A +50°C DURABILIDADE DOS CONTATOS (NÚMEROS DE OPERAÇÕES) > 15.000; PROTEGIDO COM VARISTOR; TAMPA EM POLICARBONATO ESTABILIZADO 1.V.; FECHAMENTO DOS CONTADOS DO RELÉ EM 0V. CONTROLE DOS PARÂMETROS MONITORANDO POR CIRCUITO MICRO CONTROLADO INTELIGENTE, MONITORA ENVELHECIMENTO DOS CONTATOS DO RELÉ INTERNO. EM CONFORMIDADE COM A NBR5123	Uni.	3.500	Dreik	10,58	37.030,00
Valor Total						74.945,95

ATA PREGÃO PRESENCIAL 034/2015**EXTRATO DE ATAS****PREGÃO PRESENCIAL 34/2015**

O MUNICÍPIO DE SOMBRIO, ESTADO DE SANTA CATARINA, com sede a Av Nereu Ramos, 861 - Centro, no município de Sombrio - SC, inscrito no CNPJ sob n.º 82.963.216/0001-17, leva ao conhecimento dos interessados que se acham registrados os preços, do Pregão Presencial nº 34/2015, que tem por objeto registrar preços para a eventual aquisição de "material escolar e de expediente, conforme discriminado no termo de referência que se encontra no referido pregão presencial", sendo que o prazo de validade é de 12 meses, conforme fornecedores, itens, marcas e valores abaixo relacionados:

Razão Social Fornecedor Registrado: AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO, INFORMÁTICA E PAPELARIA						
CNPJ: 00.147.109/0001-56						
End.: Rua Farroupilha, nº 35, Barreiros – São José-SC						
Fone: (48)3722-3306			Fax: (48)3722-3306			
E-mail:						
Representante: IRMA WASEN			RG: 11/R 2.824.093		CPF: 933.598.459-00	
Cargo/Função: SÓCIA ADMINISTRADORA						
Item	Descrição do Material	Unid.	Quant.	Marca	V. Unit.R\$	V. Total R\$
91	PAPEL OFICIO A4 210MM X 297MM, 75 GR/M², ALCALI-NO, RESMA COM 500 FLS	Uni.	6.000	One/A4/Suzano	11,00	66.000,00
Valor Total						66.000,00

Razão Social Fornecedor Registrado: DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI EPP						
CNPJ: 09.008.570/0001-00						
End.: Rua Irmgard Carl, nº 225, sala 01, Asilo – Blumenal-SC						
Fone: (47) 3237-5550			Fax: (47) 3237-5550			
E-mail: dial@dialdepartamentos.com.br						
Representante: Fabrizio Rosso			RG: 30886708		CPF: 031.149.489-79	
Cargo/Função: REPRESENTANTE						
Item	Descrição do Material	Unid.	Quant.	Marca	V. Unit.R\$	V. Total R\$
20	CANETA HIDROCOR PONTA FINA 12 CORES VARIADAS: LARANJA, VERMELHO, ROSA, AMARELO, VERDE, AZUL, ROXO, MARROM E PRETO. A CRITÉRIO DO SOLICITANTE. SIMILAR OU SUPERIOR A MARCA: FABER-CASTELL.	Jogo	300	Leonora	2,42	726,00
25	CD-R GRAVÁVEL 700MB, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	Uni	50	Elgin	58,50	2.925,00
28	CLIPS GALVANIZADO Nº 6 – CAIXA COM 500 GR.	Caixa	200	New	5,75	1.150,00
30	COLA BRANCA ESCOLAR A BASE DE ACETATO DE POLI-VINILA, ATÓXICA, LAVÁVEL. INDICADA PARA COLAGENS EM PAPEL CARTÃO E CARTOLINA, COM BICO APLICADOR EXTRA FINO E TAMPAS ROSQUEÁVEL ANTIFRATILANTE PARA EVITAR O RESSECAMENTO DO PRODUTO. EM SEU RÓTULO DEVERÁ CONTER AS SEGUINTE INFORMAÇÕES: MARCA, INFORMAÇÕES SOBRE O FABRICANTE E COMPOSIÇÃO E SELO DO INMETRO, EMBALAGEM CONTENDO 110 GRAMAS	Uni	5.000	Piratininga	0,92	4.600,00
48	ETIQUETAS AUTOADESIVAS, COR BRANCA, CANTOS ARREDONDADOS Nº 14 NAS MEDIDAS 38,1 X 99MM, CAIXA COM 1400 UNIDADES	Caixa	150	Informis	17,50	2.625,00
87	PAPEL DÚPLEX 48 CM X 66 CM, CORES DIVERSAS	Uni	10.000	VMP	0,43	4.300,00
93	PAPEL PARDO, CELULOSE VEGETAL, SEMI-KRAFT, 100CM X 1,20 CM, PARDA BOBINA COM 100 MT	Uni	100	Trento	43,05	4.305,00
96	PASTA REGISTRADORA AZ - OFICIO C/VISOR GROSSA	Uni	500	Frama	5,39	2.695,00
98	PASTAS COM ABA ELÁSTICA, TAMANHO 233MM X 348MM, COM 10 UNIDADES	Uni	3.000	ICL	0,78	2.340,00
Valor Total						25.666,00

Razão Social Fornecedor Registrado: Gold Computadores LTDA						
CNPJ: 02.537.692-0001/37						
End.: Rua Romulo Pescador, 913, Centro – Turvo-SC						
Fone: (48) 48)03525-0444				Fax: (48)03525-1148		
E-mail: net@netvale.com.br						
Representante: Sandro Pietsch				RG: 2.390.820		CPF: 675.131.079-04
Cargo/Função: sócio administrador						
Item	Descrição do Material	Unid.	Quant.	Marca	V. Unit.R\$	V. Total R\$
03	ALFINETE REDONDO PARA MAPAS 50 UNIDADES, CORES VARIADAS.	Caixa	100	Jocar	2,08	208,00
08	BARBANTE ALGODÃO, QUANTIDADE FIOS 8 UN, ACABAMENTO SUPERFICIAL CRÚ, ROLO COM 600G/457MTS OU MAIS	Rolo	500	Roma	6,10	3.050,00
36	DISCO COMPACTO - DVD, TEMPO DURAÇÃO 120 MIN, TIPO GRAVÁVEL E REGRAVÁVEL/ DVD-R, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS INDIVIDUAL, BOX ACRÍLICO, VELOCIDADE GRAVAÇÃO 16X, CAPACIDADE DVD ROM 4.7 GB, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	Uni.	50	Videolar	71,90	3.595,00
43	ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO, 17MM, 100 FOLHAS, PACOTE COM 100 UNIDADES	Pacote	300	Plaspiral	15,49	4.647,00
44	ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO, 29MM, 200 FOLHAS, PACOTE COM 35 UNIDADES	Pacote	300	Plaspiral	14,33	4.299,00
45	ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO, 40MM, 350 FOLHAS, PACOTE COM 20 UNIDADES	Pacote	250	Plaspiral	14,23	3.557,50
46	ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO, 45MM, 400 FOLHAS, PACOTE COM 16 UNIDADES	Uni	250	Plaspiral	14,40	3.600,00
52	FITA ADESIVA, MATERIAL PAPEL KRAFT, TIPO GOMADA, LARGURA 50 MM, COMPRIMENTO 50M, COR MARROM, APLICAÇÃO EMPACOTAMENTO.	Rolo	800	Adelbras	3,78	3.024,00
62	GRAMPEADOR DE MESA 26/6 25FL UNIVERSAL A17 PRETO, CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO: GRAMPEADOR MÉDIO DE MESA A17 PRETO, CAPACIDADE PARA ATÉ 25 FOLHAS 75 GRAMAS, RESERVATÓRIO PARA ½ PENTE DE GRAMPOS, BIGORNA DE DUAS FUNÇÕES. CORPO PLÁSTICO E BASE EMBORRACHADA.	Uni.	200	Jocar	6,27	1.254,00
64	GRAMPO GALVANIZADO 23/13 - CX COM 5000 UND.	Caixa	200	BRW	11,72	2.344,00
70	LÁPIS DE COR, INTEIROS, SEXTAVADO, CAIXA COM 12 UNIDADES, CORES SORTIDAS: VERDE, AZUL, ROSA, VERMELHO, LARANJA, AMARELO, MARROM, PRETO, A CRITÉRIO DO SOLICITANTE. COMPOSTO POR PIGMENTOS AGLUTINADO, CARGA INERTE E CERAS COM FORMATO SEXTAVADO, FABRICADO C/ PIGMENTOS DE ALTA QUALIDADE QUE PROPORCIONAM MELHOR COBERTURA, COM CORES VIVAS E BRILANTES. SIMILAR OU SUPERIOR A MARCA FABER CASTELL	Caixa	1.200	Leó e Léo	3,01	3.612,00
73	LIVRO ATA, MATERIAL PAPEL SULFITE, QUANTIDADE FOLHAS 50, GRAMATURA 56 G/M2, COMPRIMENTO 320 MM, LARGURA 220 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CAPA DURA DE PAPELÃO/FOLHAS NUMERADAS	Uni	150	Spiral	3,86	579,00
78	MASSA PARA MODELAR, ATÓXICA, COM NO MÍNIMO 12 CORES, TAMANHO GRANDE, PESO APROXIMADO DE 180G.	Uni	1.000	Léo e Léo	1,82	1.820,00
81	PAPEL CAMURÇA - 40 CMM X 60 CM COM 25 FOLHAS (CORES VARIADAS)	Pacote	300	RSA	8,90	2.670,00
97	PASTA SUSPENSÁVEL MARMORIZADA 365MM X 235MM PARA ARQUIVO DE AÇO COM VISOR TRANSPARENTE, ETIQUETA, GRAMPO E TRILHO PLÁSTICO	Uni.	2.000	Frama	0,95	1.900,00
108	PISTOLA DE COLA QUENTE – 20W – BASTÃO RECOMENDADO 7,2X300MM DE SILICONE	Uni	200	Léo Tec	9,90	1.980,00
114	TESOURA PICOTAR PROFISSIONAL 9,5’ GRANDE 22 CM	Uni	80	Masterprint	34,78	2.782,40
Valor Total						44.921,90

Razão Social Fornecedor Registrado: Lugraf Gráfica e Papelaria Eireli EPP						
CNPJ: 95.764.890/0001-14						
End.: Rua Juscelino Kubitschek, nº 317, Barreiros, São José-SC						
Fone: (48) 3240-1937				Fax:		
E-mail: licita.lugraf@gmail.com						
Representante: Luís Fernandes Achar				RG: 1.667.048		CPF: 573.273.949-15
Cargo/Função: sócio administrador						
Item	Descrição do Material	Unid.	Quant.	Marca	V. Unit.R\$	V. Total R\$
84	PAPEL CONTACT TRANSPARENTE 45CM X 25 LAMINADO DE PVC AUTO-ADESIVO, PROTEGIDO NO VERSO, POR PAPEL SILICONADO	Rolo	100	Infortac	29,82	2.982,00
107	PINCEL, PRÓPRIO PARA USO EM QUADRO BRANCO MAGNÉTICO, PONTA 4,5MM MACIA, NÃO RECARREGÁVEL. NAS CORES PRETO, AZUL, VERDE OU VERMELHO, CONFORME PEDIDO (AUTORIZAÇÃO DE COMPRA).	Uni.	4.500	Foska	0,80	3.600,00
109	PISTOLA DE COLA QUENTE – 40W – 193°C – BASTÃO RECOMENDADO 11,2X300MM DE SILICONE	Uni.	250	Make	9,47	2.367,50
Valor Total						8.949,50

Razão Social Fornecedor Registrado: Maxxcomper Comércio Varejista De Ferragens E Ferramentas LTDA ME						
CNPJ: 04.379.684/0001-35						
End.: Rua Caetano Lummertz, nº 935, Centro – Sombrio-SC						
Fone: (48) 3533-2535			Fax: (48) 3533-2535			
E-mail:						
Representante: Inês Maria Busanello Clezar			RG: 2.398.870		CPF: 308.920.230-15	
Cargo/Função: sócia administradora						
Item	Descrição do Material	Unid.	Quant.	Marca	V. Unit.R\$	V. Total R\$
18	CALCULADORA DE MESA 12 DÍGITOS, COM AS SEGUIN- TES FUNÇÕES: PORCENTAGEM; INVERSÃO DE SINAIS; MEMÓRIA; CORREÇÃO DÍGITO A DÍGITO; CORREÇÃO TOTAL; DUPLO ZERO; DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO.	Uni.	100	Classe	10,15	1.015,00
Valor Total						1.015,00

Razão Social Fornecedor Registrado: Papelaria Espaço Escolar LTDA						
CNPJ: 03.790.887/0001-57						
End.: Rua XV de Novembro, nº 31, Edifício São Cristovão, Sala 01, Centro, Orleans-SC						
Fone: (48) 3466-4772			Fax: (48) 3466-4772			
E-mail:						
Representante: Carina Ascari Alberton Gesser			RG: 4.533.184		CPF: 043.898.549-41	
Cargo/Função: sócia administradora						
Item	Descrição do Material	Unid.	Quant.	Marca	V. Unit.R\$	V. Total R\$
05	APONTADOR LÁPIS, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO ESCOLAR, COR VARIADA, TAMANHO MÉDIO.	Uni.	4.500	Léo Léo	0,09	405,00
06	ARGILA ESCOLAR ESPECIAL, NÃO TÓXICA, COR VERMELHA, PACOTE COM 1KG	Kg	200	Angel Plas	0,90	180,00
09	BASTÃO COLA QUENTE FINO DE 7,5MM X 30 EMBALAGEM DE 1 KG.	Kg	150	Make	16,45	2.467,50
10	BASTÃO COLA QUENTE GROSSO, 11,2 MM X 30 CM, EMBALAGEM DE 1 KG.	Kg	150	Make	16,45	2.467,50
11	BLOCO AUTOADESIVO 38X51 C/50FLS CORES SORTIDAS, EMBAGEM COM 4 UNIDADES	Pacote	500	Jocar	1,90	950,00
12	BORRACHA BRANCA ESCOLAR (NATURAL MÉDIA) CAIXA COM 40 UNIDADES.	Uni.	500	Léo Léo	4,61	2.305,00
14	CADERNO CALIGRAFIA 1/4, BROCHURA COM 40FLS	Uni.	3.000	Credeal	0,53	1.590,00

16	CAIXA DE ARQUIVO MORTO, PAPELÃO RECICLADO, MATERIAL PAPELÃO NA COR PARDAL, TAMANHO OFÍCIO, TAMANHO APROX. MONTADA CXLXA (36X14X24).	Uni.	5.000	Urussanga	1,28	6.400,00
17	CAIXA DE CORRESPONDÊNCIA EM ACRÍLICO, COR FUMÊ OU TRANSPARENTE, COM 3 BANDEJAS ARTICULÁVEIS. MEDIDAS APROXIMADAS COM BANDEJAS FECHADAS: 250MMX100MMX360MM.	Uni.	30	Waleu	32,56	976,80
19	CANETA ESFEROGRÁFICA, COR DA CARGA AZUL, PRETO E VERMELHO, PONTA PLÁSTICA COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO, ESCRITA MÉDIA, CORPO PLÁSTICO TRANSPARENTE COM A PEGA OU TODO SEXTAVADO, VALIDADE MÍNIMA DE 22 MESES, A PARTIR DA DATA DE ENTREGA, IMPRESSA NA EMBALAGEM. CAIXA COM 50 UNIDADES, COM SELO DO INMETRO.	Caixa	900	Masterprint	8,75	7.875,00
21	CANETA PARA RETROPROJETOR 1,0 MM A BASE DE ÁLCOOL, CORES AZUL, VERMELHO E PRETO.	Uni.	3.000	Jocar	0,90	2.700,00
22	CAPA PARA ENCADERNAÇÃO TAMANHO A4 - PRETA, PACOTE COM 50 UNIDADES	Pacote	200	USA Folien	7,69	1.538,00
23	CAPA PRA ENCADERNAÇÃO TAMANHO A4-TRANSPARENTE, PACOTE COM 50 UNIDADES	Pacote	200	Usa Folien	7,69	1.538,00
24	CARTOLINA ESCOLAR, CORES VARIADAS, 500 MM X 660 MM, COM 100 FOLHAS	Pacote	500	Aloform	23,25	11.625,00
27	CLIPS GALVANIZADO Nº 3 – CAIXA COM 500 GR.	Caixa	200	New	5,50	1.100,00
29	CLIPS GALVANIZADO Nº 8 – CAIXA COM 500 GR.	Caixa	200	New	5,76	1.152,00
32	COLA DE ISOPOR OU EVA, COM BICO APLICADOR, EMBALAGEM 90GR	Uni.	480	Delta	1,49	715,20
33	COLA GLITER À BASE DE PVA, CAIXA COM 06, CORES VARIADAS.	Caixa	250	Piratiniga	3,83	957,50
34	COLA/ADESIVO INSTANTÂNEO EM BASE DE CIANO-ACRILATO DE ETILO, USO GERAL SECAGEM RÁPIDA, EMBALAGEM COM 100 GR	Uni.	100	Tekbond	6,11	611,00
35	CORRETIVO LÍQUIDO, A BASE DE ÁGUA, ATÓXICO, PRESENTAÇÃO FRASCO COM 18 ML, SECAGEM RÁPIDA, DEVERÃO ESTAR GRAVADOS A MARCA E O PRAZO DE VALIDADE NO RÓTULO DO PRODUTO.	Uni.	1.200	Koala	0,65	780,00
37	ELÁSTICO LÁTEX ESPECIAL AMARELO N.18 C/1100UN	Pacote	50	Mamuth	12,13	606,50
38	ENVELOPE OFÍCIO PADRÃO ECT, MEDINDO 114X229MM, COM RPC, 75G/M². UNIDADE, BRANCO	Uni.	1.500	Foroni	0,04	60,00
42	ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO, 09MM, 50 FOLHAS, PACOTE COM 100 UNIDADES	Pacote	300	Mares	7,06	2.118,00
49	EXTRATOR DE GRAMPOS TIPO ESPÁTULA, EM AÇO INOX, COMPRIMENTO APROXIMADO 145X17MM.	Uni.	200	Jocar	0,54	108,00
51	FITA ADESIVA, MATERIAL PAPEL KRAFT, TIPO GOMADA, LARGURA 25 MM, COMPRIMENTO 50M, COR MARROM, APLICAÇÃO EMPACOTAMENTO.	Rolo	1.000	Tight Tape	2,95	2.950,00
53	FITA ADESIVA, MATERIAL POLIPROPILENO TRANSPARENTE, TIPO MONOFACE, LARGURA 50 MM, COMPRIMENTO 50 MT	Rolo	1.000	Tight Tape	2,36	2.360,00
54	FITA ADESIVA, MATERIAL POLIURETANO, TIPO DUPLA FACE, LARGURA 19 MM, COMPRIMENTO 20 M, COR BRANCA, APLICAÇÃO MULTIUSO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ESPONJOSA	Rolo	1.500	Tight Tape	2,61	3.915,00
57	FOLHA PAUTADA BRANCA, PACOTE COM 50 FOLHAS	Pacote	500	Credeal	2,97	1.485,00
58	GIZ ANTIALÉRGICO BRANCO, MACIO. CAIXA COM NO MÍNIMO 50 PALITOS.	Caixa	200	Koala	0,93	186,00
59	GIZ ANTIALÉRGICO COLORIDO, MACIO. CAIXA COM NO MÍNIMO 50 PALITOS.	Caixa	100	Koala	1,41	141,00

60	GIZ DE CERA, EMBALAGEM CONTENDO 12 CORES VARIADAS: VERDE, AZUL, ROSA, VERMELHO, LARANJA, AMARELO, MARROM, PRETO, A CRITÉRIO DO SOLICITANTE. O GIZ DEVERÁ SER CONFECCIONADO COM CERAS, CARGAS INERTES, PIGMENTOS CORANTE NÃO TÓXICOS, CORES LIMPAS E RESISTENTES A LUZ, SECCÇÃO CIRCULAR, NAS SEGUINTE DIMENSÕES A SEREM CONSIDERADAS: DIÂMETRO: 9,5 MM.COMPRIMENTO: NO MINIMO 98 MM.O PRODUTO DEVE TER A MARCA DO FABRICANTE E ESTAR CERTIFICADO JUNTO AO INMETRO.	Caixa	800	Koala	0,74	592,00
63	GRAMPEADOR PARA PAPÉIS, DISPOSITIVO TOTALMENTE METÁLICO, PARA GRAMPO 26/6, NA COR PRETA, MEDIDAS APROXIMADAS DE 20 X 4 X 9CM. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER SE PERTINENTE, AS NORMAS DA ABNT E DO INMETRO.	Uni.	300	Jocar	11,53	3.459,00
65	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 23/08 CX C/5.000 UNIDADES	Caixa	200	CIS	7,50	1.500,00
66	GRAMPO PARA GRAMPEADOR, 106/6 DE, CX COM 3500 UNIDADES.	Caixa	200	Sertic	7,38	1.476,00
68	GRAMPOS PARA GRAMPEADOR, 26/6 COBREADO, CAIXA CONTENDO 5000 GRAMPOS.	Caixa	800	Jocar	2,01	1.608,00
69	LÂMINA ISOPOR 1M X 50CM X 10MM.	Uni.	2.000	Isocon	0,64	1.280,00
75	MARCADOR PARA CD, DVD, CORES DIVERSAS	Uni.	300	Jocar	1,31	393,00
76	MARCADOR PERMANENTE – PONTA DE 4,5MM, CORES DIVERSAS.	Uni.	300	Jocar	0,74	222,00
77	MARCADOR PERMANENTE PONTA DUPLA	Uni.	100	Acrilex	1,31	131,00
79	PALITO PONTA REDONDA – 10 CM PACOTES COM 100UNIDADES.	Pacote	800	Gaboardi	1,31	1.048,00
80	PALITOS DE MADEIRA PARA ESPETINHO, COMPRIMENTO APROXIMADO DE 25 CM. PACOTE COM 50 UNIDADES	Pacote	1.500	Reipel	1,65	2.475,00
82	PAPEL CARTÃO – 50 CM X 70 CM – COM 10 FOLHAS (CORES VARIADAS)	Pacote	820	Reipel	5,59	4.583,80
86	PAPEL CREPOM 45X200 CM, CORES DIVERSAS: VERDE, AZUL, AMARELO, LARANJA, VERMELHO, BRANCO. A CRITÉRIO DO SOLICITANTE, CORES DIVERSAS	Uni.	7.600	Reipel	0,31	2.356,00
88	PAPEL HECTOGRÁFICO (MATRIZ) – U-20, MEDIDAS: 220X330MM, COM 100 FOLHAS	Caixa	05	Hardcopy	22,38	111,90
89	PAPEL LAMINADO 45CM X 59CM COM 40 FOLHAS	Pacote	75	Reipel	16,50	1.237,50
92	PAPEL OFÍCIO A4 COLORIDO – PACOTE COM 100 FOLHAS, CORES DIVERSAS	Pacote	500	Chamex	3,04	1520,00
95	PASTA ARQUIVO, MATERIAL CARTOLINA PLASTIFICADA, TIPO COM GRAMPO, LARGURA 230 MM, ALTURA 335 MM, COR PRETA, PRENDEDOR INTERNO TRILHO, GRAMATURA 480 G/M2	Uni.	5.000	ICL	0,84	4.200,00
100	PERFURADOR DE PAPEL EM AÇO PARA 20 FLS, CAIXA COM 01 UNIDADE E RÉGUA AJUSTÁVEL.	Uni.	100	Jocar	8,13	813,00
101	PERFURADOR DE PAPEL EM AÇO PARA 50 FLS, CAIXA COM 01 UNIDADE E RÉGUA AJUSTÁVEL.	Uni.	50	Jocar	47,29	2.364,50
102	PINCEL ESCOLAR REDONDO Nº 15	Uni.	200	Léo Léo	0,72	144,00
103	PINCEL ESCOLAR REDONDO Nº 02	Uni.	300	Léo Léo	0,45	135,00
104	PINCEL ESCOLAR REDONDO Nº 08	Uni.	200	Léo Léo	0,53	106,00
105	PINCEL MARCADOR PERMANENTE ATÔMICO AZUL, PRETO, VERMELHO E VERDE.	Uni.	200	Jocar	0,74	148,00
106	PINCEL PARA MARCA TEXTO A BASE DE ÁGUA, SECA- GEM RÁPIDA, CORES DIVERSAS	Uni.	250	Masterprint	0,53	132,50
110	PORTA LÁPIS/CLIPS/LEMBRETE EM ACRÍLICO	Uni.	50	Waleu	7,13	356,50
111	RÉGUA EM POLIESTIRENO 30 CM CRISTAL	Uni.	5.000	Waleu	0,33	1.650,00
112	TESOURA ESCOLAR DE AÇO INOXIDÁVEL – PONTA REDONDA – CABO PLÁSTICO – FORMATO ANATÔMICO – 12 CM	Uni.	4.000	Jocar	0,74	2.960,00

113	TESOURA GRANDE DE ESCRITÓRIO, 20CM DE COMPRIMENTO (8"), PARA USO GERAL, COM CABO DE POLI-PROPILENO, COM LÂMINA EM AÇO INOXIDÁVEL.	Uni.	200	Jocar	2,70	540,00
117	TRANSPARÊNCIA PARA USO EM RETROPROJETOR, IMPRESSÃO A LASER, TAMANHO A4 CX C/50 UND.	Caixa	50	USA Folien	26,25	1.312,50
119	VISOR PASTA SUSPensa PLASTICO C/ETIQUETA BRANCA, CX 50 UM	Caixa	300	Dello	4,76	1.428,00
Valor Total						102.546,20

Razão Social Fornecedor Registrado: VALMORETE PEREIRA GONZAGA-ME

CNPJ: 80.108.780/0001-27

End.: Avenida Nereu Ramos, nº 1061, Centro – Sombrio-SC

Fone: (48) 3533-1588

Fax: (48) 3533-1588

E-mail:

Representante: Valmorete Pereira Gonzaga

RG: 1.978.014

CPF: 518.182.999-68

Cargo/Função: sócia administradora

Item	Descrição do Material	Unid.	Quant.	Marca	V. Unit.R\$	V. Total R\$
01	AGENDA DIÁRIA PRETA OU MARRON C/ELÁSTICO, TIPO PERMANENTE OU 2015.	Uni.	50	Frama	6,03	301,50
02	ALFINETE ACC COM CABEÇA NIQUELADO 28 (COM P28MM) PR CAIXA 50GR	Caixa	300	Bachi	2,49	747,00
07	BALÃO FESTA, MATERIAL BORRACHA, COR VARIADA, TAMANHO MÉDIO, APLICAÇÃO EXERCÍCIOS RESPIRATÓRIOS E RECREAÇÃO, PCT COM 100 UNIDADES.	Pacote	2.000	Pic Pic	2,79	5.580,00
13	CADERNO BROCHURA – 140 MM X 202 MM, 48 FOLHAS, FOLHA BRANCA.	Uni.	10.000	Credeal	0,52	5.2000,00
15	CADERNO ESPIRAL CARTOGRAFIA DESENHO SEM SEDA, COM 48 FOLHAS.	Uni.	4.000	Credeal	1,32	5.280,00
26	CLIPS GALVANIZADO Nº 1 – CAIXA COM 500 GR.	Caixa	300	Clips new	5,20	1.560,00
31	COLA BRANCA TUBO GRANDE: COMPOSIÇÃO POLIVINIL ACETATO – BVA, COR BRANCA, APLICAÇÃO ESCOLAR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LAVÁVEL, NÃO TÓXICA, TIPO LÍQUIDO FRASCO 1KG. VALIDADE MÍNIMA DOIS ANOS	Uni.	500	Piratinga	3,89	1.945,00
39	ENVELOPE TAMANHO 310X419MM, 1ª QUALIDADE, BRANCO.	Uni.	1.500	Foroni	0,23	345,00
40	ENVELOPE TAMANHO A4, BRANCO, MEDINDO 240 X 340 MM, 1ª QUALIDADE. BRANCO	Uni.	1.000	Foroni	0,15	150,00
41	ESCALÍMETRO TRIANGULAR 30CM; ESCALAS: 1:20, 1:25, 1:50, 1:75, 1:100 E 1:125; CÓDIGOS DE CORES E RANHURAS PARA FACILITAR A IDENTIFICAÇÃO DAS ESCALAS; FEITO EM PLÁSTICO	Uni.	05	Tris	16,45	82,25
47	ESTILETE LARGO COM 18MM	Uni.	500	Tris	0,90	450,00
50	FITA ADESIVA, MATERIAL CELOFANE TRANSPARENTE, TIPO MONOFACE, LARGURA 12 MM, COMPRIMENTO 50 M, COR INCOLOR, APLICAÇÃO MULTIUSO	Rolo	2.000	Eurocel	0,63	1.260,000
56	FOLHA EM EVA 600X400X2MM. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: E.V.A COLORIDO, LAVÁVEL, DIMENSÕES 600X400X2MM, COR: SORTIDAS E.V.A ATOALHADO 40 CM X 50 CM COM 5 FOLHAS, CORES VARIADAS	Uni.	13.875	VMP	0,90	12.487,50
61	GLITER EM PÓ (PVC) COM 100 GR., CORES VARIADAS.	Pacote	750	Gliter	4,66	3.495,00
67	GRAMPO TRILHO PLÁSTICO BRANCO 80MM PARA 200 FLS, 75GR COM 50 UN. GRAMPO PLÁSTICO INJETADO EM POLIPROPILENO BRANCO PARA ARQUIVAR DOCUMENTOS. PARA ATÉ 200 FOLHAS. DIMENSÕES: 19,5 X 7 CM.	Pacote	150	Frama	3,39	508,50
71	LÁPIS PRETO, MATERIAL CORPO MADEIRA, DUREZA CARGA HB, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS Nº 2, MATERIAL CARGA GRAFITE, FORMATO SEXTAVADO, CAIXA COM 144 UNIDADES	Caixa	400	Acrilex	22,10	8.840,00

74	LIVRO PONTO, CAPA/CONTRACAPA PAPELÃO, 700 GRS, REVESTIDO COM PAPEL 90 GRS PLASTIFICADO, FOLHAS INTERNAS DE PAPEL OFF-SE 56 GRS – 205MM X 300MM COM 50 FOLHAS (GRANDE)	Uni.	150	São Domingos	6,93	1.039,50
83	PAPEL CELOFANE – 86 CM X 100 CM – C/50 FOLHAS (CORES VARIADAS)	Pacote	08	VMP	29,35	234,80
90	PAPEL MANTEIGA IMPERMEÁVEL 50X60CM BRANCO 40 FOLHAS, CORES DIVERSAS	Pacote	90	Jessele	9,05	814,50
99	PERCEVEJO LATONADO, COM TRATAMENTO ANTIFERRUGEM, PONTAS PERFURANTES, COMPOSTO EM ARAME E CHAPA DE AÇO. CAIXA COM 100 UNIDADES	Caixa	150	Jocar	0,93	139,50
115	TINTA GUACHE 250 GR. DIVERSAS CORES	Uni.	2.880	Piratininga	1,64	4.723,20
116	TNT – 100% POLIPROPILENO – 40 GRS/M² - ROLO DE 1,40X50MT, DIVERSAS CORES	Rolo	1.000	Tenitec	30,30	30.3000,00
118	TRANSPARÊNCIA PARA USO EM RETROPROJETOR, TAMANHO A4 CX C/100 UND.	Caixa	30	Mares	34,80	1.044,00
Valor Total						86.527,25

DECRETO Nº. 064/2015

DECRETO Nº 064 DE 01 DE ABRIL DE 2015.

EXONERA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de Abril de 1990, e o artigo 30, Item II, alínea "d" da Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. MANOELA CAETANO ALVES, para ocupar o Cargo de Provimento e Comissão de Chefe do Setor de Serviços Gerais, Nível DAI - 01.

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado, a Senhora MANOELA CAETANO ALVES, ocupante do cargo de provimento em Comissão de Chefe do Setor de Serviços Gerais, Nível DAI - 01.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Fica Revogado o Decreto nº 037, de 02 de janeiro de 2013.

Município de Sombrio-SC, 01 de abril de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DECRETO Nº. 065/2015

DECRETO Nº 065 DE 01 DE ABRIL DE 2015

" NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO "

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de Abril de 1990, combinado com a Lei nº 1415, de 20 de maio de 2003 e em conformidade com a Lei nº 966 de 26 de Setembro de 1994, Lei nº 1114, de 07 de abril de 1997 e Lei Complementar nº 006, de 07 de agosto de 2007.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. MANOELA CAETANO ALVES, para ocupar o Cargo de Provimento e Comissão de Diretor de Indústria e Comércio, Nível DAI - 02.

Art. 2º - O ocupante do cargo discriminado no artigo 1º deste Decreto, perceberá as vantagens previstas em Lei.

Art. 3º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 01 de abril de 2015.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DECRETO Nº. 066/2015

DECRETO Nº 066 DE 01 DE ABRIL DE 2015
" NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO "

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de Abril de 1990, combinado com a Lei nº 1415, de 20 de maio de 2003 e em conformidade com a Lei nº 966 de 26 de Setembro de 1994, Lei nº 1114, de 07 de abril de 1997 e Lei Complementar nº 006, de 07 de agosto de 2007.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. EDUARDO RAUPP CÂNDIDO, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Chefe do Setor de Serviços Gerais, Nível DAI - 01.

Art. 2º - O ocupante do cargo discriminado no artigo 1º deste Decreto, perceberá as vantagens previstas em Lei.

Art. 3º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 01 de abril de 2015.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DECRETO Nº. 067/2015

DECRETO Nº 067 DE 01 DE ABRIL DE 2015
" NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO "

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de Abril de 1990, combinado com a Lei nº 1415, de 20 de maio de 2003 e em conformidade com a Lei nº 966 de 26 de Setembro de 1994, Lei nº 1114, de 07 de abril de 1997 e Lei Complementar nº 006, de 07 de agosto de 2007.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. RONISE FABIANA MENEZES EULER, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Prevenção, Erradicação de Doenças Infecto-Contagiosas, Nível DAI - 02.

Art. 2º - O ocupante do cargo discriminado no artigo 1º deste Decreto, perceberá as vantagens previstas em Lei.

Art. 3º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 01 de abril de 2015.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

PORTARIA Nº. 002/2015 - SAMAE

PORTARIA Nº 002 DE 01 DE ABRIL DE 2015.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE DE SOMBRIO - SC, Senhor José Paulo Custódio, no uso das atribuições legais e em conformidade com o Decreto 007, de 02 de janeiro de 2013 e Lei nº 1114, de 07 de abril de 1997 e suas alterações, combinado com a Lei 1414, de 20 de maio de 2003.

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias aos servidores do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de Sombrio - SC, conforme quadro de escala que segue:

NOME	MAT.	PER. AQUIS.	PER. DE GOZO
Jadna Rodrigues Lopes	51	01/04/14 à 31/03/15	01/04/15 à 30/04/15
José Paulo Custódio	48	02/01/13 à 01/01/14	01/04/15 à 30/04/15
Maria da G. B. da Silva	28	27/04/13 à 26/04/14	01/04/15 à 30/04/15

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Município de Sombrio-SC, 01 de abril de 2015.

José Paulo Custódio
Diretor Presidente

PORTARIA Nº. 060/2015

PORTARIA Nº 060 DE 01 DE ABRIL DE 2015
ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1414, de 20 de maio de 2003.

RESOLVE:

Alterar a pedido de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da funcionária efetiva abaixo relacionado, como segue:

NOME MATRÍCULA FUNÇÃO

Ana Maria da Silva Claudino 2599 Professor de Ciências

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 01 de abril de 2015.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

PORTARIA Nº. 060/2015

PORTARIA Nº 066 DE 01 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, em conformidade com a Lei nº 1.415 de 20 de Maio de 2003.

RESOLVE:

Designar o servidor efetivo Sr. EVERTON LUIZ SANTOS, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Serviços Administrativos, Nível DAI - 02.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 01 de abril de 2015.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

PORTARIA Nº. 061/2015

PORTARIA Nº 061 DE 01 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, em conformidade com a Lei nº 1.415 de 20 de Maio de 2003, combinado cõa a Lei 1416, de 20 de maio de 2003.

RESOLVE:

Designar a servidora efetiva Sra ANA MARIA DA SILVA CLAUDINO, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Escola, Nível DASMA - 01, junto a Secretaria Municipal de Educação, com 40% (quarenta por cento) de gratificação, com proventos de origem.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 01 de abril de 2015.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

PORTARIA Nº. 062/2015

PORTARIA Nº 062 DE 01 DE ABRIL DE 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal).

RESOLVE:

Conceder a 5ª Licença Prêmio, na forma indenizada a servidora efetiva Sra. JURACI DE SANTANA PEREIRA BARCELOS, Professor, com Carga Horária de 40 horas semanais, como segue:
MATRICULA PER. AQUISITIVO
124 19/02/2010 à 18/02/2015

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 01 de abril de 2015.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

PORTARIA Nº. 063/2015

PORTARIA Nº 063 DE 01 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, em conformidade com a Lei nº 1.416 de 20 de Maio de 2003.

RESOLVE:

Conceder a Servidora efetiva SORAIA RAUPP RABELO SANTOS, mudança do Nível II - 01, Para o Nível III - 01, conforme Certificado de Conclusão do Curso de Pós-Graduação em METODOLOGIA E PRÁTICA INTERDISCIPLINAR.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 01 de abril de 2015.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

PORTARIA Nº. 064/2015

PORTARIA Nº 064 DE 01 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, em conformidade com a Lei nº 1.416 de 20 de Maio de 2003.

RESOLVE:

Conceder a Servidora efetiva SONIMARA CARDOSO LUCHINA, mudança do Nível II - 01, Para o Nível III - 01, conforme Certificado de Conclusão do Curso de Pós-Graduação em METODOLOGIA E PRÁTICA INTERDISCIPLINAR.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 01 de abril de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

PORTARIA Nº. 065/2015

PORTARIA Nº 065 DE 01 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

RESOLVE:

Fazer cessar os efeitos da Portaria nº 035, de 24 de fevereiro de 2014 a contar de 01/04/2015, que Designou o Servidor Efetivo Sr. EVERTON LUIZ SANTOS, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Indústria e Comércio, Nível DAI - 02, , com carga horária de 40 horas semanais, retornando ao cargo de origem de Auxiliar Administrativo.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fica revogada a portaria 035, de 24 de fevereiro de 2014 e demais disposições em contrário.

Município de Sombrio-SC, 01 de abril de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

PORTARIA Nº. 067/2015

PORTARIA Nº 067 DE 01 DE ABRIL DE 2015

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal).

RESOLVE:

Conceder a 1ª e 2ª Licença Prêmio ao servidor efetivo, Sr . ELISEO BRISTOT, motorista, com Carga Horária de 40 horas semanais, como segue:

MATRICULA	PER. AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
2725	2004 à 2014	01/04/2015 `a 01/08/2015

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 01 de abril de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

PORTARIA Nº. 068/2015

PORTARIA Nº 068 DE 01 DE ABRIL DE 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal).

RESOLVE:

Conceder a 3ª e 4ª Licença Prêmio, na forma indenizada ao servidor efetivo Sr. GUSTAVO ZURLO DELLAZZANA, Fisioterapeuta, com Carga Horária de 30 horas semanais, como segue:

MATRICULA PER. AQUISITIVO

999 04/01/2004 à 01/01/2014

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 01 de abril de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

PORTARIA Nº. 069/2015

PORTARIA Nº 069 DE 01 DE ABRIL DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1414, de 20 de maio de 2003.

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias aos servidores públicos Municipais, conforme quadro de escala que segue:

CÓD.	NOME	PERIODO AQUISITIVO			PERIODO DE GOZO		
2871	Antonio Romualda	10/03/2014	À	09/03/2015	01/04/2015	À	30/04/2015
6488	Alessandro Mateus Tavares	01/04/2014	A	03/04/2014	01/04/2015	À	30/04/2015
5283	Chesman Pereira Emerim	12/11/2012	À	11/11/2013	06/04/2015	À	05/05/2015
5105	Daisy de Melo Alves	01/04/2014	À	31/03/2015	01/04/2015	À	30/04/2015
4372	Daiani A. de Souza Trajano	07/03/2014	À	06/03/2015	01/04/2015	À	30/04/2015
6455	Deise Coelho Clarinda	01/04/2014	À	31/03/2015	01/04/2015	À	30/04/2015
4355	Eliane T. dos Santos de Bem	10/03/2014	À	09/03/2015	01/04/2015	À	30/04/2015
2545	Elizandro Homem do Amaral	01/03/2011	À	29/02/2012	13/04/2015	À	12/05/2015
6805	Edinara Oliveira Mota	10/03/2014	À	09/03/2015	01/04/2015	À	30/04/2015
5707	Fabrcia M. Ferreira	02/01/2014	À	01/01/2015	01/04/2015	À	30/04/2015
6141	Idio Gonçalves Réus	14/02/2014	À	13/02/2015	01/04/2015	À	30/04/2015
6656	Iara Gomes Machado	10/02/2014	À	09/02/2015	01/04/2015	À	30/04/2015
5507	Jucélia T. dos Santos	24/03/2014	À	23/03/2015	01/04/2015	À	30/04/2015
2551	Julio César Coelho	01/04/2014	À	31/03/2015	15/04/2015	À	14/05/2015
6128	Lucilene Cardoso de Oliveira	01/02/2014	À	31/01/2015	01/04/2015	À	30/04/2015
1855	Lourdes Rodrigues Miguel	10/02/2014	À	09/02/2015	01/04/2015	À	30/04/2015
4351	Lais Machado Roque	01/03/2014	À	28/02/2015	01/04/2015	À	30/04/2015
4371	Marilda D'Avila da Silva	06/03/2014	À	05/03/2015	01/04/2015	À	30/04/2015
4374	Maria Sinara S. Maciel	06/03/2014	À	05/04/2015	01/04/2015	À	30/04/2015
1214	Maria de F. dos Santos Silvewrio	05/02/2014	À	04/02/2015	01/04/2015	À	30/04/2015
4655	Michele T. C. da Rosa de Souza	02/01/2014	À	01/01/2015	01/04/2015	À	30/04/2015
6832	Maribel Batista Sebastião	21/03/2014	À	20/03/2015	01/04/2015	À	30/04/2015
3831	Nilton da Silva Fermiano	27/11/2012	À	26/11/2013	01/04/2015	À	30/04/2015
4932	Reni Pereira da Silva	12/02/2014	À	11/02/2015	01/04/2015	À	30/04/2015
3562	Silvio Maciel Silveira	17/01/2014	À	16/01/2015	01/04/2015	À	30/04/2015
2580	Silvana Lucio Pereira	01/03/2014	À	28/02/2015	01/04/2015	À	30/04/2015

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio, 01 de abril de 2015.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

PORTARIA Nº. 070/2015

PORTARIA Nº 070 DE 01 DE ABRIL DE 2015.
EXONERA POR APOSENTADORIA

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

RESOLVE:

Exonerar, por aposentadoria junto ao INSS, a contar de 30/04/2015, a senhora MARIA TERESINHA PIRES DA SILVA, matrícula 1024, nomeada pela portaria nº 128, de 14 de fevereiro de 1994, para o Cargo de Auxiliar de Serviços, com carga horária de 40 horas semanais.

Esta Portaria Entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus reais efeitos a contar de 30/04/2015.

Fica revogada a Portaria nº 128, de 14 de fevereiro de 1994

Município de Sombrio-SC, 01 de abril de 2015.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

PORTARIA Nº. 071/2015

PORTARIA Nº 071 DE 01 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso de suas atribuições e de conformidade com os termos Item VI, do artigo 66 da Lei Orgânica do Município, de 06 de Abril de 1990, combinado com a lei nº 1.414 de 20/05/03,

RESOLVE:

Fica concedido o percentual de Gratificação de Representação ao servidor efetivo, designado através da Portaria nº 028, de 20 de fevereiro de 2015, para exercer Cargo em Comissão, abaixo relacionado, como segue:

Nome	Cargo	Nível	Percentual
Marcia Regina da Silva Coelho	Diretor de Escola	Dasma -01	de 50% para 60%

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 01 de abril de 2015.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria, em data supracitada.

José Sdnei Januário
Secretario Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Tigrinhos

PREFEITURA**PORTARIA 092/2015**

PORTARIA Nº. 092/2015.

Concede adiantamento de diárias para a Secretaria Municipal, e da outras providencias.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Municipal nº. 011/97 e decreto Municipal nº. 043/00.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder a Secretaria Municipal de Educação, VERA LUCIA BACZINSKI, adiantamento do equivalente a 01 (uma) diária, no valor R\$ 566,40, (quinhentos e sessenta seis reais e quarenta centavos), para sua viagem á Florianópolis/SC, no período de 28 a 29 de Abril de 2015, com objetivos de participar do Fórum Ordinário da Undime-SC, concepções e conexões educacionais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE ABRIL DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte três de abril de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 093/2015

PORTARIA Nº. 093/2015.

ALTERA CARGA HORÁRIA TEMPORARIAMENTE DE SERVIDOR MUNICIPAL PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 57 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 14/2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica Alterada a Carga Horária da Servidora Pública Municipal Sra. IEDA MARIA BADIN BOURSCHEIDT, ocupante do cargo de Professor de Geografia, de 10 (dez) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, com fundamento no Art. 57 da Lei Municipal Complementar nº 014/2010 - Plano de Cargos e Carreiras do Magistério do Município de Tigrinhos/SC.

“Art. 57. Para atender necessidades emergenciais a administração municipal pode promover a Alteração Temporária Transitória, dos profissionais efetivos no quadro de carreira do Magistério Público Municipal de Tigrinhos, até o limite de 40 horas semanais.”

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE ABRIL DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte três de abril de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel

Secretário Municipal de
Administração e fazenda.**Timbó****PREFEITURA****ATA ABERTURA DE PROPOSTA CARTA CONVITE N.º 02 2015 FME**

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE ABERTURA DE PROPOSTA DA CARTA CONVITE Nº. 02/2015 - FME

Às nove horas, do vigésimo segundo dia, do mês de abril de dois mil e quinze, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz e Priscila Macedo (designada pela Portaria nº 1554, de 10/03/2015), para abertura dos envelopes das empresas habilitadas (PRISMA TROFÉUS E MEDALHAS - EIRELI ME e GELINDO JOSÉ DARUI ME) no processo licitatório Carta Convite nº 02/2015 - FME, conforme segue:

Iniciada a sessão a Senhora Presidente solicitou aos presentes que conferissem a inviolabilidade dos envelopes.

Em prosseguimento, a Senhora Presidente passou à abertura dos envelopes de Proposta, colocando à disposição dos presentes os documentos neles contidos.

Da abertura dos envelopes de proposta, o valor total global apresentado pelas empresas foram os seguintes:

- PRISMA TROFÉUS E MEDALHAS - EIRELI ME: R\$ 62.242,00 (sessenta e dois mil e duzentos e quarenta e dois reais);

- GELINDO JOSÉ DARUI ME: R\$ 68.557,65 (seiscentos e oito reais e quinhentos e cinquenta e sete reais e sessenta e cinco centavos).

Da análise das propostas, verificou-se que há divergência no quantitativo unitário apresentado pelas empresas e o estabelecido no Edital, haja vista que no item 1.42 do Anexo I (especificações do objeto e valor estimado) do instrumento convocatório está estabelecido a quantidade de 42 (quarenta e duas) unidades e, ambas empresas apresentaram em suas propostas o quantitativo de 10 (dez) unidades para o referido item.

Nesse sentido, a presidente suspendeu a sessão para encaminhamento dos autos ao Setor de Licitações, para análise e manifestação a respeito do equívoco encontrado. Após, será realizado o julgamento da empresa vencedora do certame.

O envelope de proposta da empresa PELLIZZARI TROFÉUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., inabilitada no certame, fica disponível para ser retirado junto ao Setor de Licitação.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão e pelo representante legal presente.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO
Presidente

ANDREA TAISE FRANZ
Secretária

PRISCILA MACEDO
Membro

ATA DE JULGAMENTO DA PROPOSTA CARTA CONVITE N.º 02 2015 FME

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DA CARTA CONVITE Nº. 02/2015 - FME

Às quatorze horas, do vigésimo terceiro dia, do mês de abril de dois mil e quinze, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz e Priscila Macedo (designada pela Portaria nº 1554, de 10/03/2015), para julgamento das propostas da Carta Convite nº 02/2015 - FME, tendo em vista a manifestação do Setor de Licitações, conforme segue:

Da manifestação do Setor de Licitações, acerca da divergência do quantitativo do subitem 1.42 do Anexo I, verificou-se que: "pela análise da requisição encaminhada pela Fundação Municipal de Esportes (FME), observa-se que o quantitativo correto do subitem 1.42 é de 10 (dez) unidades, evidenciando assim o erro durante a fase interna de digitação da licitação, uma vez que a numeração da listagem de itens foi a mesma utilizada, incorretamente, como quantitativo do subitem."

Nesse sentido, destacamos o posicionamento de Joel de Menezes Niebuhr e Pedro de Menezes Niebuhr, senão vejamos:

"(...) a invalidação dos atos posteriores pode não ser a medida que melhor atende ao interesse público, mormente quando ditas irregularidades são de natureza meramente formal, incapazes de causar prejuízo à Administração, a terceiros, ou gravames à competitividade da licitação.

Assim, se o consulente verificar que os erros de digitação não foram capazes de restringir a participação de virtuais interessados no certame, assim como não influíram na habilitação dos licitantes nem alteraram a ordem de classificação das propostas apresentadas, nossa orientação é no sentido de que se esclareça, justificadamente, tais variantes à Caixa Econômica Federal, apontando os prejuízos que o interesse público suportaria na hipótese de anulação de toda etapa externa da licitação. Trata-se da hipótese de convalidação do ato administrativo, previsto pelo art. 55 da Lei nº 9.784/99. (Parecer Fecam nº 375. Publicado em 20/08/2007, na categoria Licitação Pública)

Ou seja, tendo em vista que as propostas apresentadas estão de acordo com a requisição de compra, bem como dos orçamentos, constatou-se que a irregularidade encontrada é meramente formal, não acarretando lesão à Administração, a terceiros, nem tampouco à competitividade do certame.

Diante do exposto, considerando a manifestação do Setor de Licitações e, atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, a Comissão decide pela classificação das propostas e, declara-se vencedora a empresa PRISMA TROFÉUS E MEDALHAS - EIRELI ME, com o valor total global de R\$ 62.242,00 (sessenta e dois mil e quarenta e dois reais).

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão e pelo representante legal presente.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO
Presidente

ANDREA TAISE FRANZ
Secretária

PRISCILA MACEDO
Membro

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 41 2015 PMT - SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 41/2015 PMT

OBJETO: registro de preço de serviço de transporte de atletas, alunos, grupos apoiados pela Administração Direta e Indireta e usuários do sistema de saúde municipal, dentro e fora do Estado de Santa Catarina. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 15h00min do dia 08 de maio de 2015. ABERTURA: dia 08 de maio de 2015 as 15h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 23/04/2015

MARTINHO DE SOUZA FILHO

Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes

AVISO TOMADA DE PREÇO N.º 39 2015 PMT - CONSTRUÇÃO DE AMPLIAÇÃO E.M. SÃO ROQUE

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia Nº 39/2015 - PMT

OBJETO: contratação de empresa especializada para a total execução (compreendendo material e mão-de-obra), da obra de construção de ampliação da Escola Municipal São Roque, localizada na Rodovia Ralf Knaesel, SC 416, Bairro São Roque, neste município, em atendimento às necessidades da Secretaria de Educação, conforme memorial descritivo, orçamento, cronograma físico-financeiro, projeto e demais anexos ao edital. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 12 de maio de 2015. ABERTURA: dia 12 de maio de 2015 as 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 23/04/2015

SERFI FREDERICO MENGARDA

Secretário de Educação

DECISÃO REVOGAÇÃO TOMADA DE PREÇO N.º 01 2015 - FUMTUR

DESPACHO DE REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 01/2015 - FUMTUR

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO

OBJETO: Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia objetivando a total execução (compreendendo material e mão-de-obra) para construção do "Centro Gastronômico", a ser executado na Rua Professor Julius Sheidemantel (anexo Pavilhão de Esportes Henry Paul), conforme memorial descritivo, orçamento, cronograma físico-financeiro, projeto e demais anexos ao Edital.

O Gestor do Fundo Municipal de Turismo de Timbó, no uso das suas atribuições legais e na forma do disposto no artigo 49 da Lei nº 8.666/93, e dos itens 18.4 e 18.5 do Edital, bem como:

CONSIDERANDO que após abertura e análise dos documentos de habilitação das empresas participantes, restaram-se habilitadas no certame as empresas Construtoria Empreiteira de Mão de Obra Ltda. e Soberana Serviços e Construções Ltda.;

CONSIDERANDO que a planilha orçamentária foi objeto de

impugnação, que à época indeferida, mantendo-se na íntegra as condições e exigências do Edital;
CONSIDERANDO a magnitude do certame em apreço, vislumbra-se agora ser necessária a reanálise e correção da referida planilha, e em consequência, nova análise dos projetos, haja vista as inconsistências/divergências que podem dificultar o adequado trâmite da obra;

CONSIDERANDO o exposto no art. 49 da Lei nº 8.666/93, onde a autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado;

CONSIDERANDO os itens 18.4 e 18.5 do instrumento convocatório, os quais estabelecem que:

18.4 - O Fundo Municipal de Turismo reserva-se o direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação, a qualquer tempo, sem que deste ato caiba qualquer indenização.

18.5 - O Fundo Municipal de Turismo reserva-se o direito de revogar ou anular esta Tomada de Preços, se for o caso, bem como adiá-la ou prorrogar o prazo para recebimento das propostas, descabendo em tais hipóteses, qualquer reclamação ou indenização aos licitantes. As propostas que apresentarem dúvidas ou omissão de informações serão desclassificadas.

DECIDE,

REVOGAR o certame licitatório Tomada de Preço nº 01/2015 - FUMTUR, tendo em vista a necessidade de reanálise e adequação da planilha orçamentária, bem como dos projetos, anexos ao Edital.

Publique-se, registre-se e intime-se.

Timbó, 23 de abril de 2015.

JORGE REVELINO FERREIRA

Gestor do Fundo Municipal de Turismo de Timbó

EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO ATA DE REGISTRO - 07.2014 FUMTRAN MADEVIA

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO

EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 07/2014

CONTRATANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Trânsito.

CONTRATADO: Madevia Ltda.

OBJETO: Acréscimo de 17 latas ao item 01 (Tinta de demarcação rodoviária a base de solvente... cor branca...), acréscimo de 08 latas ao item 02 (Tinta de demarcação rodoviária a base de solvente... cor amarela...) e acréscimo de 02 latas ao item 03 (Solvente para tinta de demarcação rodoviária, balde 18 litros (metálico))

DATA DA ASSINATURA: 07/04/2015.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO ATA DE REGISTRO - 157.2014 PMT POSTO ALEXANDRE

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA FAZENDA E DA ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 157/2014

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: Posto Alexandre Ltda..

OBJETO: Acréscimo de 9.890 litros ao item 03 (Óleo Diesel S10).

DATA DA ASSINATURA: 17/04/2015.

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

EXTRATO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 2013.35 SAMAE

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2013/35

LOCATÁRIO: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

LOCADOR: Jurandir Arthur Bonin.

OBJETO: Locação de dois imóveis, que consistem em dois galpões de alvenaria para o armazenamento das peças artísticas produzidas a partir de material reciclável, pelo projeto Natal Mais Encantado.

PRAZO: Prorrogado até 31/05/2015.

DATA DA ASSINATURA: 13/04/2015.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente do SAMAE

PORTARIA Nº FCT-053, DE 03 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº FCT-053, DE 03 DE MARÇO DE 2015

Autoriza a contratação temporária de excepcional interesse público para a Fundação Cultural de Timbó.

O Diretor Presidente da FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ - FCT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13 da LC nº 171/2000, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no 2º da Lei Complementar nº 290, de 03/10/2005 e alterações, e Lei Complementar nº 356, de 29/08/2008, ou seja, na manutenção das atividades da Fundação Cultural de Timbó, conforme Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013, nº 3320, de 07/11/2013, nº 3506, de 13/06/2014 e nº 3679, de 1º de dezembro de 2014,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE a servidora abaixo identificada:

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ-FCT

Cargo: Auxiliar de Serviços Administrativos
Referencia Salarial: GA-30

Nome	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Alexandra Letícia Ribeiro (Vacância do cargo e ausência de cand. aprov. em Conc. Público/Proc. Seletivo)	27/03/1996	102.266.289.90	35h	03/03/2015 a 30/06/2015

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICIPIO DE TIMBÓ, em 03 de março de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

JORGE R. FERREIRA

DIRETOR PRESIDENTE FCT

TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 20 2014 FMS - FRALDAS GERIÁTRICAS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2014 FMS

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: registro de preços para aquisição de fraldas geriátricas para usuários atendidos na política de saúde no setor de serviço social.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Fraldas C. K. Indústria e Comércio Ltda; e Coml. Storinny Ltda ME.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 42.964,00 (quarenta e dois mil novecentos e sessenta e quatro reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 24/07/2015

Timbó, 25/07/2014

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL

PARECER DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 15/2015

COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO
Projeto de Lei Ordinária nº 15/2015 - Autoriza a abertura de Crédito Suplementar de valores em dotações orçamentárias, no Orçamento-Programa 2015, da Administração Direta.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Laércio Demerval Schuster Júnior.

Relator: Vereador Rubens Borchardt

I) RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que Autoriza a anulação, suplementação de valores e abertura de crédito suplementar em dotações orçamentárias no orçamento-programa 2015, da Administração Direta.

O projeto foi protocolizado nesta Secretaria Legislativa no dia 09 de abril corrente, tendo sido despachado pelo Presidente da Mesa Diretora a esta Comissão no dia 14 de abril em sessão ordinária. No dia 17 de abril a Comissão teve como pauta o presente em sua reunião, exarando o parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Como bem salientado na exposição de motivos, se fazem necessários ajustes para adequar à Lei Orçamentária Anual a fim de possibilitar o empenhamento correto das despesas. No caso concreto, a proposição visa proceder com a anulação de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) nas dotações orçamentárias da Secretaria da Fazenda e Administração Municipal (na ação manutenção da administração geral). A conta de tal anulação, será aberto crédito especial no valor de até R\$ 500.000,00 (cinquenta mil reais) nas dotações da Secretaria já referida (ação equipamentos, móveis e utensílios).

As alocações pretendidas neste projeto não encontram óbice quando se destaca a fonte e consequente destinação de recursos, estando em conformidade com o Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Timbó e, por conseguinte, com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, que rege a contabilidade pública e com a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar Federal nº 101 de 04 de maio de 2000.

III) CONCLUSÃO

VOTO DO RELATOR

Considerando o exposto, esse Relator resolve exarar o presente voto de forma favorável à aprovação da matéria.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Jorge Augusto Krüger

Vereador John Adriano Schwartz

Sala das Comissões, em 17 de Abril de 2015.

Jorge Augusto Kruger

Presidente

John Adriano Schwartz

Membro

Rubens Borchardt

Relator

RESOLUÇÃO Nº 01/2015

RESOLUÇÃO Nº 01/2015

Dispõe sobre a Criação do Espaço Cultural "Egenolf Theilacker" na sede da Câmara Municipal de Timbó.

O Presidente da Câmara Municipal e Timbó, no uso de suas atribuições, com base no artigo 16, inciso III, da Lei Orgânica Municipal e art. 50, incisos XIII e XIV do Regimento Interno.

FAÇO SABER a todos os Munícipes, que a Câmara Municipal de Timbó, aprovou e eu promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1.º Fica criado o Espaço Cultural "Egenolf Theilacker" na área destinada ao saguão do primeiro pavimento do prédio sede da Câmara Municipal de Timbó.

Art. 2.º O Espaço Cultural "Egenolf Theilacker" receberá e incentivará manifestações artísticas e culturais, de natureza popular, previamente agendadas.

§ 1.º Os eventos serão agendados através de requerimento dirigido à Assessoria de Comunicação da Casa.

§2.º Os eventos ocorrerão entre 8:00 e 17:00 horas.

§3.º As solenidades de aberturas dos eventos em questão poderão ser realizadas em horário diverso do previsto no §2.º.

Art. 3.º Uma regulamentação complementar, se necessária, poderá ser feita pela Mesa Diretora da Câmara Municipal.

Art. 4.º As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações próprias, com expressa previsão em lei orçamentária.

Art. 5.º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó, 23 de Abril de 2015.

MARCELO LUZ FERRARI

Presidente

RETIFICAÇÃO - PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 03/2015 Nº 1/2015

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Projeto de Lei Complementar nº 3/2015 - Acresce vaga de cargo de provimento efetivo de Arquiteto, no Quadro Geral de Cargos de Provimento Efetivo do Poder Executivo e extingue o cargo de Engenheiro Civil-Trânsito.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Laércio Demerval Schuster Júnior
Relator do Parecer: Vereador Douglas Emanuel Marchetti

I- RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei Complementar que pretende acrescentar 01 (uma) vaga ao cargo de Arquiteto do Quadro Geral de Cargos do Provimento Efetivo do Poder Executivo, estatuído pela Lei Complementar n.º 137, de 02 de julho de 1998, bem como extinguir o cargo de engenheiro civil-trânsito da estrutura do Poder Executivo.

Respectivo projeto foi protocolizado na Secretaria Legislativa desta Casa no dia 30 de março corrente. O Presidente o despachou a esta Comissão no dia 31 de março em sessão ordinária, conforme § 1.º do art. 122 do Regimento Interno para apreciação dos aspectos legais e constitucionais.

No dia 08 de abril a presente Comissão teve o presente como

pauta em sua reunião, exarando o parecer que ora segue. Esse é o relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

No que tange à técnica legislativa, o presente projeto atende aos preceitos da Lei Complementar Federal nº 95 de 1998, respeitado, portanto, o §5º do art. 101 do Regimento Interno.

No mérito, vislumbra-se que a matéria, objeto da presente proposição, é de interesse local, sendo, portanto, competência do Município legislar sobre a mesma, nos termos do inciso I do art. 30 da Constituição Federal e do inciso I do art. 10.º da Lei Orgânica Municipal.

A Constituição Federal preconiza que os municípios instituirão regime jurídico único e planos de carreira para seus servidores (artigo 39, caput). No mesmo sentido, o art. 30, § 1º, II, "a" e "b" da Lei Orgânica do Município, dispõe sobre a competência exclusiva do Prefeito no que se refere à criação de cargos, empregos ou funções públicas. Assim, infere-se constitucional e legítima a iniciativa do Executivo para a proposição em análise.

Contudo, para a criação de cargo ora pleiteada há que se observar o disposto nos arts. 16 e 17, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que exigem a apresentação da estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que a medida deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, bem como declaração do ordenador da despesa de que eventual aumento, decorrente do cargo criado, tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

No caso concreto, estando presentes a estimativa de impacto financeiro (documento de folha 07 dos autos) bem como de declaração firmada pelo ordenador de despesa, de que as despesas para a criação da ação governamental estão de acordo com a LOA, a LDO e o PPA (documento de folha 06 dos autos), vislumbra-se o preenchimento dos requisitos legais elencados pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Ademais, o projeto em comento prevê a extinção de um cargo efetivo, de modo a minimizar o impacto financeiro com a criação de outro.

Deste modo, verifica-se que o projeto em questão está de acordo com os preceitos elencados pela Constituição Federal, pela Lei Orgânica Municipal e pela legislação federal em vigor.

III- CONCLUSÃO

VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator dessa Comissão se manifesta pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei Complementar nº 03/2015.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Rubens Borchardt

Vereador Reimar Raddatz

Sala das Comissões, em 23 de Abril de 2015.

Rubens Borchardt
Presidente

Douglas Emanuel Marchetti	Reimar Raddatz
Relator	Membro

SAMAE - TIMBÓ**PORTARIA N. SAMAE- 081, DE 15 DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA N. SAMAE- 081, DE 15 DE ABRIL DE 2015

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó - SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto n. 3679, de 01/12/2014;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: Agente de Coleta e Seleção de Lixo				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
FABIANO ALVES DE QUADROS (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	26/02/1985	054.223.239-12	44 horas	22/04/2015 a 31/05/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 15 de abril de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

PORTARIA N. SAMAE- 082, DE 15 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA N. SAMAE- 082, DE 15 DE ABRIL DE 2015

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó - SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto n. 3679, de 01/12/2014;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: Auxiliar Operacional I				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
MARCIA ULLER (Substituição à Servidora Elisabeth Vieira que se encontra em Licença para Tratamento de Saúde)	11/08/1977	891.556.619-04	44 horas	22/04/2015 a 31/05/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 15 de abril de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº SAMAE -083, DE 15 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA Nº SAMAE -083, DE 15 DE ABRIL DE 2015

Altera Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados no SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n. 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 234, de 12 de Dezembro de 2002, e Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012, bem como amparado pela necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII e IX do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto nº 3679, 01/12/2014,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria referente a data do término do período de contratação de servidores abaixo relacionados:

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ		
NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
JOEL DE OLIVEIRA	059, de 20/03/2015	31/05/2015
DIEGO FERNANDO SCHWEDER	059, de 20/03/2015	31/05/2015
LUCAS ANDERSON MARTINEZ DA SILVA	059, de 20/03/2015	31/05/2015
PAULO RICARDO DOS SANTOS	059, de 20/03/2015	31/05/2015
VANDERLEI GESSNER	059, de 20/03/2015	30/06/2015
MARCIO CARDOSO	059, de 20/03/2015	30/06/2015
ADRIANO OLIVEIRA	059, de 20/03/2015	30/06/2015
MARCOS ANTONIO DE SOUZA	059, de 20/03/2015	31/05/2015
DEVAIR JOSÉ FAGUNDES	059, de 20/03/2015	31/05/2015
VERA LUCIA RIBEIRO DOS SANTOS	063, de 23/03/2015	31/05/2015
SANDRA DOS SANTOS MARTINEZ	063, de 23/03/2015	31/05/2015
JULIO CARLOS CIDRAL	064, de 23/03/2015	30/06/2015
JORGE DE OLIVEIRA JUNIOR	067, de 23/03/2015	30/06/2015

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de março de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Três Barras

PREFEITURA

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 32/2015.

"AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC.

Procedimento Licitatório nº. 32/2015 - Edital Pregão nº. 28/2015.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e ainda da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 08 h e 30 min. do dia 07 de maio de 2015, Propostas para "aquisição de peças para reposição e serviços mecânicos" destinados a manutenção de veículos integrantes da frota veicular da Prefeitura, em conformidade com o edital.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 08 h e 30 min. do dia 07 de maio de 2015.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro - Fone / Fax: 47 3623-0121 ou 9151-8357 - Três Barras - SC.

Três Barras - SC, 22 de abril de 2015.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal.

NILTON AVANIR HURMUS

PREGOEIRO.

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 33/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC.

"AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL".

Procedimento Licitatório nº. 33/2015 - Edital Pregão nº. 29/2015.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até as 10 h e 00 min. do dia 07 de maio de 2015, propostas para aquisição de agasalhos e jalecos destinados aos integrantes da melhor idade e aos agentes de saúde do município.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 10 h e 00 min. do dia 07 de maio de 2015.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro - Fone/Fax: 47 3623-0121 ou pelo e-mail editais@tresbarras.sc.gov.br - Três Barras - SC

Três Barras - SC, 22 de abril de 2015.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal.

NILTON AVANIR HURMUS

PREGOEIRO.

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 34/2015.

"AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC.

Procedimento Licitatório nº. 34/2015 - Edital Pregão nº. 30/2015.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 14 h e 00 min. do dia 07 de maio de 2015, Propostas para REGISTRO DE PREÇOS para contratação serviços de transporte com ônibus e serviços de transporte com micro ônibus, destinados a atender viagens esporádicas e/ou emergenciais, para qualquer cidade do Estado de Santa Catarina e/ou outro estado, de acordo com as disposições contidas no edital.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 14 h e 00 min. do dia 07 de maio de 2015.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro - Fone / Fax: 47 3623-0121 ou 9151-8357 - Três Barras - SC.

Três Barras - SC, 22 de abril de 2015.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

NILTON AVANIR HURMUS

PREGOEIRO

TERMO ADITIVO Nº 033/2015

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 017/2013

Termo Aditivo: nº 033/2015

Vigência: 12/03/2015 a 31/12/2015

Processo Licitatório nº 082/2013

Pregão Presencial nº 069/2013

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Três Barras - SC

Contratado: Contestado Prestadora De Serviços Médicos Ltda - CNPJ sob o nº 04.104.480/0001-91.

Objeto: Concede reajuste de 3,1450% de acordo com o Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM acumulado no período de março/2014 a março/2015.

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 23 de abril de 2015.

Trombudo Central

PREFEITURA

DECRETO 028/15

DECRETO 028/15 DE 01 DE ABRIL DE 2015.
RESTITUI VALORES

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 97º Item I Parágrafo 1º e 2º, Artigo 99º, Artigo 101º e Artigo 102º da Lei 644 de 29 de Dezembro de 1986 (Código Tributário Municipal).

DECRETA:

Art. 1º - Autoriza a restituição no valor de R\$ 35,06 (trinta e cinco reais e seis centavos), a Empresa COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN, CNPJ nº 82.508.433/0135-29, relativo à importância recolhida indevidamente em duplicidade ao cofre público Municipal, relativo à taxa de ISS, referente ao boleto 336/2015 na data de 10 de Março de 2015, conforme documentação apresentada a Fazenda Municipal.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 01 de Abril de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO 029/15

DECRETO 029/15 DE 13 DE ABRIL DE 2015.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR -ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL DO PROGRAMA DE 2015.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal 1862/14 de 16 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01.04.122.0003.2.003-3.3.50.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 15.000,00

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária e do excesso de arrecadação:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01.04.122.0003.2.003-3.3.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 15.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 13 de Abril de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

DECRETO 030/15

DECRETO 030/15 DE 15 DE ABRIL DE 2015.

PROROGA O DECRETO 040/13 DE 15 DE ABRIL DE 2013, QUE NOMEOU A COMISSÃO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO os preceitos legais impostos pelo Art. 8º da Lei Municipal 1824 de 11 de Março de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica Prorrogado por 30 (trinta) dias o Decreto Municipal 040/13 de 15 de Abril de 2013, para análise e execução de trâmites burocráticos organizacionais legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 15 de Abril de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 211/15

PORTARIA 211/15 DE 09 DE ABRIL DE 2015.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas com base na Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990.

CONSIDERANDO o Art. 60, § 3º da Medida Provisória nº 664 de 30 de Dezembro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora pública municipal Sra. JUDIT CEOLIN DA ROSA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Merendeira, licença para tratamento de saúde pelo prazo de 60 (sessenta) dias, conforme atestado médico emitido em 09 de Abril de 2015 apresentado junto ao Departamento de Pessoal.

Art. 2º - O afastamento de que trata o Artigo Primeiro, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia será custeado pelo Regime Geral da Previdência.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 09 de Abril de 2015.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS
Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 212/15

PORTARIA 212/15 DE 13 DE ABRIL DE 2015.
NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 1772 de 30 de Maio de 2013.

CONSIDERANDO: o Processo Seletivo 012/2014;

CONSIDERANDO: o Decreto 167/14 de 10 de Dezembro de 2014;

CONSIDERANDO: o funcionamento inadiável do serviço público essencial;

CONSIDERANDO: o superior interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR em caráter temporário a Sra. NILZA RIBEIRO GOMES, à exercer o cargo de provimento temporário de Merendeira, com carga horária de 30:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto ao CEI. Pinguinho de Gente, a partir de 13 de Abril de 2015, até enquanto perdurar o afastamento para tratamento de saúde da servidora pública municipal titular Sra. JUDIT CEOLIN DA ROSA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 13 de Abril de 2015.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS
Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 213/15

PORTARIA 213/15 DE 13 DE ABRIL DE 2015.
NOMEIA COMISSÃO INTERNA PARA FINS DE SINDICÂNCIA.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão Municipal Interna para fins de sindicância e apuração de fatos, referentes à denúncia de baixa produtividade funcional das atribuições, junto a servidora pública

municipal Sra. MARISETE DE LOUDES NAIHAUS, ocupante do cargo de provimento temporário de Agente Comunitário de Saúde, conforme nominata abaixo descrita:

- CLARICE SCHLICKMANN PETRI - Assistente Social - (PRESIDENTE)
- JANICE DA CUNHA - Enfermeira
- LILIANE KRUGER WESTPHAL - Auxiliar Administrativo

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 13 de Abril de 2015.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK
Secretária da Saúde Interina

PORTARIA 214/15

PORTARIA 214/15 DE 14 DE ABRIL DE 2015
EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a pedido e em caráter irrevogável a servidora pública municipal Sra. MAIARA VAN DEN BOOM MOHR, ocupante do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Sala, cadastro 2325, a partir de 14 de Abril de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 14 de Abril de 2015.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS
Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 215/15

PORTARIA 215/15 DE 14 DE ABRIL DE 2015.
NORMATIZA O REGISTRO EM LIVRO PONTO DA ESCALA DE HORÁRIO DE EXPEDIENTE AOS MOTORISTAS DO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico 006/2014, expedido pelo Advogado do Poder Executivo do Município;

RESOLVE:

Art. 1º- Fica normatizado os registros em livro ponto da escala de horário de expediente aos motoristas do transporte escolar do Município, respeitando-se o cumprimento de 08h00min diárias, como segue:

das 06h00min às 08h30min
das 11h00min às 13h30min
das 15h00min às 18h00min

Art. 2º- Considerando-se a necessidade de horário de expediente diferenciado na Secretaria da Educação e do Esporte, segue escala dos motoristas e horário de registros em livro ponto a estes designados, respeitando-se o cumprimento de 08h00min diárias, como segue:

a) DOMINGOS SÁVIO DA SILVA

das 06h00min às 13h00min
das 16h45min às 17h45min

b) MARCIO NOREMBERG e ISAÍAS SIMA

das 06h00min às 07h30min
das 11h00min às 13h00min
das 14h00min às 18h30min

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos à data de 16 de Março de 2015, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 14 de Abril de 2015.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS
Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 216/15

PORTARIA 216/15 DE 14 DE ABRIL DE 2015.

NORMATIZA HORÁRIO DE EXPEDIENTE NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO E AOS SERVIDORES PÚBLICOS A ELAS DESIGNADOS PARA O ANO LETIVO DE 2015.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

RESOLVE:

Art. 1º- Ficam estabelecidos os horários de expediente nas instituições de ensino do Município e aos servidores a elas designados, como segue:

ENSINO FUNDAMENTAL

CENTRO DE EDUCAÇÃO BÁSICA ARTHUR BRUNO JANDT

EXPEDIENTE: 07h30min às 11h30min

13h00min às 17h00min

DIREÇÃO	HORÁRIO DE EXPEDIENTE
Claudia Filomena Soares Semmer	07:30-11:30 - 13:30-17:00
PROFESSORES	
Lais França Kniess	07:30-11:30 - 13:00-17:00
Carla Rosane Henn Tholl	07:30-11:30 - 13:00-17:00
Marcia Gisele Salvador	07:30-11:30 - 13:00-17:00 (3ª feira)
Elimeri Aparecida Venâncio Schlatter	07:30-11:30 - 13:00-17:00
Marleide Campos Rocha	07:30-11:30 - 13:00-17:00 (3ª feira)
Regiane Santos Stinghen	07:30-11:30 (3ª feira)

Charles Stuepp	15:00-17:00 (2ª feira) 07:30-11:30 - 13:00-17:00 (2ª feira) 09:10-11:30 (5ª feira)
Luciane Gambeta Passig	07:30-11:30
Katia Regina Jeremias Krambeck	07:30-11:30 - 13:00-17:00 (2ª feira) 07:30-11:30 (3ª feira)
Clevertton Hoffmann	13:00-17:00 (3ª feira)
AUXILIAR DE SALA	
Rosangela Dias de Quadra	12:00-18:00

MERENDEIRAS	
Jucelia da Veiga Apolinário	06:00-12:00
Nelzir Schwambach	12:30-18:30
Helena Eigen	12:30-18:30

CENTRO DE EDUCAÇÃO BÁSICA ALBERTO BALDUÍNO BARCHFELD
EXPEDIENTE: 07h30min às 11h30min
13h00min às 17h00min

DIREÇÃO	HORÁRIO DE EXPEDIENTE
Ezenilda Krambeck	07:30-11:30 - 13:00-17:00 (3ª, 4ª, 5ª e 6ª)
PROFESSORES	
Rosmary Marcelino Steuck	07:30-11:30 - 13:00-17:00
Regiane Maria Senes Franz	07:30-11:30 - 13:00-17:00
Sirlange Esser Rosa	13:00-17:00
Lucia Passaura Pereira	07:30-11:30
Rosiane de Lourenzi	07:30-11:30 - 13:00-17:00
Mariany Uhlendorf	13:00-17:00
Monica Denzer	13:00-17:00 (2ª feira) 07:30-11:30 - 13:00-17:00 (5ª e 6ª feira)
Bianca Schultz	07:30-11:30 - 13:00-17:00 (6ª feira)
Charles Stuepp	07:30-11:30 - 13:00-17:00 (5ª e 6ª feira)
Clevertton Hoffmann	07:30-11:30 - 13:00-17:00 (6ª feira)
AUXILIAR DE SALA	
Lucimara Vieira	13:00-17:00
MERENDEIRAS	
Regina Schulz Heinz	06:00-12:30
Lucimara Bilk Kroenke	12:00-18:00

CENTRO DE EDUCAÇÃO BÁSICA ERICA HASSE

EXPEDIENTE: 07h30min às 11h30min

13h00min às 17h00min

DIREÇÃO	HORÁRIO DE EXPEDIENTE
Maria Marlete Bini Marcelino	07:30-11:30 - 13:00-17:00
Rosi Maria Deitos da Silva	07:30-11:30 - 13:00-17:00
PROFESSORES	
Bianca Schultz	07:30-11:30 (3ª, 4ª e 5ª feira)
Edilson Machado	07:30-11:30 (2ª a 6ª feira)
Fatima Aparecida do Amarante Coelho Alves	07:30-11:30 - 13:00-17:00
Juliana de Lourenzi Neckel	07:30-11:30 - 13:00-17:00
Lucia Passaúra Pereira	13:00-17:00 (2ª a 6ª feira)
Marcia Gisele Salvador	07:30-11:30 (2ª, 4ª e 6ª feira) 13:00-17:00 (4ª e 5ª feira)
Regiane Santos Stinghen	07:30-11:30 (2ª e 6ª feira) 13:00-17:00 (3ª feira) 07:30-11:30 - 13:00-17:00 (4ª e 5ª feira)
Ariane Lenzi Conink	07:30-11:30 (2ª a 6ª feira)
Marleide Aparecida de Campos Rocha	07:30-11:30 (2ª feira) 07:30-11:30 - 13:00-17:00 (4ª e 5ª feira)
Raquel dos Santos Paupitz	07:30-11:30 - 13:00-17:00 (3ª a 5ª feira) 13:00-17:00 (2ª feira)
Terezinha Aparecida Tholl Almeida	07:30-11:30 - 13:00-17:00 (2ª a 6ª feira)
Sabrina Iolanda Jeremias Kolm	13:00-17:00 (2ª a 6ª feira)
Monica Denzer	07:30-11:30 (2ª feira) 07:30-11:30 - 13:00-17:00 (3ª e 4ª feira)
MERENDEIRAS	
Dilma Geremias	06:00-12:00
Eliane Fernandes Skoula	06:00-12:00
Eliane Van Den Boon	12:00-18:00
Maria de Lourdes Miles	06:00-12:00
Nerecy Sima	12:00-18:00

CENTRO DE EDUCAÇÃO BÁSICA EGINOLF BELL

EXPEDIENTE: 07h30min às 11h30min

13h00min às 17h00min

DIREÇÃO	HORÁRIO DE EXPEDIENTE
Giane Dilma Schweder	07:30-11:30 - 13:00-17:00
PROFESSORES	
Aline Liana Jabs	07:30-11:30 - 13:00-17:00

Cleverton Hoffmann	07:30-11:30 (2ª feira)
Regiane Santos Stinghen	13:00-17:00 (2ª feira)
Silvana Aparecida Correa da Costa Freitas	07:30-11:30
Katia Regina Jeremias Krambeck	13:00-17:00 (3ª feira) 07:30-11:30 - 13:00-17:00 (4ª, 5ª e 6ª)
Bianca Schultz	07:30-11:30 - 13:00-17:00 (2ª feira)
Charles Stuepp	07:30-10:30 - 13:00-15:00 (2ª feira) 15:00-17:00 (3ª feira) 07:30-11:30 (4ª feira)
Mariany Uhlendorf	07:30-11:30
Ezenilda Krambeck	07:30-11:30 - 13:00-17:00 (2ª feira)
BOLSISTA	
Larisa Maria de Oliveira	07:30-11:30
MERENDEIRAS	
Marli Alves	06:00-12:00
Cleia Aparecida da Silva Voigt	07:30-11:30 (2ª feira)

**ENSINO INFANTIL
REGIME INTEGRAL****CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL GENTE MIÚDA**
EXPEDIENTE: 06h45min às 18h45min

COORDENAÇÃO	HORÁRIO DE EXPEDIENTE
Neimar Terezinha Graciano de Moura	07:30-11:30 - 13:30-17:30
PROFESSORES	
Rosangela Samagaia Fronza	07:30-11:30 - 13:30-17:30
Marinês Steuck	07:30-11:30 - 13:30-17:30
Tatiane da Silva Zwicker	07:30-11:30 - 13:30-17:30
Zenaide Angela Deitos	07:30-11:30 - 13:30-17:30
Marcia Mengarda	07:30-11:30 - 13:30-17:30
Dagali Rosane Kopsch	07:30-11:30 - 13:30-17:30
Dilma Correa	06:45-14:00
Debora de Souza Klaumann	07:30-11:30
Viviane Regina Eidt	06:45-12:45
Heriete Karsten	13:30-17:30 (3ª feira)
AUXILIARES DE SALA	
Viviane Regina Eidt	06:45-12:45
Iraci de Oliveira Gonçalves	06:45-12:45
Darci Maria da Luz Kuhn	06:45-12:45
Salette Bini de Azevedo	06:45-12:45
Andreia Kriek Farias	12:45-18:45
Adelita Agustini	12:45-18:45
Morgana Tamara Wloch Fabris	12:45-18:45
Naiara Andreaazza	12:45-18:45
Nisselene Mendes	12:45-18:45
BOLSISTA	

Gabrielle Cândido	11:30-15:30
MERENDEIRAS	
Marlene Ferreira	12:45-18:45
Chalana Santiago	12:45-18:45
Senira Aparecida Marcelino	06:45-12:45

CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PINGUINHO DE GENTE
EXPEDIENTE: 06h30min às 18h30min

COORDENAÇÃO	HORÁRIO DE EXPEDIENTE
Elisangela Althoff da Silva	12:30-18:30
PROFESSORES	
Josiane Venâncio	07:30-11:30 - 13:30-17:30
Diuvana Correa	07:30-11:30 - 13:30-17:30
Nilza Luzia Lemos da Cruz Gazaniga	13:00-17:00
AUXILIARES DE SALA	
Marli Maria Fernandes Passold	06:30-12:30
Janaína dos Santos	06:30-12:30
Katia de Lima	12:30-18:30
MERENDEIRAS	
Jurema Aparecida da Silva de Souza	06:30-12:30
Rosane Dalmolin	12:30-18:30
Judit Ceolin da Rosa	12:00-18:00
Sueli dos Santos	12:30-18:30
Jucelia dos Santos da Silva	07:30-11:30

CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CINDERELA
EXPEDIENTE: 06h30min às 18h30min

COORDENAÇÃO	HORÁRIO DE EXPEDIENTE
Eni da Silva	07:30-11:30 - 13:30-17:30
PROFESSORES	
Rosalina Brandl	07:30-11:30 - 13:30-17:30
Debora Ceolin	07:30-11:30 - 13:30-17:30
Neuza Jeremias	07:30-11:30 - 13:30-17:30
Heriete Karsten	07:30-11:30 - 13:30-17:30 (2ª feira)
Fabiana da Croce	07:30-11:30
AUXILIARES DE SALA	
Janaína Luiza Jabs	06:30-12:30
Elisete Pletsch Groner	07:00-13:00
Anna Maria Melchiorretto	07:00-13:00
Maristela Bini Fernandes	12:30-18:30
Iara Stetter	12:30-18:30
Janete Alves	12:30-18:30
MERENDEIRAS	
Maura Maria May	06:30-12:30
Roseni Pranger	06:30-12:30
Silvana Aparecida Uessler	12:30-18:30
Neyde Geremias	12:30-18:30

CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ARTHUR KROENKE
EXPEDIENTE: 06h45min às 18h45min

COORDENAÇÃO	HORÁRIO DE EXPEDIENTE
Crisneide Policarpo da Cunha dos Santos	07:00-11:00 - 13:30-17:30 (2ª a 6ª feira)
PROFESSORES	
Laura Venâncio Prim	07:30-11:30 - 13:30-17:30
Jucélia Zoboli Ribas	07:30-11:30 - 13:30-17:30
Simone Deves Venturi	07:30-11:30 - 13:30-17:30
Luiza Carolina Samagaia	07:30-11:30 - 13:30-17:30
AUXILIARES DE SALA	
Cristiane Sommerfeld	07:30-11:30 (2ª e 6ª feira) 13:30-17:30 (4ª e 5ª feira) 07:30-11:30 - 13:30-17:30 (3ª feira)
Gisele Geisler Hedel	07:30-11:30
Marcio de Souza	06:45-12:45
Sabrina dos Santos	12:45-18:45
BOLSISTAS	
Tainara Sandrini Russi	11:15-15:15
Bruna Sandrini Alegri	11:15-15:15
MERENDEIRAS	
Diair Schneider	06:30-12:30
Lenita Cardoso	06:00-12:00
Katia Kolm	12:45-18:45
Neuzita Vitoriano	12:45-18:45

ENSINO INFANTIL
REGIME PARCIAL

CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MENINO JESUS
EXPEDIENTE: 12h00min às 18h00min

COORDENAÇÃO	HORÁRIO DE EXPEDIENTE
Doraci Adriana Jeremias Kolm	12:00-18:00
PROFESSORES	
Katiane de Brito	12:45-16:45
Fabiana da Croce	12:45-16:45 15:00-16:45 (2ª e 4ª feira)
MERENDEIRAS	
Maria Ivone Costa	12:00-18:00

CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL JOHANNE SCHÜTTE
EXPEDIENTE: 12h00min às 18h30min

COORDENAÇÃO	HORÁRIO DE EXPEDIENTE
Vivien Erica Fronza	08:00-11:00 - 12:00-18:30
PROFESSORES	
Leoni Schuster de Deus	13:30-17:30
Rosiane de Lourenzi	13:30-17:30
MERENDEIRAS	
Janete Szlachta Luchtenberg	12:00-18:00

CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CHARLOTTE ILSE SCHINDLER
EXPEDIENTE: 13h00min às 17h00min

COORDENAÇÃO	HORÁRIO DE EXPEDIENTE
Glucia Jaqueline Bodemüller Marcelino	
PROFESSORES	
Terezinha Passaura de Lima	12:30-16:30
Diuvana Dilmara Boll	13:30-17:30
MERENDEIRA	
Eliane Ella Kruger	12:00-18:00

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
EXPEDIENTE: 08h00min às 12h00min
13h30min às 17h30min

SERVIDOR	HORÁRIO DE EXPEDIENTE
Catia Regina Marangoni Geremias	08:00-12:00 - 13:30-17:30
Eduardo Brandl	08:00-12:00 - 13:30-17:30
Glucia Jaqueline Bodemüller Marcelino	08:00-12:00 - 13:30-17:30
Taina Küster	08:00-12:00 - 13:30-17:30
Sonia da Veiga Correa	07:30-12:00 (todos os dias) 13:30-17:30 (2ª feira) 13:30-17:00 (5ª feira)
Daniela Braz Marçal Menegazzi	08:00-12:00 - 13:30-17:30 (3ª e 5ª feira) 08:00-12:00 (6ª feira)
Neide Aparecida Füechter Schweder	07:30-11:30 - 13:30-17:30
Neuci Regina Jeremias	Licença para tratar assuntos particulares
Raquel Ferreira Feldmann	07:30-11:30 - 13:00-17:00

Art. 2º - Havendo a necessidade de substituição funcional de servidores públicos municipais, por qualquer ato legal requerido junto ao Departamento de Pessoal, respeitar-se-á o Centro Educacional e o respectivo horário de expediente estabelecido no Art. 1º deste Decreto.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 14 de Abril de 2015.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS
Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 217/15

PORTARIA 217/15 DE 15 DE ABRIL DE 2015.
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base no Art. 13 da Lei Complementar 816/90 de 31 de Outubro de 1990.

CONSIDERANDO o Edital do Concurso Público nº 009/2013;

CONSIDERANDO o Decreto 008/14 de 11 de Fevereiro de 2014 que homologa o resultado final do Concurso Público 009/2013;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR através de concurso público a Sra. CRISTIANE SOMMERFELD, para exercer o Cargo Funcional de Auxiliar de Sala, do Grupo Operacional II - Atividades de Nível Médio - ATM, Nível 17, do plano de cargos e salários do quadro de Pessoal da Prefeitura de Trombudo Central, com carga horária de 30:00 horas semanais, a desempenhar suas funções junto a Secretaria Municipal da Educação e do Esporte, a partir da data de 15 de Abril de 2015, face o pedido de exoneração da servidora pública municipal titular Sra. MAIARA VAN DEN BOOM MOHR.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 15 de Abril de 2015.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS
Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 218/15

PORTARIA 218/15 DE 22 DE ABRIL DE 2015.
NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Complementar 1773 de 30 de Abril de 2013, alterada pela Lei 1849 de 09 de Setembro de 2014...

CONSIDERANDO: O Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 008/2014 de 09 de Junho de 2014, da Estratégia Saúde da Família - ESF da Secretaria de Saúde;

CONSIDERANDO: o Decreto 102/14 de 01 de Agosto de 2014 que homologa a classificação final do Processo Seletivo nº 008/2014;

CONSIDERANDO: o funcionamento inadiável do serviço público essencial;

CONSIDERANDO: o superior interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º- Nomear em caráter temporário a Sra. CARMELUCIA PANASSOLO, a ocupar o cargo de provimento temporário de Agente de Saúde Comunitário - ESF, MICRO ÁREA 3 - ESF 2, com carga horária de 40:00 horas semanais, a partir de 22 de Abril de 2015.

Art. 2º - A nomeação de que trata o Art. 1º, aplicar-se-á a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e legislação correlata.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 22 de Abril de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária da Saúde Interina

PREGÃO ELETRÔNICO 30/2015 PMTC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

PREGÃO ELETRONICO PMTC Nº 30/2015

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO ELETRONICO PMTC Nº 30/2015, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução UNITÁRIO visando a AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTO AGRICOLA PARA SECRETARIA DE AGRICULTURA DO MUNICIPIO. O prazo de recebimento de propostas será a partir das 16:00h do dia 24/04/2015 até as 16:00h do dia 06/05/2015, sendo que a abertura das propostas dar-se-á as 08:00h do dia 07/05/2015 e o início da disputa as 09:00h do dia 07/05/2015, sendo feito através do endereço eletrônico: bll.org.br. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 07:00 às 13:00 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através do email: licita@trombudocentral.sc.gov.br ou encontrada no site bll.org.br.

Trombudo Central, 22 de abril de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito Municipal

Tunápolis

PREFEITURA

DECRETO 1688/2015

DECRETO Nº 1688/2015, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

FIXA VALORES MÁXIMOS A SEREM PRATICADOS POR EMPRESA PARA EXPLORAÇÃO DE SINAL DE INTERNET BANDA LARGA E DE TELEFONIA FIXA NA ÁREA RURAL DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com a Lei Orgânica do Município, artigo 25, da Lei Federal nº 8666/93 e suas alterações,
DECRETA:

Art. 1º Ficam fixados os valores máximos a serem praticados por empresa habilitada para exploração do sinal de Internet Banda Larga e de Telefonia Fixa na área rural do Município, da seguinte forma:

- a) Plano Básico Mensal Internet Banda Larga com velocidade de 512 KBits - R\$ 40,00 (quarenta reais);
- b) Plano Mensal Internet Banda Larga com velocidade de 1MBit - R\$ 59,00 (sessenta reais);
- c) Plano Mensal Internet Banda Larga com velocidade de 2MBits R\$ 69,00 (setenta reais);
- d) Plano Mensal Internet Banda Larga com velocidade de 3 MBits de R\$ 99,00 (cem reais);
- e) Tarifa Mensal de telefone FIXO de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais);
- f) Para instalação dos equipamentos necessários ao funcionamento dos sinais de internet banda larga ou de telefonia FIXA, com a cessão em comodato dos referidos equipamentos, poderá ser cobrado um valor máximo de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais);
- g) Para a tarifação das ligações efetuadas por telefone FIXO: R\$ 0,12(doze centavos) o minuto fixo local; R\$ 0,22(vinte dois centavos) o minuto LDN- Longa distância nacional; R\$ 0,68(sessenta e oito centavos) Minuto celular área 49; R\$ 0,90(noventa centavos)Minuto Celular Nacional VC2 e VC3; Ligações entre clientes do Município de Tunápolis sem custo.

Art. 2º Os preços serão reajustados anualmente, a partir da publicação do Edital de Credenciamento, conforme variação da Tabela SUS ou outro Índice que vier a substituí-lo.

Art. 3º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Tunápolis - SC, 24 de abril de 2015.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado
em data supra.

Elisabeth Inês Heberle Scherer

Secretária de Administração, Finanças e Planejamento.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 63/2015 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 63/2015

Edital de Pregão Presencial nº 49/2015

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da

Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação,

na modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a aquisição de PEÇAS ORIGINAIS PARA O CONCERTO DA MASTER RE-NAULT, MFW 7896, ano 2008 modelo 2009.

Entrega das propostas até às 14h30 do dia 08/05/2015.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

ENOI SCHERER
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO 05/15 CV

RESOLUÇÃO Nº 005/2015

AUTORIZA SERVIDORA DA CÂMARA DE VEREADORES A EXERCER A CARGA HORÁRIA DE FORMA DIFERENCIADA

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que o plenário da Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizada a servidora Thais Renata Welter, ocupante do cargo efetivo de Contadora do Legislativo Municipal, a cumprir a carga horária fixada em 10 horas semanais em um único dia, a ser designado oportunamente por Portaria específica para o estabelecimento dos horários de expediente da Câmara de Vereadores.

Art. 2º O cumprimento da carga horária de 10 horas integralmente em um dia, ultrapassando o limite de 08 (oito) horas diárias previstas no art. 37 da LC nº 013/2006, não importará na realização de horas extraordinárias, tendo em vista o interesse e concordância demonstrados pela própria servidora, bem como as peculiaridades que se evidenciam do caso, plenamente justificadas e amparadas em parecer emitido pela Assessora Jurídica desta Casa.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis - SC.

Em 22 de Abril de 2015

GILBERTO LUNKES ELÓI WINK

Presidente Vice-Presidente

CLENI DIAS WIGGERS
1ª Secretária

NILSI SEHN
2ª Secretária

Urussanga**PREFEITURA****EXTRATO CONTRATO 156/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Extrato do Contrato: 156/2015

Processo de Licitação: 28/2015/PMU

Data de Assinatura: 22/04/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: DMPA COMUNICAÇÕES LTDA ME

CNPJ: 01.577.937/0001-97

Objeto: XIV FESTA RITORNO ALLE ORIGINI - aquisição de serviços de mídia

Valor Global: R\$ 39.421,51

EXTRATO CONTRATO 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Extrato do Contrato: 157/2015

Processo de Licitação: 26/2015/PMU

Data de Assinatura: 23/04/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: SBM SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA

CNPJ: 14.779.384/0004-40

Objeto: aquisição parcelada de asfalto quente a granel

Valor Global: R\$ 15.900,00

Extrato do Contrato: 158/2015

Processo de Licitação: 27/2015/PMU

Data de Assinatura: 23/04/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: PERKSON PEÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ: 00.444.086/0001-41

Objeto: aquisição de peças e serviços para manutenção escavadeira hidráulica E 215 B

Valor Global: R\$ 15.098,67

LEI 2.710

LEI Nº 2.710, de 20 de abril de 2015.

DENOMINA "RODOVIA DOS IMIGRANTES TREVISANO" VIA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE URUSSANGA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOHNNY FELIPPE, PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a presente lei.

Art.1º Passa denominar-se "RODOVIA DOS IMIGRANTES TREVISANO", a Via Pública situada nos bairros do De Villa e São Pedro, neste município, nos termos do levantamento planimétrico, em anexo.

Art.2º A "RODOVIA DOS IMIGRANTES TREVISANO", tem seu início à Rua Durval Perito, bairro De Villa, seguindo em direção leste, cruzando o bairro de São Pedro, findando no limite do Município de Pedras Grandes, com as seguintes confrontações:

Norte: c/ terras de Gilson Casagrande;
Sul: c/ Município de Pedras Grandes;
Leste: c/ terras a quem de direito
Oeste: c/ terras quem de direito.

Art.3º Fica o Município autorizado a providenciar a colocação de placas indicativas em conformidade com a Lei Nº 2.567, de 26 de dezembro de 2012, e a devida comunicação à Empresa Brasileira de Correio e Telégrafo (EBCT), ao Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE), às Empresas de Telecomunicação, às Empresas fornecedoras de energia elétrica, bem como, ao Cadastro de registro imobiliário.

Art.4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 20 de abril de 2015.
JOHNNY FELIPPE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria de Administração e Finanças,
aos vinte dias do mês de abril de 2015.

JOANINHA COPETTI
Assistente Administrativo

LEI 2.711

LEI Nº 2.711, de 23 de abril de 2015.

ALTERA A REDAÇÃO DO §1º DO ART. 6º, DA LEI MUNICIPAL Nº 1.769, DE 09 DE MARÇO DE 2001 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOHNNY FELIPPE, PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA. Faça saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º Em atenção ao disposto no caput do art. 7º da Resolução CONANDA nº 170, de 10 de dezembro de 2014, o §1º do art. 6º da Lei Municipal nº 1.769, de 09 de março de 2001 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º.

§1º - O Presidente do CMDCA fará publicar na imprensa local, por três vezes sucessivas e com a antecedência mínima de 06 (seis) meses, o Edital de Convocação da Eleição para escolha dos membros do Conselho Tutelar, informando sua data e abrindo prazo para inscrição dos candidatos.
..... ” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 23 de abril de 2015.
JOHNNY FELIPPE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria de Administração e Finanças,
aos vinte e três dias do mês de abril de 2015.

JOANINHA COPETTI
Assistente Administrativo

Videira

PREFEITURA

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DA TP Nº 08/2015-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE
TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2015 -PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento das propostas do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E PROCESSOS SELETIVOS DE ACORDO COM OS PROJETOS BÁSICOS, OBJETIVANDO O PROVIMENTO DE VAGAS NO QUADRO FUNCIONAL E CADASTRO DE RESERVA DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE SAÚDE, restando vencedora a empresa ASSCON-PP Assessoria Pública e Privada EIRELI - EPP nos itens 01 e 03, e a empresa Legalle Concursos e Soluções Integradas Ltda - EPP no item 02 por apresentarem os menores preços. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato

Videira, 22 de março de 2015.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Vitor Meireles

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 018/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 018/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES.

CONTRATADA: LORIVAL FELICIANO 00342755927

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELETRECISTA PARA MANUTENÇÃO DE PREDIOS PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES.

PRAZO VIGÊNCIA 17/04/2015 a 17/04/2016

VALOR: R\$ 14.500,00 (Quatorze mil e quinhentos reais).

Vitor Meireles - SC, 17 de abril de 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal.

LEI COMPLEMENTAR Nº 085**LEI COMPLEMENTAR Nº 085, DE 23 DE ABRIL DE 2015.**

*CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL E REAJUSTE
SALARIAL E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, de acordo com o índice econômico INPC (IBGE), acumulado no ano de 2014, o valor de 6,2283% de revisão geral anual, nos termos do Artigo 37, inciso X da Constituição Federal, sobre o salário do mês de março de 2015, aos servidores do Município de Vitor Meireles, dos Poderes Executivo e Legislativo.

Parágrafo Único – A reposição salarial que trata o caput tem como base a data base de reajuste do funcionalismo público, fixada pelo parágrafo 2º do art. 39 da Lei Complementar nº 007/2003.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, de acordo com o índice econômico INPC (IBGE), acumulado no ano de 2014, o valor de 6,2283% de revisão ao subsídio de Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, Vereadores e Secretários Municipais de Vitor Meireles, nos termos do Artigo 37, inciso X da Constituição Federal.

Art. 3º - O menor piso salarial a ser pago a servidor com regime de 40 (quarenta) horas semanais será o salário mínimo nacional.

Art. 4º - O teto salarial a ser pago a servidor com regime de 40 (quarenta) horas semanais será o subsídio do Prefeito Municipal, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, conforme estabelecido no art. 37, inciso XI da Constituição Federal.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder o valor de 0,2717% de reajuste salarial, aos servidores do Município de Vitor Meireles, dos Poderes Executivo e Legislativo, valor este somado ao índice do Art. 1º, da presente Lei, passando-se a aplicar os anexos desta Lei.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, 23 de abril de 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

ANEXO V – LC 049/2009**GRUPOS OCUPACIONAIS, HABILITAÇÃO PROFISSIONAL, FUNÇÕES, E NÍVEL DE VENCIMENTO****GRUPO I – ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR – ANS
40 HORAS SEMANAIS**

Quantidade	Cargo	Nível	Vencimento Anterior	Vencimento Atual
1	Farmacêutico	X-1	2.780,39	2.961,11
1	Advogado	X-1	2.780,39	2.961,11
2	Assistente Social	IX-1	2.341,38	2.493,56
1	Bioquímico	IX-1	2.341,38	2.493,56
1	Contador	XII-1	3.658,40	3.896,19
1	Controlador Interno	XI-1	3.219,39	3.428,65
3	Enfermeiro	X-1	2.780,39	2.961,11
2	Engenheiro Agrônomo	XI-1	3.219,39	3.428,65
1	Engenheiro Civil	XI-1	3.219,39	3.428,65
3	Médico Clínico Geral	XV-1	9.511,85	10.130,12
3	Médico da ESF	XV-1	9.511,85	10.130,12
2	Médico Veterinário	XIII-1	4.316,93	4.597,53
1	Nutricionista	IX-1	2.341,38	2.493,56
4	Odontólogo	XIV-1	5.487,62	5.844,31
1	Engenheiro Florestal	XI-1	3.219,39	3.428,65
1	Fisioterapeuta	XI-1	3.219,39	3.428,65
2	Psicólogo	XI-1	3.219,39	3.428,65
1	Turismólogo	IX-1	2.341,38	2.493,56
2	Fiscal de Tributos	VIII-1	2.048,71	2.181,87

GRUPO II – ATIVIDADES TÉCNICAS DE NÍVEL MÉDIO – ATM

Quantidade	Cargo	Nível	Vencimento Anterior	Vencimento Atual
1	Técnico em Agropecuária	V-1	1.200,03	1.278,03
3	Técnico em Enfermagem	VI-1	1.434,09	1.527,30
2	Técnico em Contabilidade	VIII-1	2.048,71	2.181,87
1	Técnico em Defesa Ambiental	V-1	1.200,03	1.278,03
1	Técnico em Processamento de Dados	V-1	1.200,03	1.278,03
1	Topógrafo	VI-1	1.434,09	1.527,30
15	Agente Administrativo e Operacional	VII-1	1.653,59	1.761,07
1	Fiscal de Vigilância Epidemiológica	VI-1	1.434,09	1.527,30
1	Fiscal de Vigilância Sanitária	VI-1	1.434,09	1.527,30
2	Auxiliar de Consultório Odontológico	V-1	1.200,03	1.278,03

GRUPO III – ATIVIDADES AUXILIARES – AAU

Quantidade	Cargo	Nível	Vencimento Anterior	Vencimento Atual
23	Agente Comunitário de Saúde - ESF	II-1	779,23	829,87
10	Auxiliar de Enfermagem	V-1	1.200,03	1.278,03
2	Telefonista	IV-1	1.090,93	1.161,84
2	Auxiliar de Gabinete Odontológico	IV-1	1.090,93	1.161,84
1	Fiscal de Vigilância Sanitária Epidemiológica	VI-1	1.434,09	1.527,30

GRUPO IV – TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS GERAIS – TSG

Quantidade	Cargo	Nível	Vencimento Anterior	Vencimento Atual
1	Almoxarife	IV-1	1.090,93	1.161,84
2	Instalador Hidráulico	IV-1	1.090,93	1.161,84
2	Mecânico	VI-1	1.434,09	1.527,30
25	Motorista	IV-1	1.090,93	1.161,84
15	Operador de Máquinas	V-1	1.200,03	1.278,03
22	Servente/Merendeira	II-1	779,23	829,87
10	Auxiliar de Manutenção e Conservação	II-1	779,23	829,87
15	Auxiliar de Serviços Gerais	II-1	779,23	829,87
1	Auxiliar de Mecânico	III-1	880,55	937,78
2	Guarda do Patrimônio Público	IV-1	1.090,93	1.161,84

TABELA DE SUBSÍDIOS/VENCIMENTOS DOS CARGOS COMISSIONADOS

QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	REMUNERAÇÃO ANTERIOR	REMUNERAÇÃO ATUAL
1	Chefe de Gabinete	XI-1	3.219,39	3.428,65
7	Diretor Municipal	VIII-1	2.048,71	2.181,87

ANEXO VIII

TABELA ÚNICA DE VENCIMENTOS

NÍVEIS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
I	630,72	668,56	708,68	751,20	796,27	844,05	894,69	948,37	1.005,27	1.065,59	1.129,52	1.197,29	1.269,13	1.345,28	1.426,00	1.511,56
II	829,87	879,66	932,44	988,39	1.047,69	1.110,55	1.177,19	1.247,82	1.322,69	1.402,05	1.486,17	1.575,34	1.669,86	1.770,05	1.876,26	1.988,83
III	937,78	994,05	1.053,69	1.116,91	1.183,93	1.254,96	1.330,26	1.410,07	1.494,68	1.584,36	1.679,42	1.780,19	1.887,00	2.000,22	2.120,23	2.247,44
IV	1.161,84	1.231,55	1.305,44	1.383,77	1.466,80	1.554,80	1.648,09	1.746,98	1.851,80	1.962,90	2.080,68	2.205,52	2.337,85	2.478,12	2.626,81	2.784,42
V	1.278,03	1.354,71	1.435,99	1.522,15	1.613,48	1.710,29	1.812,91	1.921,68	2.036,99	2.159,20	2.288,76	2.426,08	2.571,65	2.725,95	2.889,50	3.062,87
VI	1.527,30	1.618,94	1.716,07	1.819,04	1.928,18	2.043,87	2.166,50	2.296,49	2.434,28	2.580,34	2.735,16	2.899,27	3.073,23	3.257,62	3.453,08	3.660,26
VII	1.761,07	1.866,73	1.978,74	2.097,46	2.223,31	2.356,71	2.498,11	2.648,00	2.806,88	2.975,29	3.153,81	3.343,04	3.543,62	3.756,24	3.981,61	4.220,51
VIII	2.181,87	2.312,78	2.451,55	2.598,64	2.754,56	2.919,83	3.095,02	3.280,73	3.477,57	3.686,22	3.907,40	4.141,84	4.390,35	4.653,77	4.933,00	5.228,98
IX	2.493,56	2.643,17	2.801,76	2.969,87	3.148,06	3.336,95	3.537,16	3.749,39	3.974,36	4.212,82	4.465,59	4.733,52	5.017,53	5.318,58	5.637,70	5.975,96
X	2.961,11	3.138,78	3.327,10	3.526,73	3.738,33	3.962,63	4.200,39	4.452,41	4.719,56	5.002,73	5.302,90	5.621,07	5.958,34	6.315,84	6.694,79	7.096,47
XI	3.428,65	3.634,37	3.852,43	4.083,58	4.328,59	4.588,31	4.863,61	5.155,42	5.464,75	5.792,63	6.140,19	6.508,60	6.898,12	7.313,06	7.751,85	8.216,96
XII	3.896,19	4.129,96	4.377,76	4.640,42	4.918,85	5.213,98	5.526,82	5.858,43	6.209,93	6.582,53	6.977,48	7.396,13	7.839,90	8.310,29	8.808,91	9.337,45
XIII	4.597,53	4.873,38	5.165,78	5.475,73	5.804,28	6.152,53	6.521,68	6.912,99	7.327,76	7.767,43	8.233,48	8.727,48	9.251,13	9.806,20	10.394,57	11.018,25
XIV	5.844,31	6.194,97	6.568,67	6.960,67	7.378,31	7.821,01	8.290,27	8.787,68	9.314,94	9.873,84	10.466,27	11.094,25	11.759,90	12.465,49	13.213,42	14.006,23
XV	10.130,12	10.737,93	11.382,20	12.065,14	12.789,04	13.556,39	14.369,77	15.231,95	16.145,87	17.114,62	18.141,50	19.229,99	20.383,79	21.606,82	22.903,23	24.277,42

ANEXO IV – LC 048/2009**QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL****TABELA DE VENCIMENTOS****20 HORAS SEMANAIS**

NIVEIS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
MAG-I	903,92	958,16	1.015,64	1.076,58	1.141,18	1.209,65	1.282,23	1.359,16	1.440,71	1.527,15	1.618,78	1.715,91	1.818,86	1.928,00	2.043,68	2.166,30
MAG-II	1.100,68	1.166,72	1.236,72	1.310,93	1.389,58	1.472,96	1.561,34	1.655,02	1.754,32	1.859,58	1.971,15	2.089,42	2.214,78	2.347,67	2.488,53	2.637,84
MAG-III	1.210,74	1.283,38	1.360,39	1.442,01	1.528,53	1.620,24	1.717,46	1.820,51	1.929,74	2.045,52	2.168,25	2.298,35	2.436,25	2.582,42	2.737,37	2.901,61
MAG-IV	1.307,56	1.386,01	1.469,17	1.557,32	1.650,76	1.749,81	1.854,80	1.966,09	2.084,05	2.209,10	2.341,64	2.482,14	2.631,07	2.788,93	2.956,27	3.133,64
MAG-V	1.371,47	1.453,76	1.540,98	1.633,44	1.731,45	1.835,34	1.945,46	2.062,18	2.185,91	2.317,07	2.456,09	2.603,46	2.759,67	2.925,25	3.100,76	3.286,81

Obs. As referências acima equivalem à carga horária de 20 (vinte) horas semanais. Jornada maior ou menor implica diferenciação para mais ou para menos, no valor do vencimento, proporcionalmente.

ANEXO I – LC 022/2006**TABELA SALARIAL**

QUANT.	CARGO	REMUNERAÇÃO ANTERIOR	REMUNERAÇÃO ATUAL
3	Médico da ESF	9.511,85	10.130,12
3	Odontólogo da ESF	5.487,62	5.844,31
3	Enfermeiro da ESF	2.780,39	2.961,11
3	Técnico de Enfermagem da ESF	1.434,09	1.527,30
23	Agente Comunitário de Saúde da ESF	779,23	829,87

ANEXO I – LC 056/2010**GRUPO – DIREÇÃO SUPERIOR – DSU**

Quantidade	Cargo	Nível	Vencimento Anterior	Vencimento Atual
1	Assessor Jurídico	X-1	2.780,39	2.961,11
1	Diretor Geral	X-1	2.780,39	2.961,11

ANEXO III – LC 056/2010**GRUPO I – ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR – ANS**

Quantidade	Cargo	Nível	Vencimento Anterior	Vencimento Atual
1	Assessor Legislativo	X-1	2.780,39	2.961,11

GRUPO II – ATIVIDADES TÉCNICO-PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO – ATP

Quantidade	Cargo	Nível	Vencimento Anterior	Vencimento Atual
1	Técnico em Contabilidade	X-1	2.780,39	2.961,11
1	Agente Legislativo	X-1	2.780,39	2.961,11

GRUPO III – ATIVIDADES AUXILIARES – PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO – AAU

Quantidade	Cargo	Nível	Vencimento Anterior	Vencimento Atual
1	Auxiliar Administrativo	VI-1	1.434,09	1.527,30

GRUPO IV – SERVIÇOS GERAIS – TSG

Quantidade	Cargo	Nível	Vencimento Anterior	Vencimento Atual
1	Agente de Serviços Gerais	V-1	1.126,79	1.278,03

REGIMENTO INTERNO CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. '		VITOR MEIRELES - SC
--	--	---------------------

REGIMENTO

II Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Do Município de Vitor Meireles - SC.

Capítulo I**Da Conferência**

Artigo 1º - A II Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, convocada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, será realizada no dia 29 de abril de 2015, no Auditório da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, sito a Santa Catarina, Nº 2011, centro, das 8:00 às 11:30.

Artigo 2º - A II Conferência Municipal se define como foro municipal de debates sobre política de atendimento à criança e ao adolescente, aberto a todos os segmentos da sociedade, e terá por objetivos:

I- Objetivo Geral:

a) Garantir a implementação da Política e do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, a partir do fortalecimento dos conselhos de direitos da criança e do adolescente.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. '		VITOR MEIRELES - SC
--	--	---------------------

II- Objetivos específicos:

a) Sensibilizar e mobilizar a sociedade em geral na defesa do Estatuto da Criança e do Adolescente;

b) Fortalecer a participação da sociedade em geral, em especial, das crianças e dos adolescentes, na formulação, monitoramento e avaliação da Política e do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

c) Fomentar a criação e o fortalecimento dos espaços de participação de crianças e adolescentes nos conselhos de direitos, nos serviços, nos programas e nos projetos públicos e privados, dentre outros, destinados à infância e à adolescência;

d) Propor estratégias que promovam o fortalecimento dos conselhos dos direitos da criança e do adolescente para a implementação da Política e do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes; e

e) Articular os atores do Sistema de Garantia de Direitos para participarem da elaboração e implementação dos Planos Decenais Estaduais, Distrito Federal e Municipais dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

Artigo 3º - Para a análise dos objetivos, a II Conferência propõe:

a) I- Debater sobre o tema: Garantir a implementação da Política e do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, a partir do fortalecimento dos conselhos de direitos da criança e do adolescente no Município, através dos eixos acima dispostos na;

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. '		VITOR MEIRELES - SC
--	--	---------------------

a- Promoção dos Direitos de Criança e Adolescentes;

b- Proteção e Defesa dos Direitos;

c- Protagonismo e Participação de Crianças e Adolescentes;

d- Controle Social da Efetivação dos Direitos;

e- Gestão da Política Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

.

II- Avaliar, discutir e aprovar as diretrizes da política de atendimento à criança e adolescente no Município para o período de 2015 a 2017;

a) Eleger delegados para a Conferência Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Capítulo II**Do Temário e das Atividades da II Conferência**

Artigo 4º- A programação das atividades específicas à realização da II Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente passa a vigorar após a leitura e aprovação do Regimento.

Artigo 5º- Os temas serão expostos no Plenário e discutidos em Assembleia Geral por eixo temático.

Parágrafo único: A Assembleia Geral deverá deliberar sobre as principais problemáticas dos temas específicos e apresentar no mínimo três

propostas de cada problemática apontada.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. '		VITOR MEIRELES - SC
--	--	---------------------

Capítulo III

Dos Participantes e Delegados

Artigo 6º - Poderão se inscrever como membros da II Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente todas as pessoas, instituições, programas, projetos e movimentos sociais do município de Vitor Meireles, interessados na elaboração e implantação da política de atendimento à criança e adolescente no Município.

Parágrafo Único: Serão considerados com direito a voz e voto todos os delegados natos e os eleitos na conferência, que estiverem presentes no plenário.

Serão considerados com direito a voz e voto:

- a) Delegados Natos;
- b) Delegados Eleitos.

a) Serão considerados delegados natos com direito a voz e voto; o Prefeito Municipal, o Vice Prefeito Municipal, A Secretária Municipal de Assistência Social, os profissionais das políticas setoriais (educação, saúde, assistência social, habitação, segurança, cultura e turismo, esporte); Comandante da Polícia Militar, Delegado Titular da Polícia Civil, Delegacia da Mulher, os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, os membros das diretorias dos Conselhos Municipais existentes, os Conselheiros Tutelares Titulares, os Presidentes das Entidades devidamente registradas no CMDCA, os membros da Comissão Organizadora da Conferência, o Juiz da Infância e da Juventude, o Promotor da infância e da Juventude e o Poder Legislativo.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. '		VITOR MEIRELES - SC
--	--	---------------------

Artigo 7º- Deverá ser inscrito como Delegados para participar da Conferência Regional da Criança e do Adolescente.

a) Até 05 delegados adultos

b) Até 05 delegados adolescentes

Parágrafo Primeiro: Para cada delegado Titular deverá ter um suplente

. Parágrafo segundo: Será considerado Suplente o Candidato com menor quantidade de votos imediatamente abaixo do que obtiver maior número de votos.

Parágrafo Terceiro: Em caso de empate será considerado eleito o candidato com maior idade, em cada segmento.

Artigo 8º- Os Delegados serão assim distribuídos:

I- Dos Adultos:

- 01 representante do CMDCA;
- 01 representante do Conselho Tutelar;
- 02 representantes das políticas setoriais municipais (assistência social, educação, saúde, esporte, cultura, segurança).
- 01 representante da sociedade civil organizada.

II- Dos Adolescentes:

- 05 representantes dos projetos sociais, escolas, instituições religiosas e outros.

Capítulo IV

Da Plenária Final

Artigo 9º - A plenária final da II Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá os seguintes objetivos:

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. '		VITOR MEIRELES - SC
--	--	---------------------

a) Leitura e aprovação das propostas formuladas na conferência e pela plenária da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

b) Leitura e votação de moções encaminhadas pelos delegados e participantes;

c) Eleição dos Delegados em número suficiente para participar de Conferência Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único: as moções serão consideradas aprovadas somente por número mínimo de 50% de assinaturas equivalentes à quantidade dos presentes.

Artigo 10º - As deliberações serão aprovadas pela maioria simples, sendo permitido destaque com intervenção de até um minuto e direito a réplica também com o prazo de até um minuto.

Parágrafo único: Não será permitida tréplica.

Artigo 11º - Da mesa coordenadora:

A Comissão Organizadora indicará: Um Presidente e a Relatoria composta de dois membros.

Artigo 12º - A apreciação do Relatório Final será encaminhada da forma que segue:

a) As solicitações de destaque deverão ser feitas somente durante a leitura das propostas e o requerente deverá formular a adequação do texto para posterior aprovação do Relatório Final.

b) Os propositores de destaques terão 01 (um) minuto para defesa de seu ponto de vista;

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. '	VITOR MEIRELES - SC
--	---------------------

c) Esclarecida à plenária, será então colocado em votação do destaque apresentado.

d) A aprovação das propostas será por maioria simples dos presentes.

Artigo 13º - As moções deverão ser apresentadas à mesa até às 10h00minh do dia 29/04/2015. Havendo moção deverá ser apreciada pela plenária, votada e aprovada por 50% dos votos favoráveis.

Artigo 14º - Da eleição de Delegados para a Conferência Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

I- Os Delegados presentes na II Conferência Municipal que desejarem candidatar-se para Delegado Regional deverá fazer a sua apresentação na plenária expondo seu interesse para poder ser votado.

Parágrafo Primeiro- Todos os candidatos terão 01 (um) minuto para se apresentarem à plenária.

Capítulo VIII Das Disposições Gerais

Artigo 15º - Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pela Comissão Organizadora da II Conferência Municipal, e também com a Presidência do CMDCA.

Artigo 16º - Ocorrendo alguma nova deliberação sobre a Conferência Estadual e Nacional, diferente da prevista neste Regimento, será a mesma incluída na Programação da II Conferência Municipal

Vitor Meireles 09, de março de 2015.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

RESOLUÇÃO Nº 001/2015 CMI

RESOLUÇÃO Nº 001/2015, DE 16 DE ABRIL DE 2015 DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE VITOR MEIRELES /SC.

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE VITOR MEIRELES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Federal nº 8.842 de 04/01/94 da Política Nacional do Idoso e da Lei Federal de nº 10.741 de 01/10/03 (Estatuto do Idoso), bem como a Lei Municipal nº 0880/2014, e a deliberação da plenária da Assembléia de número dezenove, de 13/04/2015, do Conselho Municipal do Idoso, resolve:

Art. 1º. Convocar a I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Vitor Meireles;

Art. 2º. Estabelece a data de 14 de maio de 2015 para a realização da I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa idosa de Vitor Meireles;

Art. 3º. Estabelece que a I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Vitor Meireles, será realizada no Auditório da Prefeitura Municipal, tendo início às 8:00 horas e encerramento às 11:30 horas.

Art. 4º. Convoca todos os Idosos, Clubes da Terceira Idade, Entidades, Instituições, Representantes do Fórum, Redes, movimentos sociais, Conselhos Setoriais e/ou Profissionais, Conselhos Municipais, Programas e serviços públicos e/ou privados, dentre outros, para participarem do processo de realização da I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Vitor Meireles.

Art. 5º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rosane Vieira
Presidente do CMI
Vitor Meireles / SC.

Vitor Meireles, 16 de Abril de 2015.

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE TOMADA DE PREÇO 005/2015

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 089/2015
TOMADA DE PREÇO N. 005/2015

O Município de Xaxim - SC, comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando a contratação de empresa especializada para construção de canal de escoamento pluvial arroio Xaxim, entre as Ruas Candido Teston, Senador Nereu Ramos e Avenida Julio Lunardi. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h: 45min do dia 13 de maio de 2015, procedendo à abertura às 09h: 00min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 23 de abril de 2015.
Idacir Antônio Orso
Prefeito

AVISO DE TOMADA DE PREÇO 006/2015

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 090/2015
TOMADA DE PREÇO N. 006/2015

O Município de Xaxim - SC, comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando a contratação de empresa para prestação de serviços para execução de obras de mobilidade urbana - sinalização, abrigos de passageiros, remoção e estreitamento de canteiros, pavimentação asfáltica calçada em pavers, meio fio. Conforme Convenio com o ministério das cidades contrato n. 1007992-51/2013. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h: 45min do dia 14 de maio de 2015, procedendo à abertura às 09h: 00min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 23 de abril de 2015.
Idacir Antônio Orso
Prefeito

AVISO TOMADA DE 004/2015

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 088/2015
TOMADA DE PREÇO N. 004/2015

O Município de Xaxim - SC, comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando a contratação de empresa especializada em implantação (construção) de espaços de convívio - no Estádio Guarany - construção de arquibancada, rampa de acesso e corrimão. Conforme Convenio com o ministério das cidades contrato n. 1009162-75/2013. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h:

45min do dia 12 de maio de 2015, procedendo à abertura às 09h: 00min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 23 de abril de 2015.
Idacir Antônio Orso
Prefeito

Decreto 170

DECRETO Nº. 170/2015.

Nomeia cargo comissionado e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, pelo presente Decreto, a Sra. VALERIA JO-ANA MATTIELLO, CPF: 091.696.849-95, a partir da presente data, no cargo de CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO, com carga horária de 20(vinte) horas semanais, no Gabinete do Prefeito, deste município de Xaxim - SC, percebendo a remuneração constante em lei vigente.

Art. 2º A servidora ora nomeada pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 20 de abril de 2015.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira
Diretor Geral de Administração e RH

Decreto 171

DECRETO Nº171/2015.

Contrata Assistente Social em caráter emergencial e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações e:

a) Considerando a recomendação contida e discutida em 12 de março de 2015, juntamente com o Ministério Público do Estado de Santa Catarina, em procedimento sob o nº 06.2014.00010179-4.

DECRETA:

Art. 1º Fica contratada em caráter emergencial a SRA. FRANCIS-NARA MONTAGNA, CPF: 041.438.869-01 para exercer a função de ASSISTENTE SOCIAL, com carga horária 30 (trinta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a

partir de 20 de abril de 2015 até 20 de julho de 2015.

Art. 2º A servidora ora contratada pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 20 de abril de 2015.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município

Decreto 174

DECRETO Nº. 174/2015.

Nomeia Secretário Municipal de Infraestrutura e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, pelo presente Decreto, o SR. EDUARDO SIMONATO, CPF: 659.408.229-91, para a partir de 20 de abril de 2015, exercer o cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, deste município de Xaxim - SC, percebendo os subsídios constantes em lei vigente.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 22 de abril de 2015.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira
Diretor Geral de Administração e RH

Consórcios

CIGA

EXTRATO CONTRATO - 277 - PGT - ANITÁPOLIS

Extrato de Contrato nº 277/2015

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão Tributária - Anitápolis

CONTRATANTE: Município de Anitápolis

CNPJ: 82.892.332/0001-92

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 040/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 235,00 (Duzentos e trinta e cinco reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 13 de abril de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 276 - PGC - PAINEL

Extrato de Contrato nº 276/2015

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão de Câmara de Vereadores - PAINEL

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de PAINEL

CNPJ: 01.646.639/0001-01

CONTRATO Nº: Contrato Administrativo nº 003/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão de Câmaras de Vereadores aprovado pelo CIGA, para gestão do processo legislativo e portal na Internet.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 2.083,33 (Dois mil oitenta e três reais e trinta e três centavos).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 30 de março de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 30 de março de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 015/2015 - CORREIOS

Extrato de Contrato nº 015/2015

Processo de Licitação Nº 25/2014

Inexigibilidade de Licitação Nº 02/2014

CONTRATANTE: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

CONTRATADO: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos- ECT

CNPJ: 34.028.316/0028-23

OBJETO: Contratação de serviços e venda de produtos, que atendam às necessidades da contratante, mediante adesão ao contrato.

PREVISÃO LEGAL: Art. 25, inciso I e art. 62, § 3º, II da Lei nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 14/01/2015 a 14/01/2016.

Florianópolis, 14 de janeiro de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 062/2015

TERMO ADITIVO N.º 01/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao CONTRATO N.º 062/2015, firmado entre o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA e a empresa POSTO GALO LTDA, para o fornecimento de combustíveis (gasolina comum e aditivada e álcool hidratado) à frota de veículos oficiais do CIGA.

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, com sede à Rua Santos Saraiva, n.º 1.546, Bairro Estreito, CEP 88.070-101, nesta Capital, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, como CONTRATANTE, e a empresa POSTO GALO LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 81.326.258/0012-37, situada à Rua General Eurico Gaspar Dutra, n.º 865, Bairro Estreito, CEP 88.070-001, Florianópolis/SC, neste ato representada pelo Sr. Ângelo do Amaral Brasil, inscrito no CPF sob o n.º 007.859.089-27, como CONTRATADA, firmam o presente TERMO ADITIVO ao Contrato n.º 062/2015, celebrado em 02 de janeiro de 2015, originário do Processo Licitatório n.º 24/2014, Modalidade Pregão Presencial n.º 10/2014, o que fazem com fundamento na Cláusula Décima Quarta e com fulcro na Lei n.º 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este aditivo contratual tem por objeto a revisão das cláusulas econômico-financeiras do Contrato de Fornecimento de Combustíveis, para a manutenção do equilíbrio contratual, nos termos dos artigos 58, §2º, e 65, II, d, da Lei n.º 8.666/93, por força de interferências imprevisíveis, quais sejam, a recente alteração das alíquotas de PIS/COFINS sobre combustíveis, determinada pelo Governo Federal, por meio do Decreto n.º 8.395, de 28 de janeiro de 2015, em vigor, em relação ao seu artigo 1º, desde 1º de fevereiro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

Para a execução deste termo aditivo, as partes reajustam os valores unitários dos itens contratados, de forma a adequá-los à média de seu respectivo valor, por litro, praticado no mercado varejista de Florianópolis - SC, na data de seu fornecimento, conforme publicação da Agência Nacional de Petróleo - ANP, que passam a

viger com a seguinte redação:

Item	Produto	Preço Unitário (R\$)
01	Gasolina Comum	3,27
02	Gasolina Aditivada	3,32
03	Álcool	2,40

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas oriundas deste aditamento contratual correrão à conta dos recursos consignados no orçamento do CIGA, de acordo com o Projeto Atividade n.º 2001 - Administração e Manutenção do Consórcio, no elemento de despesa 3.3.90.30.01 (Combustíveis e Lubrificantes Automotivos).

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passa a vigor a partir da assinatura de ambas as partes.

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO

Com as alterações constantes das cláusulas anteriores, ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato n.º 062/2015.

CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

O extrato deste Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nominadas.

Florianópolis - SC, 01 de abril de 2015.

GILSONI LUNARDI ALBINO Diretor Executivo – CIGA
ANGELO DO AMARAL BRASIL Posto Galo Ltda.

TESTEMUNHAS:

MORGANA ARENT MICHELS BAGINI Gerente Administrativa – CIGA	
MARCELLO ANDRÉ PREVIDI Analista de Sistemas – CIGA	

CIS/AMARP**1º ADITIVO CONTRATO 15 2015 EDI IMAGENS**

1º TERMO ADITIVO 2015 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO - EDI-EXAMES DIAGNÓSTICOS POR IMAGEM LTDA.

Pelo presente instrumento de Aditivo, de um lado o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISA-MARP, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque, 99, Alvorada, Videira S/C, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Gilberto Amaro Comazzetto e de outro lado a EDI-EXAMES DIAGNÓSTICOS POR IMAGEM LTDA, CNPJ 08.110.690/0001-43, situada na Rua Vidal Ramos Júnior Nº 98, Lages-SC, neste ato representada pelo seu representante legal Maurício Rosa Couto, RG 805.315-4, CPF 385.402.409-63, considerando a concordância e o interesse das partes, resolvem, de comum acordo, alterar o Contrato de Prestação de Serviço EDI-EXAMES DIAGNÓSTICOS POR IMAGEM LTDA, conforme as Cláusulas a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A lista de procedimentos da CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO - do Contrato de Prestação de Serviço passa a conter em sua relação o seguinte procedimento:

PROCEDIMENTO	CODIGO SUS	VALOR CIS
Urotomografia	*9016210	210,00

(*) código próprio CIS-AMARP.

Parágrafo único - (...)

(...)"

CLÁUSULA SEGUNDA

O presente aditivo terá vigência a partir de sua assinatura, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de março de 2015, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para todos os fins de direito, excetuada a modificação constante da condição acima aditada, ficam ratificadas todas as demais disposições do Contrato de prestação de serviços, firmado entre as partes.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente em duas (02) vias de igual teor.

Videira, 11 de março de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

Maurício Rosa Couto

TESTEMUNHAS:

Marcélio José Borsatti
425.790.239-68

Vera Matheus de Castro
033.681.689-83

VISTO:

Humberto Dalpizzol
OAB/SC 15588

1º ADITIVO CREDENCIAMENTO 15 2015 EDI IMAGENS

1º TERMO ADITIVO 2015 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO 15/2015 - EDI - EXAMES DIAGNÓSTICOS POR IMAGEM LTDA.

Pelo presente instrumento de Aditivo, de um lado o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISA-MARP, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque, 99, Alvorada, Videira S/C, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Gilberto Amaro Comazzetto e de outro lado EDI - EXAMES DIAGNÓSTICOS POR IMAGEM LTDA, CNPJ 08.110.690/0001-43, situada na Rua Vidal Ramos Júnior Nº 98, Lages-SC, neste ato representada pelo seu representante legal Maurício Rosa Couto, RG 805.315-4, CPF 385.402.409-63, considerando a concordância e o interesse das partes, resolvem, de comum acordo, alterar o Termo de Credenciamento 15/2015, conforme as Cláusulas a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A lista de procedimentos da CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO - do Termo de Credenciamento 15/2015, passa a conter em sua relação o seguinte procedimento:

PROCEDIMENTO	CODIGO SUS	VALOR CIS
Urotomografia	*9016210	210,00

(*) código próprio CIS-AMARP.

(...)"

CLÁUSULA SEGUNDA

O presente aditivo terá vigência a partir de sua assinatura, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de março de 2015, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para todos os fins de direito, excetuada a modificação constante da condição acima aditada, ficam ratificadas todas as demais disposições do Termo de Credenciamento 15/2015, firmado entre as partes.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente em duas (02) vias de igual teor.

Videira, 11 de março de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

Maurício Rosa Couto

TESTEMUNHAS:

Marcélio José Borsatti
425.790.239-68

Vera Matheus de Castro
033.681.689-83

Humberto Dalpizzol
OAB/SC 15588

CVC**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 004/2015**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 004/2015

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE Nº 004/2015

Contratante: Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC

Contratado: IPM INFORMÁTICA LTDA

Objeto: Locação de Software

Licitação: Dispensada

Por este instrumento de contrato de Licenciamento de Softwares e Execução de Serviços Complementares, e na melhor forma de direito, que fazem entre si o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, pessoa jurídica de direito público, com sede Av. Santa Catarina, nº 1022, no Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 14.688.861/0001-19, representada neste ato por seu Presidente, Sr. Mauri José Zucco, residente e domiciliado neste Município, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado, IPM INFORMÁTICA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 01.258.027/0001-41, com sede administrativa na Avenida Trompowsky, nº 354, 7º andar, conj. 701, centro, na cidade de Florianópolis - SC, neste ato representada pelo seu administrador, sr. ALDO LUIZ MEES, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Florianópolis - SC, celebram este Contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a locação de programas de computador contendo os módulos de GESTÃO CONTÁBIL, e GESTÃO DE RH, pertencente ao Software de Gestão Pública Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA - BASE DO CONTRATO

2.1. O presente contrato é assinado por dispensa de licitação, baseado no inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/93. Aplicam-se a este contrato administrativo, todas as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, utilizando-se deste ordenamento para dirimir casos omissos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA LOCAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE VERSÃO

3.1. A CONTRATADA executará à CONTRATANTE a Locação dos programas de computador discriminados na Cláusula Primeira, sendo que quando for necessário, disponibilizará atualização de versão "on-line", através de provedor "internet" da CONTRATADA para manutenção da operacionalidade do objeto, adequada às Leis e normas vigentes e Suporte técnico disponibilizado via central de atendimento ao cliente, com o objetivo de orientar, esclarecer dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização do sistema implantado, via telefone, fac-símile, website e outros meios de comunicação que não impliquem deslocamento de equipe técnica ou execução de serviços.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 Pela locação dos módulos contratados a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor mensal de R\$ 321,00 (trezentos e vinte e um reais) para o módulo de Gestão Contábil e R\$ 174,00 (cento e setenta e quatro reais) para o módulo de Gestão de RH, totalizando R\$ 495,00 (quatrocentos e noventa e cinco reais). A primeira mensalidade será paga até o quinto dia útil do trigéssimo dia que ultrapassar a assinatura deste Contrato.

10.2. Para implantação dos módulos acima será pago à Contratante o valor de R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais) até dez dias da instalação dos sistemas.

10.3. O valor da contratação corresponde a R\$ 6.860,00 (seis mil oitocentos e sessenta reais), os quais serão pagos parcelas iguais, sucessivas e mensais, sendo o vencimento todo quinto dia cada mês subsequente ao vencido.

CLÁUSULA QUINTA - RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

4.1. Notificar à CONTRATADA, por escrito, quaisquer irregularidades que venham a ocorrer, em função da operacionalização dos programas.

4.2. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma estabelecida neste contrato.

4.3. Fornecer todo o material necessário para o bom andamento dos trabalhos, quando solicitado pela CONTRATADA.

4.4. Facilitar o acesso dos técnicos da CONTRATADA nas áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao bom desempenho das funções, quando for o caso.

4.5. Designar um técnico devidamente capacitado para acompanhar o andamento dos trabalhos e desempenhar as atividades de coordenação técnica e administrativa no período da contratação.

4.6. Responsabilizar-se pela supervisão, gerência e controle de utilização dos sistemas, incluindo:

4.6.1. Assegurar a configuração adequada e manutenção das máquinas nas quais os sistemas são utilizados;

4.6.2. Manter backup adequado para satisfazer às necessidades de segurança, assim como "restart" e recuperação no caso de falha de máquina.

4.6.3. Dar prioridade aos técnicos da CONTRATADA para utilização do equipamento da CONTRATANTE quando da necessidade de visita técnica.

4.7. Usar os sistemas locados exclusivamente na unidade, vedada a sua cessão a terceiros a qualquer título.

4.8. Estabelecer orientações e determinações adequadas junto a seus servidores ou pessoas às quais venham a ser facilitado o acesso, no sentido de que as informações sejam corretamente manuseadas, de modo a não violar qualquer dos compromissos aqui estabelecidos relativos ao uso, proteção e segurança. No caso e alguma violação se consumir contra a sua vontade e sem seu conhecimento prévio, a CONTRATANTE dará conhecimento dos fatos à CONTRATADA, além de empreender ações necessárias no sentido de sustar ou anular a situação de violação, sob ônus da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA - RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

5.1 Manter as condições funcionais dos sistemas instalados, inclusive com fornecimento de novas versões em caso de alteração da legislação a que se subordinam;

5.2. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do presente contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

5.3. Executar, em consonância com as regras contratuais, o ajustado nos termos deste contrato;

5.4. Utilizar na execução do serviço contratado pessoal qualificado para o exercício das atividades que lhe forem confiadas;

5.5. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais resultantes da execução deste contrato;

5.6. Tratar como confidenciais as informações e dados contidos nos sistemas, guardando total sigilo perante terceiros.

CLÁUSULA S - DO ATENDIMENTO TÉCNICO LOCAL, CONSULTORIA TÉCNICA E CUSTOMIZAÇÃO DIVERSOS

6.1. As atividades descritas e prestadas em relação ao software, serão prestadas nas dependências de um ou do outro contratante, mediante solicitação da CONTRATANTE e com emissão de Relatório de Serviço.

6.2. Serão cobrados por estas atividades eventuais, o valor de R\$ 100,00 (cem reais) para suporte técnico in loco na sede da CONTRATANTE, bem como, mesmo valor por hora de trabalho executado, proveniente de solicitações da CONTRATANTE com fins de alterações específicas e desenvolvimentos. Os quais dar-se-ão mediante apresentação de proposta e/ou Ordem de Serviço devidamente assinada por responsável.

6.3. No caso de solicitação de re-implantação, re-treinamento dos módulos contratados, os preços e prazos serão objeto de propostas específicas. Neste caso, a CONTRATANTE deverá comunicar a

intenção antecipadamente à CONTRATADA.

6.4. Pelo deslocamento de técnico para atender solicitação de serviço in loco na sede da CONTRATANTE, será cobrado o valor de R\$ 1,60 (um real e sessenta centavos) por quilômetro rodado e/ou custo de passagem aérea do ponto de partida ao ponto de chegada, que serão faturados mediante apresentação da autorização e/ou Ordem de Serviço devidamente assinada, nas condições especificadas neste contrato relativamente aos serviços eventuais, os quais integrarão o faturamento global do serviço.

6.5. A CONTRATADA poderá recusar a realização de serviços de customização aos módulos do software sempre que entender que o solicitado possa resultar em problemas funcionais ou de segurança ao aplicativo, devendo apresentar os motivos por escrito.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1. Pelo atraso e inexecução total ou parcial deste contrato, reservados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critérios da CONTRATANTE, a CONTRATADA sujeitar-se-á às seguintes sanções:

7.1.1. Advertência escrita decorrente de descumprimento do pactuado.

7.1.2. Não sendo justificado o motivo do descumprimento, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato.

7.2. A multa não impede que a CONTRATANTE rescinda unilateralmente este contrato.

7.3. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada nos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou cobrada judicialmente.

7.4. Da aplicação de qualquer multa será a CONTRATADA notificada para o recolhimento no prazo de trinta dias úteis.

7.5. O montante de multas aplicadas à CONTRATADA não poderá ultrapassar a 10% (dez por cento) do valor global do contrato. Caso aconteça, a CONTRATANTE terá o direito de rescindir o contrato mediante notificação.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO

8. A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93 ensejará a rescisão do contrato.

8.1. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa.

8.2. Os casos de rescisão administrativa ou amigável serão precedidos de comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

8.3. Em caso de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso.

8.4. Aplica-se, para fins de rescisão, o disposto no art. 79 da Lei nº 8.666/93.

8.5. Caso haja atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, poderá a CONTRATADA, após notificação, optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, inclusive ao trancamento da senha de utilização dos sistemas.

CLÁUSULA NONA - ALTERAÇÃO

9.1. A alteração de qualquer dos dispositivos estabelecidos neste contrato, somente se reputará válida se tomadas expressamente em instrumento Aditivo, passando a dele fazer parte.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS PRAZOS

11.1. O prazo de vigência deste contrato será de até 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As parcelas que por ventura não forem pagas no prazo especificado serão atualizadas até a data da efetivação do pagamento, com incidência de 1% (um por cento) de juros ao mês, como também acrescida de multa moratória de 2% (dois por cento).

12.2. Na hipótese de qualquer litígio fundado, direta ou indiretamente, no presente instrumento, a responsabilidade da CONTRATADA, seja a que título for, não será superior ao valor dos módulos contratados. Em hipótese alguma a CONTRATADA será responsável por qualquer erro, má interpretação, pela aplicação ou utilização inadequada dos módulos que importem em danos reais, monetários fiscais e, tampouco, será responsabilizado por qualquer dano emergente, lucros cessantes ou outros danos diretos ou indiretos sofridos pela CONTRATANTE ou por terceiros.

12.3. Os módulos contratados atendem a Legislação Previdenciária vigente no Brasil, contendo todos os requisitos funcionais definidos pela Lei 9.717/98, Resoluções do STN, pelo Ministério da Previdência Social (Portaria 916/2003, alterada pela Portaria 1.768 de 22/12/2003) e instruções do Tribunal de Contas do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca da CONTRATANTE como o único competente para dirimir dúvidas acaso surgidas, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de perfeito e comum acordo, justos e contratados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo, para todos os fins de direito.

Quilombo, SC, 23 de abril de 2015.

CONSÓRCIO VELHO CORONEL

Mauri José Zucco

Contratante

IPM - INFORMÁTICA LTDA

ALDO LUIZ MEES

Contratada

Testemunhas:

Nome: Edir Antonio Bagio

RG: 2.994.896

Nome:

RG:

DECRETO/PRESIDENTE Nº 002/2015

DECRETO/PRESIDENTE nº 002/2015

De 22/04/2015

“DISPOEM SOBRE A REVISÃO GERAL DE VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC. Sr. Mauri Jose Zucco, no uso de suas atribuições e na forma do artigo 43, do Estatuto do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC,

DECRETA:

Art. 1º) Fica concedida a revisão geral anual à todos os servidores do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC a partir do mês de abril de 2015, em 8,4160% conforme o índice acumulado dos últimos 12 meses do mês de março de 2015 do INPC.

Art. 2º) O Quadro de vencimentos, anexo IV do estatuto deverá ser atualizado de acordo com o percentual determinado no artigo 1º do presente Decreto.

Art. 3º) As despesas correram por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4º) Este ato entra em vigor na data da sua publicação.

Coronel Freitas, SC, 22 de abril de 2015.
MAURI JOSE ZUCCO
Presidente da CVC

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0002/2015

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0001/2015

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, no Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. MAURI JOSE ZUCCO, no uso de suas atribuições, como órgão gerenciador, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, visando à escolha da proposta mais vantajosa para REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação com fornecimento parcelado de serviços continuados do objeto abaixo indicado. A Entrega, Protocolo dos envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" bem como o Credenciamento, deverão ser feitos junto ao Setor de Licitações, localizado na sede deste Consórcio, até às 09:00 horas do dia 08 de maio de 2015, ou do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data. Abertura da sessão no mesmo dia às 09:10 horas. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO com execução mediante o regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL DO LOTE, consoante as condições estatuídas neste Edital, e será regida pelas Resoluções nº 003, de 27 de março de 2015 e 005 de 02 de abril de 2015, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

1 DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação com fornecimento parcelado de serviços continuados de Telefonia Móvel (Serviço Móvel Pessoal - SMP), para comunicação de voz e dados, via rede móvel disponível nacionalmente com tecnologia digital, na modalidade tipo Plano corporativo Pós-pago, com fornecimento de SIMCARDS, com execução mediante o regime de empreitada por preço global do lote, para atender às necessidades do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CV e através dele às necessidades dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e ou cooperados, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme descrições abaixo:

1.1.1 Lote 01, Cobertura pelo mínimo nos municípios de Abelardo Luz, Águas de Chapecó, Coronel Freitas e Quilombo (exceto para os itens 22, 23 e 24):

Item	Qtde	Unidade	Serviço	Descrição
1	1	Minutos	VC1-1	Ligação Local Móvel – Fixo
2	1	Minutos	VC1-2	Ligação Local Móvel-Móvel para outras operadoras
3	1	Minutos	VC1-3	Ligação Local Móvel-Móvel para a operadora contratada
4	1	Minutos	VC1-4	Ligação Local Móvel-Móvel Intragrupo com tarifa zero
5	1	Minutos	Caixa Postal	Serviço de caixa-postal
6	1	Minutos	VC2-1	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Fixo

7	1	Minutos	VC2-2	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Móvel para outras operadoras
8	1	Minutos	VC2-3	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Móvel para a operadora contratada
9	1	Minutos	VC2-4	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Móvel Intragrupo com tarifa zero
10	1	Minutos	VC3-1	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Fixo
11	1	Minutos	VC3-2	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Móvel para outras operadoras
12	1	Minutos	VC3-3	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Móvel para a operadora contratada
13	1	Minutos	VC3-4	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Móvel Intragrupo com tarifa zero
14	1	Minutos	AD	Adicional por Chamada recebida ou efetuada em roaming
15	1	Serviço	DSL1	Ligação recebida em roaming nacional dentro do Estado (Equivala ao VC2-3)
16	1	Serviço	DSL2	Ligação recebida em roaming nacional fora do Estado (Equivala ao VC3-3)
17	1	Unidade	SMS	Serviço de mensagens de texto
18	1	Unidade	MMS	Serviço de mensagens multimedia
19	1	Serviço	Aviso	Serviço de Aviso do número chamador quando o usuário estiver indisponível, fora da área de cobertura ou desligado, para que o usuário possa identificar quem o ligou.
20	1	Serviço	Assinatura	Assinatura Mensal Voz
21	1	Serviço	Assinatura	Assinatura Mensal Intragrupo
22	1	Serviço	Assinatura	Serviços de Tráfego de Dados 3G – Franquia Mínima 600MB
23	1	Serviço	Assinatura	Serviços de Tráfego de Dados 3G – Franquia Mínima 2GB
24	1	Serviço	Assinatura	Serviços de Tráfego de Dados 3G – Franquia Mínima 1GB exclusivo para modem
25	1	Acessos Ilimitados	Ferramenta de Gestão ON-LINE	Software

1.1.2 Lote 02, Cobertura pelo mínimo nos municípios de Abelardo Luz, Águas de Chapecó, Coronel Freitas, Caxambu do Sul e Quilombo (exceto para os itens 47, 48 e 49):

Item	Qtde	Unidade	Serviço	Descrição
26	1	Minutos	VC1-1	Ligação Local Móvel – Fixo
27	1	Minutos	VC1-2	Ligação Local Móvel-Móvel para outras operadoras
28	1	Minutos	VC1-3	Ligação Local Móvel-Móvel para a operadora contratada
29	1	Minutos	VC1-4	Ligação Local Móvel-Móvel Intragrupo com tarifa zero
30	1	Minutos	Caixa Postal	Serviço de caixa-postal
31	1	Minutos	VC2-1	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Fixo
32	1	Minutos	VC2-2	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Móvel para outras operadoras
33	1	Minutos	VC2-3	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Móvel para a operadora contratada
34	1	Minutos	VC2-4	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Móvel Intragrupo com tarifa zero

35	1	Minutos	VC3-1	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Fixo
36	1	Minutos	VC3-2	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Móvel para outras operadoras
37	1	Minutos	VC3-3	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Móvel para a operadora contratada
38	1	Minutos	VC3-4	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Móvel Intragrupo com tarifa zero
39	1	Minutos	AD	Adicional por Chamada recebida ou efetuada em roaming
40	1	Serviço	DSL1	Ligação recebida em roaming nacional dentro do Estado (Equivale ao VC2-3)
41	1	Serviço	DSL2	Ligação recebida em roaming nacional fora do Estado (Equivale ao VC3-3)
42	1	Unidade	SMS	Serviço de mensagens de texto
43	1	Unidade	MMS	Serviço de mensagens multimedia
44	1	Serviço	Aviso	Serviço de Aviso do número chamador quando o usuário estiver indisponível, fora da área de cobertura ou desligado, para que o usuário possa identificar quem o ligou.
45	1	Serviço	Assinatura	Assinatura Mensal Voz
46	1	Serviço	Assinatura	Assinatura Mensal Intragrupo
47	1	Serviço	Assinatura	Serviços de Tráfego de Dados 3G – Franquia Mínima 600MB
48	1	Serviço	Assinatura	Serviços de Tráfego de Dados 3G – Franquia Mínima 2GB
49	1	Serviço	Assinatura	Serviços de Tráfego de Dados 3G – Franquia Mínima 1GB exclusivo para modem
50	1	Acessos Ilimitados	Ferramenta de Gestão ON-LINE	Software

1.1.3 Lote 03, Cobertura pelo mínimo nos municípios de Abellaro Luz, Águas de Chapeco, Quilombo, Águas Frias, Jardinópolis, União do Oeste, Irati, Planalto Alegre, Santiago do Sul e Formosa do Sul (exceto para os itens 72, 73 e 74):

Item	Qtde	Unidade	Serviço	Descrição
51	1	Minutos	VC1-1	Ligação Local Móvel – Fixo
52	1	Minutos	VC1-2	Ligação Local Móvel-Móvel para outras operadoras
53	1	Minutos	VC1-3	Ligação Local Móvel-Móvel para a operadora contratada
54	1	Minutos	VC1-4	Ligação Local Móvel-Móvel Intragrupo com tarifa zero
55	1	Minutos	Caixa Postal	Serviço de caixa-postal
56	1	Minutos	VC2-1	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Fixo
57	1	Minutos	VC2-2	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Móvel para outras operadoras
58	1	Minutos	VC2-3	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Móvel para a operadora contratada
59	1	Minutos	VC2-4	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Móvel Intragrupo com tarifa zero
60	1	Minutos	VC3-1	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Fixo

61	1	Minutos	VC3-2	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Móvel para outras operadoras
62	1	Minutos	VC3-3	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Móvel para a operadora contratada
63	1	Minutos	VC3-4	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Móvel Intragrupo com tarifa zero
64	1	Minutos	AD	Adicional por Chamada recebida ou efetuada em roaming
65	1	Serviço	DSL1	Ligação recebida em roaming nacional dentro do Estado (Equivale ao VC2-3)
66	1	Serviço	DSL2	Ligação recebida em roaming nacional fora do Estado (Equivale ao VC3-3)
67	1	Unidade	SMS	Serviço de mensagens de texto
68	1	Unidade	MMS	Serviço de mensagens multimídia
69	1	Serviço	Aviso	Serviço de Aviso do número chamador quando o usuário estiver indisponível, fora da área de cobertura ou desligado, para que o usuário possa identificar quem o ligou.
70	1	Serviço	Assinatura	Assinatura Mensal Voz
71	1	Serviço	Assinatura	Assinatura Mensal Intragrupo
72	1	Serviço	Assinatura	Serviços de Tráfego de Dados 3G – Franquia Mínima 600MB
73	1	Serviço	Assinatura	Serviços de Tráfego de Dados 3G – Franquia Mínima 2GB
74	1	Serviço	Assinatura	Serviços de Tráfego de Dados 3G – Franquia Mínima 1GB exclusivo para modem
75	1	Acessos Ilimitados	Ferramenta de Gestão ON-LINE	Software

1.2 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de um ano, a contar da data de sua assinatura.

2 DO CREDENCIAMENTO E DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Quando a interessada for representada por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, esta deverá apresentar o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (de acordo com as exigências do Novo Código Civil), a alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como a última alteração, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.

2.2 Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração (podendo utilizar o ANEXO II como modelo) ou documento equivalente, com firma reconhecida do Outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF - Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, DEVENDO APRESENTAR, TAMBÉM, A MESMA DOCUMENTAÇÃO CONSTANTE DO ITEM 2.1. DESTE CAPÍTULO, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

2.3 Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação, conforme modelo (ANEXO V). Se for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte - EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva.

2.4 Os documentos de credenciamento de que tratam os itens 2.1,

2.2 e 2.3, deverão vir FORA DOS ENVELOPES de documentação e proposta e ficarão retidos nos autos.

2.5 Havendo remessa via postal dos envelopes ou defeito no credenciamento pela ausência de algum dos documentos tratados nos itens 2.1 e 2.2, a licitante não poderá participar da fase de lances, permanecendo com sua proposta fixa, bem como não poderá se manifestar acerca da interposição de recurso quando declarado o vencedor.

2.5.1 A proponente que enviar os envelopes via postal sem a remessa da Declaração referida no item 2.3, ficará automaticamente excluída do certame pela ausência de documento essencial.

2.6 Os documentos devem apresentar prazo de validade, conforme o caso, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo pregoeiro(a)/Equipe de Apoio.

2.7 A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito de tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, deverá ser comprovada mediante apresentação da seguinte documentação:

2.7.1 Empresas optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

- a) Comprovação de opção pelo Simples. obtido através da Secretaria da Receita Federal;
- b) Declaração firmada pelo representante legal da empresa ou seu procurador, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123/06, conforme modelo (ANEXO VI).

2.8 Os documentos relacionados nos subitens 2.7.1, para efeito de comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, poderão ser substituídos pela Certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da Instrução Normativa do DNRC nº 103, publicado no D.O. do dia 22/05/2007.

2.9 Não poderão participar deste certame:

2.9.1 Entidades empresariais proibidas de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

2.9.2 Entidades empresariais temporariamente suspensas de participar de licitações e impedidas de contratar com o órgão ou entidade responsável por esta licitação (art. 87, inc. III, da Lei nº 8.666, de 1993).

2.9.2.1 Entidades empresariais declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. A declaração de inidoneidade impossibilitará o fornecedor ou interessado de participar de licitações e formalizar contratos com todos os órgãos ou entidades da Administração Pública direta e indireta da União dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas.

2.9.3 Empresas cujos proprietários, controladores ou diretores sejam Deputados, Senadores do Congresso Nacional nos Termos do artigo 54 II da Constituição.

2.9.4 Entidades empresariais estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.9.5 Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

2.9.6 Entidades empresariais que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

3 DA PROPOSTA DE PREÇOS

3.1 A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2015
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0001/2015
(NOME SOCIAL DA LICITANTE)
ENVELOPE Nº 01 - "PROPOSTA DE PREÇOS"

3.2 A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos:

- a) ser apresentada no formulário ANEXO III ou segundo seu modelo, com prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias, contendo especificação mínima detalhada dos itens, segundo às exigências apresentadas no Capítulo 1 deste Edital. Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas. Recomenda-se aos senhores licitantes que, dentro do possível, utilizem o formulário anexo ao edital, pois agiliza a análise das propostas e reduz os erros de elaboração das mesmas;
- b) conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e da Inscrição Estadual ou Municipal;
- c) suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;
- d) conter declaração de que nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.
- e) conter discriminados em moeda corrente nacional os preços dos itens limitados a 02 (duas) casas decimais para os centavos;
- f) conter discriminado o prazo de vigência da ata de registro de preços de 01 (um) ano a contar da data de sua assinatura;
- g) conter discriminado o prazo de vigência do contrato de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado;
- h) as folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal.

3.3 Anexar à proposta, os dados bancários: nome do banco, nº da conta corrente, indicando a agência bancária para recebimento dos créditos (conforme modelo no ANEXO IV).

3.4 Anexar à proposta os dados do representante legal da empresa (aquele que assina a proposta): nome completo, cargo ou função, número de identidade e número do CPF/MF (conforme modelo no ANEXO IV).

3.5 Anexar à proposta declaração da licitante que atende aos requisitos de cobertura nos Municípios em conformidade com cada Lote.

3.6 A proponente deverá cotar todos os itens, pois o julgamento será pelo Valor Global de cada lote.

3.7 Caso ocorra erro formal na apresentação dos valores na Proposta (ANEXO III) será considerado o valor apresentado na coluna do Preço Unitário.

4 DA HABILITAÇÃO

4.1 Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2015
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0001/2015
(NOME SOCIAL DA LICITANTE)
ENVELOPE Nº 02 - "DOCUMENTAÇÃO"

4.2 Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante ou outra equivalente na forma da lei;
- d) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante ou outra equivalente na forma da lei;
- e) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);
- f) Prova de Regularidade com a Previdência Social (Certidão Negativa de Débito - CND emitida pelo INSS);
- g) Prova de regularidade com as obrigações trabalhistas (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com efeitos de negativa), conforme inc. V do art. 29 da Lei nº 8.666/93 (alterado pela Lei nº 12.440/2011);

4.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte também deverão apresentar no envelope de Habilitação os documentos referentes à regularidade fiscal. Todavia, apresentada a documentação constante do item 2.7.1 ou alternativamente do 2.8 acima, eventual restrição poderá ser sanada no prazo de 4 (quatro) dias úteis após a lavratura da Ata, como condição para a assinatura do contrato, na forma da Lei Complementar nº 123/06.

a) A não regularização da documentação no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

4.4 Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo pregoeiro(a)/Equipe de Apoio. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX). Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis.

4.5 Em todas as hipótese referidas neste Edital, não serão aceitos documentos com prazo de validade vencido, bem como não serão aceitos, em nenhuma hipótese, "protocolo" de documento necessário à habilitação.

4.6 Os documentos de que trata o item 6.2, poderão ser substituídas pelo Certificado de Registro Cadastral no Consórcio Integrado do Contestado, desde que todos estejam ali previstos, atualizado.

5 DAS OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO E DA VENCEDORA

5.1 As obrigações do Consórcio (Contratante) e da Vencedora (Contratada) são as estabelecidas no Termo de Referência.

6 DO RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 No dia, hora e local designados no Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o pregoeiro(a), juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de credenciamento, conforme disposto no Capítulo 2.

6.2 Verificadas as credenciais e declarada aberta à sessão, o pregoeiro(a) solicitará e receberá, em envelopes devidamente lacrados, a proposta e os documentos exigidos para habilitação.

6.3 Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.

6.4 Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

6.5 No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem às exigências constantes do Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes.

6.6 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecerem lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

6.7 Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

a) Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

6.8 Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

b) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 6.8.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 6.8.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no subitem 6.8.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.9 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no item 8.8, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

6.10 O disposto no item 6.9 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.11 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

6.12 A oferta dos lances deverá ser efetuada, POR VALOR GLOBAL DO LOTE, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços.

6.13 Dos lances ofertados não caberá retratação.

6.14 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro(a), implicará a exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.

6.15 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo pregoeiro(a), os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.16 Finalizada a fase de lances e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço global por lote apresentado, o Pregoeiro(a) verificará a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preço excessivo, assim considerados aqueles acima do preço de mercado.

6.17 O pregoeiro(a) poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o menor preço GLOBAL POR LOTE, para que seja obtido preço ainda melhor.

6.18 Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta de menor preço global por lote, para confirmação das suas condições habilitatórias.

6.19 No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo menor preço global por lote, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório.

6.20 Verificado o atendimento das exigências habilitatórias, será declarada a ordem de classificação dos licitantes, POR VALOR GLOBAL DO LOTE.

a) - Será declarado vencedor o licitante que ocupar o primeiro lugar no VALOR GLOBAL DO LOTE.

6.21 O pregoeiro(a) somente manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos licitantes perdedores quando houver manifestação de recurso previsto no item 8.1 deste Edital;

6.22 Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pelo pregoeiro(a), pela Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.

6.23 Todos os documentos e as propostas deverão ser rubricados pelo pregoeiro(a), pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes que estiverem presentes.

7 DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

7.1 A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO, JULGAMENTO POR PREÇO GLOBAL DE CADA LOTE, desde que atendidas às exigências deste Edital.

8 DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

8.1 Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

a) Não será admitido que as Razões do Recurso sejam apresentadas por intermédio de fac-símile ou via e-mail, devendo a referida peça ser protocolada junto ao Consórcio Intermunicipal Velho

Coronel - CVC diretamente no Departamento de Compras e Licitações.

8.2 Não sendo interpostos recursos, o pregoeiro(a) adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), POR VALOR GLOBAL DO LOTE, sendo submetido este resultado ao Diretor Executivo para homologação.

8.3 O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Diretor Executivo do Consórcio, por intermédio do pregoeiro(a), o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Diretor Executivo do Consórcio, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

8.4 - Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da licitação submetido ao Diretor Executivo do Consórcio para o procedimento de homologação com a devida adjudicação, POR VALOR GLOBAL DO LOTE, do objeto desta licitação à(s) vencedora(s).

8.5 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo de 10 (dez) dias, a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

8.6 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

a) Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

a) advertência e ou glosas;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

8.7 - Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, ao proponente que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para a licitação, que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, bem como aplicação de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global da obrigação não cumprida.

9 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO

9.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contada a partir da data de assinatura da Ata.

9.2 O CVC formalizará a Ata de Registro de Preços e os contratos de serviços:

a) Os fornecedores classificados em 1º (primeiro) lugar nos preços registrados de cada lote, serão convocados pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, para firmar a Ata de Registro de Preços no prazo de 10 (dez) dias úteis após a homologação, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração do Consórcio, devendo o proponente

manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal;

b) Os fornecedores classificados em 1º (primeiro) lugar nos preços registrados de cada lote, serão convocados pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, para firmar o Contrato de Serviços, com prazo de vigência de 24 (vinte e quatro) meses, tendo o Fornecedor prazo de 10 (dez) dias úteis após a convocação para assinatura

9.2.2.1 É admitida a prorrogação da vigência do contrato, até o limite legal previsto nos termos do Artigo 57, da Lei nº 8.666/93 e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883 de 08.06.94.

9.3 O licitante que, convocado para assinar as Atas de Registro de Preços, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído.

9.4 A existência de preços registrados não obriga o CVC, a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

9.5 Dentro do prazo de vigência do Registro de Preços, as licitantes que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas ao fornecimento dos serviços, desde que obedecidas às condições deste Edital e da respectiva Ata de Registro de Preços;

9.6 Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar as Atas de Registro de Preços de Fornecimento, no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.

10 DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

a) O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao CVC promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

b) Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o CVC deverá:

I convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e

III convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

c) Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o CVC poderá:

I liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

d) Não havendo êxito nas negociações, o CVC deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas

cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

11 DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1 O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

I descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II não receber autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV tiver presentes razões de interesse público;

V for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

VI for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

11.2 O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do CVC.

11.3 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I por razão de interesse público; ou II - a pedido do fornecedor.

12 DA DOTAÇÃO

12.1 As despesas decorrentes das aquisições, objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do CVC, referente o exercício de 2015 e seguintes.

a) O CVC quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

13 DO PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO DOS PREÇOS

13.1 A entrega das faturas deverá ser feita no endereço da contratante.

13.2 As Nota(s) Fiscal (is) ou Fatura(s) dos serviços efetivamente prestados deverão ser apresentados, até 15 (quinze) dias, no mínimo, antes da data de vencimento, discriminando no corpo da(s) Nota(s) Fiscal(is), o período a que se refere o serviço.

13.3 A fatura deverá ser mensal contendo o valor global dos acessos e o individual por linha, acompanhado do respectivo detalhamento dos serviços prestados, devendo ser fornecida em arquivo eletrônico padrão FEBRABAN v.2.0 ou superior;

13.4 Caso a CONTRATADA possua mais de um Contrato com a administração, deverá emitir Notas Fiscais ou Faturas distintas.

13.5 Após o encerramento do contrato, os serviços utilizados por força desta contratação deverão ser cobrados em um prazo máximo de 90 (noventa) dias.

13.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

13.7 Havendo erro na nota Nota Fiscal/Fatura, deverá ser possível ao CONTRATANTE pagar os valores considerados corretos por meio de glosas dos valores cobrados a maior de acordo com verificação eletrônica das planilhas fornecidas;

13.8 Transcorrido o devido processo referente a multas contratuais, os valores das mesmas poderão ser glosados em faturas com vencimento vindouro;

13.9 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados.

13.10 Quando houver necessidade de refaturamento dos valores dos serviços prestados por discordância do Fiscal do Contrato, as novas faturas deverão ser emitidas de acordo com os padrões apresentados anteriormente, com data de vencimento de 15 (quinze) dias posterior a data de emissão.

13.11 Caso a operadora não deseje realizar o refaturamento com o valor correto, na forma do item 13.10, poderá, conforme artigos 9º e 71 da Resolução nº 477/07 da ANATEL, realizar a devolução em valor igual ao dobro do que foi pago em excesso pelos serviços, acrescidos de correção monetária e juros legais, em até 30 dias após a contestação da cobrança indevida.

13.12 O pagamento será efetuado através de fatura (nota fiscal com código de barras).

13.13 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.14 Os preços propostos serão reajustados anualmente mediante índice divulgado pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL. Em sendo assim, no primeiro ano de reajustamento de preços, este se dará quando de sua aplicação pela ANATEL e não somente após os doze meses da proposta.

13.15 Os preços somente serão revisados quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela CONTRATADA.

13.16 A CONTRATADA deverá garantir o repasse ao CVC de todos os preços e vantagens ofertados aos consumidores cujo perfil de tráfego seja semelhantes ao do consórcio, sempre que esses forem mais vantajosos do que os ofertados no certame, desde que não comprometa o equilíbrio financeiro da contratação.

14 DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

14.1 Decairá do direito de impugnar os termos do Edital aquele que não o fizer até 2 (dois) dias úteis antes da data designada para a realização do Pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

a) Não será admitida a Impugnação do Edital por intermédio de fac-símile ou via e-mail, devendo a referida peça ser protocolada junto ao Departamento de Licitações do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC.

14.2 Caberá ao Pregoeiro(a) decidir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre a Impugnação interposta.

14.3 Se procedente e acolhida a Impugnação do Edital, seus vícios serão sanados, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto, quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

15 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 Caberá ao CVC a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços;

15.2 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

15.3 O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, na sala do Setor de Licitações, logo após sua homologação.

15.4 Detalhes não citados referentes as descrições dos serviços, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

15.5 O presente pregão poderá ser revogado em face de razões de interesse

público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

15.6 O pregoeiro(a) e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13:30h às 17:30, através do telefone (49) 3246-1206, ou pessoalmente (Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, Fraiburgo/SC) até 1 (um) dia anterior a abertura do certame.

15.7 São partes integrantes deste Edital os seguintes ANEXOS:

- a) ANEXO I - Termo de Referência;
- b) ANEXO II - Procuração;
- c) ANEXO III - Proposta de Preços;
- d) ANEXO IV - Dados Bancários e Dados do Representante Legal;
- e) ANEXO V - Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
- f) ANEXO VI - Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- g) ANEXO VII - Minuta da Ata de Registro de Preço;
- h) ANEXO VIII - Minuta de Contrato.

Coronel Freitas (SC), 15 de abril de 2015.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Presidente do Consorcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC

ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0001/2015

TERMO DE REFERÊNCIA

1 INTRODUÇÃO

1.1 O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC é um Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, no Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, na forma da Lei Federal nº 11.107/05, de seu regulamento (Decreto nº 6.017/07).

1.2 O objetivo do CVC é a união dos municípios associados para o desenvolvimento regional, através da formulação de projetos estruturantes, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento de ações

compartilhadas nos municípios catarinenses, captação de recursos financeiros para investimentos, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

1.3 O CVC foi constituído com a possibilidade de integrar-se com municípios da região oeste de Santa Catarina.

1.3.1 Municípios que já ratificaram por Lei o Protocolo de Intenções do CVC:

I ABELARDO LUZ	
II AGUAS DE CHAPECO	
III AGUAS FRIAS	
IV CAXAMBU DO SUL	
V CORONEL FREITAS	
VI FORMOSA DO SUL	
VII IRATI	
VIII JARDINOPOLIS	
IX PLANALTO ALEGRE	
X QUILOMBO	
XI SANTIAGO DO SUL	
XII UNIAO DO OESTE	

1.4 A Assembleia Geral do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC é a instância máxima do Consórcio, sendo constituída pelos prefeitos dos municípios consorciados, podendo ser ordinária ou extraordinária.

1.4.1 Na Assembleia Geral Extraordinária do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, ocorrida aos quatorze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e treze, foi deliberado sobre a realização de licitação para contratação de telefonia celular, o assunto foi deliberado e aprovado para fazer um registro de preços para contratação futura de serviços de telefonia móvel pelo CNPJ do CVC, para uso dos Municípios, todos os municípios consorciados manifestaram interesse pela participação da licitação de telefonia.

1.5 A Resolução n. 003 de 27 de março de 2015 é ato que "Dispõe sobre o Regulamento do Sistema de Registro de Preços no âmbito do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, e dá outras providências" e a Resolução n. 005 de 02 de abril de 2015 que dispõem sobre o Regulamento da modalidade de licitação

denominada pregão, em sua forma presencial, instituída pela Lei Federal Nº 10.520 de 17 de julho de 2002.

1.5.1 O Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC é o órgão gerenciador e participante deste Registro de Preços.

2 DO OBJETO

2.1 - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Telefonia Móvel (Serviço Móvel Pessoal - SMP), para comunicação de voz e dados, via rede móvel disponível nacionalmente com tecnologia digital, na modalidade tipo Plano corporativo Pós-pago, com fornecimento de SIMCARDS, com execução mediante o regime de empreitada por preço global do lote, para atender às necessidades do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, e através dele às necessidades dos órgãos ou entidades dos entes da Federação de consorciados e ou cooperados, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

3 JUSTIFICATIVA:

3.1 - A presente licitação, na modalidade Pregão Presencial, via Sistema de Registro de Preços, dará ensejo à contratação por 24 (vinte e quatro) meses, objetivando a obtenção da proposta economicamente mais vantajosa para a Administração, considerando diluição dos custos diretos e indiretos ao longo de um vínculo contratual mais longo com um único CNPJ, e fidelização, consequentemente, reduzindo os valores pagos pelos serviços.

3.2 - O Sistema de Registro de Preços - SRP será adotado para esta contratação em razão de haver sido criado para ser utilizado sempre que conveniente a contratação de serviços para atendimento do consórcio seus órgãos ou entidades, que trabalham de forma integrada suas estimativas de consumo e os aspectos técnicos da contratação. Desse modo, além de melhorar a qualidade técnica dos artefatos de contratação, um planejamento integrado de compra reduz a duplicidade de esforços entre os órgãos e otimiza o trabalho dos técnicos das áreas de licitações e contratos, ensejando ainda economia processual. O grande benefício, entretanto, advém da utilização do poder de compra do governo, na medida em que aproveita as oportunidades de economia de escala, a Administração Pública pode obter melhores preços junto ao mercado, reduzindo seus custos em benefício do atendimento às demandas sociais. Depreende-se, portanto, que os fundamentos apresentados vão ao encontro das hipóteses previstas nos incisos II, III e IV do art. 3º da Resolução nº 003/2015.

3.3 - A contratação se justifica, pois objetiva dotar o CVC e através dele os órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e ou cooperados, de Serviço Móvel Pessoal - SMP, dando assim, maior rapidez nos atendimentos emergenciais do sistema de comunicação telefônica e conectividade móvel.

3.4 - Importante fator de decisão sobre qualquer contratação - a redução de custos - está presente nesse termo de referência de forma central. Isso não significa que a Administração está abrindo mão na qualidade de prestação do serviço, pois tem como intenção ampliar a qualidade dos serviços prestados se utilizando das novas possibilidades existentes no mercado, mas sempre pensando nas necessidades inerentes às atividades dos integrantes do CVC, dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e ou cooperados, que serão usuários do serviço. Como exemplo, consta como serviço a ser fornecido no pacote, a chamada intragrupo, que permite a realização de chamadas entre os integrantes, sem gastos adicionais além da assinatura. Outro serviço a ser contratado é o envio de mensagens por SMS, que poderá representar economia, pois assuntos, que poderiam levar vários minutos por comunicação de voz, serão sintetizados e enviados por SMS com custo fixo por mensagem.

3.5 - Cabe salientar que não há previsão de impacto ambiental, visto que a atividade propiciada pela prestação de serviço solicitada é

considerada não-poluente e não causa modificação de impacto prejudicial ao equilíbrio do ambiente físico ou social local.

4 DA ESTIMATIVA DE CONSUMO E VALORES REFERENCIAIS

4.1 - Tabela de estimativa de consumo mensal e valores referenciais para o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC e através dele o consumo dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e ou cooperados:

Lote 01

Item	Serviço	Descrição	Quantidade de Linhas	Estimativa Consumo Mensal	Unidade	Preço Unitário Referência	Preço Total Mensal Referência
1	VC1-1	Ligação Local Móvel - Fixo	120	8000	Minutos	0,15	1.200,00
2	VC1-2	Ligação Local Móvel-Móvel para outras operadoras	120	9600	Minutos	0,15	1.440,00
3	VC1-3	Ligação Local Móvel-Móvel para a operadora contratada	120	9600	Minutos	0,15	1.440,00
4	VC1-4	Ligação Local Móvel-Móvel Intragrupo com tarifa zero	120	Ilimitado	Minutos	-	-
5	Caixa Postal	Serviço de caixa-postal	120	1600	Minutos	0,15	240
6	VC2-1	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Fixo	120	3200	Minutos	0,4	1.280,00
7	VC2-2	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Móvel para outras operadoras	120	5600	Minutos	0,6	3.360,00
8	VC2-3	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Móvel para a operadora contratada	120	5600	Minutos	0,25	1.400,00
9	VC2-4	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Móvel Intragrupo com tarifa zero	120	Ilimitado	Minutos	-	-
10	VC3-1	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Fixo	120	3200	Minutos	0,4	1.280,00
11	VC3-2	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Móvel para outras operadoras	120	5600	Minutos	0,6	3.360,00
12	VC3-3	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Móvel para a operadora contratada	120	5600	Minutos	0,25	1.400,00
13	VC3-4	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Móvel Intragrupo com tarifa zero	120	Ilimitado	Minutos	-	-
14	AD	Adicional por Chamada recebida ou efetuada em roaming	120	120	Minutos	0,8	96
15	DSL1	Ligação recebida em roaming nacional dentro do Estado (Equivale ao VC2-3)	120	80	Serviço	0,4	32
16	DSL2	Ligação recebida em roaming nacional fora do Estado (Equivale ao VC3-3)	120	80	Serviço	0,4	32
17	SMS	Serviço de mensagens de texto	120	2400	Unidade	0,15	360
18	MMS	Serviço de mensagens multimídia	120	480	Unidade	0,15	72
19	Aviso	Serviço de Aviso do número chamador quando o usuário estiver indisponível, fora da área de cobertura/desligado, para que o usuário possa identificar quem o ligou.	120	120	Serviço	5	600
20	Assinatura	Assinatura Mensal Voz	120	120	Serviço	2	240
21	Assinatura	Assinatura Mensal Intragrupo	120	120	Serviço	3	360
22	Assinatura	Serviços de Tráfego de Dados 3G – Franquia Mínima 600MB	30	30	Serviço	25	750,00
23	Assinatura	Serviços de Tráfego de Dados 3G – Franquia Mínima 2GB	20	20	Serviço	45	900,00
24	Assinatura	Serviços de Tráfego de Dados 3G – Franquia Mínima 1GB exclusivo para modem	4	4	Serviço	45	180
25	Ferramenta de Gestão ON-LINE	Software	120	120	Acessos Ilimitados	5	600
Total Global Mensal do Lote 01:							20.622,00

Cobertura Lote 01: Deverá ter cobertura pelo mínimo nos municípios de Abelardo Luz, Águas de Chapecó, Coronel Freitas e Quilombo (exceto para os itens 22, 23 e 24).

Lote 02

Item	Serviço	Descrição	Quantidade de Linhas	Estimativa Consumo Mensal	Unidade	Preço Unitário Referência	Preço Total Mensal Referência
26	VC1-1	Ligação Local Móvel - Fixo	150	10.000	Minutos	0,15	1.500,00
27	VC1-2	Ligação Local Móvel-Móvel para outras operadoras	150	12.000	Minutos	0,15	1.800,00
28	VC1-3	Ligação Local Móvel-Móvel para a operadora contratada	150	12.000	Minutos	0,15	1.800,00
29	VC1-4	Ligação Local Móvel-Móvel Intragrupo com tarifa zero	150	Ilimitado	Minutos	-	-
30	Caixa Postal	Serviço de caixa-postal	150	2.000	Minutos	0,15	300
31	VC2-1	Ligação de Longa Distância Intra-regional Móvel-Fixo	150	4.000	Minutos	0,4	1.600,00
32	VC2-2	Ligação de Longa Distância Intra-regional Móvel-Móvel para outras operadoras	150	7.000	Minutos	0,6	4.200,00
33	VC2-3	Ligação de Longa Distância Intra-regional Móvel-Móvel para a operadora contratada	150	7.000	Minutos	0,25	1.750,00
34	VC2-4	Ligação de Longa Distância Intra-regional Móvel-Móvel Intragrupo com tarifa zero	150	Ilimitado	Minutos	-	-
35	VC3-1	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Fixo	150	4.000	Minutos	0,4	1.600,00
36	VC3-2	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Móvel para outras operadoras	150	7.000	Minutos	0,6	4.200,00
37	VC3-3	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Móvel para a operadora contratada	150	7.000	Minutos	0,25	1.750,00
38	VC3-4	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Móvel Intragrupo com tarifa zero	150	Ilimitado	Minutos	-	-
39	AD	Adicional por Chamada recebida ou efetuada em roaming	150	150	Minutos	0,8	120
40	DSL1	Ligação recebida em roaming nacional dentro do Estado (Equivale ao VC2-3)	150	100	Serviço	0,4	40
41	DSL2	Ligação recebida em roaming nacional fora do Estado (Equivale ao VC3-3)	150	100	Serviço	0,4	40
42	SMS	Serviço de mensagens de texto	150	3.000	Unidade	0,15	450
43	MMS	Serviço de mensagens multimídia	150	600	Unidade	0,15	90
44	Aviso	Serviço de Aviso do número chamador quando o usuário estiver indisponível, fora da área de cobertura/desligado, para que o usuário possa identificar quem o ligou.	150	150	Serviço	5	750
45	Assinatura	Assinatura Mensal Voz	150	150	Serviço	2	300
46	Assinatura	Assinatura Mensal Intragrupo	150	150	Serviço	3	450
47	Assinatura	Serviços de Tráfego de Dados 3G – Franquia Mínima 600MB	40	40	Serviço	25	1.000,00
48	Assinatura	Serviços de Tráfego de Dados 3G – Franquia Mínima 2GB	30	30	Serviço	45	1.350,00
49	Assinatura	Serviços de Tráfego de Dados 3G – Franquia Mínima 1GB exclusivo para modem	5	5	Serviço	45	225
50	Ferramenta de Gestão ON-LINE	Software	150	150	Acessos Ilimitados	5	750
Total Global Mensal do Lote 02:							26.065,00

Cobertura Lote 02: Deverá ter cobertura pelo mínimo nos municípios de Abelardo Luz, Águas de Chapecó, Coronel Freitas, Quilombo e Caxambu do Sul (exceto para os itens 47, 48 e 49).

Lote 03

Item	Serviço	Descrição	Quantidade de Linhas	Estimativa Consumo Mensal	Unidade	Preço Unitário Referência	Preço Total Mensal Referência
51	VC1-1	Ligação Local Móvel - Fixo	300	20000	Minutos	0,15	3.000,00
52	VC1-2	Ligação Local Móvel-Móvel para outras operadoras	300	24000	Minutos	0,15	3.600,00
53	VC1-3	Ligação Local Móvel-Móvel para a operadora contratada	300	24000	Minutos	0,15	3.600,00

54	VC1-4	Ligação Local Móvel-Móvel Intragrupo com tarifa zero	300	Ilimitado	Minutos	-	-
55	Caixa Postal	Serviço de caixa-postal	300	4000	Minutos	0,15	600
56	VC2-1	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Fixo	300	8000	Minutos	0,4	3.200,00
57	VC2-2	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Móvel para outras operadoras	300	14000	Minutos	0,6	8.400,00
58	VC2-3	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Móvel para a operadora contratada	300	14000	Minutos	0,25	3.500,00
59	VC2-4	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Móvel Intragrupo com tarifa zero	300	Ilimitado	Minutos	-	-
60	VC3-1	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Fixo	300	8000	Minutos	0,4	3.200,00
61	VC3-2	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Móvel para outras operadoras	300	14000	Minutos	0,6	8.400,00
62	VC3-3	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Móvel para a operadora contratada	300	14000	Minutos	0,25	3.500,00
63	VC3-4	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Móvel Intragrupo com tarifa zero	300	Ilimitado	Minutos	-	-
64	AD	Adicional por Chamada recebida ou efetuada em roaming	300	300	Minutos	0,8	240
65	DSL1	Ligação recebida em roaming nacional dentro do Estado (Equivale ao VC2-3)	300	200	Serviço	0,4	80
66	DSL2	Ligação recebida em roaming nacional fora do Estado (Equivale ao VC3-3)	300	200	Serviço	0,4	80
67	SMS	Serviço de mensagens de texto	300	6000	Unidade	0,15	900
68	MMS	Serviço de mensagens multimídia	300	1200	Unidade	0,15	180
69	Aviso	Serviço de Aviso do número chamador quando o usuário estiver indisponível, fora da área de cobertura/desligado, para que o usuário possa identificar quem o ligou.	300	300	Serviço	5	1500
70	Assinatura	Assinatura Mensal Voz	300	300	Serviço	2	600
71	Assinatura	Assinatura Mensal Intragrupo	300	300	Serviço	3	900
72	Assinatura	Serviços de Tráfego de Dados 3G – Franquia Mínima 600MB	80	80	Serviço	25	2.000,00
73	Assinatura	Serviços de Tráfego de Dados 3G – Franquia Mínima 2GB	60	60	Serviço	45	2.700,00
74	Assinatura	Serviços de Tráfego de Dados 3G – Franquia Mínima 1GB exclusivo para modem	10	10	Serviço	45	450
75	Ferramenta de Gestão ON-LINE	Software	300	300	Acessos Ilimitados	5	1500
Total Global Mensal do Lote 03:							52.130,00

Cobertura Lote 03: Deverá ter cobertura pelo mínimo nos municípios de Abelardo Luz, Águas de Chapeco, Quilombo, Águas Frias, Jardinópolis, União do Oeste, Irati, Planalto Alegre, Santiago do Sul e Formosa do Sul (exceto para os itens 72, 73 e 74).

5 CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 O serviço a ser contratado enquadra-se na classificação de serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

5.2 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

6 ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 Os Serviços de Telecomunicações Móvel Pessoal e Comunicação de Dados Móvel Pessoal deverão ser de característica pós-pago, tecnologia digital, sendo que para os acessos habilitados deverão ser com tecnologia que permita fazer e receber ligações, e, conexão à internet tipo 3G ou superior.

6.2 Todos os serviços deverão ser cotados com detalhamento dos valores ajustados às alíquotas de ICMS do Estado de Santa Catarina, onde se encontram os órgão e entidades a serem contempladas pelo Contrato.

6.3 A empresa deverá ter cobertura em todos os Estados da Federação, por meios próprios e/ou por convênio com outras operadoras.

6.4 A empresa deverá ter cobertura pelo mínimo nos Municípios em conformidade com o Lote 01, Lote 02, Lote 03 e Lote 04.

6.5 A comprovação de atendimento da cobertura solicitada dar-se-á por declaração da licitante que atende aos requisitos de cobertura, sendo considerada penalidade o não cumprimento dos requisitos de cobertura.

6.5.1 A verificação da declaração será feita através do Portal da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, no item Cobertura do SMP por Prestadora e por Município.

[http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalPaginaEspecial.do?acao=&codItemCanal=1575&codigoVisao=\\$visao.codigo&nomeVisao=\\$visao.descricao&nomeCanal=Infraestrutura&nomeItemCanal=Telefonia%20M%F3vel&codCanal=399](http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalPaginaEspecial.do?acao=&codItemCanal=1575&codigoVisao=$visao.codigo&nomeVisao=$visao.descricao&nomeCanal=Infraestrutura&nomeItemCanal=Telefonia%20M%F3vel&codCanal=399)

6.6 Do Serviço de Telecomunicações Móvel Pessoal

6.6.1 O SMP é Serviço Móvel Pessoal para comunicação de voz e dados, originadas em terminais móveis com tecnologia digital, com as características de serviço pós-pagos, para prestação de serviço nas áreas com cobertura da prestadora, inclusive nos locais em que possui acordo de "roaming" de voz e dados (nacional), disponibilizando acessos móveis dos serviços definidos neste Termo de Referência e outros serviços definidos no regulamento do SMP, regulamentado pela ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações).

6.6.2 O serviço de telecomunicações deverá ser cobrado conforme o uso.

6.6.3 Os serviços individuais de cada acesso móvel contratado deverão atender, ao mínimo, as seguintes funcionalidades especificadas:

6.6.3.1 Valor de Comunicação (VC1-1) - Ligação Local Móvel-Fixo - Chamadas originadas do acesso móvel contratado para outros acessos STFC dentro da mesma Área de Registro;

6.6.3.2 Valor de Comunicação (VC1-2) - Ligação Local Móvel-Móvel para outras operadoras - Chamadas originadas do acesso móvel contratado para outros acessos SMP dentro da mesma Área de Registro e dentro da rede de outra operadora, distinta da CONTRATADA;

6.6.3.3 Valor de Comunicação (VC1-3) - Ligação Local Móvel-Móvel para a operadora contratada - Chamadas originadas do acesso móvel contratado para outros acessos SMP dentro da mesma Área de Registro e dentro da rede da operadora CONTRATADA;

6.6.3.4 Valor de Comunicação (VC1-4) - Ligação Local Móvel-Móvel Intragrupo com tarifa zero - São aquelas realizadas para linhas SMP vinculadas ao CNPJ do CVC e em uma região com o mesmo Código de Área. Não poderão ser cobradas;

6.6.3.5 Serviço de Caixa Postal - Chamadas realizadas a acesso automático de numeração própria sem limite de minutos com o intuito de verificar mensagens de voz reencaminhadas ao correio de voz associado ao número SMP, independente da Área de Registro ou de Tarifação, dentro da mesma operadora; e Chamada realizada a acesso automático de numeração própria com o intuito de verificar mensagens de voz reencaminhadas ao correio de voz associado ao número SMP, independente da Área de Registro ou de Tarifação, dentro da rede de outra operadora;

6.6.3.6 Valor de Comunicação (VC2-1) - Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Fixo - Chamadas originadas do acesso móvel contratado para outros acessos STFC de Longa Distância Nacional Intrarregional (Dentro do Estado);

6.6.3.7 Valor de Comunicação (VC2-2) - Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Móvel para outras operadoras - Chamadas originadas do acesso móvel contratado para outros acessos SMP

de Longa Distância Nacional Intrarregional (Dentro do Estado) e dentro da rede de outra operadora, distinta da CONTRATADA;

6.6.3.8 Valor de Comunicação (VC2-3) - Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Móvel para a operadora contratada - Chamadas originadas do acesso móvel contratado para outros acessos SMP de Longa Distância Nacional Intrarregional (Dentro do Estado) e dentro da rede da operadora CONTRATADA;

6.6.3.9 Valor de Comunicação (VC2-4) - Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Móvel Intragrupo com tarifa zero - São aquelas realizadas para linhas SMP vinculadas ao CNPJ do CVC de Longa Distância Nacional Intrarregional (Dentro do Estado). Não poderão ser cobradas;

6.6.3.10 Valor de Comunicação (VC3-1) - Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Fixo - Chamadas originadas do acesso móvel contratado para outros acessos STFC de Longa Distância Nacional Inter-regional (Fora do Estado);

6.6.3.11 Valor de Comunicação (VC3-2) - Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Móvel para outras operadoras - Chamadas originadas do acesso móvel contratado para outros acessos SMP de Longa Distância Nacional Inter-regional (Fora do Estado) e dentro da rede de outra operadora, distinta da CONTRATADA;

6.6.3.12 Valor de Comunicação (VC3-3) - Ligação de Longa Distância Inter-regional (Fora do Estado) Móvel-Móvel para a operadora contratada - Chamadas originadas do acesso móvel contratado para outros acessos SMP de Longa Distância Nacional Inter-regional e dentro da rede da operadora CONTRATADA;

6.6.3.13 Valor de Comunicação (VC3-4) - Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Móvel Intragrupo com tarifa zero - São aquelas realizadas para linhas SMP vinculadas ao CNPJ do CVC de Longa Distância Nacional Inter-regional (Fora do Estado). Não poderão ser cobradas;

6.6.3.14 Adicional por Chamada (AD) - Adicional por Chamada recebida ou efetuada em roaming - valor adicional por chamada, recebida ou originada, quando o acesso móvel estiver fora de sua Área de Mobilidade (visitante), com origem e destino dentro da própria rede da CONTRATADA, e ou, com origem ou destino dentro da rede de terceiros, distintos da CONTRATADA;

6.6.3.15 Deslocamento (DSL 1) - Ligação recebida em roaming nacional dentro do Estado (Equivalente ao VC2-3) - Tarifa de redirecionamento de chamadas para acesso móvel visitante em outra Área de Registro, com origem na Central da Área de Registro do acesso móvel e destino mesma Área de Tarifação Primária onde o acesso móvel é visitante;

6.6.3.16 Deslocamento (DSL 2) - Ligação recebida em roaming nacional fora do Estado (Equivalente ao VC3-3) - Tarifa de redirecionamento de chamadas para acesso móvel visitante em outra Área de Registro, com origem na Central da Área de Registro do acesso móvel e destino em outra Área de Tarifação Primária onde o acesso móvel é visitante;

6.6.3.17 Mensagem de Texto Nacional (SMS) - Serviço de mensagens de texto - Mensagem enviada a outro acesso móvel com conteúdo de texto somente, normalmente identificada a cada 140 caracteres, o serviço deverá permitir o recebimento de mensagens do tipo SMS;

6.6.3.18 Mensagem Multimídia Nacional (MMS) - Serviço de mensagens multimídia - Mensagem enviada a outro acesso móvel com conteúdo multimídia, como imagens, vídeos, áudio ou filmes, o serviço deverá permitir o recebimento de mensagens do tipo MMS;

6.6.3.19 Aviso - Serviço de Aviso do número chamador quando o usuário estiver indisponível, fora da área de cobertura ou desligado, para que o usuário possa identificar quem o ligou - O serviço deve informar a data, hora da última chamada e quantidade de tentativas de cada número que ligou para o usuário no período em que o seu celular esteve desligado, fora de cobertura ou indisponível;

6.6.3.20 Assinatura mensal de voz - Serviços básicos que possibilitem comunicações telefônicas a partir do acesso móvel, facilidade de envio e/ou recebimento de mensagens de texto (SMS) ou multimídia (MMS) para/de qualquer outra operadora do SMP, recebimento de chamadas a cobrar ou reencaminhamento de chamadas para correio de voz quando não atendido, fora de serviço ou desligado;

6.6.3.21 Assinatura mensal intragrupo - Serviços de comunicações telefônicas entre os acessos móveis. Farão parte do grupo todos os acessos móveis a serem contratados. Assim todos os acessos do contrato assinado pelo CVC deverão realizar chamadas entre si sem ônus além da assinatura; Cabe salientar que a Assinatura Intragrupo, com valor fixo mensal, não deve ser confundida com a ligação intragrupo, ou seja, este último refere-se ao Valor de Comunicação (VC1-4, VC2-4 e VC3-4) Mesma operadora - Chamadas intragrupo, que não poderá ser cobrada pela Contratada. Entenda-se chamadas intragrupo aquelas realizadas para linhas SMP vinculadas ao CNPJ do CVC;

6.6.3.22 Acesso Internet - Serviços de Tráfego de Dados 3G - Serviço com conexão à internet, associado ao acesso móvel, com limite mínimo mensal de 600 MB (seiscentos megabytes) e taxa de transmissão de dados nominal (download) desejável de 300 kbps ou de no mínimo 128 kbps na área de cobertura 3G ou superior, e desejável de 128 kbps ou de no mínimo 64 kbps nas áreas não 3G, disponível em todo território nacional, incluídas eventuais taxas de deslocamento e adicionais, com observância dos parâmetros mínimos estabelecidos na Resolução nº 575/2011 da ANATEL;

6.6.3.22.1 Quando atingido o limite mínimo mensal a CONTRATADA manterá o serviço operante, proibida a cobrança adicional por tráfego excedente, podendo aplicar limitação de taxa de transmissão de acordo com os limites estabelecidos pela ANATEL.

6.6.3.23 Acesso Internet - Serviços de Tráfego de Dados 3G - Serviço com conexão à internet, associado ao acesso móvel, com limite mínimo mensal de 2GB (dois gigabytes) e taxa de transmissão de dados nominal (download) desejável de 300 kbps ou de no mínimo 128 kbps na área de cobertura 3G ou superior, e desejável de 128 kbps ou de no mínimo 64 kbps nas áreas não 3G, disponível em todo território nacional, incluídas eventuais taxas de deslocamento e adicionais, com observância dos parâmetros mínimos estabelecidos na Resolução nº 575/2011 da ANATEL;

6.6.3.23.1 Quando atingido o limite mínimo mensal a CONTRATADA manterá o serviço operante, proibida a cobrança adicional por tráfego excedente, podendo aplicar limitação de taxa de transmissão de acordo com os limites estabelecidos pela ANATEL.

6.6.3.24 Acesso Internet - Serviços de Tráfego de Dados 3G - Serviço com conexão à internet, não associado ao acesso móvel, SIM-CARD para uso exclusivo em modem com limite mínimo mensal de 1 GB (um gigabytes) e taxa de transmissão de dados nominal (download) desejável de 300 kbps ou de no mínimo 128 kbps na área de cobertura 3G ou superior, e desejável de 128 kbps ou de no mínimo 64 kbps nas áreas não 3G, disponível em todo território nacional, incluídas eventuais taxas de deslocamento e adicionais, com observância dos parâmetros mínimos estabelecidos na Resolução nº 575/2011 da ANATEL;

6.6.3.24.1 Quando atingido o limite mínimo mensal a CONTRATADA manterá o serviço operante, proibida a cobrança adicional por tráfego excedente, podendo aplicar limitação de taxa de transmissão de acordo com os limites estabelecidos pela ANATEL.

6.6.3.25 Sistema de Gestão - Ferramenta de Gestão ON-LINE - Software - serviço de controle individualizado de uso e consumo dos serviços de telecomunicações contratados, resumidos e detalhados, permitindo ao usuário bloquear e desbloquear todos os itens de serviços contratados;

6.6.3.25.1 O Sistema de Gestão a ser disponibilizado pela CONTRATADA deverá:

a) Disponibilizar, acesso ao Sistema de Gestão de Acessos, via WEB, por meio do qual seja possível efetuar o controle de utilização dos serviços, visualizar e imprimir faturas on-line, emitir relatórios que conste, no mínimo, o registro da chamada e sua duração.

b) Permitir o acesso ao Sistema de Gestão, via WEB pela CONTRATANTE, em relação aos grupos dos órgãos ou entidades, de forma que seja possível visualizar e imprimir o controle consolidado do consumo de todos os órgão ou entidades usuários do contrato, bem como as faturas on-line, permitindo, mensalmente, monitorar o perfil de tráfego de cada grupo, com o registro da quantidade mensal e o tempo médio das chamadas realizadas.

c) Possibilitar a determinação de limites mensais máximos de gastos para cada acesso (semelhante ao sistema pós-pago controlado);

d) Possibilitar o bloqueio e desbloqueio de ligações de forma que alguns acessos só possam efetuar apenas chamadas intragrupo;

e) Possibilitar o bloqueio e desbloqueio ligações por tipo de chamada (Longa distância, LDI, Fixo e Móvel);

f) Possibilitar o bloqueio e desbloqueio de transmissão de dados, tais como, envio e recebimento de SMS e MMS, acesso à internet, etc.

g) O sistema de gestão poderá permitir limitações por minutos/unidades ou por valores.

6.6.4 Caso a operadora não disponha de todas as facilidades descritas nas alíneas "d", "e" e "f", do item 6.6.3.22.1, para o Sistema de Gestão, via WEB, deverá disponibilizar outro canal gratuito, por meio do qual seja possível realizar os respectivos bloqueios e desbloqueios;

6.6.5 A operadora só deverá habilitar a assinatura para os acessos que forem devidamente informados pela Gestão do contrato;

6.6.6 Não haverá serviço de portabilidade de numeração dos acessos móveis abrangidos pelo certame.

6.7 Do Atendimento:

6.7.1 Durante o período contratual, sem quaisquer ônus adicionais para o Contratante, a Contratada, às suas expensas, por intermédio de seu pessoal técnico especializado ou representante técnico autorizado, está obrigada a prestar assistência técnica, compreendendo manutenção corretiva no softwares (sistema de gestão) fornecido.

6.7.2 Manter, durante toda a vigência do contrato, preposto que atenda as solicitações emanadas do CVC para realização de procedimentos e solução de problemas como: habilitação, desabilitação de serviços, correção de imperfeições no faturamento das

despesas, habilitação de roaming nacional;

6.7.3 Fornecer todos os materiais, peças, bem como se responsabilizar com gastos relativos a deslocamentos de seus técnicos.

6.7.4 A contratada será a única e exclusiva responsável por qualquer equipamento, material ou serviço adquirido de terceiros e fornecido à CONTRATANTE.

6.7.5 A contratada deverá manter Central de Atendimento (telefônico - 0800 - ou pela Internet) operando 24 horas por dia durante sete dias da semana, sendo que durante o horário das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 18:00 horas, deve manter Atendimento Especializado, para prover os serviços de mudança de número, bloqueios, desbloqueios etc.

6.7.6 A contratada fornecerá número ou código de protocolo para identificação e individualização dos chamados técnicos efetuados pelo Contratante.

6.7.7 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATANTE em até 48 (quarenta e oito) horas, por intermédio do preposto e os fornecer de forma gratuita independentemente do meio utilizado para realizar a solicitação (telefone, página na internet, etc);

6.7.8 Os prazos estipulados em legislação especial para atendimento e solução dos problemas operacionais, por parte da contratada, serão contados a partir da abertura do chamado, pelo CONTRATANTE, por meio da central de atendimento da CONTRATADA.

6.7.9 Comunicar a CONTRATANTE, por escrito, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, qualquer alteração do número telefônico do item anterior, bem como, eventual alteração do endereço eletrônico da página da CONTRATADA na internet.

6.7.10 - Não poderão ser cobradas taxas ou preços relativos a solicitação/execução de:

6.7.10.1 Ativação e desativação (liberação ou bloqueio) de serviços ou facilidades, tais como deslocamento, bloqueio e desbloqueio para chamadas a serviços sobretaxados;

6.7.10.2 Reparos e substituições de SIMCARDS com defeito de fabricação e/ou decorrente do desgaste inerente ao uso regular dos mesmos, durante o período do contrato;

6.7.10.3 Pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, bem como assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL;

6.7.10.4 Ativação/bloqueio de recepção de chamadas a cobrar.

6.8 Da Ativação dos Serviços:

6.8.1 Caso a CONTRATADA venha a disponibilizar nova tecnologia de funcionamento, a CONTRATANTE poderá solicitar a migração, sem ônus, para essa tecnologia a qualquer tempo desde que possua aparelhos que tenham suporte para a mesma;

6.8.2 A empresa contratada homologará as linhas telefônicas, sem nenhum custo a título de aquisição, habilitação ou taxa de serviço para ativação dos mesmos;

6.8.3 A CONTRATADA deverá disponibilizar cobertura por deslocamento em interconexão com as demais operadoras em todo o território nacional;

6.8.4 A quantidade de serviços poderá variar de acordo com as necessidades do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC e através dele às necessidades dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e ou cooperados, ficando estabelecido neste Termo de Referência somente uma estimativa de uso dos serviços;

6.8.5 O consumo de serviços de telecomunicações é referencial, não ensejando obrigação de consumo mínimo, podendo variar seus quantitativos mensal.

6.8.6 Os serviços poderão ser utilizados pelo CVC e através dele qualquer dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados conforme item 1.3.1 deste termo, bem como, havendo cobertura e saldo nos quantitativos de serviços a serem contratados, todos os demais municípios do Estado de Santa Catarina que venham a consorciar-se e ou também os que venham a cooperar com o Consórcio.

6.8.6.1 A cobertura prevista para os municípios listados nos "Lotes 01, 02, 03 e 04" não limitam, não restringem e não obrigam a ativação dos serviços.

6.9 NÍVEIS DE SERVIÇO

6.9.1 A CONTRATADA deverá prestar suporte técnico em período integral, com atendimento imediato em caso de falha nos entroncamentos de entrada, nos entroncamentos de saída, bem como nos demais componentes ou equipamentos de responsabilidade da CONTRATADA, cujo prazo de resposta não pode ser superior a 5 (cinco) dias úteis.

6.9.2 As interrupções programadas dos serviços deverão ser comunicadas à CONTRATANTE com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis e somente serão realizadas com a concordância da CONTRATANTE.

6.9.3 Todas as ocorrências serão registradas pela CONTRANTE, que notificará a CONTRATADA, atribuindo pontos para as ocorrências segundo a tabela abaixo:

OCORRÊNCIAS	PONTUAÇÃO
Não atendimento do telefone ou email fornecido pela CONTRATADA para os contatos e registro das ocorrências	0,3
Cobrança por serviços não prestados	0,3
Cobrança fora do prazo estabelecido na regulamentação pertinente	0,3
Cobrança de valores em desacordo com o contrato	0,3
Atraso na ativação dos serviços, na entrega dos SIMCARDS, nas alterações de características técnicas ou nas alterações de endereço, para cada 5 dias corridos de atraso	0,3
Atraso na prestação de informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, para cada 24 horas de atraso	0,3
Não atendimento a qualquer outra obrigação expressa neste documento não especificada nesta tabela	0,3
Não cumprimento dos prazos estipulados neste termo (para cada dia ou fração)	0,3
Interrupção da prestação dos serviços em uma capital (para cada hora totalizada pela soma de interrupções), sem comunicação prévia e acordada com a CONTRATANTE.	1
Interrupção da prestação dos serviços em um município (para cada hora totalizada pela soma de interrupções) que seja usuários do CONTRATANTE.	0,3
Tentativas de originar chamadas que resultem em comunicação com o número chamado inferior a 70% dos casos (por evento)	0,5

Não funcionamento do sistema de gestão (software on-line) por dia de indisponibilidade	0,5
Tentativas de originar ou receber chamadas que não resultem em comunicação com o número chamado, por motivo de congestionamento na rede, superior a 4% (quatro por cento)	0,5
Tentativas de originar ou receber chamadas que não resultem em comunicação com o número chamado, por motivo de falha de cobertura, registrada reclamação junto à Contratada (por evento).	0,1
Não atendimento a qualquer outra obrigação no Edital e seus Anexos não especificada nesta tabela	0,1
Quebra do sigilo telemático sem o devido processo legal.	7

6.9.4 A cada mês será apurado o somatório da pontuação decorrente dos registros de ocorrências até o presente momento. Esta soma servirá como base para que a CONTRATANTE aplique as seguintes sanções administrativas, de modo que, atingindo o quantum necessário à configuração de uma sanção, esta será imediatamente aplicada, observado o processo administrativo:

Pontuação acumulada	Advertência/Glosa
1 (um) ponto	Advertência, caso não tenha sido aplicado anteriormente durante a vigência do contrato.
2 (dois) pontos	Glosa correspondente a 1% do valor mensal da Fatura.
3 (três) pontos	Glosa correspondente a 2% do valor mensal da Fatura.
4 (quatro) pontos	Glosa correspondente a 3% do valor mensal da Fatura.
5 (cinco) pontos	Glosa correspondente a 4% do valor mensal da Fatura.
6 (seis) pontos	Glosa correspondente a 8% do valor mensal da Fatura.
7 (sete) pontos	Glosa correspondente a 10% do valor mensal da Fatura.
A cada ponto acima de 7	Glosa correspondente a 10% acrescido de 3% a cada ponto extra, do valor mensal da Fatura.

6.9.5 O resultado da apuração da pontuação e respectiva aplicação da advertência ou do percentual da glosa serão comunicados pelo FISCAL DO CONTRATO, por meio de notificação formal à CONTRATADA, que terá 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento da comunicação, para contestar.

6.9.5.1 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela CONTRATANTE, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador (por motivo ocorrência de caso fortuito ou de força maior).

6.9.5.2 Caso não seja aceita a justificativa, o FISCAL DO CONTRATO realizará a advertência ou a glosa correspondente nas faturas vincendas, conforme pontuação e respectivos percentuais estabelecidos na tabela do item 6.9.4.

a) A Contratada deverá apresentar, ao FISCAL DO CONTRATO, a fatura do mês seguinte à aplicação da glosa com o seu valor reduzido do respectivo percentual. Todavia, caso a CONTRATADA se recuse a glosá-la ou não a envie alterada tempestivamente, a Administração a poderá realizar a glosa de ofício.

6.9.5.3 Caso não haja faturas com vencimento futuro para a

efetivação da glosa, os valores respectivos poderão ser descontados de valores pendentes de pagamento pela CONTRATANTE.

6.9.5.4 Ultrapassadas as etapas acima, em caso de aplicação de glosa, o Formulário de Glosa deverá ser preenchido em três vias, sendo que uma a 1ª via será arquivada pelo FISCAL DE CONTRATOS, a 2ª via será entregue à CONTRATADA e a 3ª via será juntada ao PROCESSO DE PAGAMENTO relativo à Nota Fiscal em que incidiu a glosa.

6.9.6 A cada advertência ou glosa os valores do somatório serão zerados, de forma a não haver duplicidade:

6.9.6.1 O reinício do acúmulo de pontos dar-se-á a partir da aplicação da glosa/advertência e se encerrará até a próxima linha de pontuação acumulada.

Ex. Aplicou-se a advertência em razão do acúmulo das frações relativas às ocorrências que somaram 1 ponto. A partir dessa aplicação, o somatório será zerado e a acumulação reiniciará até atingir 2 pontos, e assim sucessivamente, conforme exemplo de relatório abaixo:

Data da ocorrência	Descrição da ocorrência	Observações da Fiscalização	Pontuação (iniciando em 0,0)	Aplicação
02/05/xx	Não atendimento do telefone fornecido ou email pela CONTRATADA para os contatos e registro das ocorrências.		0,3	Advertência
04/06/xx	Interrupção da prestação dos serviços em um município (para cada hora totalizada pela soma de interrupções) que seja usuário do CONTRATANTE.		0,3	
...	
19/06/xx	Não funcionamento do acesso móvel por falha de cobertura, registrada reclamação junto à Contratada (por evento).		0,1	
Somatório dos pontos e aplicação			1	
Data da ocorrência	Descrição da ocorrência	Observações da Fiscalização	Pontuação (iniciando em 0,0)	Aplicação
21/06/xx	Não atendimento a qualquer outra obrigação no Edital e seus Anexos não especificada nesta tabela.		0,1	Advertência
21/06/xx	Tentativas de originar ou receber chamadas que não resultem em comunicação com o número chamado, por motivo de congestionamento na rede, superior a 4% (quatro por cento).		0,5	
...	
28/06/xx	Atraso na prestação de informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, para cada 24 horas de atraso.		0,3	
Somatório dos pontos e aplicação			2	

Data da ocorrência	Descrição da ocorrência	Observações da Fiscalização	Pontuação (iniciando em 0,0)	Aplicação
03/07/xx	Tentativas de originar chamadas que resultem em comunicação com o número chamado inferior a 70% dos casos (por evento)		0,5	Glosa de 1%
05/07/xx	Tentativas de originar ou receber chamadas que não resultem em comunicação com o número chamado, por motivo de falha de cobertura, registrada reclamação junto à Contratada (por evento).		0,1	
...	
10/07/xx	Atraso na ativação dos serviços, nas alterações de características técnicas ou nas alterações de endereço, para cada 5 dias corridos de atraso		0,3	
Somatório dos pontos e aplicação			3	

6.9.7 Em caso da CONTRATADA somar 8 pontos fica facultada à CONTRATANTE a rescisão unilateral sem ônus financeiro do contrato.

6.9.8 A fim de não haver descontinuidade dos serviços, no caso acima, a CONTRATANTE poderá aguardar a efetivação de nova contratação para rescindir unilateralmente o contrato.

6.10 INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.10.1 A execução dos serviços será iniciada na data de assinatura do Contrato ou em data posterior a critério da Administração.

6.11 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.11.1 A Contratante obriga-se a:

6.11.1.1 proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente deste termo;

6.11.1.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

6.11.1.3 exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.11.1.4 notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

6.11.1.5 não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

6.11.1.6 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato.

6.11.1.7 zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.11.1.8 efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da contratada.

6.11.1.9 não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

a) exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

b) direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;

c) promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

d) considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação.

6.12 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.12.1 Quanto às obrigações gerais, a Contratada deve:

6.12.1.1 Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

6.12.1.2 Fornecer os materiais discriminados no Termo de Referência, sendo:

6.12.1.2.1 adequados, qualidade e tecnologia, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

6.12.1.2.2 ecologicamente viáveis;

6.12.1.2.3 previamente submetidos à aprovação da CONTRATANTE.

6.12.1.3 Respeitar as Normas Brasileiras - NBR, publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, sobre resíduos sólidos.

6.12.1.4 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

6.12.1.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

6.12.1.6 Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, ao CVC ou a terceiros, ficando assegurada a

ampla defesa;

6.12.1.7 Utilizar empregados, quando necessário, habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;

6.12.1.8 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

6.12.1.9 Disponibilizar à Contratante os empregados, quando necessário, devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

6.12.1.10 Responsabilizar-se por todos e quaisquer ônus e encargos decorrentes da Legislação Fiscal (Federal, Estadual e Municipal) e da Legislação Social, Previdenciária, Trabalhista e Comercial, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração, sendo certo que os empregados da CONTRATADA não terão vínculo empregatício com o CVC;

6.12.1.11 Responder por todos e quaisquer ônus suportados pela CONTRATANTE, decorrente de eventual condenação trabalhista proposta por seus empregados, autorizando, desde já, a retenção dos valores correspondentes aos créditos existentes deste Contrato e de outros porventura existentes entre as partes e, inclusive da garantia contratual;

6.12.1.12 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, quando estes forem prestar serviços nas instalações do CVC e dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e ou cooperados, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas;

6.12.1.13 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Administração toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

6.12.1.14 Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação;

6.12.1.15 Designar um representante/preposto perante o CVC, para prestar todos os esclarecimentos necessários e atender as reclamações que por ventura surgirem durante a execução do contrato;

a. Em caso de substituição do representante/preposto pela Contratada, a Administração deverá receber aviso formal com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, no qual deve conter informações relativas ao substituto, tais como: nome completo, números de telefone, endereço eletrônico, etc.

b. A Contratada deverá substituir o representante/preposto, quando solicitado pela Administração, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos;

6.12.1.16 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

6.12.1.17 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

6.12.1.18 Manter durante toda a vigência do contrato, em

compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.12.1.19 Não beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, exceto para atividades de prestação de serviços previstas nos §§5º-B a 5º-E, do artigo 18, da LC 123, de 2006;

6.12.1.20 Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, exceto para atividades previstas nos §§5º-B a 5º-E, do artigo 18, da LC 123, de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

6.12.1.20.1 Apresentar à Contratante comprovante de entrega e recebimento do referido comunicado à Receita Federal, no prazo de 10 (dez) dias.

6.12.2 Quanto às obrigações específicas, inerentes às peculiaridades do objeto, a Contratada se obriga a:

6.12.2.1 Garantir provimento do serviço nos municípios que já ratificaram por Lei o Protocolo de Intenções do CVC (item 1.3.1 deste termo).

6.12.2.2 Habilitar os SIMCARDS de acordo com o código de área a ser informado pela CONTRATANTE;

6.12.2.3 Permitir chamadas de longa distância (VC 2/VC 3), tão somente pelo código da vencedora da modalidade (STFC), por meio de bloqueio em rede, inclusive com configuração de bloqueio dos aparelhos.

6.12.2.4 Fornecer no ato da habilitação para a licitação descritivo nacional de sua área de cobertura;

6.12.2.5 A CONTRATADA deverá possuir concessão ou autorização para prestar o respectivo serviço, outorgado pelo poder concedente nos termos da legislação em vigor, além de:

a. Dispor de sistemas de supervisão para atuar preventivamente na detecção de defeitos.

b. Levar imediatamente ao conhecimento da CONTRATANTE qualquer fato extraordinário ou anormal que afete execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis;

c. A contratada deverá atender as solicitações de reparos aos serviços de telefonia de acordo com os prazos estipulados pelas resoluções vigentes da ANATEL.

d. Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa do objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento do serviço;

e. Reparar ou corrigir, às suas expensas, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;

f. As tentativas de originar chamadas, em cada período de maior movimento, que não resultem em comunicação com o assinante chamado, por motivo de congestionamento de rede, não deverão exceder a 4% dos casos. Caso a Anatel, ou outros órgãos responsáveis pela regulamentação das telecomunicações, definam regra(s) mais rigorosas, estas deverão ser incorporadas como parte da contratação;

g. Permitir que o serviço de "roaming" nacional ocorra de forma

automática, sem a necessidade de habilitação de outro equipamento ou a intervenção do usuário, em todo o território nacional, devendo ser bloqueado todo o roaming internacional.

h. Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual ou municipal, bem como, ainda, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL;

i. Implantar de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços de modo a obter uma operação correta e eficaz;

j. Manter em funcionamento contínuo todos os acessos móveis celulares. O bloqueio dos terminais somente poderá ser executado por solicitação de representante credenciado pelo CONTRATANTE;

k. Fornecer, na forma solicitada pelo CVC, o demonstrativo de utilização dos serviços, por linha telefônica;

l. Fornecer mensalmente a CONTRATANTE faturas em formato eletrônico com detalhamento individual de cada linha, contendo todas as despesas realizadas, bem como os demonstrativos dos descontos pertinentes previstos no Contrato, cobrando os serviços efetivamente utilizados;

m. Encaminhar mensalmente faturas individuais consolidadas com o respectivo detalhamento dos serviços prestados, devendo ser fornecida em papel.

n. Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CVC, atendendo em até 48 (quarenta e oito) horas, através de um consultor designado para acompanhamento do contrato.

o. Comunicar a CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar todos os esclarecimentos julgados necessários;

p. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

q. Não veicular em nenhuma hipótese, publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do Contrato, sem prévia autorização do CONTRATANTE e;

r. Possibilitar aos usuários de telefones celulares do CVC e dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e ou cooperados, na condição de assinante-viajante, receber a prestação do serviço móvel celular em redes de outras prestadoras de serviço, sujeitando-se, nessa hipótese, às regulamentações vigentes, considerando-se, objetivamente, as normas e procedimentos instituídos pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL;

s. Assumir as responsabilidades por clonagens, que por ventura venham a ser identificadas nas linhas homologadas, decorrentes de sua culpa ou dolo, assegurando-se a ampla defesa.

t. Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa do objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento do serviço.

6.12.2.6 Em relação ao sigilo, a CONTRATADA se obriga a:

a. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

b. Garantir sigilo e inviolabilidade das conversações realizadas

através do serviço desta contratação;

c. Manter sigilo dos serviços contratados, de dados processados, inclusive documentação;

d. Manter sigilo absoluto sobre quaisquer informações que venha a ter conhecimento em virtude do Contrato.

6.12.2.7 Quanto aos descontos:

6.12.2.7.1 Serão igualmente estendidas à CONTRATANTE quaisquer reduções das tarifas praticadas pela CONTRATADA que o órgão regulador - ANATEL, venha a determinar;

6.13 DA SUBCONTRATAÇÃO

6.13.1 Será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

6.14 - CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.14.1 - O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.14.2 - O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

6.14.3 - A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

6.14.4 - O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.14.5 - A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

6.14.6 - O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.14.7 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.14.8 A fiscalização da execução dos serviços, abrange ainda, as seguintes rotinas, a serem realizadas pelo Fiscal do Contrato:

6.14.8.1 Armazenar em pasta eletrônica cópia do termo contratual e todos os seus aditivos, apostilamentos e planilha de custos e formação de preços atualizada, se existentes, juntamente com outros documentos capazes de dirimir dúvidas, a respeito do

cumprimento das obrigações assumidas pelas partes, e que o auxílio no acompanhamento da execução dos serviços contratados;

6.14.8.2 Acompanhar "in loco" a execução do objeto do contrato, apontando as faltas cometidas pelo contratado;

6.14.8.3 Elaborar registro próprio e individualizado para cada contrato, em que conste o controle do saldo residual e as informações das determinações necessárias à regularização das faltas, falhas ou defeitos observados;

6.14.8.4 Determinar a correção e readequação das faltas cometidas pelo contratado;

6.14.8.5 Informar a empresa sobre a disponibilização de instalações para início da prestação dos serviços;

6.14.8.6 Proibir a remoção sem aviso prévio e seu expresso consentimento de qualquer equipamento do local em que foi entregue;

6.14.8.7 Exigir que a Contratada zele pela perfeita execução dos serviços contratados, devendo as falhas que porventura venham a ocorrer serem sanadas de acordo com o prazo determinado no contrato;

6.14.8.8 Fiscalizar a utilização indevida por parte dos usuários de código de operadora e serviços não contratados;

a) Quando constatada a ocorrência de uso indevido de outra operadora, deverá ser efetuada cobrança de valor correspondente do responsável pelo ramal ou celular;

6.14.8.9 Exigir da Contratada o repasse de todos os descontos e vantagens lícitos. Em caso de divergência contestar junto à operadora por meio de mensagem eletrônica;

6.14.8.10 Exigir da Contratada a entrega das faturas no endereço e nos prazos indicados no contrato;

6.14.8.11 Não ocorrendo a entrega no prazo previsto em contrato, solicitar segunda via com novo prazo de vencimento, por meio da central de atendimento da contratada.

6.14.8.12 Atentar para o prazo de vencimento das faturas, garantindo a chegada ao CVC com antecedência de 15 (quinze) dias, para possibilitar o pagamento da fatura sem cobrança de encargos;

6.14.9 Havendo descumprimento contratual, o FISCAL DO CONTRATO instrumentalizará processo administrativo apuratório, que assegurará o exercício da ampla defesa e do contraditório, e enviará para a CONTRATANTE, para que essa, se for o caso, aplique a sanção administrativa cabível.

6.14.10 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.15 MEDIDAS ACAUTELADORAS

6.15.1 A Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou

impossível reparação.

6.15.2 O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções, podendo haver retenção de pagamento se o contratado incorrer em qualquer inexecução do serviço ou não o tiver prestado a contento.

6.16 DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.16.1 A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação é aquela prevista no Edital;

6.16.2 As sanções administrativas aplicáveis no curso da contratação são as previstas no Contrato.

6.17 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.17.1 Não serão admitidas declarações posteriores de desconhecimento de fatos, no todo ou em parte, que venham a impedir ou dificultar a execução dos serviços.

6.17.2 É expressamente proibida a contratação de agente público, ou de familiar, vinculado ao CVC, para a execução dos serviços mencionados neste documento.

ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0001/2015

PROCURAÇÃO

"RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO", por meio de "NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA" constitui como suficiente PROCURADOR o Sr. "NOME COMPLETO, RG, CPF", outorgando-lhe poderes gerais para representar a referida empresa na Licitação MODALIDADE, NÚMERO/ANO, outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances, interpor recursos, assinar contratos e praticar todos os demais atos necessários a este procedimento licitatório.

"cidade - estado", data.

"nome completo do representante legal e qualificação na empresa"

OBS: Com assinatura do Outorgante reconhecida em Cartório.

ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0001/2015

PROPOSTA DE PREÇOS

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

Razão Social:

Nome fantasia:

Endereço:

Bairro/Município - Estado:

Telefone/fax:

CEP:

CNPJ:

Inscrição Estadual:

Inscrição Municipal:

2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA:

Prazo de validade da proposta: dias.

Prazo de vigência da ata de registro de preços: anos.

Prazo de vigência do contrato: meses, podendo ser prorrogado.

3. DECLARAÇÃO:

Declaramos, para os devidos fins, que nesta proposta estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

Assinatura do representante legal da empresa Carimbo da empresa.

Continua....

4. PROPOSTA DE PREÇOS:

Ilimitado*: ligações Intragrupo deverão ter "tarifa zero"

Lote 01

Item	Serviço	Descrição	Quantidade de Linhas	Estimativa Consumo Mensal	Unidade	Preço Unitário	Preço Total Mensal
1	VC1-1	Ligação Local Móvel – Fixo	120	8000	Minutos		
2	VC1-2	Ligação Local Móvel-Móvel para outras operadoras	120	9600	Minutos		
3	VC1-3	Ligação Local Móvel-Móvel para a operadora contratada	120	9600	Minutos		
4	VC1-4	Ligação Local Móvel-Móvel Intragrupo com tarifa zero	120	Ilimitado*	Minutos	0	0
5	Caixa Postal	Serviço de caixa-postal	120	1600	Minutos		
6	VC2-1	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Fixo	120	3200	Minutos		
7	VC2-2	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Móvel para outras operadoras	120	5600	Minutos		
8	VC2-3	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Móvel para a operadora contratada	120	5600	Minutos		
9	VC2-4	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Móvel Intragrupo com tarifa zero	120	Ilimitado*	Minutos	0	0
10	VC3-1	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Fixo	120	3200	Minutos		
11	VC3-2	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Móvel para outras operadoras	120	5600	Minutos		
12	VC3-3	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Móvel para a operadora contratada	120	5600	Minutos		
13	VC3-4	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Móvel Intragrupo com tarifa zero	120	Ilimitado*	Minutos	0	0
14	AD	Adicional por Chamada recebida ou efetuada em roaming	120	120	Minutos		
15	DSL1	Ligação recebida em roaming nacional dentro do Estado (Equivale ao VC2-3)	120	80	Serviço		
16	DSL2	Ligação recebida em roaming nacional fora do Estado (Equivale ao VC3-3)	120	80	Serviço		
17	SMS	Serviço de mensagens de texto	120	2400	Unidade		
18	MMS	Serviço de mensagens multimídia	120	480	Unidade		
19	Aviso	Serviço de Aviso do número chamador quando o usuário estiver indisponível, fora da área de cobertura/desligado, para que o usuário possa identificar quem o ligou.	120	120	Serviço		
20	Assinatura	Assinatura Mensal Voz	120	120	Serviço		
21	Assinatura	Assinatura Mensal Intragrupo	120	120	Serviço		
22	Assinatura	Serviços de Tráfego de Dados 3G – Franquia Mínima 600MB	30	30	Serviço		
23	Assinatura	Serviços de Tráfego de Dados 3G – Franquia Mínima 2GB	20	20	Serviço		
24	Assinatura	Serviços de Tráfego de Dados 3G – Franquia Mínima 1GB exclusivo para modem	4	4	Serviço		
25	Ferramenta de Gestão ON-LINE	Software	120	120	Acessos Ilimitados		

Total Global Mensal do Lote 01:

Cobertura Lote 01: Deverá ter cobertura pelo mínimo nos municípios de Abelardo Luz, Águas de Chapecó, Coronel Freitas e Quilombo (exceto para os itens 22, 23 e 24).

Lote 2

Item	Serviço	Descrição	Quantidade de Linhas	Estimativa Consumo Mensal	Unidade	Preço Unitário	Preço Total Mensal
26	VC1-1	Ligação Local Móvel – Fixo	150	10.000	Minutos		
27	VC1-2	Ligação Local Móvel-Móvel para outras operadoras	150	12.000	Minutos		
28	VC1-3	Ligação Local Móvel-Móvel para a operadora contratada	150	12.000	Minutos		
29	VC1-4	Ligação Local Móvel-Móvel Intragrupo com tarifa zero	150	Ilimitado*	Minutos	0	0
30	Caixa Postal	Serviço de caixa-postal	150	2.000	Minutos		
31	VC2-1	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Fixo	150	4.000	Minutos		
32	VC2-2	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Móvel para outras operadoras	150	7.000	Minutos		
33	VC2-3	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Móvel para a operadora contratada	150	7.000	Minutos		
34	VC2-4	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Móvel Intragrupo com tarifa zero	150	Ilimitado*	Minutos	0	0
35	VC3-1	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Fixo	150	4.000	Minutos		
36	VC3-2	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Móvel para outras operadoras	150	7.000	Minutos		
37	VC3-3	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Móvel para a operadora contratada	150	7.000	Minutos		
38	VC3-4	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Móvel Intragrupo com tarifa zero	150	Ilimitado*	Minutos	0	0
39	AD	Adicional por Chamada recebida ou efetuada em roaming	150	150	Minutos		
40	DSL1	Ligação recebida em roaming nacional dentro do Estado (Equivale ao VC2-3)	150	100	Serviço		
41	DSL2	Ligação recebida em roaming nacional fora do Estado (Equivale ao VC3-3)	150	100	Serviço		
42	SMS	Serviço de mensagens de texto	150	3.000	Unidade		
43	MMS	Serviço de mensagens multimídia	150	600	Unidade		
44	Aviso	Serviço de Aviso do número chamador quando o usuário estiver indisponível, fora da área de cobertura/desligado, para que o usuário possa identificar quem o ligou.	150	150	Serviço		
45	Assinatura	Assinatura Mensal Voz	150	150	Serviço		
46	Assinatura	Assinatura Mensal Intragrupo	150	150	Serviço		
47	Assinatura	Serviços de Tráfego de Dados 3G – Franquia Mínima 600MB	40	40	Serviço		
48	Assinatura	Serviços de Tráfego de Dados 3G – Franquia Mínima 2GB	30	30	Serviço		
49	Assinatura	Serviços de Tráfego de Dados 3G – Franquia Mínima 1GB exclusivo para modem	5	5	Serviço		
50	Ferramenta de Gestão ON-LINE	Software	150	150	Acessos Ilimitados		

Total Global Mensal do Lote 02:

Cobertura Lote 02: Deverá ter cobertura pelo mínimo nos municípios de Abelardo Luz, Águas de Chapecó, Coronel Freitas, Quilombo e Caxambu do Sul (exceto para os itens 47, 48 e 49).

Lote 3

Item	Serviço	Descrição	Quantidade de Linhas	Estimativa Consumo Mensal	Unidade	Preço Unitário Referência	Preço Total Mensal Referência
51	VC1-1	Ligação Local Móvel – Fixo	300	20000	Minutos		
52	VC1-2	Ligação Local Móvel-Móvel para outras operadoras	300	24000	Minutos		
53	VC1-3	Ligação Local Móvel-Móvel para a operadora contratada	300	24000	Minutos		
54	VC1-4	Ligação Local Móvel-Móvel Intragrupo com tarifa zero	300	Ilimitado*	Minutos	0	0
55	Caixa Postal	Serviço de caixa-postal	300	4000	Minutos		
56	VC2-1	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Fixo	300	8000	Minutos		
57	VC2-2	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Móvel para outras operadoras	300	14000	Minutos		
58	VC2-3	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Móvel para a operadora contratada	300	14000	Minutos		
59	VC2-4	Ligação de Longa Distância Intrarregional Móvel-Móvel Intragrupo com tarifa zero	300	Ilimitado*	Minutos	0	0
60	VC3-1	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Fixo	300	8000	Minutos		
61	VC3-2	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Móvel para outras operadoras	300	14000	Minutos		
62	VC3-3	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Móvel para a operadora contratada	300	14000	Minutos		
63	VC3-4	Ligação de Longa Distância Inter-regional Móvel-Móvel Intragrupo com tarifa zero	300	Ilimitado*	Minutos	0	0
64	AD	Adicional por Chamada recebida ou efetuada em roaming	300	300	Minutos		
65	DSL1	Ligação recebida em roaming nacional dentro do Estado (Equivale ao VC2-3)	300	200	Serviço		
66	DSL2	Ligação recebida em roaming nacional fora do Estado (Equivale ao VC3-3)	300	200	Serviço		
67	SMS	Serviço de mensagens de texto	300	6000	Unidade		
68	MMS	Serviço de mensagens multimídia	300	1200	Unidade		
69	Aviso	Serviço de Aviso do número chamador quando o usuário estiver indisponível, fora da área de cobertura/desligado, para que o usuário possa identificar quem o ligou.	300	300	Serviço		
70	Assinatura	Assinatura Mensal Voz	300	300	Serviço		
71	Assinatura	Assinatura Mensal Intragrupo	300	300	Serviço		
72	Assinatura	Serviços de Tráfego de Dados 3G – Franquia Mínima 600MB	80	80	Serviço		
73	Assinatura	Serviços de Tráfego de Dados 3G – Franquia Mínima 2GB	60	60	Serviço		
74	Assinatura	Serviços de Tráfego de Dados 3G – Franquia Mínima 1GB exclusivo para modem	10	10	Serviço		
75	Ferramenta de Gestão ON-LINE	Software	300	300	Acessos Ilimitados		
Total Global Mensal do Lote 03:							0,00

Cobertura Lote 03: Deverá ter cobertura pelo mínimo nos municípios de Abelardo Luz, Águas de Chapeco, Quilombo, Águas Frias, Jardinópolis, União do Oeste, Irati, Planalto Alegre, Santiago do Sul e Formosa do Sul (exceto para os itens 72, 73 e 74).

ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0001/2015

1. DADOS BANCÁRIOS:

NOME DO BANCO:
CIDADE:
Nº DA AGÊNCIA:
Nº DA CONTA CORRENTE DA EMPRESA:

2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO:
CARGO OU FUNÇÃO:
IDENTIDADE Nº:
CPF/MF Nº:

ANEXO V
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2015
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0001/2015

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(Razão social da empresa), CNPJ Nº. (número), sediada em (endereço comercial), declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

OBS.: Se for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte - EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva.

(Local e data).

Assinatura do representante legal da empresa Carimbo da empresa.

ANEXO VI
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2015
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0001/2015

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

(Apresentar no Credenciamento fora dos envelopes)

A empresa, (Razão social da empresa) inscrita no CNPJ sob o nº (número) por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) ou procurado, portador(a) da Carteira de Identidade nº (número), do CPF nº (número), DECLARA, sob as penas elencadas na Lei nº 8.666/93, que em conformidade com o previsto no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006, ter a receita bruta equivalente a uma (microempresa ou empresa de pequeno porte). Declara ainda que não há nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, art. 3º da LC 123/06.

(Local e data).

Assinatura do representante legal da empresa Carimbo da empresa

ANEXO VII
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2015
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0001/2015

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2015

Aos dias do mês de do ano de dois mil e, presentes de um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, no Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu presidente, Sr. Mauri José Zucco, doravante denominado CONSÓRCIO e de outro lado a empresa [.....], pessoa jurídica de direito privado, situada na [

.....], na cidade de [...], inscrita no CNPJ sob o nº [...], neste ato representada pelo(a), Sr(a), doravante denominado FORNECEDOR, ajustam o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação com fornecimento parcelado de serviços continuados de Telefonia Móvel (Serviço Móvel Pessoal - SMP), para comunicação de voz e dados, via rede móvel disponível nacionalmente com tecnologia digital, na modalidade tipo Plano corporativo Pós-pago, com fornecimento de SIMCARDS, com execução mediante o regime de empreitada por preço global do lote, para atender às necessidades do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC e através dele às necessidades dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e ou cooperados. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo fornecedor, os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes desta Ata:

Lote xx

Item	Serviço	Descrição	Quantidade de Linhas	Estimativa Consumo Mensal	Unidade	Preço Unitário

Coronel Freitas - SC, ... de de 2015.
Mauri José Zucco Nome do fornecedor
Presidente Consorcio CVC Cargo na empresa

Testemunhas: Assessoria Jurídica:
1ª -
2ª -

ANEXO VIII

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2015
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0001/2015

MINUTA DO CONTRATO

Aos ... dias do mês de do ano de dois mil e, presentes de um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, no Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu presidente, Sr. Mauri José Zucco, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado a empresa [...], pessoa jurídica de direito privado, situada na [...], na cidade de [...], inscrita no CNPJ sob o nº [...], neste ato representada pelo(a), Sr(a), doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam a execução do objeto descrito abaixo, que se regerá pelo disposto neste Contrato, na Resolução nº 003, de 27 de março de 2015 e 005 de 02 de abril de 2015, na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, na Lei nº 10.520/02 aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - Contratação de serviços continuados de Telefonia Móvel

(Serviço Móvel Pessoal - SMP), para comunicação de voz e dados, via rede móvel disponível nacionalmente com tecnologia digital, na modalidade tipo Plano corporativo Pós-pago, com fornecimento de SIMCARDS, para atender às necessidades do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC e através dele às necessidades dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e ou cooperados, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste contrato, conforme descrições abaixo:

1.2 - Lote xx

Item	Serviço	Descrição	Quantidade de Linhas	Estimativa Consumo Mensal	Unidade	Preço Unitário	Preço Total Mensal
Total Global Mensal do Lote xx							

1.3 Faz parte integrante deste contrato independentemente de sua transcrição o Termo de Referência, Anexo I do Edital de Licitação.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

2.1 A Contratada deverá executar os serviços conforme condições estabelecidas no Termo de Referência e demais condições previstas neste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR TOTAL, DO PAGAMENTO DO REAJUSTE E DA REVISÃO DOS PREÇOS

3.1 O valor mensal do presente Contrato é de R\$, e o valor total para os 24 (vinte e quatro) meses de contratação é de R\$

3.2 A entrega das faturas deverá ser feita no endereço da contratante.

3.3 As Nota(s) Fiscal (is) ou Fatura(s) dos serviços efetivamente prestados deverão ser apresentados, até 15 (quinze) dias, no mínimo, antes da data de vencimento, discriminando no corpo da(s) Nota(s) Fiscal(is), o período a que se refere o serviço.

3.4 A fatura deverá ser mensal contendo o valor global dos acessos e o individual por linha, acompanhado do respectivo detalhamento dos serviços prestados, devendo ser fornecida em arquivo eletrônico padrão FEBRABAN v.2.0 ou superior;

3.5 Caso a CONTRATADA possua mais de um Contrato com a administração, deverá emitir Notas Fiscais ou Faturas distintas.

3.6 Após o encerramento do contrato, os serviços utilizados por força desta contratação deverão ser cobrados em um prazo máximo de 90 (noventa) dias.

3.7 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

3.8 Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura, deverá ser possível ao CONTRATANTE pagar os valores considerados corretos por meio de glosas dos valores cobrados a maior de acordo com verificação

eletrônica das planilhas fornecidas;

3.9 Transcorrido o devido processo referente a multas contratuais, os valores das mesmas poderão ser glosados em faturas com vencimento vindouro;

3.10 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados.

3.11 Quando houver necessidade de refaturamento dos valores dos serviços prestados por discordância do Fiscal do Contrato, as novas faturas deverão ser emitidas de acordo com os padrões apresentados anteriormente, com data de vencimento de 15 (quinze) dias posterior a data de emissão.

3.12 Caso a operadora não deseje realizar o refaturamento com o valor correto, na forma do item 3.11, poderá, conforme artigos 9º e 71 da Resolução nº 477/07 da ANATEL, realizar a devolução em valor igual ao dobro do que foi pago em excesso pelos serviços, acrescidos de correção monetária e juros legais, em até 30 dias após a contestação da cobrança indevida.

3.13 O pagamento será efetuado através de fatura (nota fiscal com código de barras).

3.14 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

3.15 Os preços propostos serão reajustados anualmente mediante índice divulgado pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL. Em sendo assim, no primeiro ano de reajustamento de preços, este se dará quando de sua aplicação pela ANATEL e não somente após os doze meses da proposta.

3.16 Os preços somente serão revisados quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela CONTRATADA.

3.17 A CONTRATADA deverá garantir o repasse ao CVC de todos os preços e vantagens ofertados aos consumidores cujo perfil de tráfego seja semelhantes ao do consórcio, sempre que esses forem mais vantajosos do que os ofertados no certame, desde que não comprometa o equilíbrio financeiro da contratação.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes da execução do objeto do presente contrato correrão a conta de dotação específica do orçamento de 2015 e exercícios seguintes, tendo na classificação orçamentária:

Órgão	01-00 – CONSÓRCIO PÚBLICO
Unidade	01-01 – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC
Funcional	0004.0122.2002 - DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE CONTRATAÇÕES COMPARTILHADAS
Elemento	3.3.90.02 – Serviços de Comunicação
Recurso	1300

4.2 No caso de prorrogação do contrato, será consignado nos orçamentos dos próximos exercícios os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

5.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as

estabelecidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.1 A inexecução contratual, parcial ou total, submeterá o responsável às penalidades previstas no artigo 87 da Lei 8666/93, na suspensão temporária da participação em Licitações e impedimento de contratar com o Consórcio pelo prazo de 02 (dois) anos e multa de 10% (dez por cento) do valor contratado.

6.2 Aplicam-se também as advertências e ou glosas em conformidade com as ocorrências previstas no Termo de Referência.

6.3 As penalidades serão aplicadas após a instauração de processo administrativo oportunizando ao autuado a ampla defesa do contraditório.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1. O presente contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL, DEMAIS PRAZOS

8.1. O Contrato terá vigência de 24 meses iniciando a partir do dia de de 20xx e término no dia ... de de, podendo ser prorrogada a vigência do contrato, até o limite legal previsto nos termos do Artigo 57, da Lei nº 8.666/93 e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883 de 08.06.94.

CLÁUSULA NONA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

9.1. O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0002/2015, na modalidade de Pregão Presencial nº 0001/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

10.1. O controle e fiscalização da execução dos serviços são os estabelecidos no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

11.1 Aplicam-se a execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 As quantidades de serviços estimadas e não consumidas durante a vigência do presente contrato serão automaticamente canceladas e o saldo do empenho será estornado;

12.2 É obrigação da CONTRATADA de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação (Art. 55, inc. XIII da Lei 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o foro de Coronel Freitas - SC, que é Comarca deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Coronel Freitas (SC), de de 2015.

Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC Contratada
MAURI JOSE ZUCCO
PRESIDENTE

Testemunhas:

1ª -

2ª -